

**CEM N.º 8**  
CULTURA, ESPAÇO & MEMÓRIA

# CEM N.º 8

## CULTURA, ESPAÇO & MEMÓRIA

Edição: CITCEM – Centro de Investigação  
Transdisciplinar «Cultura, Espaço & Memória»  
(Faculdade de Letras da Universidade do Porto)/  
Edições Afrontamento

Directora: Amélia Polónia

Editores do dossier temático: Luís Fardilha

Foto da capa: fuselog

Design gráfico: [www.hldesign.pt](http://www.hldesign.pt)

Composição, impressão e acabamento:  
Rainho & Neves, Lda.

Distribuição: Companhia das Artes

N.º de edição: 1877

Tiragem: 500 exemplares

Depósito Legal: 321463/11

ISSN: 2182-1097-08

Periodicidade: Anual

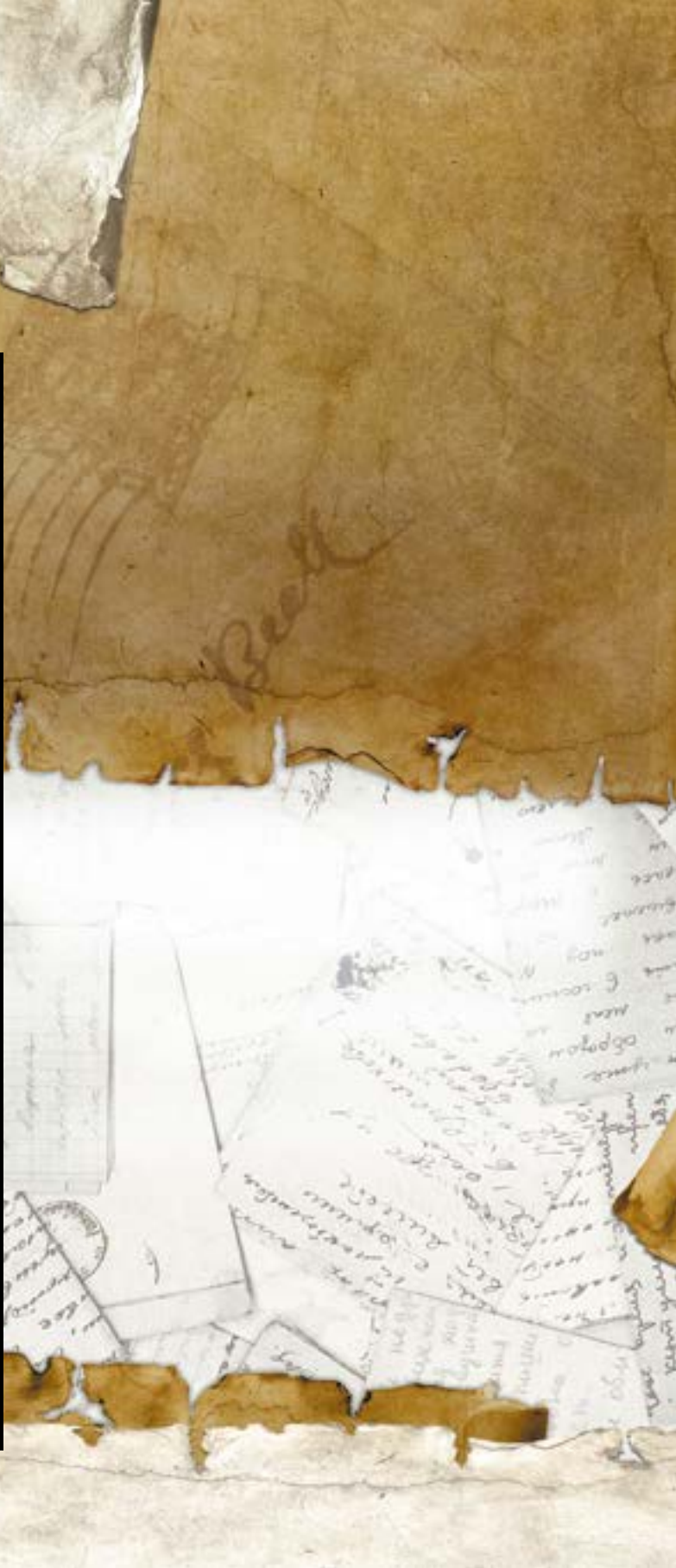
Revista sujeita a *peer-review*.

Revista indexada em: DOAJ, Fonte Académica  
(EBSCO), Academic Journals Database e Google  
Scholar.

A edição *online* respeita os critérios  
do OA (*open access*) disponível em:  
<http://ler.letras.up.pt/site/default.aspx?qry=id04id1349&sum=sim>

Dezembro, 2017

Trabalho cofinanciado pelo Fundo Europeu  
de Desenvolvimento Regional (FEDER) através  
do COMPETE 2020 – Programa Operacional  
Competitividade e Internacionalização (POCI)  
e por fundos nacionais através da FCT, no âmbito  
do projeto POCI-01-0145-FEDER-007460.



## EDITORIAL *pág. 5*

### APRESENTAÇÃO

ÀS LINHAS E AS LETRAS: EPISTOLOGRAFIA E MEMÓRIA DA CULTURA ESCRITA

■ Luís Fardilha *pág. 7*

### AS LINHAS DA ESCRITA

APONTAMENTOS SOBRE CULTURA ESCRITA E PRÁTICAS EPISTOLARES

■ Carla Gastaud

■ Bruna Frio Costa *pág. 13*

TEORIA CLÁSSICA E MEDIEVAL DA

COMPOSIÇÃO EPISTOLAR: ENTRE EPISTOLOGRAFIA E RETÓRICA

■ Manuel Ramos *pág. 25*

ANTIGAS CARTAS EGÍPCIAS AOS MORTOS – CARTAS DE NEGÓCIOS MUITO PECULIARES?

■ Joanna Popielska-Grzybowska *pág. 43*

«BRING IR DEN BRIEF UND SING IR ÜF GEDOENE»: O LUGAR DA CARTA NA LÍRICA ALEMÃ DOS SÉCULOS XII-XIV

■ J. Carlos Teixeira *pág. 51*

A EPISTOLOGRAFIA COMO PARALELO E CONTRASTE: MÃE E FILHA EM ENEASROMAN DE HEINRICH VON VELDEKE

■ Mafalda Sofia Gomes *pág. 61*

IMPOSSÍVEL É NÃO VIVER (JOSÉ LUÍS PEIXOTO) – O QUE NOS MOSTRAM AS CARTAS

■ Isabel Pereira Leite *pág. 71*

LETTERE E PRIVILEGI PAPALI DURANTE IL PONTIFICATO DI UGO DI OPORTO (1112-1136). NUOVI STUDI ED IPOTESI DI RICERCA

■ Andrea Mariani

■ Francesco Renzi *pág. 91*

CARTAS DE EDIFICAÇÃO E CARTAS DE NEGÓCIOS E IMPERTINÊNCIAS: FONTES PARA A RECONSTITUIÇÃO DO

PROVINCIALATO DO PADRE ALEXANDRE DE GUSMÃO, S.J. (1629-1724) NO BRASIL

■ César A. M. Miranda de Freitas *pág. 109*

CARTAS, INFORMACIÓN E INSTRUCCIONES: LA GESTIÓN DE RENTAS Y ASIENTOS POR HOMBRES DE NEGOCIOS PORTUGUESES EN LA CORONA DE CASTILLA (SIGLO XVII)

■ Álvaro Sánchez Durán *pág. 123*

EL PAPEL DE LAS CARTAS DE NEGOCIOS EN LA INVESTIGACIÓN

CRÍTICO-GENÉTICA SOBRE EL PROYECTO ARQUITECTÓNICO CORBUSIANO

■ María Candela Suárez *pág. 139*

CARTAS ESPIRITUAIS DE FR. ESTÊVÃO DA PURIFICAÇÃO (O.C.), FR. ANTÔNIO DA CONCEIÇÃO (C.S.J.E.) E DO PADRE JOÃO CARDIM (S.J.)

■ Paula Almeida Mendes *pág. 155*

LETTERS AS AN INSTRUMENT OF SHAPING SCIENTIFIC KNOWLEDGE IN THE ANCIENT REGIME: LEARNED AND AMATEUR CORRESPONDENCES IN THE 18<sup>TH</sup> CENTURY IN FRANCE

■ Irina Visan *pág. 169*

CARTAS PELA SALVAGUARDA DO PATRIMÓNIO NO PORTUGAL DAS LUZES: TESTEMUNHOS DE FREI MANUEL DO CENÁCULO E DE FRANCISCO XAVIER FABRI

■ Madalena Costa Lima *pág. 177*

DO PROSELITISMO EM CONTRAMÃO

À VONTADE DE LER O PROIBIDO: CORRESPONDÊNCIA ENTRE LIVREIROS

■ Olímpia Loureiro *pág. 187*

LAS ESTRATEGIAS POLÍTICAS DE GERMAINE DE STAËL A TRÁVÉS DE SU CORRESPONDENCIA (1788-1795)

■ Tania Robles Ballesteros *pág. 203*

### AS LETRAS DA MEMÓRIA

CARTAS QUE ENCAUSAN, CARTAS QUE NARRAN. BIOGRAFÍA EPISTOLAR Y JUDICIAL DE DON PEDRO DE ESCOBEDO

■ Elisa García Prieto *pág. 219*

A CORRESPONDÊNCIA DE WALTER MERIVALE E O CAMINHO-DE-FERRO DE MORMUGÃO

■ Hugo Silveira Pereira *pág. 235*

CARTAS PARA ALMEIDA GARRETT: LEMBRANÇAS DO EXÍLIO

■ Maria do Rosário Alves Moreira da Conceição *pág. 253*

ESCLARECIMENTO CRÍTICO, RECONCILIAÇÃO E TOLERÂNCIA NAS CARTAS LITERÁRIAS DE JÚLIO DINIS

■ Carmen Matos Abreu *pág. 263*

CARTAS DE RUBEN A. EM COIMBRA – O OUTRO LADO DO DESTERRO

■ Ana Maria Machado *pág. 281*

REDES SOCIAIS E EPISTOLOGRAFIA: CORRESPONDÊNCIA ENTRE JORGE DE SENA E MÉCIA DE SENA (SÉCULO XX)

■ Maria Otília Pereira Lage *pág. 295*

ANTÔNIO SÉRGIO NA INTIMIDADE: EPISTOGRAFIA ÍNTIMA – ANÁLISE DE UM ACERVO ÍNTIMO

■ Maria Manuela de Almeida Pinto de Sousa *pág. 313*

A «EXPERIÊNCIA DO JESUÍTA EM ALDEIA» NA EPISTOLOGRAFIA DE ANTÔNIO VIEIRA

■ Ana Elisa Arêdes *pág. 325*

«PARA APRENDER, VIAJAR E ESCREVER»: UMA CARTA PARA DOMINGOS DE OLIVEIRA MAIA (1821)

■ Nuno Resende *pág. 339*

CARTAS DE MULHERES: HISTÓRIA SOCIAL DA CULTURA ESCRITA DE E/IMIGRANTES PORTUGUESES NO BRASIL (1896-1929)

■ Ana Carolina da Silveira Leite *pág. 357*

EMIGRAÇÃO DO ALTO MINHO E A SAUDADE NAS ESCRITAS FAMILIARES DE OITOCENTOS

■ Henrique Rodrigues *pág. 373*

CARTAS QUE NAVEGAM, ESTUDO DE CASO DE UM «BRASILEIRO» DO MINHO ENTRE O SÉCULO XIX E O XX

■ Odete Paiva *pág. 391*

### VARIA

ORIGEM E DISTINÇÃO: AS MARCAS DE VINHOS NO FINAL DO SÉCULO XIX

■ Gaspar Martins Pereira

■ Marlene Cruz *pág. 409*

A ENDOCRINOLOGIA EM PORTUGAL: ORIGENS DE UMA ESPECIALIDADE MÉDICA NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX

■ Ismael C. Vieira *pág. 427*

ESTUDIAR HISTORIA DESDE LA LITERATURA: LA INVASIÓN DE POLONIA

■ Juan Esteban Rodríguez Garrido *pág. 449*

### NOTÍCIAS *pág. 63*

## **Conselho Editorial**

Amélia Polónia  
John Greenfield  
Luís Alberto Marques Alves  
Maria Norberta de Simas Bettencourt Amorim  
Luís Fardilha  
Isabel Pereira Leite  
Ana Paula Soares  
Marlene Cruz

## **Conselho Consultivo**

Bernardo Vasconcelos e Sousa (Universidade Nova de Lisboa)  
David Reher (Universidade Complutense de Madrid)  
Fernando Rosas (Universidade Nova de Lisboa)  
Francisco Bettencourt (King's College)  
Hilario Casado Alonso (Universidade de Valladolid)  
Ingrid Kasten (Universidade de Berlim)  
Joaquim Ramos Carvalho (Universidade de Coimbra)  
Jochen Vogt (Universidade de Essen)  
Jorge Alves Osório (Universidade do Porto)  
José Augusto Cardoso Bernardes (Universidade de Coimbra)  
José Pedro Paiva (Universidade de Coimbra)  
José Portela (Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro)  
Maria de Fátima Sá e Melo Ferreira (Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa)  
Maria Helena Cruz Coelho (Universidade de Coimbra)  
Maria Manuela Gouveia Delille (Universidade de Coimbra)  
Mathieu Poux (Universidade Lumière Lyon II)  
Mona Haggag (Universidade de Alexandria)  
Nuno Gonçalo Monteiro (Universidade Nova de Lisboa)  
Octávio de Medeiros (Universidade dos Açores)

## **Secretariado**

Marlene Cruz

## **Contactos**

CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço & Memória»  
Faculdade de Letras da Universidade do Porto / Via Panorâmica, s.n. / 4150-564 PORTO – PORTUGAL  
Tel: 226 077 177  
<http://www.citcem.org>  
E-mail: [citcem@letras.up.pt](mailto:citcem@letras.up.pt)

A revista *CEM / cultura, espaço e memória* nasceu em 2008, em tempos inquietantes e desafiantes, como era reconhecido então pelo Editorial do seu primeiro número. Aí era também definida a vocação da Revista do CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória: a de estimular trocas de saberes, multidisciplinares, acolhendo em cada número um dossier temático, sem fronteiras disciplinares, cronológicas ou espaciais. Os tempos mudaram, os desafios permanecem inquietantes, mas a missão do CITCEM, e da revista que lhe dá rosto, permanecem atuais.

Em tempos em que as Ciências Sociais e Humanas, Artes e Humanidades são chamadas a responder aqueles que são considerados, hoje, desafios sociais, e a contribuir para diminuir a distância (deveríamos dizer fosso?) entre as Humanidades e as Ciências Sociais e Humanas e as chamadas Ciências Naturais e Aplicadas; em tempos em que políticas de incentivo e de financiamento da investigação se propõem, de forma programática, a incluir e a dar maior visibilidade e oportunidades à área das Ciências Sociais e Humanas, o CITCEM e a revista *CEM* propõem-se responder a mais este repto, dando continuidade à sua missão original. Assumindo-se como parceiros dinâmicos nesse diálogo, ambos, *CEM* e CITCEM, mantêm-se empenhados em dar contribuições vitais, interdisciplinares e transnacionais, para os candentes desafios sociais – presentes e futuros.

Criado em 2007, o CITCEM é uma Unidade de I&D que desde então atua com base numa plataforma de investigação transdisciplinar, ao explorar articulações entre várias disciplinas, entre as quais a História, a Arqueologia, a História da Arte, os Estudos Culturais e Literários, a Demografia História e a História das Populações, as Ciências da Informação e Comunicação e os Estudos de Património. O CITCEM centra-se no estudo dos temas da memória e do património em conexão com a construção interativa e em evolução de identidades e espaços económicos, sociais, culturais e territoriais. Este enfoque abrange o estudo de memórias, património cultural nas suas formas materiais e imateriais, história ambiental, paisagens rurais e urbanas, mobilidades, práticas religiosas, inclusão social e outros temas associados. O objetivo do CITCEM é continuar a promover uma apreciação multidimensional do território, cultura, literatura, história e património, aos níveis local e regional, combinando-as com dinâmicas globais. O conceito de «glocalidade» resume o seu escopo e reforça a sua área de intervenção futura.

Entre as suas múltiplas realizações, encontros científicos e publicações, duas destacam-se, ao procurar consubstanciar a articulação das visões, métodos, problemas e perspetivas das áreas do saber compreendidas por esta unidade de investigação: o Encontro Anual CITCEM e a revista que lhe dá rosto: a *CEM*.

O presente número da CEM, subordinado ao tema ‘As linhas e as letras: epistolografia e memória da cultura escrita’ ao examinar as culturas epistolares da antiguidade clássica até aos dias de hoje, procurando uma reflexão inclusiva nos domínios da Literatura, da História, da História de Arte ou da Sociologia, e tendo em conta os discursos, as práticas e as representações que lhes subjazem, consubstancia, em quantidade e em qualidade, os desideratos de transversalidade, disciplinar e temática, e de atualidade. Num número total de 28 contribuições, as questões levantadas cobrem um largo espectro de análise, desde o foro íntimo e pessoal, ao foro jurídico, político e diplomático e económico. Cobrindo integralmente o tríptico que assistiu à chamada de contribuições, Epistolografia, Memória e Cultura Escrita, o presente número conduz o leitor por campos de reflexão de inegável atualidade e de indiscutível universalidade.

Ancorada no presente, a CEM abraça já desafios de futuro, a que não se quer alhear. Um debate em torno da sua semestralização, da sua mais ampla divulgação digital, da sua indexação em plataformas internacionais de maior impacto, da cobertura de novas áreas temáticas incluídas na renovada missão e política de investigação do CITCEM, a desenvolver, no período de 2018-2022 em torno do tema abrangente de ‘Mobilidades e Permeabilidades’, impõem-se como desafios a que os próximos números devem responder.

Constituído agora o CITCEM por oito grupos: ‘Territórios e Paisagens’; ‘Populações e Saúde’; ‘Valores em Transação’; ‘Sociabilidades e Práticas Religiosas’; ‘Narrativas Locais e Globais’; ‘Património Material e Imaterial’; ‘Educação e Desafios Societais’; ‘Cultura Digital’ e por cinco linhas de investigação: ‘Alteridade em Nós’; ‘Territórios Partilhados’; ‘Transformações Ambientais’; ‘Transições em Mudança’; ‘Fluxos Globais’, espera-se que os próximos números da CEM reflitam as problemáticas e a investigação orientada por estas macro-linhas de pesquisa, de pertinência local, regional e global. Assumindo-se como espaço de divulgação da investigação levada a cabo pelos investigadores do CITCEM, em Portugal e em espaços internacionais, a CEM, aberta à publicação em várias línguas, não se pretende de todo esgotar nessas contribuições, antes apela a uma ampla participação de investigadores externos, de fundamental importância para se assumir como espaço de debate e de antecipação de tópicos de referência internacional e transdisciplinar.

Uma palavra final de agradecimento é devida a todos os que tornaram possível a edição da CEM 8, com particular menção aos membros do seu Conselho Consultivo, destacados investigadores internacionais, a quem agradecemos o apoio, o suporte e a confiança, prometendo uma mais ampla consulta para definição de futuras estratégias editoriais; ao coordenador do presente número, Luís Fardilha e aos autores que submeteram os seus trabalhos a escrutínio; aos avaliadores externos que aceitaram o desempenho da árdua tarefa de arbitragem científica; aos serviços da Biblioteca Central da Faculdade de Letras da Universidade do Porto que deram apoio a este processo, bem como à edição on-line desta revista. Uma particular menção é devida a Marlene Cruz, que tornou possível a publicação de mais um número da Revista, em tempos deveras exigentes, e em que o conceito de *multi-tasking* nunca conheceu mais ampla definição e prática.

**Amélia Polónia**

(Coordenadora Científica do CITCEM)

## APRESENTAÇÃO

# AS LINHAS E AS LETRAS: EPISTOLOGRAFIA E MEMÓRIA DA CULTURA ESCRITA

A escrita de cartas vive hoje um processo de acelerada transformação, provocado pelos rápidos desenvolvimentos tecnológicos no domínio das técnicas de comunicação e de informação. As mensagens eletrónicas e as SMS tornaram praticamente anacrónicas as trocas epistolares em papel, protegidas por envelopes e utilizando os circuitos postais tradicionais. Até a correspondência comercial e oficial está a abandonar os meios de comunicação que se foram estabelecendo ao longo dos séculos, rendida à rapidez e outras vantagens da desmaterialização proporcionada pela tecnologia digital. Neste momento de crise e renovação das práticas epistolares, o CITCEM tomou a iniciativa de organizar um amplo Colóquio – o V Encontro CITCEM – intitulado «As Linhas e as Letras: Epistolografia e Memória da Cultura Escrita», que decorreu entre 24 a 26 de novembro de 2016, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, no qual um vasto conjunto de especialistas nacionais e estrangeiros teve a oportunidade de examinar, lado a lado com jovens investigadores, um amplo arco temporal de «culturas epistolares», desde a antiguidade até aos dias de hoje, procurando uma reflexão inclusiva e dialogada que envolveu diversos domínios científicos, como a Literatura, a História, a História de Arte, a Antropologia ou a Sociologia.

Na sequência desta iniciativa, foi tomada também a decisão de consagrar o número 8 da revista *CEM* à mesma temática, atendendo à valorização que este domínio de estudo tem conhecido nos últimos anos e à transversalidade do tema, dimensões que ficaram bem evidentes nas conclusões do referido Encontro. Lançado o apelo a contribuições, foram recebidas mais de três dezenas de propostas de artigos científicos para publicação, confirmando o interesse e atualidade da temática associada à epistolografia, especialmente no âmbito dos modernos estudos que se debruçam, a partir de múltiplos pontos de vista, sobre a(s) cultura(s) escrita(s). No conjunto de artigos assim reunidos, e que agora se publicam, é possível, pois, encontrar um panorama bastante alargado, tanto no plano cronológico quanto no domínio das metodologias mobilizadas e âmbitos científicos contemplados. Visando conferir um mínimo de organicidade e consistência ao volume, criámos duas grandes secções no interior do núcleo monográfico dedicado à Epistolografia: «As linhas da escrita», por um lado, e «As letras da memória», por outro.

Na primeira destas secções incluímos textos que, de alguma forma, abordam questões teóricas relacionadas com a escrita de cartas, propondo linhas de enquadramento

histórico-literário ou recordando e analisando preceitos destinados a conduzir aqueles que, por ofício, por necessidade ou por gosto enfrentavam a tarefa da escrita no contexto do género epistolar. Neste grupo reunimos, também, alguns trabalhos que estudam a formação de linhas de comunicação interpessoal com base na troca de correspondência escrita.

O primeiro artigo do referido conjunto situa nos séculos XVI e XVII o momento a partir do qual escrever cartas se tornou «uma prática social da cultura escrita que se generaliza e populariza ao mesmo tempo em que uma parcela maior da população é alfabetizada e são criados os sistemas escolares»<sup>1</sup>, com forte impacto nos «artefactos culturais implicados» nestas práticas. Segue-se um estudo que se debruça sobre a «teoria da composição epistolar nas épocas clássica e medieval», no qual se apresentam alguns dos muitos tratados sobre este género discursivo, assim como os principais cultores da carta. O terceiro artigo recua até à antiguidade egípcia para centrar a sua atenção nas antigas cartas aos mortos, considerando que tais textos pretendiam «divulgar um determinado contrato entre o parente falecido e o parente vivo», estabelecendo por este meio uma linha de comunicação que permite superar o fosso entre vivos e mortos. Sublinhando ainda esta capacidade que o diálogo epistolar tem para superar barreiras aparentemente inultrapassáveis, o trabalho seguinte parte de uma reflexão acerca da lírica amorosa em médio-altoalemão, o ‘Minnesang’, para entender a vertente epistolográfica possivelmente associada a esta tradição como uma linha de comunicação ao serviço da «transgressão do silêncio sem que este seja, de facto, verdadeiramente transgredido». Continuando na literatura alemã, segue-se um estudo que problematiza a relação de paralelo e de contraste entre mãe e filha, a Rainha anónima e Lavinia do *Eneasroman* de Neinrich von Veldeke, conseguida através do motivo da carta. Fecha este núcleo inicial um artigo que começa por oferecer uma contextualização histórica da prática epistolográfica para procurar, depois, em exemplos concretos de cartas escritas por personalidades muito diversas e afastadas umas das outras no tempo, o que a autora entende «ser o fio condutor que nos une através dos séculos».

No segundo núcleo desta secção inicial incluem-se diversos estudos que se debruçam sobre o papel das cartas na formação de redes, com o propósito de influenciar projetos de diversa ordem, nomeadamente de cariz político ou ideológico. Situado neste contexto das trocas epistolares no âmbito da diplomacia, o estudo seguinte analisa a linguagem utilizada nas fontes pontifícias portuguesas e italianas da primeira metade do século XII, com destaque para os documentos papais relativos aos problemas fronteiriços da diocese do Porto, durante o bispado de Dom Hugo (1112-1136), com as dioceses de Coimbra e Braga. A análise que empreendem leva os autores a concluir pela necessidade de se estudar as dinâmicas políticas e eclesiásticas do Porto e do bispo Dom Hugo num quadro mais alargado, de âmbito europeu. Segue-se um estudo que se debruça sobre um conjunto de cartas do P.e Alexandre de Gusmão, S.J. (1629-1724), maioritariamente

---

<sup>1</sup> Os excertos assinalados com aspas são tomados dos resumos elaborados pelos autores dos diferentes artigos para apresentação dos seus trabalhos.



inéditas, depositadas no ARSI, originalmente escritas com o fito de edificar leitores internos e externos da Companhia de Jesus, que hoje se revelam especialmente importantes para a construção do conhecimento sobre a ação catequética e evangelizadora dos jesuítas no Brasil. Vem depois um artigo que aproveita correspondência endereçada em meados do século XVII a Francisco Lopes Capadoce, um homem de negócios português, para estudar o papel exercido pelas cartas no mundo dos negócios durante o período moderno, domínio em que se tornaram instrumentos fundamentais. No mesmo terreno das cartas de negócios, mas numa cronologia mais próxima – anos vinte do século passado –, apresenta-se outro estudo que pretende evidenciar o valor documental deste tipo de cartas na investigação sobre o projeto arquitetónico de Le Corbusier, para o que recorre à metodologia da Crítica genética e utiliza fontes privadas arquivadas na Fondation Le Corbusier de Paris. Se aqui se conclui que «o lirismo corbusiano invade o território epistolar para deleitar, comover ou persuadir o destinatário», o artigo seguinte mostra como, também no domínio da vida espiritual, as cartas se tornaram, no século XVII português, um meio de que se servem alguns diretores de consciência (Fr. Estêvão da Purificação (O.C.), Fr. António da Conceição (C.S.J.E.) e Padre João Cardim (S.J.) para exercerem o seu ascendente sobre as suas dirigidas, guiando-as em diversos domínios da prática religiosa, tais como leituras, modos de orar ou práticas ascéticas e devotas. Avançando para o século XVIII, o estudo seguinte mostra como o discurso epistolar serviu, em meios científicos iluministas, para alcançar dois propósitos essenciais: o de divulgação, ficcionando uma leitora feminina a quem teorias científicas complicadas podiam ser explicadas de maneira mais simples e atraente, e o de criar uma rede de comunicação entre pares que permitia a partilha e a discussão de novas descobertas ou tentativas de explicação de fenómenos naturais. Ainda no Século das Luzes, mas agora em Portugal, as cartas de Frei Manuel do Cenáculo e de Francisco Xavier Fabri que são estudadas no artigo seguinte permitem constatar, nestas figuras, preocupações com a salvaguarda de bens reconhecidos como património histórico, o que revela a consciência patrimonial dos seus autores. Fecham esta secção mais dois trabalhos dedicados a realidades de finais de Setecentos. O primeiro serve-se da correspondência trocada entre os livreiros sediados em Portugal e a Société Typographique de Nêuchatel para destacar o papel decisivo da cultura escrita na criação de «um repositório da(s) memória(s) da Humanidade, auxiliar dificilmente substituível da transferência longitudinal de conhecimentos, técnicas, modos e modas, de cultura...». O artigo que fecha este primeiro conjunto centra a sua atenção nas cartas escritas por Germaine de Staël durante o primeiro exílio, entre 1788 e 1795, com as quais lhe foi possível estabelecer e manter uma rede de contactos que haveria de servir-lhe como plataforma intelectual ao serviço dos ideais políticos revolucionários que professava e da sua luta posterior contra Napoleão.

Na segunda secção do núcleo monográfico, aqui identificada como «As letras da memória», reúnem-se 13 artigos que valorizam o património epistolográfico enquanto registo de vivências pessoais, a partir do qual é possível reconstruir narrativas de vida e sondar universos privados que dificilmente seriam atingidos por outros meios. A propósito de experiências de exílio ou outros acontecimentos da esfera íntima e/ou familiar

mais ou menos marcantes, os autores deixaram nestas cartas testemunhos que podem interessar tanto a biógrafos como a historiadores ou sociólogos.

A abrir, surge-nos um artigo que analisa um dos numerosos casos compilados pelo ambicioso projeto *Post Scriptum*: o de Don Pedro de Escobedo, um fidalgo espanhol que foi processado em 1682 por um delito contra a integridade moral duma religiosa do convento de Santa Clara de Martos (Jaén). A partir deste caso de justiça, o autor pretende «mergulhar no fundo mental e social em que este fidalgo se movimenta» e compreender «como esses valores afetam o modo como viveu o amor, a vida profissional e a ação judicial». O segundo artigo desta secção analisa as dezenas de cartas que o jovem engenheiro Walter Merivale enviava regularmente para os familiares em Inglaterra, nas quais descrevia a sua experiência em Goa durante a construção do caminho de ferro de Mormugão, entre 1881 e 1888. Para além de aprofundar a história do caminho de ferro goês, discute-se a formação da *persona* do engenheiro e equaciona-se o uso de correspondência privada em investigações históricas.

Segue-se um grupo de estudos centrados em vultos maiores do mundo literário português, observados pelo ângulo das cartas que escreveram ou que receberam. É este o caso do artigo que analisa a correspondência dirigida a Almeida Garrett durante os seus tempos de exílio. São um conjunto de 25 cartas, aproximadamente, escritas por sua mãe e familiares num momento conturbado da história de Portugal, que integram atualmente o espólio conservado no setor de reservados da Biblioteca da Universidade de Coimbra. Vem depois uma análise das cartas literárias escritas por Júlio Dinis, mas assinadas com o pseudónimo Diana de Aveleda. Publicadas originalmente em jornais diários, estas peças constituem um criativo exercício de escrita em que se faz «um perspicaz e irónico desafio à reflexão a partir de considerações filosóficas, caracterização de género, auscultação dos modos, descrições geográficas ou da apologia das gentes e rotinas da cidade ou do campo, infletindo para linhas de orientação ditadas pela emergente Ciência». Se no caso do autor de *Uma Família Inglesa* está bem marcado o distanciamento entre o escritor e a suposta autora das cartas, é sempre problemático avaliar a fidelidade de quem escreve ao que foi efetivamente vivido, mesmo quando se trata de correspondência íntima. O caso de Ruben A., estudado no artigo seguinte, é bem elucidativo a este propósito, quando as cartas familiares que o escritor trocou com os pais entre 1942 e 1945 desafiam algum do conteúdo da autobiografia *O mundo à minha procura*, publicada na década de 60. O confronto entre as duas modalidades de escrita do “eu” revela divergências que são particularmente notórias nas impressões que o autor regista sobre o seu período de formação académica em Coimbra, o que é aqui interpretado como uma consequência dos pactos epistolar (Altman) e autobiográfico (Lejeune) que o autor estabelece com os seus leitores. Segue-se um estudo centrado nas «cartas de amor e exílio» trocadas entre Jorge de Sena e Mécia de Sena que procura entender a prática epistolar em interpenetração com a criação literária. Uma vez que a correspondência privada é a única fonte documental que permite conhecer as interações diretas dos atores sociais, o artigo reconstitui as “redes egocentradas” emissor/recetor e identifica relações estruturais e tipos de redes sociais, concluindo, em linha com o estudo precedente, «pela necessidade de debater a

suspensão da certeza biográfica nestas cartas». Vem a seguir uma análise da correspondência trocada entre António Sérgio e aquela que viria a ser sua mulher, Luísa Estefânia, no período que vai do outono de 1902 até à primavera de 1910. Trata-se de um conjunto que contém relevante informação autobiográfica sobre o brilhante ensaísta, uma vez que nestas cartas se encontram referências «à importância da família, ao magma sociocultural que experienciou durante os seus primeiros anos de vida e que terá sido fundamental na formação da sua personalidade, às leituras que fez e aos pensadores que leu». Embora sem as liberdades formais proporcionadas pela “carta familiar”, é possível reconstruir na epistolografia do Padre António Vieira elementos sobre a sua «experiência de jesuíta em aldeia». O trabalho que aqui se publica maneja as cartas que Vieira escreveu ao longo de 70 anos (1626-1697) para observar o modo como, respeitando os objetivos e prescrições do género textual, o autor deixa entender o modo como «usava a “experiência” associando-a ao espaço dos aldeamentos e à condução dos índios ao corpo social hierárquico português». A fechar este grupo de epistolografia “literária” e memorialista, oferece-se um artigo que apresenta o conjunto de 27 cartas dirigidas em 1821 a Domingos de Oliveira Maia, ensaiando uma sondagem das potencialidades que oferecem «como documento para o estudo social, político e até estético num ano particularmente importante da história de Portugal». É o regresso à reflexão sobre o valor do material epistolográfico na sua dimensão tanto literária como documental, uma questão especialmente pertinente no século XIX.

Colocamos na parte final desta vasta secção temática quatro artigos que abordam temáticas associadas a situações de emigração, com relevo especial para os movimentos entre o norte de Portugal e o Brasil. As cartas escritas por e/imigrantes são uma fonte rica que tem sido utilizada tanto por investigadores que se interessam pela História Social da Cultura Escrita ou pela História Cultural, como pelos que trabalham no domínio da escrita feminina. Neste âmbito se situa o trabalho que leva como título: «Cartas de mulheres: história social da cultura escrita de e/imigrantes portuguesas no Brasil (1896-1929)». No trabalho seguinte, submete-se documentação do mesmo tipo, conservada no Arquivo do Governo Civil de Viana do Castelo, a uma primeira análise quantitativa para, depois, se dar atenção «à problemática da saudade da gente anónima, observada a partir da perspectiva do emigrante». Este pequeno núcleo dedicado às cartas de emigrantes encerra com um estudo que cruza a correspondência recebida pelo “brasileiro” Sousa Fernandes entre 1862 e 1904 com os passaportes, para «fazer um estudo de caso de um emigrante de torna-viagem do Minho, da segunda metade de Oitocentos». Esta investigação permitiu concluir que o recurso ao epistolário se revela fundamental, dado que esta fonte «possibilita apreender facetas que as fontes clássicas não alcançam».

Creemos ressaltar, nesta apresentação brevíssima de quase três dezenas de artigos, a riqueza de perspectivas metodológicas e temáticas que a investigação das práticas epistolares abre, bem como a fecundidade que as abordagens transdisciplinares – perspectiva inscrita na matriz tanto do CITCEM como desta sua revista – apresentam.

Ao vasto dossiê temático que dá título a este volume monográfico juntam-se 3 outros artigos que formam a habitual secção “Vária”. Os autores do primeiro destes trabalhos

partem do levantamento das marcas oficialmente registadas entre 1883 e 1900 – em que identificam uma forte presença de marcas de vinhos e produtos vinícolas – para investigar a forma como os diferentes agentes comerciais recorreram a imagens rurais associadas às regiões de origem dos vinhos, para criarem elementos de distinção e valorização das suas marcas. O segundo artigo situa-se no domínio da história da medicina em Portugal e procura identificar as principais fases da construção da endocrinologia portuguesa na primeira metade do século XX. Por último, publica-se um novo artigo de uma série que o autor tem vindo a dedicar há já alguns anos a propostas pedagógicas centradas na utilização de fontes literárias para o estudo da história. Desta vez, está em causa a invasão da Polónia, que marcou o principio da Segunda Guerra Mundial.

Depois de apresentar aos leitores este vasto e muito diversificado conjunto de estudos, resta-nos esperar que algum dos temas abordados vá ao encontro dos seus interesses e nele possa estimular o saudável espírito crítico, tanto quanto satisfazer a sede de conhecimento. Os autores destas quase três dezenas de estudos não os escreveram para si próprios, mas para os fazerem chegar aos seus pares e a um público mais largo, menos especializado mas interessado nos resultados da investigação que se vai fazendo na área das ciências humanas. Disseminar os resultados do trabalho desenvolvido pelos investigadores do CITCEM é um objetivo fundamental que a revista *CEM* persegue desde a sua origem e que este novo número deseja cumprir, uma vez mais.

Luís Fardilha  
(Editor da CEM 2017)

# APONTAMENTOS SOBRE CULTURA ESCRITA E PRÁTICAS EPISTOLARES

CARLA GASTAUD\*  
BRUNA FRIJO COSTA\*\*

**Resumo:** A carta não é uma invenção dos séculos XVI e XVII, entretanto, é nesse período que adquire importância como instrumento de comunicação social; escrever cartas é uma prática social da cultura escrita que se generaliza e populariza ao mesmo tempo em que uma parcela maior da população é alfabetizada e são criados os sistemas escolares. Além disso, é possível apreender, através da materialidade da escritura epistolar, como os artefatos culturais implicados nas práticas de correspondência são postos em ação na erudição, na caligrafia, na gramática, no estilo, na arte epistolar, na construção das sociabilidades e no pacto epistolar.  
**Palavras-chave:** Escrita epistolar; cultura escrita; práticas de correspondência.

**Abstract:** Letters were not invented in the 16th or the 17th century, however, it was during this period that they gained significance as an instrument of social communication; writing letters is a social practice in writing culture that achieved popularity as greater number of people became literate and school systems were created. Moreover, through the materiality of epistolary writing, it is possible to see how the cultural artifacts involved in correspondence practices are put into action in erudition, calligraphy, grammar, style, epistolary art, sociability, and the covenant epistolary.

**Keywords:** Epistolary writing; written culture; correspondence practices.

## PRÁTICAS EPISTOLARES E CULTURA ESCRITA

A escrita epistolar é um dos processos de afirmação das práticas da cultura escrita – em uma sociedade que se torna cada vez mais grafocêntrica<sup>1</sup> – no período compreendido entre o final do século XIX e o começo do século XX.

Escrever cartas é uma prática social da cultura escrita que se generaliza e populariza ao mesmo tempo em que uma parcela maior da população é alfabetizada e são criados os sistemas escolares. É preciso compreender a escrita epistolar como uma rara oportunidade de transitar pela história de diferentes territórios da intimidade, por relações de amor e amizade, por experiências singulares de sociabilidade<sup>2</sup>.

A cultura escrita caracteriza um modo de organização social<sup>3</sup> e «vai desde o livro ou o jornal impresso até a mais ordinária, a mais cotidiana das produções escritas, as notas feitas em um caderno, as cartas enviadas, o escrito para si mesmo»<sup>4</sup>. Escrever, de acordo com Castillo Gómez<sup>5</sup> «sinaliza para uma atividade mais espontânea e até subjetiva».

\* Universidade Federal de Pelotas. Email: crgastaud@gmail.com.

\*\* Universidade Federal de Pelotas. Email: brunafriocosta@gmail.com.

<sup>1</sup> Isto é, numa sociedade em que a cultura da maioria é profundamente penetrada pelo escrito e em que o impresso desempenha papel de primeira importância na circulação dos modelos culturais. CHARTIER, 2003: 91.

<sup>2</sup> CASTRO GOMES: 2004.

<sup>3</sup> BRITO, 2005: 15.

<sup>4</sup> CHARTIER, 2001: 84.

<sup>5</sup> CASTILLO GÓMEZ, 2012: 68.

Estudar as práticas de correspondência é mergulhar nas relações entre cultura escrita e sociedade e na função que cada produto gráfico assume no ambiente cultural concreto que o produz e utiliza<sup>6</sup>. As cartas, inclusive e, talvez, especialmente as correspondências ordinárias, «datadas e localizadas, guardam consigo os sinais de um momento, fixam a experiência no tempo e no espaço»<sup>7</sup>. Seus dizeres passam a ser «signos ou indícios a serem interpretados». Quando chegamos até nós, as cartas «desvelam a vida privada»<sup>8</sup>.

Neste trabalho buscamos exemplos dessas práticas nas cartas de Mozart Antunes Maciel, parte do conjunto epistolar Família Maciel<sup>9</sup> que integra o acervo do Museu da Baronesa localizado na cidade de Pelotas, no Sul do Brasil. Constituído por duzentas e trinta e cinco cartas – sendo cento e quarenta e oito escritas ao longo de três décadas pela Baronesa Amélia; cinquenta e três cartas escritas pelo neto da Baronesa, Rubens, entre fevereiro e agosto de 1914 e trinta e quatro escritas por Mozart entre outubro de 1927 e maio de 1928, todas elas dirigidas a D. Sinhá, filha da Baronesa e mãe dos rapazes, que habitou a mesma casa em que hoje está o Museu – este conjunto apresenta indícios de outros tempos, de hábitos, de práticas e de valores partilhados referentes à escrita epistolar, assim como às formas das sociabilidades e aos deveres de consideração para com pares e familiares. Segundo filho de D. Sinhá a fazer o giro europeu, Mozart vai para Europa em outubro de 1927. De lá, remete, de várias cidades, trinta e quatro cartas que se estendem pelo ano de 1928.

De Paris, a primeira carta escrita já anuncia o desejo de que as cartas materializem a experiência ímpar que o missivista está vivendo.

*Entretanto, sem exagero, seria necessario ser um escriptor perfeito, com uma memoria muito boa, para, em muitos volumes, poder traduzir com a possível fidelidade tudo o que, percebido pelos sentidos, pouco habituados, fosse repercutir no seu cerebro e na sua alma. Mas vamos por partes... e que eu seja feliz na descrição! (Carta de 15 de outubro de 1927).*

As cartas de Mozart dirigem-se à mãe exclusivamente, iniciando sempre por variações de «Querida mamãe».

Mozart parece ser um correspondente muito interessante, suas descrições são vivas e as saudações bastante carinhosas. Repetem-se em suas cartas os pedidos por mais cartas – escrevam mais – e as indagações por correspondentes faltosos, que não responderam aos cartões enviados.

O escrito possui uma característica importante: ele «reflete» quem escreve. Na escrita epistolar, mas não apenas nela, as folhas de papel podem captar as emoções, seja através da caligrafia mais forte ou mais branda, seja no cuidado de escrever sem rasurar, seja no modo como a descrição dos fatos é feita, em suma, as cartas falam de quem escreve.

---

<sup>6</sup> SIERRA BLÁS, 2003: 109.

<sup>7</sup> IONTA, 2004: 19.

<sup>8</sup> DAUPHIN & POUBLAN, 2002: 75.

<sup>9</sup> Este conjunto epistolar foi objeto da tese de doutorado de Carla Rodrigues Gastaud intitulada De Correspondência e correspondentes: Cultura Escrita e Práticas Epistolares, disponível em <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/21852>.

As cartas são objetos biográficos. O correspondente escreve para realizar um projeto de dizer e de dizer-se. A escrita permite moldar o sentido do «eu» ou de identidade e, dessa forma, afeta as maneiras como as vidas são construídas. As cartas, segundo Mignot e Cunha (2006), materializadas em papel e tinta guardam histórias individuais e familiares. Elas são resultado da vontade de testemunhar um vivido. Escrever cartas é fazer-se presente, mostrar-se ao outro e fazer-se ouvir. Destinada a estabelecer vínculos e pactos de reciprocidade, a carta fixa na escrita a complexa relação de confiança estabelecida entre remetente e destinatário. Carta contém mundos inalcançáveis, apenas brevemente vislumbrados. Mas como feixes de luz, permitem vislumbrar vidas narradas. A família – ou pessoa – que guarda institui um conjunto que serve aos seus propósitos: seleciona, descarta, elege as cartas boas para guardar.

Segundo Chartier (1991), *Le Secrétaire à la mode*<sup>10</sup> foi o «*best seller*» das coletâneas de modelos de cartas. Embora «dedicados inicialmente aos epistológrafos nobres ou burgueses, esses secretários logo são incluídos no catálogo de editores que publicam livros de ampla circulação». O interesse pelos manuais de escrita estendeu-se a outras camadas sociais e a *Bibliothèque bleue*<sup>11</sup> incluiu o *Secrétaire à la mode* e outros manuais. É bastante possível que tais modelos eruditos tenham tido bem pouca utilidade para os leitores populares, mesmo assim, «possuir um livro que os contém constitui uma espécie de enobrecimento cultural»<sup>12</sup>.

No século XIX, novas formas da cultura escrita se impõem e as relações epistolares acabam por matizar<sup>13</sup> toda a vida social e por colocar toda uma sociedade, voluntaria ou forçosamente, nos traçados do escrito<sup>14</sup>.

O romance *Drácula*<sup>15</sup> é uma amostra desta sociedade atravessada pela escritura. Publicado no final do século XIX, o livro se organiza inteiramente sobre testemunhos escritos – o diário de Jonathan Harker, as cartas de Mina Murray, os telegramas, as notícias publicadas no *Daily Telegraph* – que constroem a atmosfera de verossimilhança em torno da história do vampiro romeno que, por um curto período, assombra Londres.

## SOBRE OS MANUAIS EPISTOLARES

Num mundo que se torna cada vez mais grafológico, a correspondência se torna o exercício por excelência que dá acesso ao universo do escrito<sup>16</sup>. Esse é o tempo em que todos e qualquer um, gentes de pluma e sem ela<sup>17</sup>, em alguma ocasião, precisaram escrever

---

<sup>10</sup> Escrita por Jean Puget de La Serre, esta obra conheceu muitas versões ainda durante a vida do autor (1593?- 1665), com o acréscimo de novas cartas e recomendações anunciadas com destaque nas folhas de rosto. Inúmeras obras similares apareceram ao longo do século XVII, em vários países. MIRANDA, 2000: 44-5.

<sup>11</sup> «Fórmula editorial desenvolvida entre 1700 e meados de 1800, [pelos Oudot de Troyes], com a finalidade de atrair o público leitor mais numeroso (e mais popular)», oferecia livros com capa azul, cujos títulos «provinham de todos os gêneros, todas as épocas e de todos os tipos de literatura» sempre comercializados ao preço mais baixo possível. CHARTIER, 1995: 223.

<sup>12</sup> CHARTIER, 1991: 116.

<sup>13</sup> *Émailleur* no original. DAUPHIN, 2000: 12.

<sup>14</sup> DAUPHIN, 2000: 12.

<sup>15</sup> STOKER, [1897] 2007.

<sup>16</sup> Tradução das autoras. DAUPHIN, 2000: 12.

<sup>17</sup> CASTILLO GOMES, 2006: 19.

cartas, acessar este universo, daí o significativo sucesso dos manuais de escrita epistolar no século XIX.

Os manuais difundem as normas epistolares, um modo correto de colocar-se por escrito, de dirigir-se ao destinatário, de usar o papel, são instrumentos para organizar o estilo de escrever cartas e o êxito que experimentam está vinculado ao avanço da alfabetização e da necessidade de escrever cartas<sup>18</sup>.

Sempre pedagógicos<sup>19</sup>, os manuais servem para ensinar não só às pessoas com menos habilidade gráfica, mas, também, às pessoas com menos traquejo ou habilidade social. Um tema de que os manuais se ocupam repetidamente é esclarecer como se deve dirigir cartas a destinatários de diferentes posições e condição social.

Todo manual traz regras para cada ocasião em que uma carta deveria ou poderia ser enviada. Esses códigos, tão importantes quanto o conteúdo verbal da missiva, estabelecem uma imagem do remetente para o destinatário que, com um olhar para a carta recebida poderia identificar quando se trata de uma pessoa fina, letrada, educada, ou, ao contrário, poderia dizer que não se trata absolutamente de uma pessoa com estas qualidades.

Gaspar Tejada escreve em seu manual: «as cartas são projeções simbólicas de quem as escreve ou ordena e o secretário deve escrever as cartas de modo a que expressem a autoridade de seu senhor»<sup>20</sup>. Tomando as cartas de uma forma similar, isto é, como expressão de quem as escreve ou ordena, o manual de Lucia Jordão Villela afirma: «uma carta é quase que o retrato de uma pessoa. Quem escreve deve, pois, dar toda atenção ao aspecto de sua missiva»<sup>21</sup>. Ou seja, a apresentação da carta – uma distribuição agradável do escrito, adequada, limpa, sobre bom papel, em boa caligrafia – cria um conceito sobre o autor da missiva.

O sucesso dos manuais está diretamente relacionado ao desejo de ser social e culturalmente apto, de colocar-se em um bom lugar na sociedade escriturística. Na falta de uma aptidão de berço ou de formação, o manual oferece a chance de parecer social e culturalmente adequado.

Esta habilidade, a de enviar uma carta em todos os sentidos adequada, era mais um marcador social que evidenciava a origem de classe do autor, assim como o fazem a fala com acento de origem popular, o tempo de permanência na escola, a prática de determinados esportes e o bronzeado da pele, ou, dependendo da época, a falta dele, entre tantos outros indícios de pertencimento social.

Enquanto o uso da correspondência se impõe em todos os domínios, a distribuição do *savoir-faire* epistolar não é uniforme. Cada situação de escritura deve ajustar à norma os rudimentos de um saber incerto, reinventar as mediações que ajudam a converter um ato de comunicação em texto corretamente dirigido e formulado<sup>22</sup>.

---

<sup>18</sup> CASTILLO GOMES, 2006: 36.

<sup>19</sup> DAUPHIN, 2000: 10.

<sup>20</sup> Apud CASTILLO GOMES, 2006: 40.

<sup>21</sup> VILLELA, 1967: 260.

<sup>22</sup> DAUPHIN, 2000: 13.



A organização do texto e sua materialidade eram aspectos que convertiam a carta em um artefato capaz de representar as regras do pacto social e, portanto, capazes de projetar uma imagem de quem a escreveu e de sua posição naquela sociedade. Alterar as regras de escritura das cartas implicava romper o pacto social<sup>23</sup>. Saber escrever significava também saber o que é conveniente e o que é decente dizer por escrito «*a l'ordre d'une culture, d'un gout, d'une liberté de parole*»<sup>24</sup>.

A liberdade de palavra, como na Grécia antiga, não é a liberdade para dizer o indizível, mas a liberdade para dizer o adequado. Há coisas que não devem ser ditas e muito menos escritas uma vez que, como os manuais encarregam-se de afirmar repetidas vezes, *scripta manent* – a escrita permanece – enquanto «as palavras passam, ou esquecem, o que se escreve fica, *'scripta manent'*»<sup>25</sup>.

## MANUAIS EPISTOLARES: A REGRA E A TRANSGRESSÃO

A partir do século XVI, diversas obras, oferecendo modelos e normas para a prática da correspondência foram publicadas com o objetivo de «estruturar pequenos conjuntos de regras que podiam referir-se, por exemplo, às formas dos cabeçalhos e das frases de despedida»<sup>26</sup>.

Essas formas e formalidades só têm sentido se os sujeitos do comércio epistolar compartilham dos mesmos códigos, porque a forma da carta

*[...] entraña un acto de comunicación que se debe interpretar a partir de los contextos de producción y recepción, valorando las estrategias culturales e ideológicas de las que se hace portador y las maneras en que se verifica la decodificación del mensaje, y incluyendo igualmente la reescritura que el texto puede experimentar una vez en manos del lector*<sup>27</sup>.

O gesto epistolar manifesta normas e manifesta, também, a sua transgressão. A forma como uma carta é escrita revela a formação e a competência gráfica de seu autor e o «*seguimiento del protocolo de escritura que este emplea se convierte en un indicador de primera orden para situarle en una o en otra parte del entramado social*»<sup>28</sup>. Escrever bem, isto é, escrever conforme a norma – ortografia, sintaxe, caligrafia, estilo – utilizando os materiais adequados – bom papel, tinta escura, envelopes apropriados – é um marcador de distinção social. Tal distinção pode ser confirmada quando Mozart Antunes Maciel se desculpa com a mãe – sua principal destinatária – pelo papel utilizado para escrever, em carta de Nice em 24 de fevereiro de 1928.

---

23 CASTILLO GOMES, 2006: 55.

24 «À ordem de uma cultura, de um gosto, de uma liberdade de palavra». (Trad. das autoras]. DAUPHIN, 2000: 13.

25 ROQUETTE, [1866]1997: 267.

26 MIRANDA, 2000: 44.

27 CASTILLO GÓMEZ, 2003: 104.

28 SIERRA BLÁS, 2003: 28.

*P.S. Não repares o papel de carta em que te escrevo: vê-se bem que eu estou na França! Apesar de que este é um dos melhores hotéis da cidade, o único papel que elles oferecem é este,... e isso mesmo em troca de... 2 francos. (Carta de 24 de fevereiro de 1928).*

Por isso os manuais são um sucesso editorial tão duradouro? Será porque constituem uma possibilidade de superar barreiras de classe e de formação?

Os manuais podem se apresentar como uma chave para apagar a distância cultural entre os que dominam as habilidades necessárias para escrever uma carta e os que não as dominam, mas os leitores populares, afirma Chartier, para os quais os manuais não tinham utilidade prática, parecem tê-los lido como ficção<sup>29</sup>. As fórmulas dos manuais se apresentam como um salvo-conduto para ultrapassar barreiras sociais<sup>30</sup>. Por outro lado, escrever demasiadamente de acordo com as normas e seguir muito estritamente os modelos prescritos poderia funcionar como um marcador social às avessas, denunciando a pouca familiaridade com a escritura de tipo epistolar e a consequente preocupação com a forma. Como aponta Carmen D'Ávila, «que coisa horrível verificar que alguém nos escreve ‘ipsis verbis’ o que ali [nos manuais] se encontra»<sup>31</sup>.

Carta, epístola, missiva, correspondência. Uma carta é um objeto escrito para comunicar algo a alguém. Este alguém pode ser singular, individual, ou tão múltiplo quanto uma família, uma comunidade de leitura, uma vizinhança, uma cidade, um país, uma nação. Para ser reconhecido como uma carta, o objeto escrito deve mostrar alguns dos atributos do gênero epistolar, entre eles: lugar de origem, data e destinatário, saudações e despedidas e distribuição dos parágrafos de acordo com o cerimonial epistolar.

## A CIRCULAÇÃO DE CARTAS

Por definição as cartas circulam. Escritas para suprir a falta, ou suprimir a distância, as cartas levam o correspondente – ou suas palavras por escrito – ao destinatário distante. Não é nada incomum um correspondente declarar que ler a carta do amigo é receber sua visita ou ouvir sua voz, tal como Sêneca, na Epístola 40: «Agradeço-te a frequência com que me escreves, pois é o único meio de que dispões para vires à minha presença. Nunca recebo uma carta tua sem que imediatamente, fiquemos na companhia um do outro»<sup>32</sup>.

As cartas podem efetuar ligações afetivas através das fronteiras da ausência, porque o escrito é capaz de carregar, «o corpo ausente, a memória, a genealogia, bem como o valor material literal»<sup>33</sup>. Para cumprir seu papel, as cartas viajam, de um bairro a outro, de uma cidade a outra, de um país a outro, de uma escola a outra. Na primeira carta escrita por Mozart Antunes Maciel, de Paris, ele solicita a destinatária, sua mãe, que a carta seja lida por outros amigos:

---

<sup>29</sup> CHARTIER, 2003: 159.

<sup>30</sup> DAUPHIN, 2000: 58.

<sup>31</sup> D'ÁVILA, 1942: 169.

<sup>32</sup> Apud TIN, 2005: 24.

<sup>33</sup> STALLYBRASS, 2012: 26.

*P.S. Depois de lerem esta, Mamãe querida, telephona para Sul 2164, casa do «seu» Assumpção, e diz ao Mario que pode mostrar aos amigos. Depois ele devolverá.  
M. (Carta de 15 de outubro de 1927)*

No Brasil a circulação das cartas físicas é competência dos Correios. A Lei Postal de 1978, no seu artigo 47, define correspondência postal como «o objeto que contém comunicação ou nota atual e pessoal, dirigida a outrem». E, ainda, «carta é todo papel, mesmo sem envoltório, com comunicação ou nota atual e pessoal». Também são consideradas cartas «todo objeto de correspondência com endereço, cujo conteúdo só possa ser desvendado por violação» (Lei 6.538/78).

Na década de 1840, vários países ocidentais modificaram seus sistemas de correio. A Inglaterra foi o primeiro deles com a implantação do *Penny Post*, que tornou simples e barato expedir cartas e transformou a correspondência num hábito. Implantado por Sir Rowland Hill, o *Penny post* – modalidade de postagem – fixou que «todas as cartas deviam ser pagas pelo expedidor, com um porte uniforme estabelecido pelo correio – um *penny* para as cartas pesando menos de catorze gramas». Antes desta reforma, o serviço postal inglês «estava perdido em uma confusão de regulamentos que traziam grandes inconvenientes e tornavam as taxas exorbitantes», a distância e o peso da carta multiplicavam o valor do porte que era pesado mesmo para os «melhores» e inviável para os pobres. «Pior ainda: o tráfego postal não era seguro, estava exposto a extravios, furtos, contrabando e atrasos extraordinários»<sup>34</sup>.

O volume de cartas expedidas nesse país dobrou já no primeiro ano de funcionamento do novo sistema e multiplicou-se muitas vezes nas décadas seguintes. Como assinala Peter Gay, rapidamente «escrever cartas passou a ser uma ocupação importante das pessoas alfabetizadas»<sup>35</sup>. Nos Estados Unidos realizou-se uma reforma semelhante em 1847, no Brasil, a adoção do modelo inglês se deu em 1842.

Outra mudança significativa, desta vez no tempo transcorrido entre a expedição e o recebimento das cartas, ocorreu com a criação do correio aéreo nos anos 1920, assim registrado por Saint-Exupéry:

*Os três aviões postais da Patagônia, do Chile e do Paraguai voltavam assim do sul, do oeste e do norte para Buenos Aires, onde se aguardava sua carga para dar o sinal de partida, por volta da meia noite, ao avião da Europa*<sup>36</sup>.

Essas questões – correios, selos, malas postais – não são apenas ilustração histórica, elas reverberam nas práticas. Em carta datada de 16 de março de 1928, enviada de Londres, Mozart Antunes Maciel, escreve à mãe sobre o correio aéreo:

*No caso de eu poder voltar imediatamente, pede ao Papae que, como da primeira vez, encha um cheque de 100 (custo da passagem) Libras, que tú mesma me enviarás juncto com*

<sup>34</sup> GAY, 1990: 342-343.

<sup>35</sup> GAY, 1999: 342-343.

<sup>36</sup> SAINT-EXUPÉRY, 1975: 21.

*algumas recommendações que julgues necessarias; e si puderes, não deixes de aproveitar o correio aereo (cuja primeira «mala» dahi já foi distribuida hontem em Paris), que significa uma economia de tempo de mais de 20 dias. (Carta de 16 de março de 1928)*

Apesar das mudanças nos serviços dos correios, Mozart, em três cartas consecutivas, enviadas de Londres e datadas de 29 de março, 05 de abril e 12 de abril de 1928, reclama deste serviço:

*Dizes que algumas das tuas cartas não me chegam ás mãos, e vice-versa, e infelizmente assim é. A proposito, recebeste uma carta «confidencial», registrada, que te mandei no dia 17 deste mez (Março)?<sup>37</sup> Espero que sim, porque ella contém muita cousa de interesse para nós!*

*Quanto aos retratos «instantaneos» que me pediste, não os tenho mandado com receio de que não os chegues a receber, preferindo levar-los eu mesmo. (Carta de 29 de março de 1928)*

*É uma pena que não recebas as pequenas encommendas e as cartas que seguidamente tenho te escripto. Espero, porém, brevemente, tirar a minha desforra do Mº Correio, dando-te pessoalmente todos os beijos, que elle não quis transmittir. (Carta de 05 de abril de 1928)*

*Há já alguns dias que estou para escrever-te, mas esperava uma promettida carta que, entretanto, parece ter tido o mesmo destino de muitas outras, nas mãos dessa, pelo menos ás vezes, matadora de esperanças que pomposamente se chama – Repartição Geral dos Correios e Telegraphos Nacionaes! (Carta de 12 de abril de 1928)*

O prazer das cartas que chegam, a angústia das cartas que se perdem, a espera pelas cartas que demoram. Em carta de Paris em 19 de novembro de 1927, Mozart escreve à mãe sobre isto:

*Recebi, hontem, a tua primeira carta, datada de 21 de Outubro. Não podes avaliar todo o contentamento que ella me trouxe, tal a saudade e a falta que tenho sentido de ti e de todos; basta dizer-te que eu não podia convencer-me que ainda não havia tempo para receber cartas, e já por 6 ou 7 vezes havia ido ao Consulado procura-las. Emfim, quem espera nem sempre deve desesperar... e o meu dia chegou! (Carta de 19 de novembro de 1927)*

As condições de possibilidade de manutenção do comércio epistolar<sup>38</sup> – presentes na carta que Mozart escreve de Paris, em 23 de outubro de 1927 – atravessam as práticas e são tratadas, ao lado dos temas da vida privada, rotineiramente nas cartas. Compõem o mosaico dos usos diferenciados, das apropriações, ou não, das normas, dos efeitos de sentido da escrita epistolar.

*Mamãe querida, para terminar, peço-te novamente que me escrevas bastante (é o único lenitivo para a grande saudade que, naturalmente, sinto de todos) e que pelas tuas cartas, me*

<sup>37</sup> A carta a qual Mozart se refere, datada 17 de março de 1928 faz parte do acervo disponível para pesquisa, portanto, apesar de criticar o serviço do correio, a carta chegou ao destinatário.

<sup>38</sup> Entende-se por comércio epistolar a simples troca de cartas, regular ou não, entre dois correspondentes. No mesmo sentido em que Roquete ([1866]), 1977, p. 268) emprega esta expressão em seu manual.

*tragas sempre ao par dos teus projectos, da vida de todos, dos nossos negocios, dos quaes desejaria ter sempre amplas informações, e, ainda mais, como vae se portando o grupo dos – Macielsinhos. (Carta de 23 de outubro de 1927)*

Escrever é traçar na página, por «uma série de operações articuladas gestuais e mentais», trajetórias que desenham frases e, por fim, um sistema<sup>39</sup>. A página, o texto, o jogo escriturístico e o terreno cultural e social no qual esse jogo acontece, são elementos a considerar no empreendimento epistolar.

O jogo escriturístico não é apenas um jogo,

*[...] tem como sentido remeter à realidade de que se distinguiu em vista de mudá-la [...]. O laboratório da escritura tem como função 'estratégica': ou fazer que uma informação recebida da tradição ou de fora se encontre aí coligida, classificada, imbricada num sistema e, assim, transformada; ou fazer que as regras e os modelos elaborados neste lugar excepcional permitam agir sobre o mundo e transformá-lo. A ilha da página é um local de passagem onde se opera uma inversão industrial: o que entra nela é um 'recebido', o que sai dela é um 'produto'. As coisas que entram na página são sinais de uma 'passividade' do sujeito em face de uma tradição; aquelas que saem dela são as marcas de seu poder de fabricar objetos<sup>40</sup>.*

Uma carta é um objeto escrito. Escrito por um missivista que traça, com seus gestos sobre a página, frases que querem dizer algo a alguém. Esse produto escriturístico nunca é neutro<sup>41</sup>.

No ato/gesto epistolográfico, missivistas, a partir de um repertório compartilhado de palavras, conceitos, modelos, gestos e costumes, pensam e expressam um mundo exterior ao empreendimento escriturístico em que se empenham.

A materialidade da escritura tem implicações – o papel, o envelope, a pena/caneta – os instrumentos da escrita; o lugar de escrever; a distribuição do escrito na página; a ordem em que os assuntos aparecem; o estilo adotado; os espaços deixados em branco; as normas epistolares (obedecidas ou não), tudo isso provoca efeitos sobre os missivistas – e pretende conformar a leitura que será feita pelo destinatário, ao induzir tal ou qual compreensão, insinuar o indescritível, expor determinadas impressões e sentidos.

Estudar as práticas de correspondência é lançar-se em um mergulho nas relações entre cultura escrita e sociedade e no papel que cada produto gráfico assume no ambiente cultural concreto que o produz e emprega. As cartas podem ser um modo privilegiado de acesso a relacionamentos, sociabilidades, familiaridades, singularmente próximas e, simultaneamente, ser estranhas ao tempo em que vivemos o que torna as cartas especialmente interessantes para o historiador. Além disso, é possível apreender, através da materialidade da escritura epistolar, como os artefatos culturais implicados nas práticas de correspondência são postos em ação na erudição, na cali-

<sup>39</sup> CERTEAU, 1994: 225.

<sup>40</sup> CERTEAU, 1994: 226.

<sup>41</sup> «A empresa escriturística transforma ou conserva dentro de si aquilo que recebe de seu meio circunstancial e cria dentro de si os instrumentos de uma apropriação do espaço exterior». CERTEAU, 1994: 226.

grafia, na gramática, no estilo, na arte epistolar, na construção das sociabilidades e no pacto epistolar.

## BIBLIOGRAFIA

- BRASIL. Lei N.º 6.538, de 22 de junho DE 1978. Disponível em <http://www.correios.com.br/servicos/faleco-moscorreios/lei6538.cfm> acesso em 13 jul de 2009.
- BRITTO, Luiz Percival Leme (2005) – *Letramento e Alfabetização: implicações para a Educação Infantil*. In: FÁRIA, Ana Lúcia Goulart de & MELLO, Suely Amaral (Orgs.) – *O mundo da escrita no universo da pequena infância*. Campinas: Autores Associados, p. 5-21.
- CASTILLO GOMES, Antonio (2003) – *Historia de la cultura escrita: ideas para el debate*. Revista Brasileira de História da Educação. Dossiê «O Público e o Privado na Educação Brasileira»; janeiro/junho 2003, n.º 5.
- \_\_\_\_ (2006) – *Entre la pluma y la pared*. Madrid: Ediciones Akal.
- \_\_\_\_ (2012) – *Educação e Cultura Escrita: a propósito dos cadernos e escritos escolares*. Educação – PUCRS – Porto Alegre, v. 35, n. 1, p. 66-72, jan/abr 2012.
- CASTRO GOMES, Ângela de (2004)– *Escritas de si, escritas da história: a título de prólogo*. In: GOMES, A.C. (org). *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- CHARTIER, Roger (1991) – *As práticas da escrita*. In: CHARTIER, R. (Org.). *História da Vida Privada*, v. 3: da Renascença ao Século das Luzes. São Paulo, Companhia das Letras.
- \_\_\_\_ (1994) – *A Invenção do Cotidiano: Artes de Fazer*. Petrópolis: Vozes.
- \_\_\_\_ (2003) – *À Beira da Falésia*. Porto Alegre: UFRGS.
- \_\_\_\_ (2003a) – *Formas e sentido. Cultura escrita: entre apropriação e distinção*. Campinas, SP: Mercado das Letras.
- CHARTIER, Roger (2007) – *Inscriver e apagar*. São Paulo: Editora UNESP.
- DAUPHIN, Cécile; POUBLAN, Daniele (2002) – *Maneiras de escrever, maneiras de viver-cartas familiares no século XIX*. In: BASTOS, Maria Helena C., CUNHA, Maria Teresa S. e MIGNOT, Ana Chrystina V.(orgs.). *Destinos das Letras: História, Educação e Escrita Epistolar*. Passo Fundo: UPF.
- DAUPHIN, Cecile (2000) – *Prête-moi ta plume... Les manuels épistolaires au XIXe siècle*. Paris, Klimé.
- D'ÁVILA, Carmen (1942) – *Boas maneiras*. Ilustrações de Noemia. Rio de Janeiro e São Paulo: Editora Civilização Brasileira S.A.
- GAY, Peter (1999) – *A experiência burguesa da rainha Vitória a Freud: o coração desvelado*. São Paulo: Companhia das Letras.
- IONTA, Marilda Aparecida (2004) – *As cores da amizade na escrita epistolar de Anita Malfatti, Oneyda Alvarenga, Henriqueta Lisboa e Mário de Andrade*. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.
- MIGNOT, Ana Chrystina Venancio; CUNHA, Maria Teresa Santos (2006) – *Razões para guardar: a escrita ordinária em arquivos de professores/as*. Revista Educação em Questão, Natal, v. 25, n. 11, p. 40-61, jan./abril, 2006.
- MIRANDA, Tiago C. P. dos Reis (2000) – *A arte de escrever cartas: para a história da epistolografia portuguesa no século XVIII*. In: GALVÃO, Walnice e GOLTLIEB, Nádia. *Prezado senhor, prezada senhora*. São Paulo: Companhia das Letras.
- ROQUETTE, JI (1997)– *Código do Bom-Tom, ou regras da civilidade e do bem viver no século XIX*. Organizado por Lilia Moritz Shwarcz. São Paulo: Companhia das Letras.
- SAINT-EXUPÉRY, Antoine (1975) – *Vôo Noturno*. 3.ª ed. Circulo do Livro, São Paulo.
- SIERRA BLÁS, Verónica (2003) – *Aprender a escribir cartas. Los manuales epistolares em la Espanha contemporánea (1927-1945)*. Ediciones TREA.
- SOARES, Magda Guimarães (1970) – *Português através de textos*. 2.ª Série. Belo Horizonte: Editora Bernardo Álvares S/A.

- STALLYBRASS, Peter (2012) – *O casaco de Marx: roupas, memória, dor*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.
- STOKER, Bram ([1897] 2007) – *Drácula*. Porto Alegre: LPM.
- TIN, Emerson (org), BOLONHA, Anônimo de; ROTTERDAM, Erasmo de; LÍPSIO, Justo (2005) – *A arte de escrever cartas*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP.
- VILLELA, Lúcia Jordão (Tradução e Adaptação) (1961) – *Saber viver*. São Paulo: Livraria Editora Flamboyant, 1967. *El*a Enciclopédia. Título original: *Lê savoir-vivre, Collection «Femmes d’Aujourd’hui»*, Bruxelles.





# TEORIA CLÁSSICA E MEDIÉVAL DA COMPOSIÇÃO EPISTOLAR:

## ENTRE EPISTOLOGRAFIA E RETÓRICA

MANUEL RAMOS\*

**Resumo:** De entre as muitas formas de abordar a carta, contemplo neste artigo a questão da teoria da composição epistolar nas épocas clássica e medieval, quer sejam os variados usos da carta e os seus múltiplos tipos, quer os seus formatos, quer a sua adequação ao status do destinatário, quer ainda a questão estilística, entre outras características. Nele demonstramos que no período clássico a teoria da carta nunca andou distante da teoria do discurso, mas foi durante a Idade Média que essa ligação se estreitou por a carta ter caído sob a influência da retórica e evoluído para uma peça oratória. O estudo da teoria obriga necessariamente a apresentar tanto alguns dos tratados que contemplam o género, como os principais cultores da carta.

**Palavras-chave:** Carta; dictamen; ars dictaminis; género epistolar e retórica.

**Abstract:** I will try to approach the question concerning the theory of letter writing during classical and medieval periods among a wide variety of ways of approaching this topic. This study will refer not only to the different uses of the letter, but also to the different kinds of letters, their patterns, their appropriateness to the receiver's status, the question of the style used, among many other features. We will try to show that the theory of letter writing was never very far from the theory of speech composing during the classic period, but it was during medieval period that the connection between the two areas of knowledge became closer, since letter writing was strongly influenced by the rhetoric and it evolved as a part of this topic. This theory necessarily implies presenting some of the treaties on letter writing and the authors who cultivated this theme.

**Keywords:** Letter; dictamen; ars dictaminis; theory of letter writing and rhetoric.

1. Tal como é válido para outros géneros, é ao mundo clássico que remonta o «género epistolar», para usar terminologia moderna e não antiga<sup>1</sup>. É por isso conveniente atender no rico património clássico, mais romano do que grego, que moldou de tal forma a carta que o seu formato pouco foi alterado até aos dias de hoje. Pretendo também abordar a época medieval, não para me fixar no epistolário de algum autor, mas simplesmente para contemplar a teoria da composição epistolar, já que foi nesta época, e não na clássica, que ela foi objeto de aprofundada teorização no seio das *artes dictaminis* (e da análoga *ars notaria*) e transformada em peça oratória, um curioso exemplo de aplicação da retórica à carta. O primeiro dos períodos históricos possui abundância de epistolografia, mas carece de suficientes preceitos teóricos, o segundo, pelo contrário, superabunda em epistolografia e em teoria. De igual forma, um trabalho deste teor, que pretende abordar a teoria da carta e mostrar que, desde sempre, ela foi influenciada pela retórica, tem de, em segundo lugar, contemplar alguns dos tratados que abordam a pre-

---

\* Faculdade de Letras da U. Porto; D.E.P.E.R. & Instituto de Filosofia. Email: manuel.ramos2@gmail.com.

<sup>1</sup> No mundo clássico, os géneros literários são: lírica, épica e drama. A partir destes derivam os géneros secundários.

ceptística do género epistolar, escassa durante o período clássico e abundante durante a Idade Média<sup>2</sup>.

Se a teorização clássica acerca da carta é escassa, já o mesmo não se pode dizer dos epistolários superviventes. Dispomos de um conjunto aproximado de 15.000 cartas greco-romanas, sendo Libânio (século IV d.C.), retor nascido em Antioquia, o maior representante grego com 1.544 e Cícero, com 864 cartas em quatro coleções, o recordista do mundo romano. Não obstante a rica correspondência particular do Arpinate (que serve para reconstituir tanto a sua vida familiar como a política e social do seu tempo), não é ele o grande representante do género. Não é, porque a sua correspondência privada e autêntica, entre os anos de 68-43 a.C., não foi publicada pelo próprio, mas sim pelo seu secretário e liberto M. Túlio Tirão, após a morte de Cícero, e portanto de forma diferente daquela que o próprio Túlio Cícero teria feito. Faltou-lhe, por isso, a selecção das cartas que deveriam figurar no epistolário, a revisão do seu conteúdo e a elevação do estilo – precisamente como o Arpinate fez com os discursos antes de os publicar.

Assim sendo, o autor maior do género foi Plínio *o Jovem*, quer pelo rico epistolário de correspondência familiar e oficial de 247 cartas, de 97-108 d.C., em dez livros (nove de uma correspondência teoricamente «privada», mais um da oficial com o imperador Trajano), quer sobretudo pela elevação da epístola ao estatuto de texto literário. De facto, a carta surgiu como meio de informar um destinatário ausente, como em Cícero, mas depressa ultrapassou os limites da mera informação e passou para o domínio literário. Muito daquilo que faltou na obra póstuma de Cícero existe na de Plínio: epistolário escrito, revisto, ordenado<sup>3</sup> e publicado pelo próprio; escrito com o maior cuidado porque desde o início foi pensado para ser publicado e para impressionar; fixação no leitor universal e no virtuosismo literário e não no destinatário expresso; desenvolvimento monotemático por cada carta abordar um só assunto; aplicação à carta da retórica escolar do tempo e da prática das *declamationes*. No entanto, por este epistolário ser um exercício retórico, carece daquilo que sobra ao de Cícero: espontaneidade e sinceridade.

Se o epistolário literário de Plínio está muito distante da correspondência privada e autêntica de Cícero, também o de Lúcio Aneu Séneca é radicalmente diferente dos dois. Trata-se de um epistolário didático ou erudito de 124 cartas, reunido em *Cartas a Lucílio*, em que se difunde um tipo de ensino filosófico por correspondência. Mas se se trata de um epistolário autêntico e melhorado para publicação ou de um epistolário ficcionado, não é fácil de descortinar. A segunda hipótese parece mais consensual: apesar de nomearem um destinatário, Lucílio, e de assumirem a forma de uma conversação entre amigos, tratar-se-á de cartas escritas com intuítos de publicação e fazendo uso de uma técnica literária e didática para apresentar ao grande público o seu pensamento filosófico-moral estóico. Daí que o seu autor defenda que o conteúdo da carta deva ser elevado e filosófico, o que é muito distinto do típico conceito de carta privada e daquilo que oferece a maior parte da correspondência ciceroniana. O seu autor reivindica como

<sup>2</sup> FAULHABER, Charles (1972) *Latin Rhetorical Theory in Thirteenth and Fourteenth Century Castile*. Berkeley: University of California Press, mostrou que a *ars dictaminis* foi o tipo de manual de retórica dominante em Castela.

<sup>3</sup> Plínio seguiu a ordenação temática e não a cronológica.

inovação este tipo de ensino por correspondência, mas a inovação tem de ser entendida apenas no seio da cultura romana, porque na grega já há muito se fazia em diferentes ciências.

De igual forma, é também à cultura clássica que remontam três outros tipos de carta literária e ficcionada: (1) a carta poética; (2) a carta proémio ou de dedicação; (3) e a carta alegadamente autêntica, mas que é uma efabulação ou reconstrução para adornar a obra historiográfica. Vale a pena atender nelas, não só para vermos outros cultores do género, mas também novas formas do uso da carta, enfim, a sua riqueza e diversidade<sup>4</sup>.

O primeiro dos três tipos, a carta poética, tem entre os seus cultores os vultos de Horácio e de Ovídio. Horácio escreveu os seus *Sermones* (*Conversações*) sob a forma de 23 cartas, predominando as de assunto filosófico, mas também de tema diverso e literário, em verso hexâmetro e com intuítos de publicação. Numa delas em particular, a *Epístola aos Pisões* (*Ars Poetica* II, 3), a forma de carta é apenas aparente e esconde um influente tratado de teoria literária que exerceu influência em toda a teoria da literarura posterior.

O epistolário de Ovídio, contido em especial nas *Heroidas* e nas *Epistolae ex Ponto*, é em dísticos elegíacos, é ficcionado e de tema mitológico. Se as primeiras são cartas de amor postas na boca de personagens femininas como Safo, Penélope, Enone, Dido... e dirigidas aos seus amados, já as *Epistolae ex Ponto* foram escritas a diferentes individualidades romanas para que intercedessem pelo poeta junto do imperador Augusto e a pena do desterro lhe fosse comutada. No entanto, quer numa obra, quer noutra, o conceito de carta confunde-se com o de uma elegia (*Heroidas*) ou com o de uma lacrimosa elegia (*Epistolae ex Ponto*).

O segundo tipo de carta literária e ficcionada é a carta proémio ou de dedicação. Como o próprio nome indica, trata-se de um prólogo ou dedicatória a uma obra que adota a formato externo de uma carta e em que se refere o nome do destinatário, que é a individualidade a quem a obra é dedicada. Serve de exemplo a dedicatória a Mecenas nas *Geórgicas* de Virgílio ou as dedicatórias que surgem nas obras de, por exemplo, *Silvae* de Estácio, *Fabulae* de Fedro e *Epigramas* de Marcial. Na cultura peninsular, literária e historiográfica, não faltam cartas proémios deste tipo.

O terceiro tipo de carta literária e ficcionada é a carta alegadamente autêntica, mas que é uma efabulação ou reconstrução para adornar a obra historiográfica. Efetivamente, de entre os variados processos artísticos de que os historiadores antigos e medievais se serviram para adornar as suas obras (retratos, descrições, discursos e diálogos ficcionados...), cuja função é diversificar a narrativa historiográfica e torná-la mais prazenteira, atraente e dramática ao leitor, elevando por isso o seu interesse no acompanhamento dos factos, também se contam as cartas reais ou fictícias. Em Salústio, por exemplo, existem sete casos<sup>5</sup>. Dada a abundância destes materiais na Idade Média, pois são uma das principais fontes historiográficas, é mais provável que a maioria dos *diplomata et chartae* intercalados seja material autêntico, mas já o mesmo não acontece na época clássica.

<sup>4</sup> Entre os autores menores contam-se Frontão (século II d. C.), Símaco (século IV d.C.) e Sidónio Apolinar (século V d.C.). Depois surgirão os autores cristãos.

<sup>5</sup> *Catilina* 33, *Catilina* 35, *Catilina* 44, *Jugurtha* 9,2, *Jugurtha* 24, *Historiae* II,98, *Historiae* IV,69.

Por conseguinte, todos os seis autores referidos se dedicaram de algum modo ao género epistolar, mas cada um fê-lo de forma diferente, parecendo até que tal diversidade foi combinada. Vendo a sua produção em conjunto e não individualmente, observamos que no mundo clássico quase todas as potencialidades da carta foram exploradas e, por conseguinte, já foram expressos os seus principais usos: a carta privada, a pública e a oficial (possuindo cada uma delas múltiplas subdivisões); a carta fechada e a aberta; a carta em prosa e em poesia; a carta não literária e a carta como produto literário e em que os limites da simples comunicação são em muito ultrapassados; a carta didática ou erudita, a poética e a carta proémio; a carta autêntica e a ficcional; a carta política e a de propaganda, como em Salústio e César. No entanto tal prosperidade epistolar não foi acompanhada no plano dos preceitos teóricos.

2. Como o mundo antigo é mais rico na produção epistolográfica do que na sua teorização, para abordar a preceitística da carta e ver a sua ligação à retórica, temos de nos valer tanto da produção teórica, que é escassa, como também da pouca informação teórica plasmada nalguma da correspondência. Quanto à escassa produção teórica, o que nos chegou foi, a maior parte das vezes, por via da retórica. Vale a pena citar cinco pequenos libelos e extratos. Em grego com tradução latina paralela: Demétrio de Faleros, *Typi Epistolares*<sup>6</sup>; Proclo Platónico, *De forma epistolari*<sup>7</sup>; Demétrio, *Liber de elocutione*<sup>8</sup>; em latim, do século IV d.C.: Caio Júlio Vítor, *Ars rhetorica* c. 27, «De epistolis»<sup>9</sup> e *Excerpta rhetorica e codice Parisino 7530 edita*, «De epistolis»<sup>10</sup>.

Omitimos aqui as 21 cartas do *Novo Testamento*, sobretudo o *corpus Paulinum* de 14 cartas de conteúdo teológico, influentes na literatura cristã medieval, mas que não desenvolvem aspetos de teoria epistolar. Omitimos também os epistolários do período patrístico, não porque não sejam relevantes e influentes, mas simplesmente por neles ser escassa a teoria epistolar. Importa, todavia, dizer que, relativamente ao período patrístico, temos importantes documentos escritos, como as célebres cartas de Santo Agostinho e de São Jerónimo; outro representante do género é Cassiodoro, apreciado pelas suas cartas artísticas coligidas em *Variae*; o epistolário de Gregório Magno era, no estilo, tão considerado pelos gramáticos que dele provém o *stilus gregorianus*, que segundo João de Garlândia se caracteriza por evitar vários dactilos consecutivos ou uma demasiada sucessão de espondeus<sup>11</sup>. No período carolíngio e merovíngio, séculos VII-IX, os *dictatores* descobriram uma nova técnica de composição epistolar, a qual lhes simplificava e

<sup>6</sup> Publicado em Hercher, Rudolphus (1873) *Epistolographoi hellenikoi*... Paris, p. 1-6. Disponível em <<https://archive.org/details/epistolographoih00hercuoft>> [consultados a 10/5/2017].

<sup>7</sup> Publicado em Hercher, Rudolphus (1873) *Epistolographoi* ..., p. 6-1. Disponível em <<https://archive.org/details/epistolographoih00hercuoft>> [consultados a 10/5/2017].

<sup>8</sup> Publicado em Hercher, Rudolphus (1873) *Epistolographoi* ..., p. 13-1. Disponível em <<https://archive.org/details/epistolographoih00hercuoft>> [consultados a 10/5/2017].

<sup>9</sup> Publicado em HALM, Carolus ed. (1863) *Rhetores Latini minores*. Leipzig, p. 447-448. Disponível em <<https://archive.org/details/rhetoreslatinim00halmgoog>> [consultados a 10/4/2017].

<sup>10</sup> Publicado em HALM, Carolus ed. (1863) *Rhetores Latini minores*..., p. 589. Disponível em <<https://archive.org/details/rhetoreslatinim00halmgoog>> [consultados a 15/4/2017].

<sup>11</sup> FARAL, 1971: 380; MURPHY, 1974: 197-199.

aligeirava o trabalho de composição. Percebendo que a escrita da carta e dos diplomas oficiais é uma escrita formular e que, portanto, só parte do texto é que varia entre destinatários, recorreram aos modelos de cartas ou *formulae*, tanto *litterae* privadas como *diplomata et chartae* oficiais, que lhes permitiam replicar uma carta ou diploma entre diferentes destinatários sem grandes alterações. Durante este mesmo período, houve uma carta que, pela sua importância, se destacou das restantes: é o *De litteris colendis* (seguida da *Admonitio Generalis*), de Carlos Magno, no final do século VIII. Dirigida ao abade Bagolf de Fulda, nela o imperador, depois de mostrar preocupação com a iliteracia dos monges dentro do seu império, apela à reforma do ensino, tanto útil para clérigos como para funcionários régios, tão útil para combater o erro como para defesa da verdade. Tal carta antecedeu a implementação da sua reforma educacional, que passou pelo estudo dos clássicos e da leitura, da escrita e da gramática.

Não tendo os autores clássicos elaborado uma teoria consistente do género epistolar e não havendo do período clássico tardio nada mais do que breves referências, habitualmente ligadas à retórica, coube aos autores medievais o encargo de elaborar uma completa e sistemática teoria. Essa nova solução emergiu no final do século XI, no centro de Itália, e está ligada aos recentes desenvolvimentos da teoria retórica e ao surgimento das *artes dictaminis*, uma necessidade legal e administrativa nos inícios da Idade Média. A elas se deve o surgimento de uma arte afim nos finais do século XII, a *ars notaria*, que, surgindo ligada ao Direito, igualmente em Bolonha, se centra na forma física dos diferentes documentos legais, e que tornou a profissão notarial num sucesso.

Durante o período clássico, a retórica tinha constituído uma disciplina una e bastante homogênea na sua teoria, destacando-se duas correntes: a aristotélica e a ciceroniana<sup>12</sup>. Todavia, durante a Idade Média, a retórica diversificou-se em ramos específicos porque foi encarada, fruto de uma nova cultura e sociedade, numa perspetiva eminentemente prática e pragmática. Surgiram, por isso, diversas artes que faziam um uso utilitário do material retórico e que preparavam para o bom discurso, a boa carta e o bom poema: (1) a *ars dictaminis*, a primeira delas, surgida no século XI e dedicada à composição epistolar; (2) a *ars poetriae* (termo medieval para designar 'poesia'), a mais invulgar delas, surgida no século XII para instruir os estudantes na composição literária em prosa e sobretudo em verso, fornecendo também os autores dignos de leitura, estudo e imitação<sup>13</sup>; (3) e a *ars praedicandi*, surgida no século XIII e dedicada à pregação. Durante os séculos XIII e XIV, estes três géneros retóricos conviveram entre si e com a antiga e medieval *ars rhetoricae* ou *arengandi*, dedicada ao discurso, quer ele fosse de tipo deliberativo, judiciário ou, sobretudo, epidítico. O Renascimento trará de novo à terna retórica a antiga unidade.

Como afirma James Murphy (1974: 203), a Itália foi a mãe da *ars dictaminis* e Alberico de Monte Cassino foi o primeiro a, partindo da retórica ciceroniana, ligar retórica e

<sup>12</sup> A aristotélica de que faz parte a *Retórica*, e a ciceroniana, de que fazem parte, para lá da vasta obra retórica e oratória de Cícero, a *Retórica a Herénio*, de autor anónimo, e as *Institutiones Oratoriae* de Quintiliano.

<sup>13</sup> Ainda que o verso tenha grande força persuasiva e argumentativa e, portanto, capacidade de influenciar um auditório, verifica-se desde o início da retórica a vinculação desta *ars* à prosa e não à poesia. Ainda assim, haverá campos da persuasão que não foram suficientemente abarcados, como o diálogo ou conversação.

escrita epistolar nos tratados de nome *Dictaminum radii* e *Breviarium de dictamine*, circa 1087. Seu pupilo João Gaeta foi o primeiro a ligar a carta a um sistema de prosa rítmica conhecida pelo nome de *cursus* e que, desenvolvido na chancelaria papal, foi simplificado e aplicado ao género epistolar<sup>14</sup>. Pouco depois, cerca de 1135, a doutrina básica da *ars dictaminis* surge bem estabelecida em Bolonha e expandir-se-á por toda a Europa.

Posteriormente, muitos outros manuais do *dictamen* vão surgir, habitualmente compostos (o que é válido para as restantes artes) numa coordenação de teoria e prática, ou seja, teoria acompanhada de cartas-modelo designadas *dictaminum* ou no plural *dictamina* (e por vezes catálogos de figuras de estilo), com intuítos didáticos<sup>15</sup>. No entanto, os tratados teóricos, em que se expunha a *ars*, não eram as únicas formas de aprendizagem: havia também a prática ou *usus* (ou *exercitatio*) e a *imitatio* da escrita epistolar a partir das colecções de cartas-modelo extraídas dos bons autores. Estas colecções, classificadas por níveis sociais do destinatário, ou por assunto, ou por ambos, tanto podiam ser independentes como acompanhar os preceitos teóricos dos tratados e servir-lhes de exemplos<sup>16</sup>.

Tiveram em conta, como bibliografia consultável, que aplicaram à redação epistolar, em especial a retórica ciceroniana: o *De inventione* e a *Rhetorica ad Herennium*, a qual naquele tempo corria em nome de Cícero. Quando é perguntado aos *dictatores* a sua filiação literária, eles dizem que são *retores*; *retores* porque redigem cartas de acordo com o formato estabelecido pelos teóricos da arte e que é um modelo retórico cujo paralelo com o discurso é flagrante<sup>17</sup>. O *Compendium rhetoricae*, de autor anónimo, refere as qualidades do *dictator perfectus*. Deve ser alguém que domina na perfeição as cinco operações retóricas e, em especial, por ter a ver com a carta em particular, o campo da disposição e da elocução ou estilo<sup>18</sup>. Ainda que outros autores entronquem o género epistolar na disposição, o autor do *Compendium rhetoricae* entronca-o no estilo (*elocutio*) e coloca as cinco partes da carta sob a sua autoridade. Vale a pena citá-lo:

*Aquilo que o dictator deverá ser tira-se das suas qualidades. Na invenção das ideias, deverá ser engenhoso; na ordenação dessas ideias deverá ser cauteloso; na memorização, hábil; na redacção estilística, deverá ser brilhante; na prolação, deverá ser desprezioso. Estas operações retóricas não só são inseparáveis, como também estão, por sua vez, unidas entre si. Acerca da elocução, passando para a parte principal do nosso livro, é a mesma coisa dizer, no que ao dictamen diz respeito, «ser eloquente» e «escrever dictamen». Donde esta arte, que se chama dictatoria, não é a retórica em si, mas uma parte sua, à qual se dá o nome de estilo (elocução) e que se divide em cinco partes, que são as partes da carta<sup>19</sup>.*

<sup>14</sup> Para opinião diferente, ver CAMARGO, 1991: 30-31. Este autor refere como pioneiro da teoria do *dictamen* Adalberto Samaritano, com o seu *Praecepta dictaminum*.

<sup>15</sup> Veja-se a seguinte terminologia técnica do *dictamen*. *Dictaminum* ou *dictamina*: colecções de cartas; *ars dictaminis*: manual teórico ou tratado acerca da arte epistolar; *dictamen*: totalidade da escrita epistolar; *dictator*: professor da arte; *dictamen prosaicum*: escrita da carta em prosa.

<sup>16</sup> CAMARGO, 1991: 27.

<sup>17</sup> CAMARGO, 1991: 19.

<sup>18</sup> MURPHY, 1974: 236.

<sup>19</sup> Texto latino em MURPHY 1974: 237, n. 86.

Depois, o autor anónimo cita, mais do que é costume num manual de *dictamen*, autores-modelo, tanto dos antigos como dos modernos, pois, como já referimos, a *imitatio* dos melhores autores é uma forma de aprendizagem complementar à *ars* e à *exercitatio* e aplicável em qualquer uma das artes medievais: Cícero (*De inventione* e *Rhetorica ad Herennium*), Horácio, Quintiliano, Donato, Boécio, Beda, Isidoro de Sevilha, Everardo de Bethune (*Graecismus*), Sidónio, Gregório Magno, Papa Clemente IV, e quatro autores do *dictamen*: Pedro della Vigna, Ricardo de Pofi, Tomás de Cápua e João da Sicília<sup>20</sup>.

3. Acerca da teoria epistolar, importa, em primeiro lugar, definir o que é uma carta (*litterae*) ou epístola (*epistola*). Uma carta, assevera Proclo, é uma conversa entre duas pessoas separadas pela distância, ainda que, na imaginação de quem escreve, essa pessoa esteja à sua frente. Entre as características da carta que se extraem desta definição, vale a pena referir a comparação a um diálogo ou conversação entre duas pessoas, que nos remete para as características orais do género e para o seu registo mais ou menos informal. Estando o destinatário ausente, a conversação não pode ser simultânea ou imediata, mas isso não significa que não exista na imaginação do redator e até de uma outra forma: está contida na resposta do destinatário. Ora é dessa forma que a carta deve ser plenamente vista: na sua relação com a resposta do destinatário, cujo paralelo com alguns discursos, em que há réplica do adversário, é evidente. A sua ligação à oralidade é ainda mais profunda se tivermos em conta a prática medieval de ler cartas em público.

A teoria retórica antiga deu muita atenção ao discurso (*oratio* ou *contentio*), quer oral, quer escrito, mas quase não contemplou a *sermocinatio* nos seus tratados, isto é, o diálogo ou conversação entre duas ou mais pessoas. O retor Júlio Vítor, porém, quis preencher essa e outras lacunas e por isso acrescentou no apêndice à sua *Ars rhetorica*, dois capítulos que mantêm estreita relação entre si: o c. 26 dedicado à conversação e o c. 27 à carta, além de um outro relativo à prática ou exercício (c. 25). Na continuação de teorizadores como Demétrio, J. Vítor vê nela, de facto, um tipo de diálogo. Em suma, afirma que a carta segue os preceitos da conversação (*sermo* ou *ratio sermocinandi*), a qual deve primar por ser elegante, mas sem ostentação; como na carta ou no discurso, a conversação deve ser clara e breve; as citações de provérbios com oportunidade são nela bem aceites; não deve ser dotada de uma pronúncia ou representação igual à do discurso, mas diferente, por causa da proximidade dos interlocutores; se à conversação forem aplicados os gestos, vozes e olhares do discurso, parecerá «rústica e bárbara».

Também Demétrio vê a carta como um género oral. Por isso, deve ser escrita como se fosse em diálogo e, portanto, deve fazer uso do trato quotidiano e da linguagem familiar pelas expressões de carinho, respeito e trato cortês, refletindo a personalidade de quem a escreve. Aqui se vê uma outra ligação da carta – ao género autobiográfico. Naturalmente que essa ligação à autobiografia só é clara na correspondência particular e autêntica, e os humanistas sentiram precisamente isso com a figura de Cícero. Habitados às suas obras literárias e a fazer dele um certo tipo de pessoa ideal e intelectual, ficaram

<sup>20</sup> MURPHY, 1974: 237.

desiludidos quando, descoberto o seu epistolário no século XIV<sup>21</sup>, o leram. Cícero surgia aí numa figura mais humana e terrena, com os seus defeitos... desvaneceu-se o mito do homem ideal.

Os medievais definiram-na de outra forma porque tinham em mente outra concepção de carta. É habitualmente definida pelos *dictatores* como: «that which expresses the will of one who is not physically present and is thus unable to speak for himself»<sup>22</sup>. A *Summa dictaminis aurelianensis*, de autor anónimo, define-a da seguinte forma:

*Carta é um discurso coerente, convenientemente ordenado nas suas partes e que expressa plenamente o estado de alma. Chamei-lhe «discurso coerente» para excluir delas as cartas que não são discursos; disse «nas suas partes» porque são cinco as partes do dictamen: saudação, exórdio, narração, petição e conclusão; disse «convenientemente ordenado» porque o que no dictamen se coloca em primeiro lugar não deve figurar no meio ou no fim e vice-versa; «que expressa plenamente o estado de alma» porque o remetente não deixa de revelar o seu estado de espírito ao destinatário da carta»<sup>23</sup>.*

Significa isto que os autores medievais têm em vista uma concepção de carta bem diferente: em especial uma carta que deve ser elevada ao patamar de discurso e que deve rivalizar com ele, caso contrário não é carta; uma carta rigorosa no seu formato de cinco partes e que deve primar por uma conveniente ordenação, precisamente como o discurso oratório.

Quanto aos tipos de cartas, os autores não são uniformes. Se Proclo fala em 41 tipos de cartas particulares ou privadas, podendo ser «hortatoria, reprehensoria, postulatoria, commendaticia, ironica, gratiarum actio (eucharistica), amicalis, optatoria, minatoria, negatoria, monitoria, deprecatoria, obiurgatoria, commiseratoria, placatoria, gratulatoria, elusoria, recusatoria, responsoria, irritatoria, consolatoria, irrisoria, nuntiatoria, lamentatoria, procuratoria, laudatoria, didactica, convictoria, calumniatoria, castigatoria, interrogatoria, confirmatoria, consiliatoria, declaratoria, cavillatoria, submissoria, aenigmatica, admonitoria, questoria, amatoria et mixta», e para cada tipo fornece um exemplo-modelo; e se Demétrio de Faleros enumera 21 tipos diferentes e também fornece para cada um tipo seu exemplo: «amicalis, commendaticius, reprehensorius, objurgatorius, consolatorius, castigatorius, admonitorius, minatorius, vituperatorius, laudatorius, suasorius, precatorius, interrogatorius, responsorius, allegoricus, caussalis, accusatorius, defensorius, gratulatorius, ironicus e gratiarum actio», já Júlio Vítor, *Ars rethorica* c. 27, reduz o seu número para apenas dois tipos: as *familiares* e as *negotiales*, que poderíamos traduzir por cartas particulares e de negócios.

Se as primeiras devem fazer uso das habituais características de uma carta particular, e que a seguir exporemos, já as «de negócios são de assunto laboral e sério» e são lhes

<sup>21</sup> Parte do epistolário foi descoberto por Petrarca em 1345, na biblioteca catedral de Verona, e a outra parte em 1392 por Coluccio Salutati.

<sup>22</sup> CAMARGO, 1991: 18.

<sup>23</sup> O texto latino que aqui se omite está em MURPHY, 1974: 228-229.



aplicados todos os princípios retóricos presentes na sua *Ars* (que é uma síntese da retórica ciceroniana), pelo que mantêm com a *oratio* uma forte ligação e comungam de todas as suas características, como: uso da argumentação, que é raro na carta; uso da linguagem figurada ou conotativa; uso de uma linguagem encantadora e mais formal do que a do texto histórico; adaptação da redação ao assunto e deverá ser escrita com erudição. Portanto, se a retórica nunca esteve distante do género epistolar, com este tipo de carta *negotialis* mais se aproximam.

4. Apesar da prosperidade do género epistolar, os romanos não elaboraram uma teoria acerca da carta, talvez porque fosse bastante regular nos seus usos e formulários e, por conseguinte, bastante simples de aprender e aplicar. Esta situação remete-nos para uma característica fundamental da carta e em que todas as épocas tiveram muito apreço: o seu formulário. Em termos gerais, a carta antiga seguia um esquema formular fixo por uma antiga tradição que já se verifica nas comédias de Plauto (*Baquílides* 997s). Como protocolo, começa por uma saudação em que se incluem o nome do remetente (em nominativo), seguido do nome do destinatário (em dativo) e uma saudação formular, p. ex., «salutem dicit» ou «salutem dat», ou outras por vezes em abreviatura. Segue-se a narração, que é o corpo da carta, quer curtíssimo como um bilhete, quer longo como uma dissertação. No escatocolo, surgem as fórmulas de despedida tipo «Vale», ou o plural «Valete», ou «Cura ut ualeas», ou outras e, por fim, a data com a indicação do lugar onde a carta foi escrita ou onde foi entregue ao portador, p. ex., «Dia 8 de junho, Córdoba» («VI Idus Iunias, Corduba»).

Serve de exemplo a seguinte carta breve de Cícero à sua mulher Terência:

*Marco Túlio Cícero deseja muita saúde à sua Terência.*

*Se estás bem, ótimo; eu fico bem. Desejaria que tu cuidasses o melhor possível da tua saúde, pois alguém me escreveu a comunicar que tu ficaste de repente adoentada. Nem imaginas como te estou reconhecido por me teres informado com celeridade acerca da carta de César. De igual forma, daqui em diante, se algo se revelar útil e se se verificar alguma novidade, permite que eu fique a saber.*

*Cuida da tua saúde. Adeus.*

*Dada no dia 2 de junho<sup>24</sup>.*

Todavia, pouco a pouco o género epistolar caiu no domínio da eloquência. A teoria retórica apresentava cinco operações que deviam ser observadas (mas não necessariamente por esta ordem) na elaboração do discurso: invenção (descoberta de ideias e de argumentos), disposição (ordenação das ideias e argumentos e construção das seis partes do discurso), elocução (momento sintático ou de redação que lida com o estilo), memória (decorar o discurso) e pronúnciação (prolação, fazendo uso da voz e dos gestos apropriados). A teoria epistolar, pelo contrário, não se preocupou com a invenção, nem por razões óbvias com a memória e a pronúnciação, ainda que haja autores, como Bene de

<sup>24</sup> Texto latino em CÍCERO, *Ad Familiares* 14.8.

Florença, em *Candelabrum*, que se tivessem preocupado, o que não deixa de ser bastante excepcional<sup>25</sup>. Mas deu muito destaque à disposição e à elocução, já que a carta, tal como o discurso, deve estar corretamente ordenada e redigida.

Não prescindindo das influências epistolares clássicas, os autores medievais acharam que a carta não era uma mera expressão livre de um indivíduo, mas devia estar submetida a regras rígidas. Por isso, a carta medieval é outro formato e assaz diferente e distante do que se concebia e concebe hoje como carta. Ficou, por isso, sob a influência da imponente retórica, especialmente a ciceroniana, e foi transformada em peça oratória, ainda que de menor entidade, passando a reger-se pelos mesmos princípios que o discurso. Imitando a estrutura da *oratio* clássica, a maioria dos tratados do *dictamen* preferiram a divisão em cinco partes, popularizada pelos *dictatores* de Bolonha: *salutatio*, *benevolentiae captatio*, *narratio*, *petitio* e *conclusio*:

(1) A *salutatio*: consiste na apresentação de uma fórmula que transmite um sentido de amizade consistente com os estatutos sociais das pessoas envolvidas (remetente e destinatário), quer a carta seja enviada a um superior, um igual ou a um inferior.

(2) *Benevolentiae captatio* ou *exordium*: como no discurso, consiste em fazer o destinatário dócil, atento e bem-disposto. Essa boa disposição do destinatário tanto pode ser criada pelas fórmulas amáveis que lhe são dirigidas, como pelo próprio conteúdo global da carta ou ainda pela beleza e elegância do discurso.

(3) *Narratio*: é relativa ao assunto, objetivos ou intenção da carta. Como no discurso oratório, a narração deve ser *brevis*, *dilucida* e *probabilis*. Pode ser simples, se for monotemática; ou complexa, se abordar vários assuntos. Como é válido para o discurso deliberativo, judicial e epidítico, a carta pode abordar respetivamente os três tempos: futuro, passado e presente.

(4) *Petitio*: o que o remetente vem pedir ao destinatário e que deve ser *iustum*, *utile*, *necessarium* e *honestum*. Tem na *confirmatio* do discurso a sua correspondência.

(5) *Conclusio*: remate ou termo da carta, geralmente com uma fórmula tipo «Valete».

Neste tipo de formato de carta, que cristalizou em cinco partes, o que mais impressiona é a sua proximidade com o modelo de discurso em seis partes: *exordium*, *narratio*, *partitio*, *confirmatio*, *refutatio* e *peroratio*. Confrontados os dois modelos, verificamos que, na carta, o exórdio ciceroniano foi dividido em dois: a *salutatio* e a *benevolentiae captatio* (ou *exordium* ou até *proverbium*), mas manteve a sua tríplice função de fazer a audiência atenta, dócil e bem-disposta; a *narratio*, a *petitio* e a *conclusio* da carta tem a sua correspondência na *narratio*, *confirmatio* (que é onde o orador expõe o seu ponto de vista) e *peroratio* do discurso; a *refutatio*, que é onde o orador refuta o ponto de vista do adversário, e a *partitio*, em que esquematicamente fala dos assuntos principais a tratar, não se justificam habitualmente na carta. No fundo, a grande diferença entre os dois modelos é a ausência de *refutatio*. Ainda assim, há quem a defenda para certas cartas persuasivas, influenciado como está pela teoria retórica. É o caso de Guido Faba, que

<sup>25</sup> CAMARGO, 1991: 19.

apresenta uma lista de amostras argumentativas que devem ser usados na *refutatio* deste tipo de carta<sup>26</sup>.

Quanto à sua organização, além da ordenação canónica em cinco partes, o anónimo de *Rationes dictandi*<sup>27</sup> defende um outro arranjo, que não deixa de ter paralelo com o discurso oratório: a carta, tal como o discurso, pode ser escrita de acordo com as regras e, por conseguinte, ordenada no respeito pelas partes canónicas, mas também pode ser escrita de acordo com as circunstâncias («per appositionem»). Nesse caso, cabe ao autor escolher a mais oportuna para o momento.

5. Os *Excerpta rhetorica*, extraídos do cód. Parisino 7530, fornecem ao aprendiz do género o seguinte preceito fundamental da teoria epistolar: atender na pessoa que escreve (*quis*), a quem se escreve (*cui*) e no conteúdo da carta (*quid*). No fim de contas, o que este autor anónimo está a dizer – e aí vemos a vinculação com a teoria retórica – é a ter em conta na redação epistolar três *topoi*: *quis*, *cui* e *quid*. São três dos oito *topoi* das *circumstantiae*, de grande tradição retórico-dialética: *quis*, *quod* (ou *quid*), *cui*, *cur*, *quommodo*, *quando*, *ubi*, *quibus auxiliis?* (quem, o quê, a quem, porquê, como, quando, onde e com que meios?), que remontam à tópica externa de Cícero (*Topica* XXI, 79) e à obra de Quintiliano (5,10,104; 4,1,52)<sup>28</sup>. Albertano da Brescia (século XIII) compendiou-os num verso de rima leonina: «*Quis, quid, cui dicas, cur, quomodo, quando requiras*».

Tanto a pessoa que escreve (*qui*) como a pessoa a quem se escreve (*cui*) – afirma o autor anónimo – deve ter em conta 10 acidentes que vão condicionar a redação da carta: *genus*, *sexus*, *aetas*, *instructio*, *ars*, *officium*, *mores*, *affectus*, *nomen* e *dignitas*... Sem dúvida que temos aqui o recurso à tópica *a persona*, tal como consta nos manuais de retórica, mas empregue com diferente finalidade: no discurso, a tópica *a persona* servia como argumento para elogiar ou vituperar o destinatário; na carta, o redator terá em conta a tópica para adaptar a carta (na sua saudação, narração e redacção estilística), à pessoa do destinatário. Os *Excerpta rhetorica* referem como fundamental a adequação ao estatuto social do destinatário e ao assunto:

*A carta dirigida aos inimigos estrangeiros e aos inimigos pessoais deverá ser liberal e cautelosa, a dirigida aos parentes será diligente, a dirigida aos amigos será carregadíssima de afeto, a dirigida aos superiores será obsequiosa, a dirigida aos mais humildes será moderada, a dirigida às restantes pessoas será agradecida. Se for uma carta sobre o Estado será séria, se for acerca de assuntos domésticos será diligente, se for acerca de assuntos divinos será honrosa; se se tratar de pedir algum favor, que seja comedida; se se tratar de imputar alguma coisa, que o faça moderadamente, se se tratar de negar, que seja plena de razão*<sup>29</sup>...

<sup>26</sup> MURPHY, 1974: 257.

<sup>27</sup> MURPHY, 1974: 224.

<sup>28</sup> Quint. 5,10,104; 4,1,52: «Quem vai falar preste atenção ao que vai dizer, ante quem, a favor de quem, em que tempo, em que lugar, em que situação e o que queremos conseguir ou evitar».

<sup>29</sup> Texto latino em *Excerpta rhetorica e cod. Parisino n.º 7530 edita*, publicado por HALM, Carolus ed. (1863) *Rhetores latini minores*. Leipzig: Teubner, p. 585-589.

Também Júlio Vítor se refere à sua adaptação à pessoa do destinatário:

*A carta, se escrita a um superior, que não seja cómica; se escrita a um igual, que não seja desumana; se escrita a um inferior, que não seja soberba; a uma pessoa sábia, que não seja descuidada, nem a uma pessoa pouco culta seja desleixada, nem a um familiar de estreita geração seja distante, nem à pessoa pouco próxima careça de amizade*<sup>30</sup>.

A insistência da adaptação da carta ao destinatário faz lembrar a regra fundamental da retórica de ajustar o discurso à categoria dos ouvintes, pelo que, neste ponto, tão rígida e rigorosa é a preceitística do discurso como a da carta. Além disso, *lepidum est* dirigir-se de vez em quando ao destinatário como se este se achasse presente (o que não deixa de ser, como já vimos, uma marca da sua ligação à oralidade), empregando fórmulas que atestem proximidade e presença; também deve ser usada a linguagem familiar, afetiva e carinhosa. Todavia, não deverá ser afetada em excesso – as palavras lisonjeiras (*commendatitiae litterae*) só se usarão entre pessoas unidas por fortes laços de amizade – e também não deverá ser composta com descuido, dois excessos que a privam da naturalidade. Júlio Vítor, por seu lado, recomenda nas cartas familiares, no caso de se recorrer ao secretário, que a saudação inicial e a assinatura sejam pessoais, como prova de cortesia e de amizade; e, querendo dar mostras de delicadeza, deve-se responder a uma carta com a própria caligrafia e não se servir do secretário. A variedade das saudações (*praeefationes*) remete para os diferentes graus de amizade; a diferença de assinaturas (*subscriptiones*) revela a diferença de estatutos sociais.

As duas primeiras partes da carta: *salutatio* e *benevolentiae captatio* (ou *exordium* ou até *proverbium*) foram as que mereceram mais atenção dos teorizadores do *dictamen*, sobretudo a primeira. De acordo com a estratificação social da Idade Média, os manuais apresentam variadas listas de saudações ordenadas em três níveis: *summum*, *medium et infimum*, ou seja, se o destinatário é de *status* superior, igual ou inferior relativamente à pessoa do remetente. Por exemplo, a *Summa dictaminum* de Ludolf de Hildesheim apresenta saudações para 33 tipos de pessoas; já a *Summa prosaici dictaminis* de Bernolf de Kaisersheim apresenta 84 saudações a pessoas de diferentes estatutos sociais<sup>31</sup>. Tal variedade revela as complexas relações medievais entre conceitos de linguagem e usos sociais da linguagem. Por conseguinte, é sobretudo o *status* do destinatário que determina a natureza da carta e não tanto o assunto, a intenção do remetente, ou a sua posição social, ainda que este seja igualmente importante. A *Practica siue usus dictaminis* de Lourenço apresenta desde o topo até à base, ou seja, desde o papa até aos «falsos infidelos» 44 categorias sociais agrupadas em sete níveis, requerendo cada nível um certo modo de tratamento<sup>32</sup>:

<sup>30</sup> Texto latino em Júlio Vítor, *Ars rhetoricae*, c. 27, publicado em HALM, Carolus ed. (1863) *Rhetores latini minores*. Leipzig, p. 371-448.

<sup>31</sup> MURPHY, 1974: 243.

<sup>32</sup> MURPHY, 1974: 261.

- I. Ad Pontificem.
- II. Ad cardinales, patriarchas, archiepiscopos, episcopos, abbates, patres, matres, avos, avunculos, amitas, maternas, novercas, et magnos prelatos.
- III. Ad imperatores, reges, principes, duces, comites, marchiones, potestates, milites, barones, castellanos, et alios quoscumque magnos laycos.
- IV. Ad minores quoscumque tam clericos quam laicos.
- V. Ad archidiaconos, presbyteros, priores, magistros, monachos, et omnes alios huiusmodi.
- VI. Ad amicos, fratres, cognatos, germanos, mercatores, natarios.
- VII. Ad soldanos, haereticos, proditores, excommunicatores, falsos infidelos.

Hugo de Bolonha, em *Rationes dictandi prosaice*, apresenta, como muitos outros manuais, os vários tipos de saudação que podem ser feitos a uma individualidade. Recomenda-se que a saudação seja feita da terceira pessoa para a terceira pessoa. Por exemplo, no caso da saudação *ad patrem*, uma das muitas rubricas que apresenta para as várias classes sociais, eclesiásticas e civis, apresenta a seguinte variação: «Ao meu venerável e amado pai; ou ao meu reverendo e amando pai; ou ao meu dulcíssimo pai que o seu amado filho serve com fidelidade para sempre; ou o devotíssimo filho dedica a seu pai ‘alguma coisa’; ou o súbdito servidor dedica ao seu senhor ‘alguma coisa’»<sup>33</sup>.

Naturalmente que o conteúdo da carta (*quid*) deverá ser apropriado ao género epistolar, quer seja privada ou pública, sagrada ou profana, pessoal ou alheia, importante ou nem por isso; de igual forma, deve ajustar-se à ocasião. Os *Excerpta rhetorica* apresentam três qualidades inerentes a todas as cartas, que serão repetidas por todos os teóricos medievais: devem ser *dilucidae, breves e significantes*, que não é outra coisa senão a construção de uma «narrativa breve, clara e verosímil» («brevis, dilucida et probabilis»), tanto do discurso ou do poema, como do sermão ou do texto historiográfico. Quanto à brevidade, já Cícero havia referido os limites da carta, ao dizer que não deve preencher a mão esquerda daquele que a lê; e Alberico de Monte Cassino, na continuação dos antigos que afirmavam que a economia era a lei da carta, assevera em *Flores rhetorici* que «post salutationem exordium inibis, post exordium narrationem promouebis, que sic erit honesta, si brevis fuerit et clara»<sup>34</sup>. Como a clareza e a objetividade também são uma característica da teoria poética de Horácio, significa que os referidos atributos da clareza, da brevidade e da verosimilhança são perenes em todo o tipo de composição oral ou escrita e, portanto, do discurso, da carta e da literatura. A obscuridade na carta é mais grave do que no discurso ou na conversação, porque o interlocutor não está presente e não pode, pela interpelação, satisfazer imediata e claramente as dúvidas levantadas.

Segundo os *Excerpta*, o conteúdo deverá possuir uma ordenação valorativa ou ser composto de acordo com a importância: «ponham-se primeiro os assuntos que forem mais importantes», que lembra no discurso a ordenação descendente. No caso de ser uma

<sup>33</sup> Texto latino em MURPHY, 1974: 218, n. 50.

<sup>34</sup> *Apud* CURTIUS, 1981: 685.

carta que é resposta, deverá respeitar a carta anterior à qual responde e replicar pela mesma ordem a todos os seus pontos. No fundo, é o mesmo requisito do discurso que é uma réplica a um anterior e que deverá tê-lo em conta.

6. Para lá da *dispositio*, que abordava as partes da carta, a teoria do *dictamen* deu muita atenção à *elocutio*, que trata do estilo da prosa, a qual na retórica, de tão importante que era, constituía a terceira operação retórica; as *artes poetriae*, que preparavam para a composição literária em prosa ou em verso, deram-lhe igual consideração. É natural que o *dictamen*, influenciado como está pela teoria retórica, lhe dê importância e defenda para a carta a boa expressão linguística, sobretudo para um destinatário superior.

Todos os teorizadores defendem que a carta deverá ser escrita com arte, cuidado e tom equilibrado, no sentido de nem ser demasiado vulgar, nem grandiloquente em excesso, precisamente como o discurso oratório. Demétrio fala na adequação da forma ao conteúdo e, quanto aos períodos, deverão ser curtos; Proclo defende a redação com arte, cuidado e tom equilibrado; os *Excerpta* falam em linguagem «*purus et simplex*». De igual forma, os teorizadores referidos asseveram que é apropriado e oportuno à carta que, de vez em quando, seja embelezada com citações de algum autor (Proclo e Júlio Vítor), além da citação, com moderação, de versos e até ser dotada de imagens e de comparações (Júlio Vítor). Júlio Vítor e os *Excerpta* defendem que *suave est* o uso moderado e oportuno de algumas palavras ou expressões gregas. Isso significa que estes autores estão sob a influência dos epistolários antigos, nomeadamente o de Cícero que introduziu nas suas cartas vocabulário grego, mas evitou-o nos seus discursos. O uso do grego na epístola parece ter a ver com a usual conversação nas classes elevadas. Plínio também introduziu o grego na sua correspondência literária, mas foi por uma outra razão – por emulação com o Arpinate.

Alguns autores medievais abordam igualmente nos seus tratados, pela proximidade com os tratados da retórica, a questão do estilo da carta. Tal como para o discurso ou a literatura, defendem para a carta o uso de *colores rhetorici* (tanto de figuras da palavra como figuras do pensamento) por a entenderem como um registo elevado. O estatuto social do remetente e do destinatário revela-se tão importante nas fórmulas de saudação como na redação epistolar, tão importante no discurso como na carta, porque é ele que determina, de acordo com a categoria, a aplicação dos *genera dicendi: stilus altus, medius e humilis*. Recorde-se que também a estratificação social se classifica em *superiores, pares e inferiores*<sup>35</sup>. James Murphy (1974: 248) fala no advento do *stilus altus* ligado à cúria papal e ao estudo do Direito, que põe grande empenho na redação colorida e que foi aplicado à carta. Os manuais de Boncapanho, Guido Faba e Bene de Florença, dotados de catálogos de *colores* extraídas do IV livro da *Rhetorica ad Herennium*, foram os grandes representantes deste *stilus* aplicado ao *dictamen*, também chamado *stilus Tullianus* por se achar que a *Ad Herennium* era de Túlio Cícero.

---

<sup>35</sup> CAMARGO, 1991: 22.

Outros tratados, como a *Brevis doctrina dictaminis* de Ventura de Pérgamo<sup>36</sup>, expõem as virtudes e os vícios da composição, as primeiras a imitar e os segundos a evitar, o que não deixa de ser mais uma ligação à retórica ciceroniana e à *Ars* de Horácio, que também abordam as virtudes da composição e os vícios a evitar, tanto na composição do discurso, como da obra literária. Entre esses *vitia* contam-se a excessiva aliteração, excessivo hiato, excessivas repetições da mesma palavra ou da mesma terminação; ou então a *prolixitas*, *obscuritas* e *similitudo*. Entre as *virtutes*, contam-se as já referidas *brevitas*, *claritas* et *varietas*<sup>37</sup>.

Todavia, a doutrina estilística dominante, no que à carta medieval se refere, não foi a da *coloratio* do texto através do emprego das figuras de estilo, mas a que defendia o emprego da prosa rítmica. Havia duas modalidades: o *cursus* e as *distinctiones*. Omitamos aqui a doutrina das *distinctiones* (com a tríplice *distinctio suspensiva*, *distinctio constans* e *distinctio finitiva*) e fixemo-nos no famoso *cursus*. A carta é *dictamen prosaicum*, como a historiografia, por ser um discurso em prosa e sem responsabilidades para com a lei da métrica. No entanto, os autores medievais acharam por bem dotar a prosa epistolar de características poéticas no início e sobretudo no final das cláusulas, elevando a sua beleza, porque a prosa devia ser tanto correta como elegante<sup>38</sup>. Ora o Latim, como língua musical com acento em altura e quantidade vocálica, adapta-se bem a esta musicalidade. A partir de 1088 o papa Urbano II tornou o *cursus* obrigatório nos atos pontifícios<sup>39</sup>; mas, segundo James Murphy (1974: 250), a aplicação do *cursus* ao *dictamen* ocorreu depois de 1200 e nos meados do século XIII já era comum nos manuais.

O emprego da prosa rítmica latina não é uma invenção medieval, pois já os clássicos ordenavam ritmicamente, através de pés métricos (iambos, dáctilos, espondeus...), o final de um período ou de um seu membro, a que davam o nome de «cláusula». No entanto, o *dictamen* medieval criou um novo sistema conhecido como «*cursus*». Foi primeiramente definido como «o casamento de espondeus e dáctilos», num tempo em que ainda era visto na sua ligação à métrica latina baseada em pés, mas evoluiu posteriormente para um formato mais simples, tendo tido Guido Faba um papel relevante nessa simplificação<sup>40</sup>. Por conseguinte, não se trata de lidar com métrica latina (iambos, dáctilos, espondeus...) no final de uma cláusula, mas sim com acento de intensidade (palavras paroxítonas e proparoxítonas) nas últimas palavras de uma frase.

O *cursus* deve ser empregado no início e, em especial, no final da frase. Quanto ao início, recomendava-se que a frase devia começar por um paroxítono seguido de um proparoxítono. P. ex., «Magíster militum». O fim da frase ou do período é ainda mais importante. Os três tipos de *cursus* aqui mais aplicados são o *planus*, *tardus* e *velox*:

a) *Cursus planus* (...óo/oóo ou ...óo/o óo): consiste (na forma normal) num dissílabo ou polissílabo paroxítono seguido de trissílabo paroxítono (ou o seu equivalente: um monossílabo seguido de um paroxítono dissílabo). P. ex.: «(quod) clávem vocábat».

<sup>36</sup> MURPHY, 1974: 245.

<sup>37</sup> CAMARGO, 1991: 24.

<sup>38</sup> Ver LAUSBERG, 1994: §1052; MURPHY, 1974: 251-253.

<sup>39</sup> GUYOTJEANNIN, 1993: 96.

<sup>40</sup> MURPHY, 1974: 251.

b) *Cursus tardus* ou *ecclesiasticus* (...óo/oóoo ou ...óo/oóoo ou ...óo/o óoo): consiste num dissílabo ou polissílabo paroxítono seguido de tetrassílabo proparoxítono (ou o seu equivalente: um trissílabo paroxítono seguido de um monossílabo; ou um monossílabo seguido de um trissílabo proparoxítono). P. ex.: «vóces incípiunt».

c) *Cursus uelox* (...óoo/oóoo ou ...óoo/o óoo ou ...óoo/oo óo): consiste num trissílabo ou polissílabo proparoxítono, seguido de um tetrassílabo paroxítono (ou o seu equivalente: um monossílabo seguido de um paroxítono trissílabo ou um dissílabo seguido de outro dissílabo paroxítono). P. ex.: «última eleména».

O bom *dictamen* medieval devia, pois, incluir a prosa rítmica, tanto nas cartas emanadas a partir da chancelaria papal, as primeiras a usar o *cursus* e as mais rigorosas no seu emprego, como nas cartas notariais emanadas por uma qualquer chancelaria imperial, real, senhorial, comunal, pontifical, episcopal e monacal, em ato público ou privado. Tomando apenas a chancelaria real como exemplo, as cartas podiam abarcar uma vasta tipologia, das quais se destacam: cartas de justiça, cartas de finança, cartas de graça, cartas de remissão (subdivididas em cartas de abolição e de perdão), cartas de comutação da pena, lembretes de proibição, cartas *de debitis*, cartas de repouso, cartas de estado, cartas de doação, cartas *de committibus*, cartas de amortização...<sup>41</sup>

Examinados muitos dos *diplomata et chartae* das chancelarias portuguesas, especialmente atos notariais, verificamos que há arranjo frásico para nele incluir o *cursus* e a prosa rítmica, mas não é a principal preocupação do redator. Mais importante do que a prosa rítmica é a organização em partes da carta, que nada tem a ver com a divisão da epístola literária, ou da carta veículo de comunicação, de que temos falado, por ser outro modelo de carta. Este tipo de epístola obedece *grosso modo* a uma tipologia em que (para usar a tópica das *circumstantiae*) se diz *quem faz o quê, quando, em favor de quem, por que razão, sob quais condições...* Todas estas circunstâncias são agrupadas em três grandes partes: protocolo, texto ou narrativa e escatocolo, cada um dos quais tem a sua subdivisão.

O protocolo subdivide-se em invocação (p. ex., o emprego do «*chrismon*» ou então uma invocação verbal começada por «*In nomine...*»); subscrição ou intitulação (em que o autor da carta se apresenta, p. ex., «*gratia Dei rex*», «*humilis episcopus*», «*servus servorum Dei*»); destinatário (p. ex., «a todos aqueles que hão de ver a presente carta») e saudação (p. ex., «*in perpetuum*», «*salutem*», «*salutem et apostolicam benedictionem*», «*salutem et gaudium*»). O texto ou narrativa subdivide-se em preâmbulo (motivos da redação da carta); notificação (p. ex., «*noverint universi presentes pariter et futuri*», «*notum facio quod...*»); exposição (é a *narratio* retórica); disposição (acto jurídico que deu lugar à carta, p. ex., «*concedimus*», «*confirmamus*», «*vendidimus*», «*statuimus et precipimus*»); pode incluir as cláusulas penais) e corroboração (sinais ou meios de validação). O escatocolo inclui a data, a *apprecatio* (pequena fórmula cristianizada como: «*feliciter in domino*» ou «*amen*») e a referência ao escriba ou ao promotor da carta<sup>42</sup>.

<sup>41</sup> Cf. GUYOTJEANNIN, 1993: 108.

<sup>42</sup> Cf. GUYOTJEANNIN, 1993: 71-85.



Nas cartas notariais das chancelarias portuguesas, hoje dispersas por muitos livros, entre os quais de destacam três coleções<sup>43</sup>, é costume ter a seguinte tipologia para as cartas de venda: o protocolo subdividido em invocação (p. ex., «In Dei nomine»), subscrição (p. ex., «Ego Balteiro et uxor mea nomine Ogenia»), destinatário (p. ex., «vobis Kartemiro et uxor sua et plus tres casalia») e saudação. O texto ou narrativa, por vezes bastante desenvolvido, engloba os seguintes conteúdos: (a) exposição com: preâmbulo (o acto jurídico que vai ser feito é da sua inteira liberdade), natureza do acto jurídico e seu conteúdo (p. ex., «venda de dois vilares»), delimitação das propriedades vendidas, confirmação e descrição dos bens, preço (p. ex., «80 moios») e transmissão dos direitos; (b) cláusulas com: sanções jurídicas (p. ex., «que ninguém tenha poder de reivindicar em julgamento»), podendo também havê-las espirituais (p. ex., «que arda com Judas traidor nos infernos») e sanções materiais (p. ex., «paguem o dobro»). Por fim, o escatocolo com data, assinaturas e róbora.

Por conseguinte, nesta carta jurídica, com a qual terminamos o nosso artigo, a preocupação é o ato notarial em si, estabelecido entre os dois outorgantes, e sua precisão: clareza da mensagem, explícita e sem ambiguidades, e já não tanto o seu embelezamento estilístico com *colores rhetorici* ou *cursus*, ainda que a formalidade e beleza da sua organização em partes seja outra forma de lhe conceder elegância e de o redator brilhar na sua arte.

## CONCLUSÃO

Apesar de no período clássico ser escassa a teorização acerca da carta, são ricos os epistolários sobreviventes. Vistos no seu conjunto e fixando-nos apenas na epistolografia romana, observamos que os clássicos já exploraram os principais usos da carta: a carta privada, pública e oficial; a carta fechada e aberta; a carta em prosa e em poesia; a carta não literária e a carta como produto literário e em que os limites da simples comunicação são em muito ultrapassados; a carta didática ou erudita, a poética e a carta proémio; a carta autêntica e a ficcional; a carta política e a de propaganda. Vista como um tipo de discurso, desde sempre a carta manteve ligações com a oralidade, com o discurso oratório e até com o género autobiográfico. Na Idade Média, fruto de uma nova cultura, a carta e os documentos notariais receberam tanta atenção que foi criada uma arte específica para lidar com eles: a *ars dictaminis* e a afim *ars notaria*, que se situam igualmente no campo do *dictamen*; *dictaminum* ou *dictamina* eram as colecções ordenadas de cartas ou de documentos legais, afinal, outra forma de aprendizagem, pela *imitatio*, complementar aos tratados teóricos. Se bem que a teoria epistolar nunca andasse distante da retórica, neste tempo a carta estreitou bastante mais as suas relações com ela e foi vista como peça oratória. Afinal também era um tipo de discurso, ainda que de entidade diferente.

<sup>43</sup> Os conhecidos *Portugaliae Monumenta Historica, III – Diplomata et chartae*; e *Documentos Medievais Portugueses*, subdivididos em *Documentos particulares* e *Documentos régios*; mais recente são os *Portugaliae Tabellionum Instrumenta. Documentação notarial Portuguesa I – 1214-1234*, a cargo de Bernardo de Sá-Nogueira.

## BIBLIOGRAFIA

- CAMARGO, M. (1991) – *Ars dictaminis, ars dictandi*. Tournhout: Brepols.
- CASTILHO, C. (1974) – *La epistola como género literario de la antigüedad a la edad media Latina*. «Estudios Clásicos», XVIII, p. 427-442.
- CURTIUS, E. Robert (1981) – *Literatura Europea y Edad Media Latina*. 2 vols. Madrid, Buenos Aires: F.C.E.
- FAULHABER, Charles (1972) – *Latin Rhetorical Theory in Thirteenth and Fourteenth Century Castile*. Berkeley: University of California Press.
- FARAL, Edmund (1971) – *Les arts poétiques du XII.e et du XIII.e siècle*. Paris: Champion.
- GUYOTJEANNIN, Olivier; PYCKE, Jacques; TOCK, Benoît-Michel (1993) *Diplomatique médiévale*. Brepols.
- HALM, Carolus ed. (1863) – *Rhetores latini minores*. Leipzig: Teubner, p. 447-448; p. 589. Disponível em <<https://archive.org/details/rhetoreslatinim00halmgoog>>. [Consultado a 15/3/2017].
- HERCHER, Rudolphus (1873) – *Epistolographoi hellenikoi*. Paris, p. 1-14. Disponível em <<https://archive.org/details/epistolographoih00hercuoft>> [consultado a 10/5/2017].
- HERRERO LLORENTE, Victor-José (1971) – *La lengua latina en su aspecto prosodico, con un vocabulario de términos métricos*, Madrid, p. 93-98.
- JANSON Tore (1975) – *Prose rhythm in Medieval Latin from the 9th to the 13th century* (Acta Universitatis Stockholmiensis: Studia Latina Stockholmiensia 20): Stockholm.
- LAUSBERG, H. (1994) – *Manual de retórica literaria. Fundamentos de una ciencia de la literatura*. Madrid: Editorial Gredos.
- LECLERCQ, Jean (1946) – *Le genre épistolaire au moyen âge*. «Revue du moyen âge latin», 2, p. 63-70.
- MARCOS CASQUERO, Manuel-António (1983) – *Epistolografía romana*. «Helmántica. Revista de Filología Clásica y Hebrea», 34 (103-105), p. 377-406.
- MUÑOZ MARTÍN, M. Nieves (1985) – *Teoría epistolar y concepción de la carta en Roma*. Granada: Universidad.
- MURPHY, James J. (1971) – *Medieval rhetoric. A select bibliography*. Toronto: University of Toronto Press.
- \_\_\_\_\_ (1974) – *Rhetoric in the Middle Age*. Berkeley: University of California Press, p. 194-268.
- \_\_\_\_\_ ed. (1985) – *Three medieval rhetorical arts*. Berkeley: University of California Press.
- SUÁREZ DE LA TORRE, E. ed. (1988) – *Ars epistolica. La preceptiva epistolográfica y sus relaciones con la retórica*. In Morocho, G. ed. – *Estudios de drama y retórica*. León, p. 177-204.

# ANTIGAS CARTAS EGÍPCIAS AOS MORTOS –

## CARTAS DE NEGÓCIOS MUITO PECULIARES?\*

JOANNA POPIELSKA-GRZYBOWSKA\*\*

**Resumo:** *Numa contextualização de argumentos históricos e linguísticos, a autora analisa as antigas cartas egípcias dirigidas aos mortos. Vai-se debater o seu papel e a relevância intrínseca do seu possível significado. No Egito antigo, o povo escreveu Cartas aos Mortos. Não obstante o facto de os egípcios terem sido muito prudentes e cuidadosos no que concerne ao funeral, a atenção aos túmulos dos antepassados, tal como a própria vida deles no Além, e as suas Cartas aos Mortos, viriam a revelar-se como sendo algo de extraordinário.*

*Na demonstração que explana e indagada pela autora, esta indubitavelmente atreve-se e presume que as cartas foram escritas para divulgar um determinado contrato entre o parente falecido e o parente vivo. Este tipo de correspondência epistolar informa-nos de forma plausível sobre uma troca negocial entre os vivos e os mortos.*

**Palavras-chave:** *Cartas aos Mortos; Egito antigo; interpretações da Epistolografia egípcia; escrita egípcia antiga.*

**Abstract:** *The author scrutinises, with reference to contextual arguments – historical and linguistic – the ancient Egyptians Letters to the Dead. The paper discusses their role and their tenable significance.*

*Ancient Egyptians wrote letters to the dead. Notwithstanding the fact that they were very prudent as far as care for the funeral was concerned, attentiveness to the ancestors' tombs as well as their life in the beyond, their Letters to the Dead had a quite extraordinary character.*

*The present author dares to assume that they were designed to divulge a certain contract between the deceased relative and the person alive. This kind of epistolographical writings informs us about a distinctive business exchange between the living and the dead.*

**Keywords:** *Letters to the Dead; ancient Egypt; interpretations of Egyptian Epistolography; ancient Egyptian writings.*

Endereço um convite a todos para uma viagem através da nossa mente, bastante distante, quer em termos de espaço, quer em termos de tempo, nomeadamente, o Egito Antigo.

Este artigo pretende correlacionar os argumentos contextuais decifrados em concreto com os procedimentos históricos e linguísticos sobre as cartas antigas egípcias dirigidas aos mortos.

A discussão incidirá não só pela forma como os egípcios escreviam e compunham as cartas, mas também irá especificar a sua relevância, ou seja, saber qual foi o seu papel e o significado possível das mesmas cartas.

---

\* Desejo exprimir o meu agradecimento aos organizadores do V Encontro CITCEM – intitulado *As Linhas e as Letras: Epistolografia e Memória da cultura escrita*, que foi muito estimulante para o nosso trabalho. Agradeço também ao Senhor Miguel Ângelo Lobo Gonçalves pela ajuda na correção da língua portuguesa deste artigo, por toda a ajuda e que sempre se disponibilizou para me auxiliar nos trabalhos.

\*\* Egiptóloga, Instituto das Culturas Mediterrâneas e Orientais – Academia Polaca das Ciências, Varsóvia, Polónia. Email: joannapopielskag@hotmail.com.

No Egito encontram-se muitas cartas dos vários períodos da história egípcia antiga<sup>1</sup> e todas elas são diferentes. Estima-se que um por cento das pessoas em geral sabiam ler e escrever, estando incluído nesta percentagem não só os homens, mas também as mulheres. É do nosso conhecimento a existência das correspondências epistolar real<sup>2</sup> e particular. As cartas eram elaboradas usualmente pelos escribas em escrita hierática, porém usada mais frequentemente quando eram escritas à mão ou também em egípcio demótico, mas com menos regularidade quando se tratava de hieróglifos<sup>3</sup>. Algumas eram gravadas nas paredes dos túmulos dos nobres, tendo como exemplo a carta composta pelo faraó Pepi Neferkara (cerca de 2245-2180 a.C.)<sup>4</sup> a Herkhuf, tratando-se duma carta reveladora de uma inquietação extremamente singular do jovem rei, onde pede a um seu funcionário para cuidar bem dum menino preto, durante a sua viagem e posteriormente apresentado ao faraó. O Pépi, pessoa nova, ficou ansioso, porque ia brincar com o outro menino<sup>5</sup>!

*Disseste nessa tua carta que trouxeste um pigmeu [provindo] dos dançarinos da terra dos Habitantes do Horizonte [...].*

*Verdadeiramente, tu sabes como fazer isto o que ama e adora teu senhor. Efetivamente tu passas o dia inteiro e a noite inteira a pensar, como fazer isto o que ama, louva e manda o teu senhor. Sua Majestade irá doar-te muitas e esplêndidas honras para o bem do teu filho. [...]*

*Vem a Norte à residência sem demora! Apressa-te e traz contigo esse pigmeu, que trouxeste da terra dos Habitantes do Horizonte, que viva em felicidade e saúde e que faça as danças de deus para contentamento do coração para alegrar o coração do rei do Alto e Baixo Egito Neferkara, que viva eternamente!*<sup>6</sup>

As cartas são fontes deveras preciosas, porque reveladoras da vida e da personalidade das pessoas que as escreveram, deixando-nos, assim, ter pelo menos uma noção, mínima que seja, da vida quotidiana, como é neste caso, em concreto, o dia-a-dia dos egípcios antigos.

As cartas aos vivos foram escritas em papiro, a tinta preta e vermelha. A parte vermelha, no entanto, era utilizada nas bandas mais importantes. Os egípcios escreveram em papiro com o pincel de cana. Na parte exterior escreviam o nome do destinatário, acrescentando a sua filiação, e às vezes também o nome do remetente, mas sem endereço, por razões óbvias, uma vez que as cartas eram entregues pelas pessoas que viajavam e concordavam levar as mesmas com eles, ou por pessoas indigitadas pelo rei, por exemplo, caso se se tratasse de cartas oficiais.

<sup>1</sup> Consultar, por exemplo: CAMINOS, 1972: 855-864; WENTE, 1990: *passim* e sobre as Cartas aos Mortos em particular: 210-219; ALLEN, 2000: 386-387.

<sup>2</sup> EICHLER, 1991: 141-171.

<sup>3</sup> Ver, por exemplo: ALLEN, 2000: 1-2 e *passim*.

<sup>4</sup> SCHNEIDER, 1996: 493.

<sup>5</sup> LICHTHEIM, 1973: 23-27.

<sup>6</sup> Todas as traduções do egípcio antigo para português são feitas pela autora do artigo.

Se fosse em papiro, este seria dobrado para formar uma espécie de *pacotinho*, já que teria de ser prático o seu transporte, e, no final, as cartas eram carimbadas ou seladas, para não serem lidas pelas pessoas não autorizadas.

Geralmente, as cartas eram escritas em papiro. Como consequência desse facto, muitas delas deterioraram-se ou foram destruídas com o passar dos anos.

Sempre foi relevante e importante a forma como era apresentada a carta, tal como o uso das fórmulas tradicionais imprescindíveis para o começar e para o terminar do documento, em que o seu autor, por exemplo, chamava-se a si mesmo (traduzido à letra) «servente aí». Porém, dirigindo as suas palavras ao destinatário, escrevia «Senhor/Senhora» ou, curiosamente, «teu escritor», isto é, talvez quisesse dirigir a carta diretamente à pessoa que a fosse ler ao seu destinatário, e não propriamente a esse mesmo destinatário, ou seja, tratava-se aqui do seu escritor, sendo sugerido que o destinatário não tinha de ler a carta sozinho. De referir ainda que as pessoas da mesma condição social escreviam entre si, usando as palavras «minha irmã» ou «meu irmão», não se tratando forçosamente de familiares. Isto era apenas uma convenção e não significava que as pessoas eram da família<sup>7</sup>.

Os egiptólogos conhecem as cartas escritas pelos faraós e aos faraós<sup>8</sup>, mas também as cartas das pessoas ditas comuns<sup>9</sup>, que trataram frequentemente da apresentação de queixas contra alguém que as tinha prejudicado.

No entanto, com exceção das cartas aos vivos e trocadas entre si, o antigo povo do Egito escreveu cartas aos mortos<sup>10</sup>. Não obstante terem sido os egípcios muito prudentes e cuidadosos em relação ao funeral, é de relevar a atenção aos túmulos dos antepassados, tal como a própria vida deles no Além, onde as suas Cartas aos Mortos tinham um carácter extraordinário. Para este povo, particularmente, sobreviver à morte e ficar na memória dos vivos para sempre era um facto indispensável, devendo, de igual modo, ser necessário escrever aos seus mortos as cartas espirituais e sentidas, cheias de amor e carinho; porém, se os egípcios foram muito diferentes das outras nações antigas, também nesta questão mostraram uma atitude bem original.

Eram essas cartas, então, os registros da memória sobre o parente falecido? Nada mais enganador!

Não temos a certeza sobre a datação exata das Cartas aos Mortos, porque não sabemos a proveniência da sua maioria, nem o contexto arqueológico, sendo possível tão-só datá-las com base na paleografia dos sinais da escrita<sup>11</sup>.

Sabemos apenas que este tipo de cartas apareceu no fim do Antigo Reino (2740-2670 a.C.)<sup>12</sup> no Egito, isto é, no início do século XXII antes de Cristo, tendo as pessoas

7 CAMINOS, 1972: 855-857; WENTE, 1990: 1-12; ALLEN, 2000: 386; POPIELSKA-GRZYBOWSKA, 2005: 73-75.

8 WENTE, 1990: 17-40; POPIELSKA-GRZYBOWSKA, 2005: 75-76.

9 WENTE, 1990: 54-97; POPIELSKA-GRZYBOWSKA, 2005: 77-78.

10 WENTE 1990: 210-218; ALLEN, 2000: 387; POPIELSKA-GRZYBOWSKA, 2005: 78-81.

11 GARDINER, SETHÉ, 1928; GARDINER 1930: 19-22; PIANKOFF, CLÈRE, 1934: 157-169; SMITHER, 1942: 18; BEAR, 1966: 3; SIMPSON, 1966: 39-52; ROCCATI, 1967: 323-328; FECHT, 1969: 105-127; GOEDICKE, 1972: 95-98; SIMPSON, 1970: 58-64; GILULA, 1969: 216-217; SILVERMAN, 1980: 16-17, 21, 39; WENTE, 1975/76: 595-600; WENTE, 1990: 210-218; CZERWIK, 1999: 61-68; POPIELSKA-GRZYBOWSKA, 2005: 78-79.

12 SCHNEIDER, 1996: 492-493.

continuado a escrevê-las até o fim do Novo Reino (1539/0-1292 a.C.)<sup>13</sup>, ou seja, até ao século XI antes de Cristo. Uma está datada, com significativa probabilidade, para a dinastia 21 (1069-945 a.C.)<sup>14</sup>, que ultrapassa o Novo Reino.

As Cartas aos Mortos, na sua maioria, foram escritas em particular no final do Antigo Reino e no Primeiro Período Intermediário (2168/2198-2131/2161 a.C.)<sup>15</sup>, numa altura em que o Egito sofreu diferentes desordens sociais, políticas e até da própria natureza, tais como torrentes de chuva. E naquela altura, parece ser bem compreensível pedir ajuda aos entes mais próximos, que tinham mais poder e que podiam, até, ser os mediantes entre os familiares vivos e os falecidos, assim como, e de igual modo, aos deuses. Isto não revela a fé egípcia no poder mágico dos mortos, porque parece não ser o caso, muito menos na magia em geral. Porém, sendo o povo egípcio invulgar e distinto dos outros povos antigos, este acreditou numa criação religiosa da realidade e ninguém mais que os que viveram no Além puderam assistir à realização dessa realidade apenas pelo simples poder performativo da palavra – escrita e depois pronunciada em voz alta. Todavia, as Cartas aos Mortos não devem ser entendidas, nem tratadas, como os textos mágicos<sup>16</sup>, tendo em conta todos os estudos feitos pela autora deste artigo.

Hoje conhecemos 13 (ou 14) cartas deste género; uma delas é, na realidade, composta por duas cartas<sup>17</sup>.

A típica Carta ao Morto consistiu nas seguintes partes:

- 1/ o endereço do destinatário (e no geral o remetente);
- 2/ os cumprimentos;
- 3/ o relembrar ao falecido ancestral como o autor da carta o tratou bem e com atenção, exercendo o seu culto sepulcral e fazendo as oferendas de valor;
- 4/ a descrição do problema;
- 5/ o pedido ou a exigência de ajuda dirigida pelo autor da Carta ao Morto.

A generalidade das cartas que estamos a analisar foi publicada por Alan H. Gardiner e Kurt Sethe, numa altura em que se encontraram em Londres para estudar os textos egípcios, «tendo-se apercebido, por acaso», de treze linhas de texto no egípcio hierático escrito numa peça de linho, o chamado «Cairo Linen Text», tendo então descoberto um género de escrita desconhecido – as Cartas aos Mortos. Os resultados dos estudos apenas foram publicados após a Primeira Guerra Mundial, em 1928<sup>18</sup>. As análises mais exaustivas do assunto foram feitas pelos seguintes egiptólogos: A.H. Gardiner, K. Sethe («Egyptian Letters to the Dead mainly from the Old and Middle Kingdom»), cuja crítica escreveu B. Gunn<sup>19</sup>; J.J. Clère e A. Piankoff<sup>20</sup>; R. Grieshammer, no seu artigo principal para

---

<sup>13</sup> SCHNEIDER, 1996: 496-497.

<sup>14</sup> SCHNEIDER, 1996: 497.

<sup>15</sup> SCHNEIDER, 1996: 493-494.

<sup>16</sup> POPIELSKA-GRZYBOWSKA, 2011: 680-693.

<sup>17</sup> GARDINER, SETHE, 1928: 15-18.

<sup>18</sup> GARDINER, SETHE, 1928.

<sup>19</sup> GUNN, 1930: 147-155.

<sup>20</sup> PIANKOFF, CLÈRE, 1934: 157-169.

estudar as Cartas aos Mortos, isto é, «Briefe an Tote» em *Lexikon der Ägyptologie*<sup>21</sup>; W. K. Simpson<sup>22</sup>, A. Roccati<sup>23</sup>, M. Gilula<sup>24</sup> e D.P. Silverman<sup>25</sup>. A mais notável interpretação e feita recentemente foi apresentada por Michael O’Donoghue. Ele não se limitou apenas ao estudo do seu conteúdo, ou seja, não teve apenas em consideração a mensagem que as cartas pretendiam transmitir, mas também a sua forma; sugeriu um significado religioso quanto à relação entre o vivo e o morto e a apresentação do problema perante o Tribunal no Além<sup>26</sup>. Existem também os artigos que discutem as particularidades e os detalhes da escrita hierática das cartas, como por exemplo a publicação de D. Czerwik<sup>27</sup>.

As cartas em referência foram escritas sobretudo e vulgarmente em tigelas de argila. Porém, e como também já foi mencionado, em linho, em papiro, na parte de trás duma estela ou, enfim, na base dum vaso. As mais antigas foram escritas em papiro.

Podemos estar perante atos significantes e pertinentes, se atentarmos ao facto das cartas terem ficado gravadas em tigelas, e, no geral, assim é interpretado (veja por exemplo A. H. Gardiner e K. Sethe<sup>28</sup>), isto é, que dentro das tigelas os familiares deixaram trigo ou pão como oferenda para atrair a atenção do falecido, a quem a carta foi dirigida. Aliás, uma das cartas inicia-se com a fórmula da oferenda (tigela de Berlim).

B. Gunn presumiu que, se as pessoas sentissem a malvadez causada pelos espíritos atormentados, ou, simplesmente os mortos (que podiam sempre afetar a existência dos vivos, conforme crenças egípcias), nunca sabiam muito bem quem estava a influenciar a vida deles para o mal<sup>29</sup>. Por isso, o único método para reconhecer o malvado ou a malvada consistia em contactar os falecidos da família, porque só eles conseguiam ajudar, nesse caso, para se saber a verdade. Só os mortos sabiam tratar dos mortos.

Pela análise da visão linguística das cartas, é de destacar, e assim parece ser, que os mortos que fazem mal aos vivos podem ser chamados perante o Tribunal dos deuses, para que a pessoa maltratada receba justiça. Os vivos acreditavam no poder deste Tribunal, o mais importante de todos, podendo este parar ou interromper, bem assim prevenir, cada violação dos direitos e que também influenciavam, aliás, a ordem ou o equilíbrio do universo, a chamada *maat*. O antepassado tinha de representar o seu ente-vivo perante o Tribunal no Além.

Todas as cartas aqui verbalizadas, em concreto, foram redigidas aos parentes próximos: três delas aos pais, uma à mãe, uma a ambos os pais, três aos maridos e quatro às esposas, uma ao filho, e por fim, uma à irmã. Portanto, ficou assim demonstrada uma proximidade espiritual nas famílias; no entanto, a autora irá explanar mais adiante um possível e diferente motivo da intenção em escrever as cartas e que não está apenas relacionado com a espiritualidade.

21 GRISHAMMER, 1972: 864-870.

22 SIMPSON, 1966: 39-52; SIMPSON, 1970: 58-64.

23 ROCCATI, 1967: 323-328.

24 GILULA, 1969: 216-217.

25 SILVERMAN, 1980.

26 O’DONOGHUE, 1999: 87-104.

27 CZERWIK, 1999: 61-68.

28 GARDINDER, SETHE, 1928.

29 GUNN, 1930: 151-153.

Duas ou três cartas falam dum problema relacionado com espólio ou legado, mais concretamente, sobre alguém violar o direito dos filhos ou dos esposos na herança a si pertencente. Quatro ou cinco pronunciam-se sobre doenças, com origens, segundo julgam, em espíritos malignos dos mortos. Uma outra refere-se a um pedido para dar à luz um filho saudável. Nas demais cartas são mencionados problemas que não são claros ou bem esclarecidos.

Todavia, o cerne do problema tem sempre a ver com o morto num estado hostil. Eis o exemplo de uma carta escrita em papiro:

*O servente fala ao seu Senhor, (seu [filho] [H]eni diz):*

*A atenção milhões de vezes, isto é vantajoso dar atenção a alguém que cuida de ti, relativamente a isso que o teu servente Seni causa a este teu humilde servente (isto é, este que escreve a carta) por vê-lo no pesadelo na mesma cidade onde tu estás (ou seja, na terra dos mortos).*

*Olha, isto era o seu próprio carácter que o castigou.*

*Olha, isso não foi pela mão do teu humilde servente que lhe aconteceu o que tinha acontecido, E isto não é o fim de tudo o que vai acontecer.*

*Olha, não é minha (coisa) dar a sua mágoa.*

*Os outros agiram na presença do teu humilde servente.*

*Observa-lo atenciosamente para que tu não negligencies em observá-lo, até ele não verá o teu servente nunca mais.*

Indubitavelmente, as Cartas aos Mortos preenchem uma grande parte, exclusiva e única, da cultura egípcia antiga.

Elas não foram escritas para expressar tristeza e luto, após a perda, por morte, de um ente querido. Os cientistas conhecem apenas uma carta de amor escrita por um homem que ocupava um alto cargo de estado e que foi dirigida à esposa falecida, no Império Novo. As outras têm um significado completamente diferente. A autora desta narração atreve-se a presumir que elas foram escritas para divulgar um determinado contrato entre o parente falecido e o parente vivo. Consequentemente, este tipo de correspondência epistolar informa-nos sobre uma atividade negocial distinta e única ou sobre a troca dum negócio entre os vivos e os mortos. Para os egípcios, o simples ato de escrever as cartas era um procedimento importante. Todas as cartas seguem a fórmula oficial da própria carta, mas o conteúdo é muito particular e especial, porque exprime a preocupação séria do autor.

O importante é que as pessoas que têm problemas e que não os sabem resolver sozinhas, «oferecem» essas dificuldades aos seus ancestrais falecidos. Dirigem-lhes pedidos de ajuda, mas não se referem especialmente a pedidos humildes, a pedidos da pessoa que fica sem saber como agir, que fica desesperada. Trata-se de exigir assistência, uma ação concreta e real do antepassado.

Se estamos perante um comportamento peculiar, logo se compreende que os vivos tinham uma vantagem, uma espécie de estímulo para «animar» e incentivar os seus falecidos, mais concretamente o seu próximo, para encetar uma ação própria, qual fosse, a da assistência aos vivos na terra. Trata-se, assim, de um argumento de peso dos vivos, melhor



designado por culto sepulcral. Os egípcios antigos acreditavam que os mortos tinham de se alimentar, tal como os vivos, e por isso era imprescindível receber as oferendas dos seus familiares. Então, se o falecido próximo não quisesse ajudar, a família poderia deixar de fornecer as oferendas: carne, fruta, trigo e outras. Se não comia, o espírito não podia viver no Além e morreria da segunda e definitiva morte, destruindo também todas as lembranças da pessoa falecida na terra – até o seu nome desapareceria completamente, ou seja, ninguém se lembraria mais daquela pessoa. Foi uma ameaça terrível! Todavia, nenhum outro povo na história fez tanto para sobreviver, para persistir eternamente, como os egípcios antigos. Basta lembrarmo-nos do empenho na mumificação. Cada mumificação demorava 70 dias. Porém, foram feitos muitos outros esforços para viver fisicamente no corpo deixado na terra, em túmulo, e espiritualmente, na memória das pessoas que amaram e por quem foram amadas. Todo este empenho é uma criação da realidade desejada.

Assim, os vivos que ainda ficavam na terra lembravam aos mortos familiares que «é vantajoso fazer caso ou dar importância a esses que cuidam deles» (tigela de Hiw). Outrossim, os autores das cartas escreviam que, se os falecidos ajudarem, os deuses ficar-lhes-ão gratos. O marido que escreveu a sua carta na estela (que por curiosidade, como parece, foi encontrada no Museu de Cairo<sup>30</sup>, foi publicada e depois desapareceu) exprimiu literalmente que, se a sua esposa se dignasse favoravelmente a salvá-lo do pesadelo, ele iria fazer uma mesa de oferendas para ela – mas apenas quando o seu problema estivesse resolvido. Isto é um contrato: se tu me ajudares, se me fizeres bem, eu também te farei. Os mortos gozavam de grande poder e por isso não podiam deixar os seus próximos viver as dificuldades. No entanto, caso isso acontecesse, então deviam ser cautelosos, já que ninguém mais lhes iria exercer o culto sepulcral! Trata-se de algo incutido nos povos, próprio e natural, em que morrerão de segunda morte, consumidos pela Grande Devoradora.

É muito provável que as Cartas aos Mortos no Novo Reino tenham desaparecido, em prol das cartas dirigidas a deuses para lhes pedir intervenção e ajuda. Este último tipo de cartas, escritas a deuses, floresceu especialmente no Período Greco-Romano (332 a.C.-313 d.C.<sup>31</sup>) no Egito. Todavia, as cartas a deuses, como aquelas dirigidas aos mortos, descrevem o problema em que o remetente pede ajuda e, de igual modo, ele ou ela oferece a deus uma oferenda em troca, ou fala das oferendas que já fez e que deus devia reconhecer e, assim, satisfazer o desejo de quem fazia o pedido.

A autora demonstrou não só as prováveis interpretações das mensagens nas chamadas Cartas aos Mortos, como também indicou um carácter e feitos ímpares das cartas discutidas. Claramente, tratar as Cartas aos Mortos como sendo cartas de negócio, é um bocado exagerado e metafórico, mas dá para compreender melhor a natureza do pensamento egípcio, que foi muito prático e frequentemente no sentido «do ut des».

<sup>30</sup> WENTE, 1975/76: 595-600.

<sup>31</sup> SCHNEIDER, 1996: 500-502.

## BIBLIOGRAFIA

- ALLEN, James Peter (2000) – *Middle Egyptian: An Introduction to the Language and Culture of Hieroglyphs*. Cambridge: Cambridge University Press.
- BAER, Klaus (1966) – *A deed of endowment in a letter of the time of Ppjj I?* – «Zeitschrift Ägyptische Sprache und Altertumskunde», vol. 93, p. 1-9.
- CAMINOS, Richard A. (1972) – *Brief*. In OTTO, Eberhard, HELCK, Wolfgang ed. – *Lexikon der Ägyptologie*. Wiesbaden: Harrasowitz, col. 855-864.
- CZERWIK, Dorota (1999) – *Some Remarks on the Letters to the Dead from the First Intermediate Period* – «Göttinger Miszellen», vol. 173, p. 61-68.
- EICHLER, Eckhard (1991) – *Untersuchungen zu den Königsbriefen des Alten Reiches* – «Studien zu Altägyptischen Kultur», vol. 18, p. 141-171.
- FECHT, Gerhard (1969) – *Der Totenbrief von Naga-ed-Deir*. «MDAIK», vol. 24, p. 105-128.
- GARDINER, Alan Henderson (1930) – *A New Letter to the Dead*. «Journal of Egyptian Archaeology», vol. 16, p. 19-22.
- GARDINER, Alan Henderson, SETHE, Kurt (1928) – *Egyptian Letters to the Dead*. London: Egyptian Exploration Society.
- GILULA, Mordechai (1969) – *Negative Sentences in a Letter to the Dead*. «Journal of Egyptian Archaeology», vol. 55, p. 216-217.
- GOEDICKE, Hans (1972) – *The Letter to the Dead, Nag' Ed-Deir N 3500*. «Journal of Egyptian Archaeology», vol. 58, p. 95-98.
- GRISHAMMER, Reinhard (1972) – *Briefe an Tote*. In OTTO, Eberhard, HELCK, Wolfgang ed. – *Lexikon der Ägyptologie*. Wiesbaden: Harrasowitz, col. 864-870.
- GUNN, John Battiscombe (1930) – *Notices of Recent Publications* – «Journal of Egyptian Archaeology», vol. 16, p. 147-155.
- LICHTHEIM, Miriam (1973) – *Ancient Egyptian Literature*, volume I: *The Old and Middle Kingdoms*, Berkeley, Los Angeles – London: University of California Press.
- O'DONOGHUE, Michael (1999) – *The 'Letters to the Dead' and Ancient Egyptian Religion*. «Bulletin of the Australian Centre for Egyptology», vol. 10, p. 87-104.
- PIANKOFF, Alexander, CLÈRE, Jean (1934) – *A letter to the dead on a bowl in the Louvre*. «Journal of Egyptian Archaeology», vol. 20, p. 157-169.
- POPIELSKA-GRZYBOWSKA, Joanna (2005) – *Zaranie dziejów, zaranie pisma. Inskrypcje okresu Starego Państwa, Tajemnice papirusów*, Wrocław, Warszawa, Kraków, p. 41-81.
- \_\_\_\_\_ (2011) – *Religious Reality Creation through Language in the Old Kingdom Religious Texts*. In BÁRTA, Miroslav, COPPENS, Filip, KREJČI, Jaromír ed. – *Abusir and Saqqara in the Year 2010*, Prague: Czech Institute of Egyptology, Faculty of Arts, Charles University in Prague, vol. 2, p. 680-693, bibliografia, p. 823-904.
- ROCCATI, Alessandro (1967) – *Due lettere ai morti*. «Rivista degli Studi Orientali», vol. 42, p. 323-328.
- SCHNEIDER, Thomas (1996) – *Lexikon der Pharaonen*, München, Zürich: dtv.
- SILVERMAN, David P. (1980) – *Interrogative constructions with JN and JN-JW in Old and Middle Egyptian*. Malibu: Undena Publications.
- SIMPSON, William Kelly (1966) – *The Letter to the Dead from the Tomb of Meru (N 3737) at Nag' ed-Deir*. «Journal of Egyptian Archaeology», vol. 52, p. 39-52.
- \_\_\_\_\_ (1970) – *A Late Old Kingdom Letter to the Dead from Naga ed-Deir N 3500*. «Journal of Egyptian Archaeology», vol. 56, p. 58-64.
- SMITHER, Paul Cecil (1942) – *An Old Kingdom Letter Concerning the Crimes of Count Sabni*. «Journal of Egyptian Archaeology», vol. 28 p. 16-19.
- WENTE, Edward Frank (1975/76) – *A Misplaced Letter to the Dead*. «Orientalia Lovaniensia Periodica», vol. 6/7, p. 595-600.
- WENTE, Edward Frank (1990) – *Letters from Ancient Egypt*, Atlanta: Society of Biblical Literature.

# «BRING IR DEN BRIEF UND SING IR UF GEDOENE»

O LUGAR DA CARTA NA LÍRICA ALEMÃ DOS SÉCULOS XII-XIV

J. CARLOS TEIXEIRA\*

**Resumo:** A partir de uma primeira reflexão acerca da lírica amorosa em médio-alto-alemão, o 'Minnesang', pretende-se com o presente artigo entender a vertente epistolográfica que a esta tradição poderá estar associada. A análise focar-se-á essencialmente nas canções que representam uma vertente mais alta e cortês da dimensão da 'minne', a 'hohe Minne', deixando então espaço para uma reflexão acerca das possibilidades de violação de condutas sociais: tendo em conta que esta tradição sobrevive de confrontos socialmente estabelecidos entre afastamento/proximidade, comunicação/falta desta, assume-se a carta como um motivo de particular interesse, uma vez que permite a transgressão do silêncio sem que este seja, de facto, verdadeiramente transgredido. Para tal, proceder-se-á à leitura de 'Minnesänger' canónicos como Friedrich von Hausen e Hartmann von Aue, mas também de outros como Johannes Hadlaub, Der Taler e Mönch von Salzburg.

**Palavras-chave:** Minnesang; médio-alto-alemão; lírica; silêncio.

**Abstract:** This article aims to provide insight into the epistolographical aspects of the Middle High German Minnesang, i.e. the Minnesang love lyric in connection to the love letter. The analysis is focused on songs related to 'hohe Minne', a higher form of love, ultimately providing a greater understanding of how social conducts became transgressive. In a tradition arising from socially established confrontations between distance/proximity and communication/no communication, the letter proves a particularly interesting motive, enabling the transgression of silence without truly transgressing it. This analysis includes poems by both canonical Minnesänger (Friedrich von Hausen and Hartmann von Aue) and non-canonical Minnesänger (Johannes Hadlaub, Der Taler and Mönch von Salzburg).

**Keywords:** Minnesang; medium-high-german; lyric; silence.

*Entre nós e as palavras há metal fundente  
entre nós e as palavras há hélices que andam  
e podem dar-nos a morte violar-nos tirar  
do mais fundo de nós o mais útil segredo (...)*

Mário Cesariny

Os versos que de Mário Cesariny se deixam ler, servem-nos para abrir um véu à presente reflexão: ainda que aqui certamente um tanto desconstruídos e descontextualizados no tempo e no espaço em relação àquilo que serão as próximas considerações, não estarão tematicamente distantes do fulgor poético e trovadoresco que se via aceso durante a Idade Média um pouco por toda a Europa.

---

\* Doutorando no 3.º Ciclo em 'Estudos Literários, Culturais e Interartísticos' da Faculdade de Letras da Universidade do Porto com Bolsa de Doutoramento atribuída pela 'Fundação para a Ciência e Tecnologia' no concurso de 2016 com a referência SFRH/BD/121982/2016; é ainda Investigador Colaborador no 'Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória». Email: jcarlosmteixeira@gmail.com.

A par deste fulgor, assiste-se no espaço associado ao médio-alto-alemão<sup>1</sup> ao nascimento da tradição poética do ‘Minnesang’, a qual poderá ser traduzida como ‘Cantar de minne’, caracterizando-se ‘minne’ como o sentimento passional que é representando entre os amantes destes poemas e que, ainda não com todo o rigor e precisão, poderá ser para o presente efeito entendido como ‘Amor’<sup>2</sup>. Floresce, assim, uma poética de ‘Amor’ sendo à representação mais alta, nobre e cortês deste conceito dada a designação de ‘hohe Minne’<sup>3</sup> (Amor elevado). Segundo Joachim Bumke, poder-se-á afirmar que ‘hohe Minne’ indica geralmente um desejo ideal (e idealizado) de aspiração ao contacto que é, não de âmbito carnal, mas de âmbito espiritual<sup>4</sup>. Em termos amplos, a dama, normalmente casada, encontra-se socialmente superior ao homem que a corteja, geralmente um cavaleiro, louvando este as qualidades da figura feminina. Uma vez que esta relação é claramente ilegítima e de carácter espiritual, os amantes, regra geral, não estabelecem qualquer contacto entre si, impossibilitando a comunicação verbal, que de outra forma poderia ser concretizada.

A legitimidade da relação – ou antes, a falta de legitimidade – afirma-se, portanto, como tensão diegética que permite a existência do poema: se não se tratasse de uma dinâmica de atritos consagrados por esta ilicitude, não haveria texto. As palavras apresentam-se, portanto, como as tais ‘hélices’ que se colocam entre o *nós* da epígrafe, que sublinhamos uma vez mais aqui ser utilizado com um mero propósito introdutório. Assim, o cavaleiro que observa a dama não lhe pode falar, da mesma forma que a dama que pensa no cavaleiro não lhe pode tocar<sup>5</sup>. Não podendo os amantes celebrar o encontro físico entre si e sendo o diálogo impossível entre estes, algo se poderá então concluir: ‘Minnesang’, que relembramos poderá ser traduzido como ‘O Cantar da minne’ é, na verdade, ‘O Silêncio da minne’. Preencher este silêncio é, parece-nos, umas das questões mais fundamentais desta tradição, pelo que os amantes procuram ao longo dos diferentes textos formas diversas de aproximação e comunicação física e/ou verbal.

Uma das formas de interação comunicativa entre os amantes, e que facilmente se poderia furta aos olhos da hostilidade da conduta social<sup>6</sup>, é consagrada através de cartas, as quais permitem a comunicação sem a presença efetiva de quem a escreve. Neste ponto, o nascimento da escrita em médio-alto-alemão<sup>7</sup> é por Mireille Schnyder entendido como

<sup>1</sup> Em termos gerais, médio-alto-alemão situa-se cronologicamente entre 1050 e 1350, dividindo-se espacialmente entre ‘Oberdeutsch’, ‘Mitteldeutsch’ e ‘Niederdeutsch’.

<sup>2</sup> Segundo o dicionário proposto por Matthias Lexer, o conceito ‘minne’ poderá ser entendido nas vertentes literárias, mas também religiosas e políticas, pelo que a primeira destas vertentes estará associada ao cortejar e ao «freundliches gedenken» – pensamento amoroso – e «erinnerung» – recordação (LEXER, 1992: 140). Para uma análise sincrónica e diacrónica do termo, ver BUMKE, 2008: 503-558.

<sup>3</sup> Sobre esta questão e como forma de base teórica para a exploração do conceito no presente artigo, ver HAFERLAND, 2000.

<sup>4</sup> Bumke, 2008: 516-517.

<sup>5</sup> De facto, esta tendência é, ainda que de forma divergente, também possível de ser encontrada em outros géneros literários da época. Ainda que não seja o tema central que move a narrativa, podemos identificar esta questão em textos como *Das Nibelungenlied* entre Kriemhilt e Siegfried ou *Tristan* de Gottfried von Strassburg entre Tristan e Isolde.

<sup>6</sup> Referimo-nos neste ponto às figuras da ‘huote’ e ‘merkære’, as quais existem no texto com o principal propósito de inspecionar os amantes e o não encontro entre estes, funcionando dessa forma como uma transfiguração das próprias regras sociais. Sobre esta questão, ver KASTEN, 2005.

<sup>7</sup> Relembramos que é só na segunda metade do século XII que é produzido o primeiro romance cortês, *Eneasroman*, de Heinrich von Veldeke, texto que abriu as portas à produção crescente de outros textos de carácter literário em língua vernacular.

um *medium* que poderá ser dividido em várias funções<sup>8</sup>, seja como meio de abstração corporal, seja como meio de supressão de distância. Neste sentido, importa referir a forma como a escrita e a carta permitem uma presença *passiva* daquele que escreve: a abstração do corpo é passível ser encontrada a partir da representação do ser ausente através da fixação textual, implicando que quem lê tem acesso, não à concretização visual do corpo, mas antes ao material que suporta a palavra escrita, assim como a própria palavra escrita em si mesma<sup>9</sup>. Escrever permite, portanto, uma certa desresponsabilização corporal no sentido em que o autor do texto é corporizado apenas materialmente na fixação do(s) signo(s) escrito(s) em forma de um discurso que se afirma como monologar. Em termos de tradição temática do ‘Minnesang’, isto implica que o amante que escreve/compõe não requer necessariamente de uma aproximação em relação à amada para comunicar verbalmente com esta, possibilitando o contacto entre os amantes. Não estando, o amante está, permitindo à imagem da carta abrir-se a possibilidades de transgressão.

Deste modo, no contexto de *as linhas e as letras*, importar-nos-á, portanto, um estudo da comunicação escrita que surja dentro destes textos – leia-se, o corpo diegético – a partir da imagem da carta. Equacionar-se-ão, assim, possibilidades de interpretação dos vários exemplos passíveis de serem estudados<sup>10</sup>, pretendendo-se compreender aceções de som ou silêncio, escrita ou não escrita através de presenças epistolares. No sentido de cumprir premissas e objetivos, focar-nos-emos nos poemas que representam a ‘hohe Minne’, os quais serão, de uma forma geral, os mais representativos para a tradição do ‘Minnesang’, para além de serem aqueles que de melhor forma representam a ilegitimidade da relação culminante na impossibilidade de encontro entre as figuras e a sucessiva necessidade epistolar.

Iniciaremos a proposta de leitura com um texto do ‘Minnesänger’ Johannes Hadlaub<sup>11</sup>, no qual o amante do poema observa secretamente e em sofrimento a sua amada enquanto aguarda que esta se dirija ao exterior de uma igreja com o intuito de lhe entregar uma carta. Importa aqui salientar que a carta ocuparia um lugar na vida *social* dos tempos que circundam estes textos que não poderá ser equiparado àquele que atualmente ocupa, uma vez que não seria certamente dado adquirido dos séculos XII e XIII a livre circulação de cartas de amor, atribuindo desde logo à carta um valor particularmente relevante e pouco comum<sup>12</sup>.

<sup>8</sup> SCHNYDER, 2008: 8-14.

<sup>9</sup> SCHNYDER, 2008: 11. Sobre o material, a palavra escrita e o próprio signo, importa ler a distinção entre *Verschriftung* e *Verschriftlichung* proposta por OESTERREICHER, 1983. Ver ainda ROSENTHAL, 2014: 72-85.

<sup>10</sup> Da totalidade de canções que se conhece de temática amorosa em médio-alto-alemão, 12 são os autores que trabalham com a imagem da carta, ainda que não necessariamente no âmbito do ‘hohe Minne’: Der wilde Alexander, Frauenlob (Heinrich von Meissen), Friedrich von Sonnenburg, Hugo von Montfort, Der Kol von Niunzen, Mönch von Salzburg, Der Markgraf von Hohenburg, Neihart von Riuwental, Oswal von Wolkenstein, Johannes Hadlaub, Der Taler e Walther von der Vogelweide.

<sup>11</sup> Segunda metade do século XIII e inícios do século XIV. Será de salientar que não iremos fazer uma distinção forçosa entre os poetas do período clássico e do pós-clássico do ‘Minnesang’, ainda que tenhamos consciência dos discursos poéticos – e até académicos – que cada um destes pressupõe. Esta decisão passa, na verdade, pelo facto de que, independentemente da forma como os poetas clássicos e pós-clássicos trataram os textos, a base diegética no que diz respeito ao relacionamento entre cavaleiro e dama permanece praticamente intacta, permitindo-nos, assim, facilmente associar textos dos vários momentos do ‘Minnesang’.

<sup>12</sup> MÜLLER sublinha o papel da carta como elemento exclusivo e altamente institucional e funcional, sendo na tradição em médio-alto-alemão fundamentalmente associada aos monges, pelo que a ideia de carta de amor se trata de uma invenção dos inícios da Idade Moderna (Cf. 2008: 49).

Assim, a simbologia à qual a carta estaria associada seria de tal forma relevante e inovadora para o contexto, que foi inclusive este o poema que pareceu immortalizar Hadlaub. Este é, de resto, representado iconograficamente na iluminura<sup>13</sup> que abre os textos de Hadlaub, iluminura essa que deveria, à partida, e comparativamente com outros autores apresentados no mesmo códice, ilustrar a poética do ‘Minnesänger’<sup>14</sup>, aludindo àqueles que seriam os símbolos e as imagens mais relevantes da mesma. A figura masculina encontra-se curvada e em roupas de peregrino, indicando uma situação, não só de hipotética inferioridade, o que é desde já típico do ‘hohe Minne’, mas igualmente de resguardo em relação à entrega pouco convencional da carta que traz nas mãos. Deixa-se então ler<sup>15</sup>:

(...)

*dô hâte ich von sender klage  
 einen brief, dar an ein angil was,  
 den hieng ich an sî, das was vor tage,  
 daz sî nit wîzze daz.*

*Mich diuchte, sie dæchte:  
 ‚ist daz ein tobig man?  
 waz wolde er in die næchte,  
 daz er mich grîffet an?‘*

(...)

*des was ich gegin ir sô gæhe,  
 daz echt si balde kæme hinîn,  
 dur daz den brief nieman an ir gesæhe:  
 sie brachte in tougin hin.  
 (SJH<sup>16</sup> I,1,9-12; I,2)<sup>17</sup>*

<sup>13</sup> HUB – *Manessische Liederhandschrift*, cpg 848, fl. 371v.

<sup>14</sup> ‘Cantor de minne’. Em termos comparativos, ainda que de certa forma redundante, ‘Minnesang’ estará para Trovadorismo, como ‘Minnesänger’ estará para Trovador.

<sup>15</sup> O texto que se segue, e à semelhança daquilo que acontecerá com os restantes textos do presente artigo, é retirado de uma edição com as suas próprias normas editoriais. Uma vez que nos vimos obrigados a trabalhar com diferentes edições, as normas que se referem à escrita das mesmas foram adaptadas de forma a se tornarem coerentes entre si. Como base para a edição de texto foram pensados os princípios de *Des Minnesangs Frühling*, sendo que utilizaremos ainda as normas gramaticais de PAUL (2007) e as normas de escrita de LEXER (1992) para os casos não especificados em *Des Minnesangs Frühling*. Para efeitos de citação, foi utilizado o sistema geralmente adotado em artigos com textos a estes vizinhos; assim, a sigla que segue à citação do texto original dá conta do número da canção, tal como dividido na edição utilizada, seguindo-se a estrofe e o verso. Uma vez que a lírica medieval alemã não se encontra até à data traduzida para português, a tradução aqui proposta é da responsabilidade do autor do artigo.

<sup>16</sup> SJH = Johannes Hadlaub; a edição utilizada é a de LEPPIN, 1994.

<sup>17</sup> «(...) Queria mostrar-lhe o meu sofrimento:/ uma carta,/ tal como um anzol,/ coloquei [no seu bolso] durante a alvorada/ para que ela não notasse./ /Temi que pensasse/ “é um frenético?/ O que quer ele com tamanha proximidade/ que até me toca?"/ Eu tinha medo/ (...) / Por isso, ataquei,/ tanto que ela correu para casa/ para que ninguém visse a carta/ que levou às escondidas».

Desenvolve-se, aqui, uma situação de secretismo e afastamento, sendo a possível aproximação que se estabelece entre os dois potencialmente condenada pela própria figura feminina, tal como é indicado pela confissão do homem em relação ao seu receio. O mesmo refere mais tarde, e aliás, «In gestorste gisenden,/ nie keinen botten ir» (SJH, I,4)<sup>18</sup>, apontando desde logo para uma certa moderação à qual estaria sujeito. Alude, assim, esta primeira estrofe do poema ao afastamento que seria imposto pelas regras – ou supostas regras – do texto literário e, provavelmente de forma análoga, às regras de conduta social da época. As figuras não se falam, mantendo-se assim o elemento de silêncio, introduzindo-se, contudo, um elemento de comunicação através da carta que secretamente é entregue à dama. Note-se ainda que a carta é aqui entendida como ‘ein angil’, um anzol, implicando que esta seria a forma que o cavaleiro haveria encontrado para, metaforicamente, ‘fisgar a dama’. De facto, várias vezes ao longo da tradição do ‘Minnesang’ é repetido como é através da palavra que o cavaleiro consegue conquistar a dama, implicando que esta imagem vai ao encontro daquilo que seria a poética adotada pela maior parte dos ‘Minnesänger’<sup>19</sup>. Dessa forma, continua o texto:

*Wie sî im dô tæte,  
des wart mir nit geseit,  
ob sî in hinwurfe ald hæte;  
daz tuot mir sende leit.  
las sî in mit sinne,  
sô vant sie sæligheit,  
tiefe rede von der minne,  
waz nôt mîn herze treit.  
(SJH, I,3)<sup>20</sup>*

Anteriormente referimos um *elemento de comunicação* que havia sido quebrado através da carta; porém, a estrofe agora apresentada indicia que, na verdade, talvez não o tenha sido. Ainda que a carta esteja presente, a comunicação verbal pode não estar, uma vez que a figura masculina não sabe se a dama abriu e leu a carta, não sabendo sequer se a guardou. Assim como o famoso *Gato de Schrödinger*, a carta existe e não existe, é lida e não é lida. Relativamente às especificidades que à carta diz respeito, a única informação à qual o sujeito leitor tem acesso é a de que esta trata de assuntos de amor – antes, ‘minne’ – e queixume, tal como, aliás, recorrentemente acontece no ‘Minnesang’. Mantêm-se assim e, portanto, os elementos de silêncio e de afastamento verbal que tão frequentemente banham os textos próximos a este, ainda que exista uma tentativa de quebrar esse

<sup>18</sup> «Nunca me atrevi/ a enviar-lhe um mensageiro».

<sup>19</sup> A título ilustrativo, poderemos citar dois exemplos que corroboram esta ideia. O primeiro deles é da autoria de Heinrich von Morungen, cujos versos MF142, 26-27 sugerem que o objetivo do cavaleiro é cortejar damas com prazer; por outro lado, em Hartman von Aue (MF213, 9-18), uma dama que inicialmente se sentia traída pelo cavaleiro, admite que, uma vez que este tem o dom da palavra e que estas a podem mover, deverá perdoar a traição – ‘untriuwe’ –, evidenciando, assim, a relevância que o cortejar verbal teria.

<sup>20</sup> «O que ela fez com a carta,/ isso não me foi dito:/ se a guardou ou deitou fora./ Isso dói-me no coração./ Se ela a lesse,/ encontraria a felicidade:/ Profundas palavras de amor/ e misérias que o meu coração encerra».

mesmo silêncio através do símbolo epistolográfico. A carta permite, desta forma, não só imbuir o texto de possibilidades estéticas e retóricas, senão também preencher o silêncio ilegítimo, sem que este seja efetivamente preenchido, mantendo assim intacta e legítima a convenção do ‘hohe Minne’.

De forma não muito distante, encontramos um outro poema já do século XIV de Mönch von Salzburg no qual o cavaleiro louva a dama, admitindo «Dem allerliebsten schönsten weib/ (...) / send ich den brif, daran ich schreib/ mein dinst, gelük und allez hail» (MSW<sup>21</sup>, 7, 1, 1-4)<sup>22</sup>. Aqui uma vez mais, a relação descrita no poema não é legítima, pelo que o destino da carta que é entregue permanece na dúvida, ficando o leitor sem saber se a dama leu efetivamente a carta enviada. Em vez disso, o amante continua o texto aludindo ao seu queixume e aos seus pensamentos em volta da dama que possivelmente nunca viu nem nunca virá a carta chegar-lhe às mãos. Comparativamente, convém referir ainda o verso de Der Taler<sup>23</sup> num poema onde um soberano<sup>24</sup> que escreve à amada é representado, enviando um mensageiro para que a mensagem seja entregue: «bring ir den den brief un sing ir ûf gedoene» (ST, 4,1,6)<sup>25</sup>, situação que é uma vez mais representada iconograficamente<sup>26</sup>. Neste terceiro caso, encontramos numa clara ambivalência relativamente à questão do silêncio: por um lado, estará este mais presente, uma vez que, e ao contrário do que acontece em Hadlaub e Salzburg, não sabemos de que temas tratará a carta, sabendo-se apenas que é relativa a assuntos de *minne*; por outro lado, e concomitantemente, está o silêncio aqui muito mais ausente, uma vez que a carta deverá ser posteriormente *cantada* – ainda que apenas para a dama. De facto, a ligação entre escrever e cantar parece uma associação essencial na conjuntura medieval: quando em contexto literário se fala em escrever, pressupõe-se igualmente e geralmente a dimensão do cantar, implicando que o *poema* é também este a *canção*, pelo que poderemos considerar que todos os textos aqui em análise foram em algum ponto cantados para um público.

Janet Altman abre as suas reflexões epistolográficas dizendo que «Given the letter’s function as a connector between two distant points, as a bridge between sender and receiver, the epistolary author can choose to emphasize either the distance or the bridge»<sup>27</sup>. Neste sentido, importa abordar brevemente uma das questões que se assemelha ser das mais interessantes no ‘Minnesang’ em relação à comunicação escrita que pode ou não ser lida. Referimo-nos neste ponto ao próprio texto como objeto, o qual é por vezes interpretado pelo amante como a mensagem, sendo a canção passível de ser interpretada como a carta. Aqui, será fundamental introduzir um breve apontamento (tardio) em relação à ideia de *carta*. Na introdução de *Greek and Latin Letters: An Anthology with Translation* (2003), Michael Trapp assegura o delimitar do conceito da carta, pelo que se deixa ler:

21 MSW = Mönch von Salzburg. A edição utilizada é a de MÄRZ, 1999.

22 «À mais bela das damas/ (...) envio[-lhe] a carta, onde escrevi/ o meu serviço, felicidade e saudações».

23 Segunda metade do século XIII e primeira do século XIV.

24 Ainda que se trate de um soberano, implicando que a figura masculina se encontra socialmente superior à figura feminina, poderemos ainda assim falar em ‘hohe Minne’, uma vez que o poema trata de uma vertente da ‘minne’ do âmbito espiritual.

25 «Envia-lhe a carta e canta-lhe maravilhas».

26 HUB – Manessische Liederhandschrift, cpg 848, fl. 303r.

27 ALTMAN, 1982: 1



*What is a letter? (...) A letter is a written message from one person (or set of people) to another, requiring to be set down in a tangible medium, which itself is to be physically conveyed from sender(s) to recipient(s). (...) One might also add, by way of further explanation, that the need for a letter as a medium of communication normally arises because the two parties are physically distant (separated) from each other, and so unable to communicate by unmediated voice or gesture; and that a letter is normally expected to be of relatively limited length<sup>28</sup>.*

Tendo em conta os apontamentos anteriores relativos à frágil delimitação entre escrever e cantar nestes textos, o problema da concretização da carta através de um meio tangível é automaticamente suprimido, uma vez que a presença audível do poema é, de forma mecânica, concomitante à presença da fixação escrita. A materialização da carta é executável, portanto, através da fixação-arquivo da mesma e da sua receção que, no caso, só audivelmente é possível ser concretizável. Recorrendo uma vez mais a Trapp, o mesmo sublinha que «(...) these categories – and in particular, the underlying antithesis between ‘proper’ letters and letters that are somehow not so proper – should not be pressed too hard»<sup>29</sup>. Assim, a título ilustrativo, num poema de Friedrich von Hausen<sup>30</sup>, no qual a consciência da canção escrita é patente, podemos ler «sît ich des boten niht enhân,/ sô wil ich ir diu lieder senden» (MF<sup>31</sup>51, 27-28)<sup>32</sup>, aludindo então à impossibilidade de enviar a carta para ser cantada, tal como aconteceria com Der Taler, transformando assim o ato musical na própria transfiguração ativa do objeto. Não sabemos até que ponto o ‘Minnesang’ seria uma representação ficcional das aventuras de ‘minne’<sup>33</sup>; independentemente disso, o resultado da posição que se poderá tomar em relação à ficcionalização das canções culminará sempre em ilações muito próximas relativamente a este tema, já que em ambos os casos a representação da cena permite que a mensagem seja entregue à dama, tenha esta existido de facto ou sendo esta exclusivamente enclausurada dentro do poema. O meta-nível aqui descrito acontece, porém, apenas nesta segunda questão em que a carta se identifica com o texto e a canção, não podendo ser identificada nos exemplos inicialmente através de Johannes Hadlaub, Mönch von Salzburg e Der Taler citados. Se num primeiro momento de análise as identidades associadas ao texto – autor, sujeito poético e amante – estavam delimitadas e separadas no instante diegético e na própria leitura do texto, num segundo momento de análise estarão estas associadas entre si através da subjugação que a leitura do próprio poema implica. A carta não é o motivo que é narrado, mas antes a própria narração, implicando que o mundo diegético e ficcional seja possibilitado a transladar para o mundo real.

<sup>28</sup> TRAPP, 2003: 1.

<sup>29</sup> TRAPP, 2003: 3.

<sup>30</sup> Aproximadamente entre 1150 e 1190.

<sup>31</sup> MF = Des Minnesangs Frühling. A edição utilizada é a de MOSER & TERVOOREN, 1977.

<sup>32</sup> «Uma vez que não tenho um mensageiro,/ envio-lhe eu esta canção».

<sup>33</sup> Ao contrário do que seria esperar na reflexão académica românica acerca destas questões, o ‘Minnesang’ e a ideia de ‘minne’ são não raras vezes entendidos à luz de uma construção essencialmente social, pelo que a concretização da ‘minne’ é assim passível de ser realizada aquando do momento quase performativo que envolvia as canções, seja pelas apresentações públicas, pela recitação de versos, pelo cantar ou pelas leituras dos textos (Cf. BEIN, 1996: 68).

De forma semelhante, em Hartmann von Aue<sup>34</sup> assistimos a um cavaleiro que, não podendo comunicar com a dama por quem nutre sentimentos de ‘minne’, explora a sua canção como forma de comunicação, pelo que afirma inclusivamente «Möhte ich der schœnen mînen muote/ nâch mînem willen sagen,/ sô lieze ich mînen sanc» (MF206, 29-31)<sup>35</sup>. A possibilidade do aparentemente impossível demonstra uma vez mais aquilo que havia sido inicialmente proposto: se o silêncio não existe na canção, existe nos folios e nos salões, uma vez que, à falta de tensão, a canção não pode ser construída. Segundo Ingrid Kasten, o centro da canção é a ideia de que a dor amorosa leva forçosamente ao cantar, o que é, de resto, um motivo particularmente comum nesta convenção<sup>36</sup>. No caso em análise, esta ideia serve como uma reflexão *poetológica* sobre as condições artísticas do ‘Minnesang’ e sobre as relações entre arte e ‘minne’. O canto surge, assim, como uma substituição da aproximação desejável e não concretizável, resultado, portanto, de uma insatisfação servil, afirmando-se como a tentativa de superar e/ou suprimir a distância entre as figuras masculina e feminina.

O poema como carta afirma-se, desta forma, como a tentativa de transpor o silêncio do ‘hohe Minne’, mas que, ainda assim, e tal como aconteceria com as cartas dos primeiros poemas aqui em análise, continua a ser problemático, uma vez que nada nos indica a presença efetiva da dama na apresentação oral do texto, tanto a nível ficcional como a nível para-ficcional. Encontramos aqui, contudo, um segundo dilema: transformando-se a canção na mensagem, esta pertence a quem a lê e a quem a ouve, sendo, contudo, monologar. A única personagem que fala é quem produz o texto – do sujeito poético ao amante e ao próprio ‘Minnesänger’ –, não existindo resposta alguma, nem mesmo, e uma vez mais, uma ação por parte da amada, mantendo-se num certo sentido e legitimidade no que diz respeito ao silêncio entre os dois.

Assim sendo, será sensato sintetizar brevemente algumas das ideias que pretendemos expor ao longo da reflexão relativamente ao lugar da carta na lírica medieval alemã dos séculos XII a XIV, começando por referir que, ainda que encontremos algumas exceções, as poucas cartas que encontramos são de contornos amorosos. Neste sentido, acreditamos que, para além da utilidade comunicativa que cumpre o papel da carta, esta adquire uma tripla função nestes poemas: (1) *Função estética*. A primeira destas funções refere-se aos propósitos estéticos ao qual o texto é submetido e que permitem associar a carta a outras imagens e situações: a carta é colocada como um anzol; a carta mantém o segredo; a carta que é entregue à porta da igreja; a carta pode ser cantada. A imagem da carta permite ainda no caso do ‘hohe Minne’ criar um paralelo entre a palavra escrita e a palavra cantada a partir da associação entre a mensagem da carta e a mensagem do poema, a já referida distância e ponte. (2) *Função de inovação*. Ao colocar um elemento que não seria um dado adquirido da vivência medieval diária, a carta adquire um estatuto de elemento de novidade e prosperidade até, uma vez que só seria circulável em meios mais abastados. Uma carta não se equipara assim às flores dos campos ou aos pássaros de

<sup>34</sup> Aproximadamente entre 1160 e 1220.

<sup>35</sup> «Pudesse eu falar-lhe das minhas convicções como eu quisesse, deixaria o meu canto».

<sup>36</sup> KASTEN, 1995: 717-719.

vales que seriam comuns, não só no imaginário, como também no quotidiano. Será, por outro lado, perfeitamente comparável com outros elementos de outros textos que são introduzidos com o mesmo propósito – exemplo ilustrativo será a figura do cozinheiro de *Das Nibelungenlied* que surge na versão alemã para demonstrar a superioridade das suas casas. Por este motivo, a função de inovação está igualmente intrinsecamente associada à função estética, uma vez que o fator de novidade cumpre flagrantemente um papel desse mesmo âmbito. (3) *Função som/silêncio*. Neste ponto, desejamos voltar ao início do artigo, no qual afirmávamos que o ‘Minnesang’ é um espaço de silêncio. Ora, uma vez que o ‘Minnesang’ só acontece porque a comunicação entre os amantes não é possível (ainda que possa existir ilegitimamente), criando assim a tensão do poema, é compreensível que esta representação do Amor seja abafada na presença das cartas, não revelando o discurso que as personagens tencionam estabelecer entre si, quase como se validando também a não comunicação verbal. A carta funciona como forma de transpor e recuar limitações impostas pela tradição do ‘Minnesang’, o que poderá eventualmente explicar o facto de termos acesso às cartas nos textos em poesia narrativa: uma vez que estes não sobrevivem apenas da tensão amorosa em si presente, a tensão do *amor proibido* é menos evidente, pelo que a representação do amor é inteiramente diferente daquela que encontramos no ‘Minnesang’. No caso de ‘hohe Minne’, a carta permite assim manter o *algum* silêncio intacto, permitindo concomitantemente a possibilidade de comunicação verbal.

Desta forma, não poderemos deixar de terminar sem referir que a problemática da carta poderá ser trabalhada e explorada ainda a partir de diversas perspetivas, sendo que deixaremos aqui algumas questões em aberto: (1) De que forma surgem as cartas nas representações amorosas de cariz mais carnal, o ‘niedere minne’, e como se relacionam estas com o ‘hohe Minne’? (2) Qual o lugar das cartas de carácter religioso ou político dentro da poesia associada às Cruzadas e à propaganda política? (3) Quais confrontos mais profundos poderão ser abordados entre ‘Minnesang’ e poesia narrativa em termos de identificação de tipos de discurso, formas de linguagem e símbolos relevantes? (4) Que outros símbolos são utilizados para contornarem a convenção sem nunca a contornarem? (5) E finalmente, de que forma este tema e estas canções poderão ser colocadas em comparação com aquilo que uma boa parte da Península Ibérica produziu através dos Trovadores?

Em tom concludente, terminamos assim o presente artigo na crença de que carta é neste contexto uma imagem que, ainda que maioritariamente despercebida e desacreditada aos olhos da crítica do ‘Minnesang’, parece fundamental para entender a escrita, a fala, o som e, acima de tudo, o silêncio.

## FONTES

HUB – *Manessische Liederhandschrift*, cpg 848.

## BIBLIOGRAFIA PRIMÁRIA

HADLAUB, Johannes; LEPPIN, Rena, ed. (1994) – *Johannes Hadlaub – Lieder und Leichs*. Stuttgart: S. Hirzel Verlag.

- KASTEN, Ingrid (2005) – *Deutsche Lyrik des frühen und hohen Mittelalters*. Tübingen: Deutscher Klassiker Verlag.
- MOSER, Hugo; TERVOOREN, Helmut (1977) – *Des Minnesangs Frühling – Texte. Unter der Benutzung der Ausg. v. Karl Lachmann u. Moritz Haupt, Friedrich Vogt, Carl v. Kraus*. Stuttgart: S. Hirzel-Verlag.
- SALZBURG, Mönch von; MÄRZ, Christoph, ed. (1999) – *Die weltlichen Lieder des Mönchs von Salzburg*. Editado por Christoph März. Tübingen: Max Niemeyer.

## BIBLIOGRAFIA SECUNDÁRIA

- ALTMAN, Janet Gurkin (1982) – *Epistolarity: Approaches to a Form*. Ohio State University Press.
- BEIN, Thomas (1996) – *Das Singen über das Singen: Zu Sang und Minne im Minnesang*. In MÜLLER, Jan-Dirk, ed. – *>Aufführung< und >Schrift< im Mittelalter und Frühen Neuzeit*. Stuttgart/Weimar, p. 67-92.
- BUMKE, Joachim (2008) – *Höfische Kultur – Literatur und Gesellschaft im hohen Mittelalter*. München: DTV Verlag.
- GÖHLER, Peter (1997) – *Zum Boten in der Liebeslyrik um 1200*. In HORST, Wenzel, coord. – *Gespräche – Boten – Briefe. Körpergedächtnis und Schriftgedächtnis im Mittelalter*. Berlin: Erich Schmidt Verlag, p. 77-85.
- HAFERLAND, Harald (2000) – *Hohe Minne: zur Beschreibung der Minnekanzone*. Berlin: Erich Schmidt Verlag.
- LEXER, Matthias (1992) – *Mittelhochdeutsches Taschenwörterbuch*. 38.ª edição. Stuttgart: S. Hirzel-Verlag.
- MOSER, Hugo; TERVOOREN, Helmut (1977) – *Des Minnesangs Frühling – II. Editionsprinzipien, Melodien, Handschriften. Erläuterungen*. Stuttgart: S. Hirzel-Verlag.
- \_\_\_\_ (1981) – *Des Minnesangs Frühling – Kommentare. III/2. Anmerkungen von K. Lachmann, M. Haupt, Fr. Vogt und C. von Kraus*. Stuttgart: S. Hirzel-Verlag.
- MÜLLER, Stephan (2008) – *Sprechende Bücher – verschwundene Schrift Probleme und Praktiken der Kodifizierung von Intimität in der Volkssprache im Früh- und Hochmittelalter. Zugleich eine These zur Spätüberlieferung des Minnesangs*. In SCHNYDER, Mireille, coord. – *Schrift und Liebe in der Kultur des Mittelalters*. Berlin: Walther de Gruyter, p. 49-62.
- OESTERREICHER, Wulf (1983) – *Verschriftung und Verschriftlichung im Konzept medialer und Konzeptioneller Schriftlichkeit*. In SCHAEFER, Ursula, ed. – *Schriftlichkeit im frühen Mittelalter*. Gunter Narr Verlag, p. 267-292.
- PAUL, Hermann; KLEIN, Thomas (2007): *Mittelhochdeutsche Grammatik*. 25.ª edição. Tübingen: De Gruyter.
- ROSENTHAL, Joel T. (2014) – *Letters and Letter Collections*. In ROSENTHAL, Joel, ed. – *Understanding Medieval Primary Sources: Using Historical Sources to Discover Medieval Europe*. New York: Routledge, p. 72-85.
- SCHNYDER, Mireille (2008) – *Einführung*. In SCHNYDER, Mireille, coord. – *Schrift und Liebe in der Kultur des Mittelalters*. Berlin: Walther de Gruyter, p. 1-22.
- TRAPP, Michael (2003) – *Greek and Latin Letters: An Anthology with Translation*. Cambridge: Cambridge University Press.

# A EPISTOLOGRAFIA COMO PARALELO E CONTRASTE: MÃE E FILHA EM *ENEASROMAN* DE HEINRICH VON VELDEKE

MAFALDA SOFIA GOMES\*

**Resumos:** O presente artigo problematiza a relação de paralelo e de contraste entre mãe e filha, a Rainha anônima e Lavinia, em *Eneasroman* de Heinrich von Veldeke, texto paradigmático do período clássico da literatura alemã medieval (c. 1170-1190). Esta relação de analogia e diferença é conseguida através do motivo da carta: ambas escrevem com a própria mão a elementos do sexo masculino, mostrando todavia intenções muito distintas. Enquanto que na *Eneida* de Vergílio a concretização do destino a ser cumprido depende em grande medida da ação dos deuses, as adaptações medievais do texto, especialmente a alemã, trazem a esfera do fado ao nível das personagens, pelo que a presença das cartas enviadas por mãe e filha no texto de Veldeke é certa na ilustração desta tendência.

**Palavras-chave:** *Eneasroman*; Heinrich von Veldeke; maternidade.

**Abstract:** The aim of this paper is to discuss the relations of parallel and contrast between mother and daughter, the nameless Queen and Lavinia, in Heinrich von Veldeke's *Eneasroman*, a paradigmatic text from the classical period in the medieval German literature (c. 1170-1190). This relationship of analogy and difference is achieved by the letter's motif: both women address letters written with their own hands to male characters, holding very different purposes nevertheless. While in Virgil's *Aeneid* the fulfillment of the destiny is carried out by the gods' action, the medieval adaptations of the classical text, especially the German one, bring the domain of the fate to the character's level, so that the presence of letters sent by mother and daughter in Veldeke's text is accurate in illustrating this tendency.

**Keywords:** *Eneasroman*; Heinrich von Veldeke; motherhood.

O período compreendido entre os séculos XI e XV é o período no qual se dá o processo de textualização das línguas vulgares, o que se manifesta pela introdução da escrita nas esferas do poder. A escrita penetra nos vários domínios, tornando-se absolutamente elementar para questões de ordem administrativa, jurídica e política. A sua importância deixa-se materializar pelo destaque que a literatura secular lhe atribui, o que é sinalizado, entre outras coisas, através do motivo da carta, a que é dado destaque, por exemplo, em diferentes obras da literatura medieval alemã, como *Parzival* de Wolfram von Eschenbach (a carta enviada por Gahmuret a Belakane e aquela enviada por Anflise a Gahmuret). Uma das premissas essenciais quando refletimos acerca da presença do motivo da carta nestes textos relaciona-se com a ausência do carácter obviamente subjetivo que se poderia supor quando falamos de cartas. Estas, tidas habitualmente como manifestação de uma expressão individual, são aqui resultado de um processo de abstração, de sublimação e de racionalização dos afetos, impondo e sendo fruto da imposição de uma tradição retórica, estilística e intertextual, vinculando uma forma certa de dizer, o que justifica, por exemplo, a curta dimensão e um não raro carácter despersonalizado no plano do conteúdo.

---

\* Doutoranda no 3.º Ciclo de Estudos Literários, Culturais e Interartísticos e Colaboradora do CITCEM. Email: mafaldasofia@gmail.com.

No que se refere às questões amorosas, a carta integra-se habitualmente numa tradição específica de comunicação que vai ao encontro do idealizado «amor entre separados»<sup>1</sup>, cuja existência se fez possível apenas e só numa sociedade fascinada por práticas de escrita, capaz, por isso, de compreender o potencial estético da utilização dessas práticas como motivo literário. Trabalha-se o tópico da distância, cuja superação depende em grande medida da presença de cartas de amor, eleitas como meio preferido de comunicação do amor cortês: a língua do amor define-se primeiramente pela arte da expressão oral, pelo que a carta de amor, nomeadamente a carta de confissão de amor, é, neste sentido, o meio ideal através do qual a relação amorosa se deve desenvolver<sup>2</sup>, permitindo o jogo com o conceito de proximidade, celebrando e impondo, por outro, uma distância necessária<sup>3</sup>.

A carta de amor tem então uma dupla natureza: em primeiro lugar, permite a superação da distância, na medida em que A comunica com B. Por outro lado, porque a expressão do amor, enquanto sentimento, exige o domínio de um código de contornos altamente regulamentados, a distância não se deixa verdadeiramente superar. Isto verifica-se na brevidade e simplicidade das primeiras cartas de amor surgidas nesta literatura, tornando claro que o papel da carta poderá estar relacionado, não exclusivamente com a mensagem que se quer ver transmitida, mas também (e sobretudo) com a componente de encenação ligada à utilização do simbólico contido no elemento epistolar.

*Eneasroman*, primeiro romance cortês escrito em médio-alto-alemão, é um texto paradigmático do século XII (c. 1170-1190), representativo em muitos aspetos da literatura do período clássico da literatura medieval alemã. Esta faceta é especialmente verdadeira no que se refere à conceção de amor vigente, ao verem-se refletidas questões que indagam quanto à natureza do sentimento amoroso, aos vários tipos de amor e motivos do seu surgimento, funcionando a carta como motivo de concretização destes ideais. Este texto é uma reescrita da *Eneida* de Vergílio (c. 29-19 a.C.) e da versão francesa medieval do texto *Roman d'Eneas*, também do século XII (c. 1160), de autor desconhecido, a que naturalmente, e como forma de legitimação, Heinrich von Veldeke faz referência.

Contextualizando rapidamente a linha narrativa: Eneas foge de Tróia e aporta em Cartágo, onde se torna amante da Rainha Dido, fundadora da cidade. Por força do destino a ser cumprido, Eneas abandona terra e mulher, desce aos infernos onde encontra o seu pai, Anquises, que lhe profetiza a dinastia a ser gerada por si. Eneas chega finalmente a Itália, juntamente com os seus companheiros troianos, onde reina o Rei Latinus com a sua mulher, designada Amata em Vergílio, a quem é negado nome nas reescritas medievais. A filha de ambos, Lavinia, estaria prometida, por vontade da Rainha, sua mãe, a Turnus, um príncipe local, sobrinho desta. Consultado o oráculo, a Latinus é revelado que a sua filha casaria com um estrangeiro a partir do qual se ergueria um império, inviabilizando a promessa feita a Turnus respeitante à sua filha e ao seu reino. Latinus reconhece em Eneas o homem que o sucederia, pelo que procura suspender pacificamente o

<sup>1</sup> SCHNYDER, 2008: 12.

<sup>2</sup> BUSSMANN, 2008: 86.

<sup>3</sup> SCHNYDER, 2008: 12.

noivado de Lavinia com Turnus, Todavia, a guerra deflagra entre troianos e nativos com perdas para ambos os lados. Os pretendentes decidem defrontar-se em duelo. Eneas vence (naturalmente) e casa-se (finalmente) com Lavinia. A mãe de Lavinia deita-se durante dias na cama, onde acaba por morrer (na versão clássica, Amata suicida-se). Ora, nesta conjuntura estranho parecerá talvez que se queira aqui dar destaque à Rainha Sem Nome, mulher de Latinus, e a Lavinia, sendo que estas aparentemente pouca relevância têm no precipitar dos acontecimentos.

Sendo a *Eneida* um texto épico, compreendemos o desinteresse pela questão amorosa. Ora: é precisamente aqui que nos deveremos deter. A grande diferença entre *Eneasroman* e o texto clássico está muito ligada ao destaque conferido à temática amorosa, destaque este sugerido pelo texto francês e aprofundado por Veldeke. Na obra deste último, a reflexão quanto à essência do amor é tecida pela figura maternal, a Rainha. Uma das funções habitualmente ligadas à ação da mãe nesta literatura é precisamente a da instrução, da preparação das filhas para o casamento e para o estatuto social que as espera. Este motivo é passível de ser encontrado noutras obras deste período. Em *Das Nibelungenlied*, Kriemhild sonha que cuida de um falcão que é dilacerado por duas águias; o sentido deste sonho é desvendado por Uote, sua mãe, alertando a filha para os perigos do amor. Em *Tristan*, a mãe Isolda prepara a poção que faria com que a filha se apaixonasse verdadeiramente pelo Rei Mark, assegurando-lhe assim o bom cumprimento do papel de esposa e de rainha. A mesma preocupação domina Hilde, em *Kudrun*, já que antes que Kudrun e Herwig consumassem o casamento, Hilde, mãe de Kudrun, deseja passar um ano com a filha a fim de a preparar para ser rainha. Neste ponto, a Rainha de *Eneasroman* vai ao encontro do paradigma ao ser ela mesma o veículo através do qual a Lavinia são facultadas instruções capazes de identificar a *Minne*, o amor, que a conduziria à felicidade futura. A Rainha explica-lhe então que os seus sintomas se manifestam no corpo e na alma, justificando falta de sono e de apetite, e que, apesar da *Minne*, do amor, não ser uma doença, os seus efeitos são mais fortes do que a peste ou do que a febre, sugerindo ainda que grandes alegrias se deixam suceder às aflições, incitando a filha ao desenvolvimento e reconhecimento do seu amor por Turnus<sup>4</sup>. Todavia, apesar da Rainha de *Eneasroman* se enquadrar no paradigma da mãe instrutora, da mãe que dá conselho, da mãe que prepara para as coisas do mundo, esta preocupação veste um caráter tirano. O conflito armado troianos *versus* tribos italianas, Eneas *versus* Turnus, desdobra-se num conflito familiar: Filha *versus* Mãe, Lavinia *versus* Rainha. Em *Eneasroman* a figura maternal é precisamente o inimigo invisível, acautelado pela ausência do elemento bélico, contra o qual a narrativa mede forças. Já que Eneas e Lavinia deveriam ficar juntos em nome do império vindouro, sentido fez que se abençoasse essa ligação com a grande descoberta da literatura em língua vulgar do século XII: o amor enquanto tema literário<sup>5</sup>. Eneas e Lavinia apaixonam-se, sublimando e medievalizando dessa forma a narrativa clássica. Todavia, a encenação do processo de concretização deste amor

<sup>4</sup> Cf. En. 260, 21-261, 16.

<sup>5</sup> Sobre esta questão cf. ROUGEMONT (1982).

não dispensa o obstáculo. É precisamente através da figura da Rainha que se constrói o obstáculo que o *fatum* deve vencer. A natureza hostil da esposa do Rei é necessária à instalação da desordem, isto é, a Rainha é o obstáculo ao destino traçado pelos deuses. Como habitualmente acontece nos textos medievais, a tensão diegética não se alimenta da expectativa surpreendente do desfecho, mas dos ardis com que os vários constituintes do texto se articulam e desarticulam no processo de contar, isto é, das engrenagens narrativas, onde se inclui a teia de personagens sugerida por cada texto. A existência da Rainha em *Eneasroman* permite o surgimento do caos necessário a ser substituído pela harmonização dos amantes.

Referida apenas em relação ao seu estatuto de rainha, *diu kuneginne*, a mãe de Lavinia é constantemente identificada como uma mulher colérica, indignada, caprichosa e teimosa, o que é desde já sugerido no primeiro momento em que é mencionada no texto por Latinus, seu marido, que confessa que a mulher não lhe deu sossego até que este tratasse da questão do noivado entre Lavinia e Turnus<sup>6</sup>. Estes traços são sustentados aquando do encontro entre os esposos reais no quarto deste, assim que a Rainha tomara conhecimento de que Latinus havia dado as boas-vindas aos troianos<sup>7</sup>. A rainha, *mit zorne* âne *minne*, com *fúria sem amor*, declara desde logo, em En. 121, 6 -9, que merecido seria que o marido estivesse morto («nû soldest dû tôt sîn») ou que, em En. 121, 12-14, este deveria morrer antes que pudesse dar o seu reino a Eneas («wîl dû an den Troiân/ din rîche gerben,/ sô mûzestû êr sterben»). A isto acrescentam-se as informações relativas ao plano gestual: a Rainha, apresenta-se em frente a Latinus, diante deste, não o cumprimenta, senta-se violentamente, resiste-lhe e afronta-o, oferecendo-lhe primeiro o seu silêncio, preparando-o desta forma para a manifestação de cólera que se seguiria<sup>8</sup>. Esta figuração contrasta naturalmente com a placidez do Rei, o bom homem e pai sensato, que sentado no trono, cheio de mansidão, procura acalmar a esposa. Todavia, é com Lavinia que o contraste se faz de forma mais óbvia.

Lavinia é originalmente identificada com a ingenuidade, desprovida até de mecanismos capazes de descodificar o sentido da linguagem figurada. Quando a Rainha conta que se ama oferecendo o coração<sup>9</sup>, Lavinia questiona-se quanto à impossibilidade de viver sem aquele órgão vital<sup>10</sup>, o que, com uma óbvia intenção satírica, torna evidente a completa ignorância por parte desta quanto às questões relativas ao tópico amoroso, o que deixa opor Lavinia ao carácter insubmisso e experimentado da Rainha.

Ora, se evidente se afigura o contraste entre este par de personagens, interessante é o mecanismo através do qual este se deixa concretizar: o motivo da carta. Em *Eneasroman* são três as cartas mencionadas: cronologicamente, 1) Rainha escreve a Turnus; 2) Turnus manda escrever aos seus parentes e aliados, convocando-os para a guerra; 3) Lavinia escreve a Eneas, declarando-lhe o seu amor; encontramos, portanto, duas cartas

<sup>6</sup> Cf. En. 116, 20-23.

<sup>7</sup> Cf. En. 120, 36-121, 5.

<sup>8</sup> Cf. En. 121, 1-5.

<sup>9</sup> Cf. En. 261, 19.

<sup>10</sup> Cf. En. 261, 20.



políticas e uma carta de amor. Para este efeito, concentremo-nos nas cartas enviadas pela Rainha e por Lavinia e atentemos, primeiramente, àquela que é escrita pela esposa de Latinus a Turnus.

Dô diu kuniginne  
mit solhem unsinne  
ir hende lange geslûch  
und geweinde genûch,  
ê danne sie sich ûf gerihte,  
einen brief sie selbe tihte,  
den si mit schônem worden vant,  
und screib in mit ir selber hant.  
den sande sie dâ Turnus was,  
der den brief selbe las.  
deme hêren sie enbôt  
als ez ir was nôt,  
alsô sie ez hete vernomen  
unde wie ez dar was komen  
daz vil leide mâre.  
bî ir kamerâre  
sande ime diu frowe den brief<sup>11</sup>.

Estamos perante uma carta de fúria, onde a Rainha dá conta ao seu sobrinho de que Latinus planeava casar a sua filha com o jovem troiano, tornando-o seu sucessor. O conteúdo da carta não é transcrito, mas contado pelo narrador, por paráfrase, apenas e só aquando do processo de leitura da carta por Turnus. Esta estratégia é particularmente interessante, já que o acesso do público à mensagem escrita pela Rainha se faz por intermédio do destinatário da carta, havendo portanto à partida uma seleção de informação que nos afasta daquilo que verdadeiramente terá sido escrito, do estilo e tom utilizados, das fórmulas de cumprimento e de despedida, privando-nos do acesso direto ao texto e convidando-nos, por isso, à suposição.

Uma carta e uma situação bem distintas daquela anteriormente descrita é aquela que Lavinia escreve a Eneas: a primeira carta de amor da literatura em médio-alto-alemão. A presença desta carta no texto não obedece a qualquer instrução da versão clássica. Na versão francesa é-nos contado que Lavinia escreve a Eneas, mas o conteúdo do que fora redigido é-nos vedado, pelo que a presença da carta reproduzida no texto por Veldeke é merecedora da nossa atenção. A amedrontada Princesa está então sozinha, fecha a porta por dentro, pega em tinta e pergaminho e escreve em latim<sup>12</sup>:

<sup>11</sup> En. 125, 31-126, 7. «Depois da Rainha, fora de si, ter batido longamente as mãos uma contra a outra e de muito ter chorado, redigiu ela mesma, antes de se levantar, uma carta, que com belas palavras ornamentou e que com a própria mão escreveu. Depois enviou-a a Turnus, que a leu ele mesmo. Relatou-lhe como a afligia o que ouvira dizer e o rumor que se tornara sabido, a história muito triste. Através das suas camareiras, a dama enviou a carta».

<sup>12</sup> Cf. En. 286, 15-23.

>ez enbûtet Lavîne  
 Êneas dem rîchen  
 ir dienest innechlichen,  
 der is ir vor alle man,  
 wande sim baz gûtes gan,  
 dan allen den dies is gesach,  
 und si sîn vergezzen niene mach  
 weder spâte noch frû.  
 unde enbûtet im da zû  
 daz her der rede sî gewis  
 und vil wol gedenke des,  
 daz diu minne vil getût.<<sup>13</sup>  
 (En. 286, 24-35)

Seguidamente, assim que a tinta havia secado, Lavinia dobra a carta, encontra uma flecha, remove-lhe gentilmente a pena, enrola a carta no cano com o lado escrito para dentro e coloca novamente a pena de forma a que ninguém pudesse reparar que o documento ali se encontrava. Encontra um parente de seu pai, que curiosamente trazia um arco na mão, e pede-lhe envie aquela flecha ao inimigo, pondo dessa forma em risco o período temporário de paz. Sob pretexto de que os exércitos troianos estariam demasiado junto da muralha, planeando certamente um atentado contra Latinus, o jovem cumpre o desejo da princesa. A Eneas é endereçada a flecha com a carta e, pensando tratar-se de uma hostilidade, parte-a e fica agitado, falando imediatamente em retaliação. Todavia, quando lê a carta, em silêncio, alegra-se, compreendendo não se ter tratado de uma ofensiva. Faz uma vênua a Lavinia, que o avista da janela e apaixona-se<sup>14</sup>.

O envio desta carta é sintomático da dupla natureza da carta no que se refere à polaridade distância/superação da distância. Tendo sido enviada num período de paz, este texto enviado através de uma seta seria à partida, conforme pensado por Eneas num primeiro momento, uma investida bélica, representativa da distância entre remetente e destinatário, simbolizando o seu afastamento, o que é desde logo sugerido pela existência demarcadora da muralha, apartando os mundos de Lavinia e de Eneas. No entanto, flecha e carta foram enviadas e alcançaram o seu destino, tornando evidente a superação da distância entre separados. A isto deve ainda acrescentar-se a polaridade conteúdo revelado/forma escondida. A carta enviada por Lavinia é, conforme nos indica o narrador, escrita em latim, o que é desde já curioso, sendo que a carta é-nos apresentada como original, surgindo no entanto em médio-alto-alemão. Se certo é que a utilização do latim seria prática corrente na escrita de cartas formais, a escrita de uma carta de amor na língua da autoridade poderia sugerir desde logo um certo afastamento entre emissor e

<sup>13</sup> «Lavinia oferece a Eneas, o poderoso, o seu serviço íntimo. Ele é-lhe acima de todos os homens querido, porque o deseja mais do que a qualquer outro que já tenha visto. Não consegue esquecê-lo nem cedo nem tarde e pede-lhe que acredite no que lhe diz e que pense o amor é capaz de muita coisa».

<sup>14</sup> Cf. En. 286, 36-290-11.

recetor, o que é agravado pelo facto de Lavinia se dirigir a Eneas na terceira pessoa<sup>15</sup>. Todavia, a distância que a carta poderia representar nos seus aspetos formais é suprimida pelo seu conteúdo, ainda que a confissão de amor<sup>16</sup> se faça com recurso a múltiplas perífrases: Lavinia não diz que ama Eneas, mas que não o pode esquecer; Lavinia não diz que não pode nunca esquecer-se de Eneas, mas que não pode esquecer-se deste nem cedo nem tarde.

Concentremo-nos nos paralelos: Rainha e Lavinia são duas personagens descritas em situação de escrita de carta, escrevem-nas com as próprias mãos (ao invés de mandarem escrever, como acontece, por exemplo, na carta enviada por Turnus), ornamentam o texto com belas palavras, dirigem-se a figuras do sexo masculino (a Rainha a Turnus e Lavinia a Eneas) que as leem eles mesmos. É interessante como o texto é certo na forma como apresenta o facto de remetentes e destinatários serem diretamente responsabilizados pela redação/receção da carta através da repetição de *selbe*, mesma/mesmo (escreveu ela mesma/leu ele mesmo). O facto de o narrador nos dar conta de que os destinatários masculinos tomam conhecimento do conteúdo da carta diretamente alerta-nos ainda para a possibilidade de haver habitualmente uma terceira pessoa responsável pela transmissão da mensagem, o que, em ambas situações, não acontece, deixando que as cartas enviadas invoquem uma atmosfera de intimidade e um carácter pessoal distintos daqueles aos quais a utilização de cartas estaria habitualmente ligada neste período da história da cultura, o que torna evidente a relevância deste motivo para a compreensão destas personagens, cuja analogia em relação ao motivo epistolar exhibe a sua relação de simbiose contrastiva.

Os acontecimentos na narrativa clássica são pautados pela inevitabilidade do destino a ser cumprido; em *Eneasroman*, aprofundando as instruções do texto francês, os motivos do destino profetizados pelo oráculo são transpostos para o nível das personagens, pelo que Wenzelburger é certo quando afirma que, nas adaptações medievais da *Eneida*, o correr da narrativa não se fundamenta exclusivamente na vontade sobre-humana do fado, mas no carácter pessoal da subjetividade do herói<sup>17</sup>, isto é, que a motivação do enredo está aqui relacionada com os supostos sentimentos pessoais das diferentes figuras que povoam o texto, tornando-se estas agentes do destino a cumprir-se, deixando que a força do cumprimento do *fatum* se materialize na forma como estas se relacionam com a incontornável linha diégetica<sup>18</sup>. As personagens vestem o vestido do destino que devem cumprir e a sua ação é pautada por esse critério. A escrita de cartas pela Rainha e por Lavinia materializa esta característica do texto, o que se deixa justificar, por exemplo, no facto de Veldeke apresentar-nos textualmente a carta que a filha de Latinus teria escrito, ao invés do uso da paráfrase, conforme sugerido pelo texto francês. Apesar das cartas enviadas por estas personagens não poderem ser incluídas no mesmo sistema de correspondência (a Rainha não escreve a Lavinia/ Lavinia não responde à

<sup>15</sup> Cf. BUßMANN, 2008: 97.

<sup>16</sup> Sobre esta questão cf. HAUG (1997) e RUSINEK (1986).

<sup>17</sup> Cf. 1974: 55.

<sup>18</sup> Sobre esta questão cf. BUßMANN, 2008; QUAUST e SCHAUSTEN (2008); WENZELBURGER (1974).

mãe), a sua função no contexto deste texto do século XII torna evidente a necessidade de compreender Lavinia à luz das características de sua mãe e vice-versa. Se sentido fez que Veldeke tenha atribuído à figura de Lavina uma importância superior àquela que esta personagem tem no texto épico, por via do tratamento da questão amorosa, sentido fez que à personagem da Rainha tenha sido reconhecida uma ênfase que não conseguimos encontrar nem no texto clássico nem no francês que lhe seguira. Mas!, Veldeke não se limita a introduzir a questão amorosa num texto tematicamente comprometido com questões épicas. Veldeke trata a questão amorosa através da criação de um conflito emocional e político entre mãe e filha que se deixa representar através do motivo da carta, celebrando o seu paralelismo e sublinhando, paradoxal e simultaneamente, o seu contraste.

A carta em *Eneasroman*, apesar do cumprimento efetivo do caráter estético associado à sua utilização neste tipo de literatura, é um agente vivo do destino, a manifestação oracular da narrativa vindoura através do elemento escrito, o veículo a partir do qual o destino é trazido para o nível das personagens. O poder místico da componente escrita para a cultura medieval postula uma ideia de estabilidade que vai para além da circunstância efémera da oralidade e do contacto e proximidade físicos. A carta em *Eneasroman* legitima o sucesso dos amantes: se Dido tivesse talvez escrito uma carta a Eneas, o desejo físico ver-se-ia sublimado, transformando essa união num amor possível de se concretizar positivamente; se Dido tivesse escrito uma carta a Eneas, talvez o seu destino tivesse sido outro e não houvesse Império Romano do qual pudéssemos descender. Lavinia conquista, através da confissão escrita do seu amor por Eneas, o coração deste, garantindo-lhe o devido e inevitável cumprimento do *telos* clássico. Na adaptação medieval alemã da narrativa de Vergílio essa instância poderosa que é o destino deixa-se representar por essa outra instância poderosa que é o texto escrito, isto é, pela carta. Em *Eneasroman* celebra-se assim a ponte entre a autoridade que a escrita representa e a temática amorosa, tornando óbvia a constatação de que o *amor fadado ao sucesso* depende muitas vezes da escrita de cartas de amor e de que na sombra de uma *donzela fadada ao sucesso* se encontra muitas vezes uma figura maternal cuja função no texto não deve ser menosprezada.

## BIBLIOGRAFIA PRIMÁRIA

- (1972) – *Le roman d'Eneas*. Trad. por SCHÖLER-BEINHAEUER, Monica. München: Fink.  
 VELDEKE, Heinrich von (1986) – *Eneasroman*. Trad. por ETTMÜLLER, Ludwig. Stuttgart: Philipp Reclam.  
 VERGÍLIO (2011) – *Eneida*. Trad. por CERQUEIRA, Luís, GUERREIRO, Cristina, ALVES, Ana Alexandra.  
 Lisboa: Bertrand Editora.

## BIBLIOGRAFIA SECUNDÁRIA

- BUßMANN, Astrid (2008) – ‚her sal mir deste holder sîn,/ swenner weiz den willen mîn‘. *Variationen des Liebesgeständnisses in Heinrichs von Veldeke ‚Eneasroman‘*. In SCHNYDER, Mireille, coord. – *Schrift und Liebe in der Kultur des Mittelalters*. Berlin: Walther de Gruyter, p. 83-124.

- HAUG, Walter (1997) – *Das Geständnis. Liebe und Risiko in Rede und Schrift*. In HORST, Wenzel, coord. – *Gespräche – Boten – Briefe. Körpergedächtnis und Schriftgedächtnis im Mittelalter*. Berlin: Erich Schmidt Verlag, p. 23-41.
- MAYSER, Eugen (1935) – *Briefe im mittelhochdeutschen Epos*. «Zeitschrift für deutsche Philologie», vol. 59, p. 136-147.
- QUAST, Bruno; SCHAUSTEN, Monika (2008) – *Amors Pfeil. Liebe zwischen Medialisierung und Mythisierung*. In SCHNYDER, Mireille, coord. – *Schrift und Liebe in der Kultur des Mittelalters*. Berlin: Walther de Gruyter, p. 63-83.
- RASMUSSEN, Ann Marie (1997) – *Mothers and Daughters in Medieval German Literature*. New York: Syracuse University Press.
- ROUGEMONT, Denis de (1982) – *O amor e o ocidente*. Lisboa: Moraes Editores.
- RUSINEK, Bernd (1986) – *Veldekes Eneide. Die Einschreibung der Herrschaft in das Liebesbegehren als Unterscheidungsmerkmal der beiden Minne-Handlungen*. «Monatshefte», vol. 78, p. 11-25.
- SCHNYDER, Mireille (2008) – *Einführung*. In SCHNYDER, Mireille, coord. – *Schrift und Liebe in der Kultur des Mittelalters*. Berlin: Walther de Gruyter, p. 1-22.
- WENZELBURGER, Dietmar (1974) – *Motivation und Menschenbild der Eneide Heinrichs von Veldeke als Ausdruck der geschichtlichen Kräfte ihrer Zeit*. Göttingen: Verlag Alfred Kümmerle.



# IMPOSSÍVEL É NÃO VIVER (JOSÉ LUÍS PEIXOTO) O QUE NOS MOSTRAM AS CARTAS

ISABEL PEREIRA LEITE\*

**Resumo:** O presente artigo é composto por duas partes distintas. Na primeira o principal objetivo prende-se com a contextualização da prática epistolográfica. De acordo com Roger Chartier, entre o século XVI e o século XVIII, as sociedades ocidentais foram desenvolvendo uma cultura única da palavra escrita. Até então, apenas podemos considerar elites bem circunscritas. A partir do século XIX, no entanto, a multiplicação de registos escritos, independentemente de qualquer tipologia, atinge transversalmente níveis inimagináveis algum tempo antes. Convém, porém, não esquecer que, como afirma Michel de Certeau, é o leitor quem confere significado ao texto. Na segunda parte deste artigo, surgem exemplos concretos do que entendemos ser o fio condutor que nos une através dos séculos. Entre as cartas de vultos tão afastados no tempo e tão diversos nos seus interesses, o que poderá haver de comum? Santo Agostinho, Felipe II, Mozart, Vieira da Silva, entre mais de duas dezenas de outros nomes assinados em folhas de papel, testemunham momentos de dúvidas e certezas; de guerra e de paz; de saudade e reencontro. Em suma, mesmo na adversidade, prezam a vida.

**Palavras-chave:** Epistolografia; cartas íntimas; cartas pessoais; cultura escrita.

**Abstract:** In conceptual terms, there are two main parts in this text. The first one contextualizes the practice of writing letters. As Roger Chartier says, between the XVI and the XVIII centuries, the western societies developed a rather unique practice in which the written word emerges. Before that, it was more or less in the realm of the elites. However, from the XIX century on, all kinds of written registers, apart from any specific classification or typology, become common among social groups that, by definition, were not at all connected with the practice of writing letters. The second part is made up of various examples of letters written by very different people in very diverse spaces and centuries. Do these letters have anything in common? Are they very different from each other, considering feelings regardless its contextualization? What do their authors expect? And, in the end, what is the quality that impresses us most? Surely the pure and simple understatement everyone clearly leaves us: we are all human beings. That is the guideline printed in all the 23 letters chosen.

**Keywords:** Epistolography; intimate letters; personal letters; written culture.

*As cartas são o lugar onde as palavras vão quando querem viver*

Nuno Miguel Guedes<sup>1</sup>

A correspondência privada constitui um testemunho pessoal que se consubstancia não só no que nos transmite sobre quem escreve uma carta – o seu perfil autobiográfico, como também no que nos permite apreender do contexto espaciotemporal em que vive(u) o seu autor.

A crítica genética, da qual não pretendemos ocupar-nos aqui, encontra na carta um «terreno fértil» a partir do qual é possível reconstituir o processo criativo, tecendo considerações que concorrem para o estabelecimento de um quadro conceptual.

O género epistolar «constitui um testemunho ímpar da autenticidade das relações pessoais, culturais e sociais de uma época ou de um autor. Se a função da obra literária é

---

\* CITCEM/FLUP. Email: carpe.diem.ipl@gmail.com.

<sup>1</sup> GUEDES, 2012: 102.

problematizar a vivência de uma cultura, o discurso epistolar quotidiano traduz a vivência dessa cultura. É a visão pessoal e a narração dos momentos vividos numa tripla aceção: o passado memorizado, o presente vivido e o futuro esperado e desejado»<sup>2</sup>.

Como se de um tecido estampado se tratasse, a análise atenta de uma carta permite descobrir cambiantes coloridos, desenhados com maior ou menor nitidez e complexidade pelo autor – tecelão, que o faz abrigado do mundo, de forma intimista.

Os excertos das cartas que escolhemos, e que adiante apresentamos, são excelentes testemunhos da singularidade que transversalmente se impõe, por, como intérpretes atentos, nos ser inevitável captar o pensamento e seguir o rumo definido por quem assina o seu nome numa folha de papel. Espelhando o quotidiano, surgem, ao longo deste artigo, como enunciado do dia-a-dia. Ao seguimento que lhes é dado subjaz a vontade de eliminar principalmente as barreiras do tempo, tornando perceptível o que, de facto, é de todos os tempos e de todos os lugares: a diversidade que é elo de união, pela comunhão de ideias e sentimentos. O «eu» e o «outro» em diálogo – confissão comunicam não só entre si como também connosco.

A cidade tem hoje dificuldade em reconhecer a verdadeira alteridade, por ser tendencialmente massificadora, sendo o parecer sobreponível ao ser. Tornou-se no espaço em que o «eu» é aquele que o «outro» vê e conhece no seu contexto limitador. Por isso, é na intimidade que o «eu» se revela mais facilmente. «Arendt é clara: «Só no completo silêncio e na total passividade é que alguém pode ocultar quem é»; as palavras e os actos dão como que um nome ao corpo, separam-nos dos outros homens e coisas: ninguém age e fala como eu e é por essa razão que existo. A existência individual é uma diferença de discurso e uma diferença de acções [...]»<sup>3</sup> escreve Gonçalo M. Tavares. Continuando, explica que é este facto uma marca fundamental do humano que a cidade vai eliminando justamente porque ao uniformizar o vocabulário, elimina a possibilidade da utilização exclusiva e individual das palavras.

*A cidade moderna é assim uma incansável exterminadora desse discurso individual [...] Uma cidade é, de certa maneira, definida por um discurso e uma acção. Um único discurso e uma única acção. Tudo o resto são excepções que a cidade consegue facilmente diluir [...]»<sup>4</sup>.*

Escrever uma carta é, normalmente, um acto solitário, íntimo, pessoal. Prática de séculos, vai-se tornando rara, como sem qualquer dificuldade constatamos, bastando, para isso, olhar à nossa volta. Em que caixas do correio são deixadas cartas? Quem é que ainda envia postais quando se ausenta por um tempo mais longo? E quem é que tem sempre à mão papel e caneta, preferindo-os a um qualquer teclado? «As formas epistolares electrónicas do nosso tempo carecem da verdade do manuscrito. A mais arrebatada declaração transforma-se numa notificação das Finanças»<sup>5</sup>.

---

<sup>2</sup> SEARA, 2006: 19.

<sup>3</sup> TAVARES, 2007: 100.

<sup>4</sup> TAVARES, 2007:102.

<sup>5</sup> GUEDES, 2012: 103.



Todavia, quem é que não gosta de receber uma carta, por breve que seja, dentro de um envelope escrito à mão? Terá a cidade aniquilado a originalidade que cada um tem como seu apanágio? É nesta originalidade que acreditamos, já que temos como certo que não há duas pessoas iguais. Paradoxalmente, e apesar de cada um se ver como único, não deixa de ser verdade que são os escritores e os poetas os que se vão afirmando pela utilização diferenciada das palavras.

Quanto à cidade, que nem mesmo escreve cartas, o que dizer? Que a originalidade não passa de uma falácia? «“Nunca um escrito saiu de qualquer mão que se não tornasse um fruto vivo”, avisava há quatro séculos D. Francisco de Portugal. Como explicar isto a uma geração que escreve “axo q t amo”?<sup>6</sup>» Talvez falte o completo silêncio; talvez falte a total passividade que Hannah Arendt entendia serem imprescindíveis. Porque a cidade nos impede de os procurar ou porque nos convencemos de que já os encontramos? D. Francisco de Portugal, ao pensar em escritos, não imaginava um mundo sem cartas, por isso para todos olhava como frutos vivos. Na verdade, a mão que escreve «axo q t amo» não é uma mão inerte e sem vida. Mas é, com certeza, uma mão que não escreve nem recebe cartas...

É de cartas que pretendemos falar. De cartas que atravessaram séculos e foram, posteriormente a terem sido escritas, resgatadas das forças do esquecimento, porque, afinal, a cidade não quer esquecer-las, por mais diluídas que, no seu seio, hoje se mostrem as práticas discursivas individualizadas.

*As in Antiquity, when the earliest letters were concerned with factual rather than private affairs, medieval letters were often intended to be read by more than one person even at the time they were written. They were therefore designed to be correct and elegant rather than original and spontaneous, and they often followed the form and content of model letters in formularies, of which the influence on letter-writing has not entirely vanished even today<sup>7</sup>.*

De acordo com Roger Chartier, entre o século XVI e o século XVIII, as sociedades ocidentais foram desenvolvendo uma cultura única da palavra escrita. Mas o domínio da leitura e da escrita estava bem longe de qualquer nivelamento, existindo abissais diferenças que persistiram, e, de certo modo, ainda persistem, entre as diversas regiões, grupos sociais e sexos. Mas, pelo menos, havia quem lesse, soubesse registar factos, e, por exemplo, escrevesse cartas, isto já fora do âmbito das costumadas elites.

Na opinião de Anne-Marie Quint, a correspondência privada, as cartas pessoais trocadas entre pais e filhos, irmãos, amantes, amigos separados são, em Portugal, já no século XVI e mais ainda no século XVII, espelho de momentos de verdadeira partilha – preocupações, inquietações, saudades... Progressivamente, a escrita vai-se tornando mais aprimorada, deixando para trás uma matriz vincadamente associada à oralidade. A linguagem é mais contida, polida, pensada, apresentando, até, por vezes, um certo tom

<sup>6</sup> GUEDES, 2012: 102.

<sup>7</sup> CONSTABLE, 1976: 11.

erudito. Entre o que se diz e o que se escreve, o certo é que se vai conseguindo criar, fruto do esforço de literatos que se vão encarregando disso, uma certa estética<sup>8</sup>.

Um estatuto social elevado e uma sólida instrução nem sempre eram características presentes num mesmo indivíduo. Por isso, existiam secretários que escreviam cartas que os seus pseudo-autores apenas assinavam no fim. Alguns, mesmo a custo... Com o tempo, foram, então, surgindo literatos que compunham «formulários» a partir dos quais eram escritas cartas adequadas a diversas circunstâncias. À coleção de tais formulários chamava-se Secretário. «O Secretario Portuguez», de Cândido Lusitano (1719-1773), por exemplo, composto na primeira metade do século XVIII, viu a luz do dia no ano de 1745, ao ser impresso em Lisboa.

Já em pleno século XIX, surgem os primeiros «manuais» recheados de fórmulas e modelos destinados a quem procurava rapidamente escrever de modo claro e perceptível, digamos que com objectividade e pragmatismo. Referimo-nos aos códigos de bom tom e aos códigos epistolares, que vão proliferando por essa Europa fora.

Um interessantíssimo caso, que vale a pena mencionar, é o do «Código Epistolar oferecido à mocidade portugueza e brasileira» por José-Ignacio Roquete, que o faz imprimir em Paris, em 1846. Dividido em capítulos, que constam de um pormenorizadíssimo índice, começa por uma «Carta Nuncupatória», na qual Roquete detalhadamente explica a quem oferece a obra e justifica o seu interesse com o facto de ser necessário ensinar a arte de bem escrever cartas.

Depois de referidos os modos de tratamento a utilizar junto das hierarquias eclesiásticas e seculares, são apresentados pelo autor os que considera serem os melhores exemplos que conhece de cartas escritas com os mais diversos propósitos.

Assim, a par de cartas morais e exortatórias a cartas de repreensão e vitupério; de cartas afectuosas e sentimentais a cartas de petição e súplica; de cartas de negócios particulares e domésticos a cartas comerciais sobre negócios de compra e venda, desfilam perante nós, como seus autores, para além dos clássicos, que continuam a ser referência, personagens de refinado gosto como Frei António Brandão, S. Gregório de Niza, Padre António Vieira, Galileu, Afonso de Albuquerque, Luís XIV, Madame de Maintenon, entre muitíssimos outros. O próprio Roquete apresenta cartas por ele redigidas com o intuito de orientar os leitores. São cerca de 650 páginas organizadas de forma lógica e clara.

Convém, porém, não esquecer que, como afirma Michel de Certeau, é o leitor quem confere significado ao texto. Este será sempre alvo de interpretações várias, para além da que se configura na intenção de quem o escreve. Os 23 nomes que assinam as cartas cujos excertos se seguem marcaram, de formas muito diversas, o seu tempo. E porque assim foi, as palavras que escreveram ainda hoje são impressivas e nos fazem refletir sobretudo no que nos une.

Julgamos ser pertinente gizar uma tipologia para enquadrar as cartas que escolhemos. Há cartas que relatam viagens – as de Pero Vaz de Caminha e de Pablo Neruda; cartas marcadamente autobiográficas, destacando-se as da Rainha Vitória, de Paulo

---

<sup>8</sup> QUINT, 2004: 12; 26.

Varela Gomes, de António José Saraiva e de Umberto Eco; cartas de cariz religioso, como a de Santo Agostinho; cartas de crítica social, à semelhança da que é escrita por Fradique Mendes/Eça de Queirós; cartas de amor – as de António Lobo Antunes, de Fernando Pessoa, de Maria Helena Vieira da Silva, de Árpád Szenes, de Sigmund Freud, de Mozart e de Stephin Merritt; cartas de aconselhamento, como as de Maria Teresa da Áustria, do Marquês de Fronteira e de Luís Pereira Leite; cartas de súplica nas quais se enquadra a de Alice More; cartas dirigidas aos filhos, sendo um bom exemplo a de Felipe II; cartas de cariz científico – as de Albert Einstein, de Anna Seghers e de György Lukács.

Ao fazê-lo, todavia, não deixa de nos parecer que a correspondência trocada em contextos privados é algo que escapa, pelo enorme cunho pessoal que encerra, a padrões pré-definidos. Todas as cartas, ou melhor dizendo, todos os excertos de cartas mencionados neste texto têm essa característica. Com o propósito de ir revelando esse cunho, por um lado, enquanto por outro se vai demonstrando como se entrosam os sentimentos de seres tão diferentes e tão distantes entre si no tempo e no espaço, escolhemos, para apresentar os referidos excertos, uma sequência que se nos afigura acertada para tal.

Em 1965, numa obra que ainda hoje é referência, Andrée Crabbé Rocha escreve que «a carta [...] corresponde a uma necessidade profunda do ser humano. Comunicare não implica apenas uma intenção noticiosa: significa ainda “pôr em comum”, “comungar”. Escreve-se, pois, ou para não estar só ou para não deixar só»<sup>9</sup>.

Sendo, como alguém já o disse, cremos que Michelle Perrot, o mais público dos actos privados, escrever uma carta logo suscita, pelo menos, uma questão que escapa à esfera do controle do seu autor – «à la longue», no mínimo, que destino será o seu?

Não, não é por aí que queremos ir agora. De qualquer forma, o certo é que o simples facto de ser possível que hoje as evoquemos, lhes confere um carácter especial. Isto porque, ainda segundo Crabbé Rocha, a carta é uma «lição de fraternidade, em que as palavras substituem os actos ou os gestos, vale no plano afectivo como no plano espiritual, e participa, embrionária ou pujantemente, do mecanismo íntimo da literatura – dádiva generosa e apelo desesperado, ao mesmo tempo»<sup>10</sup>. Por ser assim, percebe-se em todas as cartas que escolhemos que, por mais diversos que sejam os seus propósitos, o tom pessoal e intimista que lhes subjaz muito as aproxima – afinal, juntos atravessamos séculos, descobrimos e inventamos o mundo, procuramos o sentido da vida, amamos, sofremos, experimentamos sentimentos que até se nos afiguram únicos por tão genuinamente brotarem de nós. Essencialmente, temos em comum muito mais do que imaginamos – a condição de seres humanos, mesmo que cada vida seja única e irrepitível.

Partamos das palavras que escolhemos para o título deste texto, roubadas a José Luís Peixoto:

*Se te quiserem convencer de que é impossível, diz-lhes que impossível é ficares calado, impossível é não teres voz. Temos direito a viver. Acreditamos nessa certeza com todas as forças*

<sup>9</sup> ROCHA, 1965: 13.

<sup>10</sup> ROCHA, 1965: 13.

*do nosso corpo e, mais ainda, com todas as forças da nossa vontade. Viver é um verbo enorme, longo. Acreditamos em todo o seu tamanho, não prescindimos de um único passo do seu/nosso caminho. [...] Vida, se nos estás a ouvir, sabe que caminhamos na tua direcção. A nossa liberdade cresce ao acreditarmos e nós crescemos com ela e tu, vida, cresces também. Se te quiserem convencer, vida, de que é impossível, diz-lhes que vamos todos em teu resgate, faremos o que for preciso e diz-lhes que impossível é negarem-te, camuflarem-te com números, diz-lhes que impossível é não teres voz<sup>11</sup>.*

Avançando e recuando no tempo, de forma deliberada como acima referimos, pareceu-nos interessante recolher testemunhos vários – os que de seguida citaremos – com o principal intuito de mostrar que por mais diversos que sejam os contextos, o ser humano, no mais íntimo de si, guarda o amor como cerne da Vida: o amor apaixonado; o amor pelos filhos; o amor aos outros; o amor a Deus; o amor à palavra que é poesia, à natureza, à beleza; o amor à verdade, à ciência, à descoberta; enfim, o amor que dói mas que, ao mesmo tempo, apazigua. «Como a água que corre» (Yourcenar), deixemos fluir a Vida, como que ao sabor das nossas memórias...

Cartas há que ditam o destino do mundo, de um país, de uma geração, de uma família, de alguém em particular. Escritas com um propósito específico podem, acidentalmente, inscrever-se nesse contexto ou proporcioná-lo de forma deliberada.

Tomemos, a título de exemplo, a carta que, no dia 1.º de maio do ano de 1500, Pero Vaz de Caminha envia a El-Rei D. Manuel, desde Terras de Vera Cruz:

*Snõr*

*posto queo capitam moor desta vossa frota e asy os outros capitaães screpuam avossa alteza anoua do achamento desta vossa terra noua que se ora neesta naue gaçam achou. nom leixarey tam bem de dar disso minha comta avossa alteza asy como eu melhor poder ajmda que perao bem contar e falar o saiba pior que todos fazer. / pero tome vossa alteza minha jnoramçia por boa vomtade. aqual bem çerto crea q[ue] por afremosentar nem afear aja aquy de poer ma is caaquilo que vy e me pareço<sup>12</sup>.*

É do Brasil que se fala aqui. Da descoberta de um novo mundo; de uma realidade desconhecida, mas já promissora. O Escrivão d' El-Rei cumpre o seu dever. Ao fazê-lo, oferece à posteridade uma peça de incontornável significado e valor, até por se tratar de um dos mais importantes testemunhos da epistolografia renascentista.

Jean Lebel, citado por Van Houdt e Papy, refere que a arte de escrever cartas e a arte de viajar eram absolutamente indissociáveis no início da era Moderna. Não é coincidência, portanto, que as cartas, nesta altura, se revistam de conteúdos muito específicos – geográficos e etnográficos – assumindo um lugar de relevo no contexto da própria literatura. Assim, Van Houdt e Papy questionam a consciência literária dos autores de tais peças. Seriam sobretudo impulsionados pelos interesses europeus associados às desco-

<sup>11</sup> PEIXOTO, 1989: 323/324.

<sup>12</sup> CAMINHA, 1500.

bertas e à colonização do Novo Mundo? Derivariam a sua notoriedade e credibilidade do facto de não haver forma de contrapor/contradizer o que era registado, por não haver literatura «do lado de lá»<sup>13</sup>?

Não sendo nosso propósito alimentar tal polémica, não deixa de nos parecer apropriado referi-la aqui.

Nada de semelhante, porém, se poderá afirmar acerca destas linhas que, 400 anos mais tarde, em finais da década de 90 do século XIX, uma «personagem de vida requintada e elevada», de nome Carlos Fradique Mendes, escreve a sua Madrinha, Madame de Jouarre:

*É o Comendador Pinho um cidadão inútil? Não, certamente. Até para manter em estabilidade e solidez a ordem de uma nação, não há mais prestadio cidadão do que este Pinho, com a sua placidez de hábitos, o seu fácil assentimento a todos os feitos da coisa pública, a sua conta do banco verificada às sextas – feiras; os seus prazeres colhidos em higiénico recato, a sua reticência, a sua inércia. De um Pinho nunca pode sair ideia ou acto, afirmação ou negação, que desmanche a paz do Estado. Assim gordo e quieto, colado sobre o organismo social, não concorrendo para o seu movimento, mas não o contrariando também, Pinho apresenta todos os caracteres de uma excrescência sebácea. Socialmente, Pinho é um lobinho. Ora nada mais inofensivo que um lobinho: e nos nossos tempos, em que o Estado está cheio de elementos mórbidos, que o parasitam, o sugam, o inficionam e o sobreexcitam, esta inofensibilidade de Pinho pode mesmo (em relação aos interesses da ordem) ser considerada como qualidade meritória. Por isso o Estado, segundo corre, o vai criar barão. E barão de um título que os honra a ambos, ao Estado e a Pinho, porque é nele simultaneamente prestada uma homenagem graciosa e discreta à família e à religião. O pai de Pinho chamava-se Francisco – Francisco José Pinho. E o nosso amigo vai ser feito barão de S. Francisco*<sup>14</sup>.

Eis um primoroso retrato pintado por quem conhecia bem a sociedade portuguesa de finais de oitocentos e lhe desnudava os artifícios com incomparável mestria. Falamos, obviamente, de José Maria d'Eça de Queiroz. Entre barões e viscondes, El-Rei D. Carlos ia tentando encontrar um equilíbrio que pudesse sustentar o país. Eça não chegou a assistir ao infausto resultado de tal pretensão. Morreu em 1900, 8 anos antes do regicídio.

Em finais do século IV, Santo Agostinho, nas *Confissões*, escrevia:

*Encontrei muitos com desejo de enganar outros, mas não encontrei ninguém que quisesse ser enganado. Onde conheceram eles esta vida feliz? Não foi onde alcançaram o conhecimento da verdade? Amam a verdade porque não querem ser enganados; e, ao amarem a verdade feliz, que não é mais que a alegria oriunda da verdade, amam, com certeza, também a verdade. Não a poderiam amar, se não tivessem na memória qualquer noção de verdade. E porque é que não encontram nela a sua alegria? Porque não são felizes? Não são felizes porque, entregando-se com demasiado afincio a outras ocupações que, em vez de ditosos os tornam ainda mais desgraçados, recordam, apenas frouxamente, aquela verdade que os pode fazer felizes. «Por*

<sup>13</sup> Self-presentation, 2002: 9.

<sup>14</sup> QUEIRÓS, 1977: 182.

enquanto ainda há uma luz entre os homens»; caminhem, caminhem depressa «para que as trevas os não surpreendam!<sup>15</sup>».

Adiante mencionaremos as confissões de um outro homem, 17 séculos mais tarde.

Pablo Neruda, ao comemorar 50 anos de existência, e discursando na Universidade do Chile, conta:

*Avançando, há anos, pelo interior do lago Ranco, pareceu-me encontrar a fonte da pátria ou o berço silvestre da poesia, atacada e defendida por toda a Natureza. O céu recortava-se entre as copas dos ciprestes, a aragem removia as substâncias balsâmicas da espessura, tudo tinha voz e era silêncio. O sussurro das aves escondidas, os frutos e fragmentos de casca das árvores que, caindo, roçavam as folhagens, tudo estava suspenso num instante de solenidade secreta, tudo na selva parecia esperar. Era eminente um nascimento, e o que nascia era um rio. Não sei como se chama, mas as suas primeiras águas, virgens e escuras, eram quase invisíveis, débeis e silenciosas, procurando uma saída entre os grandes troncos mortos e as pedras colossais. Com mil anos de folhas caídas na sua fonte, todo o passado o queria deter, mas apenas lhe embalsamava o caminho. O jovem rio destruíra as velhas folhas mortas e impregnava-se de frescura nutrícia que iria repartindo no seu curso. Pensei: é assim que nasce a poesia<sup>16</sup>.*

Quando, no início de Maio de 2016, Paulo Varela Gomes morreu, de imediato procuramos a carta que ele próprio havia publicado, mais ou menos um ano antes, carta para sempre gravada na nossa memória e no nosso coração – «Morrer é mais difícil do que parece». De uma beleza e lucidez excepcionais, aqui está um excerto:

*A vida é muito menos cheia de prosápia do que a morte. É uma espécie de maré pacífica, um grande e largo rio. Na vida é sempre manhã e está um tempo esplêndido. Ao contrário da morte, o amor, que é o outro nome da vida, não me deixa morrer às primeiras: obriga-me a pensar nas pessoas, nos animais e nas plantas de quem gosto e que vou abandonar. Quando a vida manda mais em mim do que a morte, amo os que me amam, e cresce de repente no meu coração a maré da vida. Cada lágrima que me escorre por vezes pela cara ao adormecer, cada aperto de angústia na garganta que sinto quando acordo de manhã e me lembro de que tenho cancro, cada assomo de tristeza que me obriga a sentar-me por vezes à beira do caminho quando vou passear com os cães e interrompe a oração ou a conversa com o céu que me embala o espírito, cada um destes sinais provém do falhanço momentâneo do amor dos outros em amparar-me, e sobretudo do meu em permitir-lhes que me acompanhem. Quando, pelo contrário, decorre um dia em que consigo escrever e gosto daquilo que escrevo, em que me curvo sobre os canteiros para cortar ervas daninhas, em que admiro amorosamente a energia da Patrícia sentada ao computador ou a trazer lenha para casa, quando isto sucede, o meu tempo já não é o Tempo Comum mas antes um longo domingo de Páscoa: sinto a presença amorosa de todos os que precisam de mim e d'Aquele de quem eu preciso<sup>17</sup>.*

---

<sup>15</sup> AGOSTINHO, 1942: 330/331.

<sup>16</sup> NERUDA, 2010: 268/269.

<sup>17</sup> GOMES, 2015: 17.

Se impossível é não viver, há que considerar um outro verbo, conjugado em todos os tempos e modos: Sobreviver.

Pelo Amor, que como há pouco ouvimos, é o outro nome da Vida, ao longo de 300 cartas, António Lobo Antunes mostra-nos o que é viver na adversidade. Aos 28 anos, em 1971, poucos meses depois de ter casado, vê-se em Angola, no meio da guerra que, para sempre, o marcará. Ao longo de 2 anos, escreve quase diariamente a sua Mulher, Maria José, que ama com todas as suas forças: «Minha linda jóia; Minha querida jóia; Meu Amor; Meu querido Amor; Minha Zézinha adorada e querida...» – À mulher a quem se destinam estas cartas, pede, no dia 17 de Maio de 1971:

*Olha eu gosto tudo de ti! Eu gostava que pusesse na casa aquela fotografia do nosso casamento que me agrada mais em que te estás a rir muito e eu de boca aberta, aparvalhado, como de costume de felicidade<sup>18</sup>.*

No dia seguinte continua:

*A falta de interesse das minhas cartas deve mostrar bem que os meus miolos se transformaram na areia que cobre tudo. Sinto-me estúpido e vazio, e quase tenho vergonha de exhibir a minha idiotia em cartas... a falta de estímulos mentais está a tornar-me num chico... tenho a impressão de que só digo banalidades e parvoíces e graças parvas. O meu quociente de inteligência deve andar a roçar a imbecilidade. Perdoa. Isto é um triste deserto. Arbustos ralos, árvores de vez em quando, lagoas estagnadas e, agora, frio. Noites geladas e sem lua, dias frescos. Tosses e gripes. Como custa viver aqui!<sup>19</sup>*

E mais adiante:

*Por que será que toda a gente tem mais sorte do que eu? A única sorte que tenho és tu. E, pensando bem, é a maior de todas porque ninguém se te compara meu lindo querido e adorado amor. Apetece-me tanto tocar-te e sentir-te e apertar-te. Milhões e milhões e milhões de beijos. Eu adoro-te<sup>20</sup>.*

E, antes de assinar «o teu marido António», escreve, 7 vezes, «Meu Amor».

As cartas de amor são um género fecundo. Em verso ou em prosa resultam, como diz Marie-Christine Pais-Simon, das circunvoluções cerebrais tanto dos mais refinados espíritos, como dos mais comuns. Não sujeitas a censura, permitem-nos aceder a uma realidade humana e social com um invulgar cunho de autenticidade<sup>21</sup>.

Também o romance epistolar sem, de todo, assumir tais características, nos transporta para uma «realidade» que resulta de um casamento de conveniência entre o diário e a carta, com a imaginação como intermediária, eventualmente alicerçada em factos

<sup>18</sup> ANTUNES, 2005: 163.

<sup>19</sup> ANTUNES, 2005: 166.

<sup>20</sup> ANTUNES, 2005: 168/169.

<sup>21</sup> PAIS-SIMON, 2002: 79.

conhecidos. Hailton Duarte considera o romance epistolar um género de transição literária<sup>22</sup>.

É verdade que grandes autores podem aqui ser citados. É o caso de Jean-Jacques Rousseau e de «Julie ou La Nouvelle Héloïse» (1761); de Goethe e de «Die Leiden des jungen Werthers» (1774) e de, bem mais recentemente, Amos Oz e de «Black Box» (1986), por exemplo.

Mas é de cartas de amor que queremos continuar a falar, referindo algumas mais.

Álvaro de Campos diz que todas as cartas de amor são ridículas, mas que não seriam cartas de amor se não fossem ridículas. Não deixa, porém, de também dizer, no mesmo mais do que célebre poema, que só as criaturas que nunca escreveram cartas de amor é que são ridículas. Em 5 de Abril de 1920, Ofélia Queiroz, «o bebé pequeno e rabino do Nininho», recebe uma carta em que Fernando Pessoa lhe diz:

*Não te admires de a minha letra ser um pouco esquisita. Há para isso duas razões. A primeira é a de este papel (o único acessível agora) ser muito corredio, e a pena passar por ele muito depressa; a segunda é a de eu ter descoberto aqui em casa um vinho do Porto esplêndido, de que abri uma garrafa, de que já bebi metade. A terceira razão é haver só duas razões, e portanto não haver terceira razão nenhuma. (Álvaro de Campos, engenheiro.) Quem me dera ter a certeza de tu teres saudades de mim a valer. Ao menos isso era uma consolação... Adeus: vou-me deitar dentro de um balde de cabeça para baixo, para descansar o espírito. Assim fazem todos os grandes homens – pelo menos quando têm – 1.º espírito, 2.º cabeça, 3.º balde onde meter a cabeça<sup>23</sup>.*

No ano em que se comemora o centenário do nascimento de Óscar Lopes e de António José Saraiva, vem a propósito este excerto de uma carta enviada a 31 de Agosto de 1969 por António José Saraiva, que se encontra na Rinchoa (Sintra) a Teresa Rita Lopes, longe, em Paris:

*Queridinha – Voltei esta madrugada do Porto. Foram os dias mais felizes e mais cheios que me lembro de ter vivido desde há muitos anos. Tenho lá amigos afectuosos e de uma gentileza de que não conheço comparação. Há uma fidalguia de maneiras que não existe em Lisboa, muito mais saloia, a este respeito. Mal tive tempo para falar com o Óscar. Dei 5 entrevistas (Diário de Lisboa, Diário popular, A Capital, etc.); fiz a sessão de autografagem de livros, em que fiz mais de 700 autógrafos; fui ver 3 vezes a Luísa à Póvoa de Varzim; fiz um colóquio numa cooperativa de jovens. Não tive um momento de meu. À noite, estava exausto, tomava a pílula de dormir e recomeçava no dia seguinte.*

*Isto deu-me uma vida nova e vai marcar a primeira viagem importante do meu estado de espírito desde o desastroso falhanço dos colóquios que fiz em Paris. É evidente que, sem gente à minha volta, sou uma nau em calmaria, a definhar.*

*[...] Estive alojado em casa do Óscar com o Zé e o Pedro. O Óscar está um rapaz, parece irmão do filho Rui Manuel [...]*<sup>24</sup>.

---

<sup>22</sup> DUARTE, 2002: 163.

<sup>23</sup> PESSOA, 2014: 22.

<sup>24</sup> SARAIVA, 2013: 82/83.



António José Saraiva e Teresa Rita Lopes mantiveram um romance entre meados dos anos 60, altura em que se conheceram em Paris, e meados dos anos 80. Duas pessoas excepcionais que vivem juntas acontecimentos marcantes, como o Maio de 68 e o 25 de Abril, partilham o dia a dia em cartas. As cartas de António José Saraiva mostram-nos um homem de paixões, que não era capaz de viver fora desse quadro avassalador que a vertigem da vida proporciona a alguns.

Passemos, fora da rota do tempo, a dois outros nomes. Dois nomes grandes: Vieira da Silva e Árpád. Lemos-lhes as cartas, que podem parecer pueris. Será que o são? Não, de todo!

A 20 de Outubro de 1938, Maria Helena:

*Meu Drága Bichinha, Estás a ver, é aqui que te escrevo, perto desta janela, com todas estas flores e cortinados sinto-me como se estivesse num pequeno ninho. É tão bonito que tenho vontade de o pintar. Recebi ontem a tua carta, pobre bicho querido, parecez-me um pouco melancólico, mas não é preciso, o tempo passa depressa, eu também o sinto, um pouco, mas não é preciso Coco querido, não é preciso. [...]*

*Drága, bichinha querida, puszi puszi, sem ti sinto-me sem sol mesmo no país do sol. Aqui as pessoas são tristes e dá-me vontade de rir das suas lamúrias. Quando penso nas pessoas tão alegres e corajosas que conhecemos... é uma espécie de vício, choramingar, choramingar sempre. Eu digo-lhes francamente o que penso. Vivam, mexam-se e não sejam tão acanhados, tão preguiçosos, não se queixem, não há desgraças na vida, há apenas experiências. Só as doenças é que podem ser desgraças, o resto são experiências. Mas aqui há tanto orgulho em se queixar como em Paris em esconder as misérias<sup>25</sup>.*

E, agora, em 12 de Março de 1947, Árpád:

*Édes drága terna pequena Bichinha, não podes imaginar o prazer que a tua carta me deu. Tão corajosa, tão alegre e espiritual. Verdadeiramente, eu não devia fazer mais nada senão ajoelhar-me diante de ti, minha grande maravilha. Admiro-te ainda mais por conhecer as tuas condições e, ao mesmo tempo, sinto que não me mentes ao descrever as tuas aventuras tão aprazíveis. E tu trabalhas, caramba, enquanto eu, nos primeiros 10 dias, era como um sonâmbulo, incapaz para tudo. Neste momento, trabalho a todo o vapor para te alcançar. Mas peço-te que não te enerves por mim, eu tenho cuidado comigo, dormindo e comendo o suficiente<sup>26</sup>.*

Todos sabemos da atribulada vida de Vieira e Árpád. Juntos durante 55 anos, conservaram as cartas que trocaram um com o outro. A ternura que por elas perpassa de uma forma amorosa, bem ilustra de que modo são eles dois seres inseparáveis.

Marina Bairrão Ruivo escreve, numa bela introdução que consta precisamente do volume intitulado *Escrita Íntima*, o seguinte:

*O aspecto repetitivo de certas fórmulas, os pseudónimos ou diminutivos, fazem parte da própria natureza da escrita íntima, revelando a autenticidade dos sentimentos e da complici-*

<sup>25</sup> SILVA, 2013: 61.

<sup>26</sup> SILVA, 2013: 131.

*dade e o mistério, indecifráveis por terceiros. [...] Comunicavam em francês, numa linguagem que só a eles pertence, com os seus códigos e léxicos próprios, explícitos ou tácitos*<sup>27</sup>.

Em 1789, a 8 de Abril, o genial Wolfgang Amadeus Mozart escreve a sua Mulher, Constança, um dos amores da sua conturbada vida, porém o único com quem casa e que dele enviava aos 28 anos:

*Minha querida Mulherzinha! Enquanto o Príncipe está ocupado a negociar cavalos, estou deliciado com a oportunidade de te poder escrever algumas linhas, querida Mulherzinha do meu coração. Como é que estás? Será que pensas em mim tantas vezes quantas eu penso em ti? A cada momento miro o teu retrato – e choro, em parte de alegria, em parte de tristeza. Tem cuidado com a tua saúde, tão preciosa para mim, e trata bem de ti, minha querida! Não te preocupes comigo, porque não tenho passado desconfortos nem preocupações nesta viagem – à parte a tua ausência – o que não podendo ser evitado, não pode ser remediado. Escrevo-te este bilhete com os olhos cheios de lágrimas. Adieu. Escrever-te-ei uma carta mais longa e interessante de Praga, porque aí não vou ter que estar com tanta pressa. Adieu. Beijo-te milhões de vezes com a maior ternura e sou para sempre e até à morte teu*<sup>28/29</sup>.

Tem sido sobejamente analisada a correspondência trocada por Freud com vultos conhecidos. Polémicas à parte, escolhemos uma carta que, a 19 de Junho de 1882, Sigmund Freud escreve a Martha Bernays, com quem casa, cerca de 4 anos mais tarde, a 14 de Setembro de 1886, e com quem tem 6 filhos.

Eis um excerto:

*Eu sabia que seria apenas depois de te teres ido embora que iria perceber a completa extensão da minha felicidade e, alas! o grau da minha perda também. Ainda não a consegui ultrapassar, e se não tivesse à minha frente aquela caixinha pequena com a tua doce fotografia, pensaria que tudo não teria passado de um sonho do qual não querería acordar. [...]*

*A tua amorosa fotografia. No início, quando eu tinha o original à minha frente não pensei nada sobre a mesma; mas agora, quanto mais olho para ela mais esta se assemelha ao objecto amado; espero que o rosto pálido se transforme na cor das nossas rosas, e que os braços delicados se desprendam da superfície e prendam a minha mão; mas a imagem preciosa não se move, parece apenas dizer: «Paciência! Paciência! Eu sou apenas um símbolo, uma sombra no papel; a tua amada irá voltar, e depois podes negligenciar-me de novo». Eu gostaria imenso de colocar esta fotografia entre os deuses da minha casa que pairam acima da minha secretária, mas embora eu possa mostrar os rostos severos dos homens que reverencio, quero esconder a face delicada da minha amada só para mim. Vai continuar na tua pequena caixinha e eu não me atrevo a confessar a quantidade de vezes, nestas últimas vinte e quatro horas, que tranquei a minha porta para poder tirar a fotografia da caixa e refrescar a minha memória*<sup>30</sup>.

---

<sup>27</sup> SILVA, 2013: 14.

<sup>28</sup> Mozart, 1956: 234/235.

<sup>29</sup> Nossa trad.

<sup>30</sup> FREUD, 1882.

Na Biblioteca do Congresso, em Washington, conservam-se cartas interessantíssimas, escritas por personalidades diversas às Primeiras Damas americanas.

Quando Mary Todd fica viúva de Abraham Lincoln, a Rainha Vitória escreve-lhe de uma forma tocante. Trata-se de uma carta datada de 29 de Abril de 1865. Não é uma simples carta de circunstância, mas antes a expressão de um sentimento de dor profunda que a monarca viúva quer fazer chegar a quem poderá entendê-la. Citamos apenas um parágrafo:

*I am still utterly broken-hearted by the loss of the Light of my Life – my Stay – my All. I have been there, and I know how much it hurts*<sup>31</sup>.

A Rainha refere-se à morte do Príncipe Alberto, 4 anos antes, em 1861, morte esta que a deixou de tal maneira acabrunhada, que houve quem chegasse a duvidar da sua capacidade para continuar a reinar. A dor foi imensa. Também o foi a de Mary Todd Lincoln, que perdeu 3 dos seus 4 filhos, um dos quais, Thomas (Tad), 6 anos depois do assassinato de Lincoln.

Entre os conselhos que os Pais transmitem a seus filhos, inúmeras vezes registados em cartas de teor absolutamente pessoal, aqui fica este curioso testemunho de Maria Teresa de Áustria, dirigido a sua filha Maria Carolina, Rainha de Nápoles entre 1768 e 1806, altura em que Napoleão força o Rei Fernando a renunciar ao trono. Na realidade, Napoleão detestava a Rainha de Nápoles, dada a excessos intoleráveis e infames e a intrigas e caprichos. O Imperador chegou a escrever que dela não queria mais ouvir falar, acontecesse o que acontecesse.

A 8 de Maio, então, escrevia Maria Teresa à filha recém-casada:

*Vós tudo tendes para tornar um esposo feliz, é pois neste momento vossa única finalidade agradar-lhe, ser-lhe útil, diverti-lo, uni-lo a vós e não ter qualquer outro pensamento ou objetivo que não ele, sem sombra de mau humor ou de impaciência, sempre alegre, sempre doce, eis os únicos laços pelos quais podemos conquistar e manter a estima e a ternura dos nossos esposos, os únicos que podem tornar-nos felizes, tanto quanto se pode neste mundo, como vós bem o sabeis*<sup>32</sup>.

Apesar das boas recomendações de sua Mãe, Maria Carolina sempre agiu unicamente de acordo com os seus próprios interesses.

É certo que uma Mãe, nos dias de hoje, não transmitiria tal receita a uma filha, mas ainda a Revolução Francesa não tinha acontecido... Em todo o caso, não esqueçamos que foi Maria Antonieta, e não Maria Carolina, quem, mesmo agradando ao marido, e sendo tão diferente de sua irmã, perdeu a cabeça na guilhotina!

Sensivelmente 2 séculos antes, o grande Felipe II escreve, de Lisboa, às Infantas suas filhas, que se encontram no Escorial, perto de Madrid. Era o tempo da União Ibérica. A carta está datada de 19 de Março de 1582:

<sup>31</sup> YOUNG, 2008: 30.

<sup>32</sup> LAGO, 2004: 66.

*De vós, todos me dão boas novidades e dizem-me que estais muito grandes. Assim sendo, deveis ter crescido muito, pelo menos a mais nova. Se vos puderdes medir, dizei-me quanto haveis crescido desde que vos vi pela última vez e enviai-me as vossas medidas, muito bem tiradas, em faixas, e também a de vosso irmão, que folgarei em vê-las, ainda que mais folgaria em ver-vos a todos. Espero em Deus que vos veja brevemente e assim pedi-o vós e que ordene tudo de maneira a que assim possa ser. Que Ele vos guarde, como é meu desejo<sup>33</sup>.*

São as palavras de um Pai sensível que muito ama seus filhos e que deles sempre se despedia escrevendo «o vosso bom pai».

Em 1535, cerca de 1 ano depois de Sir Thomas More, Lord High Chancellor de Inglaterra entre 1529 e 1532, ter sido encarcerado na Torre de Londres (Abril de 1534), a família vê-se em grandes dificuldades. Alice Middleton, com quem More tinha casado, em 1511, depois de enviuvar de Jane Colt, que lhe havia deixado 4 filhos, escreve a Thomas Cromwell, na altura principal secretário do Rei.

*A razão por que vos escrevo de novo é dar-vos conta, e à vossa autoridade, da minha grande e extrema necessidade. Não só pelos encargos com a minha própria casa, como também pelo dever de todas as semanas pagar quinze xelins pelo alojamento e alimentação do meu pobre marido e do seu criado. Por isso fui compelida, por absoluta necessidade, a vender boa parte do meu vestuário, por não ter outro modo de arranjar dinheiro.*

*Por esta razão, humildemente vos apresento esta minha petição solicitando que vos digneis orientar-me e aconselhar-me, pois bom seria que intercedêsseis junto do Rei.*

*Humildemente suplico o vosso especial empenho e a vossa bondade, que sejam pelo amor de Deus, no sentido de auxiliar e confortar o meu pobre marido e eu própria, nesta altura de dificuldade, idade avançada e necessidade<sup>34/35</sup>.*

A determinação de Henrique VIII, de todos conhecida, não poupa More, que é decapitado no dia 6 de Julho de 1535. Lady Alice jamais poderia ter contado com os bons ofícios de Cromwell, pese embora a sua proximidade com o Rei. O mesmo Rei que, 5 anos depois, fará com que tenha igual sorte e venha, também, a ser decapitado, qual ironia do destino...

Anteriormente referimos que haveria outras confissões – são as de um jovem escritor, ou não tão jovem como isso, mas que assim preferiu considerar-se ao escrevê-las: Umberto Eco conta-nos, com o seu inimitável espírito, que

*no início do ano de 1978, uma amiga minha que trabalhava para uma pequena editora disse-me que estava a pedir a escritores que não fossem romancistas (filósofos, sociólogos, políticos, etc.) que escrevessem uma pequena história de detectives. Pelos motivos que acabo de mencionar, respondi que não estava interessado em escrita criativa e que tinha a certeza de que era absolutamente incapaz de escrever um bom diálogo. Concluí (não sei porquê) dizendo em tom*

---

<sup>33</sup> Cartas, 1998: 135.

<sup>34</sup> Famous letters, 194?: 326.

<sup>35</sup> Nossa trad.

*de provocação que, se tivesse de escrever um policial, este teria pelo menos quinhentas páginas e passar-se-ia num mosteiro medieval. A minha amiga disse-me que não estava interessada num romance sem qualidade escrito apenas para ganhar dinheiro, e a nossa reunião terminou ali. Assim que cheguei a casa, vasculhei as gavetas da minha secretária e encontrei um rascunho do ano anterior – um papel onde tinha escrito alguns nomes de monges. Isto significava que na parte mais secreta da minha alma já tinha começado a formar-se a ideia para um romance, mas eu não tinha consciência disso. Nesse ponto, tinha-me ocorrido apenas que seria interessante envenenar um monge enquanto este estava a ler um livro misterioso, mais nada. Comecei então a escrever «O Nome da Rosa». Após a publicação do livro, as pessoas perguntavam-me frequentemente por que motivo tinha decidido escrever um romance, e os motivos que eu apontava (e que variavam segundo a minha disposição) eram provavelmente todos verdadeiros. Mais tarde percebi que a única resposta certa era que num determinado momento da minha vida senti a necessidade de o fazer – e creio que esta explicação é suficiente e razoável<sup>36</sup>.*

Já Albert Einstein, respondendo, 5 dias depois, a uma carta de 19 de Janeiro de 1936, que uma jovem estudante de Riverside, na Califórnia, lhe envia, diz:

*Os cientistas acreditam que todos os acontecimentos, incluindo as acções dos seres humanos, são causados pelas leis da natureza. Por isso um cientista não pode inclinar-se a pensar que um fluxo de eventos pode ser influenciado por orações, ou seja, pelo desejo manifestado sobrenaturalmente. No entanto, temos de admitir que o nosso conhecimento actual destas forças é insuficiente, pelo que a crença na existência de um espírito final e todo-poderoso assenta somente na fé. Tal crença é ainda predominante apesar das actuais conquistas da ciência. Por outro lado, toda a gente que está seriamente envolvida nas ciências acaba por se convencer que há algum espírito que se manifesta nas leis do universo, um que é muito superior ao do homem. Desta forma, o estudo das ciências leva a uma sensação religiosa especial, que será certamente muito diferente de uma religiosidade mais ingénua<sup>37</sup>.*

György Lukács e Anna Seghers, dois intelectuais incontornáveis, mantiveram uma interessantíssima discussão epistolar entre 1938 e 1939, um período difícil da história da Europa, a propósito de questões fulcrais do âmbito da literatura e da arte.

Em Fevereiro de 1939, escreve Anna Seghers:

*Na verdade, na minha carta atribuía grande importância precisamente ao passo em que se falava da crítica, ou seja, ao problema de saber se a crítica não deve sujeitar-se aos mesmos métodos e às mesmas leis que tu exiges para as obras de arte. Claro que não quiseste dar-me uma varinha de condão. Mas também os erros do feiticeiro não dependiam da vara, mas sim da circunstância de a ter esquecido<sup>38</sup>.*

No dia 2 do mês seguinte, responde Lukács:

<sup>36</sup> ECO, 2012: 35.

<sup>37</sup> EINSTEIN, 2005: 85.

<sup>38</sup> LUKÁCS, 1968: 52/53.

*Escreves que o problema é saber «se a crítica não deve sujeitar-se aos mesmos métodos e às mesmas leis que tu exiges para as obras de arte». Se com isto queres dizer apenas que também a crítica deve traduzir a mesma realidade de que a obra de arte é imagem, estou inteiramente de acordo. Neste caso a palavra «arte» não significa senão a capacidade de dominar um material. Mas se entendes a palavra na sua verdadeira acepção, isto é, se não queres considerar a crítica como um ramo da ciência e da publicística, então as nossas ideias divergem profundamente. Nesta hipótese teremos de iniciar uma discussão inteiramente nova [...]»<sup>39</sup>.*

Aproximando-se o final deste texto, não podemos deixar de referir, de Fernando Mascarenhas, Marquês de Fronteira, «*Sermão ao meu Sucessor*». António Mascarenhas, actualmente Marquês desde 2014 (aliás, o 13.º deste título), tinha 15 anos, quando ouviu, de seu Tio, estas palavras:

*António, há sete anos li, nesta mesma sala, lugar de representação por excelência desta casa, o meu primeiro Sermão. Estava a sala cheia, mas tu, o destinatário, não estavas. Tinhas, nessa altura, oito anos; hoje tens quinze e estás aqui na minha frente. Hoje posso falar contigo olhos nos olhos, mas não preciso de te olhar para saber que, neste momento, estás a corar, aflito com o facto de as atenções se virarem para ti. Envergonhado e sem saber bem como te hás-de sentar na cadeira, pensas com os teus botões: «o tio é um chato, escusava de me atrapalhar ainda mais do que eu já estou». Perdoa-me, mas o prazer de te ter na minha frente tornou irresistível este pequeno excursão. Há sete anos falei-te da maneira de estar na vida e da importância da relação entre o eu e o outro e procurei dar-te, a ti e a quem me quis ouvir ou ler, aquilo que aprendi com ela sobre como estar bem consigo mesmo e com os outros, que afinal acaba por ser uma e a mesma coisa. Falei-te também do que me parecia ser o dever de todo o ser humano: comportar-se com nobreza de alma, sem a qual não é possível estar de bem nem consigo nem com ninguém [...]»<sup>40</sup>.*

Sendo certo que estes breves excertos, alguns retirados de longas cartas, para além de muito mais, são, no seu conjunto, uma forma de celebração da Vida, é igualmente verdade que nos indicam, cada um de modo diferente, ou talvez não, um rumo.

Por isso escolhemos, para encerrar esta «viagem na máquina do tempo», os parágrafos finais de uma carta dirigida, em 11 de Junho de 2002, por Luís Pereira Leite, Professor Catedrático da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto e então Director do Serviço de Ginecologia e Obstetrícia do Hospital de S. João a João Bernardes, hoje também ele Professor Catedrático da mesma Faculdade:

*Em meu entendimento este deve ser o objectivo prioritário da nossa luta. Partir do princípio de que não temos força para ganharmos é esquecer-nos do poder da razão e da bondade dos nossos argumentos no contexto do interesse nacional, regional e comunitário. Penso que o êxito depende fundamentalmente da força das nossas convicções.*

*Ao chegar ao fim tenho a sensação de que esta carta não é mais do que um desabafo.*

<sup>39</sup> LUKÁCS, 1968: 63.

<sup>40</sup> MASCARENHAS, 2003: 43.

*Contudo, se ela lhe merecer algum comentário ou reflexão já terá valido a pena escrever-lha. De qualquer modo veja nela uma manifestação de estima e consideração pessoal.*

*Por último não resisto à tentação de lhe recordar os melódicos chamamentos de Caribdis, dissimuladores do apetite insaciável que a condenou ao desterro punitivo. Há que fugir desses apelos tão aliantes como perigosos sem esquecer que do outro lado do estreito está Cila, o monstro, à espera dos desprevenidos. Mas quem passa entre Cila e Caribdis fica na História<sup>41</sup>.*

Incontáveis são as formas de exprimir a Vida – Pensamento e Acção; Ser e Estar.

Pretendemos, sobretudo, deixar falar aqueles que assinaram o seu nome no fim de cada uma destas cartas, sem tecer considerações minimamente longas a seu propósito. Se tal opção lhes não faz jus, fiquemos, pelo menos, com a certeza de que mesmo o que parece simples, só o parece por, na realidade, ser complexo.

No correr dos tempos há, por exemplo, momentos particularmente assinaláveis que se afirmam como rupturas e revoluções. Tendo em conta o que a escrita íntima revela – quantas vezes uma autêntica contradição entre as palavras e os actos ou a aparência, pareceu-nos pertinente referir o Surrealismo como um desses momentos: no início dos anos 20 do século passado, há quase 100 anos, o Surrealismo surgiu com a pretensão de resolver a anterior contradição entre real e irreal, consciente e inconsciente, fora do habitualmente considerado «nonsense» puro e simples. André Breton, em *Les Champs Magnétiques*, assume que as palavras escritas, providas do subconsciente, se inscrevem num domínio muito mais lógico do que ilógico, verdadeiro, normal até pelo seu registo surpreendente, como, de resto, o ser humano o é no que tem de mais genuíno.

Foi à obra de Breton e Soupault que, em 1989, uma banda de Boston, de «indie pop», foi buscar o nome. Pela mão de Stephin Merritt surgiram «The Magnetic Fields». Em 1999, prestes a entrar num novo milénio, Merritt compôs *The Book of Love*. Numa versão que não é a original – é uma interpretação de Peter Gabriel e data de Março de 2011, é-nos oferecida uma carta de amor com música ao fundo:

*The book of love is long and boring  
No one can lift the damn thing  
It's full of charts and facts, some figures and instructions for dancing*

*But I,  
I love it when you read to me.  
And you,  
You can read me anything.*

*The book of love has music in it,  
In fact that's where music comes from.  
Some of it is just transcendental,  
Some of it is just really dumb.*

---

<sup>41</sup> Homenagem, 2006: 31.

*But I,  
I love it when you sing to me.  
And you,  
You can sing me anything.*

*The book of love is long and boring,  
And written very long ago.  
It's full of flowers and heart-shaped boxes,  
And things we're all too young to know.*

*But I,  
I love it when you give me things.  
And you,  
You ought to give me wedding rings.*

*And I,  
I love it when you give me things.  
And you,  
You ought to give me wedding rings.  
You ought to give me wedding rings<sup>42</sup>.*

Em jeito de conclusão, não podemos deixar de referir o quanto é fácil perceber que subjacentes à totalidade das cartas referidas estão sentimentos de todos os tempos e de todos os lugares. O Homem, na sua essência, acalenta o sentir que lhe é parte do uno. Pode expressá-lo de formas diversas, consoante o contexto temporal e espacial em que se encontrar, mas o certo é que pelo seu próprio punho torna esta afirmação indesmentível.

De facto, Lavoisier tinha toda a razão quando afirmava, na 2.ª metade do século XVIII, que «Na Natureza nada se perde, nada se cria, tudo se transforma». Presumidamente, atrevemo-nos a acrescentar que conosco se passa o mesmo.

Entretanto, deixamos aqui ficar as palavras avisadas e sempre actuais de Frei Heitor Pinto que, por volta de 1570, escreve o seguinte:

*Outras cousas muitas, disse o negociante, me têm acontecido desta qualidade, que seriam longas de contar, de grandes amigos meus, dalguns dos quais vivo eu separado por apartamentos de lugares, mas não de corações, porque os liames das vontades não são corporais, mas espirituais: e carteamo-nos muitas vezes, porque o amor e o engenho humano acharam este remédio para os ausentes, que certo foi admirável. Porque com as cartas familiares alegram-se os espíritos dos verdadeiros amigos, recreiam-se os corações, desenfadam-se os entendimentos, sabem-se novas dos amigos que, sendo ausentes, os fazem as epístolas parecer presentes: enfim são elas conservadoras da amizade. Uma das cousas que muito folgo de ver é uma carta dum meu amigo. Assim como um homem depois de muito cansado e enfadado se vai a um deleitoso jardim para se recrear, assim eu, enfastiado de trabalhos, para me recrear, tomo na mão uma*

---

42 MERRITT, 1999.



*carta discreta dalgum meu amigo, e entro por ela como por um fresco vergel, e excelente pomar, onde vejo flores de eloquência, e frutos de sentenças, e palavras nascidas de amor, e significadoras de grande lealdade, que dão maravilhoso mantimento ao coração. E quanto as epístolas são maiores, tanto mais folgo de as ver, em especial quando me algum amigo roga que faça por ele alguma cousa, e se espraia nisto em palavras*<sup>43</sup>.

## BIBLIOGRAFIA

- AGOSTINHO, Santo (1942) – *As Confissões*. Porto: Livraria Apostolado da Imprensa.
- ANTUNES, António Lobo (2005) – *Dêste viver aqui neste papel descripto: cartas da guerra*. Org. de Maria José Lobo Antunes e Joana Lobo Antunes. Lisboa: Dom Quixote. ISBN 9722028987.
- CAMINHA, Pero Vaz de (1500) – *Carta do achamento do Brasil*. [http://purl.pt/162/1/brasil/obras/carta\\_pvcaminha/index.html](http://purl.pt/162/1/brasil/obras/carta_pvcaminha/index.html). consulta efetuada em 24 de maio de 2017.
- Cartas para duas infantas meninas: Portugal na correspondência de D. Filipe I para suas filhas, 1581-1583*. Org., int. e notas de Fernando Bouza Alvarez. (Anais: Biblioteca de História, 28). Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998. ISBN 972201529X.
- CONSTABLE, Giles (1976) – *Letters and letter-collections*. (Typologie des Sources du Moyen Âge Occidental, 17). Turnhout: Éditions Brepols.
- DUARTE, Hailton Pacheco (2002) – *Le Journal, la lettre et le roman: um mariage de convenance aux teintes realistes*. «Je vous écrit». Dir. de Anne-Marie Quint. (CREPAL, 9). Paris: Presses Sorbonne Nouvelle. ISBN 2878542460.
- ECO, Umberto (2012) – *Confissões de um jovem escritor*. Lisboa: Livros Horizonte. ISBN 9789722417655.
- EINSTEIN, Albert (2005) – *Querido Professor Einstein*. Org. de Alice Calaprice. Porto: Asa. ISBN 9724143104.
- Famous letters and speeches*. Ed. by L. F. Rushbrook Williams. London: Odhams Press, [194?].
- FREUD, Sigmund (1882) – *Carta de amor a Martha Bernays*. <http://www.citador.pt/textos/carta-de-amor-sigmund-freud>. consulta efetuada em 24 de maio de 2017.
- GOMES, Paulo Varela (2015) – *Morrer é mais difícil do que parece*. «Granta», 5: Falhar Melhor. Lisboa: Tinta da China. ISBN 9789896712600.
- GUEDES, Nuno Miguel (2012) – *Alguns aforismos sobre cartas para uso das crianças e do povo*. «Egoísta», 48. Lisboa: Estoril-Sol (III). ISSN 08747407.
- Homenagem a Luís Pereira Leite: 1/9/1932 – 28/9/2005*. Org. de Belmiro Patrício e João Bernardes. Porto: Faculdade de Medicina, 2006.
- LAGO, Pedro Corrêa do (2004) – *Cinco séculos a papel e tinta: autógrafos e manuscritos da coleção Pedro Corrêa do Lago*. Porto: Edições Afrontamento. ISBN 9723607220.
- LUKÁCS, György. SEGHERS, Anna (1968) – *O Escritor e o crítico*. (Cadernos de Literatura, 3). Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- MASCARENHAS, Fernando (2003) – *Sermão ao meu sucessor*. Lisboa: Dom Quixote. ISBN 9722025767.
- MERRITT, Stephin (1999) – *The Book of love*. <https://www.youtube.com/watch?v=drAG4asyp8>. consulta efetuada em 24 de maio de 2017.
- Mozart's Letters* – Ed. and introd. by Eric Blom. (Pelican Books, A238). Harmondsworth: Penguin Books, 1956.
- NERUDA, Pablo (2010) – *Nasci para nascer*. (Grandes Clássicos do Século XX). Mem Martins: Publicações Europa-América. ISBN 9789721061156.
- PAIS-SIMON, Marie-Christine (2002) – *Pour bien écrire des lettres d'amour*. «Je vous écrit». Dir. de Anne-Marie Quint. (CREPAL, 9). Paris: Presses Sorbonne Nouvelle. ISBN 2878542460.
- PEIXOTO, José Luís (1989) – *Abraço*. Lisboa: Quetzal. ISBN 9789725649367.

---

43 PINTO, 1957: 42.

- PESSOA, Fernando (2014) – *Cartas de amor de Fernando Pessoa a Ofélia Queiroz*. Ed. de Manuela Parreira da Silva. (Pessoana, 3). Lisboa: Assírio e Alvim. ISBN 9789720793102.
- PINTO, Heitor, Frei (1957) – *Imagem da vida cristã*. Vol. III. Com pref. e notas do Padre M. Alves Correia. (Coleção de Clássicos Sá da Costa). Lisboa: Livraria Sá da Costa.
- QUEIRÓS, José Maria d'Eça de (197?) – *A Correspondência de Fradique Mendes*. (Obras de Eça de Queiroz). Lisboa: Livros do Brasil.
- QUINT, Anne-Marie (2004) – *Comment écrire à ses amis: théorie et pratique de l'épistolaire au Portugal (XVIe – XVIIe siècles)*. «Boîte aux lettres». Dir. de Jacqueline Penjon. (CREPAL, 11). Paris: Presses Sorbonne Nouvelle. ISBN 2878542975.
- ROCHA, Andrée Crabbé (1965) – *A Epistolografia em Portugal*. Coimbra: Livraria Almedina.
- ROQUETE, José Inácio (1846) – *Código epistolar ou regras e advertências para escrever com elegância toda a sorte de cartas [...]*. Paris: em casa de J.-P. Aillaud.
- SARAIVA, António José (2013) – *Cartas de amor de António José Saraiva a Teresa Rita Lopes*. Ed. de Ernesto Rodrigues. Lisboa: Gradiva. ISBN 9789896165215.
- SEARA, Isabel Roboredo (2006) – *Da epístola à mensagem electrónica: metamorfoses das rotinas verbais*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Self-presentation and social identification: the rethoric and pragmatics of letter writing in early modern times*. Ed. by Toon Van Houdt, Jan Papy, Gilbert Tournoy e Constant Matheussen. (Supplementa Humanistica Lovaniensia, 18). Leuven: University Press, 2002. ISBN 9058672123.
- SILVA, Maria Helena Vieira da. SZENES, Árpád (2013) – *Escrita íntima: correspondência, 1932 – 1961*. Coord. de Marina Bairrão Ruivo e Sandra Santos. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda. ISBN 9789722722599.
- TAVARES, Gonçalo M. (2007) – *Escrever Falar*. «Egoísta», 30. Lisboa: Estoril-Sol (III). ISSN 08747407.
- YOUNG, Dwight. JOHNSON, Margaret (2008) – *Dear First Lady: letters to The White House*. Washington: National Geographic Society. ISBN 9781426200878.

# LETTERE E PRIVILEGI PAPALI DURANTE IL PONTIFICATO DI UGO DI OPORTO (1112-1136). NUOVI STUDI ED IPOTESI DI RICERCA

ANDREA MARIANI\*  
FRANCESCO RENZI\*\*

*Resumo:* O objetivo deste trabalho é o estudo da linguagem contéuda nas fontes pontíficias portuguesas e italianas da primeira metade do século XII. O artigo concentra-se em particular nos documentos papais sobre os problemas fronteiriços da diocese do Porto, durante o bispado de dom Hugo (1112-1136), com as dioceses de Coimbra e Braga. Através do estudo das fontes romanas e a comparação do bispado Porto com a diocese de Cremona (Norte de Itália), vamos analisar os conflitos locais e a situação eclesiastica portuguesa nos primeiros decénios do século XII; a progressiva transformação da linguagem papal na comunicação com os bispos; a necessidade de estudar dinâmicas políticas e eclesiásticas do Porto e do bispo dom Hugo numa escala europeia.

*Palavras-chave:* Porto; Bispo Hugo; Cremona; primado romano.

*Abstract:* The aim of this paper is to study the language contained in the papal Portuguese and Italian sources of the first half of the 12th century. The article focuses on the papal documents concerning frontier conflicts between the bishop of Oporto Hugh (1112-1136) and those of Coimbra and Braga. By both the study of Roman documents as well as the comparison of the diocese of Oporto with the bishopric of Cremona (Northern Italy), we will analyse three main points. First, the Portuguese ecclesiastical context of the first decades of the 12th century. Second, the transformation of the papal language and the communication between the Popes and the European bishops. Third, the necessity to study the case of Bishop Hugh of Oporto on a European scale.

*Keywords:* Oporto; Bishop Hugh; Cremona; roman primacy.

## 1. INTRODUZIONE

Questo contributo verte essenzialmente sullo studio comparato della documentazione papale conservata negli archivi portoghesi e italiani della prima metà del XII secolo. Sono state scelte queste fonti specifiche in quanto offrono sia numerose informazioni sui conflitti locali e interessanti dati sulla situazione eclesiastica portoghese, sia perché lo studio delle lettere dei papi permette di analizzare il progressivo mutamento del linguaggio utilizzato nella comunicazione tra i pontefici romani e i vescovi europei nei secoli centrali del medioevo. In particolare, verranno presi in esame alcuni documenti riguardanti la questione dei confini tra le diocesi di Oporto, Braga e Coimbra durante il pontificato del vescovo Ugo di Oporto (1112-1136). Uomo di fiducia di Diego Gelmírez presule di Santiago de Compostela (arcivescovo dal 1120), Ugo fu il primo

---

\* FCT-CITCEM-Universidade do Porto-SFRH/BD/109896/2015 andrea.mariani@museobiassono.it.

\*\* FCT-CITCEM-Universidade do Porto-SFRH/BPD/110178/2015 frenzi@letras.up.pt.

vescovo della sede restaurata di Oporto dal 1112 – una data nella quale la storiografia ha collocato l'elezione di Ugo, ma che presenta alcuni problemi da un punto di vista documentale nella misura in cui tanto le fonti vescovili quanto l'*Historia Compostelana* collocano la sua consacrazione soltanto nel 1113<sup>1</sup> – fino alla sua morte avvenuta nel 1136<sup>2</sup>.

Il periodo del pontificato di Ugo risulta essere particolarmente interessante nelle relazioni tra Roma e la penisola iberica nord-occidentale per due motivi principali, uno di ordine politico, l'altro di natura ecclesiastica. Da un lato nella contea di Portogallo il conflitto politico si concentrava sulle problematiche interne tra il partito pro-galiziano e quella aristocrazia che riconosceva in Alfonso Henriques (successivamente re con il nome di Alfonso I, fino alla sua morte nel 1185) la figura di riferimento nella ricerca di autonomia rispetto al regno di Leon-Castiglia<sup>3</sup>. Dall'altro, a Roma continuava il processo di trasformazione e di *Riforma* delle strutture ecclesiastiche iniziato con l'introduzione del sistema della *Reichskirche* alla metà dell'XI secolo<sup>4</sup>. Il pontificato di Ugo e le relazioni tra Roma e il Portogallo si inseriscono, quindi, nel contesto più ampio prima della lotta per le investiture e poi dello scisma anacletiano del 1130, un periodo nel quale la Chiesa Romana cercò di rafforzare ulteriormente la sua primazia, la sua autorità e di consolidare le proprie strutture e il proprio *modus operandi* dentro e fuori l'*Urbs*<sup>5</sup>. La scelta della tipologia delle fonti e l'analisi del linguaggio adoperato nelle lettere e nei privilegi papali, permette di confrontare l'esperienza della sede di Oporto con altre realtà europee coeve, al fine di trovare similitudini e peculiarità con la chiesa portoghese medievale. Per questa ragione abbiamo scelto il caso di Cremona, nel nord Italia, sia per via delle questioni dei problemi di confine, sia perché permette a sua volta di approfondire altri problemi di natura patrimoniale, ecclesiologica e liturgica.

## 2. FONTI E STORIOGRAFIA

Per la ricerca sono state analizzate le seguenti fonti e repertori: il *Livro Preto* di Coimbra; il *Censual do Cabido da Sé* di Porto; il *Liber Fidei* di Braga; i *Papsturkunden in Portugal* dello Erdmann; la *Patrologia Latina* e il *Codice della Lombardia medievale digitale* (più specificamente *Le carte dell'antico archivio vescovile di Cremona*, I, 882-1162)<sup>6</sup>.

<sup>1</sup> LF, doc. 589 (23.3.1113).

<sup>2</sup> Sulla figura di Ugo di Oporto si veda FLETCHER, 1978: 90 e ss. Sulla figura di Gelmírez si vedano inoltre FLETCHER, 1984: 102-114; GARCÍA ORO, 2002: 41-176; PORTELA SILVA, 2016: 17-38.

<sup>3</sup> Per una panoramica generale del periodo preso in esame si veda MATTOSO, 2010: 36 e ss.

<sup>4</sup> CANTARELLA, 2001: 33-35.

<sup>5</sup> Per una bibliografia aggiornata sui temi della Riforma e dello scisma del 1130 si veda MILANESI, 2013: 27-56.

<sup>6</sup> Si veda la bibliografia finale.

**Tabella 1** – I documenti editi relativi ai confini o ai problemi di confine fra le Diocesi di Oporto, Coimbra e Braga.

Fonte	Documento
<i>Papsturkunden in Portugal</i> (PP)	14 (1115?), 15, 16 (1116), 18, 19 (1117), 22, 23, 24 (1121), 25 (1124?).
<i>Livro Preto</i> (LP)	442 (1129), 554 (1129), 593 (1125), 594 (1135), 597 (1117), 598 (1121), 600 (1122), 605 (1116), 606 (1116), 608 (1121), 613 (1128 o 1129), 614 (1116), 624 (1117), 628 (1114), 629 (1116), 631 (1114).
<i>Censual do Cabido da Sé do Porto</i> (CCSP)	pp. 1-3 (1115), pp. 3-6 (1120), pp. 5-6 (1115), p. 6 (1120), p. 7 (1128).
<i>Liber Fidei</i> (LF)	554 (1114).
<i>Patrologia Latina</i> (PL)	Paschalis II (163): CDI (1114) CDXXXIII (1115), CDXXXV (1115); Calixtus II (163): LXXIX (1120), LXXXIII (1120), LXXXV (1120), CCXL (1119-1124).

**Tabella 2** – I documenti specifici utilizzati per questa ricerca.

Fonte	Data	Regesto
CCSP pp. 1-3 PL CDXXXIII	15 Agosto 1115, Benevento	Pasquale II indica i confini della Diocesi di Oporto e concede al vescovo Ugo la esenzione dall'autorità metropolitana di Braga.
CCSP pp. 3-5	1120, Valence	Callisto II conferma sia i confini della diocesi di Oporto, sia i suoi possedimenti, indicando i monasteri sotto la sua pertinenza.
CCSP pp. 5-6 PP 14	20 Agosto 1115, Benevento	Pasquale II ordina a Gonzalo, vescovo di Coimbra, di restituire le terre che aveva usurpato a Ugo di Oporto.
CCSP p. 6	1120, Bièvre	Callisto II ordina a Pelagio, vescovo di Braga, di ristabilire i confini della Diocesi di Oporto seguendo le disposizioni del Concilio di Burgos del 1117.
PP 23 LP 598	25 Agosto 1121, Sahagún	Il cardinale legato Boso (o Bosone) conferma le disposizioni del Concilio di Burgos del 1117 riguardanti i confini fra le diocesi di Oporto e Coimbra, dopo aver consultato entrambi i vescovi.
PP 15 LP 606	12 Aprile 1116, Alba	Bolla <i>Apostolicae Sedis</i> : Pasquale II pone la sede vacante di Lamego sotto l'autorità di Ugo di Oporto.
PP 16 LP 605-614-629	18 Giugno 1116, Paliano	Bolla <i>Fratrum Nostrorum</i> : Pasquale II annulla la bolla <i>Apostolicae Sedis</i> .
LP 594	26 Maggio 1135, Pisa	Bolla <i>Officii Nostrii</i> : Innocenzo II pone la diocesi di Coimbra sotto protezione apostolica; conferma i possedimenti di Coimbra, inclusa l'amministrazione dei vescovati di Lamego e Viseu; ordina che siano rispettati i confini fra le Diocesi di Coimbra e Oporto come stabilito nel Concilio di Burgos del 1117.

Nella tabella 2 sono elencati i documenti specifici che sono stati analizzati per questa ricerca. La documentazione è stata scelta in quanto rappresentativa del contrasto pluridecennale che Ugo si trovò ad affrontare contro le diocesi confinanti, un tema molto impor-

tante del quale si sono occupati studiosi di primo piano della storia medievale iberica come D. Mansilla, J. Marques e M. C. Cunha<sup>7</sup>. In particolare nel periodo preso in esame uno degli snodi fondamentali fu il Concilio di Burgos del 1117 presieduto dal cardinale di santa Anastasia Boso (†1122-1125 ca.) nel quale si cercarono di risolvere anche alcuni problemi di confine tra le diocesi iberiche e i conflitti tra Santiago de Compostela e Braga<sup>8</sup>.

Per la storia papale ci siamo basati sulle ricerche, tra gli altri, di T. Di Carpegna Falconieri, G. M. Cantarella, U. Longo, P. Linehan, P. Feige, C. De Ayala Martínez, K. Herbers e T. Deswarte, lavori che hanno contribuito sia a ridefinire criticamente il concetto di «Riforma Gregoriana» – mostrando come la *Riforma* di Gregorio VII fosse una delle *Riforme* dell'XI e del XII secolo e non l'unica *Riforma*<sup>9</sup> – e ad analizzare il processo di internazionalizzazione del papato, che le conseguenze di tali trasformazioni sul mondo ecclesiastico iberico e le sue diocesi<sup>10</sup>.

### 3. PROBLEMI DI CONFINE

La sede di Braga era stata restaurata nel 1070-1071, mentre la sede vescovile di Coimbra nel 1064. Quella di Oporto, come abbiamo visto, venne restaurata solo quasi mezzo secolo più tardi e il vescovo Ugo si trovò subito implicato nei conflitti per la definizione dei confini tra le diocesi, una serie di rivendicazioni territoriali che si rifacevano spesso alla geografia ecclesiastica altomedievale della *Divisio Theodomiri*, conosciuta anche come *Parrocchiale Suevorum*<sup>11</sup>. I problemi di confine nella penisola iberica erano estremamente difficili da risolvere da un lato per il fatto che molte diocesi erano vacanti e furono restaurate solo progressivamente fra XI e XII secolo e dall'altro per la grande discrepanza tra la geografia ecclesiastica iberica e quella politica. Lo sviluppo della «Reconquista» e il continuo mutare dei confini dei regni complicavano ulteriormente il quadro, in quanto una stessa diocesi, magari appena restaurata come nel caso di Lisbona, poteva essere rivendicata da due arcivescovi appartenenti a due regni diversi, con ripercussioni politiche ed ecclesiastiche spesso imprevedibili<sup>12</sup>. I conflitti fra Coimbra, Braga e Oporto devono essere inseriti pertanto in questo contesto più ampio, come dimostra anche il fatto che la sede restaurata di Oporto fu affidata ad un uomo esterno alla contea di Porto-

<sup>7</sup> Per quanto riguarda lo stato dell'arte sull'argomento si vedano in particolare ARAÚJO, 2002: 95-119 e MARQUES, 2002: 21-56. Rinviamo anche ai più classici MANSILLA, 1955: 117-148 e OLIVEIRA, 1959a: 29-50. Sulla produzione documentaria relativa alla Diocesi di Oporto si veda OLIVEIRA, 2006: 7-11; 78-82; 167-168. Per il contesto più generale si consiglia la lettura di BARROCA, 2003: 21-162. Per la diocesi di Oporto il lavoro più recente è quello di CUNHA, 2017: 147-159. Della stessa studiosa si veda anche CUNHA, 2009: 195-208. Per uno stato dell'arte della storiografia ecclesiastica portoghese si vedano BRANCO-FARELO, 2011: 231-259 e VACONCELOS-VILAR, 2011: 323-348.

<sup>8</sup> Per il testo dei canoni del concilio si veda FITA, 1906: 387-407 e sull'azione di Boso cfr. HOLNDONNER, 2014: 227-235. Sulla data di morte di Boso, ZAFARANA, 1971.

<sup>9</sup> CANTARELLA, 2006: 47.

<sup>10</sup> Sul papato e il clero romano (urbano e cardinalizio) rinviamo a DI CARPEGNA FALCONIERI, 2002: 19-36 e 82-99; CANTARELLA, 2006: 29-50 e LONGO, 2016: 113-132. Per una visione generale dei rapporti tra papato e Spagna rinviamo al classico di LINEHAN, 1971: 9-14 e 1-20 e ai lavori di FEIGE, 1991: 61-132; DE AYALA MARTÍNEZ, 2008: 25-57; HERBERS, 2009: 29-80 e DESWARTE, 2010: 383-396 e 399-401. Si veda inoltre CALLEJA PUERTA, 2010: 429-490.

<sup>11</sup> Sul Parrocchiale Suevo si vedano DAVID, 1947: 19-82; ALMEIDA FERNANDES, 1997: 41-105.

<sup>12</sup> Cfr. BRANCO, 1998: 55-94.

gallo e che portava avanti gli interessi di Compostela in opposizione a quelli degli arcivescovi di Braga<sup>13</sup>.

### 3.1. OPORTO-COIMBRA

Sul versante meridionale, la risoluzione di questi conflitti territoriali volse a favore di Coimbra. I tentativi di Ugo di cambiare le disposizioni del 1117 risultarono vani tant'è che il legato papale, il cardinale di Santa Anastasia Boso, si vide costretto a convocare i due contendenti in presenza della *contessa-regina* di Portogallo Teresa Alfonso con la speranza di chiudere una volta per tutte la questione<sup>14</sup>. Un problema che si era palesato già nel 1116 quando si verificò una curiosa circostanza. Il 12 aprile di quell'anno con la bolla *Apostolicae Sedis* Pasquale II concesse a Ugo di Oporto la giurisdizione sulla sede nominale di Lamego, oltre ai territori a sud della diocesi compresi tra il fiume Duero e il fiume Antuã:

*Ipsam igitur cathedre condam episcopalis ecclesiam Lamecum, cum parrochie sue finibus tue, karissime frater et coepiscopo Hugo, tuorumque successorum, provisioni cureque commitimus, donec, disponente Domino, Portugalensis ecclesia stuatui suo restituatur, aut ipse Lameci locus in status sui columnen reductus, cardinalem recipere mereatur episcopum*<sup>15</sup>

La decisione fu completamente ribaltata dallo stesso papa soltanto due mesi dopo tramite l'emanazione della bolla *Fratrum Nostrorum* (18.6.1116) con una comunicazione diretta a tutti i vescovi del nord-ovest della penisola iberica:

*Veniens siquidem ad nos frater noster Hugonem, Portugalensis episcopus, Lamecensi<s> ecclesie parrochiam, sibi suisque suisque successoribus committi expostulavit, pro restitutione videlicet Portugalensis ecclesie. Dicebat enim Colimbriensem ecclesiam, cui Lamecum usque ad restauracionem concesseramus, et parrochie finibus auctam et cleri ac populi multitudinem consecutam*<sup>16</sup>.

Si badi bene, il dare e ritirare una concessione non era una pratica sconosciuta né a Pasquale II, né ai papi successivi – si pensi anche solo ad esempio alla bolla di esenzione dal rispetto della primazia di Toledo concessa a Compostela da papa Anastasio IV a Compostela nel 1154 e revocata subito dopo dal pontefice successivo, Adriano IV, nel 1156<sup>17</sup> –, ma in questo caso una distanza temporale così ridotta lascia davvero molto perplessi. Quali motivazioni avevano potuto spingere Pasquale II ad agire in questo modo? Da Oporto a Roma il viaggio che dovette affrontare Ugo per ottenere i costosissimi privilegi papali doveva essere durato almeno quattro-cinque mesi tra andata e ritorno. Se la lettera

<sup>13</sup> Si veda OLIVEIRA, 1959b: 29-60.

<sup>14</sup> LP doc. 608.

<sup>15</sup> PP doc. 15. LP doc. 606. Sulla regina Teresa Alfonso si veda AMARAL-BARROCA, 2012: 222-249.

<sup>16</sup> PP doc. 16. LP docs. 605-614-629.

<sup>17</sup> FITA, 1889: 530-555, doc. 8 e JL 6919 (Benevento Febbraio 9 1156) = Mansi, XXI, col. 818. Per il costo dei privilegi cfr. FLETCHER, 1978: 188 e ss.

di Pasquale II ai vescovi iberici era solo di due mesi posteriore al privilegio concesso ad Ugo, questo vorrebbe dire che il papa modificò la sua decisione mentre il vescovo di Oporto era già sul cammino del ritorno, o addirittura mentre poteva ancora trovarsi a Roma<sup>18</sup>.

Una decisione poco comprensibile alla luce delle fonti disponibili, ma che come abbiamo detto non era estranea al *modus operandi* della Chiesa romana e dello stesso Pasquale II. Il papa stava molto probabilmente perseguendo un preciso obiettivo, visto che in questo caso non poteva essere la scarsa conoscenza della situazione galiziano-portoghese ad averlo portato a quella decisione. Pasquale II conosceva bene la sede compostellana ed era stato lui a cercare di risolvere lo spinoso conflitto tra Diego Gelmírez e il suo predecessore il vescovo Diego Peláez (il papa era stato egli stesso legato nella penisola iberica alla fine dell'XI secolo) e uno dei suoi legati, il cardinal Boso, era in contatto personale con molti dei personaggi menzionati nelle fonti prese in esame. Si potrebbe pensare ad una strategia volta a rafforzare il primato romano sui vescovi della penisola iberica: in questo modo Ugo sarebbe stato costretto a protestare e a chiedere un nuovo privilegio al papa, certificando implicitamente il diritto romano di entrare nei conflitti interni delle diocesi locali. Un altro esempio di questo tipo di politica del XII secolo nella penisola iberica potrebbe essere la concessione di privilegi di esenzione da parte del papato a un monastero e al tempo stesso di bolle che sancivano il diritto di proprietà da parte dei vescovi sullo stesso cenobio, come nel caso di Sobrado e Santiago de Compostela. Questo tipo di situazioni potevano creare veri e propri conflitti tra episcopati e monasteri portati di fronte all'autorità della Sede Apostolica e dei suoi legati e il ricorso a nuovi privilegi papali o addirittura alla fabbricazione di false bolle pontificie per attestare i propri diritti<sup>19</sup>. Sempre in ambito monastico un altro esempio potrebbe essere costituito dalle conferme papali dei privilegi, conferme che i monasteri richiedevano a Roma per avere strumenti aggiornati e più spendibili nelle cause contro altri enti ecclesiastici, vescovi o *domini loci*<sup>20</sup>. La necessità di vedere costantemente confermati i propri privilegi di fatto rinforzava sempre di più il papato, ossia l'autorità che li concedeva.

### 3.2. OPORTO-BRAGA E I LEGATI PAPALI

Per quanto riguarda i rapporti tra Braga e Oporto, la situazione sembrò chiudersi con il privilegio del 1120<sup>21</sup> di papa Callisto II (1119-1124) seguito dalla lettera di rimostranze dello stesso papa nei confronti di Pelagio Mendes (1118-1137), arcivescovo di Braga, per il mancato rispetto delle norme conciliari di Burgos e delle disposizioni papali:

*Qua postea similiter audaci temeritate contempta filius noster B. presbyter. Cardinalis in partibus illis apostolicae sedis legatus grauiorem sicut accepimus inde in Burgensi concilio*

<sup>18</sup> CHERUBINI, 2000: 559-561 ha calcolato una tempistica di cinque mesi per un viaggio tra Compostela e Firenze tra XII e XIV secolo. Per la presenza di pellegrini iberici a Roma si veda RUCQUOI, 2012: 54-60.

<sup>19</sup> Per Pasquale II e le ambiguità e le smentite della sua politica si veda CANTARELLA, 1997: 22-25. Per il conflitto tra Sobrado e Compostela rinviamo a RENZI, 2013: 59-63.

<sup>20</sup> CARIBONI, 2003: 65-107.

<sup>21</sup> CCSP: 3-5.



*sententiamo promulgavit. Nos itaque predicti domini nostri uestigia subsequentes iterata sedis apostolicae preceptione mandamus. ut infra. Quadraginta dies postquam ad te litterae istae prauenerint predicto fratri nostro. Hugoni Portugalensi episcopo easdem ecclesias cum rerum suarum facias integritate restitui. Alioquin nos extunc saepe dicti domini nostri et legati sui sententiam aequitate canonica promulgatam apostolicae sedis auctoritate confirmantes tibi pontificale officium donec ei satisfacias interdicimus<sup>22</sup>.*

La domanda che ci si può porre è come mai con Braga, e nel versante nord, le vertenze territoriali siano tutte a favore di Ugo e come mai non risulti nelle fonti vescovili edite, una reazione forte da parte di Braga alle pretese di Oporto a differenza di quanto riportato dalle fonti letterarie dell'area. Nell'*Historia Compostelana*, ad esempio, l'arcivescovo di Braga Paio Mendes viene attaccato duramente e chiamato «l'idiota» dalla fonte che lo accusa inoltre di detenere illegittimamente alcuni beni che spettavano a Santiago («Pelagius Menindi, *quidam idiota*, qui eundem honorem beati Iacobi violenter detinebat»): una politica da parte di Braga tutt'altro che passiva<sup>23</sup>. Quale fu il motivo del sostegno della Sede Apostolica ad Oporto? La risposta potrebbe risiedere in questi due aspetti. In primo luogo Ugo, come abbiamo visto, era un uomo di Gelmírez il quale a sua volta era molto vicino a Callisto II dal quale aveva ottenuto nello stesso anno la dignità arcivescovile per la sede di Compostela conferendole gli antichi diritti di Mérida<sup>24</sup>. Inoltre, secondo punto, non bisogna sottovalutare il fatto che il predecessore di Pelagio Mendes, Maurizio «Burdino», era stato antipapa con il nome di Gregorio VIII, in opposizione proprio a Callisto II. Questo potrebbe far pensare che nel 1120 i rapporti tra Braga e Roma fossero ancora piuttosto delicati. Un dettaglio, questo, sicuramente non da poco, tenendo conto che nel XIII secolo nelle fonti toledane si utilizzò ancora la vicenda di «Burdino» per stroncare le pretese di Braga come sede primaziale dell'*Hispania*<sup>25</sup>.

In questo quadro avevano un ruolo fondamentale i legati. Sempre più importanti, questi emissari agivano di concerto e per conto del papa in quanto suoi plenipotenziari ed è sempre importante ricordare ciò che stabiliva il legato era assimilabile a una sentenza del pontefice romano<sup>26</sup>. Nelle fonti pontificie si può vedere ad esempio come sia Pasquale II che Callisto II affidino delicate missioni diplomatiche al cardinale di Santa Anastasia Boso, come dimostrano le lettere indirizzate a Olegario vescovo di Barcellona da parte di papa Pasquale II nel 1116 o quella inviata da Callisto II allo stesso Boso per fare da mediatore tra Diego Gelmírez e la regina Urraca di León Castiglia (†1126), la quale aveva sottratto indebitamente dei castelli all'arcivescovo. Boso sembra essere un *trait-d'union* tra la Sede Apostolica e la penisola iberica nel primo quarto del XII secolo. Un esempio eccellente è offerto di nuovo dall'*Historia Compostelana*, nella quale è inserita una lettera nella quale Boso comunica all'arcivescovo di Compostela la cattura di Maurizio «Burdino»

<sup>22</sup> CCSP: 6.

<sup>23</sup> HC, Lib. I, cap. CXVII: 197. Per la figura di Paio e l'arcidiocesi di Braga si veda AMARAL, 1999: 313-350.

<sup>24</sup> JL 4990 (Valence Febbraio 26 1120) = PL CLXIII, Calixti II papae ep. LXXIX, cols. 1168-1169.

<sup>25</sup> HENRIET, 2004: 291-318. Sulla figura di Maurizio «Burdino», rinviamo ai classici di ERDMANN, 1940: 13-71 e DAVID, 1947: 441-501 e ai lavori di STROLL, 2004: 52-57 e 329-332 e NOBRE VELOSO, 2006: 125-135.

<sup>26</sup> CANTARELLA, 2001: 42 e ss.

a Sutri da parte di Callisto II nel 1121, l'evento che mise definitivamente fine alla parabola dell'arcivescovo di Braga come antipapa Gregorio VIII. Questa lettera è ancora più interessante perché mentre nel caso dei vescovi delle Gallie la notizia della sconfitta di Maurizio di Braga fu trasmessa direttamente da papa Callisto II, nel caso compostellano è Boso a fare da tramite tra Roma e la penisola iberica nonostante la nomina da parte di Callisto II di Gelmírez come legato papale nella sua provincia ecclesiastica alla fine del 1120<sup>27</sup>. Il caso e l'importanza del cardinal Boso potrebbe quindi dare un nuovo impulso per uno studio approfondito dei documenti papali inviati nella penisola iberica, per cercare di capire quali fossero i contatti dei vescovi portoghesi a Roma e attraverso e lo studio delle sottoscrizioni dei documenti papali capire se e quali cardinali si fossero specializzati nei rapporti con i territori attuali di Spagna e Portogallo e se ne curassero gli interessi presso la Curia papale tra XI e XII secolo.

#### 4. IL LINGUAGGIO PAPAIE

In questo contesto dell'azione congiunta dei papi e dei loro legati, le lettere papali indirizzate o riguardanti la diocesi di Oporto sono un caso molto interessante per studiare l'evoluzione del linguaggio papale nel corso del XII secolo. Si può vedere infatti come i papi utilizzino le lettere per rafforzare l'idea di primato papale e del ruolo della Chiesa Romana come vertice di tutte le Chiese della Cristianità. Le lettere prima che per il loro contenuto vanno considerate innanzi tutto come "manifesti" ideologici-ecclesiologici: Roma costruisce il suo primato anche e soprattutto attraverso la costante affermazione del suo ruolo, inserendo nelle proprie missive passaggi per ribadire la propria preminenza e ricordare che era suo compito, tra gli altri, proteggere le Chiese locali e concedere privilegi<sup>28</sup>. Un buon esempio di questa pratica potrebbe essere la lettera di Innocenzo II del 1135 indirizzata al vescovo di Coimbra Bernardo (1128-1147) con la quale il papa prendeva sotto la protezione apostolica la diocesi di Coimbra; confermava il suo patrimonio inclusa l'amministrazione delle diocesi di Lamego e Viseu<sup>29</sup> e infine ordinava il rispetto dei confini con la diocesi di Oporto stabiliti al concilio di Burgos del 1117:

*Officii nostri nos ortatur Auctoritas pro ecclesiarum statu satagere et earum quieti et utilitati salubriter, auxiliante Domino, providere. Dignum, namque, et honestati conveniens esse cognoscitur, ut qui ad ecclesiarum regimen assumpti sumus, eas et a pravorum hominum nequicia tueamur et Apostolice sedis patrocinio muniamus<sup>30</sup>.*

<sup>27</sup> JL 5024 (Laterano Dicembre 31 1120) = PL CLXIII, Calixti II papae ep. CXIV, cols. 1190-1191. Per le lettere di Pasquale II e Callisto II cfr. JL 4814 (Trastevere Maggio 23 1116) = PL CLXIII, Paschalis II papae ep. CDLXIX, cols. 405-407 e JL 5062 (Melfi Ottobre 7 1121) = PL CLXIII, Calixti II papae ep. CLII, cols. 1219-1220. Per la lettera di Callisto II ai vescovi delle Gallie cfr. JL 5062 (Sutri Aprile 10 1121) = PL CLXIII, Calixti II papae ep. CXXXI, cols. 1205-1207. Per la lettera di Boso a Diego Gelmírez di Compostela sulla cattura dell'arcivescovo di Braga Maurizio (antipapa Gregorio VIII) da parte di Callisto II contenuta nell'Historia Compostellana si veda HC, Lib. II, cap. XLI: 286. Per la figura di Callisto II e la sua provenienza familiare rinviamo alla lettura di STROLL, 2004: 6-12 e 229-240.

<sup>28</sup> CANTARELLA, 2006: 42-50.

<sup>29</sup> Sulla restaurazione delle due sedi di Lamego e Viseu rinviamo a BARBOSA MORUJÃO, 2013: 36 e ss. e SILVA DE SOUSA, 2012: [http://www.triplov.com/novaserie.revista/numero\\_28/joao\\_silva\\_sousa/index.html](http://www.triplov.com/novaserie.revista/numero_28/joao_silva_sousa/index.html), consultata on-line il 21/04/2017.

<sup>30</sup> LP doc. 594.

La trasformazione delle strutture della Chiesa Romana portò anche ad una tipologia di linguaggio e di posizioni molto nette. Tra le cose che colpiscono c'è la fermezza con la quale il papato interviene all'interno delle questioni locali.

La lettera di Pasquale II a Gonzalo di Coimbra (1115):

*Unde tibi apostolica auctoritate precipimus, quatinus infra decem dies, postquam presentes uideris uel audieris litteras, predictam parrochie partem confratri nostro Hugoni Portugaliensi episcopo sine dilatione restituas. Alioquin a pontificali te et sacerdotali suspendimus dignitate et omnibus ecclesiis, que inter Antioaniam et Dorium continentur, diuinum officium fieri preter penitentiam et baptisterium omnino interdicimus, donec eidem episcopo satisfacias<sup>31</sup>.*

La lettera di Callisto II a Pelagio di Braga (1120):

*Nulli ergo omnino hominum liceat eandem ecclesiam temere perturbare aut eius possessiones auferre. uel ablatas retinere minuere uel temerarijs uerationibus fatigare set omnia integra conseruentur tam tuis quam clericorum et pauperum usibus pro futura. Si qua igitur in futurum ecclesiastica secularisue persona hanc nostrae constitutionis paginam sciens contra eam temere uenire tempauerit secundo tercioue conmonita si non satisfactione congrua emedauerit. Potestatis honorisque sui dignitate careat. reamque se diuino iudicio existere a perpretata iniquitate cognoscat. et a ssacratissimo corpore et sanguine dei et dominj redemptoris mei ihesu xpisti aliena siat atque in extremo examine districte ultionj subiaceat<sup>32</sup>.*

Dall' episodio della *Pataria* milanese nel terzo quarto dell'XI secolo<sup>33</sup>, Roma tentò sempre più spesso di intervenire nelle questioni locali cercando di vedere riconosciuta la propria autorità sulle autonomie delle Chiese<sup>34</sup>. Di fatto il linguaggio romano che possiamo osservare anche nei documenti delle diocesi portoghesi riflette l'evoluzione della strategia del papato di cui abbiamo fatto accenno per le questioni di confine tra Coimbra ed Oporto<sup>35</sup>. Anche se il papato non riusciva ad intervenire concretamente – è sempre fondamentale distinguere tra le velleità (o la propaganda) dei pontefici e la loro concreta capacità di azione – e spesso le sue disposizioni venivano costantemente disattese, questi moniti da parte di Roma servivano a ribadire una cosa specifica: chi viola un privilegio o una sentenza del papa non sta solo commettendo una infrazione ai danni di un altro vescovo o istituzione ecclesiastica, ma sta mettendo in discussione la stessa autorità del papa che concede ed emette quel privilegio<sup>36</sup>. Nell'ottica di un'analisi più formale

<sup>31</sup> CCSP: 5-6.

<sup>32</sup> CCSP: 4-5.

<sup>33</sup> Sviluppatesi dalla metà dell'XI secolo, la *Pataria* fu un movimento caratterizzato dalla lotta contro la simonia ed il nicolaismo ed, in generale, contro la ricchezza e la corruzione morale delle alte cariche ecclesiastiche milanesi. Sui Patarini si vedano in CANTARELLA, 2001: 47 e ss; LUCIONI, 1990: 167-194. VIOLANTE, 1955: 256-287. Si veda inoltre BARBERO-FRUGONI, 1994: 191.

<sup>34</sup> CANTARELLA, 2005: 67.

<sup>35</sup> Si veda in questo lavoro paragrafo 3.1.

<sup>36</sup> CAROCCI, 2010: 89 e ss.

dei documenti delle diocesi portoghesi vorremmo sottolineare brevemente anche l'evoluzione delle strutture e della cancelleria papale. Un caso interessante è quello del cardinale Aimerico (†1141)<sup>37</sup>, il quale nelle fonti si identifica anche come «cancelliere» della Chiesa Romana a differenza di altri importanti personaggi della Curia dell'inizio del XII secolo. Ci riferiamo ad esempio a Giovanni di Gaeta, futuro Gelasio II (1118-1119)<sup>38</sup>, e al cardinale Crisogono (†1123)<sup>39</sup> che nei documenti sono indicati con il termine *bibliothecarii*<sup>40</sup>. Aimerico appare nella documentazione portoghese con questo titolo per la prima volta nel 1135<sup>41</sup>, mentre esiste nel caso di Cremona – sul quale torneremo nel prossimo paragrafo – una testimonianza risalente al 1124<sup>42</sup>.

## 5. CONFRONTO OPORTO-CREMONA

E' interessante a questo punto introdurre il confronto tra il caso della diocesi di Oporto e un'altra realtà europea: Cremona, città della Lombardia nel Nord Italia. I tre documenti utilizzati per questa analisi comparativa con Oporto trattano il rinnovo di un privilegio da parte del papa; una questione di confini e un problema riguardo il battesimo in punto di morte.

**Tabella 3** – I documenti analizzati relativi a Cremona.

Fonte	Data	Regesto
<i>Carte dell'antico Archivio Vescovile di Cremona</i> CAAVC	1135-1143, Cassano d'Adda	Il legato papale Litefredo, vescovo di Novara, concede a Oberto di Cremona i diritti parrocchiali delle chiese di Cassano d'Adda, contro le pretese dell'arcivescovo di Milano Robaldo
PL (CLXIII) <i>Calixtus II ep. CDLXXXII</i>	1 Febbraio 1124, Laterano	Privilegio tramite il quale Callisto II conferma il patrimonio della Chiesa di Cremona
PL (CLXXIX) <i>Innocentius II, ep. DLVIII</i>	1130-1143	Frammento di una lettera inviata da Innocenzo II a Oberto di Cremona, riguardante l'estrema unzione

<sup>37</sup> Originario di Bourges fu nominato nel 1123 da Callisto II cardinale diacono di S. Maria Nova e cancelliere. Nello scisma del 1130, Aimerico si schierò con Innocenzo II (Gregorio Papareschi). Morì nel 1141. Cfr. PÀSZTOR, 1960: [http://www.treccani.it/enciclopedia/aimerico\\_\(Dizionario-Biografico\)/consultato-on-line-il-19/04/2017](http://www.treccani.it/enciclopedia/aimerico_(Dizionario-Biografico)/consultato-on-line-il-19/04/2017).

<sup>38</sup> Si veda ad esempio JL 4814 (Trastevere Maggio 23 1116) = PL CLXIII, Paschalis II papae ep. CDLXIX, cols. 405-407 «Per manus Joannis, sanctae Romane ecclesiae diac. card. ac bibliothecarii».

<sup>39</sup> Crisogono (†1123) era il cardinal-diacono di S. Nicola in Carcere (cfr. HÜLS, 1977: 240). Crisogono compare come cardinal-diacono e bibliotecario nella documentazione di papa Callisto II (cfr. ad esempio JL 4915 (Le Puy-en-Velay, Aprile 5 1119) = PL CLXIII, Calixti II papae, ep. IV, cols. 1094-195) mentre nella documentazione di papa Gelasio II appare soltanto l'espressione «per manum Grysgoni, sanctae Romanae Ecclesiae Cardinalis», che sembra identificare, quindi, Crisogono come lo stesore materiale dei documenti e delle bolle di papa Gelasio II (si vedano ad esempio JL 4885 (Gaeta, Marzo 21 1118) = PL CLXIII, Gelasii II papae, ep. V, cols. 419-421 e JL 4909 (Orange, Dicembre 20 1118) = PL CLXIII, Gelasii II papae, ep. XXVIII, cols. 512-514). Per una visione generale del territorio ecclesiastico romano medievale e una bibliografia aggiornata sul tema rinviamo alla lettura di DI CARPEGNA FALCONIERI, 2008: 77-88.

<sup>40</sup> VENEZIANI, 2016: 11 e nota n. 3.

<sup>41</sup> LP doc. 594.

<sup>42</sup> JL 5174 (Laterano Marzo 22 1124) = PL CLXIII, Calixti II papae ep. CCLXII, coll. 1316.

Per contestualizzare la situazione relativa alle vicende cremonesi introdurremo brevemente i personaggi principali menzionati nei documenti analizzati: i vescovi Oberto e Litefredo e l'arcivescovo Robaldo. Oberto da Dovara fu vescovo di Cremona dal 1117 al 1162, anno della sua morte. Nel 1117 si occupò della ricostruzione in città della Cattedrale di Santa Maria Assunta; combatté i milanesi e partecipò all'assedio di Crema del 1159 come alleato di Federico I «Barbarossa»<sup>43</sup>. Membro dall'aristocrazia cittadina, Litefredo (†1151) vescovo di Novara fu un fedele di papa Innocenzo II che lo scelse come legato papale *in loco*. Infine, Robaldo (†1145) fu dal 1125 vescovo di Alba, titolo che mantenne anche quando divenne arcivescovo di Milano nel 1135. Risultava già presente in città per esercitare le funzioni episcopali dopo la cacciata del precedente arcivescovo Anselmo V (1133) che nello scisma del 1130 si era schierato dal lato di Anacleto II. Robaldo fu inoltre un grande promotore dell'ordine cistercense e nel 1144, fondò un ospedale a Milano presso Porta Ticinese e intervenne per risolvere i conflitti interni dell'importante monastero cittadino di Sant'Ambrogio<sup>44</sup>.

Dal confronto tra queste due realtà e dalla loro relazione con il papato romano sono emersi tre risultati principali. *In primis*, si può subito notare un'importante differenza tra Oporto e Cremona: nel caso di Oporto vediamo agire con una certa regolarità il legato papale, il cardinal Boso. Nel caso di Cremona invece il papa, Innocenzo II, delega il vescovo di Novara per risolvere il conflitto tra Cremona e Milano relativo all'attribuzione di diritti parrocchiali relativi alle chiese di Cassano d'Adda. Questa scelta da parte del pontefice mostra come in Lombardia, dove il papato si era inserito nelle questioni interne alla Chiesa Ambrosiana già dal terzo quarto dell'XI secolo<sup>45</sup>, Roma poteva contare su una rete di contatti affidabile, con vescovi che agivano in qualità di legati *in loco* del vescovo di Roma. Nel caso di Oporto la situazione era molto differente. In teoria, a partire dal 1088 l'arcivescovo di Toledo oltre ad essere primate di tutti i regni dell'*Hispania* era anche il legato permanente della Santa Sede nella penisola iberica<sup>46</sup>. Nel primo quarto del XII secolo si può vedere come il papa consideri Toledo come un riferimento importante, ma questo non bastava per almeno tre motivi essenziali: il mancato rispetto della stessa primazia toledana da parte dei principali arcivescovi dell'*Hispania*; il conflitto continuo tra Braga e Compostela; l'alto numero di sedi vacanti ed episcopati di recente restaurazione altamente instabili a livello politico ed ecclesiastico<sup>47</sup>. In un contesto così difficile da gestire appare perfettamente logico che il papato fosse costretto a inviare con maggior frequenza i legati per tenere sotto controllo la situazione. Nel corso del XII e XIII secolo si affermerà un sistema simile a quello visto a Cremona anche nella penisola iberica e in particolare per l'area galiziano-portoghese sarà l'episcopato di Lugo in diverse occasioni a fare le veci del papato<sup>48</sup>.

<sup>43</sup> Sulla figura del vescovo Oberto si veda MENANT, 1992, mentre su Litefredo si veda RAPETTI 2005.

<sup>44</sup> Sulla figura dell'arcivescovo Robaldo si veda MORONI, 1847: 76-77.

<sup>45</sup> Vedi in questo lavoro la nota n. 34.

<sup>46</sup> JL 4021 (Anagni Ottobre 15 1088) = PL CLI, Urbani II papae ep. V, cols. 288-289.

<sup>47</sup> Per una visione generale del tema e una biografia di riferimento rinviamo alla lettura di MARTÍN MARTÍN, 2009: 109-134.

<sup>48</sup> RENZI, 2014: 110-111.

Il secondo punto riguarda il tema molto complesso della *Protectio Beati Petri* che compare nei documenti papali riferiti ad Oporto. La formula è molto difficile da interpretare in quanto bisogna stabilire se si tratti di esenzione nei confronti dell'ordinario diocesano e quindi di un rapporto diretto di dipendenza da Roma come Compostela dal 1095<sup>49</sup>, oppure se si trattasse di una relazione di vicinanza tra Oporto e Roma, ma che non si traduceva su un piano ecclesiastico-amministrativo<sup>50</sup>. Nel privilegio del 1115, si dice esplicitamente che il vescovo di Oporto è sottratto all'autorità di Braga (il vescovo metropolitano) e che Ugo deve rispondere soltanto al papa:

*Personam siquidem tuam, et Ecclesiam ipsam dei gratia reparare nostram decreuimus tutelam specialiter confouendam. Ea te libertate donantes ut nullius metropolitanj nisi rromani pontificis aut legatj qui ab eius latere missus fuerit subiuctionj tenearis obnoxius. set remotis molestijs commissae ecclesiae quietus immineas*<sup>51</sup>

Nonostante questa concessione, Oporto fu inserita nei privilegi papali sotto l'autorità della sede di Braga, la quale peraltro aveva ricevuto la conferma dei confini della sua diocesi poco prima il 4 dicembre del 1114, un elemento inconciliabile con l'esenzione del 1115<sup>52</sup>. Come interpretare questi cambiamenti? L'esempio della *Protectio beati Petri* nel caso di Oporto mostra ancora una volta l'atteggiamento ambiguo e spesso contraddittorio del papato nei suoi rapporti con le diocesi del quadrante nord-occidentale della penisola iberica. Questo aspetto apre la prospettiva per nuove ricerche sul rapporto tra Roma e le diocesi di Oporto, Coimbra e Braga attraverso una contestualizzazione precisa delle fonti sia nell'ambito più locale iberico che in quello romano. Resta un altro nodo importante da sciogliere: perché la diocesi di Oporto, da poco restaurata, nel 1115 già veniva dichiarata dal papato come esente? Nel 1115 c'era stato il conflitto tra Braga, Compostela e Toledo per la questione del controllo della diocesi di León<sup>53</sup>; è possibile che Ugo di Oporto fosse stato in grado di approfittare della debolezza di Braga per ottenere un privilegio così importante da Pasquale II? Era una mossa del papato volta a rafforzare la sede di Santiago de Compostela? Queste domande meriterebbero una risposta più approfondita nel contesto generale di un nuovo studio sulla figura di Ugo di Oporto soprattutto nella sua dimensione internazionale e nei suoi rapporti con la Sede Apostolica. Quello che è rilevante sottolineare è il fatto che questa *Protectio* non veniva concessa a tutti indistintamente dal papato. Ad esempio nel caso di Cremona, un episcopato molto prestigioso e storicamente importante per le relazioni con l'impero nell'alto medioevo, questa espressione non appare nella documentazione analizzata per la prima metà del XII secolo<sup>54</sup>.

<sup>49</sup> JL 4193 (Brioude Dicembre 5 1095) = PL CLI, Urbani II papae ep. CLXVI, cols. 440-441.

<sup>50</sup> Per la distinzione tra protezione apostolica e esenzione si veda MACCARRONE 1991: pp. 841 e ss.

<sup>51</sup> CCSP: 1-2.

<sup>52</sup> LF, doc. 554 (4.12.1114). Su questa bolla si veda MARQUES 2002; pp. 29-31. Si veda inoltre MANSILLA, 1955: 139.

<sup>53</sup> ERDMANN, 1935: 23-37.

<sup>54</sup> Pensiamo ad esempio all'ambasciata del vescovo di Cremona Liutprando a Costantinopoli per conto dell'imperatore Ottone I nel 968, cfr. CANTARELLA, 2004: 199 e ss.

Il terzo ed ultimo punto è relativo ad una lettera di Papa Innocenzo II al vescovo di Cremona sul battesimo in punto di morte nella quale si evince come il vescovo Oberto avesse chiesto lumi al papa su una pratica che avrebbe dovuto far parte della normale amministrazione diocesana<sup>55</sup>, ma che evidentemente ancora nella prima metà del XII secolo non doveva essere affatto scontata. L'esempio di Cremona potrebbe suggerire una maggiore cautela nell'applicazione rigida del modello e del concetto di «Riforma Gregoriana» alla storia ecclesiastica europea dei secoli XI-XIII. Se in un episcopato del nord Italia, con storici legami con Roma certi aspetti liturgici non erano ancora chiari ben mezzo secolo dopo la morte di Gregorio VII, dovremmo riflettere su quanto fossero difficili i rapporti tra Roma e territori così lontani come la penisola iberica e la contea del Portogallo anche solo per la diffusione del Rito Romano<sup>56</sup>, diffidando di una visione troppo rigida della *Riforma* della Chiesa e della sua diffusione nell'Europa occidentale dei secoli pieno-medievali.

## 5. CONCLUSIONI

In conclusione vorremmo sottolineare almeno due aspetti fondamentali. In primo luogo, dalle fonti prese in considerazione emerge come il papato fosse sempre più interessato ad intervenire nelle questioni locali venendo di fatto riconosciuto dai vescovi iberici come l'autorità giudicante anche per le questioni di frontiera tra episcopati e quindi direttamente nei problemi interni delle diocesi. Questa strategia romana, fortemente connessa al processo di affermazione del primato romano, si vede chiaramente nelle fonti portoghesi dove il linguaggio dei vescovi di Roma rifletteva la concezione del proprio ruolo e dei propri obiettivi politici ecclesiastici; un linguaggio che però non va mai letto del tutto letteralmente, ma sempre comparato alle concrete possibilità di intervento del papato. In secondo luogo, le fonti portoghesi mostrano anche un altro dato estremamente interessante: le strette relazioni tra Oporto e Roma sin dalla restaurazione della diocesi all'inizio del secondo decennio del XII secolo. Un elemento, questo, che dovrebbe spingere gli studiosi a riconsiderare la storia della diocesi e in particolare della figura del suo primo vescovo, Ugo, in una prospettiva internazionale e di comparazione con la storia del papato e delle altre Chiese locali europee come abbiamo cercato di fare introducendo l'esempio della diocesi di Cremona.

## ABBREVIAZIONI

JL = JAFFÉ, Philipp-LÖWENFELD, Samuel (1956, ristampa) – *Regesta Pontificum Romanorum*. I. Graz: Photomechanischer Nachdruck-Akademische Druck-U. Verlagsanstalt.

HC = FALQUE REY, Emma (1988) – *Historia Compostellana*. Corpus Christianorum Continuatio Medievalis. Turnhout: Brepols.

<sup>55</sup> JL 5883 (1130-1143) = PL CLXXIX, Innocentii II papae, ep. DLVIII, cols. 624-625 «Unde inquisitioni tue respondemus, presbyterum quem sine unda baptismatis extremum diem causasse significasti, quia in sancte matris Ecclesiae fide et Christi nominis confessione perseveravit, ab originali peccato solutum et coelestis patriae gaudium esse adeptum, asserimus incunctanter».

<sup>56</sup> DESWARTE, 2010: 396 e ss.

- Mansi = MANSI, Giovanni Domenico (1904, ristampa) – *Sacrorum Conciliorum nova et amplissima collectio*. XXI. Paris: Expensis H. Welter.
- PL = MIGNE, Jacques-Paul (1853) – *Patrologia Latina*. CXI, Paris: Jacques-Paul Migne éditeur; MIGNE, Jacques-Paul (1854) – *Patrologia Latina*. CLXIII, Paris: Jacques-Paul Migne éditeur; MIGNE, Jacques-Paul (1855) – *Patrologia Latina*. CLXXIX, Paris: Jacques-Paul Migne éditeur.
- PP = ERDMANN, Carl (1927) – *Papsturkunden in Portugal*, Berlin: Abhandlungen der Gesellschaft der Wissenschaften zu Göttingen.
- LP = *Livro Preto: Cartulario da Sé de Coimbra* (1999) – director e coordenador editorial RODRIGUES, Manuel Augusto; director científico Cónego COSTA, Avelino de Jesus da. Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra.
- LF = *Liber Fidei: sanctae bracaraensis ecclesiae* (2017). II vols. Ed. crítica COSTA, Avelino de Jesus da, reed. melhorada e ampliada por MARQUES, José; colab. NOBRE VELOSO, Maria Teresa, SILVA PEREIRA, Joaquim Tomás de Braga: Arquidiocese de Braga.
- CCSP = *Censual do Cabido da Sé do Porto* (1924). Porto: Biblioteca Pública Municipal do Porto.
- CAAVC = *Le carte dell'antico archivio vescovile di Cremona, I, 882-1162* (2004). Ed. a cura di LEONI, Valeria. *Codice diplomatico della Lombardia medievale (CDLM)* <http://cdlm.unipr.it/edizioni/cr/cremona-vescovol/>

## BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA FERNANDES, Armando de (1997) – *Paróquias Suevas e Dioceses Visigóticas*, Arouca: Assoc. para a Defesa da Cultura Arouquense.
- AMARAL, Luís Carlos (1999) – *Organização eclesiástica entre Douro e Minho: o caso da diocese de Braga (sécs. IX-XII)*. In GARCÍA DE CORTAZÁR Y RUÍZ DE AGUIRRE, José Ángel; coord. – *Dal Cantábrico al Duero. Trece estudos sobre organización social del espacio en los siglos VIII al XIII*. Santander: Universidad de Cantabria, p. 313-350.
- AMARAL, Luís Carlos; BARROCA, Mário Jorge (2012) – *A Condessa-Rainha: D. Teresa*. Lisboa: Círculo de leitores.
- ARAÚJO, Ilídio Alves de, (2002) – *A antiga Diocese de Meinedo*. In *Tempos e Lugares de Memória, Actas do 1.º Congresso sobre a Diocese do Porto (5-8 Dez 1998), II*. Porto: Centro de Estudos D. Domingos de Pinho Brandão Universidade Católica – Centro Regional do Porto Faculdade de Letras da Universidade do Porto – Departamento de Ciências e Técnicas do Património, p. 95-119.
- BARBERO, Alessandro-FRUGONI, Chiara (1994) – *Dizionario del Medioevo*, Roma-Bari: Laterza.
- BARBOSA MORUJÃO, Maria do Rosário (2013) – *A organização da diocese de Lamego: da reconquista à restauração da dignidade episcopal*. In SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa, coord. – *Espaço, poder e memória: A Catedral de Lamego, sécs. XII a XX*, Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, Centro de Estudos de História Religiosa.
- BARROCA, Mário Jorge (2003) – *Da reconquista a D. Dinis*. In MATTOSO, José, coord. – *Nova História militar de Portugal, I*. Lisboa: Círculo de leitores, p. 21-162.
- BRANCO, Maria João (1998) – *Reis, Bispos e cabidos: a diocese de Lisboa durante o primeiro século da sua restauração*. «Lusitania Sacra», 2.ª série, 10. Lisboa: União gráfica, p. 55-94.
- BRANCO, Maria João; FARELO, Mário (2011) – *Diplomatic Relations: Portugal and the others*. In MATTOSO, José, coord. – *The Historiography of Medieval Portugal 1950-2010*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, p. 231-259.
- CALLEJA PUERTA, Miguel (2010) – *Eclesiología episcopal y organización del espacio en las ciudades y villas del noroeste peninsular*. In DE LA IGLESIA DUARTE, José Ignacio, coord. – *Monasterio, espacio y sociedad en la España cristiana medieval*, XX Semana de Estudios Medievales Nájera 3-7 agosto, 2009. Logroño: Instituto de Estudios Riojanos, p. 429-490.



- CANTARELLA, Glauco Maria (1997) – *Pasquale II e il suo tempo*. Napoli: Liguori.
- \_\_\_\_\_ (2001) – *Dalle chiese alla monarchia papale*. In CANTARELLA, Glauco Maria; POLONIO, Valeria; RUSCONI, Roberto, coord. – *Chiesa, Chiese, Movimenti religiosi*. Roma-Bari: Laterza, p. 3-79.
- CANTARELLA, Glauco Maria (2004) – *Una sera dell'anno mille. Scene di Medioevo*. Milano: Garzanti.
- \_\_\_\_\_ (2005) – *Il sole e la luna. La rivoluzione di Gregorio VII 1073-1085*. Roma-Bari: Laterza.
- \_\_\_\_\_ (2006) – *Il papato e la riforma ecclesiastica del secolo XI*. In *Riforma o restaurazione? La cristianità nel passaggio dal primo al secondo millennio: persistenze e novità*, Atti del XXVI Convegno del Centro Studi Avellaniti, Fonte Avellana 29-30 agosto 2004. Negarine di S. Pietro in Cariano (Verona): Il segno dei Gabrielli Editore, p. 27-50.
- CARIBONI, Guido (2003) – *Esenzione cisterciense e formazione del Privilegium commune. Osservazione a partire dai cenobi dell'Italia settentrionale*. In D'ACUNTO, Nicolangelo, coord. – *Papato e monachesimo esente nei secoli centrali del medioevo*. Firenze: University Press, p. 65-107.
- CAROCCI, S. (2010) – *Vassalli del papa. Potere pontificio, aristocrazie e città nello Stato della Chiesa (XII-XV sec.)*. Roma: Viella.
- CHERUBINI, Giovanni (2000) – *I pellegrini*. In GENSINI, Sergio, coord. – *Viaggiare nel Medioevo*. Ospedaletto (Pisa): Pacini.
- CUNHA, Maria Cristina (2009) – *Actividade Episcopal nos séculos XII e XIII em Portugal: a influência da normativa conciliar*. In DOMINGUEZ SÁNCHEZ, Santiago; HERBERS, Klaus, coord. – *Roma y la Península Ibérica en la alta Edad Media. La construcción de espacios, normas y redes de relación*. León: Universidad de León, p. 195-208.
- \_\_\_\_\_ (2017) – *Os limites da diocese do Porto com as suas vizinhas de Braga e Coimbra: problemas e soluções*. In AMARAL, Luís Carlos, coord. – *Um poder entre poderes: nos 900 anos da restauração da diocese do Porto e da construção do Cabido Portucalense*. Porto: Universidade Católica Portuguesa. Faculdade de Teologia. Centro de Estudos de História Religiosa, p. 147-159.
- DAVID, Pierre (1947) – *Études historiques sur la Galice et le Portugal du VIe au XIIe siècle*. Lisboa: Livraria Portugália, p. 19-82.
- DE AYALA MARTÍNEZ, Carlos (2008) – *Sacerdocio y reino en la España altomedieval. Iglesia y poder político en el occidente peninsular, siglos VII-XII*. Madrid: Silex.
- DESWARTE, Thomas (2010) – *Une Chrétienté romaine sans pape: l'Espagne et Rome (586-1085)*. Paris: Classiques Garnier.
- DI CARPEGNA FALCONIERI, Tommaso (2002) – *Il clero di Roma nel medioevo. Istituzioni e politica cittadina (secoli VIII-XIII)*. Roma: Viella.
- \_\_\_\_\_ (2008) – *Circoscrizioni ecclesiastiche nel medioevo alto e centrale. Il territorio tra organizzazione e rappresentazione*. In ROYO, Manuel, coord. – «Rome des quartiers»: *Des vics aux rioni. Cadres institutionnels, pratiques sociales, et requalifications entre antiquité et époque moderne*, Actes du colloque internationale de la Sorbonne (20-21, mai 2005). Paris: De Boccard, p. 77-88.
- ERDMANN, Carl (1935) – *O papado e Portugal no primeiro século da história portuguesa*. Coimbra: Coimbra Editora.
- \_\_\_\_\_ (1940) – *Maurício Burdino (Gregório VIII)*. Coimbra: Publicações do Instituto Alemão da Universidade de Coimbra.
- FEIGE, Peter (1991) – *La primacia de Toledo y la libertad de las demás metrópolis de España: el ejemplo de Braga*. In *La introducción del Cister en España y Portugal*. Burgos: La Olmeda, p. 61-132.
- FITA, Fidel (1889) – *Primera legación del cardenal Jacinto en España. Bulas inéditas de Anastasio IV. Nuevas luces sobre el concilio nacional de Valladolid (1155) y otros datos inéditos*, «Boletín de la Real Academia de la Historia», t. 14. Madrid: Real Academia de la Historia, p. 530-555
- \_\_\_\_\_ (1906) – *Concilio nacional de Burgos (18 febrero 1117)*. «Boletín de la Real Academia de la Historia», t. 48. Madrid: Real Academia de la Historia, p. 387-407.
- FLETCHER, Richard Alexander (1978) – *The episcopate in the Kingdom of León in the twelfth century*. Oxford: Oxford University Press.

- \_\_\_\_ (1984) – *Saint James's Catapult. The life and times of Diego Gelmírez of Santiago de Compostela*. Oxford: Clarendon Press.
- GARCÍA ORO, José (2002) – *Las diócesis de Compostela en el régimen de cristiandad (1100-1550) de Gelmírez a Fonseca*. In GARCÍA ORO, José, coord. – *De la diócesis españolas. Santiago de Compostela y Tuy-Vigo*, XIV. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, p. 41-176.
- HENRIET, Patrick (2004) – *Political Struggle and the legitimization of the Toledan Primacy: The Pars Laterani Concilii*. In ANTÓN, Isabel Alfonso; KENNEDY, Hugh; MONGE, Julio Escalona, coord. – *Building legitimacy: Political discourses and forms of legitimacy in medieval societies*, Leiden-Boston: Brill, p. 291-318.
- HERBERS, Klaus (2009) – *El papado y la Península Ibérica en el siglo XII*. In DOMÍNGUEZ SÁNCHEZ, Santiago; HERBERS, Klaus, coord. – *Roma y la Península Ibérica en la alta Edad Media. La construcción de espacios, normas y redes de relación*. León: Universidad de León, p. 29-80.
- HOLNDONNER, Andreas (2014) – *Kommunikation-Jurisdiktion-Integration: Das Papsttum und das Erzbistum Toledo 12. Jahrhundert (ca. 1085-1185)*. Berlin: De Gruyter Akademie Forschung.
- LINEHAN, Peter (1971) – *The Spanish Church and the Papacy in the Thirteenth Century*. Cambridge: Cambridge University Press.
- LONGO, Umberto (2016) – *La riforma della Chiesa tra Pier Damiani a Bernardo di Chiaravalle. Un concetto da declinare al plurale*. In BOTTAZZI, Marialuisa; BUFFO, Paolo; CICCOPEDI, Caterina; FURBERTTA, Luciana; GRANIER, Thomas, coord. – *La società monastica nei secoli VI-XII. Sentieri di ricerca*. Trieste: CERM; Roma: École française de Rome, p. 113-132.
- LUCIONI, Alfredo (1990) – *Letà della Pataria*. In CAPRIOLI, Adriano; RIMOLDI, Antonio; VACCARO, Luciano, coord. – *Diocesi di Milano*, I, Storia Religiosa della Lombardia, 9. Brescia: La Scuola, p. 167-194.
- MACCARONE, Michele (1991) – *Primato romano e monasteri dal principio del secolo XII ad Innocenzo III*. In ZERBI, Pietro; VOLPINI, Raffaele; GALLUZZI, Alessandro, coord. – *Romana ecclesia cathedra Petri*. II. Roma: Herder, p. 821-927.
- MANSILLA, Demetrio (1955) – *Restauración de las sufragáneas de Braga a través de la reconquista*. «Revista Portuguesa de História», VI, I, Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, p.117-148.
- MARQUES, José (2002) – *Relações entre as Dioceses do Porto e de Braga, na Idade Média: alguns aspetos*. In *Tempos e Lugares de Memória, Atas do 1.º Congresso sobre a Diocese do Porto (5-8 Dez 1998)*, II. Porto: Centro de Estudos D. Domingos de Pinho Universidade Católica – Centro Regional do Porto Faculdade de Letras da Universidade do Porto – Departamento de Ciências e Técnicas da Património, p. 21-56.
- MARTÍN MARTÍN, José Luís (2009) – *Espacios eclesiásticos y construcción de fronteras en la Península Ibérica, siglos XI-XII*. In DOMINGUEZ SÁNCHEZ, Santiago; HERBERS, Klaus, coord. – *Roma y la Península Iberica en la alta Edad Media. La construcción de espacios, normas y redes de relación*. León: Universidad de León, p. 109-134.
- MATTOSO, José (2010) – *História de Portugal. A monarquia feudal (1096-1480)*, I. Lisboa: Editorial Estampa.
- MENANT, François (1992) – *Dovara, Oberto da*. In *Dizionario Biografico degli Italiani*, 41. [http://www.treccani.it/enciclopedia/oberto-da-dovara\\_\(Dizionario-Biografico\)/consultato on-line il 20/04/2017](http://www.treccani.it/enciclopedia/oberto-da-dovara_(Dizionario-Biografico)/consultato-on-line-il-20/04/2017).
- MILANESI, Giorgio (2013) – *«Bonifica» delle immagini e «propaganda» in Aquitania durante lo scisma del 1130-1138*. Verona: Scripta Edizioni.
- MORONI, Gaetano Romano (1847) – *Dizionario di erudizione storico-ecclesiastica da S. Pietro sino ai nostri Giorni*, vol. XLV. Venezia: Dalla Tipografia Emiliana.
- NOBRE VELOSO, Maria Teresa (2006) – *D. Maurício, monge de Cluny, bispo de Coimbra, peregrino na Terra Santa*. In *Estudos de Homenagem ao Professor Doutor José Marques*, I. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 125-135.
- OLIVEIRA, Miguel de (1959a) – *Os Territórios Diocesanos. Como passou para o Porto a Terra de Santa Maria. «Lusitania Sacra»*, I. Lisboa: União gráfica, p. 29-50.

- \_\_\_\_ (1959b) – *O senhorio da cidade do Porto e as pimeiras questões com os bispos*. «Lusitania Sacra», 1.ª série, 4. Lisboa: União gráfica, p. 29-60.
- PÀSZTOR, Edith (1960) – *Aimerico*. In *Dizionario Bibliografico degli Italiani, I*, disponibile on-line all'indirizzo <http://www.treccani.it/enciclopedia/aimerico> consultato on-line il 19/04/2017.
- PORTELA SILVA, Ermelindo (2016) – *Diego Gelmírez (c.1065-1140). El báculo y la ballesta*. Madrid: Marcial Pons.
- RAPETTI, Anna Maria (2005) – *Litfredo*. In *Dizionario Biografico degli italiani*, 65. <http://www.treccani.it/enciclopedia/litfredo> consultato on-line il 09-10-2017
- RENZI, Francesco (2013) – *The bone of the contention: Cistercians, bishops and papal exemption. The case of the archdiocese of Santiago de Compostela (1150-1250)*. «Journal of Medieval Iberian Studies», 5/1 (2013). Abingdon-on-Thames: Routledge, p. 47-68.
- \_\_\_\_ (2014) – *I monaci bianchi in Galizia. Le reti cistercensi (1142-1250)*. Trieste: CERM.
- RUCQUOI, Adeline (2012) – *Peregrinos de España a Jerusalén y Roma (siglos X-XIII)*. In CAUCCI, Paolo Von Saucken; SANTOS, Rosa Vázquez, coord. – *Peregrino, ruta y meta en las peregrinaciones maiores*, VIII Congreso Internacional de Estudios Jacobeos (Santiago de Compostela, 13-15 Octubre 2010). Santiago de Compostela: Xunta de Galicia, p. 41-60.
- SILVA DE SOUSA, João (2012) – *Viseu na Alta Idade Média e na Dinastia da Borgonha (722-1383)*. «Revista TRIPLOV de Artes, Religiões e Ciências», Nova série, 28 (junho 2012). [http://www.triplov.com/nova-serie.revista/numero\\_28/joao\\_silva\\_sousa/index.html](http://www.triplov.com/nova-serie.revista/numero_28/joao_silva_sousa/index.html), consultata on-line il 21/04/2017.
- SILVA, Maria João Oliveira e (2006) – *Scriptores et Notatores: A Produção Documental da Sé do Porto (1113-1247)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade de Porto; Dissertação de Mestrado em História Medieval e do Renascimento.
- STROLL, Mary (2004) – *Calixtus II (1119-1124). A Pope born to rule*. Leiden-Boston: Brill.
- VASCONCELOS-VILAR, Hermínia (2011) – *The Church and the religious practices*. In MATTOSO, José, coord. – *The Historiography of Medieval Portugal 1950-2010*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, p. 323-348.
- VENEZIANI, Enrico (2016) – *Alla ricerca dell'ecclesiologia perduta di Vittore III (1086-1087)*, «Memoria Europae», II/3, 2. San Juan: Universidad Nacional de San Juan, p. 9-38.
- VIOLANTE, Cinzio (1955) – *La Pataria Milanese e la Riforma Ecclesiastica*. Roma: ISIME.
- ZAFARANA, Zelina (1971) – *Bosone*. In *Dizionario Biografico degli italiani*, 13. <http://www.treccani.it/enciclopedia/bosone> consultato on-line il 06/10/2017.



# CARTAS DE EDIFICAÇÃO E CARTAS DE NEGÓCIOS E IMPERTINÊNCIAS:

FONTES PARA A RECONSTITUIÇÃO DO PROVINCIALATO  
DO PADRE ALEXANDRE DE GUSMÃO, S.J. (1629-1724) NO BRASIL

CÉSAR A. M. MIRANDA DE FREITAS\*

**Resumo:** Este artigo analisa a correspondência epistolar do Padre Alexandre de Gusmão, provincial do Brasil (1684-1688 e 1694-1697), enquanto fonte histórica para a reconstituição do quadro religioso, político, cultural e educativo de finais de Seiscentos e primeiras décadas de Setecentos. Contextualizada no discurso retórico que molda a escrita epistolar jesuíta, a leitura destas cartas, maioritariamente inéditas, depositadas no ARSI, contribui para a construção do conhecimento sobre a ação catequética e evangelizadora dos jesuítas no Brasil, destinadas a edificar leitores internos e externos da Companhia de Jesus. Em simultâneo, estas cartas escritas pelo padre Gusmão ou a ele dirigidas, expõem os conflitos pessoais e narram em pormenor os negócios e as impertinências observadas nos contextos de missão ou no interior das casas e colégios jesuítas, de leitura reservada aos superiores da Ordem.

**Palavras-chave:** Padre Alexandre de Gusmão; Jesuítas; cartas; missão.

**Abstract:** This article analyses the epistolary correspondence of Father Alexandre de Gusmão, provincial of Brazil (1684-1688 and 1694-1697), as a historical source for the reconstruction of the religious, political, cultural and educational framework of the late sixteenth and early seventies. Contextualized in the rhetorical discourse that shapes the Jesuit epistolary writing, the reading of these mostly unpublished letters deposited in the ARSI contributes to the construction of knowledge about the catechetical and evangelizing action of the Jesuits in Brazil, designed to build internal and external readership of the Jesuit Society. Jesus. At the same time, these letters, written by Father Gusmão or sent to him, expose personal conflicts and narrate in detail the business and the impertinences observed in the contexts of mission or in the interior of the jesuits houses and colleges, of reading reserved for the superiors of the Order.

**Keywords:** Father Alexandre de Gusmão; Jesuits; letters; mission.

Desde os primeiros tempos da Companhia de Jesus, a correspondência epistolar, imposta pelo voto de obediência, numa organização fortemente hierarquizada e centralizadora, cumpriu os objetivos de assegurar a identidade missionária dos irmãos dispersos pela Europa, África, Ásia e América do Sul e de conservar a unidade na fé e na ação entre os súbditos e os superiores<sup>1</sup>. O registo das ações apostólicas realizadas em nome de Deus e a sua comunicação pelas letras, além de suprir a distância e a diversidade dos contextos de atuação, funcionou como instrumento de governo e contribuiu para a construção da imagem e a afirmação universal do instituto inaciano<sup>2</sup>.

---

\* Escola Superior de Educação de Fafe | CITCEM. Email: cesar\_freitas@portugalmail.pt.

<sup>1</sup> Nas *Constitutiones*, VIII, c.1, para a conservação da disciplina religiosa, tratando «De lo que ayuda para la unión de los ánimos», estabelece Santo Inácio que «Ayudará también muy especialmente la comunicación de letras missivas entre los inferiores y Superiores, con el saber a menudo unos de otros, y entender las nuevas y informaciones, que de unas y otras partes vienen; de lo qual tendrán cargo los Superiores, en special el General y los Provinciales, dando orden cómo en cada parte se pueda saber de las otras lo que es para consolación y edificación mutua en el Señor nuestro» LOYOLA, 1963: 561.

<sup>2</sup> De acordo com Alcir Pécora, «A presença ostensiva da carta no corpo da Companhia evidencia que sua função está pensada ao menos segundo três aspectos decisivos: o da informação, o da reunião de todos em um e, enfim, o da experiência mística

Estatuídas e amplamente praticadas por Inácio de Loyola<sup>3</sup>, a regulação pormenorizada das cartas foi igualmente desenvolvida por Juan Polanco, secretário do superior geral, nos pontos relativos à redação (com referência às tipologias e ao conteúdo) e à circulação (com a definição de objetivos, funções e leitores). Para Polanco, a troca regular de correspondência entre os jesuítas cumpria três propósitos essenciais: conservar a união, auxiliar o governo e chamar novos membros<sup>4</sup>, devendo para tal as expressões escritas individuais submeter-se às normas da Companhia<sup>5</sup>. Regulamentadas nas *Constituições* de 1558 e confirmadas na Segunda Congregação Geral da ordem, em 1565, prescrevendo uma diversidade formal e de conteúdo em função do destinatário da missiva, o próprio Geral da Companhia distinguiu as cartas para leitura edificante de religiosos e seculares – depois de truncadas e refeitas<sup>6</sup>, em Roma, e reproduzidas por copistas ou impressas para divulgação nas casas e colégios de diferentes províncias – das cartas reservadas apenas aos superiores da Companhia de Jesus. Assim, nas *cartas principais*<sup>7</sup>, ou cartas de edificação ou de notícias, de início quadrimestrais e a partir de 1568 anuais, eram registados os episódios edificantes, capazes de excitar a fé, em particular nos mais novos, e auxiliar o progresso espiritual do próximo, descrevendo e contabilizando os ministérios da pregação, da confissão, da comunhão, do batismo, relatando de modo apologético as obras pias e as missões em espaços urbanos ou nas zonas mais recônditas, ao passo que as *hijuelas*<sup>8</sup>, ou cartas de governo interno, tratavam assuntos privados, impertinentes para a carta principal, como os negócios, as doenças ou a avaliação das aptidões e das motivações dos religiosos, ficando a sua leitura circunscrita aos dirigentes da ordem. Deste modo, a escrita de cartas foi, desde o princípio das missões inacianas, determinada pela finalidade, objetivos, autores e destinatários, assumindo reiteradamente a dupla função de consolar e edificar os leitores e ouvintes<sup>9</sup>.

---

ou devocional.» PECORA, 1999: 381. Sobre o surgimento e a rápida expansão da Companhia de Jesus, leia-se os textos fundamentais de BOXER, 1990; LACOUTURE, 1993; ou O'MALLEY, 1993.

**3** De acordo com o registo do jesuíta Dominique Bertrand, Inácio de Loyola escreveu mais de seis mil oitocentas cartas, dirigindo a sua atividade epistolar ao papa, Carlos V, reis e rainhas, religiosos, nobres e leigos. BERTRAND, S.J., 1985.

**4** HUE, 2006: 18.

**5** LABORIE, 2013. Laborie sintetiza as características principais do sistema de escrita epistolar jesuítico e define os modelos de carta, sublinhando que a escrita de missiva consistia numa obrigação prescrita pelas *Constituições*.

**6** A reescrita das cartas, com a preocupação de instrução dos irmãos religiosos e de edificação dos leitores, é assumida por Inácio de Loyola: «si las copias que os envío de los otros os parecieren para alguna orden, y no superfluas, esto es, con mucha y mucha pérdida de mi tiempo, en sacar lo que es edificación, y en poner y postponer las mismas palabras, cortando y quitando las impertinentes, por daros a todos placer en el Señor nuestro, y edificación de los que las oyeren de nuevo». LOYOLA, 1963: 649.

**7** Em carta ao companheiro Pedro Fabro, de 10 de dezembro de 1542, Santo Inácio enuncia um conjunto de instruções sobre o modo de redigir as cartas, em particular sobre a necessidade de «una carta principal, la cual se pudiese mostrar a cualquier persona [...] escribiendo lo que cada uno hace en sermones, confesiones, ejercicios y en otras espirituales obras, según que Dios N. S. obrare por cada uno, como pueda ser a mayor edificación de los oidores o lectores [...] no mezclando cosas algunas impertinentes». De forma pormenorizada, preocupado com a edificação dos leitores ou ouvintes destas missivas, esclarece ainda que «La carta principal yo la escribo una vez, narrando las cosas que muestran edificación, y después, mirando y corrigiendo, haciendo cuenta que todos la han de ver, torno a escribir o hacer escribir otra vez, porque lo que se escribe es aún mucho más de mirar que lo que se habla; porque la escritura queda, y da siempre testimonio, y no se puede así bien soldar ni glosar tan fácilmente como cuando hablamos». LOYOLA, 1963: 649.

**8** Nas *hijuelas*, recomenda Santo Inácio que se comuniquem as «particularidades impertinentes», como sejam «las datas de las cartas recibidas, y el gozo espiritual y sentimiento habido por ellas, todas enfermedades, nuevas, negocios, y el dilatarse en palabras exhortando», acrescentando «puede cada uno escribir a priesa de la abundancia del corazón, concertado o sin concierto; mas en la principal no se sufre, si no va con algún estudio distinto y edificativo para poderse mostrar y edificar». LOYOLA, 1963: 649-50.

**9** LONDOÑO, 2002: 12.

Na esteira da missão iniciada por São Francisco Xavier no Oriente<sup>10</sup>, desde que os jesuítas principiaram a evangelização do Brasil, em 1549, de Nóbrega e Anchieta até António Vieira – religiosos que dominam em grande medida o imaginário missionário na América portuguesa, tendo as suas cartas merecido honras de impressão<sup>11</sup> –, a epistolografia, como as crónicas, constituiu uma fonte documental imprescindível para a construção da memória da atuação dos jesuítas. A distinção entre carta de edificação e carta de governo acentua-se desde logo na troca de correspondência entre os primeiros missionários no Brasil e os seus superiores, seguindo-se ao entusiasmo inicial de Nóbrega o relato das dificuldades de relacionamento com os colonos e os obstáculos vividos na evangelização dos indígenas<sup>12</sup>. Privilegiando os progressos da evangelização e fazendo relação das difíceis experiências missionárias, não deixavam os padres de incluir nos seus escritos notícias curiosas, pormenorizadas informações do campo da antropologia, etnografia, geografia ou astronomia, fundindo-se, nestas cartas jesuítas «edificantes e curiosas», as narrativas de viagem e o discurso apologético das representações e práticas da atividade apostólica. Nestas cartas, o propósito edificante revestia-se de episódios curiosos capazes de atrair a atenção de soberanos e nobres patrocinadores da empresa missionária. Assim, se a carta de governo, ou *hijuela*, continha informações reservadas acerca dos progressos das missões, a carta de edificação, destinada a uma circulação mais ampla, e com o desígnio de granjear apoios para a vocação missionária, incorpora particularidades linguísticas e culturais dos indígenas e notas exóticas da fauna e da flora, novidades que não deviam, no entanto, desviar o leitor da busca da vontade de Deus, antes servir uma utilização pragmática da curiosidade<sup>13</sup>, devendo a curiosidade e a edificação estar ao serviço da obra de evangelização<sup>14</sup>.

As cartas de governo correspondem, por conseguinte, a uma preocupação intuída logo por Inácio de Loyola e seus companheiros iniciais de regular e uniformizar, a partir de Roma, ainda que com a necessária adaptação aos costumes locais, os métodos de evangelização e a pastoral religiosa e espiritual em terras tão longínquas. É assim que às notícias e pedidos de orientação de missionários e provinciais da Companhia, se seguem as instruções do superior em Roma, numa complexa rede de comunicação que une espaços e tempos distintos.

É nesta troca de correspondência regular com Roma que, nas décadas finais de Seiscentos, se inscrevem as cartas referentes ao governo da Companhia de Jesus no Brasil pelo Padre Alexandre de Gusmão, umas com matéria edificante para conhecimento geral outras com informação de negócios e impertinências endereçadas aos superiores. Ressalvando-se a dimensão retórica que as estrutura e as práticas de censura a que esta-

<sup>10</sup> LACOUTURE, 1993.

<sup>11</sup> LEITE, 1955; ANCHIETA, 1933; VIEIRA, 1995.

<sup>12</sup> LEITE, 1955.

<sup>13</sup> LABORIE, 2013. A designação «carta edificante e curiosa» surge no século XVIII, com a edição do Padre Charles Le Gobien das *Lettres Edifiantes et Curieuses, écrites des missions étrangères par quelques missionnaires de la Compagnie de Jésus*. A Paris: Chez Nicolas Le Clerc, 1703, sendo publicadas sucessivas recolhas até 1776. Igualmente sobre a edição e circulação de cartas edificantes e curiosas referentes aos ameríndios, ver ainda PASCHOUD, 2008.

<sup>14</sup> CASTELNAU-LÉSTOILE, 1999: 132.

vam sujeitos os escritos dos inacianos, a leitura destas cartas contribui para um conhecimento mais abrangente acerca da ação evangelizadora e educativa dos jesuítas em terras de Vera Cruz, deixando perceber igualmente os desentendimentos em várias matérias referentes ao governo interno desta província.

Nascido em Lisboa, a 14 de agosto de 1629, Alexandre de Gusmão partiu muito jovem com a família para o Brasil, aportando no Rio de Janeiro a 14 de maio de 1644. Iniciou então os estudos de Humanidades no colégio fluminense e ingressou, dois anos depois, na Companhia de Jesus. Iniciou em 1651 o curso de Artes e, já no colégio da Baía, os estudos de Teologia em 1656. Foi ordenado sacerdote em 1658 e, a culminar a sua formação religiosa, emitiu a 2 de fevereiro de 1665 os votos solenes, recebidos pelo reitor Francisco Avelar. Em simultâneo, mereceu os cargos mais proeminentes na Companhia de Jesus: foi mestre de noviços, mestre de Humanidades e pregador no colégio do Rio de Janeiro<sup>15</sup>; professor de Retórica, mestre de noviços e reitor do Colégio da Baía<sup>16</sup>; vice-reitor e reitor dos colégios de S. Miguel, em Santos, e do Espírito Santo<sup>17</sup>.

Estabelecendo-se definitivamente na Baía, ascendeu então aos cargos de direção da ordem inaciana. Num primeiro momento, de 1676 a 1679, teve um primeiro contacto com as responsabilidades e exigências da direção da Companhia como secretário do Padre José de Seixas, provincial entre 1675 e 1681. Três anos depois, foi-lhe confiado o governo da Companhia de Jesus na Província do Brasil, de finais de 1684 a 15 de maio de 1688, cabendo-lhe, como Provincial, informar o Padre Geral acerca dos principais acontecimentos da Província, admitir ou despedir os noviços considerados inadequados ao espírito inaciano e distribuir os religiosos pelos ofícios, casas e colégios em função dos seus talentos e das necessidades religiosas. Neste período, foi ainda responsável pela construção, organização e regulamentação do Seminário de Belém da Cachoeira, fundado em 13 de abril de 1687. Terminada a primeira experiência de governo da Província, voltou ao ensino dos mais novos, sendo, em 1692, professor de Teologia Moral na classe do primeiro ano do colégio da Baía. Um ano depois, com a morte do Provincial Manuel Correia, foi pela segunda vez nomeado Provincial da Companhia de Jesus, função que cumpriu de 20 de maio de 1694 a 2 de dezembro de 1697<sup>18</sup>.

Autor moralizante e espiritual, asceta e pedagogo, Alexandre de Gusmão redigiu dezenas de cartas que ora visam a edificação dos leitores, por força do relato circunstanciado de missões de evangelização e obras pias, ora mencionam licenças de impressão e pareceres sobre obras literárias escritas no Brasil, ora noticiam as desgraças causadas por ataques de piratas, ora lamentam as vítimas de epidemias do «mal da bicha», ora informam sobre contratos de compra e venda de terras e dotações régias, ora denunciam os litígios com os paulistas pela administração temporal dos índios, ora revelam acentuadas divergências internas a respeito dos métodos de evangelização mais eficazes, dos modelos de formação dos noviços ou da formação do clero autótone.

---

<sup>15</sup> 7 de julho de 1654 – 15 de novembro de 1662 (FREITAS, 2012: 27).

<sup>16</sup> 11 de agosto de 1659; 26 de junho de 1670 – 22 de junho de 1672; 5 de agosto de 1681 (FREITAS, 2012: 25, 27, 28).

<sup>17</sup> 7 de março de 1663 – 12 de julho de 1665; 15 de abril de 1666 – 5 de junho de 1667 (FREITAS, 2012: 27-28).

<sup>18</sup> FREITAS, 2012: 31.



Depositadas no *Archivum Romanum Societatis Iesu* (ARSI), muitas já referidas na *História da Companhia de Jesus no Brasil* de Serafim Leite<sup>19</sup>, contam-se 32 cartas assinadas pelo Padre Alexandre de Gusmão, 30 das quais enquanto Provincial da Companhia de Jesus no Brasil, em latim, com exceção de uma em língua castelhana e três em língua portuguesa. A estas juntam-se 36 cartas que em diferentes contextos mencionam o Padre Gusmão, com remetentes religiosos e leigos, e ainda 7 notas biográficas, de extensão muito variável, em latim e em português, fundamentais para a organização da biografia deste jesuíta.

Para além de 26 cartas de assunto diverso endereçadas por Gusmão maioritariamente a três Gerais da Companhia de Jesus (Giovanni Paolo Oliva, Charles de Noyelle e Thyrsus González), encontram-se no ARSI 4 *Annuae Litterae ex Brasilia* com assinatura de Gusmão, a mais antiga referente ao provincialato do Padre Baltasar de Sequeira, nos anos 1657 e 1658<sup>20</sup>, e 3 outras concernentes ao segundo provincialato de Gusmão, com data de 1694, 1695 e 1697<sup>21</sup>.

Com vista à edificação do leitor, e enquadradas no desígnio de afirmação universal da Companhia de Jesus<sup>22</sup>, as cartas de Alexandre de Gusmão, além de descrições de festas religiosas, relatos de atividades de evangelização, pedidos de missionários, tratam igualmente da assistência espiritual aos colonos e mamelucos e, em menor escala, aos negros. Refira-se a este propósito que, na carta anual de 1694, são contadas visitas aos navios negreiros, pregações pelas ruas e em dias de festa, lições de catequese por peritos na «língua Angola» e expedições a engenhos, oficinas de cana-de-açúcar e fazendas para a doutrinação e administração dos sacramentos, sobretudo da penitência e da eucaristia, e ainda para combater os ritos e as superstições africanas<sup>23</sup>. O zelo dos padres missionários é, nestes relatos, exaltado pelo número de obras pias e sacramentos administrados, não se conhecendo, contudo, os modos de atuação dos religiosos, nomeadamente as práticas de doutrinação utilizadas, reproduzido muitas das referências comuns nas relações de missão.

No final do século XVII, os missionários encontraram nos meios urbanos um campo privilegiado de ação para a conversão interior e o aumento dos atos religiosos dos cristãos, convertendo-se esta «pastoral urbana»<sup>24</sup>, dirigida aos moradores brancos, mamelucos e índios catequizados, mas também aos militares e marinheiros<sup>25</sup> ou ainda aos visitantes hereges luteranos, calvinistas e mouros<sup>26</sup>, num eficaz instrumento de controlo do comportamento e da conservação do fervor religioso.

<sup>19</sup> LEITE, 1938-1950.

<sup>20</sup> Bras. 9, 59-62v – *Annuae Litterae Provincias Brasiliensis Annorum 1657 et 1658. Jussu Patris Provincialis Balthasaris de Siqueira.*

<sup>21</sup> Bras. 6, 435-438v – *Annuae Litterae ex Brasilia*, Bahia, 19 de junho de 1697.

Bras. 9, 395-400v – *Annuae Litterae ex Brasilia*, Bahia, 30 Maii Anni 1694.

Bras. 9, 410-415 – *Annuae Litterae ex Brasilia*, Anni 1695. Bahyae, 8 Julii 1695.

<sup>22</sup> A par das cartas de edificação, com a narração apologéticas dos frutos religiosos das missões, a construção da imagem da Companhia de Jesus alicerçou-se na composição de crónicas da ordem e da escrita de biografias dos irmãos mais proeminentes. Veja-se, a este respeito: SANTOS, 2008.

<sup>23</sup> Bras. 9, f. 400.

<sup>24</sup> BROGGIO, 2004a: 282.

<sup>25</sup> Bras. 9, f. 400.

<sup>26</sup> *Relação sumaria do q obraraõ os PP. da Comp.a de Jesu no Brazil em ordem ao bem espirital do Proximo desde o anno 1690 até o de 1691* (Bras. 9, ff. 375-375v).

Na carta ânua de 1686, narrando as expedições realizadas fora do Rio de Janeiro, Gusmão informa que nesse ano foram organizadas quatro missões dirigidas a senhores e escravos, registando os ministérios praticados, de acordo com o modelo de relato de missão na Península Ibérica<sup>27</sup>: expulsaram os demónios de dois corpos, um dos quais de uma mulher que recebera um batismo inválido; celebraram 141 matrimónios, convencendo os casais que perseveravam antes no pecado para escândalo de toda a comunidade; batizaram 111 indivíduos, entre eles alguns que tinham recebido o batismo de modo irregular e adultos perto da morte; ouviram 168 confissões, tanto confissões gerais de toda a vida como confissões ordinárias; concertaram injúrias, divergências e inimizades antigas; combateram as superstições e artes malélicas usadas por escravos africanos<sup>28</sup>.

Nestas cartas ânuas, referindo os negócios e as contribuições régias para custear as despesas da Companhia na Província<sup>29</sup>, Gusmão informa largamente o Geral Tirso González sobre a aquisição de terras e a fundação de aldeamentos para «reduzir» os índios aos costumes e disciplina cristã, enunciando também os trabalhos agrícolas, piscatórios e artesanais em que se aplicavam os índios e as formas de subsistência dos nativos e dos padres e irmãos residentes nestas missões<sup>30</sup>.

Como resposta ao incitamento do Geral Charles de Noyelle para que os provinciais erigissem quantas aldeias pudessem<sup>31</sup>, foram muitas as ações de catequização e de administração dos índios que tiveram intervenção de Gusmão. Sabemos, por carta de 4 de junho de 1687, enviada ao mesmo Geral, que o provincial Gusmão tinha fundado três missões de Tapuias, organizando duas aldeias dos Quiriris e uma dos Acarás, e encetado uma aldeia dos Cariri<sup>32</sup>. Anos depois, sendo vice-provincial do Padre António Oliveira, por volta de 1694 patrocinou uma missão no Rio de S. Francisco, no sertão, relatando-se também o descimento de milhares de índios a partir dos montes de Pernambuco e do Ceará<sup>33</sup>. Em 1695, informou o Geral de que organizara três missões junto dos Tapuias e erigira uma aldeia dos Cariri, a que acrescentou a preparação de duas missões itinerantes, elogiando neste ponto a ação missionária dos padres Ascenso Gago e Emanuel Pedrozo, no Ceará, e Filipe Bourel, no Rio de S. Francisco<sup>34</sup>. No ano seguinte, após minuciosa relação dos ministérios exercitados em favor dos índios e dos escravos africanos, deu conhecimento ao Geral Tirso González de uma missão realizada pelo Padre António Maria Bonucci do Recife até à Baía e de uma tentativa dos Padres Mauro Rodrigues e Gabriel Acosta organizarem o descimento dos índios das florestas de Porto Seguro, que seria contudo frustrada pela fuga dos nativos, continuamente perseguidos pelos paulistas<sup>35</sup>.

27 DOMPNIER, 1996; PALOMO, 2003a; PALOMO, 2003b; PALOMO, 2004.

28 Bras. 9, f. 375; Bras. 9, f. 376v; Bras. 15, 459v; Bras. 9, 412-413v.

29 Carta ao P. Geral Tirso González, da Baía, 13 de Junho de 1694 (Bras. 3-2, ff. 334-335).

30 Carta Anua doq se tem obrado no missaõ da cerra de Ybyapaba desde o anno de 1695 e athe o de 1697 emq estamos p.a o Pe Alexandre de Gusmão da Comp.a de JESU Provincial da Provincia do Brazil (Bras. 15, ff. 459-461v).

31 Bras. 4, f. 10 e 3-2, f. 234.

32 Carta ao P. Geral C. Noyelle, Baía, 4 de junho de 1687 (Bras. 3-2, f. 234).

33 Bras. 9, f. 397.

34 *Annuæ Litteræ*, Baía, 8 de julho de 1695 (Bras. 9, ff. 410-410v) e Bras. 3-2, f. 205.

35 Carta ao P. Geral da Companhia, da Baía, 5 de maio de 1696 (Bras. 4, ff. 8-9v).

E como o dever de informar detalhadamente por escrito se impunha nos diferentes níveis de hierarquia da ordem inaciana, aos religiosos em missão era exigido que comunicassem ao superior o sucedido nos diferentes contextos de atuação. A este respeito, realça-se a *Carta Annuã doq se tem obrado na missãõ da cerra de Ybyapaba desde o anno de 1695 e athe o de 1697 emq estamos p.<sup>a</sup> o P.<sup>e</sup> Alexandre de Gusmaõ da Comp.<sup>a</sup> de JESU Provincial da Provincia do Brazil*<sup>36</sup>, na qual Ascenso Gago, por comissão do superior Emanuel Pedrozo, expõe o modo de organização dos aldeamentos, desde a construção de casas e da igreja às plantações:

*sem mais dilação, e por dar logo inteiro cumprim.<sup>to</sup> a tudo, trataraõ de roçar, e fazer plantas em a Tabainha, adonde lhes signalamos; eporq emq.<sup>to</sup> não havia mantim.<sup>tos</sup> p.<sup>a</sup> o sustento seo, e de seus filhos, não hera possivel fazer a Igreja grande, e Aldeya em forma, lhes mandamos fazer sua Igreja pequena, e de pouca dura, junto aqual firmaraõ suas cazas tambem p.<sup>a</sup> pouco tempo e se aldearaõ todos assistindo a doutrina, q se lhe faz todos os dias.*

Depois de informar o Provincial sobre o modo como os aldeados eram doutrinados todos os dias e os numerosos batismos realizados aos domingos e dias santos, Gago expõe o fruto dos ministérios realizados nas remotas povoações de brancos sem padre assistente:

*Nos fins do verão antecedente a esta invernada, q referi, fomos em missãõ as Ultimas povoaçoins de gados, que ficaõ sincoenta legoas, pouco mais ou menos por detras desta Cerra, p.<sup>a</sup> a parte do Certaõ, movidos da neccessidade espiritual, emq vivem alli os brancos faltos de Sacerdotes, q lhe administrem os Sacram.<sup>tos</sup>, e ainda a q o cuidado das ovelhas proprias, q deixamos sem pastor, como o haveremce anticipado as agoas ao tempo costumado, nos obrigaõ a voltar antes q as enchentes do rio nos impedicem a retirada, e mais cedo doq pedia a neccessidade espiritual daquelles moradores; não se deixou com tudo de recolher algũ fructo spiritual, porq em dezoito dias, q por la nos detivemos; se fes missãõ em as tres partes principais daquella nova povoação, fazendocelhe suas praticas, e exortaçoins de menhãã, e tarde, acodindo todos a ouvillas, confeçamdoce, e comungando p.<sup>a</sup> ganhar o jubileo. fizeraõce 317 confiçãos, e destas 42 gerais neccessarias. hũas de toda a vida, e outras da maior parte della, emq se encubriaõ peccados graves, e alguns cazos, q por justas cauzas se não especificaõ. as comunhoins foraõ 275. impediaõce tres mortes q infallivelm.<sup>te</sup> se haviaõ de fazer; e hũa dellas se vinha fazer em amesma caza, adonde faziamos a missãõ, e por ter a espingarda errado fogo duas vezes, se não havia ja conseguido. Tivemos avizo do cazo, e não se se impedio, mas se fizeraõ amigos os offendidos pedindo publicam.te perdaõ de parte a parte. Compuzeraõce mais 15 enemizades, e malquerenças diferentes.*

Como se depreende destes textos, a preocupação com a doutrinação e a proteção dos índios é assunto constante nas cartas dirigidas às autoridades régias e ao Geral da Companhia de Jesus, nas quais Gusmaõ denuncia a violência com que os curraleiros destruíaam os aldeamentos e expulsavam os naturais e os padres jesuítas das missões sertanejas, em particular a poderosa família Dias D'Ávila da Casa da Torre. É o caso da

Carta ao Geral Tirso González, da Baía, de 2 de dezembro de 1696, na qual acusa as senhoras Catarina Fogaça e Leonor Pereira, herdeiras de Francisco Dias Ávila, de destruírem as missões dos índios Tapuias, armando e instruindo outras tribos bárbaras para expulsarem os índios aldeados e os religiosos que os assistiam<sup>37</sup>. Em maio do mesmo ano, Gusmão informara Roma das dificuldades experimentadas pelos missionários no interior baiano, dando conta dos ataques de índios e das vexações a que os padres da Companhia eram sujeitos por revelarem escrúpulos em administrar os sacramentos aos fazendeiros em situação de pecado<sup>38</sup>. Foi neste contexto de contínuos desentendimentos que o provincial ordenou ao superior da missão de Rodelas que enviasse informação completa do sucedido com as senhoras da Torre, o que resultou na *Relação da maneira com que se botarão os PPes da Comp.<sup>a</sup> de JESVS fora das suas missões no Rio de S. Francisco*, remetida por Gusmão a D. Pedro II, a 19 de novembro de 1696, e inserida na carta ao Geral com data de 2 de dezembro desse mesmo ano<sup>39</sup>.

Os episódios relacionados com a liberdade dos índios provocaram sucessivas desavenças entre os religiosos e os poderosos senhores das terras, sobretudo os bandeirantes paulistas, intransigentes na defesa da administração particular dos indígenas, o que motivou mesmo a expulsão dos jesuítas de S. Paulo em 1640. Anos depois, após expor ao Geral Charles de Noyelle, em carta de 18 de maio de 1685, as razões por que não deviam os jesuítas sair do colégio de S. Paulo<sup>40</sup>, e persistindo as controvérsias entre moradores e religiosos, a mediação de Gusmão junto dos representantes do povo e da Câmara desta vila acabaria por ser decisiva para evitar novos motins. Com efeito, sem deixar de censurar abertamente as práticas de escravização e comercialização dos índios, Gusmão conseguiu um acordo entre as partes, cujas condições foram reproduzidas na carta anual de 30 de maio de 1694<sup>41</sup>.

As cartas de Gusmão evidenciam também um profundo desacordo entre os próprios jesuítas a propósito da formação e direção dos noviços e dos métodos de evangelização que melhor serviam no Brasil os propósitos inicianos de propagação da fé cristã<sup>42</sup>. Na verdade, estas discussões constituíram o ponto central da contenda entre os «vieiristas», defensores de uma prática missionária centrada em aldeamentos afastados dos colégios e povoamentos, e os «Alexandristas» ou «grupo dos estrangeiros»<sup>43</sup>, agrupados nos colégios urbanos, partidários de uma estratégia de evangelização baseada em descimentos dos índios, que juntaria ao Padre Gusmão os influentes italianos Jorge Benci, autor de *Economia Cristã dos Senhores no Governo dos Escravos* (1700)<sup>44</sup>, e João António Andreoni, autor de *Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas* (1711)<sup>45</sup>, o flamengo Jacob Rolland, autor de uma controversa «Apologia pro paulistis», desaprovada por Roma, ou

<sup>37</sup> Carta ao P. Geral Tirso González, da Baía, 2 de dezembro de 1696 (Bras. 4, ff. 23-26v).

<sup>38</sup> Bras. 4, f. 9v.

<sup>39</sup> Bras. 4, ff. 24v-25.

<sup>40</sup> Bras. 3-2, 204-205v.

<sup>41</sup> *Annuae Litterae ex Brasilia, Bahiae*, 30 Maii Anni 1694 (Bras. 9, 395-400v).

<sup>42</sup> COUTO, 2000.

<sup>43</sup> LEITE, 1938-1950: 317.

<sup>44</sup> BENCI, 1954.

<sup>45</sup> ANTONIL, 2001.

o alemão João Filipe Bettendorff, que compôs a *Crónica dos Padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão*<sup>46</sup>.

No meio de discussões constantes, foram escritos discursos ofensivos e pouco edificantes, queixando-se uns e outros ao superior geral e à autoridade régia, procurando cada parte que vingasse a sua estratégia de evangelização e as suas propostas de governo da Província. Em carta dirigida ao Geral Tirso González, de 2 de julho de 1690, Gusmão faz duras críticas à atuação do Padre Vieira, então visitador-geral, afirmando que este «tiene perturbado los animos de muchos, pues q ni su ingenio, ni su exemplo son p.<sup>a</sup> reformar la provincia», e acrescentando que devido ao seu «violento e extravagante gobierno» se perdia uma Província tão benemérita<sup>47</sup>.

As desavenças entre Vieira e Gusmão iniciaram-se contudo em anos anteriores. Por ser o noviciado um período de provação dos jovens, e ocasião de inúmeros perigos para a sua vocação e alma, no provincialato de José de Seixas (1675-1681), sendo Gusmão secretário, foi instituído que os noviços e irmãos juniores permanecessem sob direção dos mestres até que adquirissem uma formação sólida necessária à missão. Em desacordo com este modelo de formação dos noviços que os impedia de participar nas missões, Padre António Vieira, defensor de que os noviços aprendessem a língua brasileira e realizassem a sua formação em contacto com os naturais, acusou o Padre Seixas (e por extensão Gusmão) de ignorar os «antigos usos» missionários no Brasil<sup>48</sup>.

Já em finais de Seiscentos, face à exiguidade de religiosos para a atividade pastoral de colonos e mamelucos e a assistência aos aldeados, dando forma a uma dinâmica de «contínua reelaboração de modalidades de catequese»<sup>49</sup>, em 1696, o provincial Alexandre de Gusmão propôs que os aldeamentos mais pequenos e dispersos fossem reunidos em povoações maiores e recomendou, sem que a documentação evidencie a existência de controvérsia neste ponto, que alguns índios, instruídos na fé e nos usos inácianos, fossem admitidos no noviciado e posteriormente integrados nas missões<sup>50</sup>.

<sup>46</sup> BETTENDORF, 1990.

<sup>47</sup> Bras. 3-2, f. 280.

<sup>48</sup> LEITE, 1938: 64, 320. Na conhecida «Exortação I em Véspera do Espírito Santo na Capela do interior do Colégio» (1688), dedicada aos «irmãos noviços e estudantes da Companhia de Jesus, zelosos, como todos devem ser, de empregar e sacrificar a vida à conversão e salvação dos gentios nas missões das nossas Conquistas», Vieira propõe que, na Província do Brasil, «o estudo da língua anteceda a todos os outros, sem que a eles possa passar algum da Companhia de Jesus, sem primeiro ser rigorosamente examinado e aprovado nela». Exortando os estudantes e noviços a buscarem as missões nos bosques e sertões, recomenda que «Para maior ajuda dos naturais da terra em que residem, todos aprendam a lingua d'ella». Acrescenta ainda que «todos os estudantes e os professores, os irmãos e os padres, os discipulos e os mestres, os moços e os velhos, subditos e os superiores, sem que haja officio ou occupação alguma tão importante, que os exceptue d'esta, porque ella é a maior, a mais importante, e a de que depende o fim de toda a Companhia». VIEIRA, 1959, V: 385-386.

<sup>49</sup> POMPA, 2002: 93.

<sup>50</sup> Bras. 4, ff. 9v-10. Em *Noticias e Reparos sobre a Provincia do Brasil*, João António Andreoni regista o número de religiosos admitidos na Companhia na Assistência do Brasil pelos provinciais que antecedem Gusmão: José de Seixas admitiu 69 religiosos (26 do Brasil, 34 de Portugal, 7 das Ilhas e 2 franceses), dos quais foram despedidos 15; António de Oliveira admitiu 7 padres italianos e 60 noviços (29 do Brasil, 23 do Reino, 3 de Angola, 4 de outras partes e 2 das Ilhas), tendo despedido 8 no noviciado e 2 em tempo posterior; Alexandre de Gusmão, apenas no primeiro provincialato, admitiu 44 religiosos (22 do Brasil, 19 do Reino, 1 das Ilhas, 1 holandês e 1 de Angola), tendo despedido 4 e morrido 3 no noviciado (Bras. 3-2, f. 249). Pode assim concluir-se que se verifica um decréscimo de religiosos que ingressam na Companhia de Jesus, a par de uma prevalência de candidatos naturais do Brasil ou oriundos de Portugal, não se confirmando, por estes números, a acusação de Gusmão preferir os padres estrangeiros aos portugueses, embora se ressalve a limitação desta informação por não considerar, entre outros aspetos, a definição dos cargos de governo.

Percebe-se, assim, que as divergências entre a «fação portuguesa», representada por Vieira, e a «fação estrangeira»<sup>51</sup>, representada por Gusmão, centradas na questão da liberdade dos índios e nas estratégias de missionação, se estendem a matérias como a formação do clero autótone, a origem dos irmãos a admitir na província e os padres elegíveis para funções de governo da ordem. Neste contexto, assume especial interesse o testemunho de «hũ religioso da Comp.<sup>a</sup> de settenta annos Portugues»<sup>52</sup> que, a coberto do anónimo, noticia a D. João V a atuação nefasta dos padres estrangeiros na província do Brasil, acusando-os de se apoderarem dos principais cargos de governo e de manipularem os religiosos locais. Manifestamente partidário do Padre António Vieira<sup>53</sup>, recorda o autor anónimo desta denúncia como o Geral Tirso González designou o ilustre pregador visitador-geral e nomeou um provincial português, o Padre Manuel Correia, e um procurador em Lisboa, Baltasar Duarte, para enviar, todos os anos, para o Brasil, missionários e principalmente noviços. Refere ainda um decreto régio que interditava os cargos de governo aos padres estrangeiros, o que originou a reação destes na Baía e no Maranhão, com o acordo dos padres naturais do Brasil, que recorreram ao Geral da Companhia de Jesus, acusando o Padre Vieira de se valer da sua autoridade e da sua influência sobre o procurador em Lisboa para conseguir que a coroa impedisse os padres estrangeiros de assumirem responsabilidades governativas. Persuadido pelas razões expostas, o Padre Geral nomeou então provincial Alexandre de Gusmão, o qual, sendo português, mas criado em terras brasileiras, foi também criticado pelo anónimo jesuíta, dizendo que «a sua virtude principal com a qual se fez dor dos P.<sup>es</sup> Estrangeiros, e naturaes, [é] a opposição que tem, e teve sempre ao P.<sup>e</sup> Antonio Vier.<sup>a</sup>»<sup>54</sup>. De modo explícito, o autor da denúncia identifica os principais intervenientes nesta controvérsia: de um lado, o Padre Vieira, partidário dos portugueses e do fervoroso espírito missionário; do outro, o Padre Gusmão, influenciado pelos padres estrangeiros, maioritariamente italianos, que dirigiram os principais colégios e tiveram funções principais na administração da Província, mais orientados, segundo o exposto na carta, pela ambição e sede de poder: «muitas vezes deixaõ [as suas terras] pellos quererem lançar delles os seus mesmos Naturaes, e susede que algũs que querem despedir tomaõ por expediente mandallos p.<sup>a</sup> as Missoes de Portugal, e muitas vezes he demonio encarnado o que a nos parece Anjo, e governe Anjos hũ demonio!»<sup>55</sup>.

Entre os «demónios» introduzidos na província do Brasil, o mais visado por estas críticas foi o Padre italiano João António Andreoni<sup>56</sup>. Conhecido por Vieira ainda em

51 Na leitura de Serafim Leite, Alexandre de Gusmão, «campeão dos filhos da terra (mamelucos)», opôs-se a António Vieira, «campeão dos naturais do Brasil (Índios)». LEITE, VII: 78.

52 Fondo Gesuitico. De Missionibus Societatis Iesu, 2./I., Missiones in Brasilia, 721/I. (manuscrito sem numeração dos fólhos).

53 De modo significativo, detém-se o autor anónimo na elaboração de um retrato panegírico de Vieira, «o qual em outro tempo, com hum bordaõ na mão com os pés descalços escorrendo sempre pizou as prayas do Maranhão, e Graõ Para, com grande exemplo, a fim som.te de buscar almas p.a Deos». (Fondo Gesuitico. De Missionibus Societatis Iesu, 2./I., Missiones in Brasilia, 721/I.).

54 Fondo Gesuitico. De Missionibus Societatis Iesu, 2./I., Missiones in Brasilia, 721/I.

55 Fondo Gesuitico. De Missionibus Societatis Iesu, 2./I., Missiones in Brasilia, 721/I.

56 João António Andreoni (Luca de Toscana, 8 de fevereiro de 1649 – Baía, 13 de março de 1716) ingressou na Companhia de Jesus, em Roma, a 20 de maio de 1667. Estudou Direito na Universidade de Perugia, tendo ingressado de seguida no

Roma e embarcados para o Rio de Janeiro no mesmo navio, tendo Andreoni sido inclusive secretário de Vieira e posteriormente por ele enviado como visitador a Pernambuco, a verdade é que, pouco depois, o jesuíta português acusou o italiano de instigar as desavenças entre os padres brasileiros, portugueses e estrangeiros. É conhecida, a este respeito, a Carta ao Padre Tirso González, de 6 de agosto de 1690, na qual, ao condenar a rebelião dos padres franceses em Roma, Vieira denuncia as discórdias que Andreoni semeava entre os jesuítas do Brasil, com grande influência sobre o provincial Alexandre de Gusmão:

*Y pa que yo me anime a la paciencia y constancia con el exemplo de VP.<sup>d</sup>, assi como VP.<sup>d</sup> ha tenido en Roma un Forozane, quasi del mismo modo me ha sucedido en el Brasil un Andreoni, que, como aquel ha llevado empoz de su Rebellion a todos los franceses, assi este teniendo a su devocion o adoracion todos los Italianos, no cessa en qto puede de rebellarse contra el que VP.<sup>d</sup> ha querido le represente en esta Provincia. Despues de lo que ha perturbado en Pernãbuco uniendo a su partido el Provincial, de nuevo pa mantener sus sobrinos en la Compa, con doze testigos de Mulatismo, de su propria autoridad y contra lo ordenado por mi ha intentado y hecho lo que escrivo al P. Assistente por no anadir a los gravissimos cuidados de que VP.<sup>d</sup> este tan gran impertinente»<sup>57</sup>.*

Com igual intuito de denúncia, numa carta ao Padre Manuel Luís, de 21 de julho de 1695, Vieira atribuiu a principal responsabilidade do acordo firmado com os paulistas sobre a administração dos indígenas a «um padre italiano [Andreoni ou Benci, ambos presentes nas negociações de Gusmão com os moradores de S. Paulo] que nunca viu índio, e só ouviu aos Paulistas, como outro flamengo chamado Rolando», terminando de forma agressiva: «Nao me temo de Castela, temo-me desta canalha»<sup>58</sup>.

No entanto, apesar dos decretos régios publicados em 1693, com a proibição de os padres estrangeiros se ocuparem das funções de mestres de noviços, secretários e adjuvantes do provincial, pela relevância que estes cargos tinham na organização jesuítica no Brasil, António Vieira não chegou a ver as suas pretensões satisfeitas, pois Andreoni, igualmente bem posicionado nos círculos do poder real e religioso, valendo-se da amizade de Sebastião Magalhães, confessor de D. Pedro II, conseguiu que fosse suspenso o efeito do decreto régio. Em 1694, junto com o Padre Inácio Faia, Vieira foi afastado de lugares de decisão dentro da Companhia, tendo apelado para Roma, que haveria de responder favoravelmente à sua pretensão somente em dezembro de 1697. Logo depois, o Geral da Companhia de Jesus ordenou que os padres italianos reunidos no colégio da

---

Seminário Romano, onde finalizou estudos em 1671 e 1672. Depois de lecionar Humanidades, Filosofia e Retórica, frequentou Teologia, em Roma, e foi ordenado sacerdote em 1681. Partiu de Lisboa para a Baía, na companhia do Padre Vieira, que havia conhecido em Roma. Fez a profissão solene na Baía, a 15 de agosto de 1683, recebida pelo Padre Gusmão, integrou missões e lecionou Retórica no Colégio da Baía. Ocupando depois os mais elevados cargos de ensino e direção, foi diretor da congregação dos estudantes, mestre dos noviços e secretário do provincial, sendo reitor do Colégio da Baía de 1698 a 1702 e, posteriormente, de 1709 a 1713, e provincial de 1706 até 1709. Cf. SILVA, 1987, I: 63; LEITE, 1938-1950, VII e VIII: 120-121, 45-54; BOSI, 1992: 149-174.

<sup>57</sup> Bras. 3-2, ff. 293.

<sup>58</sup> VIEIRA, 2003: 256-7.

Baía, sendo reitor Andreoni, fossem distribuídos por outras instituições de ensino e residências da Companhia de Jesus<sup>59</sup>.

Ainda provincial, em 1696, Alexandre de Gusmão escreveu ao Geral<sup>60</sup> pedindo que, terminado o provincialato, ficasse com o governo do Seminário de Belém da Cachoeira. Anos depois, por numerosas cartas com informações sobre a construção do seminário e da igreja<sup>61</sup>, as dívidas, o número de alunos<sup>62</sup>, os benfeitores<sup>63</sup>, as regras da instituição de ensino<sup>64</sup>, sabemos que Gusmão era ainda reitor em 1715<sup>65</sup>, solicitando na última carta que lemos, endereçada ao Padre Geral Tamburini, em 20 de setembro de 1720<sup>66</sup>, que fosse reitor do Seminário o Padre António Aranha. E foi neste seminário que Alexandre de Gusmão morreu, com geral opinião de santidade, no dia 15 de março de 1724, com 95 anos de idade e 78 de Companhia de Jesus<sup>67</sup>, iniciando-se nos anos seguintes, a expensas de D. Luiz Álvares de Figueiredo, arcebispo da Baía, um processo de beatificação deste jesuíta, que, como outros, não foi concluído.

As cartas assinadas por Alexandre de Gusmão, ou a ele referentes, contextualizadas na ampla correspondência jesuítica, com as funções, objetivos e instruções pormenorizados nas *Constituições*, a par de uma dimensão catequética e devocional, identificável nas cartas principais ou de edificação, relatam abundantemente impertinências e negócios e denunciam os graves desentendimentos entre os inicianos sobre estratégias de missionação e de governo dos religiosos no Brasil, em cartas restritas aos superiores. Deste modo, pela disciplina e obediência instituídas por Inácio de Loyola, as cartas trocadas entre as casas e os colégios, os superiores e Roma estabelecem uma complexa rede de comunicação idealizada para assegurar a ordem e o modo de proceder jesuítico<sup>68</sup>, conservar a unidade entre os religiosos dispersos pelas missões e províncias e, ainda que com a inclusão de anotações curiosas, servir de edificação a leitores religiosos ou leigos, *ad majorem Dei gloriam*.

## BIBLIOGRAFIA

- ANCHIETA, José de, S.J. (1933) – *Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- ANTONIL, André João (2001) – *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*. Introd. e comentário crítico por André Mansuy Diniz Silva, Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, [1711].
- BENCI, Jorge (1954) – *Economia Cristã dos Senhores no Governo dos Escravos*. Pref. e anot. por Serafim Leite, 2.ª ed. Porto: Livraria Apostolado da Imprensa, [1700].

<sup>59</sup> BOSI, 1992: 150-153.

<sup>60</sup> Bras. 4, 20-20v.

<sup>61</sup> Bras. 4, f. 88; Bras. 6-1, f. 190.

<sup>62</sup> Bras. 3-2, 285-285v; Bras. 5-2, f. 143; Bras. 6, f. 280v; Bras. 6-1, f. 65.

<sup>63</sup> Bras. 3-2, f. 329; Bras. 4, ff. 130-130v; Bras. 4, f. 150; Fondo Gesuitico, Collegia, 15, ff. 1373-1374.

<sup>64</sup> Bras. 9, f. 443; Bras. 9, f. 375.

<sup>65</sup> Bras. 10-2, f. 273v.

<sup>66</sup> Bras. 4, 206-206v.

<sup>67</sup> Bras. 13, f. 39.

<sup>68</sup> EISENBERG, 2000: 32.



- BETTENDORF, João Felipe (1990) – *Crônica da missão dos Padres da Companhia de Jesus no Maranhão*. Belém: SECULT, [1698].
- BERTRAND, Dominique, S.J. (1985) – *La politique de Saint Ignace de Loyola*. Paris: Lês Editions du Cerf.
- BOSI, Alfredo (1992) – *Antonil ou as lágrimas da mercadoria*. In *Dialética da colonização*. São Paulo: Campo das Letras, p. 149-174.
- BOXER, Charles R. (1990) – *A Igreja e a expansão ibérica: 1440-1770*. Tradução de Maria de Lucena Barros e Sá Contreiras, Lisboa: Edições 70.
- BROGGIO, Paolo (2004a) – *Evangelizzare il mondo: Le missioni della Compagnia di Gesù tra Europa e America (secoli XVI-XVII)*. Prefazione di Francesca Cantù, Roma: Carocci.
- \_\_\_\_ (2004b) – *Inquisizione, visite pastorali e missioni: la Compagnia di Gesù e gli strumenti del controllo religioso e sociale nel mondo ispanico (secoli XVI-XVII)*. «A Companhia de Jesus na Península Ibérica nos sécs. XVI e XVII – espiritualidade e cultura». Actas do Colóquio Internacional (Maio de 2004). 2 vols., Porto: Instituto de Cultura Portuguesa da Faculdade de Letras; Centro Inter-Universitário de História da Espiritualidade, Universidade do Porto, vol. II, pp. 459-486.
- CANTÙ, Francesca (2007) – *La Conquista spirituale: Studi sull'evangelizzazione del Nuovo Mondo*. Roma: Viella
- CASTELNAU-L'ESTOILE, Charlotte de (1996) – *Entre curiosité et édification. Le savoir des missionnaires jésuites au Brésil*. Sciences et religions: de Copernic à Galilée: 1540-1610. In Actes du Colloque international organisé par l'École française de Rome, Rome, 12-14 décembre, p. 131-157.
- COUTO, Jorge (2000) – *Estratégias e métodos de missão dos Jesuítas no Brasil*. «A Companhia de Jesus e a missão no Oriente». Lisboa: Brotéria-Fundação Oriente, p. 65-83.
- DOMPNIER, Bernard (1996) – *La Compagnie de Jésus et la mission de l'intérieur*. In GIARD, Luce; VAUCELLES, Louis, eds. – *Les jésuites à l'âge baroque, 1540-1640*. Grenoble: Jérôme Millon, p. 155-79.
- EISENBERG, José (2000) – *As missões jesuíticas e o pensamento político moderno*. Belo Horizonte: Ed. UFMG.
- FREITAS, César (2012) – *Alexandre de Gusmão: da literatura jesuíta de intervenção social*. Porto, Faculdade de letras da Universidade do Porto: Edição de autor [Tese de doutoramento].
- HUE, Sheila Moura (2006) – *Primeiras cartas do Brasil [1551-1555]*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- LABORIE, Jean-Claude (2013) – *Curiosité et contre-réforme au XVIe siècle, la lettre édifiante et curieuse jésuite, Camenae*, 15 – Mai 2013.
- LACOUTURE, Jean (1993) – *Os Jesuítas. I – A Conquista*. Lisboa: Editorial Estampa.
- LEITE, Serafim, S. J., introd. e notas (1955) – *Cartas do Brasil e mais escritos do Pe. Manuel da Nóbrega (Opera Omnia)*. Acta Universitatis Conimbrigensis. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- \_\_\_\_ (1938-1950) – *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Lisboa – Rio de Janeiro: Portugália – Civilização Brasileira [10 vols, a partir do 3.º vol., Lisboa: Portugália; Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro].
- LOYOLA, Santo Inácio de (1963) – *San Ignacio de Loyola, Obras Completas*. Transcripción, introducciones y notas Ignacio Iparraguirre, BAC, Madrid: La Editorial Católica.
- O'MALLEY, John W. (1993) – *The first Jesuits*. Cambridge-London: Harvard University Press.
- PALOMO, Federico (2003a) – *Malos panes para buenas hambres: comunicación e identidad religiosa de los misioneros de interior en la Península Ibérica (siglos XVI-XVIII)*. «Penélope», 28, p. 7-30.
- \_\_\_\_ (2003b) – *Fazer dos campos escolas excelentes. Los jesuítas de Evora, la misión de interior y el disciplinamiento social en la época confesional (1551-1630)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian – Fundação para a Ciência e a Tecnologia.
- \_\_\_\_ (2004) – *De algunas cosas que sucedieron estando en misión. Espiritualidad jesuita y escritura misionera en la península Ibérica (siglos XVI-XVII)*. «A Companhia de Jesus na Península Ibérica nos sécs. XVI e XVII – espiritualidade e cultura». Actas do Colóquio Internacional (Maio de 2004). 2 vols., Porto: Instituto de Cultura Portuguesa da Faculdade de Letras; Centro Inter-Universitário de História da Espiritualidade, Universidade do Porto, vol I, p. 119-150.
- PASCHOUD, Adrien (2008) – *Le monde amérindien au miroir des Lettres édifiantes et curieuses*. Oxford: Voltaire Foundation.

- PÉCORA, Alcir. (1999) – *Cartas à Segunda Escolástica*. In NOVAES, Adauto, org. – *A outra margem do ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, p. 373-414.
- POMPA, Cristina (2002) – *O Lugar da Utopia: Os Jesuítas e a Catequese Indígena*. «Novos Estudos CEBRAP», 64, Nov., p. 83-95.
- SANTOS, Zulmira C. (2008) – *A literatura «hagiográfica» no Brasil do tempo do Pe António Vieira: da Chronica da Companhia de Jesu do estado do Brasil e do que obrarão seus filhos nesta parte do Novo Mundo (1663) às biografias devotas de Simão de Vasconcellos*. «Românica», 17, Lisboa: Departamento de Literaturas Românicas da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, p. 151-166.
- SILVA, Inocêncio Francisco da (1987) – *Dicionário Bibliográfico Portuguez* (Edição fac-similada da ed. da I.N. de 1858-1923). Lisboa: IN-CM.
- TORRES LONDOÑO, Fernando (2002) – *Escrevendo Cartas. Jesuítas, Escrita e Missão no Século XVI*. «Revista Brasileira de História», São Paulo, vol. 22, n.º 43, pp. 11-32.
- VIEIRA, António, S. J. (1995) – *Cartas I – II – III*. Coord. e anot. J. Lúcio de Azevedo, Lisboa: INCM.
- \_\_\_\_ (2003) – *Cartas do Brasil (1626-1697): Estado do Brasil e Estado do Maranhão e Grão-Pará*. Org. João Adolfo Hansen, São Paulo, Hedra.
- VIEIRA, António (1959) – *Sermões (1679-1748)*. Porto: Lello & Irmão.

# CARTAS, INFORMACIÓN E INSTRUCCIONES:

LA GESTIÓN DE RENTAS Y ASIENTOS POR HOMBRES  
DE NEGOCIOS PORTUGUESES EN LA CORONA DE CASTILLA  
(SIGLO XVII)

ÁLVARO SÁNCHEZ DURÁN\*

**Resumo:** *O presente artigo tem como objetivo o estudo do papel exercido pelas cartas como instrumentos fundamentais no decorrer dos negócios durante o período moderno. As cartas possibilitavam a obtenção e transmissão de todo tipo de informações relativas aos fatores económicos, políticos e diplomáticos de cuja influência dependia o êxito, ou fracasso, das atividades comerciais e financeiras. A análise das epístolas remetidas a Francisco Lopes Capadoce, um homem de negócios cristão-novo português, vai permitir avaliar a importância das mesmas na gestão do contrato financeiro que assinou em 1652 com a Real Hacienda da Coroa de Castela: a renda do estanco das salinas da Andaluzia interior, que incluiu um asiento para a provisão de 40.000 escudos aos Países Baixos Espanhóis.*

**Palavras-chave:** *Cartas; informação; homens de negócios; cristãos-novos portugueses.*

**Abstract:** *This article aims to study the role played by letters as essential tools for the management of business during the Early Modern Period. Letters allowed both to receive and to circulate information regarding the economic, political and diplomatic factors having influence on the success, or failure, of commercial and financial activities. By analyzing the letters sent to Francisco Lopes Capadoce, a Portuguese New Christian businessman, this article seeks to assess the utility of such letters in overseeing the financial contract signed by Capadoce in 1652 with the Castilian Royal Treasury: the tax farm monopoly over the salt mines of inland Andalusia, which included an asiento for providing 40.000 escudos to the Spanish Low Countries.*

**Keywords:** *Letters; information; businessmen; Portuguese New Christians.*

## 1. INTRODUCCIÓN

Cualquier tentativa de estudio de las actividades mercantiles y financieras durante el periodo moderno no puede, ni debe, obviar la importancia de ese crucial vehículo de transmisión de la cultura escrita que fue la carta<sup>1</sup>. Actualmente resulta indiscutible la enorme utilidad de la epístola como fuente histórica mediante la cual reconstruir y analizar las operaciones realizadas por los actores económicos en el ámbito del comercio y las finanzas. Gracias a la rica información contenida en las «cartas de negocios», los historiadores podemos conocer las distintas variables que influían en las dinámicas de las referidas actividades en ámbitos temporales o geográficos determinados. Dinámicas de carácter económico, como el precio de las mercancías, la oferta y demanda de las mismas, la disponibilidad de transporte terrestre o marítimo, el tipo de interés de letras de cambio o seguros marítimos. Pero también otras de carácter político, militar y diplomático, como

---

\* Universidad Autónoma de Madrid. alvaro.sanchezd@uam.es. Este artículo se inserta en el Proyecto de Investigación «Nuevas perspectivas de historia social en la ciudad de Madrid y sus áreas de influencia en la época moderna» (HAR2014-53298-C2-2-P), financiado por el Ministerio de Economía y Competitividad, Gobierno de España. La realización del mismo ha sido posible gracias a una ayuda del Programa de Formación de Profesorado Universitario (FPU 2013), Ministerio de Educación, Cultura y Deporte, Gobierno de España.

<sup>1</sup> Respecto a la evolución de las prácticas epistolares desde inicios del periodo moderno, CASTILLO GÓMEZ, 2011.

devaluaciones monetarias, suspensiones de pagos oficiales, conflictos bélicos, acuerdos de paz, piratería y corso, etcétera<sup>2</sup>.

Por otra parte, las cartas de mercaderes y hombres de negocios constituyen ítems materiales que permiten a los historiadores examinar el contenido de las interacciones personales desarrolladas por los mismos de cara a la realización de sus actividades económicas<sup>3</sup>. Los epistolarios posibilitan tanto la reconstrucción de las redes sociales en que se sustentaba el comercio y las finanzas a significativas distancias geográficas, como la observación de las características intrínsecas a esos conjuntos de relaciones personales<sup>4</sup>. Por consiguiente, gracias a la correspondencia nos resulta posible examinar el conglomerado de individuos intervinientes en operaciones mercantiles y/o financieras concretas. Y, especialmente, los factores en que se sustentaba la cooperación entre los mismos: familia y parentesco, nación, religión, etnicidad, marco jurídico-institucional, confianza, reputación o estatus.

Junto al valor de la carta como fuente histórica, no menos importante es el papel que desempeñó para los propios actores humanos cuyas actividades reconstruimos y analizamos a través de su contenido. Nos estamos refiriendo a la propia funcionalidad de la carta como instrumento de agencia política, social, económica y cultural<sup>5</sup>. Ese valor instrumental de la carta se plasmaba en el recurso a la misma como medio para obtener y difundir información entre correspondientes, así como para transmitir instrucciones u órdenes entre empleadores y empleados (o agentes). Esta última cuestión era crucial para reducir la incertidumbre y el riesgo en el desarrollo de actividades mercantiles y financieras, habida cuenta de las ya mencionadas referencias de carácter económico, político o diplomático contenidas en las cartas<sup>6</sup>. Por todo ello la epístola constituía un vehículo de la agencia humana en el ámbito económico.

Es preciso tener en cuenta que dicha agencia dependía en gran medida de la existencia de redes sociales conformadas por comerciantes y negociantes situados en distintas latitudes geográficas. En cuanto que conjunto de interacciones interpersonales, esas redes de carácter mercantil y financiero precisaban de las cartas como medios de comunicación y de difusión de información entre individuos separados por la distancia<sup>7</sup>. A su vez, la correspondencia epistolar permitía emitir juicios sobre las reputaciones personales de agentes económicos con los que no se podía establecer contacto cara a cara. Unas reputaciones personales cuya evaluación se sostenía en gran medida en las noticias sobre acciones pretéritas transmitidas a través de las propias cartas<sup>8</sup>.

Para el estudio de las cartas desde la doble perspectiva histórica e instrumental, el presente artículo ha recurrido a la consulta y examen de un conjunto de epistolarios. En

---

<sup>2</sup> ASLANIAN, 2008. RIBEIRO, 2011.

<sup>3</sup> Ese carácter instrumental de las cartas es el que permite reconstruir prácticas sociales y económicas del pasado. DEL LUNGO CAMICIOTTI, 2014.

<sup>4</sup> IMÍZCOZ BEUNZA & ARROYO RUIZ, 2011.

<sup>5</sup> MCLEAN, 2007: 1-34.

<sup>6</sup> BASKES, 2011.

<sup>7</sup> CASADO ALONSO, 2008.

<sup>8</sup> SÁNCHEZ DURÁN, 2016.

concreto, los pertenecientes a una serie de hombres de negocios de la nación portuguesa – es decir, *cristãos-novos* portugueses – que contrataron asientos y rentas reales con la Real Hacienda de la Corona de Castilla durante el reinado de Felipe IV (1621-1665, Felipe III de Portugal hasta 1640). Tales conjuntos epistolares fueron incautados a los referidos negociantes tras ser detenidos por distintos tribunales del Santo Oficio español bajo acusaciones de «judaizantes». Hoy en día se hallan conservados en el fondo *Inquisición* del Archivo Histórico Nacional (AHN), Madrid.

## 2. TRANSMISIÓN DE INFORMACIÓN E INSTRUCCIONES ENTRE CORRESPONSALES

Tal y como se ha mencionado con anterioridad, las cartas desempeñaron una función clave en el polifacético mundo de los negocios durante los siglos modernos. Especialmente, con anterioridad al surgimiento de periódicos y otro tipo de fuentes impresas de difusión pública, cuya aparición tendría lugar a partir de finales del siglo XVII<sup>9</sup>. Han sido diversos los trabajos que han abordado la funcionalidad de las cartas en cuanto que pilares del comercio entre diversas latitudes geográficas, recurriendo además a las mismas epístolas como fuentes con las que reconstruir dichas actividades. Pueden citarse como ejemplos paradigmáticos los ya clásicos trabajos de Henri Lapeyre, José Gentil da Silva y Felipe Ruiz Martín sobre la base del amplio y rico epistolario de Simón Ruiz<sup>10</sup>. Y entre los numerosos ejemplos recientes, cabe referir el estudio de Josep San Ruperto sobre las actividades mercantiles de las familias milanesas Cernezzi y Odescalchi en el ámbito mediterráneo durante el siglo XVII<sup>11</sup>.

De forma más reciente una serie de historiadores han recurrido al estudio de fondos epistolares de cara a abordar el análisis de las interacciones mercantiles desde las novedosas aportaciones teóricas aportadas por tendencias historiográficas como la *Global History*. El recurso a las cartas como fuente primaria les ha permitido explorar cuestiones como los factores en los que se cimentaba la cooperación interpersonal en el comercio durante el periodo moderno: tanto entre individuos conformantes de un mismo grupo nacional, étnico o religioso, como entre individuos ligados a distintos contextos culturales (*cross-cultural trade*) o diferentes ámbitos jurídico-territoriales<sup>12</sup>.

Mucho menor ha sido la atención concedida a los epistolarios en cuanto que fuente para la reconstrucción y análisis de actividades netamente financieras. Nos referimos a los contratos financieros firmados entre particulares y distintos Estados europeos durante el Antiguo Régimen, entre cuyos ejemplos más representativos se cuentan los *asientos* para la provisión de numerario entre la Monarquía Hispánica de los Austrias y negociantes de diversas procedencias durante los siglos XVI y XVII. Lo mismo puede afirmarse

<sup>9</sup> TRIVELLATO, 2009: 170-176. CHARTIER & ESPEJO, 2012.

<sup>10</sup> LAPEYRE, 1955. GENTIL DA SILVA, 1956. RUIZ MARTÍN, 1965.

<sup>11</sup> SAN RUPERTO ALBERT, 2016.

<sup>12</sup> STUDNICKI-GIZBERT, 2007. TRIVELLATO, 2009. LAMIKIZ, 2010. ASLANIAN, 2011. VANNESTE, 2011. BASKES, 2013. RIBEIRO, 2015. BOHÓRQUEZ, 2017.

con respecto al arrendamiento de rentas reales por dichos particulares. Es justo señalar que tales carencias han sido resultado de la escasa conservación de amplios epistolarios en base a los cuales poder realizar tales estudios. Una de las más notables excepciones la constituyen los citados epistolarios incautados por la Inquisición española a hombres de negocios portugueses a lo largo del siglo XVII. Aunque el grado de conservación de los mismos varía según el caso, los más completos contienen las cartas recibidas por parte de diferentes corresponsales en meses y años concretos.

Para comprobar en toda su magnitud la importancia de las cartas como herramienta para la gestión de actividades fisco-financieras se recurrirá al ejemplo proporcionado por las epístolas secuestradas a Francisco Lopes Capadoce (Vila Real, Portugal, c. 1600 – Toledo, Castilla, 1666)<sup>13</sup>. Residente en la Corona de Castilla desde la década de 1620, Capadoce llegaría a efectuar diversos contratos fiscales y financieros con la Monarquía de los Austrias a partir de 1639. Como por ejemplo el arrendamiento de la renta del tabaco de Portugal (1639-1640) – cuya vigencia cesó con el inicio de la *Restauração* en el reino luso –, la contratación de la provisión del presidio de Tánger (1641-1643) – suspendida tras la toma de la plaza por tropas bragancistas –, así como el asiento de provisión del presidio de Ceuta (1644-1646)<sup>14</sup>.

En este trabajo nos centraremos en el arrendamiento de la renta de las salinas de Andalucía tierra adentro firmado en diciembre de 1651 por Luis Fernandes Pato (Vila Real, Portugal, c. 1614 – ¿?), yerno y socio de Francisco Lopes Capadoce<sup>15</sup>. Este contrato tuvo su origen unos meses antes en el acuerdo por el cual Capadoce y Pato capitularon el casamiento de este último con Juana Dias Capadoce, hija del anterior. A resultas de ese compromiso Luis Fernandes Pato recibió en concepto de dote 8.000 ducados (88.000 reales) de plata que sellarían la alianza económica con Capadoce, y que serían empleados como capital para pujar por el arriendo de la renta de las salinas<sup>16</sup>. Aunque Pato figurase como único tomador de la renta, las riendas del negocio serían llevadas en conjunción con su suegro.

El arrendamiento se fijó por un periodo de diez años que darían comienzo en el día de Navidad de 1651, por un precio de 32.000.000 maravedíes anuales. A modo de fianza del contrato se concretó una cláusula según la cual Pato – y, por consiguiente, Capadoce – se comprometía a proveer 40.000 escudos de a 10 reales de plata a la Pagaduría General del Ejército de Flandes en un plazo de siete meses contados desde el 2 de enero de 1652, a razón de seis pagas mensuales de 5.000 escudos durante los seis primeros meses y de 10.000 escudos en el séptimo y último mes. Los intereses de esa provisión se establecieron en un 8% anual, más un 10% adicional en concepto de *conducción* por los costes de las transacciones monetarias y financieras entre la Corona de Castilla y los Países Bajos espa-

<sup>13</sup> Referido en las fuentes documentales castellanas como Francisco López Capadocia.

<sup>14</sup> AGS – *Contadurías Generales*, leg. 135-2. AHPM – *Protocolos Notariales*, 5411, fl. 81r-86v. Para más información sobre Francisco Lopes Capadoce, SÁNCHEZ DURÁN, 2015: 201-203.

<sup>15</sup> La trayectoria vital de Luis Fernandes Pato puede consultarse en los procesos de fe que sobre el mismo se conservan en el Archivo Diocesano de Cuenca. ADC – *Inquisición*, leg. 455, exp. 6292G; y ADC – *Inquisición*, leg. 524, exp. 6749.

<sup>16</sup> Así lo señaló Capadoce en mayo de 1663 ante los inquisidores del Tribunal del Santo Oficio de Toledo. AHN – *Inquisición*, leg. 161, exp. 9.

ños. A su vez, se otorgó licencia a Pato para poder sacar de España a lo largo de todo el año de 1652 hasta 30.000 reales de plata (3.000 escudos), en moneda o en mercancías, para poder suplir parte de los gastos de la provisión<sup>17</sup>.

Las cartas remitidas a Francisco Lopes Capadoce en 1652 ofrecen una amplia panorámica de la gestión conjunta de la renta y del asiento de provisión durante su primer año de vigencia. A través de las mismas se observa cómo Luis Fernandes Pato se trasladó a Andalucía para encargarse de la renta como *tesorero general* de la misma, fijando su domicilio en Sevilla, mientras que su suegro y socio Francisco Lopes Capadoce permanecería en Madrid como cabeza de la casa de negocios familiar. En función de ello Capadoce se ocuparía de la resolución de todas las cuestiones relativas a sus negocios ante el Consejo de Hacienda, de dar el visto bueno al proceso de reclutamiento de empleados para la renta, así como de la consecución de crédito con el que remitir letras desde España para que sus corresponsales en Amberes y Ámsterdam pudiesen ejecutar las pagas del asiento. Mientras tanto, Pato se encargaría de la gestión del negocio sobre el terreno mediante la supervisión directa de los administradores y demás empleados de la renta, la cual efectuaba a través de continuos viajes entre Sevilla y el resto de localidades adscritas al distrito de las salinas de Andalucía tierra adentro.

Como se podrá comprobar, las cartas serían un vehículo imprescindible de transmisión de información e instrucciones de cara a la coordinación de ambos negocios. A raíz de las múltiples materias referidas en esas epístolas se procederá a su análisis en dos apartados distintos, para mostrar así el alcance del contenido funcional o instrumental de las cartas. El primer apartado corresponderá a materias relativas a la administración de la renta de las salinas, mientras que el segundo se centrará en las gestiones para el cumplimiento del asiento de provisión para Flandes.

### 3. LAS CARTAS Y LA RENTA DE LAS SALINAS DE ANDALUCÍA TIERRA ADENTRO

Convendría comenzar este apartado con una breve descripción de las características de la renta de las salinas de Andalucía tierra adentro. En la Corona de Castilla la sal constituía un monopolio real cuya cobranza se llevaba a cabo a través del arrendamiento de las diferentes demarcaciones en que se dividió para tal efecto su territorio<sup>18</sup>: Galicia, Asturias, Castilla la Vieja, Murcia, Granada, Andalucía costa de la mar, Andalucía tierra adentro, Badajoz, etc. Cada uno de estos distritos fiscales se arrendaba por separado, constituyendo de ese modo rentas autónomas con su propio arrendador (*tesorero general*). En el caso específico de las salinas de Andalucía tierra adentro, la renta comprendía un ámbito geográfico conformado por la zona interior del Reino de Sevilla, así como por los colindantes Reinos de Córdoba y Jaén.

<sup>17</sup> AGS – *Contadurías Generales*, leg. 534.

<sup>18</sup> DOMÍNGUEZ ORTIZ, 1960: 235. LÓPEZ BELINCHÓN, 2001a: 152.



**Ilustración 1** – Área aproximada bajo jurisdicción de la renta de las salinas de Andalucía tierra adentro [señalada en gris]. *Les royaumes de Grenade et d'Andalousie* (Paris, 1707).

[<http://www.bibliotecavirtualdeandalucia.es/catalogo/consulta/resultados.cmd?id=74&posicion=1&forma=ficha>]

Los ingresos de la renta procedían esencialmente del monopolio de la provisión y venta de la sal a lo largo de esos territorios, que se efectuaba mediante los alfolíes (depósitos) y toldos (puestos de venta) situados en sus principales ciudades y villas: Sevilla, Utrera, Écija, Osuna, Córdoba, Bujalance, Baena, Jaén, Baeza, Porcuna o Cazorla. A su vez, era responsabilidad del tesorero general de la renta asegurar la producción de sal en las diferentes salinas del territorio sometido bajo la jurisdicción de este derecho real, como por ejemplo las de Duernas en el Reino de Córdoba<sup>19</sup>. Semejantes obligaciones requerían de la contratación de un amplio conjunto de empleados con distintas funciones que acometer: administradores para la gestión de los partidos de la renta, tolderos para la venta de la sal, barqueros para el transporte de la sal por el río Guadalquivir, alguaciles y guardas para perseguir el contrabando de sal (*descaminos*) y proteger las salinas, así como letrados para los pleitos ocasionados en el marco del negocio. Una estructura jerárquica de negocio situada bajo la dirección del tándem Capadoce-Pato, entre Madrid y Sevilla.

<sup>19</sup> Las condiciones del arriendo de la renta de las salinas de Andalucía tierra adentro pueden verse con todo detalle en, AGS – *Contadurías Generales*, leg. 534.



Desde su llegada a Andalucía a principios de 1652, Luis Fernandes Pato comenzaría a referir en sus cartas a Francisco Lopes Capadoce todo lo relativo al reclutamiento de los empleados necesarios para la renta. Así se observa en una carta del día 6 de marzo en la que Pato menciona hallarse a la espera de aceptación del empleo de administrador del partido de Jaén por parte de António Fernandes Videira. Ante la falta de resolución de este último, Pato solicitaría a Capadoce que se pusiera en contacto con el mismo para conocer su determinación final. Entretanto, Pato también afirmaba haber explorado otras alternativas como la de Rafael Enriquez de Medina, al que definía como «moço a propósito y trabajador». Junto a los referidos agentes, ambos portugueses, Pato también llegaría a sondear la posibilidad de contratar como administrador a algún castellano a pesar de las notorias reticencias con respecto a esta última opción:

*sin embargo que en Jaén abrá castellanos que lo desearán y arán artas conbeniençias, [...] tiene ynconvenientes el dársele porque no miran tanto por la hazienda como conbiene y es jente que una bes dada [la administración] es difícil, aunque no obren bien, el quitársela<sup>20</sup>.*

Puesto que Capadoce era el cabeza del clan familiar, las decisiones tomadas por Pato sobre el terreno requerían recibir su beneplácito desde Madrid. De ahí que el reclutamiento de determinados empleados para la renta tuviese que ser lo más justificado posible, incluyendo menciones sobre la buena reputación de los agraciados. Como cuando a inicios del mes de abril Pato le refiriera su decisión de confiar los alfolíes de Córdoba a don Pedro Miranda de Ayala, primo hermano de su difunta primera esposa: «los alfolyes de Córdoba se darán a don Pedro de Miranda, sobrino de Simón de Miranda y moço de muchas prendas y que está en todas materias y a tenido otras administraciones [...]»<sup>21</sup>. Tal y como se observa en el citado fragmento, Pato acompañaba la noticia con un elogio de la aptitud y experiencia de don Pedro Miranda.

Las cartas no sólo servirían a Pato para exponer la adecuación, o no, de los candidatos a las distintas ocupaciones de la renta, sino también para detallar el resultado de las negociaciones para lograr la contratación de algunos de ellos. Dichas negociaciones trataban del empleo concreto a desempeñar, así como de las condiciones salariales del mismo. Uno de los casos más significativos lo representa el de Diego López Céspedes, esposo de Blanca Méndez, una prima hermana de Francisco Lopes Capadoce. Este último, guiado por sus obligaciones en cuanto que patrono de su parentela, propondría ocupar a Céspedes en uno de los empleos de la renta. Por esa razón Pato le ofrecería la gestión de las salinas de Duernas. No obstante, las exigencias de Céspedes resultarían demasiado altas pues, además de solicitar un cuantioso salario por el empleo en Duernas, pretendía que se confiaran los alfolíes de Córdoba a su anciano padre<sup>22</sup>. La irresolución de Céspedes y sus desproporcionadas demandas llevarían al hartazgo a un Luis Fernandes Pato acuciado

<sup>20</sup> AHN – *Inquisición*, leg. 3988, Carta de Luis Fernandes Pato a Francisco Lopes Capadoce, Écija, 06-03-1652.

<sup>21</sup> AHN – *Inquisición*, leg. 3988, Carta de Luis Fernandes Pato a Francisco Lopes Capadoce, Sevilla, 02-04-1652. Pato estuvo casado entre 1640 y 1644 con doña Ana de Miranda, hija de Simón Fernández de Miranda. ADC – *Inquisición*, leg. 524, exp. 6749.

<sup>22</sup> AHN – *Inquisición*, leg. 3988, Carta de Luis Fernandes Pato a Francisco Lopes Capadoce, Écija, 06-03-1652.

por múltiples problemas. Lo cual explica el duro tono con el que describiría a Capadoce el estado de las negociaciones:

*A Çéspedes yo no le entiendo me parece que toda la rrenta es poco para contentalle yo le escrivo con rresolución que tome los alfolies de Córdoba con quatro mil reales de salario siendo que nunca tubo más de tres mil, o que tome lo de Duernas con quinientos ducados [5.500 reales] y 100 ducados [1.100 reales] su padre en Pliego [Priego] a donde puede tener su casa, y que en falta no me able más en ello pues yo no puedo sufrir más sus ynpertinencias<sup>23</sup>.*

Para reforzar sus críticas con respecto a la actitud de Diego López Céspedes, Pato informaría a Capadoce de los salarios otorgados por los empleos arriba referidos bajo anteriores tesoreros generales de la renta. Así, en carta de 23 de abril Pato indicaba cómo Céspedes había rechazado ocuparse de los alfolies de Córdoba por 4.000 reales anuales cuando «en tiempo de los Torres» – en referencia a Diego López Torres y sus hermanos, arrendadores de la renta entre las décadas de 1630 y 1640 – se pagaba 3.300 reales por dicho empleo. A su vez, indicaba que Céspedes se decantaba finalmente por obtener las salinas de Duernas para sí y el toldo de Priego para su padre, solicitando 700 ducados [7.700 reales] al año por ambos empleos. Pato comunicaba lo excesivo de esa cuantía ya que la sola gestión de las salinas de Duernas no había tenido más de 4.000 reales de salario bajo los hermanos Torres, incrementados a 5.500 reales por don Duarte de Acosta – el arrendador inmediatamente precedente a Pato y Capadoce – por haber ocupado en dicho empleo a un sobrino suyo. Pato finalizaba la narración de esta materia haciendo mención de la oferta definitiva planteada a Céspedes, a la vez que pedía a Capadoce una resolución definitiva:

*yo le he ofreçido 600 ducados [6.600 reales] por una administración y otra, si no se rresolviere açetarlo no sé qué açerle pues solo él no ay contentalle, con que me parece se abrá de quedar sin nada pues con nada se obliga, sim embargo VM disponga lo que le paresçiere, que esso se executará<sup>24</sup>.*

Como se puede observar, además de recurrir a las cartas como medio con el que mantener al corriente a Capadoce del estado de las negociaciones para la contratación de un agente, Pato proporcionaba información adicional en relación a los salarios atribuidos con anterioridad a esos empleos. Gracias a la recepción de esos datos adicionales Capadoce podría considerar la conveniencia de aceptar las demandas de Diego López Céspedes.

Junto con la información relativa al proceso de reclutamiento de empleados, las cartas remitidas por Luis Fernandes Pato también servían para describir a su suegro el estado en que se encontraba el negocio. Por ejemplo, a principios de marzo de 1652 indicaba la mala situación en que se hallaba el partido de Écija, uno de los principales de la renta de las salinas en el Reino de Sevilla:

<sup>23</sup> AHN – *Inquisición*, leg. 3988, Carta de Luis Fernandes Pato a Francisco Lopes Capadoce, Sevilla, 16-04-1652.

<sup>24</sup> AHN – *Inquisición*, leg. 3988, Carta de Luis Fernandes Pato a Francisco Lopes Capadoce, Sevilla, 23-04-1652.

*Aquí asta aora no he obrado nada, [...] esta çiudad está muy robada porque por el agosto hurtaron 3 u 4.000 fanegas de sal con que este año no gastarán sal de consideración, siendo que es la mayor que tiene este reynado [de Sevilla].*

Además, Pato añadía que el estado de los partidos del Reino de Córdoba era mejor de lo esperado y que lo halló «más bien administrado», calculando que la cuantía de los ingresos en ese territorio «no bajará 20 por 100 del tiempo de los Torres», es decir, con respecto a la década de 1640<sup>25</sup>.

No menos importante era la utilidad de las cartas para la transmisión de instrucciones entre corresponsales. De ahí que Pato no sólo mantuviera bien informado a Capadoce de todas las materias relativas a la renta, sino que a su vez le encargase múltiples comisiones que habían de resolverse en Madrid. Es el caso de la obtención del *recudimiento* para la renta: el despacho y poder que el Consejo de Hacienda otorgaba, en nombre del rey, a un determinado tesorero general para poner en cobro los derechos que había arrendado. Hasta recibir el referido recudimiento las rentas sólo podían ser administradas de forma provisional mediante una *fiedad*. Si al término del periodo de la fiedad el arrendador no conseguía el recudimiento, los cabildos municipales de ciudades o villas podían asumir temporalmente el cobro de los derechos reales, con el perjuicio económico que ello conllevaba para el arrendador.

Eso explica que el 2 de abril de 1652 Pato recordara a Capadoce la necesidad de obtener de la Escribanía Mayor de Rentas el recudimiento para la renta de las salinas, puesto que su fiedad finalizaba el día 28 de ese mes. En caso de no ser posible antes de la fecha referida, Pato exhortaba a Capadoce para que solicitase del Consejo de Hacienda una prórroga de la fiedad por otros 50 días. Todo ello con objeto de evitar que las autoridades locales se entrometiesen en la gestión de la renta, añadiendo que «a los 29 deste mes estarán las justicias puniendo cobro en todas partes que sería grande ruyna, devajo desso no tengo que encargarle a VM pues save lo que esto ynporta»<sup>26</sup>. Una vez conseguida la prórroga de la fiedad por 30 días, Pato volvería a insistir en la urgencia del necesario recudimiento recomendando a Capadocia sobornar con 100 reales de regalo a cada uno de los oficiales de la Escribanía Mayor de Rentas para acelerar el trámite<sup>27</sup>.

La funcionalidad instrumental de las cartas remitidas por Pato también queda de manifiesto con respecto a otra materia crucial para la gestión de la renta de las salinas: la elección de un *juez conservador* para la misma. Los jueces conservadores eran, por lo general, ministros reales a los que la Corona otorgaba una jurisdicción especial y de carácter privativo con respecto a cualquier causa civil y criminal que concerniese a un determinado arrendamiento de renta real o contrato de asiento. Esa jurisdicción privativa garantizaba, además, la inhibición de otras autoridades o justicias reales en los pleitos generados durante la gestión de rentas o asientos, con la única salvedad del Consejo de Hacienda<sup>28</sup>.

<sup>25</sup> AHN – *Inquisición*, leg. 3988, Carta de Luis Fernandes Pato a Francisco Lopes Capadoce, Écija, 06-03-1652.

<sup>26</sup> AHN – *Inquisición*, leg. 3988, Carta de Luis Fernandes Pato a Francisco Lopes Capadoce, Sevilla, 02-04-1652.

<sup>27</sup> AHN – *Inquisición*, leg. 3988, Carta de Luis Fernandes Pato a Francisco Lopes Capadoce, Sevilla, 23-04-1652.

<sup>28</sup> SANZ AYÁN, 2013: 197-199.

Todo ello ha llevado a considerar la figura del juez conservador como el resultado de la creación de un marco jurídico-institucional a medio camino entre los intereses privados de los hombres de negocios y la economía política de la propia Corona<sup>29</sup>.

Aunque la Condición 10 del arrendamiento de las salinas establecía que el nombramiento de juez conservador de la renta habría de recaer en un consejero del Consejo de Hacienda, Pato trataría de conseguir la subdelegación de la jurisdicción para un ministro real residente en Sevilla<sup>30</sup>. Por ello, en carta de 16 de abril de 1652 Pato encargaría a Capadoce que gestionase ante el Consejo de Hacienda la designación como juez conservador subdelegado del doctor don Sancho de Torres Muñatones, oidor de la Real Audiencia de Sevilla. Para dicho fin le conminó a visitar al licenciado don Juan Jiménez de Montalvo y Saravia, cuñado de don Sancho de Torres, para obtener su ayuda en este cometido, remarcando además que de ello dependía «el total remedio de la renta»<sup>31</sup>. Días después Pato volvía a hacer hincapié en la cuestión y le urgía a conseguir la comisión de juez para don Sancho y así remediar «los muchos robos» que estaba sufriendo la renta, apremiándole con las siguientes palabras: «todos los días que esto se detiene es de grande daño, y ansí no ay que discuidarse en ello por açerme merced»<sup>32</sup>. A resultas de las trabas que el presidente del Consejo de Hacienda pondría al nombramiento de don Sancho de Torres –por no ser miembro de dicho Consejo–, a principios de mayo Pato pediría a Capadoce que comunicase lo siguiente al referido presidente:

*yo no e menester señor Consejero pues ay [en Madrid] no puede conservarme sino en esta ciudad, y ansí caso que el señor Presidente no aya llenádola en el señor D. Sancho de Torres, como espero abrá hécholo [...], es menester que VM lo dé a entender y se buelva a ver en el Consejo diziendo que siendo yo Jues y teniendo la enivición no la quiero [...], y la subdelego en un señor oydor ministro de su Magestad [...] para que se proseda con justificación que esto obligará a que se haga pues es razón*<sup>33</sup>.

Finalmente, Pato y Capadoce consiguieron la subdelegación para don Sancho como se constata en una carta de 14 de mayo, en la que Pato también hacía mención de la necesidad de los servicios de este ministro real para poner en orden el partido de Sevilla:

*La comiziión para el señor D. Sancho de Torres reziví y la entregué, de que queda muy reconosido, y fío en Dios nos a de ser de mucho útil que es bien nesasario conforme a lo perdido que está este partido [de Sevilla]*<sup>34</sup>.

<sup>29</sup> GARCÍA MONTÓN, 2015.

<sup>30</sup> AGS – *Contadurías Generales*, leg. 534.

<sup>31</sup> AHN – *Inquisición*, leg. 3988, Carta de Luis Fernandes Pato a Francisco Lopes Capadoce, Sevilla, 16-04-1652. Para referencias sobre la familia Jiménez de Montalvo y la prominente trayectoria de sus miembros como ministros reales, BARRIENTOS GRANDÓN, 2007.

<sup>32</sup> AHN – *Inquisición*, leg. 3988, Carta de Luis Fernandes Pato a Francisco Lopes Capadoce, Sevilla, 23-04-1652.

<sup>33</sup> AHN – *Inquisición*, leg. 3988, Carta de Luis Fernandes Pato a Francisco Lopes Capadoce, Sevilla, 07-05-1652.

<sup>34</sup> AHN – *Inquisición*, leg. 3988, Carta de Luis Fernandes Pato a Francisco Lopes Capadoce, Sevilla, 14-05-1652.

#### 4. LAS CARTAS Y EL ASIEN TO DE PROVISIÓN A FLANDES

Se abordará en este apartado la función crucial de las epístolas con respecto al cumplimiento del asiento con el que Luis Fernández Pato y Francisco Lopes Capadoce afianzaron el arrendamiento de las salinas de Andalucía tierra adentro, consistente en la provisión de 40.000 escudos de a 10 reales de plata a la Pagaduría General del Ejército de Flandes. Si bien no se trataba de un contrato de excesiva cuantía, en comparación con los grandes asientos de provisiones generales destinados al sustento de los principales contingentes militares de la Monarquía Hispánica, este asiento supondría un gran esfuerzo organizativo y financiero para una casa de mediano caudal y crédito como la de Capadoce y Pato<sup>35</sup>. Sobre todo, en relación con la remisión de letras de cambio desde Madrid y Sevilla con destino a diferentes correspondientes en Amberes y Ámsterdam. Lo mismo se puede afirmar en relación al envío de mercancías a esas ciudades para satisfacer mediante su venta parte del crédito anticipado por dichos correspondientes. Las cartas remitidas por los correspondientes de Capadoce en Amberes y Ámsterdam permiten examinar el papel desempeñado por esas epístolas en la necesaria coordinación entre la Península Ibérica y los Países Bajos, para lo cual era imprescindible la valiosa información que portaban.

Capadoce y Pato escogieron como agente comisionado en Amberes a Salvador de León, quien habría de encargarse de anticipar el caudal comprometido para las distintas *mesadas*, o pagas mensuales, del asiento. La elección de Salvador de León se produjo a través de la intermediación de otro hombre de negocios portugués residente en Madrid, Juan de Fonseca Cardoso, quien aseguró que León se comprometería a anticipar 5.000 escudos por un periodo de 6 meses y otros 5.000 escudos por un año. Sin embargo, el 2 de marzo de 1652 otro de los correspondientes de Capadoce en Amberes, el doctor Antonio Spinossa, le advertía de que Salvador de León se negaba a anticipar paga alguna sin recibir previamente letras o mercancías desde España, a través de las cuales esperaba recuperar inmediatamente el importe pagado. Además de transmitirle esta preocupante nueva que podía poner en peligro el cumplimiento del asiento, el doctor Spinossa le referiría la escasa confianza que los negociantes de Amberes tenían con respecto a los asentistas de Madrid. Especialmente por la alteración del valor de la moneda de vellón (*resello*) decretada en noviembre de 1651, así como por la incautación de varias partidas de lana con destino a Flandes<sup>36</sup>. A consecuencia de ello, Spinossa declaraba que «es tanta la desconfianza y estrechez desta plaza que no se halla ningún dinero para España».

A pesar de la alarmante situación descrita, el doctor Spinossa aprovecharía la misma carta para comunicar a Capadoce su plena disposición para actuar como su agente comisionado en Amberes y relevar a León como principal correspondiente en el asiento. Con ese fin expondría en su misiva tres condiciones básicas: la primera, que anticiparía el dinero a un 5% de interés si desde Madrid o Sevilla le remitían letras seguras a dos o tres usos;

<sup>35</sup> Para el papel desempeñado durante el siglo XVII por los asentistas de la nación portuguesa en las finanzas de la Monarquía Hispánica, BOYAJIAN, 1983. SANZ AYÁN, 1988: 336-376.

<sup>36</sup> GARCÍA GUERRA, 2014. *fiscal and public debts systems of the deflationary programme set up by the Castilian Crown through the laws of 25 June and 17 November 1652. The reduction in the nominal value of the Castilian copper coin (vellón)* u00f3n.

la segunda, que haría lo propio a un 4% de interés siempre y cuando le remitiesen partidas de lana castellana u otro tipo de mercancías desde la Península Ibérica; y la tercera, que podría «entretener» parte de las pagas – anticiparlas sin necesidad de reembolso inmediato – en caso de que Capadoce contase con un «hombre seguro en Ámsterdam» que aceptase las letras que Spinossa le girase desde Amberes a cuatro o seis usos<sup>37</sup>. Como se puede apreciar toda la información transmitida por el doctor Spinossa en su carta de 2 de marzo de 1652 podía suponer un drástico cambio en la gestión del asiento. Sin embargo, Luis Fernandes Pato comunicaría a Capadoce su resolución de seguir confiando las pagas del asiento a Salvador de León<sup>38</sup>.

Junto a los citados corresponsales en Amberes, Capadoce y Pato contaban con los servicios de varios agentes comisionados en Ámsterdam. Tras el Tratado de Münster de 1648 que puso fin a la guerra entre la Monarquía Hispánica y las Provincias Unidas, Ámsterdam se convertiría en el principal centro de destino de diversas mercancías procedentes de España. Como por ejemplo la preciada lana fina castellana, una de las materias primas más demandadas por la potente industria textil holandesa y que con anterioridad a 1648 había tenido que ser remitida a Ámsterdam a través de distintos subterfugios: hasta 1635 mediante los puertos atlánticos de Francia – Bayona, Burdeos, Nantes, Ruán –, y entre 1635 y 1648 mediante puertos neutrales como el de Hamburgo<sup>39</sup>. La imposibilidad del comercio directo con Ámsterdam, imperante hasta 1648, dio lugar a un comercio de contrabando en el que desempeñaron un papel crucial numerosos mercaderes de la nación portuguesa, como por ejemplo los propios Capadoce y Pato<sup>40</sup>.

El rol de Ámsterdam no se limitaba al de mero emporio comercial pues, en cuanto que una de las principales plazas financieras del norte de Europa, esta ciudad constituía uno de los resortes del crédito de los negociantes de Amberes y, por consiguiente, de los asentistas de la Corona española en Madrid. Los corresponsales en Amberes de dichos asentistas recurrían al crédito obtenido en Ámsterdam para llevar a cabo las provisiones de numerario al Ejército de Flandes, sobre todo hasta recibir los necesarios medios de reembolso desde la Península Ibérica en forma de letras de cambio, mercancías o remesas de plata. Además, cabe tener en cuenta la influencia económica desempeñada en Ámsterdam por los miembros de la boyante comunidad judía portuguesa, así como sus conexiones comerciales y financieras con España a lo largo de la década de 1650<sup>41</sup>. De todo ello se infiere la importancia que para Capadoce y Pato desempeñaría la información contenida en las cartas enviadas por sus agentes en la referida plaza holandesa.

Así se constata en una carta de Manuel Dias y Diogo Rodrigues, con fecha de 15 de abril de 1652, en la que avisaban de las gestiones que estaban realizando en Ámsterdam

37 AHN – *Inquisición*, leg. 3999, Carta del doctor Antonio Spinossa a Francisco Lopes Capadoce, Amberes, 02-03-1652.

38 AHN – *Inquisición*, leg. 3988, Carta de Luis Fernandes Pato a Francisco Lopes Capadoce, Sevilla, 02-04-1652.

39 ISRAEL, 1990: 189-212. Según Daniel Swetschinsky el 20% del comercio entre las Provincias Unidas y España – especialmente el tráfico de lana – estuvo bajo control de la comunidad judía portuguesa de Ámsterdam, cuyos miembros contaban con numerosos corresponsales entre los cristianos nuevos portugueses residentes en la Corona de Castilla. SWETSCHINSKY, 2000: 119-122.

40 LÓPEZ BELINCHÓN, 2001b.

41 ISRAEL, 1990: 355-416. SWETSCHINSKI, 2000: 102-164.

para poder cobrar una letra de 3.000 ducados remitida por Capadoce sobre Adão Dias Solis, uno de los principales corresponsales en Amberes de los asentistas de Madrid. El caudal obtenido mediante esa letra debía ser remitido hasta Amberes para reembolsar parte del dinero anticipado por Salvador de León. Sin embargo, Dias y Rodrigues avisaron de las dificultades para cobrar la letra por la decreciente reputación de Solis en Ámsterdam: «não achamos nesta praça quem quizesse letras sobre Adam Dias».

En esa misma carta comunicaron la llegada a Ámsterdam de una partida de azafrán remitida desde Bilbao por Agustín de Montiano, un encomendero vizcaíno al servicio de Capadoce, añadiendo que una vez hallados compradores interesados en la mercancía se encargarían de realizar su venta<sup>42</sup>. El 20 de mayo Manuel Dias y Diogo Rodrigues escribían de nuevo para informar sobre la remisión a Amberes de una letra de 1.142 florines a favor de Salvador de León, procedentes de lo cobrado en Ámsterdam a partir de la referida letra de 3.000 ducados. A su vez, decían haber tenido aviso de Salvador de León de cómo con la cuantía de esa letra se había encargado de realizar tres pagas o mesadas del asiento, que montaban un total de 15.000 escudos de plata<sup>43</sup>. Una información que el propio Salvador de León transmitiría por cartas de 20 de abril y 23 de mayo de 1652<sup>44</sup>.

No obstante, la lentitud de las comunicaciones entre la Península Ibérica y los Países Bajos influiría en la importante decisión tomada por Capadoce a principios del mes de mayo: prescindir de los servicios de Salvador de León, con cuya puntualidad no se hallaba del todo satisfecho. De ese modo decidió encomendar las anticipaciones de su asiento al doctor Antonio Spinossa, aprovechando la oferta que éste le transmitiera con anterioridad. El propio Spinossa lo refería en carta de 23 de mayo en la que confirmaba su aceptación para encargarse de las pagas del asiento:

*Reciví la de VM de 9 del pasado y veo me pide que me encargue de hazer los 40.000 escudos de pagas que Luis Fernández [Pato] havia encargado a Salvador de León [...]. Digo señor que habiendo visto la de VM me resolví de acudir por su reputación y del señor Luis Fernández con todas veras haciendo estas pagas.*

A pesar de lo referido, en la propia carta Spinossa avisaba de la imposibilidad de valerse de las letras giradas con anterioridad sobre Salvador de León, pues este último las había empleado para el desembolso de los 15.000 escudos de las tres primeras mesadas del asiento. El doctor Spinossa también advertía de las dificultades para cobrar otra letra de 1.042 ducados remitida sobre Francesco Grimaldi, destacado hombre de negocios genovés residente en Amberes. Puesto que Capadoce y Pato habían sondeado a Grimaldi como posible corresponsal para el asiento, Spinossa señalaría en su carta los riesgos de tal consideración por los avatares financieros y personales de Grimaldi:

<sup>42</sup> AHN – *Inquisición*, leg. 3999, Carta de Manuel Dias y Diogo Rodrigues a Francisco Lopes Capadoce, Ámsterdam, 15-04-1652. La partida de azafrán fue remitida el 13 de marzo en el navío «El Águila». AHN – *Inquisición*, leg. 3988, Carta de Agustín de Montiano a Francisco Lopes Capadoce, Bilbao, 01-04-1652.

<sup>43</sup> AHN – *Inquisición*, leg. 3999, Carta de Manuel Dias y Diogo Rodrigues a Francisco Lopes Capadoce, Ámsterdam, 20-05-1652.

<sup>44</sup> AHN – *Inquisición*, leg. 3999, Carta de Salvador de León a Francisco Lopes Capadoce, Amberes, 23-05-1652, con copia incluida de carta de 20-04-1652.

*el dicho Grimaldo no paga ninguna letra ni tiene crédito ninguno y le han sacado agora más de 40.000 ducados de protestos no solamente que no quizo acetar, mas la mayor parte que no pudo pagar [...]. La Princesa de Lises, hermana del Duque de Lorena, se enamoró (según dizen) deste hombre y se casaron occultamente y tanto que el dicho Ducque lo supo la mandó a ella prender y a él matar y por su buena fortuna se escapó y a lo que dizen está retirado y escondido en un monasterio sin se saber en qué ha de venir a parar.*

Spinossa finalizaba su misiva detallando las condiciones según las cuales asumiría las anticipaciones y pagas del asiento, como la de que no se le remitieran letras de cambio giradas por orden de los asentistas residentes en Madrid, con la salvedad del genovés Andrea Piquinotti. Justificaba esa condición por el hecho de no haber llegado todavía a Sevilla los *Galeones de Tierra Firme* con la preciada plata indiana, afirmando que «son oy aquí [Amberes] grandes las desconfianças y los pagamentos muy dudosos»<sup>45</sup>.

Por consiguiente, la información obtenida por Capadoce y Pato de sus diferentes corresponsales en Amberes y Ámsterdam era crucial para hacer frente a los problemas derivados del denominado *principal-agent problem*<sup>46</sup>. Es decir, las consecuencias de la asimetría informativa causada por la imposibilidad de supervisar personalmente las acciones de agentes situados a considerables distancias, como las existentes entre la Península Ibérica y los Países Bajos.

## 5. CONCLUSIÓN

Los ejemplos tomados de la correspondencia epistolar de Francisco Lopes Capadoce para el año 1652 han servido para mostrar el papel fundamental de las cartas a la hora de coordinar las acciones entre distintos actores económicos. La funcionalidad comunicativa de las cartas posibilitaba conocer los pormenores de negocios financieros sostenidos a largas distancias y anticiparse en la medida de lo posible a los riesgos dimanados de esos condicionamientos geográficos. Gracias a los flujos de información materializados mediante las cartas, los hombres de negocios tomaban decisiones trascendentales respecto al devenir de sus operaciones mercantiles y financieras<sup>47</sup>. Aunque la información y las instrucciones transmitido a través de las cartas posibilitaban solventar parte de los escollos derivados del desempeño de esas actividades entre individuos separados por la distancia, ello no impedía el surgimiento de continuos problemas de confianza con respecto a corresponsales y agentes. Obstáculos en cuya superación desempeñaría un destacado papel la construcción y evaluación de las reputaciones personales a través de la propia correspondencia epistolar.

---

<sup>45</sup> AHN – *Inquisición*, leg. 3999, Carta del doctor Antonio Spinossa a Francisco Lopes Capadoce, Amberes, 14-06-1652, con copia incluida de carta de 23-05-1652.

<sup>46</sup> BASKES, 2011: 44-45. LAMIKIZ, 2017: 40-42.

<sup>47</sup> TRIVELLATO, 2009: 153-155.



## FUENTES DOCUMENTALES

Archivo Histórico Nacional (AHN)

Archivo General de Simancas (AGS)

Archivo Diocesano de Cuenca (ADC)

Archivo Histórico de Protocolos de Madrid (AHPM)

## BIBLIOGRAFÍA

- ASLANIAN, Sebouh D. (2008) – «*The Salt in a Merchant's Letter*»: *The Culture of Julfan Correspondence in the Indian Ocean and the Mediterranean*. «Journal of World History», vol. 19, 2, p. 127-188.
- \_\_\_\_ (2011) – *From the Indian Ocean to the Mediterranean. The Global Trade Networks of Armenian Merchants from New Julfa*. Berkeley-Los Angeles: University of California Press.
- BARRIENTOS GRANDÓN, Javier (2007) – *Melchor Bravo de Sarabia (1512-1577), Primer Miembro del Colegio de San Clemente de Bolonia en la Judicatura Indiana, y su Familia de Togados*. «Revista de Estudios Histórico-Jurídicos», 29, p. 423-436.
- BASKES, Jeremy (2011) – *Communication Breakdown: Information and Risk in Spanish Atlantic World Trade during an Era of 'Free Trade' and War*. «Colonial Latin American Review», vol. 20, 1, p. 35-60.
- \_\_\_\_ (2013) – *Staying Afloat: Trade and Uncertainty in the Spanish Atlantic World Trade, 1760-1820*. Stanford: Stanford University Press.
- BOHÓRQUEZ, Jesús (2017) – *La confianza como retórica, el estatus como práctica: comerciantes estadounidenses y relaciones de agencia en el Caribe español (1798-1822)*. «América Latina en la Historia Económica», vol. 24, 3, p. 7-40.
- BOYAJIAN, James C. (1983) – *Portuguese Bankers at the Court of Spain, 1626-1650*. New Brunswick: Rutgers University Press.
- CASADO ALONSO, Hilario (2008) – *Los flujos de información en las redes comerciales castellanas de los siglos XV y XVI*, «Investigaciones de historia económica», 10, p. 35-68.
- CASTILLO GÓMEZ, Antonio (2011) – «*Me alegraré que al recibo de ésta...*». *Cuatrocientos años de prácticas epistolares (siglos XVI a XIX)*. «Manuscripts. Revista d'història moderna», 29, p. 19-50.
- CHARTIER, Roger; ESPEJO, Carmen, eds. (2012) – *La aparición del periodismo en Europa: Comunicación y propaganda en el Barroco*. Madrid: Marcial Pons.
- DEL LUNGO CAMICIOTTI, Gabriella (2014) – *Letters and Letter Writing in Early Modern Culture: An Introduction*. «Journal of Early Modern Studies», 3, p. 17-35.
- DOMÍNGUEZ ORTIZ, Antonio (1960) – *Política y hacienda de Felipe IV*. Madrid: Editorial de Derecho Financiero.
- GARCÍA GUERRA, Elena María (2014) – *The Deflation of 1652 Fractional Coin: Bad Business for the Castilian Tax System in Early-Modern Castile*. «Journal of European Economic History», vol. 43, 1-2, p. 83-122.
- GARCÍA MONTÓN, Alejandro (2015) – *Corona, hombres de negocios y jueces conservadores. Un acercamiento en escala transatlántica (s. XVII)*. «Revista de Historia Jerónimo Zurita», 90, p. 75-112.
- GENTIL DA SILVA, José (1956) – *Stratégie des affaires à Lisbonne entre 1595 et 1607. Lettres marchandes des Rodrigues d'Évora et Veiga*. Paris: École Pratique des Hautes-Études.
- IMÍZCOZ BEUNZA, José María; ARROYO RUIZ, Lara (2011) – *Redes sociales y correspondencia epistolar. Del análisis cualitativo de las relaciones personales a la reconstrucción de redes personales*. «REDES. Revista hispana para el análisis de redes sociales», vol. 21, 4, p. 98-138.
- ISRAEL, Jonathan I. (1990) – *Empires and Entrepots. The Dutch, the Spanish Monarchy and the Jews, 1585-1713*. London-Ronceverte: The Hambledon Press.
- LAMIKIZ, Xabier (2010) – *Trade and Trust in the Eighteenth-Century Atlantic World. Spanish Merchants and their Overseas Networks*. London-Woodbridge: The Boydell Press.

- \_\_\_\_\_ (2017) – *Social capital, networks and trust in early modern long-distance trade. A critical appraisal*. In HERRERO SÁNCHEZ, Manuel; KAPS, Klemens, eds. – *Merchants and Trade Networks in the Atlantic and the Mediterranean, 1550-1800. Connectors of Commercial Maritime Systems*. London-New York: Routledge, p. 39-61.
- LAPEYRE, Henri (1955) – *Une famille de marchands: les Ruiz. Contribution à l'étude du commerce entre la France et l'Espagne au temps de Philippe II*. Paris: Armand Colin.
- LÓPEZ BELINCHÓN, Bernardo José (2001a) – *Honra, libertad y hacienda (Hombres de negocios y judíos sefardíes)*. Alcalá de Henares: Universidad de Alcalá.
- \_\_\_\_\_ (2001b) – «Sacar la sustancia al Reino». *Comercio, contrabando y conversos portugueses, 1621-1640*. «Hispania. Revista Española de Historia», vol. LXI/3, 209, p. 1017-1050.
- MCLEAN, Paul D. (2007) – *The Art of the Network. Strategic Interaction and Patronage in Renaissance Florence*. Durham-London: Duke University Press.
- RIBEIRO, Ana Sofia (2011) – *Letras de câmbio e correspondência comercial como materiais da história. O acto de cooperar sob olhares distintos*. «CEM / Cultura, Espaço & Memória: Revista do CITCEM», 2, p. 159-169.
- \_\_\_\_\_ (2015) – *Early modern trading networks in Europe: cooperation and the case of Simon Ruiz*. London: Taylor & Francis Group.
- RUIZ MARTIN, Felipe (1965) – *Lettres marchandes échangées entre Florence et Medina del Campo*. Paris: Sepven.
- SAN RUPERTO ALBERT, Josep (2016) – *Coordinar el Mediterráneo occidental. Mercancías, embarcaciones y crédito en el Seiscientos*. «RiMe. Rivista dell'Istituto di Storia dell'Europa Mediterranea», vol. 17, 2, p. 41-74.
- SÁNCHEZ DURÁN, Álvaro (2015) – *Los hombres de negocios portugueses: una élite profesional en la Castilla del siglo XVII. Posibilidades de movilidad social e intermediación*. «Tiempos Modernos. Revista electrónica de Historia Moderna», vol. 8, 31, p. 193-220.
- \_\_\_\_\_ (2016) – *Información y reputación en el siglo XVII: la construcción de la confianza en redes sociales de hombres de negocios portugueses*. «Studia Historica. Historia Moderna», vol. 38, 2, p. 425-466.
- SANZ AYÁN, Carmen (1988) – *Los banqueros de Carlos II*. Valladolid: Universidad de Valladolid.
- \_\_\_\_\_ (2013) – *Los banqueros y la crisis de la Monarquía Hispánica de 1640*. Madrid: Marcial Pons.
- STUDNICKI-GIZBERT, Daviken (2007) – *A Nation Upon the Ocean Sea. Portugal's Atlantic Diaspora and the Crisis of the Spanish Empire, 1492-1640*. New York: Oxford University Press.
- SWETSCHINSKI, Daniel M. (2000) – *Reluctant Cosmopolitans. The Portuguese Jews of Seventeenth-Century Amsterdam*. Oxford-Portland: The Littman Library of Jewish Civilization.
- TRIVELLATO, Francesca (2009) – *The Familiarity of Strangers. The Sephardic Diaspora, Livorno and Cross-Cultural Trade in the Early Modern Period*. New Haven-London: Yale University Press.
- VANNESTE, Tijn (2011) – *Global Trade and Commercial Networks: Eighteenth-Century Diamond Merchants*. London: Pickering & Chatto.

# EL PAPEL DE LAS CARTAS DE NEGOCIOS EN LA INVESTIGACION CRITICO-GENÉTICA SOBRE EL PROYECTO ARQUITECTÓNICO CORBUSIANO

MARÍA CANDELA SUÁREZ\*

**Resumo:** *Le Corbusier (1887-1965) é principalmente conhecido como arquiteto e pintor, apesar de se auto-definir como «homem de letras». Este artigo procura evidenciar o valor documental das cartas de negócios na investigação sobre o projecto arquitectónico corbusiano (segundo a metodologia da Crítica genética e com base em fontes privadas arquivadas na Fondation Le Corbusier de Paris). O artigo centra-se nos anos 20 em França (exemplo: a villa Meyer) e nos anos 50 na Índia (exemplos: as villas Hutheesing-Shodhan e Sarabhai). Entre outras questões, demonstrar-se-á, como o lirismo corbusiano invade o território epistolar para deleitar, comover ou persuadir o destinatário, fundindo no papel o carácter comercial com o carácter poético e até sentimental do autor.*

**Palavras-chave:** *Le Corbusier; cartas de negócios; crítica genética; projecto arquitectónico.*

**Abstract:** *Le Corbusier (1887-1965) is mainly recognized as an architect and painter, despite defined himself as a «man of letters». This article aims to highlight the documentary value of business letters for the research on Corbusian architectural project (according to the Genetic Criticism methodology and with primary sources archived in Le Corbusier Foundation of Paris). The article focuses in the 20's in France (example: Villa Meyer) and in the 50's in India (examples: Villas Hutheesing-Shodhan and Sarabhai). Among other questions, It will be shown how Corbusian lyricism invades the epistolary territory to delight, move or persuade the addressee, merging on paper the commercial with the poetic character and even the sentimental character of the author.*

**Keywords:** *Le Corbusier; business letters; genetic criticism; architectural project.*

## 1. INTRODUCCIÓN

Le Corbusier (La Chaux-de-Fonds, 1887, Cap Martin, 1965) es principalmente reconocido como arquitecto y pintor. Hasta hace poco, el gran conjunto de estudios acerca de este autor había dejado al margen la dimensión creativa de la escritura, esencial en su obra y muy valorada por él mismo, así como sus facetas de editor y conferenciante. El peso que la dimensión literaria tiene en su obra es indiscutible: 35 libros, sin contar todas las reediciones y traducciones, los artículos, conferencias y textos inacabados.

En *Le Corbusier: Homme de lettres* (2015), Christine Boyer explica que el arquitecto suizo se había naturalizado francés en 1930, a la edad de 43 años. En su DNI francés, Le Corbusier optó por indicar como profesión «homme de lettres», en lugar de «arquitecto» (o «pintor»). A simple vista, podría pensarse que no utilizó «arquitecto» por su falta de formación académica. Sin embargo, hasta 1940 no había en Francia restricciones para

---

\* CITCEM. Email: candelunya@gmail.com.

indicar tal profesión sin haber cursado estudios universitarios. Boyer llama la atención para otra cuestión: en 1930, «homme de lettres» era un término ya fuera de uso, que había sido reemplazado por «intellectuel». Que a pesar de todo esto Le Corbusier prefiriera utilizar el título «homme de lettres» podría significar algo más: la voluntad de hacer hincapié en su dimensión de escritor y conferenciante, ambas actividades creativas, como la arquitectura, pero además verdaderas expresiones de sus pensamientos más íntimos, de sus emociones más profundas, de las cuales su archivo epistolar también forma parte.

## 2. SOBRE LA CRÍTICA GENÉTICA Y EL PROYECTO DE ARQUITECTURA

### 2.1. PROBLEMAS DE INVESTIGAR EN ARQUITECTURA

La investigación sobre el proyecto arquitectónico ha estado tradicionalmente dominada por enfoques extradisciplinarios (provenientes de la Filosofía, Sociología, Biología, etc.). Este es uno de los obstáculos que dificultan al proyecto arquitectónico alcanzar el estatus de «campo de investigación» en arquitectura. Otro obstáculo se basa en la asunción (errónea) de que el proyecto arquitectónico, como cualquier otro objeto artístico, es generado por una especie de «iluminación» que dominaría toda cadena de intenciones a las que el autor da respuesta durante el proceso creativo, impidiendo que su estudio pueda realizarse según parámetros rigurosos y/u objetivos.

Para revertir esta situación es necesario demostrar: 1) que existen herramientas, materiales y metodologías que posibilitan realizar investigación acerca del proyecto arquitectónico extrayendo conclusiones rigurosas, medibles, sistematizables; 2) que el proyecto arquitectónico es un objeto de estudio capaz de superar los subjetivismos propios de la creación artística y de la crítica que pretende interpretarla; 3) que es posible afrontar la investigación acerca del proyecto arquitectónico desde un punto de vista completamente disciplinar y autónomo (que puede recurrir a transversalidades disciplinares, pero sin que éstas sean ya su única o principal razón de ser).

### 2.2. LA CRÍTICA GENÉTICA Y SU CONTRIBUCIÓN PARA LA RECONSTRUCCIÓN Y EL ANÁLISIS OBJETIVO DEL PROCESO CREATIVO DE PROYECTOS DE ARQUITECTURA

Uno de los posibles caminos para abordar el proyecto arquitectónico como potencial objeto de investigación es el que permite interrogarlo a la luz de su proceso creativo completo. Así, su génesis puede reconstruirse rigurosamente, decantando las intenciones del autor, distinguiendo las principales de las secundarias, las reales de las circunstanciales. El subjetivismo del investigador queda así controlado, para dar total prioridad a lo que la obra y su autor tienen para decir, objetivamente y aportando todas las pruebas necesarias para avalar los argumentos dados. Este enfoque metodológico se conoce como Crítica genética. *Le texte et l'avant-texte. Les brouillons d'un poème de Milosz*<sup>1</sup> marca el

---

<sup>1</sup> BELLEMIN-NOËL, 1972.

punto de partida de este movimiento que propone, como indica Pierre-Marc De Biasi, un desplazamiento de la cuestión desde el autor para el escritor, del texto para la escritura, del producto para la producción, de la obra para su génesis. En las últimas décadas, la Crítica genética ha demostrado ser un camino riguroso y efectivo para elevar la obra artística (no sólo literaria, sino también pictórica, arquitectónica, entre otras) a la categoría de objeto de estudio de investigación. Asumiendo que la versión final y estática de una obra es el resultado de su metamorfosis y el contenedor de la memoria activa de su génesis<sup>2</sup>, la crítica genética se propone ofrecer una interpretación de la obra a la luz de los documentos o «rastros» dejados por su proceso creativo (dibujos, cuadernos de trabajo y de viaje, maquetas, fotografías de época, presupuestos, escritos del autor, etc.). Entre esos «rastros» también se cuentan las cartas de negocios.

### 2.3. TIPOS DE MATERIALES (GRÁFICOS Y ESCRITOS) PARA UN ESTUDIO CRÍTICO-GENÉTICO

El archivo de Le Corbusier destaca por el volumen y variedad de materiales en él conservados: 1) la biblioteca personal del arquitecto (aproximadamente 2.000 libros); 2) dibujos (cuadernos de viaje, bocetos para cuadros, litografías, esculturas, etc.); 3) agendas personales y cuadernos de estudio y de notas; 4) manuscritos de conferencias, textos para artículos y exposiciones; 5) artículos de prensa de época; 6) libro de registros de planos salidos del atelier; 7) normativas particulares y generales, estudios de climatología, presupuestos; 8) documentos de viaje; 9) muebles; 10) objetos personales; 11) obra plástica; 12) fototeca; 13) material audiovisual (discos, filmes, música, radio y televisión, teatro); 14) correspondencia personal y de negocios; entre otros materiales. Estos materiales permiten que los estudios sobre Le Corbusier no se agoten, pues las posibles interpolaciones de tales documentos son innumerables, lo que garantiza la vigencia y razón de ser y permanecer de este archivo.

## 3. CARTAS CORBUSIANAS DE NEGOCIO: UN UNIVERSO DOCUMENTAL COMPLEJO

En su libro *Le Corbusier, the formative years* (1997), Allen Brooks llega a contar en los archivos de París unas 4.300 cartas, intercambiadas por Le Corbusier con unas 950 personas. Por otro lado, autores como Jean Jenger, con su recopilación de cartas titulada *Le Corbusier: Choix de lettres* (2002), Arnaud Dercelles y Rémi Baudoui, con su colección *Correspondance: Lettres à la famille* (con tres volúmenes, publicados entre 2011 y 2016), Guillemette Morel Journel, con su publicación *Lettres manuscrites de Le Corbusier* (2015), o Marie-Jeanne Dumont y su recopilación de tres volúmenes *Le Corbusier. Lettres à ses maîtres* (*Lettres à Auguste Perret*, 2002; *Lettres à Charles L'Eplattenier*, 2006; *Le Corbusier, William Ritter Correspondance croisée. 1910-1955*, 2015), dan cuenta del alto valor de un

<sup>2</sup> DE BIASI, 2000: 17.

espolio documental en plena exploración, capaz de aportar información clave en la investigación sobre la personalidad, vida y obra de Le Corbusier.

Entre las que podemos clasificar como cartas de negocios, encontramos algunas variantes, según su función: 1) informativas; 2) tipo memoria descriptiva; 3) de avance de obra; 4) diplomáticas, entre otras. A su vez, las cartas de negocios archivadas en la Fondation de Le Corbusier de París tienen diferentes interlocutores, por ejemplo: 1) arquitecto y clientes; 2) arquitecto y colaboradores; 3) arquitecto y contratistas; 4) colaboradores entre sí; 5) arquitecto y colegas/amigos; 6) arquitecto y personajes que, a pesar de ser ajenos al proceso creativo de una obra concreta, son fundamentales para su concreción.

### 3.1. UTILIDAD DE LAS CARTAS PARA EL ANÁLISIS CRÍTICO-GENÉTICO DEL PROYECTO ARQUITECTÓNICO

Aunque en un principio pueda parecer que en el dossier genético de un proyecto arquitectónico su peso y utilidad es menor que la de los dibujos y planos que documentan gráficamente el proceso creativo, las cartas de negocios se revelan como un material clave para desvelar y/o documentar cuestiones vitales del proceso, allá donde los materiales gráficos poco o nada pueden decir (al menos, sin interpolarlos con las cartas).

Para ejemplificar el papel que las cartas de negocios pueden jugar en el análisis crítico-genético de proyectos arquitectónicos, en este artículo nos centraremos en un conjunto limitado de obras, pertenecientes a dos fases creativas de Le Corbusier. El tipo de reflexiones resultantes (presentadas aquí de manera reductora por cuestiones editoriales) puede extenderse a toda la obra corbusiana e incluso a la de otros arquitectos.

Por un lado, nos apoyaremos en la villa Meyer (Neuilly-Sur-Seine, Francia, 1925-26), un proyecto no construido de gran relevancia en el contexto de la obra corbusiana. Por otro lado, nos apoyaremos en las villas Hutheesing-Shodhan y Sarabhai (Ahmedabad, India, 1951-1956) que, hasta la fecha, son reconocidas internacionalmente como exponentes paradigmáticos de la arquitectura moderna<sup>3</sup>.

Además de para comprender objetivamente el valor que un proyecto arquitectónico pudo tener para su autor (e incluso para la Historia de la Arquitectura), el análisis crítico de las cartas incluidas en su dossier genético tiene otras utilidades valiosas para el trabajo del investigador, entre ellas: documentar el proceso creativo del proyecto y su construcción; aportar datos complementares de los dibujos del proyecto arquitectónico (cuestiones técnicas, materiales, de acabados, etc.); dar cuenta del tipo de relación entre arquitecto y cliente y de la implicación del último en el proyecto; revelar la convicción del arquitecto por construir una versión intermedia de un proyecto (incluso en fase embrio-

---

<sup>3</sup> Las villas Meyer y Hutheesing-Shodhan entran como ejemplos en este artículo por haber sido objeto de un estudio genético exhaustivo en la tesis doctoral de la autora (SUÁREZ, 2007). Especialistas internacionales como Tim Benton (2005 y 2007a) o Stanislaus Von Moos (2009), entre otros, han reconocido la contribución de la referida tesis al debate sobre el proceso creativo corbusiano, en el que las cartas de negocios se revelaron como un elemento clave. La villa Sarabhai, por otro lado, fue objeto de un estudio genético realizado por invitación de la Fondation Le Corbusier de París (SUÁREZ, 2006), que permitió sistematizar un conjunto de categorías fundamentales para la clasificación e interpretación de las cartas corbusianas de negocios.

naría), independientemente de su viabilidad real. A continuación, nos detendremos en estas posibles utilidades de las cartas.

### 3.3.1. Documentar el proceso creativo del proyecto

Las cartas de negocios ayudan a desvelar algunas de las intenciones proyectuales que condujeron a las diferentes soluciones propuestas en las diferentes versiones de un proyecto. Aunque los elementos gráficos del mismo sean la herramienta principal para que el investigador construya hipótesis acerca de las intenciones del autor, no hay que olvidar que metodológicamente «La consideración sobre la intención no es un recuento de lo que sucedió en la mente del autor, sino [sólo] una reflexión analítica sobre sus fines y medios»<sup>4</sup>. Es decir que sólo el testimonio directo del autor (en este caso, un arquitecto) podrá validar las especulaciones que establezcamos a partir de los dibujos. De manera similar a los carnets de estudio, en los que Le Corbusier reflexiona por escrito y gráficamente, las cartas también pueden cumplir ese cometido.

Entre los dibujos para la villa Meyer, una carta explicativa de gran formato (109 cm x 61 cm, de octubre de 1925, fig. 1)<sup>5</sup> presenta a la cliente, Mme. Meyer, la primera versión del proyecto según la estructura de un relato. La estrategia de presentar cada explicación acompañada de un croquis cumple un objetivo que, según Michael Baxandall<sup>6</sup>, es imprescindible en toda descripción: la palabra agudiza lo representado en el dibujo; a su vez, el dibujo particulariza la descripción escrita que, de otro modo, tendría un sentido muy general: el dibujo convierte las palabras en ostensibles.

La referida carta, tipo memoria descriptiva, deviene eje del primer proyecto<sup>7</sup> y tiene un claro fin: conquistar a Mme. Meyer. Es, además, un medio para esbozar aquellos datos que no pueden extraerse de las plantas y para compensar la ausencia de secciones y fachadas del edificio. Pierre-Marc de Biasi<sup>8</sup> explica la necesidad de todo arquitecto de ofrecer con claridad al cliente las ideas desarrolladas:

Le commanditaire n'achète pas des dessins, mais un projet au sens plein du terme : des dessins qui symbolisent un objet réalisable encore inexistant mais saturé de significations et de finalités abouties. Parallèlement aux représentations graphiques qui permettent de visualiser son idée du bâtiment, l'architecte devra donc expliciter ses intentions et sa démarche, le sens même de son travail, à travers un discours (légendes, texte, exposé, réponses argumentées aux objections et demandes d'éclaircissement, etc.) qui permettra de «lire» les dessins. Tous ses choix, toutes les solutions qu'il propose devront être verbalisables. Cette transposition finale du projet dans l'ordre de la langue a bien sûr, en principe, beaucoup de chose à voir avec l'histoire du travail de conception lui-même [...].

<sup>4</sup> BAXANDALL, 1989: 127.

<sup>5</sup> FLC 31525.

<sup>6</sup> BAXANDALL, 1989: 22-24.

<sup>7</sup> Compuesto por la carta y cuatro plantas (FLC 29843 y 8339).

<sup>8</sup> BIASI, 2000: 44.

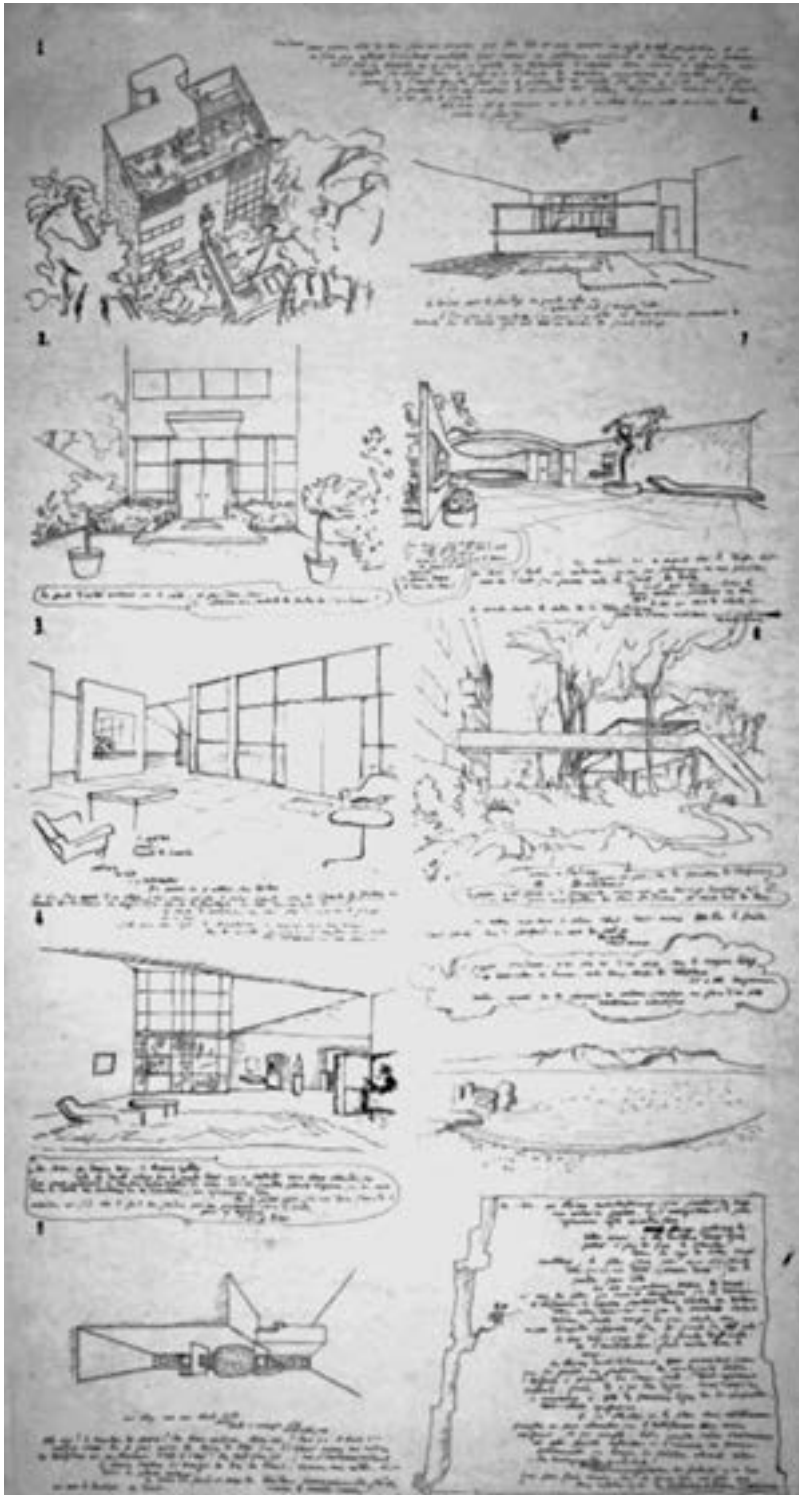


Figura 1 – Carta de Le Corbusier a Mme. Meyer, octubre de 1925 (FLC 31525). © Fondation Le Corbusier.



Junto a los croquis de la gran lámina, Le Corbusier explica a Mme. Meyer las intenciones generales del proyecto y las soluciones propuestas: «Nous avons rêvé de vous faire une maison qui fût lisse et unie comme un coffre de belle proportion et qui ne fût pas offensée d'accidents multiples qui créent un pittoresque artificiel et illusoire [...]». Pero Le Corbusier alterna la presentación de sus intenciones de proyecto y las soluciones de ellas resultantes con comentarios que, surgiendo en la carta bien desde el inicio, buscan claramente subrayar el esfuerzo y cuidado puestos al servicio de la clienta durante los estudios para su villa: «[...] Et ne croyez pas que ce lisse soit l'effet de la paresse; il est au contraire le résultat de plans longuement mûris. Le simple n'est pas le facile [...]».

Hacia el final de la carta, Le Corbusier volverá a llamar la atención de Mme. Meyer sobre la dedicación que el proyecto mereció en el atelier de la *rue de Sèvres* hasta llegar a los resultados que allí expone: «La chose faite, toute apparaît naturel, facile. Et c'est bon signe. Mais lorsqu'on a commencé à jeter les premières lignes de la composition, tout était confusion». El carácter descriptivo de la carta se ve invadido, a lo largo de la exposición, por el lirismo corbusiano, que tiene un trasfondo tan arquitectónico como comercial<sup>9</sup>.

### 3.3.2. Aportar datos complementares de los dibujos del proyecto arquitectónico y su proceso creativo

En muchas ocasiones, la definición gráfica de los planos (dibujados en escalas pequeñas, 1:200, 1:100 o incluso en 1:50) no es suficiente para entender la realidad de las soluciones adoptadas o su materialidad. En esos casos, las cartas intercambiadas con los clientes, con los contratistas (para la elaboración de los presupuestos o la negociación de los precios) o entre colaboradores del atelier se revelan de gran utilidad para resolver las dudas.

Una vez más, la carta tipo memoria descriptiva que acompaña el primer proyecto para la villa Meyer aporta datos relevantes sobre su arquitectura. Ni la planta del *toit-jardin*<sup>10</sup>, ni los croquis 1 y 7 de la carta explicitan gráficamente los elementos que componen el último nivel de la villa. De hecho, planta y croquis llegan a contradecirse gráficamente; evidentemente no son contemporáneos ni habrían sido realizados por la misma mano. En ese escenario gráficamente contradictorio, nada lleva a pensar que el *toit-jardin* pueda incluir una piscina; sin embargo, la carta refiere su existencia hasta en cuatro ocasiones:

Pas de combles, puisqu'on y mettra un jardin, un solarium et une piscine [...] Le service monte jusqu'à cette porte qui est à côté de la piscine. Derrière la piscine et le service on prend le petit déjeuner [...] Du boudoir, on a monté sur le toit où ne sont ni tuiles, ni ardoises, mais un solarium et une piscine [...]

También para el estudio de la arquitectura del segundo proyecto varias cartas consiguen auxiliarnos. Por ejemplo, una carta-presupuesto de carpintería<sup>11</sup> donde un elemento

<sup>9</sup> Sobre el encargo para la villa Meyer y su proceso creativo, véase: SUÁREZ, 2003: 40-99.

<sup>10</sup> FLC 8339.

<sup>11</sup> FLC H3-1-41, abril de 1926.

ovalado, representado en la planta y en el croquis 5<sup>12</sup> del cuarto de Mme. Meyer, se confirma como un lucernario oval con un herraje para su apertura y limpieza.

### 3.3.3. Documentar la construcción del proyecto

El análisis de las cartas permite también rastrear los momentos más importantes en la construcción de un proyecto, etapa que «doit être considéré comme une phase terminale essentielle pour la genèse du bâtiment<sup>13</sup>». En muchas ocasiones, las que clasificamos como cartas de avance de obra ponen de relieve las cuestiones proyectuales que Le Corbusier no estaba dispuesto a negociar, las decisiones que aún no veía con claridad (y que por eso modificaría), los fallos producidos en la obra por la información incompleta de los planos o por una interpretación errónea al ejecutarlos, así como los problemas que sólo podían surgir a medida que la obra avanzaba, entre otros. Como lo explico al referirme a la construcción de la villa Hutheesing-Shodhan:

Un análisis de las cartas equivale a pasar el proyecto por un tamiz que decanta las intenciones proyectuales iniciales de las posibilidades reales de la construcción, de los inconvenientes técnicos que pudieron jugar a favor o en contra del proyecto. Sólo así es posible efectuar una lectura desmitificada de la villa Hutheesing-Shodhan una vez construida<sup>14</sup>.

La villa Hutheesing-Shodhan y las otras obras que Le Corbusier llegó a construir en Ahmedabad<sup>15</sup> sirven para ilustrar la utilidad de las cartas para documentar su construcción. Le Corbusier sólo pasaba en la ciudad india algunas semanas (como máximo un mes), dos veces por año. El resto del tiempo, un colaborador a pie de obra designado por Le Corbusier se encargaba diariamente de la supervisión de los trabajos. Jean-Louis Véret, primer supervisor, comentaba (en entrevista realizada en París en octubre de 2003) que eran pocos los planos de detalles constructivos producidos en Ahmedabad. Según Véret, allí trabajaba con una pizarra en cada obra, en la que toda decisión constructiva o resolución de problemas se realizaba sobre la marcha. A pesar de esta aparente autonomía, un conjunto de cartas intercambiadas por Véret (y luego por su sustituto indio, Balkrishna Doshi) con el equipo del atelier de París deja ver que las pizarras habrían sido, realmente, una herramienta secundaria. La vía escrita era la única herramienta que permitía a Le Corbusier tomar decisiones o validar las del supervisor, para garantizar la evolución de las obras según sus previsiones. Así, cada carta incluía apartados para cada uno de los proyectos de Ahmedabad, planteando para cada uno las dudas, consultas y pedido de confirmaciones que los colaboradores de Le Corbusier y, en la mayoría de casos, él mismo, debían suministrar al supervisor de las obras.

---

<sup>12</sup> FLC 10370 y 31514, respectivamente.

<sup>13</sup> DE BIASI, 2000: 32.

<sup>14</sup> SUÁREZ, 2007: 209.

<sup>15</sup> El Museo local, el edificio para la Mill Owners' Association y las villas Hutheesing-Shodhan y Sarabhai. La construcción del quinto proyecto, la villa para el alcalde Chimanbhai, se frustró por desavenencias proyectuales y económicas con el cliente, detalladamente documentadas en las cartas de negocios del proyecto.

### 3.3.4. Dar cuenta del tipo de relación entre arquitecto y cliente

A pesar de las cartas de avance de obra tener un cariz principalmente técnico (escrito y gráfico), muchas de ellas están contaminadas por comentarios que trascienden el plano constructivo, para dar cuenta del tipo de relación (tensa o amigable, de complicidad, etc.) entre el arquitecto y los clientes. El caso de Ahmedabad vuelve a ser útil en nuestra exposición. Le Corbusier estaba en pie de guerra con sus clientes indios por el impago de sus honorarios, gastos de viajes y estancias en la ciudad. Las sumas adeudadas fueron repetidas veces reclamadas a través de cartas con esa función concreta, pero también a través de las cartas de avance de obra, para solicitar al supervisor de turno que interviniese ante los clientes en nombre del arquitecto<sup>16</sup>.

Ma prochaine arrivée aux Indes je ne viendrai à Ahmedabad que lorsque Mr Hutheesing et le Maire auront payé. Les autres en souffriront, tant pis pour eux, je le regrette. Je n'ai pas de contrat pour exécuter les maisons mais un contrat pour exécuter les plans, ce qui a été fait. Tout ce que je fais est de pur dévouement jusqu'à présent<sup>17</sup>.

El malestar que los conflictos económicos producían entre Le Corbusier y sus clientes de Ahmedabad se contagió también al primer supervisor de las obras. En una carta a Jacques Michel (colaborador del atelier en París), Jean-Louis Véret comentaba el 22 de julio de 1954: «Mes rapports avec Hutheesing sont assez froids et restent strictement sur le plan boulot – (Je finirai bien par lui casser la gueule...). Par contre très bien avec Mrs Sarabhai»<sup>18</sup>. Aquel malestar se extendería, incluso, al segundo supervisor a pie de obra, Balkrishna Doshi, que en las cartas técnicas que intercambiaba con Le Corbusier y sus colaboradores de París volvía a mezclar los asuntos relacionados con el avance de las obras con las informaciones más recientes relacionadas con los conflictos económicos:

It seems that there is some misunderstanding between you and your clients here. Mayor tells me that you had agreed on your own to come to Ahmedabad on your way back from Chandigarh to Bombay and he says that you never demanded the fare and fees during all your intermediate trips. They, i. e., Madam Manorama, Mr. Shodhan and Mr. Mayor are to an extent [sic], surprised by your last letter as, according to them, you should have cleared this in your contract. In short, they are reluctant to pay you the travelling and stay at Ahmedabad<sup>19</sup>.

Pero las cartas de avance de obra no son las únicas que permiten conocer la relación de Le Corbusier (y sus colaboradores) con los clientes indios. Las cartas de negocios, enviadas directamente a los clientes, y las que llamamos cartas diplomáticas, enviadas a funcionarios del gobierno indio, directores de bancos y hasta al agregado comercial de la Embajada de Francia en la India, exponen con crudeza los problemas económicos que atravesaba Le Corbusier por el impago de honorarios de sus proyectos en Ahmedabad y

<sup>16</sup> Sobre los conflictos de Le Corbusier con sus clientes de Ahmedabad, véase: SUÁREZ, 2004: 200-225. Sobre la construcción de la villa Hutheesing-Shodhan, véase: SUÁREZ, 2007: 200-227.

<sup>17</sup> FLC P3-6-244 a 246, 19 de junio de 1954.

<sup>18</sup> FLC P3-6-252.

<sup>19</sup> FLC P3-6-401 y 402, 26 de junio de 1955.

su impotencia ante la actitud pasiva de los clientes. El agravamiento de la situación lo había llevado a reunirse personalmente con el primer ministro Nehru el 17 de abril de 1952. Algunos detalles de la entrevista se referían el 20 de junio de 1952 en la carta enviada por Le Corbusier al Sr. Bajpây (secretario del primer ministro e hijo del gobernador de Bombay, presente en la entrevista con Nehru)<sup>20</sup>. En su carta, Le Corbusier añadía:

Je ne viens pas aux Indes pour gagner de l'argent, j'apporte à ce pays une doctrine d'architecture et d'urbanisme, une technicité, une certaine philosophie de l'architecture et de l'urbanisme, en un mot, le fruit qu'un homme de 65 ans peut apporter après une longue carrière. J'ai commencé mes travaux aux Indes en Février 51 et, jusqu'ici, je n'ai pas touché d'argent à Paris, sauf dernièrement une somme de 2.200.000 francs constituant le premier acompte du Conseil Municipal d'Ahmedabad pour le Musée.

El sentimiento de impotencia de Le Corbusier frente a sus clientes de Ahmedabad se manifiesta sistemáticamente a lo largo de todas las cartas intercambiadas con ellos. Sirva como ejemplo la carta que el 10 de marzo de 1953 enviaba a Hutheesing, refiriéndose a su villa<sup>21</sup>:

Vous ne semblez pas apprécier ce que cela signifie parce que l'on vous a montré des plans définitivement mis au point; mais si vous voulez bien, je vous ferai voir les innombrables recherches qui ont conduit à ce résultat final. On n'invente pas spontanément une architecture moderne capable de répondre au climat des Indes et aux usages d'une personnalité comme la vôtre.

La estrategia de Le Corbusier para apelar a los sentimientos del cliente recuerda sus palabras de octubre de 1925 al tratar de vender el primer proyecto de su villa a la indiferente Mme. Meyer. Entonces, en la carta de gran formato tipo memoria descriptiva, Le Corbusier escribía: «Ce projet, Madame, n'est pas né d'un coup sous le crayon hâtif d'un dessinateur de bureau, entre deux coups de téléphone. Il a été longuement mûri, caressé, en des journées de calme parfait en face d'un site hautement classique»<sup>22</sup>.

La insistencia para hacer recapacitar a los clientes de Ahmedabad en relación a los honorarios adeudados se reflejaba en A. P. Ducret, administrador del *atelier* de la *Rue de Sèvres*, quien se dirigía a Hutheesing el 7 de julio de 1953<sup>23</sup>, afirmando:

M. Le Corbusier n'est pas un homme d'affaires. Il est un artiste et, dans le monde entier, il est considéré comme tel et entouré de respect à ce titre. Il lui est extrêmement désagréable de discuter des questions qui concernent les à-côtés de la rémunération de ses services et il est particulièrement mécontent lorsqu'il a l'impression qu'on pourrait le croire attaché aux questions d'argent.

---

<sup>20</sup> FLC P3-5-90 a 92.

<sup>21</sup> FLC P3-5-30.

<sup>22</sup> FLC 31525.

<sup>23</sup> FLC P3-5-102 y 103.

El propio Le Corbusier intentó por todos los medios hacer reflexionar a los clientes, subrayando el gran sacrificio que realizaba para acompañar el avance de las obras, a pesar de la negativa de éstos a pagar sus viajes y estancia en Ahmedabad:

J'ai toujours tenu à produire un travail intense et vous, mes clients, ne m'avez pas laissé respirer une minute et le dimanche comme en semaine vous m'avez employé de 8 heures du matin à 8 heures du soir. En intensifiant mon travail à Ahmedabad j'ai pu vous économiser des journées de présence<sup>24</sup>.

La indiferencia de los clientes no hacía más que aumentar, y el 18 de febrero de 1956 Le Corbusier explicaba a Manorama Sarabhai:

[...] je suis arrivé de Tokio à Ahmedabad sans trouver même une ligne de mes clients pour m'accueillir. Mr Chinubhai seul est venu au rendez-vous et je lui en ai su gré. Puisque je suis sur ce thème je vous dirai que je suis aussi chagriné de n'avoir jamais reçu un mot [...] sur la qualité des travaux que j'ai faits chez vous. Je ne suis pas exactement un marchand ; je suis plutôt de la caste de ceux qui donnent leurs idées et le meilleur d'eux-mêmes. Les Indes sont le pays où cette caste devrait être appréciée. D'ailleurs les Millowners ont ouvert leur bâtiment avec discours de Ministres, etc... Personne ne m'a envoyé un mot de la part des Millowners et eux aussi n'ont pas répondu au sujet du paiement de mes voyages; ils représentent pourtant la richesse même d'Ahmedabad<sup>25</sup>.

### 3.3.5. Dar cuenta de la implicación del cliente en el proyecto

Las cartas de negocios también pueden evidenciar el grado de participación del cliente en el proceso creativo de su encargo, proponiendo soluciones o cuestionando (tanto por economía como por gusto personal) las decisiones tomadas por el arquitecto. Uno de esos casos es el de Manorama Sarabhai, cliente de Ahmedabad con implicación más activa en el proceso de proyecto y construcción de su villa particular. Esto se desprende del gran número de cartas intercambiadas entre ella y Le Corbusier, en las que abundan sus alertas sobre puntos críticos, y también soluciones y/o cambios a las propuestas del arquitecto<sup>26</sup>. Entre los diversos temas referidos en sus cartas, destaca el debate abierto por el tamaño de la piscina (en contacto con un excéntrico tobogán que permitía sumergirse en ella desde la cubierta de la villa)<sup>27</sup>. Sarabhai insistía en reducirla, para garantizar la seguridad de sus hijos, mientras Le Corbusier defendía la imposibilidad de hacerlo:

*Je l'ai réduite au maximum. Je ne peux pas accepter de la réduire davantage car les aménagements du toboggan sont construits et je n'ai pas envie que votre fils risque sa vie en*

<sup>24</sup> Carta a Surottam Hutheesing, 5 de noviembre de 1954 (FLC P3-5-144 y 145).

<sup>25</sup> P3-5-306.

<sup>26</sup> Un caso similar es el de Luzien Baizeau y su villa de los años 20 en Cartago. Como Tim Benton lo refiere su estudio «La villa Baizeau et le brise-soleil» (1987), el cliente habría manifestado en reiteradas oportunidades al arquitecto su reticencia hacia algunas ideas corbusianas de la época (el corte libre, el *mur neutralisant*, por ejemplo). De manera semejante, y apoyándose en numerosos casos de estudio, Benton (2007a) muestra claramente la importancia de las cartas en el estudio genético del proceso creativo de una obra, así como el papel que el cliente puede llegar a jugar en el mismo.

<sup>27</sup> Sobre el encargo para la villa Sarabhai y su proceso creativo, véase: SUÁREZ, 2006.

*venant buter de la tête contre une piscine trop étroite. D'ailleurs, je passerais pour un idiot d'avoir fait une piscine de 24' x 24' au bout d'un toboggan de 46' de long!*<sup>28</sup>

Finalmente, Le Corbusier tuvo que ceder a la presión de la clienta, pero no renunció a manifestar públicamente su opinión sobre el asunto en el volumen 1952-1957 de la *Œuvre Complète*<sup>29</sup>.

*On ne manquera pas d'admirer une piscine au pied d'un toboggan majestueux, piscine réduite, par la sollicitude d'une mère anxieuse, au rôle de bassin refroidisseur d'air conditionné. Triste aventure pour un toboggan de tremper son nez dans une cuvette de bains de pieds. Il y aurait bien une solution : celle d'exécuter les dessins de l'architecte auteur du projet!*

En el extremo opuesto, las cartas pueden hablar de casos en los que el arquitecto se ve, en repetidas ocasiones, obligado a suplicar una respuesta al cliente, cuya actitud pasiva y/o desinteresada ante las pruebas presentadas sobre la evolución del proyecto mantiene en *stand by* el trabajo. En dichos casos, el lirismo de Le Corbusier podrá emerger en las cartas de negocios con su máxima crudeza para tratar de captar la atención del cliente y sacarlo del letargo, como aconteció con Mme. Meyer entre 1925 y 1926.

*Chère Madame, Ma paternité souffre ! Vous êtes cruelle, madame, de nous faire attendre tant ! Je vous avais dit combien nous avons cajolé votre projet et nous nous faisons une fête de le voir venir au monde. Une maison qui reste sur le papier est une fausse couche. Quand je vous dis que véritablement mes fibres de père souffrent!*<sup>30</sup>

El apelo de Le Corbusier a Mme. Meyer no adquiriría su completo sentido si no explicásemos que, al momento de recibir la carta, la clienta estaba embarazada de su primer hijo.

### **3.3.6. Revelar la convicción del arquitecto por construir una versión intermedia, independientemente de su viabilidad real**

Desde la recepción del encargo y hasta la finalización de las obras (o hasta el aborto, previsible o no, del proyecto), las cartas también ponen en evidencia otra cuestión de interés para el investigador. Analizada a través de sus piezas gráficas, una versión intermedia de un proyecto puede dejar ver claramente su carácter embrionario, sus déficits o imposibilidades formales-espaciales-funcionales, así como la ausencia de soluciones que serían imprescindibles para la materialización del proyecto según esa versión. En esos casos, las cartas relacionadas con cuestiones contractuales y/o presupuestarias de los encargos pueden, contra todo pronóstico, revelar la convicción del arquitecto por avanzar con la construcción de tal versión, presionando al cliente a dar su acuerdo para iniciar las obras, sin «confesar» aquellos elementos fundamentales aún no resueltos.

---

<sup>28</sup> FLC P3-5-219, 7 de febrero de 1955.

<sup>29</sup> LE CORBUSIER, 1999: 114.

<sup>30</sup> FLC H3-1-16 y 17, 24 de febrero de 1926.

Tal es el caso del primer proyecto para la villa Meyer (de octubre de 1925), cuyas plantas, croquis y descripción escrita, al ser analizadas conjuntamente, revelan más divergencias que convergencias. También es el caso del segundo proyecto para la misma villa (de abril de 1926), con su piscina imaginaria (pero expuesta ante el cliente y presupuestada como algo factible) en el *toit-jardin*<sup>31</sup>. El primer proyecto para la villa Hutheesing (de octubre de 1951) es otro ejemplo revelador. Tras presentar aquella versión al cliente, mientras lo convencía para avanzar con la obra y presupuestaba su construcción, Le Corbusier no había resuelto el cerramiento de la rampa en la planta del jardín suspendido (respuesta vital para el correcto funcionamiento de la villa que no se desprende de ninguno de los pocos dibujos que componen la versión); tampoco sabía aún cómo se construía la cubierta parasol, elemento clave de la propuesta. En una carta enviada a Josep Lluís Sert el 8 de diciembre de 1951, Le Corbusier decía:

*Je suis parti de l'abri des tramways de Solano à Bogotá. Cet abri de tramways partait du Modular. Je félicite Solano pour son travail, je lui demande [...] l'autorisation d'employer son très beau parasol qui est un véritable outil architectural pour les Indes. Et je te prie de demander à Solano comment il construit son parasol, par quelle méthode de coffrage ? Est-ce au sol ou est-ce directement à hauteur définitive ? Veux-tu prier Solano de m'envoyer des plans de béton armé et de coffrage*<sup>32</sup>.

Detalles como éste, interpretados en el contexto completo de las conversiones y conflictos que arquitecto y cliente mantenían, dejan al desnudo la faceta comercial de un Le Corbusier ávido por asegurar un encargo, incluso a costa de no saber aún cómo (y si podría) materializarlo. En el lado opuesto, las cartas hablan, en más ocasiones de las que Le Corbusier quería, de clientes impedidos de proseguir con sus proyectos: a) por problemas financieros – de la economía general o provocados, con frecuencia, porque el arquitecto excedía con creces el presupuesto previamente indicado por los clientes –, como es el caso de la villa Meyer; b) por el desacuerdo de los clientes con las soluciones ofrecidas por el arquitecto (como es el caso del alcalde de Ahmedabad en relación a su villa particular<sup>33</sup>); c) por el simple hecho del cliente perder el interés en el encargo (tal es el caso del primo de Chimambhai, Surotam Hutheesing, que literalmente convencería a su amigo Shiamuban Shodhan, que no precisaba de una nueva casa, a comprar el proyecto de villa del cual quería desistir). Éstas, entre otras razones, podrían también llevar a Le Corbusier a precipitar la decisión de apostar por la construcción de una versión inicial o intermedia de un proyecto, aunque no esté completamente resuelta.

### **3.3.7. Comprender objetivamente el valor que la obra en estudio pudo tener para su autor y el impacto de la misma en la Historia de la arquitectura**

La correspondencia puede llegar a ser útil al menos en dos dimensiones más, igualmente vitales para la investigación crítico-genética sobre el proyecto arquitectónico:

<sup>31</sup> Sobre la ficción de la piscina, véase: SUÁREZ, 2003: 85.

<sup>32</sup> FLC R3-3-314.

<sup>33</sup> Sobre el encargo para la villa Chimambhai y su proceso creativo, véase: SUÁREZ, 2011.

1) Permite conocer el valor atribuido por el autor a una obra, construida o no y a pesar de las circunstancias que hayan rodeado al encargo. En este sentido, la correspondencia revela objetivamente la fuerte convicción de Le Corbusier sobre la importancia y necesidad de transmitir su mensaje moderno en forma de arquitectura; incluso si para ello tiene que sufrir económicamente la desconsideración y apatía de sus clientes. La correspondencia relacionada con los encargos de Ahmedabad lo demuestra con claridad: Le Corbusier no consiguió construir cuatro de sus cinco obras para esa ciudad gracias a sus clientes, sino a pesar de ellos, por lo que no escatimaría palabras en sus cartas para subrayar el esfuerzo realizado:

*Le bâtiment des Millowners est un petit palais, véritable témoignage d'architecture des temps modernes dans le climat des Indes. Ce sera, avec les autres constructions d'Ahmedabad (le «Musée de la Connaissance» et les trois villas du Maire, de Mr. Hutheesing et de Mrs. Sarabhvai) un réel message d'architecture indienne dans laquelle j'ai mis toutes mes capacités y sacrifiant personnellement des mois d'études, des mois de travail<sup>34</sup>.*

La insistencia de Le Corbusier por dejar clara la importancia del arquitecto del «período moderno» invade incluso las cartas a sus colaboradores:

*Je vous autorise à écrire des articles, sur moi aux Indes. Ce qu'il faut dire, Doshi, c'est la qualité de la recherche, l'esprit créatif, le soin méticuleux, la persévérance, le courage qu'il faut devant l'incompréhension du milieu, souvent [...] L'architecte, dans la période moderne ouverte par le machinisme et le mondialisme, est un des rouages essentiels de la vie des peuples. Mais les architectes en général sont inconscients de leur tâche. Et le milieu est ignorant. De là, tant de désordre!!! De là aussi la vie (de martyr) du chercheur honnête<sup>35</sup>.*

Le Corbusier apela así a la figura de mártir incomprendido, una estrategia a la que recurrirá con frecuencia en sus escritos y en muchas de sus conferencias, para ganar el favor de su audiencia o interlocutor, tal como Tim Benton lo demuestra en su minucioso estudio sobre Le Corbusier como conferenciante:

*Dans le discours classique, l'argument du pathos le plus souvent utilisé est celui de la pitié (ad misericordiam), souvent associé à l'établissement de l'ethos de l'orateur (dans le sens où celui-ci cherche à se faire aimer de l'auditoire). De plus en plus, Le Corbusier manipulait l'image de la via crucis du prophète et martyr en se présentant comme la victime d'attaques cruelles et injustes<sup>36</sup>.*

2) La correspondencia permite, así, reconstruir y dar sentido a una secuencia de episodios cuyo impacto trasciende el de la propia obra para formar parte clave de la

---

<sup>34</sup> Carta al Sr. Kaul, 17 de marzo de 1953 (FLC G2-14-204).

<sup>35</sup> Carta a Balkrishna Doshi, 16 de agosto de 1955 (FLC P3-6-412).

<sup>36</sup> BENTON, 2007b: 47.



Historia de la arquitectura. A día de hoy, los proyectos referidos en este artículo (incluso la villa Meyer, no construida) son considerados obras paradigmáticas de la arquitectura moderna por el aporte disciplinar de sus virtudes formales, espaciales, constructivas, funcionales, etc.; como tal, son estudiados internacionalmente como obras de referencia. Sin embargo, el debate en torno de la arquitectura moderna habría podido seguir otro curso sin la presencia física de las obras de Le Corbusier en Ahmedabad. Así, el valor que la comunidad científica y académica atribuyen a dichas obras debería enfocarse no sólo en sus características físicas, sino también en el mérito de su autor en su lucha por conseguir materializarlas, previendo (desde el mismo momento de la recepción de los encargos de los clientes) el impacto que las mismas llegarían a tener en la Historia de la arquitectura.

La retórica y lirismo corbusianos aplicados a la redacción de las cartas de negocios fueron clave para dar a cuatro de los cinco proyectos de Ahmedabad un feliz desenlace.

#### 4. REFLEXIONES FINALES

En el contexto de la producción literaria de Le Corbusier resulta imprescindible incluir la correspondencia generada a lo largo de su vida. Ella se revela como un territorio donde Le Corbusier encuentra una oportunidad ilimitada para expresar su faceta de escritor, apelando a la retórica y estrategias de sus escritos y conferencias.

Fueron aquí presentadas algunas utilidades de las cartas de negocios de Le Corbusier, recurriendo a dos fases creativas diferentes del autor: la de los años 20 y la de los encargos privados en la India, de los años 50. Se evidenció así cómo las cartas relacionadas con proyectos de arquitectura pueden multiplicar su relevancia documental y el impacto genético de la investigación, constituyéndose como uno de los principales instrumentos para reconstruir la historia de los encargos y del proceso creativo de las obras. El estudio crítico-genético de un proyecto y su proceso creativo puede llegar a equivaler a reconstruir un fragmento de Historia de la Arquitectura, encarada ésta desde un punto de vista completamente disciplinar, desde el oficio, autónomo. ¿Podría así hablarse de una «Micro-Historia de la Arquitectura», de una «Historia de los edificios»

Se evidenció, además, cómo el lirismo corbusiano puede llegar a invadir intencionalmente el territorio de papel para deleitar, conmover o persuadir al destinatario, fundiendo el carácter comercial de las cartas con el carácter poético y hasta sentimental del autor, que dejan al desnudo un Le Corbusier humano, sufriente, incomprendido, pero siempre defensor a ultranza de su mensaje moderno de arquitectura.

#### BIBLIOGRAFIA

- BAXANDALL, Michael (1989) – *Modelos de intención. Sobre la explicación histórica de los cuadros* (trad. español. Carmen Bernárdez Sanchís). Madrid: Hermann Blume.
- BELLEMIN-NOËL, Jean. (1972) – *Le texte et l'avant-texte. Les brouillons d'un poème de Milosz*. Paris: Larousse.
- BENTON, Tim (1987) – *La villa Baizeau et le brise-soleil*. «Le Corbusier et la méditerranée». Marseille: Éditions Parenthèses, Musée de Marseille, p. 125-129.

- \_\_\_ (2005) – *La villa Meyer*. «Le Corbusier plans : de l'idée au projet». Vol. 1. París: Echelle-1, Fondation Le Corbusier.
- \_\_\_ (2007a) – *The villas of Le Corbusier and Pierre Jeanneret: 1920-1930*. 2.ª Edición. Basel: Birkhäuser.
- \_\_\_ (2007b) – *Le Corbusier Conférencier*. París: Éditions Le Moniteur.
- BOYER, Christine (2011) – *Le Corbusier homme de lettres*. New York: Princeton Arch. Press.
- BROOKS, H. Allen (1997) – *Le Corbusier's formative years*. Chicago, London: The University of Chicago Press.
- DE BIASI, Pierre-Marc (2000) – *Pour une approche génétique de l'architecture*. «Génesis. Manuscrits. Recherche. Invention», n. 14. París: CCA Jean Michel Place, p. 13-65.
- DERCELLES, Arnaud; BAUDOUI, Rémi (2011) – *Correspondance: Tome I, Lettres à la famille 1900-1925*. Gollion: Infolio éditions.
- \_\_\_ (2013) – *Correspondance: Tome II, Lettres à la famille 1926-1946*. Gollion: Infolio éditions.
- \_\_\_ (2016) – *Correspondance: Tome III, Lettres à la famille 1947-1965*. Gollion: Infolio éditions.
- JENGER, Jean (2001) – *Le Corbusier. Choix de lettres*. Basel: Birkhäuser.
- LE CORBUSIER (1999) – *Œuvre complète 1910-1929*. Basel, Boston, Berlin: Birkhauser, uncorrected reprint.
- \_\_\_ – *Œuvre complète 1952-1957*. Basel, Boston, Berlin: Birkhauser, uncorrected reprint.
- MOREL JOURNAL, Guillemette (2015) – *Lettres manuscrites de Le Corbusier*. París: Éditions Textuel.
- DUMONT, Marie-Jeanne (2002) – *Lettres à Auguste Perret, 2002*. París: Éditions du Linteau.
- \_\_\_ (2006) – *Lettres à Charles L'Eplattenier*. París: Éditions du Linteau.
- \_\_\_ (2015) – *Le Corbusier. William Ritter. Correspondance croisé 1910-1955*. París: Éditions du Linteau.
- SUÁREZ, María Candela (2003) – *La villa Meyer: cuatro proyectos y algunas variantes*. «Massilia 2003». Barcelona: Fundació Caja de Arquitectos, p. 40-99.
- \_\_\_ (2004) – *Sobre la villa Hutheesing-Shodhan: pormenores de un encargo*. «Massilia 2004». Sant Cugat del Vallès: Associació d'idees, centre d'investigacions estètiques, p. 200-225.
- \_\_\_ (2007) – *Las villas Meyer y Hutheesing-Shodhan de Le Corbusier*. Tesis doctoral. Barcelona: Departament de Projectes Arquitectònics, Universitat Politècnica de Catalunya (UPC).
- \_\_\_ (2006) – *La villa Sarabhai de Le Corbusier*. «Le Corbusier plans 1950-1951: de l'idée au projet». Vol. 10. París: París: Echelle-1, Fondation Le Corbusier.
- \_\_\_ (2011) – *La villa Chimanbhai de Le Corbusier*. «Le Corbusier plans 1951-1953: de l'idée au projet». Vol. 13. París: Echelle-1, Fondation Le Corbusier.
- VON MOOS, Stanislaus (2009) – *Le Corbusier, Elements of a Synthesis*. Rotterdam: 010 Publishers.

# CARTAS ESPIRITUAIS DE FR. ESTEVÃO DA PURIFICAÇÃO (O.C.), FR. ANTONIO DA CONCEIÇÃO (C.S.J.E.) E DO PADRE JOÃO CARDIM (S.J.)

PAULA ALMEIDA MENDES\*

*Resumo:* Este artigo pretende chamar a atenção para algumas cartas redigidas por Fr. Estêvão da Purificação (O.C.), Fr. António da Conceição (C.S.J.E.) e pelo Padre João Cardim (S.J.), dirigidas, especialmente, a senhoras, na medida em que estas permitem auscultar o ascendente espiritual, realizado, neste caso concreto, por meio de conselhos e orientações espirituais, que estes religiosos exerceram junto daquelas. Com efeito, estas cartas indicam-nos alguns vetores interessantes da orientação da vida espiritual e da direção de consciência no século XVII português: recomendações de leituras, de modos de orar ou de práticas ascéticas e devotas.

*Palavras-chave:* Direção espiritual; cartas; Portugal; século XVII.

*Abstract:* This article intends to draw attention to some letters written by Fr. Estêvão da Purificação (O.C.), Fr. António da Conceição (C.S.J.E.) and Father João Cardim (S.J.), especially addressed to ladies, insofar as they allow to see the spiritual ascendant, accomplished, in this concrete case, through spiritual advice and guidance, which these religious exercised with them. Indeed, these letters indicate to us some interesting vectors of the orientation of the spiritual life and the direction of consciousness in Portugal in the seventeenth-century: recommendations for readings, ways of praying or ascetic and devout practices.

*Keywords:* Spiritual direction; letters; Portugal; XVII<sup>th</sup> century.

Como é sabido, a epistolografia, cujas origens se ancoram na Antiguidade, constitui, pesem embora os matizes diversos de que se poderá revestir, um registo que se inscreve na moldura da comunicação entre indivíduos e, nessa medida, poderá funcionar como um meio privilegiado, no sentido de aceder ao conhecimento de uma realidade histórica, espelhando uma determinada perspetiva social, religiosa ou cultural. De facto, parecem ser estas potencialidades que, em larga medida, contribuíram para o seu sucesso e justificam a longa tradição e fortuna que, desde a Antiguidade, conheceu, acentuadas pela reabilitação de que o género foi objeto, no Humanismo<sup>1</sup>.

Na moldura religiosa e espiritual, a carta foi um dos registos discursivos que o cristianismo, desde os seus primórdios, utilizou como instrumento de comunicação. Como já foi sublinhado por uma ampla bibliografia, os primeiros traços de uma literatura verdadeiramente hagiográfica<sup>2</sup> surgem nas relações sobre o processo, condenação, prisão e execução dos mártires cristãos, especialmente naquelas que podiam ser consideradas exemplares e, em maior ou menor medida, dignas de crédito<sup>3</sup>. Alguns dos textos mais

---

\* CITCEM – FLUP. Email: paula\_almeida@sapo.pt.

<sup>1</sup> AA. VV., 1985; VAN HOUTD, 2002.

<sup>2</sup> GRÉGOIRE, 1996: 109-166.

<sup>3</sup> AIGRAIN, 2000: 167-168; BARCELONA, 2005: 63. Existe uma recolha destes textos em RUIZ BUENO, 1968. Sobre a heleni-

antigos, tais como os relativos a Policarpo de Esmirna ou aos mártires de Lyon e de Viena, apresentam a forma de carta, enviada pelas respectivas comunidades às suas congéneres; todavia, o relato do martírio subsistirá independentemente da forma epistolar, ainda que desta se faça também recurso<sup>4</sup>. De resto, é bem sabido como São Paulo cultivou fecunda e proficuamente a epistolografia<sup>5</sup>, assim como a *Epístola a Diogneto*<sup>6</sup> constitui uma clara apologia do Cristianismo primitivo, que se inscreve em uma tentativa de conciliação com a cultura «pagã». Nesta moldura, não será despidiendo lembrar as «Cartas» escritas por São Jerónimo<sup>7</sup>, que se destacam pela exortação à ascese, condição fundamental para uma vida cristãmente perfeita<sup>8</sup>: a título de exemplo, lembremos as epístolas dirigidas a Santa Paula e a sua filha, Eustóquia, que, pelo seu conteúdo, que contempla dimensões diversas, que vão desde as leituras aconselhadas para a formação feminina à valorização e exaltação da virtude da castidade<sup>9</sup>, poderão ser consideradas uma espécie de «manual de comportamento feminino». Mais tarde, na época medieval, as epístolas de Santa Catarina de Sena exercerão um papel importante na moldura política do seu tempo, cujo lastro chegará até à Época Moderna<sup>10</sup>.

No contexto religioso e espiritual do século XVII português, a carta alcançou, nomeadamente no domínio da direção espiritual e da veiculação de conselhos para «bem viver» cristãmente, no sentido de seguir os trilhos de um caminho de perfeição, que asseguraria a salvação eterna, independentemente do estado a que se pertencesse, uma muito significativa importância, que se reveste de várias e diversas formas e matizes: disso são exemplo as *Cartas Espirituais* (1.ª parte: 1684; 2.ª parte: 1687), de Fr. António das Chagas<sup>11</sup>.

A direção espiritual, cujo lastro, pesem embora os propósitos, matizes, conjunturas e condicionantes diversos, chega até aos dias de hoje e constitui uma dimensão específica e importante do catolicismo da Época Moderna<sup>12</sup>, foi, recentemente, revalorizada na moldura da História cultural e da espiritualidade, por Gabriella Zarrì, no volume *Storia della direzione spirituale. Letà moderna*<sup>13</sup>, inserido na colecção «Storia della direzione spirituale»,

zação do cristianismo, cf. JAEGER, 1991.

<sup>4</sup> BARCELLONA, 2005: 33.

<sup>5</sup> O'CONNOR, 2010.

<sup>6</sup> MARQUES & LAMELAS, 2001.

<sup>7</sup> RUIZ BUENO, 1962.

<sup>8</sup> «Cartas», cuja leitura, de resto, continuava a exercer influência durante o séc. XVI: veja-se o testemunho de Santa Teresa de Jesus, no *Livro da Vida*: «Lia as cartas de São Jerónimo, e estas animavam-me tanto que determinei dizê-lo a meu pai. O que para mim era quase como vestir o hábito». SANTA TERESA DE JESUS, (s/d.): 40.

<sup>9</sup> Que era, como é sabido, na linha das epístolas paulinas e dos Padres da Igreja, a virtude feminina por excelência. FERNANDES, 1995: 119-120.

<sup>10</sup> CARVALHO, 1981: 83.

<sup>11</sup> CHAGAS, 2000.

<sup>12</sup> SANTOS & MENDES, 2015: 57-66; FILORAMO, 2006: 5-6; *Apud* ZARRI, Gabriella (a cura di). Ob. cit., p. 8: «A rigore, la direzione spirituale è un fenomeno specifico del cattolicesimo moderno. Si trata, infatti, di un istituto che, nel più generale clima di "disciplinamento" e di controllo delle coscienze típico dell'età della Controriforma, si è progressivamente imposto come uno strumento "attraverso il quale si sono plasmate le coscienze individuali e introiettati modelli di comportamento collettivi nel corso dei secoli XVI-XVIII". In quanto tale, essa costituisce una realtà culturale específica, estendibile soltanto con le opportune cautele metodologiche ad altre epoche e situazione cristiani precedenti. D'altra parte, (...) la pratica della direzione spirituale preesiste da lunga data al concretizzarsi in epoca moderna del concetto e al formarsi di un vero e proprio istituto, che in ambito cattolico è canonicamente regolato».

<sup>13</sup> Brescia: Morcelliana, 2008.

coordernada por Giovanni Filoramo, pretendendo, deste modo, lançar uma nova luz sobre este «fenómeno» contrarreformista, que poderá ser equacionado sob perspetivas de natureza diversa: disso são exemplo, no caso português, os estudos de Pedro Vilas Boas Tavares e José Pedro Paiva, sobre as por vezes «movediças» relações entre a ortodoxia e a heresia, no domínio da direção espiritual<sup>14</sup>, e de Ana Cecília Costa, a propósito da influência de São Francisco de Sales, no domínio da escolha e funções do diretor espiritual<sup>15</sup>. Deste modo, Gabriella Zarrri bem realçou que a questão da direção espiritual se inscreve no «complessi processi di ridefinizione del cristianesimo europeo»<sup>16</sup>, no sentido de um disciplinamento social, que se traduziu num controlo doutrinal e moral, característico da ofensiva contrarreformista, no campo da codificação de modelos, gestos e atitudes<sup>17</sup>.

Tendo em conta este quadro, não será despciendo valorizar que esta estratégia de disciplinamento de comportamentos e atitudes começou, no domínio religioso, com o disciplinamento da santidade.

Lembremos que, ao longo da Idade Média, no Ocidente, «proliferaram» inúmeros cultos – muitos deles locais –, que eram instituídos à margem das autoridades eclesiásticas: de resto, havia mesmo um «santo» (São Guinefort) que era um cão<sup>18</sup>... A criação do processo de canonização, durante o pontificado de Alexandre III, será o primeiro passo para concretizar uma reorganização do culto dos santos<sup>19</sup>, que, todavia, será, no século XVI, colocado em causa pelos protestantes.

Deste modo, a hierarquia eclesiástica tentou reorganizar o culto dos santos, pelo que entre 1523 (ano em que foi canonizado o dominicano Antonino de Florença) e 1588 não houve nenhuma nova canonização sancionada pela Santa Sé. Efetivamente só após a criação, em 1588, da Congregação dos Ritos Sacros e das Cerimónias, que contribuiu para a reafirmação da autoridade papal no reconhecimento da santidade, através da fixação dos critérios e dos procedimentos processuais, se voltaram a oficializar os cultos de novos santos. Durante o pontificado de Urbano VIII, são então definidas (e promulgadas nos decretos de 13 de Março de 1625 e de 5 de Julho de 1634) novas normas para admissão às canonizações, tal como a regra que consagrava que o início de um processo para atribuição do título de «santo» a um candidato aos altares só poderia ocorrer cinquenta anos após a sua morte. Nos referidos decretos, Urbano VIII proibia qualquer forma de culto público, que se poderia traduzir na veneração de sepulcros ou de imagens em igrejas ou oratórios, na edição de obras sobre as «Vidas» de varões e mulheres «ilustres em virtude», sem a permissão do Ordinário, ao qual cabia a instrução do processo com vista à beatificação ou à canonização que, posteriormente, seguiria para a Santa Sé.

A questão em torno da direção espiritual poderá ser também revisitada através da leitura e da análise de várias cartas escritas por religiosos – que, nos casos que apresentaremos, eram já, em vida, uma espécie de «santos vivos», pela fama das suas «ilustres

<sup>14</sup> TAVARES, 2005: 243-265.

<sup>15</sup> COSTA, 2015: 5-29.

<sup>16</sup> ZARRI, 2008: 9.

<sup>17</sup> ZARRI, 2008: 9.

<sup>18</sup> SCHMITT, 2004.

<sup>19</sup> VAUCHEZ, 1988.

virtudes», muitas vezes pelos milagres que eram operados por sua intercessão, e que faleceram em «odor de santidade» – e que nos leva, portanto, a equacionar a relação e a permeabilidade entre «santidade» e direção espiritual. A faceta de «diretor espiritual» assume-se como um elemento indissociável da «santidade», tanto mais sintomático em uma época que tanto valorizou as «virtudes heroicas» e a ortodoxia da fé católica, em detrimento dos milagres e dos aspetos «maravilhosos», que a hagiografia ajudou a alimentar, apesar das contribuições de George Witzel, com o seu *Hagiologium* (1541), Luigi Lippomano, com as suas *Sanctorum priscorum Patrum vitae* (1551-1560), Lourenço Surio com o *De probatis Sanctorum historiis* (1570-1576), Heribert Rosweyde, dos bolandistas, com a publicação dos *Acta Sanctorum*, e dos beneditinos de Saint Maur, no sentido de uma depuração dos textos, no domínio filológico, e de uma preocupação com o rigor histórico.

Estas cartas, de natureza «diretiva», incluídas em algumas «Vidas» devotas, assim como outros textos que entroncam no filão da literatura de espiritualidade, como as «artes de vida», para utilizarmos a designação proposta por Zulmira Santos<sup>20</sup>, divulgam paradigmas/modelos de comportamento, configurando caminhos de perfeição, em uma tentativa de conciliação entre a vida ativa e a vida contemplativa, tanto para religiosos, eclesiásticos ou leigos.

No conjunto das «Vidas» de santos e de «Vidas» devotas editadas em Portugal, ao longo do século XVII, é possível encontrar também acervos de cartas redigidas pelos religiosos biografados em causa, que nos poderão revelar alguns dados sobre o que poderá ter sido a direção espiritual por aqueles tempos. Neste conjunto, inscrevem-se cartas escritas pelo P.<sup>e</sup> António da Conceição (C.S.J.E.) (†1602), compiladas por Fr. Luís de Mértola (O.C.) no *Extracto dos Processos que se tiraram por ordem dos Illustrissimos Ordinarios na forma do direito sobre a vida e morte do Veneravel Padre António da Conceição* (1647)<sup>21</sup>, e apresentadas na «Segunda parte» da obra, pelo P.<sup>e</sup> João Cardim (S.J.) (†1615) incluídas pelo seu biógrafo, o também jesuíta Sebastião de Abreu na *Vida, e virtudes do admiravel Padre Joam Cardim da Companhia de Jesu Portuguez, Natural de Vianna de Alentejo* (1659)<sup>22</sup>, e algumas cartas de Fr. Estêvão da Purificação (O.C.) (†1617), recolhidas pelos biógrafos Fr. Luís de Mértola (O.C.), em *Vida e morte do Padre Fr. Estêvão da Purificação, religioso da Ordem de Nossa Senhora do Carmo da província de Portugal* (1621)<sup>23</sup>, e Fr. Pedro da Cruz Juzarte (O.C.), na *Trasladação do Veneravel Padre F. Estevão da Purificação, Portuguez, natural de villa Moura, religioso carmelita, da regular observância, chamado vulgarmente o Santinho* (1662)<sup>24</sup>. De entre este conjunto, o acervo mais significativo é o das cartas escritas pelo Padre João Cardim.

Estas cartas apresentam-se, assim, como um documento valioso para a compreensão do que parece ter sido a direção espiritual no século XVII português, na medida em

<sup>20</sup> SANTOS, 2002: 165-169; SANTOS, 2000: 125-130.

<sup>21</sup> Lisboa: por Antonio Alvares, pp. 90-115.

<sup>22</sup> Évora: na Oficina da Universidade, pp. 323-434.

<sup>23</sup> Lisboa: por Pedro Craesbeeck.

<sup>24</sup> Lisboa: por Henrique Valente de Oliveira.

que nestas se transmitiram conselhos, exortações, elogios, metodologias e estratégias de oração, devoções e práticas penitenciais e mortificatórias, recomendações de leituras espirituais.

Começemos pelas cartas do *Beato* António da Conceição<sup>25</sup>.

Nascido em Pombal, é ordenado sacerdote e ingressa na Congregação de São João Evangelista, em Évora, em 1552; em 1570, vem para o convento dos Lóios, em Lisboa. A figura de Fr. António da Conceição foi já exemplar e cabalmente estudada por José Adriano de Freitas Carvalho<sup>26</sup>, que abordou, muito especialmente, o seu papel enquanto conselheiro e profeta durante o reinado de Filipe II. Efetivamente, se é verdade que o *Beato* se distinguiu no exercício das virtudes heroicas – tão ao gosto da época... –, valerá a pena recordar que o contexto político e religioso do seu tempo, marcado por confrontos entre Castela e Inglaterra, em que se inscreve o episódio da «Invencível Armada», em 1588, e nos quais Portugal se viu também envolvido, acabou por potenciar uma afirmação, inscrita em uma lógica de prestígio, de Fr. António da Conceição, graças ao seu dom profético, que acentuará, muito naturalmente, a sua *fama sanctitatis*. Os ataques dos ingleses a Lisboa, em 1589, e à costa portuguesa fermentaram uma ambiência de insegurança e de pânico entre os portugueses e contribuíram para cristalizar, no imaginário lusitano, uma imagem dos «invasores» como hereges, que punham em causa a autoridade do papa como «cabeça» da cristandade e tinham como «chefe» da sua Igreja uma mulher, a rainha Isabel I. É esta moldura perturbante que contribuirá para que o *Beato* António da Conceição seja perçecionado, por figuras de importância diversa na pirâmide social – e que vão desde reis e nobres a pessoas de condição mais humilde –, como uma espécie de «oráculo pacificador». Deste modo, as suas «virtudes heroicas», adornadas pelo dom da profecia, granjearam-lhe um inegável prestígio, de que são testemunho as cartas, incluídas por Fr. Luís de Mértola nos *Extractos dos Processos...*, que, não raras vezes, deixam transparecer um conhecimento e admiração recíprocas, como sublinhou José Adriano de Freitas Carvalho<sup>27</sup>.

Deste modo, entre este conjunto de cartas, encontramos algumas dirigidas a membros da Igreja, como o arcebispo de Évora, D. Teotónio de Bragança – esse modelo de «perfeito bispo», na linha das diretrizes tridentinas, que revalorizaram o espírito evangélico e o zelo pastoral – rogando que não renuncie ao arcebispado, ou a D. Miguel de Castro, louvando a sua caridade para com os pobres, mas também a leigos. Neste filão, inscrevem-se as cartas dirigidas aos condes e à condessa velha de Linhares, assim como a duas viúvas: D. Maria Manuel (†1635) e D. Helena de Noronha da Costa, senhora do morgado de Pancas, que, como já notou Maria de Lurdes Correia Fernandes, apesar de serem de «tom consolatório», são acompanhadas «de conselhos vários que retomam e desenvolvem os preceitos paulinos e dos Padres da Igreja», que assim fixaram um para-

<sup>25</sup> Apesar da sua *fama sanctitatis*, nunca foi, contudo, beatificado.

<sup>26</sup> CARVALHO, 1998: 13-52.

<sup>27</sup> CARVALHO, 1998: 38. Eis o elenco dos destinatários das cartas: D. Teotónio de Bragança; D. Miguel de Castro; D. Maria Manuel; Cristóvão de Moura; Inácio de Lima; «uma moça que queria ser freira»; D. Catarina, duquesa de Bragança; conde de Atalaia; D. Helena da Costa, senhora de Pancas; D. Maria de Castro; condes de Linhares e condessa velha de Linhares.

digma que foi recuperado e defendido pelos textos doutrinários e educativos da Época Moderna<sup>28</sup>. De resto, não será despendendo lembrar que, no domínio da hagiografia e da literatura moral, os modelos exemplares de Santa Paula e de Santa Mónica foram reabilitados, enquanto paradigmas de comportamento propostos à imitação das viúvas: aliás, é a partir destes modelos que certas «Vidas» de viúvas portuguesas «ilustres em virtude», como a de Elvira de Mendonça, escrita por Fr. Luís de Granada<sup>29</sup>, são decalcados.

Por sua vez, D. Maria Manuel era viúva de Manuel de Melo de Magalhães, governador de Malaca. Jorge Cardoso incluiu esta «virtuosa matrona», que foi também «filha espiritual» de Fr. António da Conceição (O.S.S.T.) e dos carmelitas Fr. Simão Botelho e Fr. Luís de Mértola entre o número de «santos» do reino de Portugal «e suas conquistas», declinado no «Agiologio Lusitano». É, portanto, no contexto da morte recente de Manuel de Melo de Magalhães que se inscreve a redação desta carta, que exorta D. Maria Manuel a perseverar no estado da viuvez – que, como é sabido, era considerado uma espécie de «segunda virgindade» – e, assim, recusar possíveis propostas de um novo casamento. Efetivamente, a carta (assim como outras, muito provavelmente) terá funcionado como um instrumento que norteou o comportamento de D. Maria Manuel, que permaneceu, até ao final da vida, no estado de viúva: neste sentido, valerá a pena recordar o panegírico tecido por Fr. Luís de Mértola: «Sua vida foi tal, sua modéstia, seu recolhimento, em todos os 33 annos que viuueo no estado de viuua, que chegou a dizer hũ certo Prelado Bispo, que se se lera hũa cadeira de bons procedimentos, ás donnas & senhoras de Portugal, ninguê a poderá ler com mais satisfação que Dona Maria Manoel»<sup>30</sup>.

Mas nem sempre os conselhos «diretivos» dados por Fr. António da Conceição parecem ter sido acatados... Com efeito, nos *Extractos dos Processos de Fr. António da Conceição* existe uma carta dirigida a D. Helena de Noronha da Costa, senhora do morgado de Pancas<sup>31</sup>, que foi redigida por ocasião do falecimento do seu segundo marido, D. Francisco de Castelo Branco, capitão de Ormuz: nela o religioso lóio exorta-a a permanecer no estado da viuvez («este seu estado mui aparelhado he para crescer sempre neste amor [de Deus]»), tentando, deste modo, que esta senhora se aproxime do exemplo modelar de outras viúvas «santas». Todavia, D. Helena de Noronha da Costa acabaria por contrair matrimónio pela terceira vez...

Centremo-nos, agora, nas cartas escritas pelo Padre João Cardim<sup>32</sup>.

João Cardim nasceu em 1 de Junho de 1585, em Torre de Moncorvo. O seu pai, o Doutor Jorge Cardim Froes, «de nobre; & antiga família deste apelido», exerceu importantes funções «ao serviço de ElRey», não só em «diversos cargos de administração da

<sup>28</sup> De que é exemplo a obra *Vidua Christiana* (1529), de Erasmo, dedicada a Maria de Hungria, filha de Filipe o Belo e Joana a Louca, já viúva de Luís II da Boémia e Hungria.

<sup>29</sup> GRANADA, 1906: 411-422.

<sup>30</sup> MÉRTOLA, 1647: 98.

<sup>31</sup> Por sua vez, D. Helena de Noronha da Costa, senhora do morgado de Pancas, era filha de João da Costa, senhor de Pancas e Atalaia (irmão de Gaspar da Costa) e de D. Inês de Noronha (cf. GAYO, Volume XII: 186). Casou três vezes: a primeira com D. Manuel da Cunha, senhor de Tábua; a segunda com D. Francisco de Castelo Branco, capitão de Ormuz; a terceira com Manuel de Vasconcelos, comendador de Santo Isido, senhor do morgado do Esporão, presidente do Senado da Câmara de Lisboa, regedor das justiças, do Conselho de Estado de Portugal, em Madrid. De nenhum destes matrimónios teve filhos.

<sup>32</sup> Sobre estas cartas já nos debruçámos em: MENDES, 2014: 55-72.



justiça», mas também na «Corte de Lisboa», onde foi «Desembargador dos Agravos da casa da Suplicação». Todavia, o autor destaca, sobretudo, a sua propensão para «todas as obras de virtude», a «assistencia aos Officios Divinos», no uso dos sacramentos da Penitencia, & Sagrada Communhão, & em muitos exercicios de Piedade, virtude, & devação», o seu temor a Deus e cuidado «de sua salvação, a qual encaminhava, & pela qual regulava as mais obrigações de seu estado»<sup>33</sup>. Após ter deixado o ofício de desembargador, abandonou também a Corte e recolheu-se a Viana do Alentejo, onde viveu, ocupando-se nos «exercicios santos com que se despunha pera morrer», até ao fim dos seus dias. A mãe de João Cardim, Dona Catarina de Andrada, distinguiu-se na prática das virtudes, nomeadamente da esmola, exercicios de penitência e a oração, «pera á qual tinha sempre tempos determinados no dia, que dava a este santo exercicio no seu oratorio, que tinha muy bem concertado»; tinha «tambem o vso, & frequancia de livros espirituas» e, quando já era viúva, passava as manhãs a ouvir missa no mosteiro das religiosas de S. Jerónimo, em Viana do Alentejo, «e orando vocal, & mentalmente, purificando tambem sua alma com a frequencia do sacramento da confissão, & fortificandoa com a sagrada communhão de todos os oito dias». Os pais de João Cardim concretizam, assim, um exemplo de «bem casados», para utilizarmos a designação proposta por Maria de Lurdes Correia Fernandes, na medida em que não descuravam nem as práticas espirituais e devotas e o exercício das virtudes, nem as obrigações do seu estado, nomeadamente e no que dizia respeito ao governo da casa e educação dos filhos.

Em 1611, iniciou o período de noviciado na Companhia de Jesus, o qual durou dois anos. O seu itinerário na Companhia de Jesus foi marcado pelo fervor da vida espiritual, pelo rigor da vida ascética, pela prática das virtudes heróicas – que o aproximam dos exemplos de S. Luís Gonzaga e de S. Estanislau Kostka – e por uma significativa actividade missionária, integrando várias missões do interior levadas a cabo pelos jesuítas. Faleceu, com *fama sanctitatis*, a 18 de Fevereiro de 1615, no colégio de São Paulo da Companhia de Jesus, em Braga, a qual foi ganhando cada vez maior expressão devido aos milagres *post mortem* obrados por sua intercessão, na maior parte dos casos graças às suas relíquias. Esta moldura justificou a abertura de um processo, em Roma, com vista à sua beatificação ou canonização, que corria já pelo ano de 1645, em que Filipe Alegambe deu à estampa a *De vita et moribus P. Ianiis Cardim Lusitani è Societate Iesu*<sup>34</sup>.

No «V Livro» da *Vida...* o Padre Sebastião de Abreu compilou um conjunto de cartas escritas pelo Padre João Cardim.

Do conjunto das vinte e nove cartas escritas pelo jesuíta, quatro são dirigidas ao Padre António de Vasconcelos, da Companhia de Jesus. Nestas cartas, o jovem religioso relata ao seu «pai espiritual» as suas obrigações diárias durante o período do noviciado<sup>35</sup> e o aproveitamento espiritual alcançado<sup>36</sup>, o gosto em fazer todas as tarefas relacionadas

<sup>33</sup> Cf. ABREU, (s.d.): 2.

<sup>34</sup> Romae: Typis Francisci Caballi.

<sup>35</sup> Cf. ABREU, 1659: 330-331 (carta de 22 de Agosto de 1611).

<sup>36</sup> Cf. ABREU, 1659: 328-329.

com a Religião e em viver pobremente<sup>37</sup>, «assim como as muitas mercês» e consolações divinas que vinha recebendo<sup>38</sup>.

Contudo, se pretendermos conhecer e destacar alguns contornos do que terá sido a orientação espiritual no Portugal de Seiscentos, no sentido da transmissão de conselhos, exortações, elogios, metodologias e estratégias de oração, devoções, práticas penitenciais e mortificatórias, recomendações de leituras espirituais, são as cartas dirigidas pelo Padre João Cardim aos irmãos, principalmente aquelas que têm como destinatário as suas irmãs, a Madre Isabel de S. Francisco e D. Serafina de Andrada, e a sua mãe, D. Catarina de Andrada, que nos permitirão auscultar estas dimensões.

Com efeito, estas cartas deixam entrever o ascendente espiritual, materializado, neste caso, através de conselhos e orientações, que o Padre João Cardim, apesar da sua juventude, exerceu sobretudo junto da sua mãe, D. Catarina de Andrada – que, já no estado de viúva, pretendia ingressar no convento de Jesus, em Viana do Alentejo<sup>39</sup> –, anseio cuja concretização viu dificultada por causa de uma questão relacionada com a mudança de uma tença, e, sobretudo, da sua irmã, a Madre Isabel de S. Francisco, religiosa jerónima, no mosteiro de Jesus de Viana do Alentejo, a quem são dirigidas a maior parte das cartas do «Livro Quinto» da *Vida e virtudes...*

Importa, desde logo, notar que, ainda que a vida religiosa tenha sido marcada por algumas atitudes de relaxamento e de indisciplina, agravadas pelo facto de, em muitos casos, o ingresso na vida religiosa não resultar de uma verdadeira vocação, mas sim de pressões familiares ou económicas ou de estratégias patrimoniais, para as quais, desde o século XV, se vinha pedindo uma atuação por parte das autoridades eclesiásticas, que, como é sabido, seria colocada em marcha através dos decretos e as diretrizes emanados do Concílio de Trento, que obrigaram a uma rigorosa observação das diversas Regras e Constituições das ordens, a vida religiosa feminina não foi, completamente, «afetada» por estes desvios e o monacato feminino não se desviou dos pilares ideológicos em que se sustentava, nem das suas linhas de orientação espiritual. Com efeito, assim o parecem testemunhar estas cartas, que funcionavam como resposta do Padre João Cardim a muitas outras que lhe eram dirigidas pela sua irmã, a qual procurava conselho e orientação espiritual para atingir a perfeição religiosa. Mas é importante notar que este conselho e esta direção espiritual eram também procuradas pelas outras religiosas jerónimas do convento de Jesus, em Viana do Alentejo, pois as cartas que, de princípio, apresentavam uma orientação individual, de carácter privado, acabavam por se dirigir a toda a comunidade<sup>40</sup>, mostrando assim a difusão alargada que estas cartas tiveram.

<sup>37</sup> Cf. ABREU, 1659: 329-330, 348-349: «... não ha trabalhos, nem injurias, nem mares, Indias, ou Jappoens, que me pareção difficultosos; & com isto ficão os trabalhos da Religiam tam suaves, que os nam sinto, antes sam regalos, & mimos, & os interiores muito maiores, que certo, se assim ouuer de ser, parece que me nam quer o Senhor dar sua crus, senam o peixe assado, & o favo de mel dos Dicipulos; mas consolome, que ainda que assim passa, estam os trabalhos a diante, & espero que nelles seram meus regalos: queira o Senhor dar-me tal animo, & fortificar-me de maneira, que seja sempre constante, & me pareção todos os maiores».

<sup>38</sup> Cf. ABREU, 1659: 418, 420.

<sup>39</sup> Cf. ABREU, 1659: 337.

<sup>40</sup> Cf. ABREU, 1659: 159-161.

A leitura destas cartas dirigidas à Madre Isabel de S. Francisco parece permitir-nos concluir que estas fazem eco de todo um programa, iniciado pela *Devotio moderna*, que, desde o século XVI, vinha propondo métodos que possibilitassem a prática da oração fora dos domínios restritos da liturgia ou dos officios. Colocam a tônica na importância da experiência interior do fenómeno religioso, em um desenvolvimento de uma afetividade, indissociável de uma ânsia de reforma interior, que se escora na busca de novas ou renovadas formas de experiência espiritual, nos caminhos de aprofundamento da oração, sobretudo mental. Deste modo, estas cartas do Padre João Cardim parecem-nos contribuir para a intensificação desta «herança», na medida em que propõem algumas metodologias que têm como objetivo alcançar a proximidade com Deus e a perfeição cristã. Um dos principais motivos que levaram o Padre João Cardim a escrever estas cartas foi o desejo de que a sua irmã alcançasse a perfeição espiritual e, por conseguinte, a «santidade», que, segundo ele, exigia duas condições fundamentais: andar sempre na presença de Deus<sup>41</sup> e a prática da oração mental<sup>42</sup>.

Todo o programa espiritual proposto pelo Padre João Cardim parece, assim, escorar-se na prática da oração mental, que pressupunha uma série de requisitos prévios, tais como «cortar por estas dificuldades de respeitos humanos, & resolver huma ves com Deos, querendoo a elle somente, & nam tornando com isto atras, & ir todos os dias, & horas vendo o quanto crece em virtude, & amor seu». Nesse sentido, este conjunto de cartas veicula um leque de várias e diversas modalidades de orar – tais como a petição<sup>43</sup>, o canto<sup>44</sup>,

<sup>41</sup> Cf. ABREU, 1659: 339-340: «A primeira cousa he, que trate v. m. de andar sempre na presença de Deos, nam se esquecendo nunca d'elle; & se fiser isto será santa. Os remedios agora pera isto sam; em acordando pella manhaã, ou quando se levanta á meya noite, pór logo o pensamento em Deos, & esses serem seus primeiros cuidados, & pera isto antes que se deite á noite, imagine nalgumas palavras devotas de Psalmos, que entenda, ou de qualquer outra cousa espiritual, & santa, & com ellas se comece a vestir, nam admitindo outros pensamentos; & a isto chamamos despertadores: & em quanto se vestir seja com alguma consideraçam da Payxam, ou do minio JESV, de como naceo, do frio, pobreza, &c. Com a propria ande pellos dormitórios, & claustras trazendo sempre por companheiro a Christo, & á Virgem, & considerando que o seu Anjo da guarda a anda vendo, & espreitando, se faz isto, ou nam; as consideraçoes varieas, tomando cada hora huma, ou de tempo em tempo; & pera isto se pode aproveitar das Meditaçoes do P. Ponte. E o que mais tenho que encomendar neste ponto, que he este trato com Deos interior, de andar fallando com elle com entendimento, & affeiçoando a vontade ao amor, he o fallar d'elle de maneira que nunca suas praticas sejam outras, senam de Deos, ainda que eu tenho essas senhoras por tam santas, que nam terá necessidade de lhes dizer isto: mas quanto fosse necessario, bom seria, & levantarse da pratica, fingindo que tem que fazer, como he ir fallar com seu Deos».

<sup>42</sup> Cf. ABREU, 1659: 340: «A segunda cousa he, que pois tem oraçam mental, dé o mais tempo que puder a ella, & faça, & ponha por obra o que o Espirito Santo nella lhe ditar. E se o cumprir inteiramente com a primeira cousa que encomendei, eu lhe asseguro huma grande santidade. E animese muito a ella, pois a esperão as eternidades de gloria, & de bens infinitos; lembrese do dito da Santa Tereza, que esta vida he huma mã noite, que de pressa passa».

<sup>43</sup> Cf. ABREU, 1659: 355-356: «Ha v. m. tambem de vsar muito de petiçoens, que he excelente modo de orar, no qual se podem gastar muitas horas, pedindo a Deos virtudes, & ao Espirito Santo seus doens; quando estas, ou outras cousas se pedem simplesmente, chamase petiçam; & quando se pedem alegando alguma cousa, titulo, ou motivo da parte de Deos, como he por suas Chagas, por sua santíssima Payxam, chamase obsecraçam, & deste vsa muito a santa Igreja na Missa, quando nas oraçoens pede, *Per Iesum Christum Filium tuum*. Esta se pode tambem faser pella Virgem Santissima, pedindo por seus merecimentos, & pelos Anjos, & Santos do Ceo. E Deos como he Pay amorosíssimo, & piadosissimo nam espera mais, senam que lhe peçamos pera nos dar tudo, quanto na oraçam lhe pedirmos: porque assim o dis no Evangelho, que peçamos, que nos darão; que batamos, que nos abrirem».

<sup>44</sup> Cf. ABREU, 1659: 357: «Mas porque me parece que sim; & que lhe deve nosso Senhor por meio d'elle ter feitas grandes merces, como faz a todos, os que o vsam de coraçam; irei proseguindo mais dous outros modos de orar muito bons, & fáceis, & hum delles he de canto, ao modo que se faz no Coro, de que vs. ms. vsam. E assim mentalmente imaginando que ou ouve musicas de Anjos, ou que v. m. mesma canta alguma cantiga, ou de nossa Senhora, ou do Santissimo Sacramento, ou do passo que quiser meditar, & nisto se pode gastar muito tempo, com o pensamento sempre em Deos».

a insinuação<sup>45</sup> e o louvor<sup>46</sup> – que procuram inculcar a prática da oração metódica, que se deve revestir de uma dimensão afetiva. No âmbito da oração mental, João Cardim privilegia a meditação na Paixão de Cristo, na esteira da *Devotio moderna*, desenvolvida a partir da Baixa Idade Média, que conferiu um especial relevo ao sofrimento de Cristo, que deveria ser imitado pelo cristão: com efeito, como sublinhou José Adriano de Carvalho, a imitação de um Cristo sofrente<sup>47</sup>, representado não tanto como o Cristo pantocrator dos primeiros séculos, mas como o Cristo da Paixão, dando ênfase à sua Humanidade – e esta era uma imagem muito semelhante à dos mártires – torna-se num ideal fundamental no contexto da espiritualidade da época.

No domínio dos exercícios espirituais, o Padre João Cardim aconselha a mãe a fazer exame de consciência, recomendando-lhe também, assim como à irmã, a frequência dos sacramentos, especialmente a comunhão frequente.

Nas suas cartas, o Padre João Cardim vai dando também alguns conselhos de leitura à irmã: o *Contemptus mundi*, Fr. Luis de Granada<sup>48</sup>, o Padre Luis de la Puente, o Padre Alonso Rodriguez (S.J.) e o seu *Exercicio de perfeição e virtudes cristãs*, as obras de Louis de Blois (Ludovico Blósio), traduzidas do latim para castelhano por Fr. Gregorio de Alfaro (O.S.B.), Santa Teresa de Jesus<sup>49</sup>, o «livro da Santa Chaves»<sup>50</sup>, o «livro do Beato Gonzaga»<sup>51</sup>, recomendações que se parecem, efetivamente, configurar nos moldes dos «programas» de leitura da época. Por outro lado, o Padre João Cardim evoca igualmente algumas razões de ordem metodológica que devem presidir à leitura espiritual, tais como ler poucos livros, mas fazê-lo meditando e aproveitando assim a sua lição<sup>52</sup>.

<sup>45</sup> Cf. ABREU, 1659: 355: «Tambem outro modo muito bom de orar he hum, que se chama insinuação; & consiste em tacitamente representar a nosso Senhor nossas misérias, & as de nossos próximos. As nossas disendo, Senhor olhai como estou tibia, & fria, & como o sou em vosso amor: olhai o trabalho, que padeço em tal, ou tal cousa, & este que tenho agora aqui diante de vós; & como sou ignorante, & fraca; pois falando com hum Deos eterno, & Senhor de tanta Magestade, ante quem milhares, & milhares de Anjos, Serafims, & bemaventurados Santos se estam ajoelhando, & abrazando com fogo de vosso divino amor; eu estou aqui deste modo com tam pouca reverencia; & por aqui, o que ditar o Espírito Santo, que he o verdadeiro mestre. A insinuação dos próximos se fas representado a Deos suas miserias, dizêdo olhai quãto que padecem tantos pobres, tantas viúvas, tâtos miseráveis, &c. Nam sois vós tam rico? porque os nam amparaes? E assim as espirituas de tantos em peccado mortal, tantos maos Sacerdotes, Religiosos, & tam frios servos vossos».

<sup>46</sup> Cf. ABREU, 1659: 357-358: «Outro [modo] he louvallo [a Deus] por suas creaturas, pelos animaes, flores, plantas, homens, ceos, & elementos, terra, agoa, ar, & fogo; & pelos que se chamão mixtos, que são os metaes, ouro, prata, & as mais cousas que creou».

<sup>47</sup> CARVALHO, 1970: 47-70; CARVALHO, 1994: 55-109; MARQUES, 2000: 570-577.

<sup>48</sup> Cf. ABREU, 1659: 357, 379, 433 («No que toca a liçam espiritual, lembro a v. m. que nam deixe de todo o P. Granada: porque he cousa mui excelente a sua doutrina, & mui solida, & a sua eloquencia nam tem par»). Uma das obras cuja leitura é recomendada parece-nos ser o *Tratado de algunas muy deuotas oraciones para provocar al amor de Dios y de las otras virtudes*. Lisboa: em casa de Ioannes Blauio de Colonia, 1561. Luís de Granada foi construindo, ao longo da sua vida, uma obra de síntese, tributária dos trabalhos de muitos e diversos autores, revelando-se, deste modo, um exímio compilador, que exerceu, por sua vez, uma notória influência sobre outros autores. A título de exemplo, veja-se de MARTINS, 1947: 159-166. De acordo com RODRIGUES, 1976: 1450-1461, o *Libro de la Oración y Meditación* serviu de inspiração a Fr. Rodrigo de Deus para a composição dos seus *Motivos Spirituales* (...) e o *Compendio de Doctrina Christã*, o *Manual de Oraciones* e o *Memorial*. ... influenciaram a escrita do *Jardim Espiritual* (1632), de Fr. Pedro de Santo António. Veja-se também BORGES, 2009: 135-149.

<sup>49</sup> As obras de Santa Teresa de Jesus conheceram uma muito significativa receção e difusão ao longo da Época Moderna, potenciando a reprodução do seu modelo de santidade e de virtude. Cf. MENDES, 2017: 71-79.

<sup>50</sup> Cf. ABREU, 1659: 72. O Padre João Cardim está, certamente, a referir-se à *Vida* de Margarida de Chaves, venerável matrona da ilha de S. Miguel, de SOUSA, 1612.

<sup>51</sup> Cf. ABREU, 1659: 72-73. Dever-se-á tratar da obra de CEPARI, 1610.

<sup>52</sup> Cf. ABREU, 1659: 433: «... nam se mate com muita liçam, mas pouca, & bem rumiada, & dirigida, pera que aproveite à alma, notando os exemplos das virtudes interiores, que puder imitar, & animarse a isso exercitandoas com a vontade, & desejos, & pellos exteriores, & tambem por estes louvar muito a Deos».

Por sua vez, o carmelita Fr. Estêvão da Purificação (1571 – † 1617), cognominado «o Santinho», viveu como um eremita, em Colares, destacando-se no âmbito da oração vocal – ainda que esta tenha sido já, por esses tempos, alvo de desvalorização, na linha da *Devotio moderna* –, na prática das virtudes heroicas e também na direção espiritual, por meio da redação de cartas, onde acabou por se destacar. Com efeito, ele era surdo<sup>53</sup> e, por isso, não podia exercer com eficácia a sua função enquanto confessor: parece, efetivamente, ter sido esta circunstância que levou a que este carmelita se evidenciasse na direção espiritual por escrito. As cartas, insistem, sobretudo, na oração vocal e na sua importância e, não raras vezes, funcionam como resposta a outras missivas anteriormente enviadas ao religioso carmelita.

A *Tresladação do Veneravel Padre F. Estevão da Purificação* recupera algumas cartas, que encontramos na *Vida* escrita por Fr. Luís de Mértola. Muitos dos vetores de direção ventilados pelas cartas de Fr. Estêvão da Purificação não se afastam de alguns que vimos já em João Cardim: de facto, são revisitadas a devoção à Paixão de Cristo<sup>54</sup>, em uma carta dirigida a uma religiosa da Ordem Terceira carmelita, na qual se inscreve a devoção às Cinco Chagas<sup>55</sup>, recomendada em uma carta que tem como destinatário uma religiosa cisterciense, mostrando, deste modo, a centralidade da Humanidade de Cristo, na moldura da espiritualidade pós-tridentina. Do mesmo modo, também na recomendação de obras e autores, não se afasta das prescrições do Padre João Cardim: neste sentido, Fr. Estêvão da Purificação destaca o proveito que se poderá retirar da leitura dos textos de Santa Teresa e de Fr. Luís de Granada<sup>56</sup>.

Pese embora o seu carácter breve, este estudo pretendeu equacionar alguns aspetos e problemáticas em torno da epistolografia e da sua utilização, enquanto veículo de direção espiritual, em Portugal, no século XVII. As cartas estudadas, tendo como destinatárias diversas figuras femininas, sobretudo religiosas e viúvas, mostra a importância de que se reveste este «instrumento» na moldura religiosa e espiritual de Seiscentos, que nos conduz a configurar dimensões que se prendem com a relação espiritual e a «santidade», escorada no exercício das «virtudes heroicas» e nas práticas devotas, ou com várias questões polarizadas em torno da «perfeição cristã» e dos textos que a poderão escorar. Mas as dimensões respigadas – orientações de leitura, de modos de orar, de práticas ascéticas e devocionais –, que refletem teias e influências de natureza diversa, configuram um universo que permanece ainda opaco e que poderá ser «iluminado», à medida que outra documentação e outras fontes permitam a comparação de dados.

<sup>53</sup> De acordo com MÉRTOLA, 1621: 23, seria apenas quando Fr. Estêvão da Purificação contava cerca de trinta e cinco anos que «quis Deos dar um nouo lustre» à obra deste carmelita, e «aiuiar as tintas da imagem espiritual da sua alma» por meio de uma surdez que o teria tornado mais sensível «pera ouir as uozes interiores de Deos». Cf. GOMES, 2000: 117-132.

<sup>54</sup> MÉRTOLA, 1621: cap. XIII, 119-128.

<sup>55</sup> MÉRTOLA, 1621: cap. XV, 128-139.

<sup>56</sup> MÉRTOLA, 1621: cap. XIII, 126.

## BIBLIOGRAFIA

- AA. VV. (1985) – *La Correspondence d'Érasme et l'epistolographie humaniste*. Colloque International (Bruxelles, 1983). Bruxelles: Université Libre de Bruxelles.
- ABREU, Padre Sebastião de (1659) – *Vida e virtudes do admiravel Padre Joam Cardim*. Evora: na Officina da Universidade.
- AIGRAIN, René (2000) – *L'hagiographie. Ses sources, ses methods, son histoire* (reproduction inchangée de l'édition originale de 1953). Bruxelles: Société des Bollandistes.
- BARCELLONA, Francesco Scorza (2005) – *Le origini*. In *Storia della santità nel cristianesimo occidentale*. Roma: Viella, p. 9-18.
- BORGES, Célia Maia (2009) – *As obras de Frei Luís de Granada e a espiritualidade do seu tempo: a leitura dos escritos granadinos nos séculos XVI e XVII na Península Ibérica*. «Estudos Humanísticos. Historia», n.º 8, p. 135-149.
- CARVALHO, José Adriano de Freitas (1970) – *Evolução na evocação de Cristo sofrente na Península Ibérica (1538-1630)*. In *Homenaje a Elías Serra Ráfols, II*, La Laguna: Universidad de La Laguna, pp. 47-70.
- \_\_\_ (1981) – *Gertrudes de Helfta e Espanha. Contribuição para o estudo da história da espiritualidade peninsular nos séculos XVI e XVII*. Porto: INIC/Centro de Literatura da Universidade do Porto.
- \_\_\_ (1994) – *Achegas ao estudo da influência da Arbor Vitae Crucifixae de Ubertino da Casale e da Apocalypsis Nova em Portugal no século XVI*. «Via Spiritus», 1, pp. 55-109.
- \_\_\_ (1998) – *Um beato vivo: o P.º António da Conceição, C.S.J.E., conselheiro e profeta no tempo de Filipe II*. «Via Spiritus», 5, pp. 13-52.
- CEPARI, Virgilio (S.J.) (1610) – *Vida do beato Luiz Gonzaga da Companhia de Iesu. Tresladada do italiano em portuguez, e abreviada pelo Padre Ieronymo Alvarez*. Lisboa: por Pedro Craesbeeck
- COSTA, Ana Cecília Machado da (2015) – *S. Francisco de Sales, director espiritual*. «Via Spiritus», 22, p. 5-29.
- FERNANDES, Maria de Lurdes Correia (1995) – *Espelhos, Cartas e Guias. Casamento e Espiritualidade na Península Ibérica. 1450-1700*. Porto: Instituto de Cultura Portuguesa/ Faculdade de Letras do Porto.
- FILORAMO, Giovanni (2006) – «Introduzione». In *Storia della direzione spirituale. 1. Letà antica*. Brescia: Morcelliana, p. 5-6.
- GOMES, J. Pinharanda (2000) – *O P.º Fr. Estêvão da Purificação, O. Carm. Mestre da oração vocal*. In *Imagens do Carmelo Lusitano. Estudos sobre história e espiritualidade carmelita*. Lisboa: Paulinas, pp. 117-132.
- GRANADA, Fr. Luís de (O.P.) (1906) – *Vida de la muy ilustre señora Doña Elvira de Mendoza mujer que fue del muy ilustre señor Don Fernán Martínez Mascareñas*. In *Obras de Fr. Luis de Granada de la Orden de Santo Domingo*. Edición crítica y completa por Fr. Justo Cuervo. Tomo XIV. Madrid: Imprenta de la viuda e hija de Gómez Fuentenebro.
- GRÉGOIRE, Réginald (1996) – *Manuale di Agiologia. Introduzione alla letteratura agiografica* (2.ª ed.). Fabriano: Monastero San Silvestro Abate.
- JAEGER, Werner (1991) – *Cristianismo primitivo e paideia grega*. Lisboa: Edições 70.
- MARQUES, João Francisco (2000) – *Rituais e manifestações de culto*. In AZEVEDO, Carlos Moreira de (dir.) – *História Religiosa de Portugal*. Vol. II. Lisboa: Círculo de Leitores, p. 570-577.
- MARQUES, M. Luís; LAMELAS, Isidro P. (ed.) (2001) – *A Diogneto*. Lisboa: Alcalá.
- MARTINS, Mário (1947) – *Frei Luis de Granada e Jorge da Silva*. «Brotéria», 44, p. 159-166.
- MENDES, Paula Almeida (2014) – «*Leia estas cartas, que nelas verá debuxado seu fervoroso espirito*». *Sobre algumas cartas espirituais e directivas de religiosos portugueses (séculos XVI-XVII)*. «Via Spiritus», 14, p. 55-72.
- \_\_\_ (2017) – «Espelhos» de Santa Teresa de Jesus. A escrita, a tradução e a leitura das «Vidas» teresianas em Portugal (séculos XVII-XVIII). In *A Reforma Teresiana em Portugal. Congresso Internacional 2015*. Marco de Canaveses: Edições Carmelo, p. 71-79.
- MÉRTOLA, Fr. Luís de (1621) – *Vida e morte do Padre Fr. Estêvão da Purificação, religioso da Ordem de Nossa Senhora do Carmo da província de Portugal*. Lisboa: por Pedro Craesbeeck.

- (1647) – *Extracto dos processos que se tirarão por ordem dos illustrissimos ordinarios na forma do direito sobre a vida e morte do veneravel padre Antonio da Conceição, religioso da congregação de S. João Evangelista*. Lisboa: por Antonio Alvares.
- O'CONNOR, Jerome Murphy (2010) – *Paulo: escritor de cartas. O seu mundo, as suas opções, as suas técnicas*. Prior Velho: Paulinas.
- PAIVA, José Pedro (2000) – *Missões, directores de consciência, exercícios espirituais e simulações de santidade: o caso de Arcângela do Sacramento (1697-1701)*. In COELHO, Maria Helena da Cruz (coord.) – *A cidade e o campo*. Colectânea de estudos. Coimbra: Centro de História da Sociedade e da Cultura, p. 243-265.
- RODRIGUES, Maria Idalina Resina (1976) – *Frei Luís de Granada e a literatura de espiritualidade em Portugal (1554-1632)*. Vol. I. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Tese de Doutoramento em Filologia Românica.
- RUIZ BUENO, Daniel (introd., versión y notas) (1962) – *Cartas de San Jeronimo*. Madrid: Editorial Catolica, 2 vols.
- (introducciones, notas y versión española) (1968) – *Actas de los Mártires*. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos.
- SANTA TERESA DE JESUS (s/d.) – *Livro da Vida*. In *Obras Completas*. Trad. de RIBEIRO, Vasco Dias. Paço de Arcos: Edições Carmelo.
- SANTOS, Zulmira C. (2000) – *Literatura religiosa (Época Moderna)*. In AZEVEDO, Carlos Moreira de (dir.) – *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, vol. III. Lisboa: Círculo de Leitores, pp. 125-130.
- (2002) – *Hagiografia. A prosa religiosa e mística nos séculos XVII-XVIII*. In *História da Literatura Portuguesa*, volume 3: *Da Época Barroca ao Pré-Romantismo*. Lisboa: Alfa, p. 165-169.
- SANTOS, Zulmira C.; MENDES, Paula Almeida (2015) – *Apointamentos para a direcção espiritual na Época Moderna em Portugal (séculos XVI-XVIII)*. «Via Spiritus», n.º 22, p. 57-66.
- SCHMITT, Jean-Claude (2004) – *Le Saint Lévrier. Guinefort, guérisseur d'enfants depuis de XIII<sup>ème</sup> siècle*. Paris: Flammarion.
- SOUSA, Gonçalo Correia de (1612) – *Breve Compendio de santa vita di Margarida de Chiaves di gloriosa memoria*. Roma: por Bartholomeo Zanneti.
- TAVARES, Pedro Vilas Boas (2005) – *Beatas, inquisidores e teólogos. Reacção portuguesa a Miguel de Molinos*. Porto: CIUHE.
- VAN HOUDT, Toon [et al.] (ed.) (2002) – *Self-presentation and social identification: the rethoric and pragmatics of letter writing in early modern times*. Leuven: Leuven University Press.
- VAUCHEZ, André (1988) – *La sainteté en Occident aux derniers siècles du Moyen Âge. D'après les procès de canonisation et les documents hagiographiques*. École Française de Rome.
- ZARRI, Gabriella (2008) – «Introduzione». In *Storia della direzione spiritual. III: L'Età Moderna*. Brescia: Morcelliana, p. 9.





# LETTERS AS AN INSTRUMENT OF SHAPING SCIENTIFIC KNOWLEDGE IN THE ANCIENT REGIME: LEARNED AND AMATEUR CORRESPONDENCES IN THE 18<sup>TH</sup> CENTURY IN FRANCE

IRINA VISAN\*

**Resumo:** Este artigo propõe-se apresentar dois tipos de correspondência científica que contribuíram, de maneiras diferentes, para o processo de formação do conhecimento no Iluminismo francês. Por um lado, temos as cartas entre pares sobre novas descobertas e tentativas de explicação de fenômenos naturais. Por outro lado, temos a carta fictícia dirigida por um cientista para uma leitora feminina. Este tipo de carta apresenta uma teoria científica complicada de uma maneira mais simples e atraente. Os dois tipos de correspondência científica revelam as incertezas e as muitas questões não resolvidas sobre fenômenos naturais no século XVIII, em França.

**Palavras-chave:** Iluminismo; França; correspondência; ciência.

**Abstract:** This article wishes to present two types of scientific correspondence that contributed, in different ways, to the process of the shaping of knowledge in the French Enlightenment. On the one hand, we have the letters between peers, which exchanged on the subject of new discoveries and potential explanations of the natural phenomena. On the other hand, we find the fictional letter which is written by a man of science and addressed to a female reader; this kind of letter presents a complicated scientific issue in a simpler and an appealing way. The two types of scientific correspondence reveal the uncertainties and the many unsolved questions concerning the natural phenomena in the 18<sup>th</sup> century in France.

**Keywords:** Enlightenment; France; correspondence; science.

The purpose of this article is to present the great contribution of scientific letters and of scientific correspondence to the shaping of knowledge during the French Enlightenment. Throughout the 18<sup>th</sup> century the scientific activity is deeply embedded in the phenomenon of sociability. During this period, men of science deploy their activities in professional circles such as the laboratory or the Academy of Science, but, at the same time, they participate in informal encounters in salons and in cafes; these are privileged places to expose to the peers and to the cultivated and the curious some of the latest scientific theories and discoveries. The salons are also places of scientific inspiration for the men of science. The French philosopher and naturalist Pierre Louis de Maupertuis (1698-1759) was first exposed to the albino child that was born from very black parents in an aristocratic salon, where this boy was exhibited: «I was yesterday in a house to which they brought the black-white (le Negre-blanc) who is at the moment in Paris; they assured us that the child was born from very dark parents and we all endlessly meditated on this prodigy»<sup>1</sup>. Similar to

---

\* Tel-Aviv University/CITCEM. Email: irenavishan@yahoo.com.

<sup>1</sup> MAUPERTUIS, 1744: 1.

the polite conversation in salons, the letter is a very efficient way of communicating, sharing and disseminating scientific ideas. The exchange of letters is a means to unfold a scientific discussion outside the academic establishment or outside a specific geographical territory.

In this article we shall focus on two types of scientific correspondences during the Enlightenment; on the one hand the exchange of letters between two colleagues or two men of science. During the 18<sup>th</sup> century in particular, the scientific ideas and theories were in permanent movement, undergoing many modifications and redefinitions. The men of science could rarely rely upon the instruments that were at their disposal (such as the microscope) in order to achieve certainty about nature and on natural phenomena. As a result, many crucial questions regarding the reproduction and the origin of life were a subject of scientific debates and controversies. In this perspective, men of science wrote to each other not only to defend their point of view but mostly because they awaited the observations, the opinions and the amendments of their colleagues.

On the other hand, I would like to present a fictional kind of correspondence between a man of science and an amateur reader (either real or invented), in many cases a woman. In this case, the frame of the letter is only used to imitate an epistolary exchange between a scientific authority and a less instructed reader, who is in the position of learning. I refer to this type of correspondence as fictional because even if the recipient of the letter might have existed, we have no evidence that an exchange of letters really took place. The man of science uses the form of a letter (less committing than a scientific essay or treatise) in order to present a complicated scientific idea in a simpler way; the social codes and the etiquettes of the time expect indeed that men of science would address a female reader in a non scholarly and in a more appealing way.

I would like to show in this article that both kind of correspondences, the letter to a peer and the letter to an amateur reader, reflect the uncertainties that hover over the scientific field in the 18<sup>th</sup> century; in both cases the writer describes an unusual natural phenomenon and he invites his reader to think about that peculiarity without imposing on him any categorical explanation.

Let us show now the characteristics of each type of scientific correspondence, the exchange between peers and the correspondence between a man of science and an amateur receiver, as well as their contribution to the processes of shaping scientific knowledge during the Enlightenment.

## THE CORRESPONDENCE BETWEEN PEERS

I wish to analyze first the exchange of letters between two Swiss naturalists that were also cousins and friends: Charles Bonnet (1720-1793) and Abraham Trembley (1710-1784). Not only the two scholars wrote in French but they also played a key role in the scientific field in France during the Enlightenment. Their work in different domains, Bonnet enquiring on the reproduction of insects and Trembley on the reproduction of water polyps, «communicated [within a year] two striking biological discoveries to the Paris

Academy of Sciences»<sup>2</sup> and their work has been described in the same volume of the *Histoire de l'Académie Royale des Sciences*, for the year of 1741<sup>3</sup>.

As expected, their pioneer research on marvelous forms of life that remained until then mostly hidden from the sight of the average man earned them a membership by correspondence of the Royal Academy of Sciences. The external correspondents were, as mentioned by Licinia Ferreira, a very important component of the scientific activity of the academy, they extended the scientific potential of a given institute by the experience they brought with them from the outside<sup>4</sup>.

On 1740 Charles Bonnet was appointed as a member by correspondence of his French tutor, the naturalist René-Antoine de Réaumur, after successfully completing an inquiry that was begun by this specialist in the domain of insects. As it is mentioned by the perpetual secretary of the Paris Academy of Science, Réaumur suspected for a long time that the aphids were able to engender without coupling and without having any kind of contact with other insects. He tried to carry some experiences but failed to achieve any convincing results; as a result, Réaumur wrote to his Natural History correspondents, asking them to conclude his experiment. As the report of the Academy mentions, «Bonnet from Genève» was the first to accomplish this mission, strenuously repeating his experiments on nine successive generations of aphids before asserting that these insects reproduced themselves without any need of coupling up<sup>5</sup>. On 1757 Bonnet became the correspondent of yet another French academician, the botanist Duhamel du Monceau and on 1783 he was appointed as a foreign associate. As for Abraham Trembley, this assiduous observer was appointed as a member by correspondence of the Academy of sciences on 1749, exchanging first with Réaumur, then, on 1757 undertaking a correspondence with the French botanist Antoine de Juisseau.

The correspondence between Trembley and Bonnet continues the interest of the later in the thematic of tiny creatures and their reproduction without coupling. Bonnet, who had once striven to observe the multiplication of aphids, becomes naturally intrigued by the research of Trembley that investigates the «sweat water polyp with arms in the shape of horns» and her outstanding ability to regenerate without any external intervention.

It was precisely on November 25<sup>th</sup> 1740 that Abraham Trembley first began to conduct his famous experiments on the polyps; convinced that the polyp is going to die after being cut transversally, in length, into two parts, Trembley puts the two pieces in a flat glass that contains some water in order to better observe them through a magnifying glass. He will soon discover that every separated piece becomes «a perfect animal» within

<sup>2</sup> DAWSON, 1987: 5.

<sup>3</sup> «Insectes qui se multiplient sans accouplement & par la seule fécondité de chaque individu» (Insects that multiply without coupling and solely by means of fecundity of each individual) ; «Animaux coupés & partagés en plusieurs parties, & qui se reproduisent tout entiers dans chacune» (animals that are cut and segmented in many pieces, which can entirely regenerate in each part) in, *Histoire de l'Académie Royale des Sciences*, Paris, de l'Imprimerie Royale, 1741, p. 32-35.

<sup>4</sup> FERREIRA, (s.d.): 3, available at: [https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/17982/1/O%20papel%20das%20academias\\_Instituto%20de%20Coimbra.pdf](https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/17982/1/O%20papel%20das%20academias_Instituto%20de%20Coimbra.pdf) (accessed on 30/04/2017).

<sup>5</sup> *Histoire de l'Académie Royale des Sciences*, Paris, de l'Imprimerie Royale, p. 33.

maximum three weeks. As he mentions in the academic disquisition<sup>6</sup> he writes on the subject, one of his first concerns after making this discovery was to share the information, by means of a letter, with Réaumur. Not only he described to him the astonishing phenomenon and the experiments he has repeatedly made, but he had also sent to the French naturalist some samples of polyps<sup>7</sup>. It was thus by means of letters that the news on the regeneration of the polyps had arrived in France, as it is mentioned by the secretary of the Paris Academy of Sciences, Bernard de Fontenelle, who says in 1741: «This discovery belongs to M. Trembley that lives currently in La Haye in Holland. M. Trembley has written about the polyp to M. Réaumur who communicated the news to the Academy of Sciences in Paris»<sup>8</sup>. In his report Fontenelle highlights the fabulous virtues of the aquatic creature, which, in his own terms, is not less marvelous than the legend of the phoenix that is said to reborn from her ashes:

*The nature exceeds here our wildest imagination. From each piece of the same animal that has been cut in 2, 3, 4, 20, 30, 40 parts and so to speak, even chopped, will reborn the same number of complete animals that will look like the original. [...] We don't yet know what the limits of this astonishing multiplication are*<sup>9</sup>.

As it is mentioned by Virginia Dawson, the exchange of letters between Bonnet, Trembley and Réaumur had an official character. The three correspondents paid particular attention to the linguistic style and to the order of presentation because they knew that these letters would be read before the assembly of the Paris Academy of Sciences; she points out that Bonnet compared his letters to Réaumur to small treatises. On the contrary, Dawson notices that the scientific correspondence between Bonnet and Trembley enjoys a more informal and intimate character<sup>10</sup>.

On the early 1740s Bonnet and Trembley begin to exchange letters on the subject of the aquatic polyp. In his letter to Abraham Trembley, Charles Bonnet places the aquatic creature in the same marvelous register as Fontenelle did:

*Your aquatic creature is something so strange and surprising and I think we should regard it as one of the greatest marvels that the study of natural history may offer. We may say that you have found the missing chain between the vegetal and the animal*<sup>11</sup>.

As we argued before, the letter is an open space for discussion and it reflects the doubts and the process of thinking on new phenomena or on scientific issues that don't have yet a certain solution. Because the information that is being provided in the letters

<sup>6</sup> TREMBLEY, 1744.

<sup>7</sup> *Ibid.*, p.3.

<sup>8</sup> «Animaux coupés & partagés en plusieurs parties, & qui se reproduisent tout entiers dans chacune» in, *Histoire de l'Académie Royale des Sciences*, Paris, de l'Imprimerie Royale, 1741, p. 34.

<sup>9</sup> *Ibid.*, p. 33.

<sup>10</sup> DAWSON, 1987: 19-20.

<sup>11</sup> Letter of Bonnet to Trembley, 24 march 1741 in DAWSON, 1987: 138.

is never definitive, the response of the other side reveals the process of knowledge shaping, and the gradual clarification of the issues that are being discussed. In his letter Bonnet asks Trembley to give him more details, or at least to better describe the polyp: «I wish you could tell me a little about the figure of the animal, if it is an animal, about his dimension, his color, the places where we can find it and other things that may help us recognize it<sup>12</sup>». As the correspondence goes on, new hypothesis and interpretations are submitted for the judgment of the other side. In his response to Charles Bonnet Abraham Trembley confirms that the strange creature can be considered from now on as an animal: «I call it an animal because it is now decided that it is one»<sup>13</sup>. Trembley forwards this new idea after the hypothesis has been confirmed in a letter from his skillful teacher: «This is the opinion of Sir Réaumur to whom I sent a big creature of this kind. He called it a polyp»<sup>14</sup>, Trembley writes to Bonnet. Trembley later describes the polyp, and draws a sketch of it. He adds to the element of surprise another enigmatic factor:

*Another singularity that these animals present is their way of multiplying. The young get out of the body of the old like the branches get out of the tree trunk. You would observe at the beginning a little excrescent that grows bigger every day, after a while you can see the legs, and after some time, after the animal is complete, he detaches himself from the mother<sup>15</sup>.*

In his next letter, Charles Bonnet expresses his doubts regarding the nature of this strange creature. He mentions that this discovery will cause an immense controversy amongst the scholars because it will contradict the metaphysical beliefs of the time:

*The things you observed on your polyps won't be a cause of delight for the metaphysicians; if on the one hand the reproduction of the polyp seems to prove that this creature has a soul, from the other hand his extraordinary way of reproduction may engender horrible difficulties. Can we say that this insect has as many souls as his parts, which can also become perfect insects<sup>16</sup>?*

If the mysterious creature can acquire as many souls as his infinite reproducible parts then it may imply that the universe is not an absolute and divine Creation but that it is instead open to unpredictable changes. The polyp has the ability to change her nature and to adapt to hazard and to the given circumstances.

In the 18<sup>th</sup> century the letter to a peer is the most convenient intellectual instrument for the exchange of new scientific ideas. In the letters they address to their colleagues, the scholars share their recent discoveries and they describe new phenomena that have not yet been defined. The novelty of the phenomena which are described and discussed in these letters reflects for instance in the lexicon of the writers, who talk about a «universe

---

<sup>12</sup> *Idem*.

<sup>13</sup> Letter of Trembley to Bonnet, 5 May 1741, in DAWSON, 1987: 139.

<sup>14</sup> *Idem*.

<sup>15</sup> *Idem*.

<sup>16</sup> Letter of Bonnet to Trembley, 1 September 1741, in DAWSON, 1987: 206.

of marvels»<sup>17</sup>, «singularity of facts»<sup>18</sup> etc. In the 18<sup>th</sup> century the letter is an intermediary space of work, the scholars observe and conduct experiments in the privacy of their laboratory, then they share the results of their work in the letter that will bring back to them the comments and the helpful remarks of their colleagues, before finally rendering their work official and publishing it or submitting it to the Academy of Sciences. The letter is also a precious space for giving advices on how to manage the discovery and how to present it to the peers. In his letter to Trembley, Charles Bonnet mentions that the discovery of the polyp and her unique system of reproduction may grant him the honor to become a member by correspondence of the Paris Academy of Science: «I am sure that M. Réaumur will tell the Academy of Sciences about your discovery and that it will not be long until you will be nominated a member by correspondence of the Academy»<sup>19</sup>, he writes to Trembley.

I propose to examine now the characteristics of the fictional letter – that is a discourse that adopts the form of a letter in which a man of science pretends to write to a less experienced reader.

## THE FICTIONAL LETTER

Contrary to the real correspondence between peers which is based on a concrete exchange of letters and in which the men of science respond to each other, the fictional letter has a one-dimensional aspect. It is designated as a letter, because it contains the discourse of one side but we can never get to know the point of view of the correspondent. In this perspective, the fictional letter which is written by a man of science who pretends to instruct his correspondent is more close to the scientific manifest or to the short scientific essay because it is used for the exposition of scientific ideas.

In our particular example, which is the *Letter on the Comet* (*Lettre sur la Comète*), written in 1742, Maupertuis mentions a mysterious lady that he does not name: «You had wished, Madam, that I tell you about the Comet that is nowadays in the center of all conversations in Paris»<sup>20</sup>. The letter is therefore presented by the writer as an instructive text and as a lesson or initiation to the most acute scientific issues of the time. The discourse of the man of science is in fact the sole authoritative voice and he does not expect to learn from the observations or the comments of his correspondent. Indeed, the subject is not a very simple one; Maupertuis undertakes the task of explaining the phenomenon of heavenly bodies, he describes the sun and the other six planets: Mercury, Venus, the Earth, Mars, Jupiter and Saturn and reserves a special place to the subject of the comets. But Maupertuis also wishes to explain the historical context of the phenomenon, and he reviews for his reader the different theories and opinions of the most notorious men of science:

---

<sup>17</sup> *Idem*.

<sup>18</sup> *Idem*.

<sup>19</sup> Letter of Bonnet to Trembley, 24 march 1741 in DAWSON, 1897: 199.

<sup>20</sup> MAUPERTUIS, 1742:1. *Lettre sur la Comète*. <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k58218899/f2.image>.

*Aristotle was certain the comets were in fact meteors that were produced by the emanations of the earth and the seas: and as we can imagine, all the philosophers that followed him did not change a thing from this belief*<sup>21</sup>.

This shallow way of presenting the opinions and the theories of the most influent philosophers and men of science is very obvious when Maupertuis presents the ideas of the famous mathematician and astronomer Johannes Kepler (1571-1630):

*Kepler to whom the astronomy is heavily indebted, found it legitimate to think that as the seas have their whales and their monsters, so do the skies: the comets were these monsters*<sup>22</sup>.

The historical perspective is of course unnecessary and redundant in the professional correspondence between two or more peers, who share the same knowledge base on the subject they discuss. But Maupertuis is writing here not only for the non scholar reader; he also aims to entertain his reader and to cultivate his interest in a serious subject by introducing funny and anecdotal remarks.

Despite what may seem from this presentation, Maupertuis is a rigorous man of science. Member of the Academy of Sciences since 1723, he is very familiar with the codes of the scientific writing. His dissertations and the results of his experiments have been published by the Academy of Sciences and gained him much respect in the scientific community of the time. In the Letter on the Comet Maupertuis chooses though to present the history of the falling stars in an anecdotic and a simplified way, he gives special emphasis to the most provocative and ridiculous elements that can be found in the ideas of some of the most famous men of science because he knows that the naïve reader will be tempted to remember the elements that amused him and retained his attention. After reading Maupertuis's letter on the comet the reader may not be able to participate in professional astronomical debates but he will certainly remember the main ideas of the most prominent thinkers in the field.

As I tried to show in this presentation, in the 18<sup>th</sup> century the letter is a means of learning about new discoveries or getting familiar with the work of a colleague. The letter allows shaping the scientific knowledge because one man of science refers to the ideas of his fellow, criticizes them or contributes to their evolvement with further proofs. The letter is also an efficient way to learn about the scientific issues of the time in a less official way.

## BIBLIOGRAPHY

### Primary sources

*Histoire de l'Académie royale des sciences ... avec les mémoires de mathématique & de physique ... tirez des registres de cette Académie (1699-1792)*. Paris: J. Boudot, 1741.

MAUPERTUIS, Pierre-Louis Moreau de (1742) – *Lettre sur la Comète*. Paris: [S.I.].

\_\_\_\_ (1744) – *Dissertation Physique à l'occasion du Negre Blanc*. A Leyde.

<sup>21</sup> *Ibid.*, p.13.

<sup>22</sup> *Ibid.*, p.12.

TREMBLEY, Abraham (1744) – *Mémoires pour servir à l'histoire d'un genre de polypes d'eau douce, à bras en forme de cornes*. Leyde: chez Jean & Herman Verbeek.

### **Secondary sources**

DAWSON, Virginia P. (1987) – *Nature's Enigma the Problem of the Polyp in the Letters of Bonnet, Trembley and Réaumur*. Philadelphia: American Philosophical Society.

FERREIRA, Licinia – *O Papel das Academias no Desenvolvimento da Ciência em Portugal: o Caso do Instituto de Coimbra*. Available at: [https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/17982/1/O%20papel%20das%20academias\\_Instituto%20de%20Coimbra.pdf](https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/17982/1/O%20papel%20das%20academias_Instituto%20de%20Coimbra.pdf) (accessed on 30/04/2017).

TERRALL, Mary (2002) – *The Man who Flattened the Earth*. Chicago and London: The University of Chicago Press.



# CARTAS PELA SALVAGUARDA DO PATRIMÓNIO NO PORTUGAL DAS LUZES:

TESTEMUNHOS DE FREI MANUEL DO CENÁCULO E DE FRANCISCO XAVIER FABRI\*

MADALENA COSTA LIMA\*\*

**Resumo:** *Através da análise de três cartas datadas do termo do século XVIII e início do seguinte, demonstra-se a relevância da documentação epistolográfica para a história do património e da teoria do restauro em Portugal, em particular na época das Luzes. O estudo considera uma missiva do bispo de Beja, D. Manuel do Cenáculo, sobre a muralha e a torre de menagem medievais pacenses, e duas do arquiteto italiano Fabri que têm como objeto o teatro romano da colina do castelo em Lisboa. Por meio da leitura integrada destes testemunhos, expressivos de atitudes de salvaguarda de bens reconhecidos como património histórico, reflete-se acerca da consciência patrimonial prévia ao Romantismo no país.*

**Palavras-chave:** *Património arquitetónico; conservação; restauro; época das Luzes.*

**Abstract:** *Through the study of three letters dating from the late 18<sup>th</sup> century, this paper shows the importance of the epistolary documentation to the history of heritage and theory of restoration in Portugal, especially during the Enlightenment. This paper focus on one letter of the bishop of Beja D. Manuel do Cenáculo concerning the local medieval wall and tower, and two signed by the Italian architect Francesco Saverio Fabri that has as subject the roman theatre on Lisbon's castle hill. By way of an integrated review of these documents, that show attitudes of safeguarding towards assets perceived as historical heritage, we reflect upon the awareness related to heritage or monuments prior to the Portuguese Romanticism.*

**Keywords:** *Architectural heritage; conservation; restoration; Enlightenment.*

A pesquisa epistolográfica vem contribuindo substancialmente para a investigação levada a cabo no campo das letras ou das ciências sociais e humanas, em particular na área dos estudos literários e no âmbito disciplinar da história e dos seus diversos ramos<sup>1</sup>. Neste universo, a época das Luzes tem provado ser um dos mais fecundos períodos de produção epistolar, com a correspondência a impor-se como fonte essencial para todos quantos desejem avaliar o pensamento e cultura das suas elites<sup>2</sup>.

De facto, o conhecimento efetivo que a historiografia hoje apresenta de uma das mais proeminentes personalidades da cultura portuguesa de então, D. frei Manuel do Cenáculo Vilas Boas (1724-1814), deve enormemente à análise da correspondência que este motivou, aquém e além fronteiras<sup>3</sup>. Frei Manuel do Cenáculo, destacado bispo de

---

\* Este artigo resulta da comunicação apresentada ao V Encontro CITCEM, que teve lugar na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, nos dias 24 e 25 de novembro de 2016.

\*\* Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (CLEPUL) / ARTIS – Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Email: madalena.costalima@gmail.com.

<sup>1</sup> Considere-se, por exemplo, o recente e plural volume GÓMES & BLAS, 2014; e atente-se aos projetos internacionais e interdisciplinares *Mapping the Republic of Letters*, sediado na Universidade de Stanford, e *Cultures of knowledge*, sediado na Universidade de Oxford: <http://republicofletters.stanford.edu/> e <http://www.culturesofknowledge.org/> (consultas realizadas em 29/08/2017), respetivamente.

<sup>2</sup> Veja-se, entre muitos outros, PIWNIK, 1987; ANASTÁCIO *et al.*, 2005.

<sup>3</sup> D'ALCOCHETE, 1976; MARCADÉ, 1978; OLIVEIRA, 2013; VAZ *et al.*, 2009.

Beja e depois arcebispo de Évora, foi, afinal, destinatário e autor de um número abundan-  
tíssimo de cartas<sup>4</sup>, que revelam a dimensão do seu prestígio, a consistência e magnitude  
da sua curiosidade científica e craveira cultural.

Em sentido idêntico, o arquiteto italiano Francisco Xavier Fabri (1761-1817) encon-  
tra alguns aspetos menos evidentes ou historiografados da sua actividade nas missivas  
que iremos apreciar. Estas fontes revelam-se imprescindíveis para conhecer e asseverar  
dimensões deste agente fundamental do estilo neoclássico no nosso país, e cuja obra reali-  
zada, nomeadamente ao serviço de D. Francisco Gomes do Avelar, prelado que o contra-  
tou em Itália para servir na diocese de Faro, apenas permite intuir<sup>5</sup>.

Da autoria desses dois nomes contemporâneos no Portugal das Luzes, as cartas de  
final de Setecentos que consideramos em seguida atendem a questões caras à história do  
património e da teoria do restauro, coincidindo na expressão de conceitos e de atitudes  
de salvaguarda escassamente identificados pela historiografia consagrada ao período,  
entre nós<sup>6</sup>. De modo inequívoco, as missivas trazidas à colação patenteiam facetas signi-  
ficativas, mas menos examinadas de Cenáculo, de Fabri e do seu tempo, testemunhando  
comportamentos a favor da conservação do património construído quase nada docu-  
mentados para a época.

É verdade que, mais de sete décadas antes de tais cartas terem sido escritas, D. João  
V mandara dar à Academia Real da História Portuguesa o célebre decreto e alvará de  
agosto de 1721, respetivamente de 14 e 20 do mês, para que fossem conservados os  
«monumentos antigos» encontrados no reino<sup>7</sup>. O diploma, inovador e inusitado no  
contexto nacional, prescrevia, assim, a proteção dos bens que pudessem convir «a gloria  
da Nação» e servissem «para illustrar e testificar a verdade», «a reputação, e gloria da  
antiga Lusitania», prevendo, inclusivamente, sanções para quem destruísse ou ocultasse  
os bens elencados no documento joanino<sup>8</sup>.

Todavia, a iniciativa da academia e de o Magnânimo não era tida em linha de conta  
no final do século XVIII<sup>9</sup>. Em bom rigor, se indagarmos por referências ao diploma nos  
escritos de pendor historiográfico de Setecentos, inclusivamente nos textos produzidos  
na órbita da Academia Real da História, que lembramos ter entrado em decadência perto  
do final da década de 1740, quase não encontramos evocações da sua aplicação. Uma das  
únicas, se não mesmo a única alusão à lei data já do último quartel do século e é devida  
a frei Vicente Salgado, na obra que dedicou, justamente, a D. Manuel do Cenáculo,  
*Memorias ecclesiasticas do reino do Algarve*. Sublinha o autor que «o zelo, e affecto deste

<sup>4</sup> Em parte catalogadas por Armando Nobre de Gusmão, em seis volumes que incidem no espólio da Biblioteca Pública de Évora (GUSMÃO, 1944-1946). E, mais recentemente, inventariadas pela equipa de investigadores coordenada por Francisco Lourenço Vaz, que se deteve não apenas na coleção de Évora, mas também no acervo da Academia das Ciências de Lisboa e da Biblioteca Nacional de Portugal (VAZ *et al.*, 2009).

<sup>5</sup> CARVALHO, 1979; FRANÇA, 1983; NETO, 2006.

<sup>6</sup> Veja-se, SOROMENHO & SILVA, 1993; e ainda, ALVES, 2013; NETO, 2001; NETO, 1997; ROSAS, 1995. Dedicámos ao tema a nossa investigação de doutoramento; veja-se LIMA, 2013.

<sup>7</sup> Diploma publicado nomeadamente em ACADEMIA REAL DA HISTÓRIA PORTUGUESA, 1721: [s.p.]. Sobre a Academia Real da História, ver MOTA, 2003.

<sup>8</sup> ACADEMIA REAL DA HISTÓRIA PORTUGUESA, 1721.

<sup>9</sup> De facto, nada indica que a lei tenha tido alguma eficácia ou efeito concreto desde que foi produzida; veja-se LIMA, 2013.

sabio e erudito Prelado ás Antiguidades, e bellas Artes»<sup>10</sup> contrasta com as ofensivas generalizadas aos bens históricos em Portugal, «ainda que o Senhor Rei D. João V tinha prevenido estas ruínas com hum Decreto»<sup>11</sup>.

São, portanto, poucos, e verificamos que muito esparsos<sup>12</sup>, os testemunhos reveladores da existência de uma consciência patrimonial no Portugal das Luzes, permitindo as cartas, que imediatamente analisamos, falar na existência de uma tal atitude à época no país.

## I.

O gosto pelas antiguidades e a prática entusiástica do colecionismo que contribuíram para fazer de D. Manuel do Cenáculo uma figura maior do antiquariado<sup>13</sup> português de Setecentos não o distinguem propriamente dos antiquários da primeira metade do século, nomeadamente daqueles que atuavam no âmbito da Academia Real da História ou sob a sua influência<sup>14</sup>. É certo que o prelado aprofundou muitíssimo a abordagem e espírito crítico de boa parte dos curiosos e indagadores de vestígios materiais do passado<sup>15</sup>, pesquisadores que privilegiavam sobretudo bens móveis com inscrições, cuidando em recolher elementos como lápides, moedas ou medalhas<sup>16</sup>.

Efetivamente, aquilo que diferencia Cenáculo na sua relação com os testemunhos centenários, ou na sua atitude perante os mesmos, é o empenho que o próprio manifestou na defesa ou salvaguarda dos bens em que reconhecia existir valor histórico<sup>17</sup>, o compromisso resolutivo que assumiu a respeito da proteção desse património. Trata-se de algo verdadeiramente inusual entre nós, ao menos até aos tempos do Portugal Liberal, e que se acha patente na carta que consideramos.

Escrita a partir de Beja, em maio de 1792, a missiva<sup>18</sup> é dirigida ao governador das armas da província do Alentejo, o 1.º visconde da Lourinhã, Manuel Bernardo de Melo e Castro. Nela, o bispo informa acerca de uma contenda com alguns locais a propósito de umas pedras do castelo pacense. O documento vai intitulado de «Diario do que há acontecido a respeito da muralha antiga da famosa Cidade de Beja de dois annos a esta parte desde Maio de 1790», e contém dois desenhos do castelo que ilustram a exposição do prelado.

Cenáculo explica que certos habitantes procuraram ver removidas umas pedras quebradas – «onze, de palmo e quarto em grosso, e de quatro athe sinco palmos de

<sup>10</sup> SALGADO, 1786: 129.

<sup>11</sup> SALGADO, 1786: 143.

<sup>12</sup> LIMA & NETO, 2017; LIMA, 2013.

<sup>13</sup> BRIGOLA, 2003; MACHADO, 1987.

<sup>14</sup> MOTA, 2003; SERRÃO, 1974; RODRIGUES, 2006.

<sup>15</sup> CENÁCULO, 1946-1949; MORATO, 1815.

<sup>16</sup> LIMA, 2013.

<sup>17</sup> Sobre os valores dos monumentos e os conceitos de monumento que eles definem, ver CHOAY, 2000; e RIEGL, 2003, estudos capitais para a história do património e da teoria do restauro.

<sup>18</sup> BPE, cód. CXXVIII 2-10, fls. 38-43. Documento parcialmente transcrito em MONTEIRO, 2009. A autora agradece à colega e amiga Patrícia Alexandra Monteiro a chamada de atenção para esta carta e os esclarecimentos prestados relativamente ao espólio documental de frei Manuel do Cenáculo.

alto»<sup>19</sup> – que «desabarão da Torre da Homenagem»<sup>20</sup> havia mais de três décadas, jazendo, desde então, «em hum quintalão debaixo da Cortina do que chamão Caza do Governador, que hoje são paredinhas sem forma»<sup>21</sup>. Sabendo o bispo dos intentos, foi célere e peremptório na tomada de decisão: «immediatamente determinei que no Castello se não tocasse, e assim se tem observado absolutamente athe este instante, e he notório, e o tem sido»<sup>22</sup>.

É certo que D. Manuel do Cenáculo reconhece a condição arruinada e incapaz da obra – «o Castello he nada: os muros são de pedra sobrepоста sem liga que preste [...] Affonso Pereiro que fes o Castello nem para espancar os Mouros de então hoje delle se serviria»<sup>23</sup>. Mas identifica, no que dela sobeja, uma qualidade de memória e um valor histórico que justificam, por si só e pelo carácter de insubstituível que comportam, a salvaguarda da construção: «fique este esqueleto que excite a memoria do que passou por elle quando era alguma couza para seos dias, já que se não compensa com outro género de Padrão»<sup>24</sup>.

Para o autor do escrito, está-se em presença de um verdadeiro monumento histórico, o conceito-chave para a história e teoria do restauro e do património, que era ainda inusual à época no reino<sup>25</sup>. E como tal, como monumento histórico reconhecido, a construção e os seus elementos, mesmo se derrocados e sem utilidade prática, deveriam manter-se e ser conservados.

Ora, esta atitude de defesa explícita de um bem patrimonial rareia nas fontes coevas, e mais singular se mostra quando atendemos ao facto de o bem discutido ser de natureza imóvel e datar do período medieval. Com efeito, eram os bens móveis, principalmente as peças gravadas, como notámos, os objeto diletos dos interessados pela história e pelos seus vestígios – aliás, nas fontes do século XVIII, «monumento» surge, com frequência como sinónimo documento escrito. E eram principalmente os vestígios da Antiguidade Clássica ou dos primeiros tempos do cristianismo no território que cativavam esses estudiosos e antiquários.

Começara a haver uma certa abertura ao tardo-medieval, é justo reconhecer, mas no que diz respeito à consciência patrimonial, ela orientava-se essencialmente para bens com aquelas características. E no que concerne à arquitetura, era a obra de matriz clássica – onde se inclui a obra moderna, de expressão barroca – que granjeava consenso e elogios. Neste sentido, merece ser ressaltado, ainda, o apontamento final de Cenáculo sobre a torre de Beja, ao dizer dela, no termo da carta: «recomendo eu a todos os estrangeiros, e naçionaes com seos motivos»<sup>26</sup>, provavelmente, as abóbadas da construção, com as suas chaves e mísulas tardogóticas.

<sup>19</sup> BPE, cód. CXXVIII 2-10, fl. 38.

<sup>20</sup> BPE, cód. CXXVIII 2-10, fl. 38.

<sup>21</sup> BPE, cód. CXXVIII 2-10, fl. 38v.

<sup>22</sup> BPE, cód. CXXVIII 2-10, fl. 38.

<sup>23</sup> BPE, cód. CXXVIII 2-10, fl. 43.

<sup>24</sup> BPE, cód. CXXVIII 2-10, fl. 43.

<sup>25</sup> LIMA, 2013.

<sup>26</sup> BPE, cód. CXXVIII 2-10, fl. 43.

A prática entusiástica pela pesquisa do passado, o desvelo e aturado labor de D. Manuel do Cenáculo no campo da investigação histórico-arqueológica, à luz deste documento, ganha, assim, uma dimensão-outra, afirmando não apenas a coerência, mas também a maturidade da visão sobre o património histórico por parte do autor.

## II.

As duas missivas<sup>27</sup> coetâneas da autoria de Francisco Xavier Fabri que trazemos à colação, datadas de 1799 e de 1800, e que se relacionam inteiramente entre si, estão em linha com o gosto pelos vestígios antigos vigente, na medida em que a preocupação de ambas são achados da Antiguidade, em rigor, o teatro romano da cidade de Lisboa, posto a descoberto pelas Obras Públicas do reino, junto à rua de São Mamede, próximo do castelo<sup>28</sup>. O italiano, que fixara residência em Portugal no final de 1790 graças à iniciativa do bispo de Faro D. Francisco Gomes do Avelar, escreveu-as na qualidade de arquiteto das Obras Públicas e dirigiu-as aos seus superiores na administração do reino. Com as cartas, manifestava-lhes a vontade e o interesse em salvaguardar os achados romanos, cujo desenterramento, como ele próprio recorda, dirigia desde 1798.

Na carta de 16 de março de 1799, Francisco Xavier Fabri comunica a resolução tomada, no sentido de interromper a obra, que estava a ser realizada por particulares, nas mediações do antigo teatro romano. Informava por escrito que já no final do ano anterior tinha mandado suspender tais trabalhos – seguramente para proteger as ruínas romanas –, e, agora, reiterava a decisão que tinha assumido, «porque no caso de querer S. Mag.<sup>e</sup> conservar o antigo Monumento no mesmo lugar, em que se achou»<sup>29</sup>, havia que garantir a preservação do local. Nesse contexto, explica ser «de parecer que se compre o terreno e [...] se torne a colocar outra vez no seu lugar parte das pedras da inscrição que se tiraram para fora antes de eu ser encarregado de vigiar»<sup>30</sup> as escavações, propondo mais «que se faça uma Parede ao redor do Teatro, não só para conservação daquele Monumento, e de todos os mais Fragmentos de Arquitetura, de Capiteis, e Colunas, q. ali se tem descoberto, mas também para suster o grande Entulho, de que está cercado por todos os lados o antigo vestígio de Teatro»<sup>31</sup>.

A carta é como que um apelo à tutela, sugerindo e, de certo modo, definindo uma metodologia de intervenção até então praticamente inédita em Portugal, a preservação *in situ* da ruína, isto é, poderemos dizer, uma espécie de musealização do monumento. Com efeito, a razão de ser do escrito não é propriamente a conservação ou não dos achados, aspeto que Fabri parece tomar como certo. A razão de ser da missiva é antes o modo como

<sup>27</sup> AHMOPTC – *Ministério do Reino*, Correspondência recebida com requerimentos acerca de obras públicas em Lisboa (1789-c.1810), fls. 195-197. Documentos publicados em CARVALHO, 1979: 152-153.

<sup>28</sup> FABIÃO, 2013.

<sup>29</sup> AHMOPTC – *Ministério do Reino*, Correspondência recebida com requerimentos acerca de obras públicas em Lisboa (1789-c.1810), fl. 197.

<sup>30</sup> AHMOPTC – *Ministério do Reino*, Correspondência recebida com requerimentos acerca de obras públicas em Lisboa (1789-c.1810), fl. 197.

<sup>31</sup> AHMOPTC – *Ministério do Reino*, Correspondência recebida com requerimentos acerca de obras públicas em Lisboa (1789-c.1810), fl. 197.

deveria ser levada a cabo a conservação do património histórico em causa. E, entre as opções que se apresentavam, Fabri elegia, sugerindo, a de manter no local o monumento, cuidando em expor as diligências necessárias para a pôr em prática, mas também dando a entender aos leitores da sua missiva que bastaria a anuência superior para as levar a efeito.

Para tal, Fabri precisa a necessidade de repor os elementos que tinham sido retirados do local da escavação, antes de ser ele o responsável pelos trabalhos. Como hoje se sabe<sup>32</sup>, o italiano substituíra na função o arquiteto Manuel Caetano de Sousa, que nunca nomeou nas cartas e com quem teria um diferendo artístico-cultural de peso, opondo-se abertamente ao barroco deste, em especial ao que estava patente no projeto para o palácio real novo, na Ajuda, com propostas de refinado desenho neoclássico, estilo moderno e erudito. Compreende-se pela carta que, da construção arquitetónica descoberta, haviam-se salvaguardado, previamente à intervenção de Fabri, as referidas «pedras da inscrição», recolhendo-se especialmente o monumento-documento epigráfico do teatro (o que testemunha a continuidade das práticas há muito observadas face aos vestígios do passado).

Refira-se, a este propósito, que, quatro anos antes, fora promulgado um decreto a autorizar a Academia Real das Ciências a nomear as «pessoas que julgar mais idoneas, e próprias para se empregarem no descobrimento, e arrecadação das Lapidias de Inscricções [...], assim como de mandar fazer as escavações necessarias [...] para busca de alguns Monumentos»<sup>33</sup>. Portanto, ao procurar conservar integralmente a ruína no local, Fabri contrariava a tradição, assumindo uma atitude distinta e de assinalável modernidade.

Desconhecemos o acolhimento dado a esta missiva. Sabemos apenas que o arquiteto Fabri voltaria a escrever sobre o teatro romano dez meses depois, a 7 de janeiro de 1800, referindo ao inspetor das Obras Públicas do reino, serviço onde permanecia ativo, que apresentara à Academia das Ciências os riscos «que na ocasião das descobertas da Escavação do Antigo Teatro, ao pé do Castelo»<sup>34</sup> fizera, mostrando as ruínas daquele monumento. Mais informa que propusera à mesma academia realizar uma «Descrição [...] sobre aqueles Vestígios da Antiguidade», a que juntaria, «além da Planta geral», os desenhos de «todos os Fragmentos de Architectura, que até agora se tinham descobertos, assim também das Figuras, inscrições, Capiteis de vária qualidades, e da particularidade do Estuque, que até do tempo de Nero persiste»<sup>35</sup>. Explica, como terá explicado àquela agremiação, que a publicação era «coisa útil, e necessária», na medida em que a «singularidade do Monumento [...] merece todo o empenho de se dar ao Público»<sup>36</sup>.

Fabri estaria interessado em elaborar um trabalho próximo ao do álbum que o arquiteto irlandês James Murphy, sob o patrocínio de William Conyngham, distinto membro

<sup>32</sup> LEITE & PATO, 2014.

<sup>33</sup> SILVA, 1847: 90.

<sup>34</sup> AHMOPTC – *Ministério do Reino*, Correspondência recebida com requerimentos acerca de obras públicas em Lisboa (1789-c.1810), fl. 195v.

<sup>35</sup> AHMOPTC – *Ministério do Reino*, Correspondência recebida com requerimentos acerca de obras públicas em Lisboa (1789-c.1810), fl. 195v.

<sup>36</sup> AHMOPTC – *Ministério do Reino*, Correspondência recebida com requerimentos acerca de obras públicas em Lisboa (1789-c.1810), fl. 196.

do Parlamento britânico e sócio da Royal Antiquary Society de Londres, executara para o Mosteiro da Batalha, entre 1789 e 1795, e que conhecera ampla divulgação, fazendo parte das bibliotecas da elite ilustrada portuguesa, como a do nosso bispo D. Manuel do Cenáculo. Ou, mais acertadamente, desejaria reproduzir o modelo das obras que vinham sendo realizadas em Itália, França e Inglaterra sobre achados romanos de vulto, como seja, Paestum ou Herculano, publicações que conheceria dos seus tempos na Academia Clementina ou em Roma, quer como estudante de arquitetura, quer como arquiteto. E porque o projeto de estudo e registo gráfico «merece ser feito no mesmo lugar da dita Escavação»<sup>37</sup>, exigindo a facultação de meios públicos, Fabri recorria à carta para informar oficialmente as Obras Públicas, esperando encontrar o melhor acolhimento para a proposta junto dos seus superiores e do príncipe regente.

De facto, não seria dado seguimento ao plano de Fabri. A primeira publicação sobre o teatro romano de Lisboa, da autoria do latinista Luís António de Azevedo<sup>38</sup>, viria a ser apresentada década e meia depois de os intentos do arquiteto italiano terem sido expostos nas cartas observadas. Pese embora a lei de proteção de antiguidades promulgada a 4 de fevereiro de 1802 pelo mesmo príncipe regente a quem Fabri apelara, Azevedo esteve vários anos a tentar reunir meios para trazer à luz a sua dissertação sobre o monumento. O alvará do príncipe D. João, invocando a lei de 1721, embora omitindo do seu texto a palavra «monumento», vocábulo fundamental naquela, ordenava «a conservação e integridade das Estatuas, Marmores, Cippos, Laminas, e outras peças de antiguidade, em que se achassem figuras, letreiros, ou caracteres»<sup>39</sup>, deixando-as ao cuidado da Real Biblioteca de Lisboa. Ao contrário do diploma do século anterior, o novo não mencionava edifícios, apenas bem móveis. Eram, afinal, os objetos antigos e colecionáveis que desde há muito beneficiavam de cuidados aqueles que a lei de 1802 contemplava.

Coincidentemente, no mesmo ano de 1802, os projetos apresentados por Fabri, em conjunto com Costa e Silva, para o Palácio Real da Ajuda foram escolhidos para execução, passando o arquiteto a dedicar-se exclusivamente à obra do novo paço. Igualmente em 1802, o bispo de Beja D. Manuel do Cenáculo foi nomeado arcebispo de Évora. Anos antes, Cenáculo e Fabri haviam redigido as cartas que apreciámos, pugnando pela conservação de monumentos históricos arquitetónicos.

Como ficou patente, os testemunhos dão a conhecer os autores como agentes de novidade relevante para a salvaguarda do património. Afirmam também ambos como elementos incontornáveis da consciência patrimonial no país, num contexto que, embora de Luzes, era pouco consonante com essa atitude, que antecipou preocupações e tomadas de posição celebrizadas em Portugal sobretudo a partir de perto de meados de Oitocentos.

<sup>37</sup> AHMOPTC – *Ministério do Reino*, Correspondência recebida com requerimentos acerca de obras públicas em Lisboa (1789-c.1810), fl. 196.

<sup>38</sup> AZEVEDO, 1815.

<sup>39</sup> SILVA, 1826: 44.

## FONTES MANUSCRITAS

AHMOPTC – *Ministério do Reino*, Correspondência recebida com requerimentos acerca de obras públicas em Lisboa (1789-c.1810), fls. 195-197.

BPE – Cód. CXXVIII 2-10, maio de 1792, fls. 38-43.

## FONTES IMPRESSAS

ACADEMIA REAL DA HISTÓRIA PORTUGUESA (1721) – *Collecçam dos documentos, estatutos, e memorias da Academia Real da Historia Portugueza*. Lisboa Ocidental: Officina de Pascoal da Sylva.

AZEVEDO, L. A. (1815) – *Dissertação critico-filologico-historica sobre o verdadeiro anno, manifestas causas, e atendiveis circumstancias da erecção do tablado e orquestra do antigo theatro romano, descoberto na excavação da rua de são Mamede perto do castello desta cidade*. Lisboa: Nova Impressão da Viuva Neves e Filhos.

CENÁCULO, Manuel do (1946-1949) – *Sisenando mártir e Beja sua pátria*. «Arquivo de Beja», vols. III-VI. Beja: Câmara Municipal de Beja.

SALGADO, Vicente (1786) – *Memorias ecclesiasticas do reino do Algarve*. Lisboa: Regia Officina Typografica.

SILVA, António Delgado da (1826) – *Collecção de legislação portugueza desde a ultima compilação das ordenações*. Lisboa: Typografia Maigrense, vol. 5.

SILVA, António Delgado da (1847) – *Supplemento à collecção de legislação portugueza*. Lisboa: [s.n.], vol. 2.

## BIBLIOGRAFIA

D'ALCOCHETE, Nuno Daupias (1976) – *Humanismo e diplomacia: correspondência literária (1789-1804) de Francisco José Maria de Brito e D. Frei Manuel do Cenáculo*. Paris: Centro Cultural Português, Fundação Calouste Gulbenkian.

ALVES, Alice Nogueira (2013) – *Ramalho Ortigão e o culto dos monumentos nacionais no século XIX*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e Tecnologia.

ANASTÁCIO, Vanda; ALMEIDA, Teresa de Sousa; MONTEIRO, Nuno Gonçalo, orgs. (2005) – *Correspondências. Usos da carta no século XVIII*. Lisboa: Colibri, Fundação das Casas de Fronteira e Alorna.

BRIGOLA, João Carlos (2003) – *Colecções, gabinetes e museus em Portugal no século XVIII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e Tecnologia.

CARVALHO, Ayres de (1979) – *Os três arquitetos da Ajuda: do Rocaille ao Neoclássico*. Lisboa: Academia Nacional de Belas-Artes.

CHOAY, Françoise (2000) – *A alegoria do património*. Lisboa: Edições 70.

FABIÃO, Carlos (2013) – *Escavando entre papéis: sobre a descoberta, primeiros desaterros e destino das ruínas do teatro romano de Lisboa*, «Vir bonus peritissimus aequae. Estudos de homenagem a Arnaldo do Espírito Santo». Lisboa: Centro de Estudos Clássicos, pp. 389-409. Disponível em [http://www.academia.edu/5176667/Escavando\\_entre\\_pap%C3%A9is\\_sobre\\_a\\_descoberta\\_primeiros\\_desaterros\\_e\\_destino\\_das\\_ru%C3%ADnas\\_do\\_teatro\\_romano\\_de\\_Lisboa](http://www.academia.edu/5176667/Escavando_entre_pap%C3%A9is_sobre_a_descoberta_primeiros_desaterros_e_destino_das_ru%C3%ADnas_do_teatro_romano_de_Lisboa) [Consulta realizada em 30/05/2017].

FRANÇA, José-Augusto (1983) – *Lisboa Pombalina e Iluminismo*, 3.ª ed. revista e atualizada. Venda Nova: Bertrand.

GÓMES, Antonio Castillo; BLAS, Verónica Sierra, orgs. (2014) – *Cartas-lettres-lettere: discursos, prácticas y representaciones epistolares (siglos XVI-XX)*. Alcalá: Universidad de Alcalá.

GUSMÃO, Armando Nobre de (1944-1946) – *Catálogo da correspondência dirigida a Fr. Manuel do Cenáculo Vilas-Boas*. Évora: Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora, 6 vols.

LEITE, Ana Cristina; PATO, Heitor Baptista (2014) – *Um desenho inédito do Teatro de Olisipo nas colecções do Grupo Amigos de Lisboa*. «rossio. estudos de Lisboa», n.º 4, pp. 146-161. Disponível em [http://www.cm-lisboa.pt/fileadmin/DOCS/Publicacoes/publicacoes-digitais/Revista\\_Rossio/rossio\\_estudos\\_de\\_lisboa\\_n\\_4.pdf](http://www.cm-lisboa.pt/fileadmin/DOCS/Publicacoes/publicacoes-digitais/Revista_Rossio/rossio_estudos_de_lisboa_n_4.pdf). [Consulta realizada em 30/05/2017].



- LIMA, Madalena Costa (2013) – *Conceitos e atitudes de intervenção arquitetónica em Portugal (1755-1834)*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Tese de doutoramento.
- LIMA, Madalena Costa; NETO, Maria João (2017) – *Duas catástrofes históricas: o Grande Incêndio de Londres e o Terramoto de Lisboa de 1755: efeitos no património artístico e atitudes de conservação*. «Conservar património», n. 25, pp. 37-41. Disponível em <http://revista.arp.org.pt/pdf/2016047.pdf>. [Consulta realizada em 30/05/2017].
- MACHADO, José Alberto (1987) – *Um colecionador português do século das Luzes: D. Frei Manuel do Cenáculo Vilas-Boas*. Lisboa: Publicações Ciência e Vida.
- MARCADÉ, Jacques (1978) – *D. Fr. Manuel do Cenáculo Vilas Boas: évêque de Beja, archevêque d'Evora (1770-1814)*. Paris: Centro Cultural Português, Fundação Calouste Gulbenkian, 2 vols.
- MONTEIRO, Patrícia Alexandra (2009) – *Noções de património na correspondência de D. Frei Manuel do Cenáculo Vilas Boas (1724-1814)*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Trabalho apresentado no Seminário de Ciência e Consciência do Património, no Curso de doutoramento em História da Arte.
- MOTA, Isabel Ferreira da (2003) – *A Academia Real da História. Os intelectuais, o poder cultural e o poder monárquico no séc. XVIII*. Coimbra: Edições Minerva.
- MORATO, Francisco Manuel Trigo de Aragão (1815) – *Elogio historico do excellentissimo e reverendissimo D. Frei Manuel do Cenáculo*. «Historia e memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa». Lisboa: Typografia da Academia Real das Sciencias, pp. LXII-CVII.
- NETO, Maria João (2006) – *Uma cultura de restauro iluminista: a ação do bispo do Algarve Dom Francisco Gomes do Avelar*. «Espírito e poder. A cidade nos tempos da modernidade». Tavira: Museu da Cidade, pp. 122-131.
- \_\_\_\_ (2001) – *Memória, propaganda e poder: o restauro dos monumentos nacionais (1929-1960)*. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.
- \_\_\_\_ (1997) – *James Murphy e o restauro do Mosteiro de Santa Maria da Vitória no século XIX*. Lisboa: Editorial Estampa.
- OLIVEIRA, Márcia (2013) – *A comunidade ilustrada na 2.ª metade do séc. XVIII: frei Manuel do Cenáculo e o seu universo de correspondentes*. «Lusitania Sacra», II série, t. 27. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 175-202.
- PIWNIK, Marie-Hélène (1987) – *Echanges érudits dans la Péninsule Ibérique (1750-1767)*. Paris: Fondation Calouste Gulbenkian, Centre Culturel Portugais.
- RIEGL, Alois (2003) – *Le culte moderne des monuments. Son essence et sa genèse*. Paris: l'Hartmann.
- RODRIGUES, Paulo Simões (2006) – *O terramoto e a génese da consciência de património em Portugal*. «Catástrofe, memória e arte: 1755 / Colóquio ACT 14». Lisboa: Colibri, Centro de Estudos Comparatistas, pp. 247-254.
- ROSAS, Lúcia Maria Cardoso (1995) – *Monumentos pátrios: a arquitetura religiosa medieval – património e restauro (1835-1928)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Tese de doutoramento.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo (1974) – *A historiografia portuguesa. Doutrina e crítica*. Lisboa: Editorial Verbo.
- SOROMENHO, Miguel; SILVA, Nuno Vassalo e (1993), orgs. – *Dar futuro ao passado*. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitetónico e Arqueológico.
- VAZ, Francisco Lourenço; OLIVEIRA, Márcia Ferreira; MONTEIRO, Patrícia (2009) – *Os livros e as bibliotecas no espólio de D. Frei Manuel do Cenáculo: relatório de correspondência, róis de livros e doações a bibliotecas*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal.

## ABREVIATURAS

BPE = Biblioteca Pública de Évora.

AHMOPC = Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.



# DO PROSELITISMO EM CONTRAMÃO À VONTADE DE LER O PROIBIDO: CORRESPONDÊNCIA ENTRE LIVREIROS

OLÍMPIA LOUREIRO\*

*Resumo:* Se o texto escrito para qualquer coordenada de tempo e espaço é/foi um repositório da(s) memória(s) da Humanidade, auxiliar dificilmente substituível da transferência longitudinal de conhecimentos, técnicas, modos e modas, de cultura..., no período a que nos reportamos ele teve um papel sublinhado, não só pelos testemunhos refletidos mas, e sobretudo, pela abertura ao futuro. Futuro que incluiu novos programas, experimentados aqui e além no velho continente e, mesmo antes disso, no novo mundo, além Atlântico. As Cartas entre os livreiros sediados no Portugal setecentista e a Société Typographique de Nêuchatel testemunham o proselitismo assumido por uns e apoiado por outros, ainda que em contramão.

*Palavras-chave:* Cartas; contrafação; leitura proibida; livreiros; livros; Portugal/Suíça.

*Abstract:* Written texts are and always were a repository of Mankind's memory. Hardly replaceable, they had a unmistakable role in the period we report – not only because of the reflected testimonies, but specially by the opening to the future. Which future? The one that includes new programs, trained here and there in the old continent and, even before, at the New World, beyond Atlantic.

*The letters between registered booksellers in the Portuguese eighteenth century and the Société Typographique de Nêuchatel testify the assumed proselytism of some and supported by others, even if against the order.*

*Keywords:* Letters; counterfeit; prohibited reading; booksellers; books; Portugal/Switzerland.

Na Europa do Antigo Regime, vivendo-se como se vivia um tempo de cerco ao novo, ao criteriosamente pensado e interrogado, ao que no plano das ideias pudesse por em questão as verdades estabelecidas, a alternativa camuflada apresentava-se tanto mais arriscada quanto irrecusável.

Se o texto escrito para qualquer coordenada de tempo e espaço é/foi um repositório da(s) memória(s) da Humanidade, auxiliar dificilmente substituível da transferência longitudinal de conhecimentos, técnicas, modos e modas, de cultura, no período a que nos reportamos ele teve um papel sublinhado, não só pelos testemunhos refletidos mas, e sobretudo, pela abertura ao futuro. Futuro que incluiu novos programas, experimentados aqui e além no velho continente e, mesmo antes disso, no novo mundo, além Atlântico.

Portugal, na esteira dos outros espaços políticos, viria também a seguir esses ritmos, a seu tempo, apesar da apertada cintura sofrida, muito particularmente depois de 1768, com a criação da instituição de censura fundada no período pombalino – a Real Mesa Censória.

Apesar de entre nós a produção – escrita, impressão, venda – e obviamente a leitura – de textos sediciosos, ímpios ou por qualquer maneira tidos como não ortodoxos – serem proibidas, o contorno a estas dificuldades viria a efetivar-se recorrendo os nossos

---

\* CITCEM. Email: olimpialoreiro@hotmail.com.

leitores e em primeira instância os nossos livreiros ao que, na circulação europeia da altura, abria novos rumos e, por isso, diversas possibilidades.

É neste percurso que situamos as relações comerciais de Portugal com o mundo suíço e, muito concretamente com a Sociedade Tipográfica de Neuchâtel – um expoente coevo de contrafação do qual sobrevivem hoje ainda documentos bastantes que nos servem de suporte para a análise dessas mesmas ligações e que justificam, tanto quanto possível, a presença de textos clandestinos nas bibliotecas portuguesas do Antigo Regime ou, antes disso, nas alfândegas, nas mesas de censura, nas bancas de livreiros instalados entre nós<sup>1</sup>.

## 1. A SOCIEDADE TIPOGRÁFICA DE NEUCHÂTEL

Instalada nas imediações do perímetro francês, a Sociedade Tipográfica de Neuchâtel (STN) foi uma casa de edição capaz de fornecer os livros que não podiam ser produzidos legalmente em países onde a censura estivesse ativa<sup>2</sup>.

A sua história decorre entre os anos de 1769-1789, situando-se o período áureo entre 1771 e 1783<sup>3</sup>. Em 1784 iniciava-se o declínio, para o que contribuiu a liberdade de imprensa que a Revolução Francesa arrastou consigo e que viria a privar a STN e as demais tipografias suíças de uma grande parte dos seus negócios, ficando então pendente até ao fim do século apenas a liquidação do stock de livros<sup>4</sup>. Em 1780, fazia parte de uma Confederação helvética com as sociedades tipográficas de Berna e Lausana<sup>5</sup>.

Quem são os nomes que fizeram o rosto desta firma internacional de feitura de textos?

*Frédéric-Samuel Ostervald*, uma erudita figura de destaque local, a alma da empresa, homem de letras, chefe da milícia e dos burgueses, membro dos quatro ministérios; tinha já publicado manuais de Geografia, escritos políticos, etc.;

*Jean-Elie Bertrand*, genro do anterior, pastor e professor de belas-letas no colégio de Neuchâtel onde ocupou o cargo de reitor;

*Samuel Fauche*, livreiro-impressor, portador de conhecimentos técnicos e comerciais à empresa e que deixou a sociedade em 1772, depois de um diferendo; já imprimia e editava desde 1762, nomeadamente os textos de Ostervald;

*Jonas-Pierre Berthoud*, mestre de sala d'écriture [de 1as. letras?], que tendo saído em 1770, foi substituído 5 anos mais tarde por *Abram Bosset De-Luze*, o responsável pelo setor das finanças até 1781, altura da sua passagem<sup>6</sup>. Ainda que este último e Frédéric-Samuel Ostervald tenham sido os dois principais associados da STN<sup>7</sup>, o sucesso da empresa é atribuído a Ostervald devido ao seu «optimisme, au savoir-faire et à la ténacité...»<sup>8</sup>.

---

1 A par da bibliografia utilizada, veja-se também: MARTINS, 2005; DOMINGOS, 2000; CURTO, 2006.

2 DARNTON, 1983b: 155-156.

3 DARNTON, 1990: 442.

4 DARNTON, 1990: 442; DARNTON, 1991: 42.

5 DARNTON, 1990: 443.

6 DARNTON, 1986: 281; DARNTON, 1991: 41-42; JEANPRÊTRE, 1949: 72.

7 DARNTON, 1992: 220.

8 JEANPRÊTRE, 1949: 120.

Desde o início de 1784 são os Senhores *Bergeon* e *Gaudot* quem, na qualidade de administradores delegados, assina em vez de Ostervald, sócio cujos bens na hora da morte, em 1795, não terão sido suficientes para cobrir o déficit da empresa, segundo um testemunho deixado por Jean-Jacques Meuron, sobrinho de Bosset De-Luze<sup>9</sup>.

Gente honesta, inteligente, culta e, acima de tudo, suficientemente avisada em relação ao cosmopolitismo do século, este grupo de homens mais preocupados em satisfazer a procura do que em vender as obras das suas preferências, não atuando por altruísmo, antes pelo e para o alcance do lucro, bem mereceu a denominação de bons comerciantes<sup>10</sup>.

Robert Darnton exemplifica a propósito: «Ostervald connaît un grand nombre de philosophes et partage leurs opinions. Cependant, pour une rétribution suffisante, cet éditeur protestant éclairé aurait allègrement imprimé un bréviaire pour les Cisterciens sur les conseils d'un abbé anticlerical»<sup>11</sup>. E mais: «Pour les éditeurs suisses [incluindo-se aqui a STN] et leurs clients, la littérature est une affaire d'argent. Le meilleur livre pour un libraire est «celui qui se vend»<sup>12</sup>.

Aliás, de acordo com a mentalidade capitalista característica, os contrafatores passam a vida a calcular lucros e perdas e a correr riscos<sup>13</sup>. O seu espaço de manobra circunscrevia-se, por isso e muito particularmente, a zonas onde os livros ilegais pudessem encontrar bons mercados<sup>14</sup>. O cuidado na selecção de reimpressões, soberbo! Se é verdade que os livreiros pudessem ser auscultados antes de se acertar a reimpressão de livros – prática corrente da STN – o risco corrido para textos cuja venda fosse duvidosa era diminuto, uma vez que a impressão se fazia em condições específicas: ou quando houvesse em carteira uma encomenda, ou quando fossem comprados manuscritos de autores célebres ou ainda quando o valor comercial não fosse questionável<sup>15</sup>.

A STN, de resto, reimprimia os livros que já tivessem tido sucesso e sobre os quais os seus diretores, depois de uma aturada sondagem feita através de milhares de cartas enviadas para toda a Europa, tivessem confirmado o valor da sua implantação. Esta firma recebia por dia uma dúzia de cartas de livreiros instalados em toda a Europa. Na sua maior parte eram simples comissões mas as comissões devem entender-se como a melhor medida da encomenda; depois, de realçar é também o importante papel dos caixeiros-viajantes que, de cidade em cidade, anotavam os pedidos. As cartas dos livreiros, as notas dos caixeiros-viajantes, as sondagens feitas aqui e além, permitiam uma aproximação à procura; não provavam, porém, do verdadeiro valor da impressão. Agora, se o tempo urgia, a decisão teria que ser tomada: a intuição associada ao espírito de aventura entravam em cena<sup>16</sup>.

Entretanto não restam dúvidas de que a vontade de ganhar, a fome de lucro, foram os objetivos perspetivados pela STN e isso mesmo testemunha a sua própria correspon-

<sup>9</sup> JEANPRÊTRE, 1949: 153.

<sup>10</sup> DARNTON, 1991: 42.

<sup>11</sup> DARNTON, 1992: 41-42.

<sup>12</sup> DARNTON, 1992: 220.

<sup>13</sup> DARNTON, 1990: 446.

<sup>14</sup> DARNTON, 1983a: 131.

<sup>15</sup> DARNTON, 1991: 53; DARNTON, 1992: 23.

<sup>16</sup> DARNTON, 1990: 443 e 447-449.

dência. Correspondência que também se pode entender como uma espécie de sociologia da literatura, diálogo contínuo de avisos trocados entre livreiros, editores e agentes<sup>17</sup>. Nela se inclui muitas vezes uma lista de novidades que acaba sendo uma espécie de catálogo atualizado das espécies disponíveis; e por que os contactos mantidos não fossem apenas com livreiros, mas com particulares, nas suas cartas também se detetam partilhas de vivências de tipo familiar, assumindo os diretores desta grande e famosa casa editora uma transparência visível em comentários como o seguinte: «Vous ne vous faites pas de peine d'être en liaison avec des hérétiques tels que nous» ou onde deixam omissos o seu apreço por outros valores, nomeadamente, a solidez, a honestidade, os bons costumes<sup>18</sup>. Ou ainda onde a sedução para o interdito não escapa, como se pode ler numa carta datada de 1771, de Ostervald para um livreiro de Valenciennes: «Comme vous avez toujours nombre de garnison, si vous étiez curieux de certains ouvrages un peu hardis et que les militaires lisent volontiers, nous pourrions vous en assortir aussi»<sup>19</sup>.

A sua atividade não tinha, à partida, enfeudamentos políticos. No entanto, ela como as outras sociedades tipográficas viveram à custa da difusão de livros cujos autores e/ou conteúdos se enquadravam nos chamados «philosophiques», pelo que se tornaram responsáveis, ainda que involuntariamente, pelas mudanças de pensamento e de programa político que a Europa conheceu no final do Antigo Regime<sup>20</sup>. A tal não é alheio o facto de as *luzes* terem sido por si difundidas na quase totalidade do continente europeu<sup>21</sup> e do particular cuidado posto na colocação das suas impressões e/ou stocks, como se depreende por exemplo, do conteúdo de uma circular enviada a cerca de 200 dos mais famosos livreiros europeus e datada de agosto de 1769. Nela os sócios da STN propunham «de rendre plus communs et de répandre avec plus de promptitude les bons livres qui paraissent dans tous les genres et dans les divers pays»<sup>22</sup>.

O comércio de livros proibidos terá colocado a STN em contacto com livreiros diversos, menos escrupulosos por vezes e até maus pagadores, apesar de usufruírem de preços e modalidades favoráveis; há quem vislumbre aqui uma das causas do seu fim<sup>23</sup>.

## 1.1. CORRESPONDÊNCIA DA SOCIEDADE TIPOGRÁFICA DE NEUCHÂTEL: PARA E DOS LIVREIROS PORTUGUESES

São vinte e uma as cópias de cartas enviadas para os livreiros em exercício em Portugal na 2ª. metade do século XVIII, ou mais concretamente, entre 1773 e 1787, conservadas até hoje nos arquivos da STN. Tendo como destinatária a família Bertrand contam-se 14 – 10 para a Viúva Bertrand & Filhos e as restantes 4 para Jean Joseph; por ordem decrescente são em número de 3 as enviadas aos livreiros Jean Baptiste Reycend & Comp.; 2 as dirigidas a George Rey & Comp.; 1 para Ramuz e 1 para Valentin Lagier.

<sup>17</sup> DARNTON, 1990: 443.

<sup>18</sup> DARNTON, 1992: 285; DARNTON, 1991: 30; DARNTON, 1986: 281; DARNTON, 1990: 441-447.

<sup>19</sup> JEANPRÊTRE, 1949: 151.

<sup>20</sup> DARNTON, 1990: 462.

<sup>21</sup> RICHNER, 1969: 121.

<sup>22</sup> RICHNER, 1979: 3.

<sup>23</sup> JEANPRÊTRE, 1949: 149 e 151.

Que dizer da leitura destes textos, destes diálogos escritos pelos editores suíços aos livreiros de Lisboa? Talvez mesmo esta a primeira observação! Nenhuma delas tem outro destino que não seja a capital, quando afinal são conhecidos entre nós, no Porto, em Coimbra, em Braga, livreiros ativos e atentos de cujos nomes nada consta nas memórias da STN. Porquê este direcionamento fechado para Lisboa? A rede estender-se-ia interinamente? Isto é, os livreiros de Lisboa fariam a ponte com o mercado estrangeiro, tratando *a posteriori* da difusão com os seus congéneres estabelecidos em Portugal? Uma possibilidade em que acreditamos, uma vez que não nos parece viável uma disparidade de interesses, um desconhecimento desatento da importância da casa editora de que aqui tratamos, um voltar de costas ao grande fenómeno do tempo no que se refere à busca da informação e/ou formação através da leitura de textos e muito especificamente dos textos que dali poderiam chegar.

A ausência de comunicação com Francisco Clamopin Durand, livreiro do Porto, apresenta-se como um caso paradigmático. Ele, um profissional expedito, irreverente até, indivíduo que não passa despercebido às redes mais estreitas da censura portuguesa, delas sujeito a permanente contacto e controlo, não deixa de ser, por ventura, um bom e particular exemplo destas dúvidas, talvez mesmo o melhor. Porque não tem ele ligações com a STN? Nem recebe nem envia cartas da e para a STN?

De avolumado número de registos na correspondência da editora suíça é a livraria Bertrand, volume aliás demonstrativo de uma dinâmica comercial intensa e confirmada pela receção de cartas na STN da dita livraria: 5 do tempo de Jean Joseph (entre 1772 e 1775); 10 quando a denominação da sociedade já tinha a viúva como referência principal (entre 1778 e 1788). Ao lado destas, a STN guarda 3 cartas de Jean Baptiste Reycend (entre 1780 e 1785); 2 de George Rey (entre 1772 e 1774), 1 de Valentin Lagier (1784) e outra de Jean Joseph du Beux (1779).

Olhemos os conteúdos. Se, por um lado, na escrita da STN se pode perspetivar um grande domínio e segurança comerciais, um evidente espírito de astúcia associado a um bom exercício da política de marketing – note-se como publicita uma obra do seu catálogo, a *Description générale des arts et métiers*, por vezes permitindo-se mesmo adjectivá-la de «ouvrage intéressant, exécuté avec le plus grand soin et qui doit trouver à se placer dans un pays tel que le votre ou ces utiles connaissances sont encore dans le berceau»; ou como não se inibe de dizer a sua edição «de l'*Histoire philosophique* de l'abbé Raynal très bien exécutée aussi et supérieure à toutes les précédentes» – e uma clara apresentação das condições de fornecimento e venda dos produtos em lista, por outro, e começando pela casa Bertrand, saem notas de quem é incisivo, de quem sabe muito bem o que quer, de quem é exigente e minucioso, de quem não se distrai quer com a sua gestão económica (refira-se o corte de papel sugerido para diminuir os portes, ou a advertência de não enviarem pelo correio os catálogos, por tal se tornar demasiado oneroso, logo sugerindo alternativa: via Londres, através do Sr. Ostervald, resultando daí uma receção gratuita), quer com a atenção devida às novidades e/ou faltas nos pedidos efetuados. Se o fardo fica muito tempo em viagem (6 meses, por exemplo) o prazo de pagamento é reivindicado como curto; a viagem por Amesterdão é muito cara pelo que sugerem a via de Génova e

de França, por Lyon; as contas são feitas ao pormenor e, nesse sentido, para melhor poderem negociar, fazem propostas de preços partindo de condições diferenciadas – ora sendo a edição da STN, ora da própria casa Bertrand; se a STN não tem determinada obra recomendam a sua encomenda, por exemplo, a Londres; mostram-se do conhecimento da diminuição dos impostos, e conseqüentemente como que exigem que o comércio de livraria se apresente mais livre; não se inibem de dar parecer sobre o preço de determinados artigos quando os entendem caros, enunciando-os detalhadamente, e não perdem a oportunidade de solicitar um abaixamento do respetivo preço sustentando mesmo que sendo livros de impressão STN, sempre uma retificação será bem vinda para agrado de todos; mas também exprimem o seu contentamento quando acham os preços razoáveis; nunca, porém, deixam de sublinhar a exigência de um tratamento o mais favorável possível quanto a esta matéria, assegurando em contrapartida prontidão na respetiva quitação; em questão de encomendas, a casa Bertrand apresenta-se com muita organização – preenche coleções com tomos em falta; cuidado na atualização de stocks – pede exemplares de cada nova obra publicada; prontidão – entenda-se, rapidez na entrega, se não de todos os artigos, dos que estiverem disponíveis logo que perfaçam um fardo razoável; diligência – quando tomam conhecimento de pacotes perdidos, eles próprios manifestam as atitudes que desejam da STN para os fazer encontrados junto dos vários recoveiros ao serviço da casa, não se coibindo de mostrar a natural impaciência pelo tempo de espera.

Numa perspectiva de vivência particular sabemos que Jean Joseph Bertrand foi casado com Marie Claire Rey, sendo por isso cunhado de Georges Rey<sup>24</sup>, e desse casamento nasceram dois filhos. Pensando no futuro, J. J. Bertrand destinou a tutela de ambos bem como a administração do seu negócio de livros, de que tinha loja na zona do Chiado, em Lisboa, a sua mulher. Meticulosamente deixava estabelecido que os seus bens fossem divididos em duas partes iguais: uma para sua mulher e a outra dividida em três, ou seja, pelos dois filhos e Marie Claire. Os lucros deveriam ser repartidos equitativamente entre os três durante a gestão desta última e, no caso de algum dos filhos preferir afastar-se da sociedade, podê-lo-ia fazer recebendo a parte a que tinha direito, incluindo-se nela livros<sup>25</sup>. Pelo seu testamento, datado de 1778, podemos saber que o mesmo não contemplava o que quer que fosse para os criados<sup>26</sup>.

Cinco meses depois da sua morte, ocorrida a 26 de maio de 1778, a família, enlutada, ao mesmo tempo que prescrevia uma encomenda, anunciava aos fornecedores suíços a passagem do seu ente querido e informava da nova denominação da firma: a partir de então *Veuve Bertrand et Fils*, apresentando a assinatura daí em diante identificadora da (nova) sociedade e por isso a única a que deveriam dar crédito.

Dos restantes livreiros enquanto organização de firma, sabemos que Lagier era genro de du Beux e que juntos formaram uma sociedade – *Frères du Beux Lagier & Ce.*; depois de ter emprestado o seu nome a uma outra – *George Rey & Ce.* – que se dissolveu

---

<sup>24</sup> LABOURDETTE, 1988: 685.

<sup>25</sup> LABOURDETTE, 1988: 554.

<sup>26</sup> LABOURDETTE, 1988: 559.



em 1774, Lagier é admitido na empresa do Beux, ao que parece para infelicidade de Jean Joseph du Beux, mais que não fosse pelo passivo que consigo arrastou, e aí permanece 10 anos. Em 1784, tendo resolvido amigavelmente a sociedade, cada uma das partes continuou ligada ao negócio, mas agora em seu nome próprio: du Beux por si, Valentim Lagier também.

Da firma do Beux há notícias de anúncios de livros na *Gazeta*<sup>27</sup>, entre 1778 e 1790<sup>28</sup>.

Na correspondência de George Rey & Ce., importa salientar alguns pontos: é no Verão de 1772 que se dá início à relação comercial com a STN, altura em que é pedido um prazo de dois anos para quitação do material fornecido, material que se espera seja quotado a bom preço; na oportunidade (julho de 1772) subscrevem uma encomenda, na qual chamam a atenção para alguns artigos proibidos em Portugal pelo que pedem que todos aqueles marcados \* sejam inseridos em quaisquer outras obras de maneira a não serem visíveis na revisão; em janeiro de 1774 queixam-se de lhes ter sido passada uma letra de câmbio que só o deveria ter sido em outubro desse mesmo ano e por isso reclamam!

São interessantes os comentários passados a escrito por Jean Baptiste Reycend & Comp. Logo na primeira carta, datada de fevereiro de 1780, referem que o gosto pela leitura de bons livros aumentou entre os portugueses depois da reforma da Universidade de Coimbra e da abertura em Lisboa da Academia de Ciências e Artes; por esse motivo justificam o cuidado do estabelecimento de relações comerciais com todas as cidades principais da Europa para melhor sortidos poderem ficar; aquando da visita do filho primogénito do Sr. J. B. Reycend à Suíça, não se abstêm de solicitar que o mesmo seja orientado como estrangeiro que efetivamente era naquelas paragens e de pedir para ele todas as atenções de que viesse a necessitar, percebendo-se entretanto ser-lhe conferida total liberdade na escolha dos livros que encomendasse.

Jean Baptiste Reycend terá sido «um dos principais livreiros de Lisboa» com dinamismo bastante para visitar pessoalmente, entre 1758 e 1787, os grandes editores suíços e neles deixar, por exemplo, encomendas das obras completas de Voltaire<sup>29</sup>. O seu negócio sorriu-lhe até 1808<sup>30</sup>, tendo nesse mesmo ano acompanhado «os exércitos de Junot, na retirada de Portugal»<sup>31</sup>. É vasto o leque dos serviços de livraria de que dispõe: «completa obras antigas truncadas, vende e compra livros, troca com outros ou com qualquer género de fazenda»; vende também música impressa, mapas, estampas, etc.. Em sua casa podem-se também assinar, comprar «ou somente ler» as gazetas de Utrecht, Amesterdão, Colónia, Paris e Madrid, que recebe «em todos os correios», segundo informam os seus

<sup>27</sup> Gazetas ou folhas periódicas são o antepassado do nosso jornal atual. Surgem como forma de combate: «Necessita-se de um processo *mediato* e influente para transmitir a notícia de monta, a informação desejada. Nada melhor do que uma *Gazeta*». A folha «rapidamente transmite o essencial das posições e relata as ocorrências de forma resumida e directa» (PEIXOTO, 1967:14). Segundo alguns «todas as gazetas portuguesas foram proibidas em 1763, mas é possível encontrá-las nos cafés de Lisboa em francês, em inglês e em espanhol». CARREIRA, 1988: 45, citando Twiss.

<sup>28</sup> PIWNIK, 1987: 295-296.

<sup>29</sup> CAEIRO, 1980: 166.

<sup>30</sup> DOMINGOS, 1989: 89.

<sup>31</sup> CAEIRO, 1980: 166.

catálogos<sup>32</sup>. Aliás, não é por acaso que J. B. Reycend foi, ao lado de outros livreiros, apontado como o introdutor no país das novidades que em França constituíam a moda do tempo no que concerne às bancas e vislumbrando-se nele por isso uma certa inclinação política<sup>33</sup>. Esta postura de abertura não nos espantará demasiado se pensarmos estar perante um parente próximo – filho ou sobrinho – de Joseph Reycend<sup>34</sup>, o livreiro pioneiro ou dos pioneiros a ter catálogo impresso – 1741<sup>35</sup>. Sabe-se ainda que o nome desta linha familiar de livreiros franceses instalados entre nós – os Reycend – se apresenta na Gazeta com variações gráficas: Reison, Reycen, Rezende, etc<sup>36</sup>.

Numa outra abordagem, se perguntarmos aos documentos acerca da fidelidade entre as listas de encomendas dos nossos livreiros e as de expedição da STN, confrontando umas e outras, a resposta sobressai pois pela afirmativa. Com pequeníssimas e quase impercetíveis alterações, a STN responde na íntegra aos pedidos dos seus clientes de Lisboa.

Lisboa, cidade considerada «D’Espagne» numa das cartas da casa Bertrand e onde as encomendas chegam a bom porto «grace au Seigneur» ou porque «Dieu Veuille conduire a bon sauvement», conforme se pode ler também em correspondência dos ditos livreiros.

Mas, ainda que passando pela alfândega da capital, acontecia por vezes a encomenda referir que determinada(s) obra(s) deveria(m) ser dirigida(s) a sua Alteza Real a Princesa do Brasil D. Maria Benedicta, ordem que a casa editora respeitava, inclusive separando os valores: um montante correspondendo às compras Bertrand, outro às de Sua Alteza Real. Quarta e última filha de D. José I e da rainha D. Mariana Vitória, a encomenda para a princesa da Beira e do Brasil podia ser, nada mais, nada menos, que: *Mémoires politiques et militaires, pour servir à l’histoire de Louis XIV et Louis XV, composés sur les pieces originales, recueillies par Adrien-Maurice duc de Noailles, maréchal de France et ministre d’état, par M. l’abbé Millot, etc., seconde édition augmentée de quelques observations sur cet ouvrage, par M. de Voltaire, 6 vol, in 12, 1777.*

Fixando-nos na correspondência estabelecida entre clientes/fornecedores, fornecedores/clientes, o que vale por dizer, entre os livreiros com atividade em Lisboa e a STN e vice-versa, apresenta-se-nos um cenário arquitetado com base nas compras, na intenção de compras ou no envio voluntário de material de leitura por parte dos editores suíços, donde emergem figuras humanas e/ou textos tidos como impróprios e prejudiciais aos olhos da RMC, e por isso pertencentes à classe dos proibidos/suprimidos em Portugal<sup>37</sup>.

32 DOMINGOS, 1989: 90.

33 DOMINGOS, 1989: 91.

34 DOMINGOS, 1989: 89-90.

35 DOMINGOS, 1989: 86.

36 DOMINGOS, 1989: 94, nota 13.

37 Nas vastíssimas memórias da RMC pudemos encontrar um Livro com apreciações singulares, isto é, dirigidas a cada um dos textos rececionados, livro que apresenta uma ordem alfabética por título, constituindo no todo um «Índix dos Livros Censurados de que se não conhece author»; nele, a f. 1v escreveu-se: «Todos os livros que se acharem debaixo do titulo de Approvados com este sinal \* são permitidos a quem tiver licença e todos os que debaixo do titulo de suprimidos e tiverem este sinal X ja estão comprehendidos em Edital».

O teor de algumas daquelas apreciações é o seguinte, a saber: novela lasciva; contra a religião; compreendido no Edital de...;

A ilustrar, recordamos os seguintes: *Géographie* de Busching; *Theorie des Lois Criminelles*, *Bibliothèque du Legislateur*, *Bibliothèque philosophique sur les loix criminelles* e *De la verité, ou méditations sur les moiens de parvenir a la verité*, os quatro de Brissot de Warville; *Oeuvres* de Charles Bonnet; *Code de la nature, ou le veritable esprit de ses loix*, e *Oeuvres philosophiques et dramatiques*, o primeiro atribuído a Diderot, o último de Diderot; *De l'esprit*, de Claudio Adriano Helvetius; *Anecdotes de Madame la comtesse Du Barry*; *Lettres d'Alexis et Justine*; *Mémoires de Madame de Maintenon*, de Laurent de la Beau-melle; *Éléments de la morale universelle*, de Bertrand; *Bonnet de nuit* e *Tableau de Paris*, ambos de Mercier; *Oeuvres* de Crebillon fils; *Erasmi Coloquia*; *Fastes de Louis XV*; *Leçons de droit de la nature et des gens*, de Félice; *De la félicité publique*, atribuído ao Marquês de Chastellux; *Le doit de la nature* de Madame Fabre; *Oeuvres posthumes de Frédéric, roy de Prusse*; *Nouvelle Heloïse*, de Rousseau; *De jure belli et pacis*, de Grotius; *Histoire philosophique et politique*, de Raynal; *Mémoires de Madame de Maintenon, avec les souvenirs de Madame de Caylus*; *Des lettres de cachets, et des prisons d'état*; *Les Incas* e *Contes Moraux*, ambos de Marmontel; *Essai* de Montaigne avec des notes de M. Coste; *Questions sur l'encyclopédie* e *Théâtre*, ambos de Voltaire; *Histoire de l'Amérique*, de Guillaume Robertson; *Voyage Sentimental*, de M. de Sterne sob o nome de Yorick; *Tableau de l'amour conjugal*, de Venette; *L'onanisme* de Tissot; *Les nuits champêtres*, de Veaux; *Vie privée de Louis XV*; *Histoire ecclésiastique*, de Mosheim; *Voyage du capitain Gulliver*, de Jonathan Swift; *Essai philosophique sur le monachisme* e *Mémoires sur la Bastille*, ambos de Linguet.

Do conjunto, apenas alguns refletem as intenções de compra dos nossos livreiros, justamente os que colocamos no quadro 1, abaixo. Nele podemos saber do número de exemplares desejados por título (N.º Ex.) e o número de vezes que, de cada título, o livreiro fez encomenda (N.º Enc.).

**Quadro 1** – Encomendas de livros proibidos/suprimidos (de livreiros estabelecidos em Portugal à STN)

LIVREIRO	TÍTULO / AUTOR	N.º EX.	N.º ENC.
JEAN JOSEPH DU BEUX	–	–	–
VALENTIM LAGIER	–	–	–
GEORGE REY & COMP.	<i>Question sur l'Encyclopédie</i> , de Voltaire	3	1
	<i>De la félicité publique</i> , atribuído ao Marquês de Chastellux	2	1
	<i>Leçons de droit de la nature et des gens</i> , de Félice	4	1

(Continua na página seguinte)

libertino e ímpio; obsceno de primeira ordem; jacobeo; herético; um pouco livre; contra a política; cheio de opiniões erróneas; satírico; contra a cúria romana; indecente; obra nada útil; pouco decente; segue o probabilismo; condenado a pena de fogo; cheio de invectivas falsas e injuriosas; contra a inquisição; novela indigna. IAN/TT – RMC, Lv. 17.

Na década de 80 foi publicado um artigo por Piedade Braga Santos, onde, com base nesta mesma fonte, elaborou uma lista com os livros aprovados e os suprimidos, acrescentando sempre que possível o respetivo autor (SANTOS, 1983: 404-440).

JEAN BAPTISTE REYCEND & COMP.	<i>Bibliothèque du Legislateur</i> , de Brissot de Warville	1	1
	<i>Oeuvres</i> , de Charles Bonnet	1	1
	<i>Bonnet de nuit</i> , de Mercier	3	1
	<i>Géographie</i> , de Busching	2	1
	<i>Histoire de l'Amérique</i> , de Robertson	9	2
	<i>Histoire ecclésiastique</i> , de Mosheim	2	1
	<i>Histoire philosophique et politique</i> , de Raynal	2	1
	<i>Mémoires sur la Bastille</i> , de Linguet	8	1
	<i>Question sur l'Encyclopédie</i> , de Voltaire	1	1
	<i>Tableau de Paris</i> , de Mercier	5	1
	<i>Theorie des loix criminelles</i> , de Brissot de Warville	12	1
	<i>Les Incas</i> , de Marmontel	3	1
<i>Théâtre</i> , de Voltaire	3	1	
<i>Voyage du capitain Gulliver</i> , de Jonathan Swift	3	1	
JEAN JOSEPH BERTRAND	<i>De jure belli et pacis</i> , de Grotius	12	3
	<i>Leçons de droit de la nature et des gens</i> , de Félice	4	2
	<i>Contes moraux</i> , de Marmontel	6	1
	<i>L'onanisme</i> , de Tissot	6	1
VEUVE BERTRAND & FILS	<i>Code de la nature, ou le véritable esprit de ses loix</i> , atribuído a Diderot	6	1
	<i>Mémoires de madame de Maintenon</i>	1	1
	<i>Oeuvres posthumes de Frédéric, Roy de Prusse</i>	6	1
	<i>Histoire philosophique et politique</i> , de Raynal	1	1
	<i>Théorie des loix criminelles</i> , de Brissot de Warville	16	4
	<i>Bibliothèque du Legislateur</i> , de Brissot de Warville	8	4
	<i>Bibliothèque philosophique sur les loix criminelles</i> , de Brissot de Warville	4	1
	<i>Géographie</i> , de Busching	11	4
	<i>Histoire de l'Amérique</i> , de Guillaume Robertson	3	1
	<i>Histoire ecclésiastique</i> , de Mosheim	1	1
	<i>Letres d'Alexis et Justine</i>	4	1
	<i>Des lettres de cachets, et des prisons d'état</i>	4	1
	<i>L'onanisme</i> , de Tissot	6	1
	<i>De la vérité ou méditations sur les moyens de parvenir à la vérité</i> , de Brissot de Warville	11	3
	<i>Voyage sentimental</i> , de M. Sterne	3	1
	<i>Erasmi colloquia</i>	12	3
	<i>Voyage du capitain Gulliver</i> , de Jonathan Swift	1	1
	<i>Tableau de l'amour conjugal</i> , de Venette	4	1
	<i>Vie privée de Louis XV</i>	4	1
	<i>Éléments de la morale universelle</i> , de Bertrand	4	2
<i>Les Incas</i> , de Marmontel	4	2	
<i>Anecdotes de madame la comtesse Du Barry</i>	4	2	
<i>Le droit de la nature</i> , de madame Fabre	6	2	
<i>Théâtre</i> , de Voltaire	4	2	
<i>Oeuvres</i> , de Charles Bonnet	1	1	
<i>Oeuvres</i> , de Crébillon fils	2	2	
<i>De la félicité publique</i> , atribuída ao Marquês de Chastellux	6	1	

Do rol, os que faltam neste quadro, são os que, não tendo sido encomendados, terão chegado às bancas dos nossos livreiros; isto a acreditar nos *Livres de Commissions* (livros onde os editores suíços de Neuchâtel faziam o registo das encomendas, a um lado, e o das expedições, a outro) da grande casa fornecedora da literatura clandestina de então – entenda-se, por vontade própria da STN e de acordo com os seus já referidos mérito e dinâmica comerciais, terá feito envio de algumas edições que entendeu úteis ou, no mínimo, de aceitação garantida no seio da clientela portuguesa. São elas:

– *Oeuvres philosophiques et dramatiques*, de Diderot; *De l'esprit*, de Claudio Adriano Helvetius; *Fastes de Louis XV*; *Nouvelle Héloïse*, de Rousseau; *Essai de Montaigne avec des notes de M. Coste*; *Les nuits champêtres*, de Veaux; *Essai philosophique sur le monachisme*, de Linguet.

## 1.2. RISCOS VERSUS OBRIGAÇÕES

Em maior ou menor quantidade, tomando em linha de conta as encomendas de livros subscritas, parece certa a afirmação de que os nossos livreiros correram riscos. Correspondendo ao anseio da clientela e cumprindo por isso o seu papel enquanto homens de negócios, buscavam a satisfação dos que mantinham hábitos de leitura e se interessavam até por leituras tidas na época como menos ortodoxas!... E claro, ganhavam com isso, ou não seriam estas vendas uma garantia à vista?!

O papel de livreiro ou impressor era esse mesmo – o de pôr à disposição dos leitores aquilo que eles procurassem, sobre o que a sua curiosidade mais se mostrasse notada, o que mais se constituísse como corrente de moda. Já para tal um impressor de Yverdon, de Félice, em 1770 tinha chamado a atenção:

*Os bons livros não pertencem aos livreiros, mas à humanidade, que exige ser esclarecida e educada na virtude... os impressores e os livreiros são apenas os intermediários dessa obra salutar. Portanto, a todo livreiro ou impressor, que através da contrafacção procura difundir os bons livros mais abundante e rapidamente, é devedora a humanidade, e acho até que, em consciência, ele é obrigado a isso*<sup>38</sup>.

E bons livros podiam ser aqueles que o *Catálogo de Livros Proibidos no Reino* contemplava e em cuja consulta se inspiravam encomendas. Em várias cidades, de Norte a Sul, eram vendidas pelos livreiros obras proibidas ainda que, para sua própria proteção não as tivessem expostas nas estantes<sup>39</sup>.

Antes, porém, da receção dos livros nas lojas, onde, colocados ou não à vista, seriam vendidos, desenrolava-se um processo algo tortuoso, ou não se tenha em vista matéria de contrabando.

O contrabandista contratado pela STN, por exemplo, deveria fazer passar os livros através da fronteira franco-suíça por determinado valor, valor a pagar assim que os clientes

<sup>38</sup> LABARRE, 1981: 85.

<sup>39</sup> RAMOS, 1980: 23-24.

recebessem a mercadoria. Entretanto, equipas de carregadores, dirigidos por um superior, levantavam os livros num armazém secreto e transportavam-nos às costas durante a noite escolhendo atalhos de montanha. O esforço, a correr bem, correspondia naturalmente a uma compensação monetária, ainda que de pouca monta; correndo mal, o que os esperava era a escravidão, os trabalhos forçados.

O contrabando era, por isso, um negócio complicado, que exigia atenção e sagacidade para levar a bom termo as intenções e evitar fracassos, fracassos que podiam ser desastrosos quer do ponto de vista material, quer dos riscos a que expunham os intervenientes<sup>40</sup>. Ser expedito, empreendedor, trabalhador e aventureiro – os adjectivos que Darnton selecciona para ilustrar o exemplo perfeito das qualidades necessárias aos intervenientes de modo a trilhar bem o caminho do mundo dos livros proibidos<sup>41</sup>.

Havendo sucesso, os livros eram colocados em locais secretos escolhidos para o efeito; daí, e só depois de serem reempacotados, eram expedidos para o seu destino<sup>42</sup>. Referimo-nos, claro está, ao sistema de distribuição dos livros na época entendidos como perniciosos, sistema que no século XVIII se denominava de «assurance»<sup>43</sup>. Falamos de contrabando, conceito algo diferente de *descaminho*, nomenclatura que nos séculos XVI – XVIII significava circulação de mercadorias que não pagavam impostos a que, por lei, estavam obrigadas<sup>44</sup>; no entanto, sabe-se que os livros impressos na Suíça por razões de comodidade de transportes, a que se juntavam igualmente fatores económicos, eram introduzidos na Península «en feuilles», isto é sem encadernação<sup>45</sup>. Donde poder talvez deduzir-se que, no caso, ao contrabando se associava o *descaminho*!

Podendo ou não afirmá-lo, certo é que dado o sistema vigente em Portugal, o recurso à encomenda ao estrangeiro de certos textos era a alternativa; muitas vezes mesmo encomenda de impressão de obras em português e quase sempre via Lisboa. Numa carta escrita por este livreiro-impressor de Paris pode ler-se ainda o seguinte: «... le Portugal consomme ainsi de l'étranger en livres, soit en feuilles, soit reliés, pour 250.000 livres par an, dont la France, et Paris pour la plus grande partie, aura 50.000 livres, les autres passant aux pays contrefacteurs de Suisse, d'Avignon, et aux imprimeries d'Anvers et d'Italie»<sup>46</sup>. De resto, e sobretudo entre 1730 – 1755, o comércio de livros entre Genebra e a Península Ibérica foi de importância notada. Terá expirado com o desaparecimento, antes do final do século, das grandes casas de impressão e associando-se esse fim à falta de interesse por obras em latim, de que Genebra se tinha tornado especializada e à abolição da Companhia de Jesus com o respetivo encerramento dos seus colégios<sup>47</sup>.

<sup>40</sup> DARNTON, 1983b: 160-161.

<sup>41</sup> DARNTON, 1991: 86.

<sup>42</sup> DARNTON, 1991: 35.

<sup>43</sup> DARNTON, 1992: 230; DARNTON, 1983b: 160.

<sup>44</sup> SILVA, 2000: 18.

<sup>45</sup> BOUDET, 1958: 65, nota 6.

<sup>46</sup> BOUDET, 1958: 64-66.

<sup>47</sup> Embora se saiba que os irmãos Cramer mantinham relações comerciais com todas as cidades de uma certa importância em Espanha e Portugal, no nosso caso e para além de Lisboa, aponta-se Coimbra como outro destino. BONNANT, 1955: 200 – nota 45. Da pesquisa por nós efetuada nos Archives d'État – Bibliothèque Consultive, de Genebra, não pudemos confirmar tais presenças. BONNANT, 1955: 200.

Durante o tempo de fruição deste comércio, e porque o nome de Genebra fosse algo perturbador, era substituído por outro cujo compromisso não causasse tanto impacto<sup>48</sup>, confirmando de alguma maneira o que já notou Luís A. de Oliveira Ramos: «... é provável que em Portugal, como na Espanha, os traficantes de livros tenham conseguido lançar no mercado obras perigosas debaixo de falsos títulos ou mediante encadernações enganosas»<sup>49</sup>, matéria corroborada por Ana Cristina Bartolomeu de Araújo, quando refere que «havendo um valor constante de exportações do mercado livreiro suíço para Portugal, as edições clandestinas acabavam por passar, protegidas por outras»<sup>50</sup>.

Impacto dissimulado, torneada a questão da convivência entre livreiros portugueses e seus fornecedores, sobra a verdade do vigor da atividade clandestina setecentista que abriu a Portugal novos horizontes: o Iluminismo surpreendia e surpreendendo espriava-se na terra de Camões... Surpreendendo, dotava de eloquência, ou não fizesse ele parte do grupo de leituras proibidas que melhor preparavam quem as lia, ao contrário das leituras devocionárias!<sup>51</sup> Talvez possamos calcular a mancha da população leitora afetada e, em última instância, o efeito geral do fenómeno. Ou não, se, pelo contrário, nos enfeudarmos à perspectiva de Manuela D. Domingos, que acredita ser reduzida a eficácia dos livros proibidos com penetração clandestina<sup>52</sup>. Sabe-se, entretanto, que no leque de leitores de obras interditas, se contam muitos estudantes, para além de gente oriunda da aristocracia, do clero e da média burguesia<sup>53</sup>.

Do ponto de vista da organização humana do sistema, R. Darnton entende que a qualidade das pessoas envolvidas no comércio clandestino tem características específicas e é uma condição fundamental para o seu funcionamento. A base está no princípio regulador que os une, protegendo-os – *a confiança*<sup>54</sup>. Isto, apesar de estarmos perante um mundo em que a ilegalidade rima com marginalidade e onde se deteta uma classe de aventureiros, de livreiros sem recursos económicos ou depauperados, de gente impelida por necessidades ou ambições fortes<sup>55</sup>. Daí, e acerca do mercado da edição, Darnton estabelece uma trilogia: os livreiros sólidos, os médios e os marginais<sup>56</sup>. Os primeiros não estariam, segundo algumas opiniões coevas, muito inclinados a comprometer-se no circuito ilegal<sup>57</sup>; os médios satisfar-se-iam normalmente com a venda de livros legais<sup>58</sup>; restando assim os marginais, os homens dos riscos, aqueles entre quem, apesar das circunstâncias, não poderia falhar a confiança, os principais responsáveis pela difusão da ideologia contestatária durante o Antigo Regime<sup>59</sup>.

48 BONNANT, 1955: 187.

49 RAMOS, 1974: 13.

50 ARAÚJO, 1990: 114.

51 LUNA, 1993: 88.

52 DOMINGOS, 1993: 194.

53 RAMOS, 1974: 7 e 13.

54 DARNTON, 1991: 111.

55 DARNTON, 1991: 121.

56 DARNTON, 1991: 122.

57 DARNTON, 1991: 122.

58 DARNTON, 1991: 120.

59 DARNTON, 1983a: 111.

Mas confiança pode e deve talvez ser entendida numa outra abordagem. Ultrapassando as balizas dos genéricos, focalizando-nos nas relações entre os livreiros que encomendam à STN e a resposta que esta Casa lhes dá, somos também em crer que foi na base da confiança que este comércio se desenrolou e sobreviveu. Em vez de se repartir por vários fornecedores, havendo um que, para além de tecnicamente capaz, se apresenta merecedor de confiança, a garantia das encomendas passa a ser aí uma certeza<sup>60</sup>.

Não nos parece líquida é a avaliação dos três tipos de livreiros acima enunciada, por demasiado hirta, da mesma forma que se apresenta falaciosa a opinião da Administração do Antigo Regime, segundo a qual a proliferação de livros sediciosos se ligava aos livreiros miseráveis e, nessa sequência, que a literatura tabu se espalhava pelos elementos marginais da sociedade<sup>61</sup>. Uma e outra observações são por ventura inadaptáveis e inadequadas à realidade das casas e respetivas clientelas que conhecemos em Portugal com relações comerciais ativas com a Editora suiça selecionada – a STN. Os livreiros em questão eram certamente representantes de casas sólidas nada se aproximando por isso da codicologia de livreiros médios e muito menos marginais. E, na esteira das suas pegadas, a sua clientela. Efetivamente, a relação dos nossos livreiros com os seus fornecedores sempre denota, isso sim, uma escolha que engloba vantagens múltiplas e atentas: de preço, qualidade, e rapidez nas entregas, tal como, noutro momento e para outras quotas geográficas, reparou R. Darnton<sup>62</sup>.

O comércio clandestino do livro, ao contrário do que se possa imaginar, parece ter sido alvo mais facilmente derrubável, e em primeira mão, dos devedores e dos vigaristas nele implicados, do que da prática policial, que concentrava os seus esforços em medidas a tomar para acabar com a oferta, intercetando os intermediários marginais<sup>63</sup>; assim sendo, reforça-se a ideia da confiança, de que atrás falámos, que sempre se terá evidenciado na correspondência e na seleção ou manutenção de contactos entre fornecedores e clientelas<sup>64</sup>.

Instalado o requisito necessário para o êxito – falámos da *confiança* – não se esqueçam alguns outros factores:

- a) quanto mais um livro é condenado pelas autoridades, mais ele é procurado pelo público; quanto mais ele é procurado pelo público, mais ele é falsificado<sup>65</sup>;
- b) todos no século XVIII – editores, impressores, transportadores, *colporteurs*, livreiros – sabem que as obras proibidas, pelos perigos e riscos que representam, requerem, da prensa ao balcão, um tratamento especial<sup>66</sup>;
- c) a literatura ilegal no século das luzes reflete o próprio tempo em termos de produção e difusão do objeto livro. Implica práticas específicas de profissionais e exige consistência no jogo da oferta e da procura do mundo editorial<sup>67</sup>;

---

<sup>60</sup> DARNTON, 1991: 161.

<sup>61</sup> DARNTON, 1983a: 113.

<sup>62</sup> DARNTON, 1992: 201.

<sup>63</sup> DARNTON, 1983a: 113.

<sup>64</sup> DARNTON, 1983b: 156-157.

<sup>65</sup> DARNTON, 1991: 30-31.

<sup>66</sup> DARNTON, 1991: 37.

<sup>67</sup> DARNTON, 1991: 37.



- d) com intenções prévias ou de forma inconsciente e subtil, incontestável é a contribuição da literatura clandestina na corrosão da razão de ser da ordem estabelecida, da autoridade, portanto da força, nos espíritos deste tempo de transição que foi o final do século XVIII<sup>68</sup>.

Obrigações, riscos, o papel de quem sobrevive com a venda de textos e tem perante a profissão uma atitude digna e honesta de procura, de atenção, de cuidados...

## BIBLIOGRAFIA

- ARAÚJO, Ana Cristina Bartolomeu de (1990) – *Modalidades de Leitura das Luzes no Tempo de Pombal*. Revista de História, vol. X. Porto: Centro de História da Universidade, p. 105-127.
- BONNANT, Georges (1955) – *La Librairie Genevoise au Portugal du XVIe au XVIIIe siècle*. In Genava, n.º 3, Genève, p. 183-200.
- BOUDET, Antoine (1958) – *Situação da Imprensa e da Livraria em Portugal nos meados do século XVIII*. In *Arquivo de Bibliografia Portuguesa*, ano IV, janeiro-junho, n.ºs 13-14. Coimbra, Atlântida, p. 62-66.
- CAEIRO, Francisco da Gama (1980) – *Livros e Livreiros Franceses em Lisboa nos fins de Setecentos e no Primeiro Quartel do século XIX*. Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra, vol. 35. Coimbra: p. 139-167.
- CARREIRA, Laureano (1988) – *O Teatro e a Censura em Portugal na Segunda Metade do Século XVIII*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- CURTO, Diogo Ramada [et al.] (2006) – *As Gentes do Livro: Lisboa século XVIII*. Lisboa: Biblioteca Nacional.
- DARNTON, Robert (1983a) – *Le Monde des Libraires Clandestins sous l'Ancien Régime*. «Bohème Littéraire et Révolution. Le monde des Livres au XVIIIe. Siècle». Paris: Ed. Du Seuil, p. 111-153.
- \_\_\_\_ (1983b) – *Un Commerce de livres «sous le manteau» en province à la fin de l'Ancien Régime*. «Bohème Littéraire et Révolution. Le monde des Livres au XVIIIe. Siècle». Paris: Ed. Du Seuil, p. 155-175.
- \_\_\_\_ (1986) – *O Grande Massacre de Gatos e outros Episódios da História Cultural Francesa*. Rio de Janeiro: Graal.
- \_\_\_\_ (1991) – *Édition et Sédition. L'univers de la littérature clandestine au XVIIIe siècle*. Paris: Gallimard.
- \_\_\_\_ (1992) – *Gens de Lettres, gens du Livre*. Paris: Éditions Odile Jacob.
- \_\_\_\_ (1990) – *Le Livre Prohibé aux frontières: Neuchâtel*. In CHARTIER, Roger; MARTIN, Henri-Jean, coord. – *Histoire de l'Édition Française. Le Livre Triomphant 1660-1830*. Paris: Fayard, p. 440-467.
- DOMINGOS, Manuela D. (1989) – *Os catálogos de livreiros como fontes da História do livro: o caso dos Reycead*. «Revista da Biblioteca Nacional», série.2, vol. 4, n.º 1. Lisboa: p. 83-102.
- \_\_\_\_ (1993) – *Visitas do Santo Ofício às Naus Estrangeiras – Regimentos e Quotidianos*. «Revista da Biblioteca Nacional», série 2, 8 (1), p. 117-229.
- \_\_\_\_ [et al.] (2000) – *Livreiros de Setecentos*. Lisboa: Biblioteca Nacional.
- JEANPRÊTRE, John (1949) – *Histoire de la Société Typographique de Neuchâtel: 1769-1798*. «Musée Neuchâtelois», p. 70-79; p. 115-120; p. 148-153.
- LABARRE, Albert (1981) – *História do Livro*, São Paulo: Cultrix – INL.
- LABOURDETTE, Jean-François (1988) – *La Nation Française à Lisbonne de 1669 à 1790: entre Colbertisme et Liberalisme*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian.
- LUNA, Lola (1993) – *Las Lectoras y la historia Literaria*. «La Voz del Silencio», vol. II. Madrid: Asociación Cultural Al-Mudayna, p. 75-96.

68 DARNTON, 1991: VI.

- MARTINS, Maria Teresa Payan (2005) – *A censura literária em Portugal nos séculos XVII e XVIII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; Fundação para a Ciência e a Tecnologia.
- PIWNIK, Marie-Hélène (1987) – *Échanges Érudits dans la Péninsule Ibérique (1750-1767)*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian – Centro Cultural Português.
- PEIXOTO, Jorge (1967) – *História do Livro Impresso em Portugal*. «Arquivo de Bibliografia Portuguesa», anos X-XII, n.ºs 37-48. Coimbra: Atlântida, p. 14.
- RAMOS, Luís A. de Oliveira (1974) – *Da Aquisição de Livros Proibidos nos fins do século XVIII. (Casos Portugueses)*. Porto.
- \_\_\_\_ (1980) – *O Porto e as Origens do Liberalismo (subsídios e observações)*. Porto: Publicações da Câmara Municipal do Porto, Documentos e Memórias para a História do Porto – XLIII.
- RYCHNER, Jacques (1969) – *Les Archives de la Société Typographique de Neuchâtel*. «Musée Neuchâtelois», p. 99-122.
- \_\_\_\_ (1979) – *Running a Printing House in Eighteenth-century Switzerland*. «The Library», 6th. series, vol. 1, p. 3.
- SANTOS, Piedade Braga (1983) – *Actividade da Real Mesa Censória – uma sondagem*, «Cultura – História e Filosofia», vol. II, p. 377-440.
- SILVA, Francisco Ribeiro da (2000) – *A Apreensão de Mercadorias Proibidas nos finais de Setecentos. Um Exemplo*. «O Contrabando e Outras Histórias». Porto: CENPA – Faculdade de Letras da Universidade do Porto, n.º 1, p. 17-23.

## FONTES

Instituto dos Arquivos Nacionais. Torre do Tombo (IAN/TT) – *Real Mesa Censória (RMC)*, Livro 17.

# LAS ESTRATEGIAS POLÍTICAS DE GERMAINE DE STAËL A TRAVÉS DE SU CORRESPONDENCIA (1788-1795)

TANIA ROBLES BALLESTEROS\*

**Resumo:** O objetivo deste artigo é estudar a forma como Germaine de Staël construiu uma rede de correspondência durante os primeiros anos da Revolução Francesa. Esta rede ajudá-la-ia a intervir na política dum modo aceitável para as mulheres. A partir da esfera privada e escrita de cartas, Staël iria participar no espaço público e na política de seu tempo através de estratégias consideradas aceitáveis para as mulheres: a criação de opinião na França e em outros países por meio de cartas e transcrição de notícias registradas em jornais, a mobilização de políticos para a ação, o uso de seu dinheiro e das suas influências diplomáticas para ajudar seus amigos e disseminar sua ideologia, etc. Esta rede iria servir como um patamar intelectual, bem como um meio político para reforçar os seus ideais e sua luta posterior contra Napoleão. O período considerado abrange os anos de 1788 a 1795 nos quais Staël recebeu a sua primeira ordem de exílio.

**Palavras-chave:** Germaine de Staël; carta escrita; agência política feminina; Revolução Francesa.

**Abstract:** The objective of this article is to study the way in which Germaine de Staël would built a correspondence network during the first years of the French Revolution which would help her to intervene in politics in an accepted way for for women. From private sphere and letter writing she would participate in public space and politics of her time throughout accepted strategies for women: creating opinion in France and other countries by letter writing and transcribing the events recorded in journals, mobilising politicians to action, using her money and her diplomatic influences to help her Friends and to disseminate her ideology. This network would serve as an intellectual platform as well as a political enhancer for her ideals and her later struggle against Napoleon. The period considered covers the years 1788 to 1795 in which Staël receives her first exile order.

**Keywords:** Germaine de Staël; letter writing; women's political agency; French Revolution.

Desde los tiempos de Cicerón la correspondencia fue considerada como una extensión de la conversación y hasta hace no mucho tiempo las cartas habían sido la única forma de comunicarse tanto en la esfera pública como en la privada. En el siglo XVIII, casi todos los autores estaban de acuerdo en que esta vía permitía a los corresponsales expresar sus sentimientos de una forma más libre<sup>1</sup>. La intelectualidad dieciochesca utilizaba las misivas para dirigirse a sus amigos y familiares, a sus amantes y a sus enemigos. Se escribían cartas para mantener contacto con la administración, los poderes locales, los ministros, e incluso, con el Rey. En estos casos, el objetivo de estas correspondencias estaba directamente vinculado con los deseos del emisor de mejorar su posición social adquiriendo un puesto oficial, forjando una red clientelar que incluyera a políticos o a

---

\* Universidad Complutense de Madrid. Email: t.robles@ucm.es. Esta investigación se ha llevado a cabo dentro del proyecto de investigación HAR2014-53699-R, La voz de las mujeres en la esfera pública (siglos XVII-XX).

<sup>1</sup> DALTON, 2003: 5, 6.

personajes relevantes en la corte, conseguir la devolución de algún dinero o lograr ventajas de cualquier tipo.

Las mujeres, del mismo modo que sus homólogos masculinos, escribieron cartas para lograr sus propósitos, actividad que se incrementó considerablemente tras el estallido de la Revolución. En un tiempo en el que en casi todos los países de Europa se llevaron a la imprenta decenas de tratados cuya finalidad era avisar de los peligros que suponía una escritora, las cartas, sin embargo, quedaron fuera de toda sospecha debido a su pertenencia al ámbito privado<sup>2</sup>. Fue este resquicio del que se sirvieron algunas mujeres para subvertir el orden imperante e intervenir de forma activa en política sin abandonar la esfera privada<sup>3</sup>.

Quizás por ello, los epistolarios femeninos proliferan en Francia en las postrimerías del siglo XVIII. Algunas de las cartas más conocidas habían sido escritas por plumas femeninas desde las centurias anteriores, pero es en estos momentos cuando cobran especial relevancia algunos nombres como Marie-Jeanne Roland, Isabelle de Charrière o Germaine de Staël<sup>4</sup> por su contenido político y su movilización en este ámbito<sup>5</sup>. Al estudio de una parte de los epistolarios políticos de la última de las autoras mencionadas me dedicaré en las siguientes páginas<sup>6</sup>. El periodo seleccionado para el estudio abarca desde 1788, momento en el que se inician los primeros movimientos políticos con la convocatoria de los Estados Generales, hasta 1795, fecha de una especial relevancia tanto a nivel político como en el ámbito personal para Germaine. Es en este momento en el que finaliza el Terror y será a partir de entonces cuando Staël cambie su orientación política; monárquica, por declararse acérrima defensora del sistema republicano; será en este año cuando comiencen sus más importantes enfrentamientos políticos y, en lo personal, son los momentos iniciales de su larga y tormentosa relación con Benjamin Constant, quien influirá de forma considerable en sus concepciones políticas<sup>7</sup>.

<sup>2</sup> SPONGBERG, 2002: 94.

<sup>3</sup> DALTON, 2003: 56.

<sup>4</sup> La correspondencia de Marie-Jeanne Roland ha sido publicada en tres tomos (1902) *Lettres de Madame Roland*, Tome Seconde, 1788-1793, Paris: Imprimerie Nationale; (1913) *Lettres de Madame Roland, Nouvelle Série, 1767-1777*, Tome Premier, Paris: Imprimerie Nationale; (1915) *Lettres de Madame Roland, Nouvelle Série, 1777-1780*. Tome Seconde, Paris: Imprimerie Nationale. La correspondencia de Isabelle de Charrière ha sido compilada en CHARRIÈRE, Isabelle (2000), *There are no letters like yours. The correspondence of Isabelle de Charrière and Constant d'Herminches*, Lincoln: University of Nebraska Press.

<sup>5</sup> Las más recientes aportaciones sobre la producción epistolar de ambas autoras son KRIEF, Huguette (2006), *Une vision sceptique de l'Histoire. Isabelle de Charrière dans sa correspondance*. In PELLEGRIN, Nicole ed. – *Histoires d'historiennes*, Publications de l'Université de Saint-Étienne, p. 189-202, DALTON, Susan (2001), *Gender and the shifting ground of revolutionary politics: the case of Madame Roland*. In «Canadian Journal of History», 36, 2, p. 259-282, DÍAZ, Brigitte (1996) – *Lettres d'une romaine. Correspondance politique de Madame Roland (1788-1793)*. In DÍAZ, Brigitte, LEBRUN-PEZERAT, P., POUBLAN, D. eds, *La lettre politique*, Paris: Editions Honoré, p. 41-52, – (2000) – *De la lettre aux mémoires: les fonctions autobiographiques de la lettre dans la correspondance de jeunesse de Mme Roland (1767-1780)* en SILVER, Marie France; GIROU SWIDERSKI, Marie-Laure eds. – *Femmes en toutes lettres. Les épistoliers du XVIIIe siècle*, Oxford: Voltaire Foundation, p. 211-228 y ROBLES BALLESTEROS, Tania (2017a) *A woman in the eye of the storm: Madame Roland's letters on French Revolutionary Politics*. In CORFIELD, Penelope; HANAN, Leonie, eds. – *Hats Off, Gentlemen! Changing Arts of Communication in the Eighteenth Century*, Paris: Slatkine, p. 111-128.

<sup>6</sup> Para la elaboración de este artículo se ha empleado la edición de la correspondencia de Germaine de Staël realizada por Béatrice Jasinski quien actualizó la puntuación y la ortografía del texto para adaptarlo al francés contemporáneo aunque respetando algunas de las características más particulares de la escritura de la baronesa así como los errores que Staël cometió en la transcripción de algunos nombres propios. Véase JASINSKI, Béatrice (1960, 1962, 1965, 1968, 1975, 1976, 1982, 1985, 1993, 2008), *Introduction*. In STAËL, Germaine de, *Correspondance Générale*, Paris: J.J. Pauvert/ Champion-Slatkine.

<sup>7</sup> GWYNNE, 1969: 61.

Pretendo mostrar cómo Germaine construirá a lo largo de estos años iniciales de la Revolución una red de corresponsales que le permitirá intervenir directamente en política y crear estados de opinión tanto dentro de Francia como en el resto de Europa que servirán en la década siguiente como plataforma tanto para su trayectoria profesional de escritora como para los intereses del modelo político que siempre había preconizado y su particular lucha contra Napoleón más adelante. A partir de un determinado momento su estrategia fundamental será minar la posición de éste con la publicación de artículos periodísticos, la realización de críticas directas en su salón, la defensa de un Tribunal independiente y la supuesta participación en la conspiración de Moreau y Bernadotte<sup>8</sup>. Sin embargo, Germaine de Staël llevará a cabo todas estas actividades a través de una vía que considera apta y propia para la mujer por su gran domesticidad: el mundo epistolar<sup>9</sup>.

La correspondencia de Germaine de Staël es de grandes dimensiones; aproximadamente 3.000 cartas escritas durante cuarenta años en las que se recogen cuestiones culturales, como las reuniones con los más importantes literatos o las lecturas que está realizando, disertaciones sobre distintas obras y cuestiones artísticas; cuestiones personales, vinculadas con sus turbulentos asuntos amorosos de un lado, relacionadas con el entorno familiar de otro y, por último, las cartas de contenido político que ocupan un lugar preeminente<sup>10</sup>.

Una característica muy especial de esta correspondencia es la diferenciación que hace entre los destinatarios. Por un lado tiene aquellos corresponsales de carácter político con quienes trata únicamente cuestiones de estado, mientras que hay otros interlocutores más íntimos y cercanos con los que expresa sus temores y anhelos a nivel personal y también sus más sinceras opiniones sobre la actualidad política. A pesar de que sentimentalmente estuvo vinculada a relevantes políticos del momento, los contenidos de las cartas son claros y diferencia muy bien aquellas con objeto político de otro tipo de misivas de corte más íntimo y sentimental. De este modo, encontramos cartas de carácter privado a políticos relevantes y en muchas ocasiones misivas de contenido político a un mismo destinatario.

Una de las principales características de la correspondencia de Germaine de Staël, y que la diferencia profundamente del resto de autoras es el objetivo de sus cartas. Germaine no pretende buscar la literariedad en las palabras que remite a sus corresponsales; pretende transmitir la realidad de una forma viva, rápida y sin releerse. Es un lenguaje basado en la pasión que, sin embargo, a decir de Béatrice Jasinski, carece de simplicidad<sup>11</sup>. Las cuestiones políticas, las constantes críticas, los acontecimientos presenciados y sus quiebras sentimentales en este periodo conceden a estas cartas una importancia histórica de primer orden puesto que están escritas con una absoluta transparencia que en ningún momento pretenden traspasar los límites del ámbito privado a pesar de que el contenido de muchas de ellas sea de trascendencia pública.

<sup>8</sup> ANDRADE BOUÉ, 2002: 16.

<sup>9</sup> GOODDEN, 2008: 104.

<sup>10</sup> Las correspondencias de las autoras del siglo XVIII como fuente histórica y forma de transmisión de ideología política han sido estudiadas de manera pormenorizada en ROBLES BALLESTEROS (2017) – *Historiadoras negadas: escritura femenina de historia en el largo siglo XVIII*. Madrid: Universidad Complutense de Madrid. PhD Dissertation.

<sup>11</sup> STAËL, 1960: XIII, XIV.

En esta correspondencia podemos encontrar dos etapas bien diferenciadas; por un lado aquellas cartas escritas entre 1788 y el 9 thermidor, fecha en que se produjo la caída de Robespierre (609 cartas en total)<sup>12</sup>, por otro, las fechadas entre el verano de 1795 y el fin de sus días. En la primera parte de esta correspondencia Germaine se muestra como una firme defensora de la monarquía constitucional y trata de transmitir sus ideas sobre la Revolución y los principales actores políticos al tiempo que, gracias a su posición como esposa de un diplomático, consigue importantes ventajas para sus allegados y amigos.

Entre los corresponsales de esta primera etapa se encontraron los reyes Gustavo III y Gustavo IV de Suecia y algunos diplomáticos como Nils von Rossenstein. Posteriormente se convertirán en habituales interlocutores el embajador portugués Pedro de Souza, los cónsules Lebrun y Napoleón Bonaparte, José I, hermano de Napoleón, intelectuales y escritores como Wieland, Goethe, Schiller, Benjamin Constant, Edward Gibbon, Robert Robertson, Fanny Burney, Madame de Condorcet, Madame Krüdener, etc.

## LAS ACTUACIONES POLÍTICAS DE GERMAINE DE STAËL A TRAVÉS DE SU CORRESPONDENCIA

Tal como puede apreciarse en sus escritos y en los textos elaborados por algunos de sus coetáneos, el motor de la vida de Germaine de Staël fue la política. Sirvan de ejemplo las palabras de Laura Junot, duquesa de Abrantes, y concedora de los más prestigiosos salones del París del momento:

*No bien se halló en estado de pensar, ya se ocupó de política. Su discurso fue tan precoz, que sorprendía a los célebres literatos que frecuentaban los salones de su padre M Necker, y le ocasionó una enfermedad muy grave.*

*La fama que tenía de mujer política y entendida llamó la atención burlona de una corte superficial que hacía alarde de ligereza. Ninguna consideración pudo granjearle su mérito, produciendo más bien, cada vez que ella trataba de mostrarlo, una risa cortesana en todos los semblantes<sup>13</sup>.*

Al igual que otras mujeres del periodo, como Marie-Jeanne Roland, Germaine de Staël emplea su red de corresponsales con una serie de objetivos políticos: mover a la acción, transmitir información y tratar de conseguir mejoras tanto para ella como para sus allegados, mezclando en este punto las cuestiones del espacio público y el privado. Además, gracias a su red internacional de corresponsales y a las reuniones de su salón pretende crear una red de opinión en el extranjero que sirva también para difundir sus posicionamientos ideológicos. Esta tarea la logra con la solicitud de publicaciones periódicas a sus interlocutores, la transcripción de pasajes de determinados diarios así como

<sup>12</sup> La fecha del 9 thermidor se corresponde con el 26 de julio de 1794, momento en el que se produce la caída de Robespierre. Sobre la caída de Robespierre son especialmente clarificadoras las aportaciones de MCPHEE, Peter (2012) – *Robespierre: vida de un revolucionario*, Barcelona: Península y BRUNEL, Françoise (1989) – Thermidor. *La chute de Robespierre*, Bruselas: éditions Complexe.

<sup>13</sup> ABRANTES, 1837: 469, 470.

los resúmenes de los distintos periódicos<sup>14</sup>. La prensa se convierte en un elemento esencial en el proceso revolucionario y marcará el inicio de una nueva etapa en la que, parafraseando a nuestra autora, la opinión pública puede ensalzar o hacer caer gobiernos.

Lo que diferencia los epistolarios de Germaine de los compilados por otras muchas mujeres del periodo es, precisamente, la consciente voluntad de creación de un estado de opinión. Sus cartas a los más importantes actores políticos tienen como objeto mover a la acción y crear un estado de opinión favorable a sus intereses en este ámbito a través de la utilización de la prensa. Para ello se sirvió tanto de su posición preponderante como esposa de un diplomático como del dominio de lo aparecido en las publicaciones periódicas y los certeros comentarios que al respecto realizaban sus corresponsales.

Su frenética actividad epistolar estuvo marcada en estos momentos, además, por acciones directas de otro tipo; por ejemplo, empleó su dinero y todas las influencias diplomáticas de su marido, que le permitían emitir pasaportes suecos, para organizar la salida de París de algunos amigos y evitar así su condena en la guillotina<sup>15</sup>. De este modo, la inocua actividad epistolar se ponía, en su caso, al servicio de sus ideales y sus concepciones políticas.

Béatrice Jasinski dice que Madame de Staël se convirtió en el año 1790 en una institución política y no abandonaría este estatus en lo que le quedara de vida<sup>16</sup>. Todo ello queda manifiesto en la correspondencia que mantiene en los años iniciales del proceso revolucionario. En el caso de otras muchas mujeres del periodo, el advenimiento de la Revolución fue el momento en el que sus escritos se politizan y emplean las cartas como una forma de contribuir al proceso revolucionario<sup>17</sup>, sin embargo, en el caso de Germaine, esta politización es apreciable bastantes meses antes de la caída de la Bastilla. Algo muy destacable a este respecto es su posición como agente político. En los primeros tiempos ha de servirse de la posición de su marido como embajador para poder intervenir en política<sup>18</sup>. Más adelante, a partir de 1790, gracias a las reuniones de su salón y al crecimiento de su reputación como escritora, lo hará por sí misma, a veces con los escritos que ella firma, otras, contribuyendo a la creación de discursos de importantes personajes como Talleyrand o Narbonne<sup>19</sup>. Esta politización y la importancia que adquirirá se verá en las órdenes de exilio que le son remitidas desde el año 1795<sup>20</sup>, y también en las campañas de desprestigio llevadas a cabo contra ella.

El punto álgido en el que se produce la politización absoluta de la correspondencia de Germaine es aquel en el que encuentra un enemigo interlocutor, tal como le sucediera a Marie-Jeanne Roland. Si para Madame Roland el momento culminante de este proceso es su antagonismo con Robespierre, para Germaine de Staël se producirá con la entrada en escena y la llegada al poder de Napoleón.

<sup>14</sup> BEAUSOLEIL, 2011: 27.

<sup>15</sup> KELLY, 1989: 146.

<sup>16</sup> STAËL, 1968: XXXVII.

<sup>17</sup> ROBLES BALLESTEROS, 2017a: 116.

<sup>18</sup> GUTWIRTH, 2006: 33.

<sup>19</sup> FAIRWEATHER, 2005: 19.

<sup>20</sup> BALAYÉ, 1994: 175, 176.

## LA ORALIDAD Y LA ACCIÓN POLÍTICA: LOS SALONES DE GERMAINE DE STAËL

Anne-Louise Germaine Necker, convertida en baronesa de Staël y embajadora de Suecia en la corte francesa tras su matrimonio, era la hija del banquero Jacques Necker, ministro de Finanzas de Luis XVI y de una de las más relevantes *salonières* de París: Suzanne Necker. En el salón de su madre conoció desde la infancia a los más relevantes escritores, filósofos y políticos procedentes de todos los puntos de Europa. La posición que ostentaba su padre le permitió introducirse en los asuntos de estado y estar en contacto directo con los más relevantes políticos<sup>21</sup>. Una vez casada, Germaine intentó cumplir con sus deberes de esposa ayudando a hacer despegar la carrera política de su marido. Para ello estableció un salón en el que políticos, diplomáticos y escritores compartían con ella las últimas noticias y las más recientes publicaciones los jueves por la noche en la parisina Rue du Bac, sede de la embajada de Suecia<sup>22</sup>. Desafortunadamente, Eric Staël no supo comprender el alcance y la importancia que la complementaria actividad de su mujer podría tener en su promoción como diplomático y, desde el primer momento, se opuso a cualquier intromisión de ella en la esfera pública de la misma forma que censuró sus deseos de convertirse en escritora y publicar sus textos.

La concepción que el embajador tenía del sexo femenino junto con el libre y explosivo carácter de la hija del ministro hicieron que el matrimonio tuviera grandes diferencias desde el principio, por lo que pronto se separaron. La especial coyuntura política que se vivió con el advenimiento de la Revolución ayudó tanto a los intereses personales (obtener el divorcio o, cuanto menos, separarse) como políticos de Germaine, pues continuó con sus actividades sociales con el fin de ayudar a su exiliado padre, a sus amigos; obteniendo pasaportes para los proscritos<sup>23</sup>, e incluso, logrando obtener la libertad para destacados políticos como, por ejemplo, La Fayette<sup>24</sup>. Para lograr la liberación del héroe de la Revolución Americana, Germaine de Staël movilizó durante cinco años una red de corresponsales paneuropea que incluía a autoridades de Prusia, Inglaterra, Suecia, Austria y Francia<sup>25</sup>.

Años más tarde, establecería otro salón en su castillo en Coppet, Suiza. Este salón de Germaine de Staël ha sido comúnmente contemplado como un cenáculo literario sin prestar demasiada atención a la trascendencia política del mismo, quizá por el carácter informal que le imprimió y las dificultades para seguir sus actuaciones<sup>26</sup>. Entre los principales participantes estaban Talleyrand, Narbonne, Mathieu de Montmorency, Frédéric Schlegel y Benjamin Constant, quienes no sólo eran sus amigos íntimos y relevantes políticos, sino que además pertenecían a las más antiguas familias francesas. Otro nex

<sup>21</sup> ANDRADE BOUÉ, 2002: 14

<sup>22</sup> KELLY, 1989: 43.

<sup>23</sup> KELLY, 1989: 146.

<sup>24</sup> Un estudio pormenorizado sobre el papel de Germaine de Staël en este proceso es el capítulo de SPALDING, Paul S. (2011) – *Germaine de Staël's role in rescuing Lafayette, 1792-1797* In SZMURLO, Karyna (ed.) *Germaine de Staël: forging a politics of mediation*, Oxford: Voltaire Foundation, p. 35-46.

<sup>25</sup> SZMURLO, 2011: 7.

<sup>26</sup> HOFMANN & ROSSET, 2005: 10.



entre ellos eran sus ideas políticas: reclamaban una serie de reformas frente a los abusos del Antiguo Régimen y patrocinaron de forma especial la Constitución de 1791<sup>27</sup>.

## LA PALABRA ESCRITA Y LA ACCIÓN POLÍTICA

En lo que respecta a la transmisión de información de forma escrita el más importante de sus corresponsales es Gustavo III de Suecia. Por los boletines que le envía, la autora emplea esta denominación para referirse a las largas cartas que remite al soberano sueco periódicamente, podríamos deducir que la baronesa se convirtió en una agente de la monarquía sueca en territorio francés. Los textos de este periodo muestran un gran conocimiento de los asuntos políticos que intercala con cuestiones relacionadas con la corte de gran hondura para comprender el devenir de algunos acontecimientos.

Incitar a la acción a políticos dentro de su mismo espectro ideológico, informando sobre los acontecimientos que ocurrían a su alrededor, dando su punto de vista sobre los mismos fue otra de sus principales actividades. Encontramos cartas en un tono muy amistoso u otras mucho más formales dependiendo de su corresponsal. Entre sus actividades, transfería información a otros exiliados e informaba a su padre de todo lo que ocurría en Francia. En una etapa posterior en la que su posición social e intelectual estará más asentada, Germaine incitará a la acción a los políticos, particularmente a Narbonne, al cónsul Lebrun y, más tarde, a José Bonaparte. Esta tarea se vio complementada por la difusión del pensamiento político en su salón. La importancia tanto de sus actuaciones políticas como de su actividad propagandística queda patente en el miedo que Napoleón experimentó hacia ella. Conocedora de la desazón que sus escritos causaban en el futuro emperador, la autora llegaría a prometer no volver a escribir una línea con tal de conseguir el favor político del cónsul<sup>28</sup>.

Entre las cartas de contenido político de esta primera época destacan especialmente las enviadas a dos corresponsales; en primer lugar al rey Gustavo III de Suecia, a quien hace una narración pormenorizada de los acontecimientos y se atreve a apuntar su propia visión personal sobre el posible devenir de los mismos. Junto a éstas, las enviadas a su marido en las que trata con una mayor libertad los asuntos políticos.

La frecuencia y la extensión de las cartas enviadas al soberano sueco nos llevan a plantearnos los motivos por los cuales fueron elaboradas por Germaine de Staël y no por el marido de ésta; el embajador, quien por su cargo estaba obligado a hacer una transferencia de informaciones lo más fidedigna posible. Esta transmisión de noticias quizá fuera empleada por Germaine como una forma de conseguir poder en un ámbito que le estaba vedado a las mujeres como era el campo diplomático. Quizá pudiera tratarse también de una estrategia empleada por el matrimonio para que sus informaciones pasaran desapercibidas al provenir de la mano de la hija del ministro. Sea como fuere, es

<sup>27</sup> GWYNNE, 1969: 13.

<sup>28</sup> «Je demande sur cela une réponse détaillée. S j'écrivais au Consul une lettre où je lu donasse ma parole d'honneur de renoncer au talent que je puis avoir de parler et même d'écrire, et de me soumettre en entier à la vie obscure, quel éffet croyez vous que cela produirait sur lui?» A Claude Hochet, 3 mars, [1803]. STAËL, 1976: 594.

bastante probable que su participación en la correspondencia oficial cesara completamente en 1791<sup>29</sup>.

Las primeras informaciones que transmite al soberano sueco están relacionadas con los cambios ministeriales previos al estallido del 14 de julio como la sucesión de Calonne en el cargo de ministro de Finanzas<sup>30</sup> o el reflejo de su opinión sobre Mirabeau, quien es a sus ojos despreciable por los enfrentamientos que ha mantenido con Necker<sup>31</sup>. De este modo plantea a la monarquía sueca los principales acontecimientos políticos en un momento clave y facilita una serie de pautas de gran importancia para comprender los posicionamientos políticos de los diferentes grupos y el devenir de los acontecimientos.

A pesar de esa prolija información enviada no podemos apreciar ningún elemento de deslealtad para con Francia por parte de la mujer del embajador. Sin embargo, en algunas ocasiones se muestra preocupada por los datos que ofrece y es por ello que solicita a su corresponsal se deshaga de sus misivas<sup>32</sup>.

La embajadora transmite al soberano sueco la importancia que están cobrando los asuntos políticos entre la población francesa lo que muestra la clara politización de una parte de la sociedad previamente al estallido del conflicto y cómo éste se va gestando. En este punto, además, se muestra descontenta con la calidad de su trabajo como informadora, pues sus amistades no le están proporcionando datos especialmente relevantes para transmitir al soberano sueco. Frases como esta nos muestran el establecimiento de una red de informadores en el mundo político y cortesano desde los momentos previos al estallido del conflicto. A pesar de que no proporciona nombres concretos, estas frases de Germaine y los destinatarios de sus cartas nos muestran los distintos nexos y mecanismos que ha establecido en los círculos de poder para obtener información de muy diversa índole tanto dentro como fuera de Francia, creando así un triángulo de información cuyo epicentro será París y que tendrá como vértices Londres, Estocolmo y la región de Vaud, creando de este modo un mecanismo eficaz para la transmisión de la información y la difusión de las ideas revolucionarias preconizadas por su grupo consiguiendo la creación de un estado de opinión en el resto del continente europeo.

Entre los principales corresponsales foráneos destacan los suizos, por sus vinculaciones familiares, los nórdicos por las conexiones establecidas a través de su marido y los ingleses a través de sus relaciones familiares y sus contactos en Londres como consecuencia de su estancia a principios de la década de los 90. Entre los suizos se encuentran su padre, Jacques Necker y Wilhelm de Sévery, miembro de la Asamblea del Pays du Vaud en Suiza. Entre los nórdicos destacan Henri Meister, secretario de Grimm, Salomon Reverdil, teólogo ginebrino y preceptor del futuro Cristian VII de Dinamarca. Entre los ingleses sobresalen por su posición política Lord Grenville; miembro del partido whig

<sup>29</sup> GWYNNE, 1969: 15.

<sup>30</sup> A Gustave III, 15 mars 1786. STAËL, 1962: 67, 68.

<sup>31</sup> Au même, 27 mai 1787. STAËL, 1962: 180. «Je suis indignée contre ce vil Mirabeau. Apporte-moi cet abominable ouvrage [Seconde lettre sur l'administration de M Necker] as que mon père n'en shace rien absolument: il ne faut [pas] troubler ce calme étonnant que si peu d'hommes dont le génie même égalerait le sien seraient capables». STAËL, 1962: 180.

<sup>32</sup> «Le bulletin que j'envoie à Votre Majesté étant écrit comme on parlerait, j'ose le supplier de le jetera au feu après l'avoir lu». A Gustave III, 9 Aout 1786. STAËL, 1962.

que acabaría por ser Primer Ministro, William Beckford, escritor y parlamentario británico, el historiador Edward Gibbon y la escritora Fanny Burney.

Mucho más importantes a este respecto son las informaciones que le facilitan sus corresponsales franceses como Stanislas de Clermont Tonnerre, político defensor de una monarquía constitucional y primer diputado por la nobleza en los Estados Generales, Barnave, quien fuera diputado del Tercer Estado en la Asamblea Constituyente y posteriormente Presidente de la misma, El barón de Jessé, presidente de esta Asamblea entre agosto y septiembre de 1790, el conde de Gouvernet; representante de la nobleza en los Estados Generales y Ministro de Guerra entre 1789 y 1790. Junto con estas informaciones recibidas de gran importancia serán sus propias impresiones fruto de su asistencia a las sesiones de los Estados Generales. Su participación como oyente en este ámbito no es novedosa, pues muchas otras mujeres como Marie-Jeanne Roland solían acudir en calidad de espectadoras a los debates de la cámara. Sin embargo, en un determinado momento se lamenta por no ser una buena informadora a pesar de haber estado pendiente de los asuntos públicos:

*Les affaires publiques ont tellement occupé depuis six mois tout Paris, que non seulement elles ont été seules le sujet de l'intérêt général, mais que les événements si particuliers, je crois même, ont été plus rares, et que personne n'a voulu être extraordinaire dans un moment où l'on s'en serait si peu aperçu. Dans l'instant où j'ai su le départ du courrier de Votre Majesté j'ai comencé à m'affliger de ce que mes amis et mes connaissances avaient été si raisonnables et si insipides depuis six mois, qu'ils ne me fourniraient rien à mander a votre Majesté<sup>33</sup>.*

Independientemente de la importancia que concede a esta movilización social, Germaine no ve con buenos ojos la agitación de la mayor parte de la sociedad puesto que las opiniones de la masa, en la mayoría de los casos, no están bien documentadas. Si anteriormente la masa era movilizada por las supersticiones, ahora lo es gracias a las opiniones de unos pocos en absoluto fundamentadas. La autora muestra a este respecto una postura bastante conservadora, al igual que muchas escritoras del momento que contemplan la participación de la masa en política como algo nefasto para el orden

*On croit tout son siècle éclairé quand la société qui vous entoure n'a plus de préjugés, mais la moitié de la France peut-être est encore dans les ténèbres de la superstition. Les progrès de ceux qui ne lisent pas ne sont pas même l'ouvrage des siècles: le peuple change ses opinions, mais ne les modère jamais<sup>34</sup>.*

La desobediencia que se ha generado en estos momentos previos también le resulta reprochable y argumenta que es necesario mantener la obediencia al soberano<sup>35</sup>. Las cartas de este tiempo le sirven, además, para mostrar su posicionamiento con respecto a los más

<sup>33</sup> A Gustave III, peu avant le 28 decembre 1787. STAËL, 1962: 218.

<sup>34</sup> A Gustave III, peu avant le 28 decembre 1787. STAËL, 1962: 225.

<sup>35</sup> «Rien ne me paraît plus difficile à supporter que la désobéissance, et si j'étais roi, je voudrais conserver mon autorité telle que je l'aurais reçue de mes ancêtres». Au même, [9 novembre 1788]. STAËL, 1962: 258.

importantes sucesos políticos del momento como la convocatoria de los Estados Generales y la forma en la que éstos transcurrirán, alegando con un gran acierto que nada tendrá en común esta convocatoria con aquella realizada en 1614.

*Les notables ont adopté l'ordre des questions que mon père leur a présenté, mais je résiste toujours à croire qu'ils prendront 1614, avec quelques changements. L'opinion publique les a excités, mais je crois qu'elle les abandonnera à moitié chemin<sup>36</sup>.*

En una carta a Nils von Rosenstein la autora ya prefigura la división que vivirá la sociedad francesa con respecto a la organización de los Estados Generales. Indica la importancia que tendrá el espíritu público y el proyecto de constitución al tiempo que sufre por las vicisitudes que se sucederán para llegar a la concreción del texto legal. A pesar de ello, Francia se encuentra en una encrucijada en la que ha de ofrecer un ejemplo y espectáculo al mundo:

*Pour les Français ils sont dans une grande agitation. Ils veulent se former un esprit public au milieu de mille intérêts particuliers. Ils croient qu'une constitution naîtra du choc des partis opposés. Je le souhaite, mais je tremble pour le pilote qui les guide au milieu de tant d'écueils. La France est au moment de donner un grand spectacle à L'Europe. Il me semble que de tels spectateurs devraient donner de l'émulation mais ce qui est à craindre c'est l'esprit de corps, l'esprit de telle ou telle province, enfin toutes les subdivisions qui donnent un autre centre que le centre commune et diminuent la force de l'ensemble<sup>37</sup>.*

Una vez que se ha efectuado la convocatoria de los Estados Generales Germaine nos plantea sus convicciones sobre los posicionamientos del estamento eclesiástico, ideas en las que sin duda influyeron sus corresponsales dentro de este orden y entre los que destacan los abades Grandcour y Sabatier de Cabre. Con una gran previsión política indica que el bajo clero se pondrá de parte del Tercer Estado mientras que la jerarquía eclesiástica se posicionará del lado de la aristocracia

*Il y aura des dénats dans le clergé, mais on croit cependant que la majorité sera pour refuser et c'est même à désirer, car quand le bas clergé passerait dans le Tiers, le haut y protesterait et se retirerait ou se constituerait chambre du clergé dont l'esprit deviendrait bien plus aristocrate, et la difficulté des affaires serait encore augmentée.*

*Ce refus une fois fait, il reste à savoir si le Tiers se constituera chambre nationale par l'absence de la noblesse et du clergé complement représentants du peuple de France. C'est à ce dernier parti plus agé qu'on s'efforce pour les porter<sup>38</sup>.*

También transmite sus opiniones sobre cómo cree que debe ser la organización de la Cámara. Sin duda alguna, tal como manifestará en el resto de sus escritos políticos, la forma óptima de organización es un sistema bicameral inspirado en Inglaterra

---

<sup>36</sup> STAËL, 1962: 259, 260.

<sup>37</sup> A Nils von Rosenstein, 21 enero 1789. STAËL, 1962: 274.

<sup>38</sup> A M de Staël [11 juin 1789]. STAËL, 1962: 307, 308.

*Cette semaine le Tiers Etat a invité la noblesse et le clergé a venir verifier leurs pouvoirs en commun. La noblesse s'y est refusée ainsi que le clergé, à quelques cures près, jusqu'à présent.*

*Le seul espoir qu'il reste c'est qu'il y aura beaucoup de ressemblance entre les ordres ton les mêmes; ils ne diffèrent que sur l'organisation future des États Généraux, et deux chambres comme en Angleterre est l'avis qui réunir a peut être le plus de suffrages dans les trois ordres<sup>39</sup>.*

A pesar de sus creencias en la perfectibilidad y el progreso del ser humano y de la oportunidad inigualable que ofrecen los prolegómenos del proceso revolucionario, Germaine se muestra muy crítica con la situación general como consecuencia de las actuaciones hipócritas del clero, la ignorancia opinionada de la nobleza y la cólera ciega del Tercer Estado que tendrán unas nefastas consecuencias para el verdadero legado de la Revolución:

*La douceur hypocrite du clergé, l'ignorance opinionâtre de la noblesse, la colère aveugle du Tiers État donnent un triste spectacle. Jamais nation n'a été placée entre tant de maux et tant de biens: d'un côté la famine, la banquerote et la guerre civile; de l'autre la paix, la liberté et la puissance<sup>40</sup>.*

Germaine hace profundas críticas al estamento nobiliario quien no le merece ni respeto ni confianza por cómo se han ido conduciendo en los últimos tiempos-

*Ces infâmes aristocrates, conduits par M le Mounier, n'ont pas voulu entendre la lecture du rapport de mon père, parce qu'on leur a dit qu'il était contre le veto absolu. Je sors de l'Assemblée plus indignée, plus triste que je ne puis te l'exprimer<sup>41</sup>.*

Dentro de sus informaciones al soberano sueco un momento muy significativo fue la conspiración conde de Artois.

*Une intrigue, dis-je, menée par M le comte d'Artois a tout fait. On a lié dans l'esprit du ris à cause avec celle de la noblesse.*

*Je ne crois pas à cette conjuration dont on nous entretient sans cesse, à ces bombardement de Paris, à cet emprisonnement de tous les députés, à ces desseins aussi absurdes qu'atroces, mais je crois bien qu'on s'est flatté de disperser les états généraux, de rendre au roi toute son autorité, et qu'on a cru que mon père, en répétant sans cesse que le roi n'en avait pas la puissance dans ce moment, le trompait sur sa véritable forcé<sup>42</sup>.*

Desde los últimos días de agosto de 1788 hasta finales del año 1791 se produce el máximo apogeo de poder de Germaine. Con la salida de Necker del gobierno, poco antes del estallido revolucionario, Germaine abandona voluntariamente París junto a su progenitor. En el otoño de 1788 inicia su relación con Narbonne, hijo ilegítimo de Luis XV

<sup>39</sup> Au même, [18 juin 1789]. STAËL, 1962: 308, 309.

<sup>40</sup> Au même, [18 juin 1789]. STAËL, 1962: 310.

<sup>41</sup> Au même, [11 septembre 1789]. STAËL, 1962: 335.

<sup>42</sup> A Gustave III, 16 août 1789. STAËL, 1962: 326.

casado con una rica hacendada caribeña<sup>43</sup>, que llegará a convertirse en Ministro. En este tiempo la tragedia continúa en la vida de la embajadora; su primera hija, Gustavine, ha muerto en el mes de abril. Apenas un año después, 1790, su amante sería nombrado ministro de Guerra. Comúnmente se ha establecido que fue gracias a la intercesión de Germaine, pero no hay documentación al respecto y tampoco ninguna referencia en sus cartas que nos lleve a dar por cierta tal cosa, aunque sí es verdad que la importancia política de Germaine de Staël se acrecienta, tal como muestran los contenidos de su correspondencia y el eco que producen sus actuaciones en la sociedad. La prensa monárquica carga las tintas contra ella. A lo largo de 1791 apareció una comedia en la que es representada como una ninfómana creadora de tumultos para beneficiar a sus amantes<sup>44</sup>.

En este periodo ya ha dejado de transmitir noticias al soberano sueco para pasar a comentar la actualidad política con sus personajes más cercanos; por un lado su marido, quien se hallaba fuera de París por cuestiones profesionales, por otro, con uno de sus grandes confidentes, el conde de Gouvernet. El año 1791 lo consagra a patrocinar la flamante constitución en su salón, tarea que combina con la diseminación de información al respecto dentro de su red epistolar. A pesar de que Narbonne ha marchado a Roma junto con sus tías, la prensa sigue cargando contra ella y su amante. La carrera política de Narbonne terminaría poco después; el 9 de marzo de 1792 es cesado, casi al mismo tiempo que Germaine descubre estar esperando su tercer hijo (el segundo de Narbonne). Es precisamente el conde Narbonne uno de sus principales correspondientes en estos momentos. Le dirige numerosas cartas en las que entrelaza las cuestiones sentimentales y políticas. Entre los principales asuntos públicos que reseña, un tema recurrente son las ejecuciones.

*Ce qui est atroce, ce sont les exécutions. Tous les jours cet affreux spectacle se donne sur le Carrousel et je ne sais pas quand il s'arrêtera*<sup>45</sup>.

La importancia de las cartas de Germaine es clave durante el Terror puesto que estableció una serie de estrategias de comunicación dentro de una red paneuropea y clandestina en las que fundamentalmente escribía, leía y redistribuía cartas de sus correspondientes. Esta especial coyuntura política propiciaba que las cartas tuvieran que atravesar Francia, Suiza, Alemania e Inglaterra y para ello era necesario contar, tal como ha apuntado Karyna Szmurlo, con una red de seguras rutas postales y direcciones fuera de sospecha a las que enviar y donde recibir las misivas<sup>46</sup>. Preocupada por la importancia y los contenidos de estas cartas, solía indicar a sus correspondientes instrucciones precisas sobre qué hacer con las correspondencias, cómo evitar rutas inseguras.

La última etapa de la correspondencia de este periodo está marcada por los sufrimientos personales y políticos. El 15 de mayo de 1794 fallecería, después de una larga

<sup>43</sup> GUTWIRTH, 2006: 40.

<sup>44</sup> YALOM, 1993: 148.

<sup>45</sup> A M de Narbonne, 25-26 aout 1792. STAEL, 1960: 4.

<sup>46</sup> BEAUSOLEIL, 2011: 26.

enfermadad, Suzanne Necker, su madre. Poco tiempo después, el conde de Ribbing que se había convertido en un gran aliado (y también en su amante) marcharía a Hamburgo y Copenhague. Al mismo tiempo llegan al poder los jacobinos, a quienes califica de asesinos en la correspondencia con su marido<sup>47</sup>, y sólo anhela la caída de su líder: Robespierre<sup>48</sup>.

*Je pense avec bonheur que dans ce moment vous êtes moins tourmentée, car il est impossible que vous ne sachiez pas que l'on peut se flatter d'un système moins cruel depuis la mort de ce Robespierre qui avait attenté à l'infini du crime. On dit qu'il y a plusieurs prenniers relâchés et j'attribue le retard du retour de mon voyage pour la jeune amie à l'ésasi des moyens naturels<sup>49</sup>.*

## CREACIÓN DE ESTADO DE OPINIÓN

La creación del estado de opinión es patente en todas y cada una de sus cartas y actuaciones políticas, pero cobra especial significación con respecto a la figura de su padre. Si la autora había dedicado prácticamente todos sus escritos a vindicar la actuación de su progenitor al frente del ministerio de Finanzas, con su correspondencia no desdeñará tampoco esta posibilidad. Desde los inicios del proceso revolucionario Germaine encuentra en Necker una víctima del sistema, de los celos de la aristocracia, de la desidia del soberano y de la poca amplitud de miras de los sucesivos ministros que rechazan la aplicación de cambios beneficiosos para el conjunto de la sociedad francesa. Si en casi todas sus obras Germaine reivindica la figura de su padre, llegando incluso a afirmar en las *Considérations sur les principaux événements de la Révolution Française* (1818) que el estallido revolucionario ha sido una consecuencia directa de la salida de su padre del gobierno, en sus cartas intenta siempre restaurar su figura y presentar al ministro ante las cortes extranjeras como un avanzado político que sólo desea el bien para la nación francesa:

*Mon père, qui s'était sauvé de France, qui avait fuit la gloire come l'on fuit la honte, mon père qui est revenu se devoir à la France en victime du bien public, non en ambitieux de la puissance a trouvé tous les jours anéantis ou confondus, le gouvernement de la force, l'origine des sociétés, une vieille nation retombée dans l'enfance plutôt que revenue à la jeunesse, un peuple corrompu qui veut adopter les institutions de l'Amérique, la liberté obtenue avant que l'esprit public ne soit formé, enfin une incohérence dans les idées, un contraste entre les caractères et les circonstances qui fait frémir.*

*Il faut attendre d'un long temps les rempedes au malheurs d'un seul jour. Il faut que tous les soins de mon père tendent à relever l'autorité du roi, si le pouvoir executif ne lui appartient pas en entier, si les troupes ne lui obéissent pas, ce pays-ci est perdu<sup>50</sup>.*

<sup>47</sup> «La nouvelle révolution qui vient d'arriver en France a mis des scélerats par leur intérêt à la place d'un scelerat pour amour du crime». A M de Staël. 3 aout [1794]. STAEL, 1968b: 77.

<sup>48</sup> A Ribbing, 4 aout [1794]. «J'espère du renversement de Robespierre: il me semble que les scélerats actuels ont moins de permanence». STAEL, 1968b: 82, 83.

<sup>49</sup> A la Princesse D'Hénin. STAEL, 1968b: 84.

<sup>50</sup> A Gustave III, 16 aout 1789. STAËL, 1962, p. 328.

En una carta anterior al embajador ella misma indica que ha sido la Asamblea la que está buscando la perdición de Francia al no querer aceptar las propuestas de su padre

*Ta charmante Assemblée a arrêté que l'on verrait le projet de decret pour sa rédaction au Comité des finances, qui se convertirait avec M Necker pour le rédiger de manière que la première partie, c'est-à-dire celle qui concerne les revenus et les défenses fixes, ne fût pas décrétée, mais servit de preambule aux deux autres – première bêtises, et que le président se retirerait par devers le roi, pour lui demander son acceptation aux articles de la Constitution et à la déclaration des droits. Cette motion du vicomte de Toulangeon est un reter et un embarras, car qu'est-ce que le roi peut dire à cette déclaration? Il n'y est pas fait comme moi<sup>51</sup>.*

## EL CULTIVO DE REDES CLIENTELARES EN LOS EPISTOLARIOS DE GERMAINE DE STAËL

Junto con la creación de un estado de opinión encontramos la necesidad de establecer redes clientelares que ayuden tanto a su causa política como a la personal. Si bien esta última faceta no es de gran relevancia en este periodo inicial de su correspondencia, la utilización de las redes clientelares será vital en el periodo posterior. En estos tiempos intenta establecer redes importantes a través de sus personajes conocidos. A través de una carta a su marido le pide su intercesión para entablar relaciones con la embajadora de Inglaterra, Lady Elizabeth Sutherland:

*Je voudrais que tu parlasses de moi à l'amb[asadrice] d'Angleterre au reste présent que la paix est faite. C'est une personne avec laquelle je voudrais me lier<sup>52</sup>.*

La importancia de Elizabeth Leveson-Gower es crucial para Germaine puesto que a lo largo de la década de 1790 fue una de las más relevantes *salonières* de Londres, en cuyo hogar se daban cita miembros de la realeza, la nobleza y la más alta política.

Germaine es perfectamente consciente de la importancia de estas relaciones para alcanzar sus objetivos políticos o, incluso, para lograr cualquiera de las mejoras que tiene en mente. A pesar de la decepción que le produce la actuación de algunos personajes a los que se encuentra vinculada, en una carta al conde de Gouvenet le indica que han de mantener esas relaciones sociales pues le serán útiles en el futuro

*Vous avez bien raison d'être indigné contre la faiblesse de tous nos amis. La faiblesse et l'honnêteté. La mechanceté et la force, voilà ce qui se place dans les deux côtés de la balance. Mais enfin il peut exister telle indignation, telle crainte, telle espérance qui mettent en le mouvement la vertu, et rien que l'impuissance ne peut arrêter le vice. Restons donc liés avec les gens que nous estimons, ranomons-les de toutes nos forces et quoi-qu'il puisse arriver, ne nous rapprochons jamais dans leur prospérité des hommes, dont nous nous sommes éloignés. Si la contre-révolution arrivait, s'ils étaient persécutés pour la cause publique, peut-être pourrions*

<sup>51</sup> Au même [1 octobre 1789] STAËL, 1962: 337.

<sup>52</sup> Au même 11 novembre [1790] STAËL, 1962: 390.



*nous les revoir; mais tant qu'ils sont couronnés pour le service qu'ils se sont rendus à eux-mêmes restons ennemis. Les chefs de 89, c'est-à-dire ce que nous appelions les chefs se sont très bien conduits pour vous parce qu'ils n'ont pas réussi, n'imaginez pas de les voir moins. La fidélité, la constance, l'acharnement de parti est une excellente qualité de nos adversaires*<sup>53</sup>.

Será, sin embargo, en la etapa posterior en la que haga un mayor uso de las conexiones personales para obtener mejoras. Ejemplo de ello son las cartas que escribe a Nils von Rosenstein para tratar de conseguir para su marido la distinción de la Orden de la Estrella, una condecoración militar que ofrecía el rey sueco. Años más tarde escribiría a Rosenstein de nuevo para tratar de obtener una pensión para sus hijos huérfanos. Aunque, sin duda, las cartas más importantes a este respecto son las que envía a José Bonaparte ya convertido en rey de España.

## CONCLUSIONES

Las cartas de Germaine de Staël hasta el año 1795 son un testimonio inigualable de los cambios y permanencias vividos en la Francia de los inicios de la Revolución. Por un lado se plantean las nuevas cuestiones políticas al tiempo que se ven claramente las reminiscencias de la importancia del mundo cortesano en la nueva política que habría de desarrollarse después del estallido revolucionario. A través de la palabra, tanto en su forma escrita como en su vertiente oral, Germaine de Staël trató de buscar un lugar relevante en la política de la primera mitad del periodo revolucionario. Situada en una posición privilegiada por pertenecer al ámbito cortesano, disfrutando de una posición acomodada y de relevancia política gracias a los desempeños profesionales de su padre y su esposo, Germaine combinó su pasión por la literatura junto con su participación en los asuntos públicos. Si para la primera optó directamente por la publicación, puesto que todo el mundo reconocía su valía intelectual, para la segunda se sirvió de medios y cauces más aceptados para las mujeres de su tiempo. Por ello utilizó las cartas; un conjunto de escritos de carácter privado en los que mezclaba las cuestiones personales con las estatales que le permitieron ganar capacidad de acción; *agency*, en muy diversas áreas y que posibilitaron la creación de una red de internacional de corresponsales que ostentaban importantes cargos políticos a través de los cuales pudo transmitir información y sus propias opiniones sobre los distintos procesos políticos, crear un estado de opinión para favorecer su causa, promocionar las cuestiones políticas que consideraba mejores a partir de las conversaciones en su salón y obtener beneficios personales como consecuencia de todo ello.

Las cartas de Germaine de Staël, en ocasiones menospreciadas por sus elevados contenidos íntimos, fueron la piedra angular de sus actuaciones políticas a lo largo de todo el periodo revolucionario. La reconsideración de las mismas supone, por tanto, mirar desde otra óptica la relevancia política de Germaine de Staël en todo este proceso, concediéndole nuevos campos de acción y nuevas estrategias de participación política.

---

<sup>53</sup> Au comte de Gouvernet, 21 novembre 1790 STAËL, 1962: 399.

## FUENTES Y BIBLIOGRAFÍA

- STAËL, Anne Germaine de (1960) – *Correspondance Générale II, Première Partie, Lettres inédites à Louis de Narbonne*. Paris: J. J. Pauvert,
- \_\_\_\_ (1962) – *Correspondance Générale I. Deuxième partie. Lettres de jeunesse, septembre 1788-décembre 1791*. Paris: J. J. Pauvert.
- \_\_\_\_ (1968a) – *Correspondance Générale I, Première partie, Lettres de jeunesse, 1777-août 1788*. Paris: J. J. Pauvert.
- \_\_\_\_ (1968b) – *Correspondance Générale III, Première Partie, Lettres de Mézery et de Coppet, 16 mai 1794 – 16 mai 1795*. Paris: J.J. Pauvert,
- \_\_\_\_ (1976) – *Correspondance Générale, Tome IV, Première Partie, Du Directoire au Consulat, 1er décembre 1796-15 décembre 1800*. Paris: J. J Pauvert.
- ABRANTES, Duchesse de (1837) – *Histoire des salons de Paris tableaux et portraits du grand monde, sous Louis XVI, le Directoire, le consulat et l'empire, la Restauration et le règne de Louis Philippe I*. Paris: Chez Ladvoat.
- ANDRADE BOUÉ, Pilar (2002) – *Madame de Staël (1766–1817)*. Madrid: Ediciones del Orto.
- BALAYÉ, Simone (1994) – *Madame de Staël. Écrire, lutter, vivre*. Genève: Librairie Droz
- BEAUSOLEIL, Marie-Ève (2011) – *Germaine de Staël as political activist: print, privacy and opinion in the French Revoltuion (1789-1799)*. In SZMURLO, Karyna ed. – *Germaine de Staël: forging a politics of mediation*. Oxford: Voltaire Foundation, p. 23-34.
- DALTON, Susan (2003) – *Engendering the republic of letters. Reconnecting public and private spheres in Eighteenth century Europe*. Montréal: McGill Queen's Press.
- FAIRWEATHER, MARIA (2005) – *Madame de Staël*. London: Constable and Robinson Ltd.
- GOODDEN, Angelica (2008) – *Madame de Staël. The dangerous exile*. Oxford: Oxford Unviersity Press.
- GWYNNE, G.E. (1969) – *Madame de Staël et la Révolution Française. Politique, philosophie, littérature*. Paris: Editions A.G. Nizet.
- HOFMANN, Etienne; ROSSET, François (2005) – *Le groupe de Coppet. Une constellation d'intellectuels européens*. Lausanne: Presses polytechniques et universitaires romandes.
- KELLY, Linda (1989) – *Las mujeres de la Revolución Francesa*. Buenos Aires: Javier Vergara Editor S.A.
- PELLEGRINI, Carlo (1974) – *Madame de Staël e il Gruppo di Coppet*. Bologna: Casa Editrice Pàtron.
- ROBLES BALLESTEROS, Tania (2017a) – *A woman in the eye of the storm: Madame Roland's letters on French Revolutionary Politics*. In CORFIELD, Penelope; HANAN, Leonie, eds. – *Hats Off, Gentlemen! Changing Arts of Communication in the Eighteenth Century*. Paris: Slatkine, p. 111-128.
- \_\_\_\_ (2017b) – *Historiadoras negadas: escritura femenina de historia en el largo siglo XVIII*. Madrid: Universidad Complutense de Madrid. PhD Thesis.
- SETH, Catriona; DELON, Michel; MÉLONIO, Françoise – *Madame de Staël. Actes di colloque de la Sorbonne du 20 novembre 1999*. Paris, Presses de l'Université de Paris-Sorbonne, 2000.
- SPONGBERG, Mary (2002) – *Writing women's history since Renaissance*. Hamspsire: Palgrave Macmillan.
- SZMURLO, Karyna (2011) – *Introduction*. In SZMURLO, Karyna ed. – *Germaine de Staël: forging a politics of mediation*. Oxford, Voltaire Foundation, p. 1-20.
- YALOM, Marilyn (1993) – *Blood sisters. The French Revolution in Women's Memory*. New York: Basic Books.

# CARTAS QUE ENCAUSAN, CARTAS QUE NARRAN. BIOGRAFÍA EPISTOLAR Y JUDICIAL DE DON PEDRO DE ESCOBEDO

ELISA GARCÍA PRIETO\*

**Resumo:** No projeto P.S. (Post Scriptum) desenvolve-se pesquisa sistemática, edição e estudo histórico-linguístico de cartas privadas escritas durante a Idade Moderna em Portugal e em Espanha. Estes documentos são escritos epistolares quase todos eles inéditos, feitos por autores de diferentes proveniências sociais. Em grande parte, a sua epistolografia sobreviveu por razões excecionais, quando os seus percursos se cruzaram com os meios de perseguição da Inquisição e dos tribunais civís, eclesiásticos e militares, instituições que costumavam fazer uso da correspondência privada como prova de delitos

Com este artigo pretendemos analisar um dos numerosos casos compilados pelo P. S. para compreender melhor como um membro da baixa nobreza enfrentava a sua vida romântica e suas consequências penais. Seu caso nos permite mergulhar no fundo mental e social deste hidalgo e como esses valores afetam o modo como viveu o amor, a vida profissional e a ação judicial.

**Palavras-chave:** Escritos epistolares; pequena nobreza; crimes sexuais; família.

**Abstract:** Within the P.S. (Post Scriptum) Project, systematic research has been developed, along with the publishing and historical-linguistic study of private letters written in Portugal and Spain along the Early Modern Ages. These documents are almost all unpublished epistolary writings made by authors from different social backgrounds. Their epistolarity survived by chance, in most cases, when their paths met the persecution means used by the Inquisition, the ecclesiastical, the military and the civil courts, those institutions that used private correspondence as criminal evidence. With this article we intend to analyze one of the numerous cases compiled by the P. S. project in order to understand better how a member of the low nobility faced his romantic life and its penal consequences. His case allows us to immerse ourselves in the mental and social background of this hidalgo and how these values affected the way he lived love, professional life and judicial prosecution.

**Keywords:** Epistolary correspondence; Low nobility; sexual offence; family.

## INTRODUCCIÓN

*Suplicamos a vuestra magestad que, atento a ser persona poderosa y tan bálida en esta República don Pedro de Escobedo, i ser tan grabe el negocio que para la aberiguazió de semejantes delitos se enbie ministro leal de buestro Real Serbiçio<sup>1</sup>.*

Con esta súplica al rey las monjas del convento de Santa Clara de Martos (Jaén), precipitaron los acontecimientos judiciales que llevaron a don Pedro de Escobedo a

\* Universidad de Lisboa. Esta investigación se inscribe dentro del proyecto «Post Scriptum. Archivo digital de escritura cotidiana en Portugal y España en la Edad Moderna» financiado por el European Research Council (7FP/ERC Advanced Grant – GA295562).

<sup>1</sup> Memorial de las religiosas de Santa Clara de Martos, AHN, Consejos, leg. 26226, s. f.

enfrentar los graves delitos que había cometido en los años previos. Las religiosas, que firmaron mancomunadamente el mencionado memorial, describieron los atropellos de don Pedro al convento mediante la seducción y el trato carnal con una de sus integrantes, doña Quiteria González y Mora, y que tuvo como consecuencia el embarazo y nacimiento de un niño dentro de los muros de la institución religiosa. Además, el caballero no actuó solo sino que contó con dos cómplices – don Juan Salcedo y don Miguel de Ortega –, que mantuvieron relaciones amorosas con otra de las monjas y una de las novicias del cenobio. Posiblemente el caso de este hidalgo andaluz no sea excesivamente original; al fin y al cabo, los delitos de naturaleza sensual y sexual constituyeron una de las tipologías más habituales que diligenciaron las diferentes administraciones judiciales de la España del Antiguo Régimen. Sin embargo, hallamos en este episodio ciertos aspectos que nos han llevado a fijarnos en él y a ahondar en su estudio y comprensión<sup>2</sup>.

Quizá, sea necesario poner en antecedentes al lector para que se entienda la idoneidad de la elección. Dentro del marco del proyecto multidisciplinar *Post Scriptum. Archivo digital de escritura cotidiana en Portugal y España en la Edad Moderna*, los diversos investigadores que hemos participado en el mismo hemos elaborado un completo corpus epistolar en lengua castellana y portuguesa procedente, en la mayoría de los casos, de los fondos judiciales que produjeron ambas monarquías entre los siglos XVI y XIX. El resultado ha sido la compilación de varios millares de cartas escritas por individuos de toda procedencia social y habilidades lingüísticas<sup>3</sup>. En total, más de 4000 autores y destinatarios que se valieron de la palabra escrita para poder comunicarse con sus semejantes en todo tipo de circunstancias. La inclusión de la carta como prueba judicial presentada, bien por el ministerio fiscal, bien por el reo o cualquier testigo con el fin de probar una determinada información, ha permitido la conservación de unos documentos que, en otras circunstancias, habrían sufrido la pérdida o la destrucción a la que eran susceptibles estas muestras escritas. Asimismo, también se encuentran en los legajos judiciales conjuntos misivos amplios que fueron objeto de incautación durante el proceso judicial<sup>4</sup>. Ambas circunstancias – la presentación de las misivas como prueba y la incautación – se produjeron en la causa judicial contra don Pedro de Escobedo lo que nos ha permitido acceder

<sup>2</sup> El delito de estupro ha concitado el interés de los historiadores que, para su estudio, se han basado en fuentes judiciales como las que estamos empleando. Así podemos mencionar trabajos como los de DE LA PASCUA SÁNCHEZ, 2012: 127-158, donde sintetiza y recopila trabajos relacionados con esta figura delictiva. El artículo de PÉREZ GARCÍA, 2002: 355-402 aborda el control de la sexualidad desde la criminalización de las «desviaciones» dentro de los comportamientos sexuales. Una visión desde la historia del derecho la hallamos en MADRID CRUZ, 2009: 121-159. Asimismo, se pueden citar los escritos de BAZÁN DÍAZ, 2003: 14-46. Sobre las denuncias femeninas a la violencia masculina – ejercida, en muchos casos, dentro de la propia estructura doméstica – véase ORTEGA LÓPEZ, 1997: 65-89.

<sup>3</sup> Los resultados del proyecto se han publicado vía web en <http://ps.clul.ul.pt/>. La importancia de la cultura epistolar en el periodo moderno es algo que ha sido puesto de manifiesto por diversos autores. Podemos mencionar los trabajos de BOUZA ÁLVAREZ, 2001 o CASTILLO GÓMEZ, 2006.

<sup>4</sup> La propia literatura jurídica del periodo reflexionó sobre la validez de esta clase de testimonios y su grado de veracidad frente a otras pruebas como la declaración jurada de testigos. Para comprender su importancia nos remitimos a los trabajos de Marta Madero quien ha profundizado sobre estos asuntos para el periodo medieval, cuando la jurisprudencia se constituye en auténtica materia recuperando el acervo del derecho romano MADERO, 2008. Asimismo, referenciar el trabajo de USUNÁRIZ 2015: 296-310, donde, desde la presentación de un estudio de caso (el vaciado de fondos judiciales eclesiásticos), se pondera la importancia de este tipo de pruebas. Asimismo, y centrado en el propio proyecto *Post Scriptum*, LEITAO, 2016: 251-268.

a un amplio conjunto documental que posibilita un análisis más exhaustivo del personaje. Ahora la pregunta que debemos plantear es si esa documentación es suficiente para conocer en profundidad al personaje. Puesto que en la mayoría de las misivas don Pedro aparece como destinatario, no nos encontramos ante ego – documentos que reflejen el propio pensamiento de nuestro «biografiado». Sin embargo, y tal y como han reflexionado numerosos autores, el individuo moderno se construye en las distintas colectividades en que vivía inmerso: la comunidad, la familia, etc<sup>5</sup>. Y así, aunque no contamos con la voz de don Pedro para entender por qué actuó como lo hizo, lo que otros deslizan en su correspondencia compartida también nos sirve para construir su perfil biográfico y apuntar algunas hipótesis sobre los motivos que marcaron sus decisiones vitales.

## DON PEDRO DE ESCOBEDO ANTE LA JUSTICIA

Las palabras que hemos recogido en el inicio de este texto fueron el detonante de una de las causas que se le incoaron a nuestro particular reo, pero para su desgracia, no fue la única que tuvo que afrontar en esos momentos. En efecto, los excesos cometidos contra la honestidad de una de las religiosas del convento de Santa Clara, llevó a los jueces de la Real Chancillería de Granada a proceder y apresar al joven caballero. Sin embargo, la reacción violenta de don Pedro que huyó y hubo de ser juzgado y condenado en rebeldía, precipitó la llegada del expediente al Consejo de Castilla. Es precisamente a través de esta institución como entramos en contacto con la vivencia judicial de don Pedro<sup>6</sup>. A pesar de los daños que ha sufrido el expediente, son muchos los datos que se desprenden del mismo. Por un lado, contamos con ciertas informaciones vitales para conocer el entorno familiar y social de don Pedro, y por otro, las diligencias hechas para lograr esclarecer los hechos truculentos que presidieron su relación amorosa con doña Quiteria, así como los intentos vanos por prenderle y hacerle comparecer ante la justicia. Como resultado de todo ello, los jueces instructores recopilaron un gran número de misivas que tenían como destinatario a don Pedro. Un primer bloque estaría conformado por las cartas escritas por la religiosa; las mismas, venían a confirmar el estrecho y dilatado vínculo entre los amantes. Estas misivas, que contenían elementos que podían usarse en la instrucción judicial, son sólo una pequeña parte de este particular epistolario. Y es que, tras la huida precipitada del reo, los pesquisadores llevaron a cabo la inspección de la vivienda de don Pedro y se incautaron de la voluminosa correspondencia que guardaba en su escritorio y cuyo número asciende al centenar de misivas.

Sin embargo, la prodigalidad epistolar no se detiene en este expediente concreto. Como miembro de la orden de Calatrava tuvo, entre sus muchos privilegios, el que le permitía recurrir a las instancias jurisdiccionales del Consejo de Órdenes Militares para poder solventar sus faltas. Y en este sentido, el voluminoso archivo que custodia los expe-

<sup>5</sup> Por ejemplo BOLUFER PERUGA, 2005: 131-140. Sobre las distintas tipologías de escritos auto-biográficos y la pertinencia de ampliar los límites AMELANG, 2005: 63-72.

<sup>6</sup> La documentación generada por el Consejo de Castilla se halla depositada, a día de hoy, en el Archivo Histórico Nacional (AHN) y en el Archivo General de Simancas. El expediente de don Pedro de Escobedo se conserva en la primera institución.

dientes de los caballeros nos ha proporcionado información adicional sobre él. Hay que señalar que los asuntos que relacionaron a don Pedro con el convento de Santa Clara no fueron desconocidos a esta instancia jurisdiccional, aunque la información que hallamos en él no es todo lo jugosa que quisiéramos. En efecto, el expediente se detiene sobre los motivos por los cuáles el delito de don Pedro no había llegado a su conocimiento, así como en su derivación hacia el Consejo de Castilla. En este sentido, más que indagar sobre las faltas cometidas por el caballero, el Consejo se quejaba por el «ataque» a su privilegio jurisdiccional<sup>7</sup>. Sí que tuvo conocimiento de otra causa judicial del caballero y que le relacionaba con una mujer doncella, doña Isabel María de Ortega, a quien sedujo y convenció para casarse sin permiso paterno<sup>8</sup>. En ese expediente encontramos, nuevamente, ciertas misivas que venían a confirmar los cargos contra don Pedro de Escobedo. Así, las diferentes cartas de amor que el caballero escribió a la que se convertiría en su mujer, se anejaron al proceso permitiéndonos conocer los modos de escritura amorosa de un hombre que se vio inmerso en todas estas causas judiciales a raíz de sus relaciones conflictivas con las mujeres<sup>9</sup>.

Este gran volumen epistolar nos proporciona un material interesante para la reflexión. Don Pedro de Escobedo, como destinatario y autor de esas misivas, se revela ante el lector como un personaje peculiar y, a la vez, prototípico de la España Barroca. La información que se desliza en esos textos nos permite hacer una reflexión profunda sobre el personaje, toda vez que nos proporciona datos que nos permiten entender un poco mejor las motivaciones de un hombre que hubo de rendir cuentas ante la justicia por ciertas acciones vitales. Es cierto que partimos de unos textos subjetivos y parciales para «reconstruir» al personaje. Sin embargo, son un punto de partida para poder escribir un perfil biográfico que incida, no sólo en los hechos, sino también en las motivaciones. Aunque hemos tratado de rastrear informaciones adicionales en otros repositorios documentales, sólo hemos logrado algunos resultados parciales que, sin embargo, sí nos han permitido contextualizar algunos hechos. Una de las ausencias más notables es la falta de crónicas locales que pudieran haber reflejado los conflictivos acontecimientos que hemos reseñado y que, sin duda, debieron de conmocionar a los coetáneos de don Pedro. El resultado es una biografía parcial que, sin embargo, nos da pie para reflexionar sobre la importancia de los vínculos familiares en la construcción del individuo moderno o sobre los horizontes mentales que influían en la vivencia profesional o amorosa.

## PERFIL BIOGRÁFICO DE UN HIDALGO MARTEÑO

No fallamos si encuadramos a don Pedro dentro del numeroso y heterogéneo mundo de la hidalguía española. Este grupo, que ha estado muy mediatizado por los tópicos transmitidos a través de la literatura áurea, englobó a personajes muy diversos y con distintos

<sup>7</sup> AHN, OOMM, Expediente 46173.

<sup>8</sup> AHN, OOMM, Expediente 45415.

<sup>9</sup> Para acceder a las cartas escritas por el caballero se puede hacer una búsqueda por participante, lo que nos arroja todas aquellas cartas que don Pedro recibió o escribió: <http://ps.clul.ul.pt/index.php?action=cdd&pid=PEC1>.

grados de riqueza y capacidad de influencia<sup>10</sup>. En este sentido, don Pedro contó con un nada desdeñable ascendiente en su entorno geográfico más próximo: la villa de Martos. Fue hijo de don Diego de Escobedo Enríquez, alcalde mayor honorífico de dicha villa, y de doña Luisa Matea de Cabrera y Godoy, de quien heredó un importante patrimonio económico en forma de mayorazgo. Además de todo esto, habría que añadir la presencia de ciertas parientes femeninas en las instituciones religiosas de la localidad, un hecho que, a la luz de las acusaciones que afrontó, no puede pasar desapercibido. La familia de don Pedro se había consagrado al servicio de las armas desde tiempos de Fernando el Católico, por lo que el caballero fue dirigido hacia esa vía para consolidar su posición social y otorgarle una salida profesional acorde a su rango y capacidad. Así, en la década de 1670 viajó a la provincia de Guatemala donde su tío, Fernando Francisco de Escobedo, ocupaba el cargo de capitán general y presidente de la Audiencia provincial. Don Pedro ejerció como maestre de campo del tercio de las provincias de San Salvador y San Miguel y, más adelante, desempeñó el cargo de corregidor y alcalde mayor en los partidos de Totonicapán y Quetzaltenango. Estos datos, fundamentales para poder situar al personaje dentro de las coordenadas de su tiempo, fueron reseñados lacónicamente en distintas relaciones de méritos que se conservan en el Archivo General de Indias<sup>11</sup>. Pero es evidente que no es suficiente para conocer en profundidad al personaje. Y en este sentido, el centenar de cartas incautadas al caballero por las autoridades judiciales, nos permite dibujar de manera más definida la persona (y personalidad) de don Pedro. Aunque las misivas nos remiten a un intervalo cronológico limitado – los años de 1679 a 1682 –, no les resta validez, ya que reflejan a la perfección el entorno social del caballero. El conjunto engloba autorías muy heterogéneas que remiten al círculo familiar y «profesional» de don Pedro<sup>12</sup>. Asimismo, esa red de contactos está muy vinculada al mencionado tío de don Pedro, don Fernando Francisco de Escobedo y, en ciertos aspectos, es deudora de los méritos del que fuera capitán general de Guatemala.

El inicio de este particular sub-corpus se sitúa hacia 1679 cuando don Pedro regresaba a la Península tras los servicios prestados en Indias. Ese viaje se produjo en un momento delicado para don Fernando Francisco de Escobedo que afrontaba un juicio de residencia donde se estaba cuestionando su labor al frente de la capitania general de Guatemala<sup>13</sup>. Hay que señalar que los desafíos afrontados por el tío de don Pedro no habían sido pequeños. Uno de los principales cometidos durante su capitania fue el reforzamiento de las defensas militares de la provincia para hacerla menos vulnerable a los ataques piráticos. A consecuencia de ello, nada más poner pie en tierras indianas, don Fernando afrontó una visita que documentó por escrito y que constituye una de las mejo-

<sup>10</sup> Para un estado de la cuestión sobre este particular sub-grupo destacamos el trabajo de PÉREZ LEÓN, 2015: 145-167.

<sup>11</sup> Méritos de Pedro de Escobedo y Cabrera, AGI, Indiferente, 128, n.º 48. Asimismo, en el mismo fondo también podemos hallar los de su tío: Méritos de don Fernando Francisco de Escobedo, AGI, Indiferente, 123, n.º 88.

<sup>12</sup> Estos corpus amplios, resultado de la emigración temporal a Indias, no fueron infrecuentes en la España moderna y facilitan el conocimiento profundo de unos individuos que, de otra manera, apenas habrían dejado rastro documental. En este sentido, se pueden destacar algunos trabajos en torno a estas correspondencias como el de TESTÓN NÚÑEZ y SÁNCHEZ RUBIO, 2014: 419-443.

<sup>13</sup> Sobre estas cuestiones y la trayectoria indiana de don Fernando Francisco de Escobedo véase WEBRE, 2007: 93-110.

res fuentes para el conocimiento de esa particular región. Sin embargo, no pudo evitar las acusaciones de corrupción en los años finales y hubo de recurrir a su sobrino para poder limpiar su nombre en la corte de Madrid. Las cartas intercambiadas entre tío y sobrino desgranaban los detalles sobre el proceso, así como las opiniones que tales acusaciones habían generado en don Fernando, quien deseaba valerse de don Pedro para que le ayudase a limpiar su nombre. En una misiva escrita el 26 de abril de 1580, don Fernando informaba puntualmente a su sobrino sobre las novedades en su caso. Consideraba que las acusaciones partían de ciertos enemigos políticos, deseosos de beneficiarse de su apurada situación, aunque se congratulaba de que sus intentos quedaran en poca cosa: «todos los que ha[n] benido a justificar, lo mas que ha podido, son algunos coechos por las Provisiones»<sup>14</sup>. A su parecer, era bastante improbable que la causa prosperara mucho más, sin embargo, era consciente del daño hecho a su reputación y su intención era lograr que ésta no se resintiese más. Además de valerse del memorial para hacer partícipe al rey de su correcto proceder, quería que su sobrino lograra apoyos suficientes en la Corte para consolidar su posición. De ahí, que le remitiese a ciertos personajes como el secretario Francisco de Amolaes. Es evidente, a juzgar por las palabras de don Fernando, que este secretario podía ser útil a don Pedro para sus gestiones en el espacio cortesano, sin embargo, no dudaba de la necesidad de recurrir a personajes más beneméritos. Así, los nombres del duque de Medinaceli o el marqués del Carpio aparecen consignados en la misiva, lo que indica una capacidad nada desdeñable del clan de los Escobedo para defenderse frente a otros funcionarios de la Corona<sup>15</sup>.

La documentación analizada no nos permite valorar hasta qué punto las acciones de don Pedro tuvieron un efecto positivo en la reputación profesional de su tío. No obstante, el desenlace para el que fuera capitán general no fue negativo. En 1682 fue beneficiado con una de las encomiendas más ricas y prósperas de la Orden de San Juan de Jerusalén: la de Tocina. Nuevamente don Fernando recurrió a su sobrino para poder gestionar ciertas cuestiones relacionadas con la administración de sus frutos. Así, don Pedro entabló fluida comunicación con el administrador de la encomienda, demostrando, una vez más, el alto concepto en que le tenía su tío.

La importancia de esta relación familiar ensombrece otros vínculos entre parientes que aparecen reflejados en el corpus epistolar. No obstante, nos ayudan a comprender mejor cuál era la posición de don Pedro dentro de su amplio entramado familiar. Señalábamos más arriba que nuestro protagonista recibió en herencia un mayorazgo que debía reportarle unas importantes rentas. Esa situación de desahogo económico le valió una posición de preponderancia entre sus familiares y que las diferentes misivas reflejan a la perfección. En primer lugar podemos referir la carta de una de sus parientes más cercanas: su hermana doña Francisca de Escobedo. Destinada a la vida religiosa, en el momento de escritura de la misiva profesaba en un convento cercano a Martos y recurría

<sup>14</sup> Carta de Fernando Francisco de Escobedo para don Pedro de Escobedo y Cabrera, AHN, Consejos, Legajo 26226, s. f.

<sup>15</sup> «...por mano de don Francisco de Amolaes le remitía un tanto de todo lo que ba a manos de los ajentes, que procurará recoger e podrá servir si fuere necesario a alguno de los señores del Consejo (...) con el señor duque de Medinaceli se ha de haser todo enpeño; de la Nueva España me abisan se hallaba el señor marques del Carpio en esa Corte...» *Ibidem*.



a su hermano para que le proporcionara medios económicos y materiales que facilitaran su vida monástica<sup>16</sup>.

Así como don Pedro había auxiliado a su tío en la gestión de sus rentas, él se valió de sus parientes para poder controlar los bienes que tenía dispersos por la provincia de Jaén. Es el caso de don Bartolomé de la Cueva y Biedma, residente en Úbeda, que aprovechaba la comunicación epistolar con su sobrino para felicitarle por los buenos resultados que su ganado equino había cosechado en los juegos y competiciones que habían tenido lugar en aquella villa. Ese poder económico se traducía, sin lugar a dudas, en influencia y poder efectivo, lo que le valió su conversión en patrón para aquellos parientes que no gozaban de sus medios. Y así lo vemos con don Agustín de Escobedo, estante en Indias, y que solicitaba la intervención de su sobrino para la buena marcha de sus negocios<sup>17</sup>.

No todas sus relaciones familiares estuvieron dominadas por este carácter de dependencia. En este sentido, son interesantes las figuras de doña Margarita Gómez de Percida y doña Inés de Aboz y Enríquez. Doña Margarita era la mujer de don Fernando Francisco de Escobedo y como tal había forjado un vínculo estrecho con su sobrino. La única carta que se conserva de ella en el corpus refleja a la perfección esa conexión. Así, la tía de don Pedro se convirtió en un medio adicional para que éste tuviese noticias de Indias y de los apuros judiciales del capitán general, toda vez que le animaba a cultivar su intercambio epistolar<sup>18</sup>. El caso de doña Inés reviste otro interés y lo desarrollaremos más adelante; no obstante, sí que conviene señalar su condición de religiosa profesa en el convento de Santa Clara de Martos, lo que la convirtió en agente esencial en el procesamiento judicial de don Pedro.

El caballero mantuvo, asimismo, fluido contacto con algunos de sus primos, aunque el más destacado de los vínculos fue el que forjó con don Juan Francisco Moreno y Aboz. Estas misivas, que contienen una valiosa información para entender ciertos comportamientos de don Pedro, sorprenden por la cercanía y el intenso lazo que unía a ambos hombres. En efecto, la retórica empleada por Juan Francisco recuerda, en muchos casos, a la habitual en la epistolografía amorosa. Aunque en las fórmulas retóricas de apertura se limita a nombrar a su interlocutor como primo y amigo mío querido, no duda en despedirse con mayor efusividad llegando a declarar «tu primo y amigo que más te quiere y verte desea y con ternura te ama». Por su parte, en el cuerpo del texto el autor no duda

<sup>16</sup> En efecto, le pedía que enviara «un criado, y con él los 50 ducado, pues don Gaspar diçe no tiene forma de cobrar», y añadía al encargo «un poco de chocolate y las predeçitas que me tenías» Carta de Francisca de Escobedo y Cabrera para don Pedro de Escobedo y Cabrera, S.I., 6 de agosto de 1680, AHN, Consejos, legajo 26226, s. f. Por otra carta que mencionamos más adelante sabemos que era sacristana en su comunidad religiosa y que solicitaba ayuda y apoyo económico a otros miembros de la familia: «...doi aviso a usted cómo tuve carta de mi señora doña Francisca, hermana de usted, de mucho gusto para mí por las noticias que me partiça de su salud; en ella me pide algunas curiosidades para su Yglesia, porque dize le an hecho sacristana» Carta de Margarita Gómez de Percida para don Pedro de Escobedo y Cabrera, El Salvador, 21 de marzo de 1679, AHN, Consejos, legajo 26226, s. f.

<sup>17</sup> «...y pues está vuestra merced en el conocimiento de quan necessitado me allo por falta de esa cortedad, espero me favorecerá como lo ofrece en llegando a Madrid», Carta de Agustín de Escobedo para don Pedro de Escobedo y Cabrera, Santiago Atitlán, 5 de octubre de 1681, AHN, Consejos, legajo 26226, s. f.

<sup>18</sup> Así, por ejemplo, le informaba de la situación del tío de don Pedro: «...yo me quedé en San Salvador porque como su señoría avía de pasar a León a la consagración del señor obispo, y de vuelta a de venir a estar en esta ciudad cunpliendo el tiempo que fuere neçesario hasta que se fenesca su visita» Carta de Margarita Gómez de Percida para don Pedro de Escobedo y Cabrera, El Salvador, 21 de marzo de 1679, AHN, Consejos, legajo 26226, s. f.

en declarar su triste estado a causa de la ausencia de su primo e, incluso, le brinda versos que vienen a reforzar esa idea<sup>19</sup>. Es evidente que no podemos confundir esta retórica con la realidad afectiva que unió a ambos hombres y que no tiene ningún componente sexual. Es más, a la luz de lo que refleja esa correspondencia, lo que encontramos son dos compañeros de correrías – en muchos casos sexuales y amorosas – que estaban desarrollando carreras similares en el espacio indiano. Más adelante volveremos sobre ciertas noticias que se vertieron en las cartas y que nos permiten contextualizar la biografía sentimental de don Pedro de Escobedo. El grado de intimidad de estas cartas no es parejo al que encontramos en otras misivas escritas por otros primos de don Pedro; no pasa así con la carta que le envió don Francisco Vidal y Bravo – que se dirigía al caballero como «compadre y amigo del alma» – y que recuerda, en ciertos aspectos a la escritura de don Juan Francisco. No tanto en un sentimentalismo desbordado, sino más bien en el detalle de las informaciones transmitidas y que vienen a reflejar un vínculo pasado fuerte en el que las vivencias compartidas permitieron forjar esa amistad.

Junto a los lazos familiares, el resto de correspondencia remite al universo profesional o al ámbito de influencia de don Pedro. En este sentido, es interesante constatar como don Pedro fue capaz de generar una tupida red de contactos que le fue muy útil ante los intentos de la justicia por prenderle. Esa trama se extendía mucho más allá de la villa de Martos (o de las otras villas jienenses donde tenía intereses económicos) y alcanzaba puntos diversos de América y Andalucía. Por ello, no es de extrañar que en los momentos previos a su fallida detención pudiera recibir un aviso de Magdalena de Mira, vecina de Jaén, en el que le alertaba de las intenciones de los alguaciles de prenderle para que respondiera de sus delitos. En este sentido, don Pedro fue muy hábil a la hora de utilizar sus cuantiosos recursos económicos para asegurarse la lealtad de ciertas personas que, en un momento dado, podían serle útiles a sus intereses<sup>20</sup>.

## LOS AMORES TURBULENTOS DEL CABALLERO

Este esbozo familiar de don Pedro nos ayuda a comprender algo mejor las acciones que le llevaron ante la justicia y que estuvieron íntimamente ligadas con su «biografía» senti-

<sup>19</sup> En una de las misivas, escrita desde Quetzaltenango el 2 de enero de 1680, don Juan Francisco comenzaba así: «Primo y amigo, yo creya que el tiempo gastaba las cosas, y allo que él las cría, pues abiendo tanto que te fuystes no e tenido tiempo de olvidarte», mientras que en la fechada en la misma localidad el 4 de mayo de 1679 la había rematado con unos versos que ponderaban ese dolor por la ausencia: «Jamás te e querido más/ y nunca te olvidé menos/ que cuando tu bas a más/ y por ausencia io a menos» Cartas de Juan Francisco Moreno y Aboz para don Pedro de Escobedo, AHN, Consejos legajo 26226, s. f. Sobre las convenciones epistolares de la escritura amorosa y, sobre todo, la influencia de la literatura pastoril y caballeresca en los usos habituales, véase USUNÁRIZ, 2014: 251-273.

<sup>20</sup> Ciertamente la carta de Magdalena de Mira era elocuente al respecto: «... como ay en esta ciudad esta nobedad no quisiera que biniera descuidado, porque ay puestas guardas en las puertas y abisos en las puertas para que los entriegen muertos o bibos; ay el lunes pregonaron ofreciendo cinquenta doblones a quien los entregara, y así por amor de Dios que no se fíen de sí mesmos», Carta de Magdalena de Mira para don Pedro de Escobedo y Cabrera, Jaén 26 de mayo de 1682, AHN, Consejos, legajo 26226, s. f. Junto a ella podemos mencionar otras personas, como Ana Gallardo que ponía su persona, la de su hija y nietos «en servicio de Vuestra merced», toda vez que se alegraba de los éxitos de otros parientes de don Pedro, como su tío y le daba la «norabuena de la buena negosiasión de Madrid de las dependencias de mi señor don Fernando, y que haia salido bien» Carta de Ana Gallardo de Rivera para don Pedro de Escobedo y Cabrera, Sevilla 9 de abril de 1680, AHN, Consejos legajo 26226, s. f.

mental. En efecto, el caballero se caracterizó por unos patrones de comportamiento hacia las mujeres que repitió, de manera desigual, en las distintas relaciones que hemos podido reconstruir. Es cierto que, gracias a los expedientes judiciales, conocemos con gran detalle los amoríos que mantuvo con doña Quiteria González y Mora y con doña Isabel María Ortega, pero a raíz de los detalles que colaron en las misivas que hemos analizado anteriormente, sabemos que no fueron las únicas que ocuparon los deseos y afectos de don Pedro. Así, hemos podido constatar la existencia de una tercera mujer con la que mantuvo una intensa relación amorosa mientras duró su estancia en Guatemala, y que viene a complicar el panorama sentimental de don Pedro.

El mal estado de conservación del expediente depositado en el AHN nos ha privado de muchos datos que, sabiendo que están ahí, son ilegibles para el investigador. Y así, poco hemos podido reconstruir sobre la biografía de Quiteria González y Mora, aunque sí que se pueden hacer algunas valoraciones sobre su estatus social y su trayectoria vital tras entrar en contacto con el caballero. Aunque no podemos precisar la edad, creemos que la relación entre la muchacha y don Pedro se inició cuando ésta era una adolescente de unos 14 o 16 años. Es muy posible, a la luz de los acontecimientos posteriores, que los padres de la joven no vieran con malos ojos unos amoríos que, si bien no iban a reportarle un matrimonio ventajoso, sí podían otorgarle una cierta protección económica. Contamos con unas pocas cartas de este periodo en las que doña Quiteria, además de expresar su amor por don Pedro, le agradecía los pequeños presentes que le hacía y le agasajaba con algunos guisos de su elaboración<sup>21</sup>. Asimismo, se menciona en ellas a algunos parientes de don Pedro – como su hermana – lo que viene a indicar que la relación era conocida por algunos de los deudos del caballero. Sin embargo, la marcha a Indias de don Pedro truncó este amorío y cambió el rumbo de la vida de doña Quiteria. Tratando de mirar por el interés de la muchacha, don Pedro gestionó su entrada como novicia en el convento de Santa Clara de Martos. No obstante este hecho, no se produjo un extrañamiento entre los amantes que siguieron cultivando el contacto mediante la correspondencia epistolar<sup>22</sup>. Estas misivas, mucho más complejas que las escritas durante el primer noviazgo, son un relato interesante sobre esta contradictoria relación amorosa. En ellas doña Quiteria, al tiempo que declaraba su apasionado amor por don Pedro y le reprochaba la larga ausencia a la que le había sometido, no dudaba en agradecerle su patrocinio económico. Así, si por momentos se mostraba quejosa por el papel de don Pedro en su entrada religiosa, en otras ocasiones se mostraba agradecida por la oportunidad que ello suponía. No obstante, era consciente de que para progresar dentro de la comunidad religiosa era esencial que la ayuda de don Pedro no cesase, y de manera bastante franca le solicitaba dinero y otros objetos que pudieran hacer valer su posición dentro del convento. Tampoco se refrenó a la hora de pedir para solventar la apurada situación económica de sus padres, lo que nos

<sup>21</sup> En una de esas misivas doña Quiteria le dedicaba estos pensamientos: «Querido mío; mucho siento en esta ocasión, como en todas, no poderte serbir de page para lograr la dicha del berte. Me alegraré bengas bueno del campo. Recibe esa niñería i mi boluntad que es más que todo eso, tú lo sabes i no tengo qué ponderar. Oi remito un pastel. . .» Carta de doña Quiteria González y Mora para don Pedro de Escobedo, s. l, s. f., AHN, Consejos, legajo 26226, s. f.

<sup>22</sup> En este sentido, don Pedro y doña Quiteria siguieron la estela de otras tantas parejas separadas por los viajes a Indias. Véase MÁRQUEZ MACÍAS, 2014: 275-290.

da pie a considerar que éstos consintieron una relación que había puesto en entredicho la honra de doña Quiteria<sup>23</sup>.

Con el regreso a la Península de don Pedro, el contacto entre los amantes se reanudó y el escándalo llegó al punto de provocar la causa judicial que nos ha permitido su conocimiento. Hay que señalar que los excesos de don Pedro fueron bastante evidentes a todos los vecinos de la población. Las casas que el caballero poseía en la villa de Martos, y que constituyeron su residencia principal a su regreso de Indias, lindaban con el convento de Santa Clara en el que había profesado doña Quiteria. Esta cercanía allanó las dificultades logísticas de la relación, ya que fue relativamente sencillo que doña Quiteria pasase a la residencia de don Pedro donde tenían lugar sus encuentros amorosos, así como saraos en los que participaron otras religiosas y novicias del convento galanteadas por amistades del caballero. Hay que señalar que las parejas implicadas no tuvieron ningún recato a la hora de ocultar estos excesos a los vecinos de Martos; en efecto, a los encuentros en las estancias de la casa de don Pedro había que añadir los paseos por las calles de la villa donde muchos pudieron ser testigos de las actitudes escandalosas de estos jóvenes.

Pero quizá el hecho más significativo de esta particular historia es la presencia de otras mujeres en la vida de don Pedro, así como el papel que cumplió doña Quiteria en todo ello. Ya habíamos señalado que durante su estancia en Indias, nuestro protagonista mantuvo una relación con una mujer que se llamaba María y con la que tuvo un hijo. De ella tenemos noticias gracias a la correspondencia de Juan Francisco Moreno y Aboz, quien nos proporciona datos muy interesantes. Las cartas refieren, principalmente, los progresos del hijo nacido de esa relación y que había recibido el nombre de don Diego. Aunque la intención de don Pedro era la de reunirse con el pequeño, había preferido adelantarse y dejarle al cuidado de su pariente<sup>24</sup>. Pero además de informar de los progresos del niño, el primo de don Pedro menciona en alguna de sus misivas a la madre de la criatura, lo que nos permite conocer cuál fue el destino de aquella amante. Aunque no sabemos cuál era la extracción social de doña María, don Pedro no descuidó su destino tras la ruptura de la relación. Y si en el caso de doña Quiteria la salida adecuada había sido la profesión religiosa, con doña María la decisión fue otra. Así, don Pedro se encargó de buscarle un marido adecuado que restaurara la honra y reputación de su antigua amante. No obstante, parece que el arreglo no satisfizo del todo a la familia de doña María y Juan Francisco Moreno informó a su primo de las desavenencias conyugales que presidían esa unión y que habían llevado a la antigua amante de don Pedro a abandonar el

<sup>23</sup> La carta escrita el 9 de marzo de 1677 es paradigmática de estos hechos: además de afirmar que «todo a sido un continuo padeçer sentimientos de tu ausençia, pues sin tí, que eres mi vida, es bibir muriendo...», le pedía que «hiciera con su señoría, el señor don Fernando, inbiara a esta casa una limosna de quantas haçe para una colgadura, para que io no tubiera el trabajo de buscarla prestada que es la maior penalidad que tiene una sacristana» y le agradecía el envío de 100 pesos que habían permitido a su padre «tener algún trato». Carta de doña Quiteria González y Mora para don Pedro de Escobedo, Martos, 9 de marzo de 1677, AHN, Consejos, legajo 26226, s. f.

<sup>24</sup> «A Diagito (sic) le tengo en casa, que es todo mi gusto y mi dibersión; come conmigo, abla mil bufonadas, le doi mil besos, tiene mui lindas galas y las tendrá conforme el tiempo fuere creziendo su personilla. Le quiero tanto como a su padre» Carta de Juan Francisco Moreno y Aboz para don Pedro de Escobedo, Quetzaltenango, 1 de abril de 1680, AHN, Consejos, legajo 26226, s. f.

hogar familiar con gran escándalo público<sup>25</sup>. Poco más sabemos del destino de doña María, y tampoco tenemos noticia de que don Pedro se reuniese con su hijo don Diego.

La vuelta del caballero a Martos supuso, como ya hemos señalado, el reinicio de sus amoríos con doña Quiteria, pero pasaría poco tiempo hasta que entrara una nueva mujer en su vida. Doña Isabel María de Ortega, hija de don Tomás de Ortega, provocó la atención de don Pedro cuando estaba en el convento marteño a raíz de su negativa a contraer un matrimonio planeado por su familia. El caballero no dudó en pretenderla y bajo promesa de matrimonio logró que la muchacha accediese a mantener relaciones sexuales con él. Las acciones de los amantes empezaron a preocupar a ambas parentelas pero poco pudieron hacer ante el desarrollo de los acontecimientos. En efecto, las sospechas de un embarazo provocaron el matrimonio clandestino entre don Pedro y doña Isabel, lo que acabaría precipitando la causa judicial promovida por don Tomás de Ortega. A ello había que unir la presión ejercida por la familia del caballero para tratar de solventar una situación que no les convenía. El mejor testimonio de estas gestiones lo encontramos en la misiva que doña Inés de Aboz recibió del capellán don Juan Manuel de Valenzuela Salido y en la que le trasladaba sus vanos intentos por convencer a doña Isabel para que anulase su matrimonio y entrase en religión<sup>26</sup>. Es evidente que doña Inés, en conjunción con otros miembros de la parentela, trató de movilizar sus recursos para evitar que una unión desigual afectase al crédito familiar. De ahí que recurriera a este religioso, que tenía conocimiento de la muchacha y podía influir en su ánimo. Tampoco fructificaron los intentos de don Tomás por apartar a su hija de don Pedro, ya que éste logró mantener el contacto con la que ya era su esposa. En este sentido, contó con el apoyo de terceras personas que se mostraron solidarias con la situación del matrimonio. La medianera fundamental en este episodio fue doña Juana de Cárdenas, una mujer viuda que se convirtió en la anfitriona de doña Isabel y que no dudó en mediar entre esposa y marido. La correspondencia amorosa que don Pedro dirigió a Isabel pasó por sus manos debido a la incapacidad lecto – escritora de la joven. Así acabó convertida en la secretaria que ambos necesitaban para comunicarse sus deseos y sentimientos amorosos. También doña Quiteria tuvo un papel en todo este asunto. Además de acoger a Isabel en el locutorio de Santa Clara, fue conocedora de la relación de su amante y no parece que se opusiera a ello. Esta actitud de la religiosa resulta bastante sorprendente, aunque el proceso judicial analizado nos ha permitido reconstruir otros hechos más graves en los que ella participó como alcahueta

**25** «María está en un beaterio porque su madre la bendió a çinco y en ellos abía frayles, con lo que el marido se querelló a la justizia con que armaron un pleyto que parezió ante el señor don Lope y el obispo, con que están para ditorziarlos» Carta de Juan Francisco Moreno y Aboz para don Pedro de Escobedo, Quetzaltenango, 2 de enero de 1680, AHN, Consejos, legajo 26226, s. f.

**26** El capellán informaba cómo había encaminado sus «buenos offiçios (...) aconsejando a mi señora doña Ysabel (...) [tomara] determinación de desposarse en la relixió con Jesuchristo a que me respondió, señor si soy cassada cómo puedo ser relixiosa» Carta de Juan Manuel de Valenzuela Salido para Inés de Aboz Enríquez, Andújar, 29 de julio de 1681, AHN, Consejos, Legajo 26226, s. f.

El papel de doña Inés como garante de la honra familiar ya se había manifestado en el caso de doña Quiteria, quien denunció los manejos de aquella para apartarla de su amante: «...quando supieron que me inbiabas los çien pesos hiço estremos el señor don Diego i tu tía como si se los quitaras a sus merçedes para embiármelos, i así tengo entendido an de hacer lo que pudieren para que me olvides...» Carta de doña Quiteria González y Mora para don Pedro de Escobedo, Martos, 9 de marzo de 1677, AHN, Consejos, legajo 26226, s. f.

para don Pedro. Así, encontramos en los autos el testimonio de una religiosa que fue coaccionada por el caballero y doña Quiteria para cometer actos deshonestos<sup>27</sup>.

A la luz de lo descrito podemos entender la gravedad de los cargos a que se enfrentaba don Pedro. Sin embargo, el caballero no tuvo el suficiente valor para afrontar esa realidad y huyó de manera violenta de la justicia. Su condena a muerte en rebeldía marca el final de una trayectoria vital que, de haber transcurrido por otros derroteros, podía haberle augurado un brillante porvenir como miembro destacado de su comunidad. La memoria que dejó fue harto diferente. La descripción de estos hechos nos mueve a reflexiones más profundas sobre las motivaciones del caballero y su imbricación en el particular mundo de las mentalidades de aquella sociedad.

## LOS DELITOS DE DON PEDRO FRENTE AL ESPEJO

La biografía sentimental de don Pedro refleja la conflictiva relación que mantuvo con el sexo opuesto y, sobre todo, las concepciones del amor romántico y las «obligaciones» que ello comportaba. Hay que señalar que los casos de estupro no fueron infrecuentes en la España moderna; cualquier vaciado sistemático de fuentes judiciales arroja una gran cantidad de expedientes que fueron motivados por este particular delito. Y aunque es cierto que no fue una casuística criminal que se pueda asociar a grupos sociales concretos, sí que debemos tener en cuenta la condición hidalga de don Pedro. No tanto porque esa condición le predispusiera de manera más evidente a la comisión de esos delitos, sino porque le permitió actuar con una impunidad derivada de su estatus privilegiado desde el punto de vista económico y de influencia social sobre su entorno. Estos aspectos relacionados con la violencia nobiliaria y, sobre todo, la sensación de inviolabilidad ante la justicia han sido magistralmente tratados por Santiago Martínez<sup>28</sup>. En un artículo que se centra primordialmente en la nobleza cortesana, analiza este fenómeno a través del recorrido por casuísticas concretas y apunta una serie de ideas o conclusiones muy interesantes. Así, frente a la idea de que la curialización (o domesticación cortesana) había desterrado ciertas prácticas del estamento nobiliario – como el recurso a la fuerza –, el uso de la violencia siguió siendo frecuente entre sus miembros durante el periodo alto moderno. En cierto modo, ello es el síntoma de una oposición por parte de este grupo social al monopolio de la fuerza coercitiva por parte de la Monarquía. Y aunque ésta trate de luchar contra esas prácticas, lo cierto es que la escasa efectividad de las medidas que pretendieron reducir el número de esos exabruptos acabó por generar esa sensación de impunidad. Quizá sea osado comparar las casuísticas de ese trabajo, centradas en miem-

<sup>27</sup> La religiosa se llamaba Juana de Santiago y aportó un relato pormenorizado del acoso continuado de don Pedro, quien solicitó su presencia en su casa. Ante la negativa de la monja, el caballero le dijo «que si no lo hazia, avía de entrar en el convento y sacarla del dormitorio» por ello, «movida por la curiosidad» aceptó una de las noches acompañar a doña Quiteria y las otras monjas a casa de don Pedro donde «este reo empezó a enamorar a la testigo con muchas ynstancias para gozarla y por hallar resistencia en la testigo soliztó hacerlo con fuerza y biolençia queriéndola llebar a la cama diziéndole a la doña Quiteria que apagase la luz como lo hizo que a no resistirse la testigo ejecutara el reo su voluntad el qual hecho muchos botos diziendo no le avía suzedido en su bida semejante resistencia pero que la avía de gozar aunque le costase la vida», AHN Consejos, Legajo 26226, ff. 19r-v.

<sup>28</sup> MARTÍNEZ HERNÁNDEZ, 2014: 255-297.

bros de la alta nobleza, con las acciones de nuestro hidalgo pero creemos que, a una escala diferente, la capacidad de influencia de don Pedro podía otorgarle un estatus similar al de esos titulados. Las brillantes carreras militares protagonizadas por los varones de la familia, y que se habían traducido en un prestigio evidente del linaje, y la influencia – cuando no control – de las estructuras municipales de la villa de Martos, pudieron favorecer que las acciones de don Pedro no fuesen combatidas con especial ahínco.

A ello habría que unir unas estructuras mentales que impulsaron a los protagonistas de esta particular pieza dramática a actuar de la manera en que lo hicieron. Sin duda alguna, don Pedro se sintió legitimado para mantener unas relaciones amorosas que no tenían como fin el matrimonio. La capacidad económica y el manejo del entorno social le permitían «restaurar» la honra de sus amantes sin caer en el yugo matrimonial. En este sentido, resulta interesante comprobar como otros miembros de su entorno próximo protagonizaron comportamientos similares. Así, su primo Juan Francisco habla en su correspondencia de la relación que había mantenido en la Península con una muchacha y de la que había resultado un embarazo, y asimismo, de un hijo ilegítimo nacido en Guatemala y que había fallecido prematuramente<sup>29</sup>.

Pero a la actitud de don Pedro habría que contraponer la que mantuvieron sus amantes. Lo cierto es que no fallaríamos demasiado si calificáramos a las mujeres que formaron parte de este periplo sentimental de víctimas. Sin embargo, habría que matizar algunos extremos. El caso de doña Quiteria es paradigmático y nos ofrece elementos que nos ayudan a ello. En primer lugar, hay que señalar que la religiosa sufrió prisión a causa de sus actos. Y es que, en este caso concreto – que se diferencia en muchos aspectos del que afectó a Isabel María de Ortega –, ella transgredió las normas de la vida religiosa y se entregó a unas prácticas que entraban en contradicción con su estado de profesa<sup>30</sup>. Es inevitable preguntarse qué la movió a actuar de esta manera y, uno de los elementos que no podemos descartar es la dependencia económica que forjó con su amante. Don Pedro le proporcionó un medio de vida y le dio los instrumentos para poder prosperar en la comunidad religiosa de Martos. Sin duda alguna, este hecho le llevó a consentir su propia deshonor así como la presencia de otras amantes en la vida del caballero. No obstante lo dicho, también encontramos en ella a una mujer cegada por su amor. Y en este sentido, las últimas misivas que escribió desde su prisión muestran a una Quiteria que, a pesar del cautiverio y las penalidades sufridas, seguía protegiendo a don Pedro a costa, incluso, de su propia libertad<sup>31</sup>. Su actitud contrasta con la de la amante indiana de don Pedro, quien,

<sup>29</sup> En relación a la mujer que había dejado tras de sí en la Península, Juan Francisco Moreno pedía a su primo que tratara de encargarse de ella: «...no te olvides en Lopera de preguntar por María del Caño, y como salió del parto y como salió con mi ausencia de entre sus deudos, si estubiere en estado de algún socorro lo arás y apuntarás los gastos» Carta de Juan Francisco Moreno y Aboz para don Pedro de Escobedo, Quetzaltenango, 4 de mayo de 1679, AHN, Consejos, legajo 26226, s. f. Aunque parece que Juan Francisco no se había desentendido del todo, lo cierto es que había condenado a su amante a un destino que no fue infrecuente para ciertas mujeres que se vieron abandonadas a raíz de los viajes a Indias: DE LA PASCUA SÁNCHEZ, 1993-1994: 441-468.

<sup>30</sup> En este sentido, no sólo hay que encuadrar su historia dentro de la casuística del delito de estupro, sino también desde la transgresión dentro de la vida conventual femenina. Sobre la ruptura de la norma dentro de este espacio ha reflexionado ATIENZA LÓPEZ, 2012: 445-465.

<sup>31</sup> En esta misiva doña Quiteria le conminaba a no pedir «ia por nosotras a nadie en el mundo» y afirmaba que «ia que io

por lo menos, pareció resistirse a los arreglos que se habían pergeñado para la recuperación de su honra y, sobre todo, para mayor comodidad del padre de su hijo<sup>32</sup>.

## CONCLUSIONES

Estas páginas nos han permitido hacer una semblanza biográfica peculiar: la de un don Pedro de Escobedo que dejó una memoria penal que ensombreció cualquier mérito que hubiese podido conseguir en la esfera profesional. Y si bien es cierto que hemos contado con el testimonio inestimable de las causas judiciales que se le incoaron, nuestra atención se ha dirigido de manera preferente al gran volumen epistolar que se conservó junto (y gracias) a los autos procesales.

Las cartas se han erigido en la memoria subjetiva del propio don Pedro y de las personas que le rodearon, y nos han proporcionado una visión del personaje y sus circunstancias mucho más completa que la que podía ofrecer el resto de la documentación. Es cierto que el documento epistolar nos exige, como historiadores, un análisis crítico y ponderado que tenga en cuenta los límites de esta fuente histórica. Pero a la vez nos ofrece piezas de información muy valiosas que nos permiten superar la mera descripción de los hechos y profundizar en las motivaciones que los rodeaban. De esa manera, no sólo hemos podido reconstruir las faltas delictivas de don Pedro desde la pura perspectiva judicial, sino también asomarnos a una meta-historia del proceso que tiene en cuenta las motivaciones o circunstancias del reo. La brevedad del trabajo nos ha impedido sacar todo el provecho posible al caudal documental tratado, así como un análisis más pormenorizado sobre las formas y modos de escritura de una sociedad que precisó de la comunicación epistolar para salvar la distancia física. No obstante, sí que hemos podido reflexionar sobre cómo el entorno y la posición social del caballero tuvieron un impacto evidente en su vida sentimental y en las consecuencias que ésta llevó aparejadas. Por ello hay que señalar que el potencial de esta información no está agotado y permitirá análisis ulteriores que nos otorgarán una mejor comprensión del personaje. Asimismo, esto nos lleva a ponderar la relevancia del proyecto que ha hecho posible la localización de este caudal epistolar. El importante corpus acumulado no sólo ofrece una visión evolutiva clara del uso del lenguaje sino que también nos remite a la compleja realidad de las sociedades ibéricas. Estos testimonios escritos nos trasladan la voz de unos individuos que, de otra manera, no habrían dejado una memoria perdurable. Corresponde a los historiadores valorar la importancia de unas evidencias que nos posibilitan un mejor conocimiento y, sobre todo, una mejor comprensión de nuestro pasado.

---

padeçgo, no quiero que tú padescgas...» Carta de doña Quiteria González y Mora para don Pedro de Escobedo, s.l., s.f., AHN Consejos, legajo 26226, s. f.

<sup>32</sup> La historiografía ha reflexionado sobre estas relaciones «afectivas» desiguales y la coacción a que eran sometidas las mujeres. La gradación de esa coacción es tan sutil que, lo que podríamos considerar una relación consensual contenía más elementos de fuerza de lo que imaginamos. Don Pedro responde muy bien a este perfil ya que con el uso de la persuasión verbal, el rapto (o extrañamiento familiar de sus amantes) y, sobre todo, su fuerza económica, logró sus propósitos amorosos en repetidas ocasiones. Sobre esta cuestión véase BARAHONA ARÉVALO, 2006: 257-278.



## BIBLIOGRAFÍA

- AMELANG James S. (2005) – *Comparando la escritura autobiográfica en España e Inglaterra durante la Edad Moderna ¿Qué se debe hacer?* In DAVIS J. C. y BURDIEL Isabel (eds.). *El otro, el mismo. Biografía y autobiografía en Europa (siglos XVII-XX)*. Sueca: Publicaciones Universitat de Valencia, p. 63-72.
- ATIENZA LÓPEZ Ángela (2012) – *Lo reglado y lo desarreglado en la vida de los conventos femeninos en la España moderna*. In PEÑA Manuel (ed.), *La vida cotidiana en el mundo hispánico (siglos XVI-XVIII)*-. Madrid: Abada, p. 445-465.
- BARAHONA ARÉVALO, Renato (2006) – *Coacción y consentimiento en las relaciones sexuales modernas, siglos XVI a XVIII*. In CÓRDOBA DE LA LLAVE Ricardo (coord.) – *Mujer, marginación y violencia entre la Edad Media y los tiempos modernos*. Córdoba: Universidad de Córdoba, p. 257-278.
- BAZÁN DÍAZ, Iñaki (2003) – *El estupro. Sexualidad delictiva en la Baja Edad Media y primera Edad Moderna*. «Melanges de la Casa de Velázquez» T. 33-1 (Matrimonio y sexualidad. Normas, prácticas y transgresiones en la Edad Media y principios de la Época Moderna). Madrid: Casa Velázquez, p. 13-46.
- BOLUFER PERUGA, Mónica (2005) – *Identidad individual y vínculos sociales en el Antiguo Régimen: algunas reflexiones*. In DAVIS J. C. y BURDIEL Isabel (eds.). *El otro, el mismo. Biografía y autobiografía en Europa (siglos XVII-XX)*. Sueca: Publicaciones Universitat de Valencia, p. 141-176.
- BOUZA ÁLVAREZ Fernando (2001) – *Corre manuscrito. Una historia cultural del Siglo de Oro*. Madrid: Marcial Pons.
- CASTILLO GÓMEZ Antonio (2008) – *Entre la pluma y la pared. Una historia social de la cultura escrita en los Siglos de Oro*. Madrid: Akal.
- DE LA PASCUA SÁNCHEZ, María José (1993-1994) – *La cara oculta del sueño indiano: mujeres abandonadas en el Cádiz de la Carrera de Indias*. «Chronica Nova», 21. Granada: Universidad de Granada, p. 441-468.
- \_\_\_\_\_ (2012) – *Violencia y familia en la España moderna*. In CASTELLANO Juan Luis y LÓPEZ-GUADALUPE MUÑOZ Miguel Luis (eds.), *Actas de la XI Reunión Científica de la Fundación española de Historia Moderna (Ponencias y conferencias invitadas)*. Granada: Universidad de Granada, p. 127-158.
- LEITAO, Ana Rita (2016) – *Documentary Evidence in Early Modern Portugal and Overseas. A Window to Literacy Practices*. In EDLUND, A. C., ASHPLANT T. G. y KUISMIN A., *Reading and Writing from Below. Exploring the Margins of Modernity*, Umeå: University & The Royal Skyttean Society, p. 251-268.
- MADERO, Marta (2008) – *Causa, creencia y testimonios. La prueba judicial en Castilla durante el siglo XIII*. «BUCEMA» n.º 2 <https://cem.revues.org/9672>
- MADRID CRUZ, María Dolores (2009) – *El arte de la seducción engañosa: Algunas consideraciones sobre los delitos de estupro y violación en el Tribunal del Bureo. Siglo XVIII*. «Cuadernos de Historia del Derecho», vol. 9. Madrid: Universidad Complutense de Madrid, p. 121-159.
- MÁRQUEZ MACÍAS, Rosario (2014) – *El amor y el olvido en la correspondencia privada de los emigrantes en América*. In CASTILLO GÓMEZ, Antonio y SIERRA BLAS, Verónica (dirs.) – *Cinco Siglos de Cartas. Historia y prácticas epistolares en las épocas moderna y contemporánea*, Huelva: Universidad de Huelva, p. 275-290.
- MARTÍNEZ HERNÁNDEZ, Santiago (2014) – *«Por estar tan acostumbrados a cometer semejantes excesos». Una aproximación a la violencia nobiliaria en la corte española del Seiscientos*. In HERNÁNDEZ FRANCO Juan, GUILLÉN BERRENDERO Juan José A. y MARTÍNEZ HERNÁNDEZ, Santiago (dirs.), *Nobilitas. Estudios sobre la nobleza y lo nobiliario en la Europa moderna*, Madrid: Doce Calles, p. 255-297.
- ORTEGA LÓPEZ, Margarita (1997) – *Protestas de las mujeres castellanas contra el orden patriarcal privado durante el siglo XVIII*. «Cuadernos de Historia Moderna», n.º 19. Madrid: Universidad Complutense de Madrid, p. 65-89.
- PÉREZ GARCÍA, Pablo (2002) – *La criminalización de la sexualidad en la España Moderna*, in FORTEA José I., GELABERT Juan E. y MANTECÓN Tomás A. (eds.), *Furor et rabies. Violencia, conflicto y marginación en la Edad Moderna*, Santander: Universidad de Cantabria, p. 355-402.

- PÉREZ LEÓN, Jorge (2015) – *La hidalguía en España y América: luces y sombras del debate historiográfico*. «Tiempos modernos», 31, p. 145-167.
- TESTÓN NÚÑEZ, Isabel y SÁNCHEZ RUBIO, María Rocio – Quien quiere, tarde olvida. *Cartas privadas de familias extremeñas entre España y América, siglos XVI-XVIII*. In CASTILLO GÓMEZ, Antonio y SIERRA BLAS, Verónica (dirs.), *Cartas, Lettres, Lettere: discursos, prácticas y representaciones epistolares (siglos XIV-XX)*, Alcalá de Henares: Universidad de Alcalá de Henares, p. 419-443.
- USUNÁRIZ, José M.<sup>a</sup> (2014) – *Sentimientos e historia. La correspondencia amorosa en los siglos XVI-XVIII*. In CASTILLO GÓMEZ, Antonio y SIERRA BLAS, Verónica (dirs.), *Cinco Siglos de Cartas. Historia y prácticas epistolares en las épocas moderna y contemporánea*, Huelva: Universidad de Huelva, p. 251-273.
- \_\_\_\_ (2015) – *Cartas de amor y cartas de emigrantes como prueba judicial en España (siglos XVI-XVIII)*. «Hispanic Research Journal», Vol. 16, n.º 4, p. 296-310.
- WEBRE, Stephen (2007) – Defense, Economy and Politics in Seventeenth Century Nicaragua: Don Fernando Francisco de Escobedo and the Fortification of the San Juan River, 1672-1673, «Jahrbuch für Geschichte Lateinamerikas», 44, p. 93-110.

# A CORRESPONDÊNCIA DE WALTER MERIVALE E O CAMINHO-DE-FERRO DE MORMUGÃO\*

HUGO SILVEIRA PEREIRA\*\*

**Resumo:** Entre 1881 e 1888 Portugal promoveu a construção de um caminho-de-ferro em Goa em parceria com uma companhia britânica. A equipa que liderou o projeto era inteiramente inglesa e nela se incluía o nome de Walter Merivale, um jovem engenheiro que se estreava nas lides da construção ferroviária e que descreveu a sua experiência em dezenas de cartas que enviava regularmente para a sua família em Inglaterra. Neste artigo, iremos analisar essa documentação, recorrendo aos métodos epistolográfico e de análise de conteúdo, com o objetivo de aprofundar a história do caminho-de-ferro goês, adicionar à discussão sobre a formação da persona do engenheiro e contribuir para o debate sobre o uso de correspondência privada em investigações históricas.

**Palavras-chave:** Mormugão; Merivale; epistolografia; caminhos-de-ferro.

**Abstract:** Between 1881 and 1888 Portugal promoted the construction of a railway in Goa in partnership with a British company. The team that led the undertaking was entirely British. Walter Merivale was one of the members of the team. He was a young engineer who debuted in railway building projects and who described his experience in dozens of letters that he regularly sent to his family in England. In this paper we will examine these documents, using the methodology of letter analysis and content analysis. We aim to contribute to the history of the Goa railway, to the discussion about the formation of the persona of the engineer, and to the use of private letters in historical research.

**Keywords:** Mormugão; Merivale; letter analysis; railways.

## INTRODUÇÃO

A correspondência privada é uma panóplia de textos de jaez informativo, afetivo, acusatório, etc.<sup>1</sup> «que expressa testemunhos (...) determinados socialmente e (...) passivos de significação e interpretação»<sup>2</sup>.

Embora peque por não demonstrar a interatividade expressiva da comunicação oral<sup>3</sup>, constitui uma «verdadeira mina de preciosas informações»<sup>4</sup> e uma das mais importantes fontes para o estudo de qualquer período histórico e do próprio género epistolográfico<sup>5</sup>. O seu conteúdo contribui decisivamente para uma mais profunda análise da

---

\* Gostaria de agradecer ao Prof. Eduardo Beira, coordenador do projeto FOZTUA, por ter coberto as despesas da deslocação a Oxford, em 2012, para consulta da correspondência Merivale no âmbito do estudo comparativo sobre os caminhos-de-ferro de Mormugão e do Tua; ao Prof. Ian J. Kerr da U. Manitoba (Canadá) pelo auxílio na análise da documentação e pelos dados biográficos do seu autor; e à Prof. Otilia Lage pelos seus conselhos sobre a metodologia epistolográfica.

\*\* CIUHCT – Centro Interuniversitário de História das Ciências e da Tecnologia – Faculdade de Ciência e Tecnologia – Universidade NOVA de Lisboa; Institute of Railway Studies – University of York. Email: hugojose.pereira@gmail.com. Apoiado por Fundos Nacionais – Bolsa de pós-doutoramento ref.<sup>a</sup> SFRH/BPD/95212/2013.

1 PETRUCCI, 2006.

2 ANDRADE, 2014: 45.

3 DAUPHIN, 1997: 133.

4 CASTRO, 2009: 16.

5 ANDRADE, 2014: 48. BERLINCK et al., 2008: 172. BINNS, 1970: 55. CASTILLO GÓMEZ, 2010: 42. CASTRO, 2009: 12.

trajetória, memórias e representações dos autores, respetivas redes de contactos e contextos, sendo particularmente útil no género biográfico<sup>6</sup>.

Sendo documentos produzidos dentro duma relação de confiança e confidencialidade<sup>7</sup>, assumem especial importância na análise política por permitirem «esclarecer dúvidas e reconstituir com mais rigor e pormenor episódios específicos (...), não raro revelando também factos inéditos»<sup>8</sup>.

Contudo, as missivas particulares têm sido algo subalternizadas na historiografia nacional, usadas apenas para comprovar os grandes factos, malgrado a existência de importantes acervos (fundos Hintze Ribeiro no Arquivo de Ponta Delgada, ou Bernardino Machado no Museu homónimo) e compilações literárias<sup>9</sup>.

O caso agora em análise não respeita a documentação portuguesa, mas é importante para a história da expansão tecnológica nacional nas colónias durante o século XIX<sup>10</sup>. É um conjunto de epístolas pertencentes à categoria de cartas informais e à subcategoria de cartas familiares<sup>11</sup>, enviadas por Walter Merivale, engenheiro ferroviário britânico (e sua esposa Magdalene) a seus pais, durante a primeira metade da década de 1880, quando se encontrava empregado na construção do caminho-de-ferro entre o porto de Mormugão em Goa e a Índia Inglesa<sup>12</sup>.

Este universo documental faz parte dum acervo maior de correspondência dos Merivale entre 1869 e 1943 integrado na coleção de manuscritos das Bodleian Libraries da Universidade de Oxford<sup>13</sup>. A coleção foi descrita por Judith Bunbury, neta de Walter e Magdalene, que realçou os momentos mais importantes da história dos seus avós, se bem que de forma eminentemente factual, acrítica e descontextualizada<sup>14</sup>.

As características do acervo selecionado e os objetivos que se pretendem atingir determinam a escolha da metodologia epistolográfica a seguir. Muitas análises assentam sobre a totalidade dos documentos guardados num arquivo, incluindo não só as cartas mas também as suas respostas<sup>15</sup>. É, porém, possível selecionar itens específicos e unidirecionais da interação epistolar, desde que a seleção obedeça a critérios coerentes. Foi esta a decisão que tomamos ao escolher algumas dezenas de cartas, que se refiram ao processo de construção dum caminho-de-ferro em contexto colonial. Não consideramos as missivas de resposta por não incluírem elementos sobre este tema.

6 ANDRADE, 2014: 47. BERLINCK *et al.*, 2008: 172. CASTILLO GÓMEZ, 2003: 15, 2005: 850. DAUPHIN, 2009-10: 3. LAGE, 2013: 18. LE GOFF, 1995: 12. MORAES, 2007: 30. MÜLLER, 2008: 323. REID, 1990: 23-6.

7 PETRUCCI, 2006.

8 ALMEIDA, 2003: 170. Ver também BINNS, 1970: 55. LAGE, 2013: 18.

9 MARQUES & LOURO, 1980. MOREIRA, 1998. VILHENA, 1985.

10 DIOGO, 2009.

11 ANDRADE, 2014: 49. BERLINCK *et al.*, 2008: 182. CASTILLO GÓMEZ, 2002: 23-9.

12 Bodleian Libraries, *Correspondence of the Merivale Family, 1869-1943, mainly of Walter Merivale, railway engineer, and his wife Emma Magdalene, Letters to Merivale's parents and sisters, Sophy and Judith, from him and Maggie, 1882-6*, MS. Eng. c. 5240 (adiante *Merivale Correspondence*).

13 Oxford LibGuides, disponível em <http://libguides.bodleian.ox.ac.uk/modern-sc/catalogues>, consultado em 15.4.2017.

14 Bodleian Libraries, *Walter Merivale and his family (1855-1902), compiled by Judith S. Bunbury (1990)*, MS. Eng. d. 2640 (adiante *Walter Merivale and his family...*).

15 DAUPHIN, 2009-10: 2.

Se o objetivo da pesquisa for uma análise formal das cartas (do documento em si ou da retórica epistolar), seguir-se-á um método pragmático-discursivo, no qual se terá em conta as marcas idiossincráticas dos textos. Se o fito da investigação for os agentes da escrita e do seu contexto, recorrer-se-á a um sistema pragmático-argumentativo, assente na análise de conteúdo da mensagem transmitida<sup>16</sup>. Com a análise de conteúdo, pretende-se realizar uma leitura que, «contra uma definição puramente semântica do texto»<sup>17</sup>, nega a transparência dos factos e ultrapassa os significados superficiais. Esta metodologia é baseada na inferência e portanto necessariamente subjetiva. Todavia, a subjetividade faz parte de qualquer investigação, não a tornando menos válida que qualquer outra baseada na *ilusão estatística*. Neste sentido, é indispensável caracterizar o contexto da produção da carta: as coordenadas espaço-temporais dos correspondentes, seus atributos pessoais e a sua relação com os interlocutores<sup>18</sup>. Esta contextualização será feita nos dois capítulos seguintes, em que se explicitará a origem do caminho-de-ferro de Mormugão e o percurso de Walter Merivale antes de aportar a Goa.

Será esta a metodologia empregue neste artigo, onde pretendemos evidenciar a construção do caminho-de-ferro de Mormugão (desafios técnicos, aspetos laborais, gestão de projeto, etc.) e ao mesmo tempo contribuir para o debate sobre a *persona* do engenheiro oitocentista<sup>19</sup>.

## O CAMINHO-DE-FERRO DE MORMUGÃO

A linha de Mormugão foi o primeiro caminho-de-ferro construído no império colonial português. Desejo antigo de Portugal, resultou numa intensa discussão tecnodiplomática com Inglaterra, que culminou na assinatura do tratado de 1878, no qual se regulavam as relações entre os dois países na Índia e se estipulava a construção dum caminho-de-ferro entre aquele porto goês e a Índia Britânica<sup>20</sup>.

Em 1879, o governo português contratou o Duque de Sutherland, líder do Stafford House Committee e um dos homens mais ricos de Inglaterra, para realizar estudos no terreno. A tarefa foi confiada à prestigiada firma londrina Hawkshaw, Son & Hayter<sup>21</sup>, que, por sua vez, contratou o engenheiro inglês Ernest Edward Sawyer para liderar a missão, acompanhada, do lado nacional, pelo engenheiro Xavier Cordeiro. Os trabalhos foram completados em 1880 e fundamentaram a decisão de contratar novamente o Duque de Sutherland para realizar obras no porto e construir o caminho-de-ferro (contrato de 18.4.1881), mediante uma garantia de rendimento ao capital investido. O Duque formaria mais tarde a West of India Portuguese Guaranteed Railway Company (adiante WIP), à qual trespassou a concessão<sup>22</sup>.

<sup>16</sup> BERLINCK *et al.*, 2008: 174-6. SEARA, 2008: 121-5.

<sup>17</sup> CHARTIER, 1992: 51.

<sup>18</sup> BARDIN, 1979. KRIPPENDORFF, 1980. PEDRO, 1997. PIRET, *et al.* 1996. SEARA, 2008: 139. VALA, 1986. WEBER, 1990.

<sup>19</sup> PEREIRA, 2016a, 2016b.

<sup>20</sup> *Id.*, 2017a, 2017c.

<sup>21</sup> BEAUMONT, 2015.

<sup>22</sup> PEREIRA, 2015: 247-9.

A Hawkshaw, Son & Hayter manteve-se ao serviço da nova companhia, como consultora, sendo a direção-geral da obra entregue a Sawyer. Sawyer era um jovem engenheiro, nascido em 1850 em Livorno, filho de pais britânicos (George Cappeten e Mary Rebecca). Em adolescente (1867-1870), foi aprendiz de John Coode, engenheiro hidráulico inglês que chegou a realizar estudos sobre o porto de Leixões<sup>23</sup>. Ingressou em seguida na Universidade de Cambridge, onde obteve o grau de bacharel (1873). Foi aceite como membro associado na Institution of Civil Engineers, passando à condição de membro efetivo em 1881, pouco antes de assumir a empreitada na Índia Portuguesa. Até esta altura, desenvolvera uma carreira sobretudo como engenheiro portuário/hidráulico com trabalhos na Bélgica (canal de Bruxelas e cais de Antuérpia), Alemanha (Berlin Phosphate Sewage Company) e Holanda (canal de Amsterdão). Contava ainda uma curta passagem por Londres, pelo estudo da extensão do Metropolitan District Railway até Harrow. Em Goa, liderava uma turba de indianos anónimos e um grupo de promissores engenheiros pouco mais novos do que ele, onde se incluíam os nomes de Donaldson (que viria a assumir a presidência da Institution of Mechanical Engineers), Stewart, Stephens, Costobadie, Eskins e Walter Merivale<sup>24</sup>.

## O AUTOR DAS CARTAS

Walter Merivale era membro duma antiga família britânica, de origem francesa (originalmente Merv[e]ille), que fugira de perseguições religiosas em França e se baseara no Northamptonshire desde meados do século XVI<sup>25</sup>.

Nasceu a 22.12.1855 em Ely, uma pequena vila do Cambridgeshire, a 125 km ao norte de Londres e 85 km a leste de Northampton. Era o terceiro filho de Charles Merivale, deão da catedral local. Fez os primeiros estudos no Haileybury College em Hertford<sup>26</sup>.

O Haileybury College era uma instituição de ensino preparatório que servia os *home and eastern counties* (condados que circundavam Londres, onde se incluía o Cambridgeshire). Foi frequentado por outros membros da família Merivale, que se viriam a tornar advogados, parlamentares e ministros<sup>27</sup>.

Terminada a sua formação no Haileybury College, tornou-se aprendiz no fabricante de locomotivas Black, Hawthorn & Co., em Gateshead (na zona industrial do norte de Inglaterra). Prosseguiu a sua aprendizagem na Bélgica na Sociedade John Cockerill, uma das mais prestigiadas fabricantes de locomotivas da época<sup>28</sup>. Voltou a Inglaterra como aprendiz na North Eastern Railway Company, que assegurava a importante ligação entre Londres e Edimburgo<sup>29</sup>.

---

<sup>23</sup> Revista de Obras Públicas e Minas, XIII (1882), 152-3: 277-330.

<sup>24</sup> KERR & PEREIRA, 2012: 178-89.

<sup>25</sup> MERIVALE, 1884: 1-3.

<sup>26</sup> *Minutes of the Proceedings of the Institution of Civil Engineers*, CXLIX (1902): 349. MILFORD, 1909: 15.

<sup>27</sup> MILFORD, 1909: 19, 24 e 118.

<sup>28</sup> MCKAY, 1970.

<sup>29</sup> IRVING, 1976.

Por esta altura, em Inglaterra, a aprendizagem de profissões ligadas à engenharia fazia-se sem um envolvimento sistemático com a Universidade e com uma forte componente prática em fábricas complementada com formação *ad hoc* em Matemática, Ciências ou disciplinas técnicas. Merivale não fugiu a esta regra. Além disto, não havia restrições à prática como engenheiro. A aceitação como membro do Institution of Civil Engineers ou de Mechanical Engineers conferia uma maior reputação, mas não era indispensável para exercer a profissão e de qualquer modo exigia experiência prática prévia<sup>30</sup>.

Assim, logo que Merivale terminou o seu tirocínio como aprendiz, pôde ingressar como engenheiro no mercado de trabalho. O seu primeiro contrato foi precisamente com a WIP como *executive engineer*<sup>31</sup>. Os trabalhos da construção iniciaram-se no dia 15.12.1881 no porto e em 22.2.1882 no caminho-de-ferro<sup>32</sup>.

## A CORRESPONDÊNCIA MERIVALE

As cartas analisadas foram escritas sobretudo por Walter que respondia à necessidade de manter a sua família informada sobre a sua vida na Índia. Existem algumas assinadas por Magdalene, mas em muito menor número. Os assuntos tratados variam entre congratulações por sucessos familiares, descrições da saúde de parte a parte, outros temas de foro familiar e – o que mais nos interessa – exposições do seu trabalho: dificuldades, perigos, relações com os nativos, relações com os camaradas ingleses, preocupações laborais e expectativas em relação ao futuro.

Merivale chegou a Bombaim em 30.10.1881, na companhia dos engenheiros Stewart, Stephens e Donaldson. Em meados de Novembro aportou a Goa, cidade que considerou «deserted and in ruins» por culpa dos seus habitantes<sup>33</sup>. De facto, Goa era apenas uma sombra do seu passado. Décadas de abandono<sup>34</sup> tinham-na tornado uma «cidade morta» e «solitária», de acordo com Tomás Ribeiro<sup>35</sup>. Walter permaneceu na colónia portuguesa até Julho de 1885, salvo em Junho e Julho de 1882 quando esteve na Austrália. Magdalene chegou mais tarde neste ano, ainda solteira. Casaram em Outubro seguinte e, depois duma gravidez interrompida, tiveram dois filhos<sup>36</sup>.

Ao longo de quatro anos, Walter desempenhou várias funções na linha, esteve a cargo de diversas tarefas e envolveu-se com diversos personagens (engenheiros ingleses e trabalhadores nativos).

O seu trabalho desenrolou-se num ambiente hostil aos europeus. O território entre a costa e interior de Goa é um anfiteatro com declive inicialmente suave mas cuja inclinação se torna abrupta na cordilheira dos Ghats, «uma formidável e alterosa muralha, que corre paralelamente ao longo da costa do Malabar»<sup>37</sup>, cortada por diversos rios e vales

<sup>30</sup> HIROSE, 2010: 388-94.

<sup>31</sup> *Minutes of the Proceedings...*, 349.

<sup>32</sup> *The Railway Times*, 46/24:2371, 598-9.

<sup>33</sup> *Walter Merivale and his family...*, 16.

<sup>34</sup> ALEXANDRE & DIAS, 1998: 154-6 e 693-703.

<sup>35</sup> Apud. MENDES, 1992: 151-2.

<sup>36</sup> *Minutes of the Proceedings...*, 349. *Walter Merivale and his family...*, 12, 20, 25, 29-30, 43-46 e 51.

<sup>37</sup> CORREIA, 1926: 46-9.

profundos, onde a vegetação é arbustiva e densa («very thick woods & tangled jungle»<sup>38</sup>) e povoada por diversos animais selvagens e insetos. Oferecia um clima subtropical, quente e húmido, com temperaturas médias de 27°, mas que facilmente subiam a 38°, sobretudo fora dos Ghats e entre Março e Junho. Walter falava dum «horribly muggy hot weather» e dum «prickly heat», que caracterizava do seguinte modo a sua irmã: «if you can imagine a gross or two of bits of burr & suchlike inside your flannel vest, next your skin, you will have a very clear idea of prickly heat»<sup>39</sup>. Entre Junho e Setembro, a temperatura baixava, mas o território era assolado pelas monções, que Merivale descrevia como se «the heavens went asunder & rain came down like a waterfall»<sup>40</sup>. Tudo isto contribuía para a formação dum ambiente insalubre e propício à propagação de doenças<sup>41</sup>.

Inicialmente, Merivale foi empregue na instalação de maquinaria no porto, mas rapidamente foi realocado ao vale do Sonaulim<sup>42</sup>, uma das áreas mais inóspitas no traçado, lugubramente apelidada de *vale da morte* pelo engenheiro português Mouzinho de Albuquerque<sup>43</sup>. Aqui inseriu-se na fase final do estudo definitivo da linha, prévio à construção<sup>44</sup>. O seu dia iniciava-se entre as 4 e as 5:30, quando se deslocava para o local de trabalho. Às 8:30 fazia uma pausa para pequeno-almoço que durava até às 10. Retomava o trabalho até ao meio-dia, ao que se seguia nova pausa para almoço até às 14. Seguiam-se mais duas horas de labuta, antes de os trabalhadores iniciarem o regresso a casa, que, no caso de Merivale durava cerca de duas horas. Por volta das 19 jantava e entre as 20:30 e 21:30 adormecia<sup>45</sup>.

Depois dos estudos, Walter foi colocado na supervisão da construção do caminho-de-ferro. A obra propriamente dita fora subadjudicada pela WIP aos empreiteiros Dixon, Bailey, Bulkley & Thorne, que por sua vez eram fiscalizados pelos engenheiros da companhia e do governo português. Era o chamado *large contract system* no qual a construção do caminho-de-ferro era subcontratada pelo concessionário a uma única entidade<sup>46</sup>. A relação de Merivale com os empreiteiros não era a melhor, refletindo aliás a opinião do diretor-geral de construção e da própria direção da WIP<sup>47</sup>. Uma avaliação menos positiva da sua parte valeu-lhe uma acusação de corrupção por parte dum dos empreiteiros. Walter negava ter aceite qualquer suborno, embora reconhecesse que as tentativas eram frequentes, diretamente a si ou através da sua mulher e na forma de dinheiro, alimentos e joias<sup>48</sup>.

Merivale regressou mais tarde aos estudos no terreno, no entanto, a construção era uma tarefa que lhe agradava mais, pois permitia-lhe aprender perícias novas<sup>49</sup>. O traba-

38 *Merivale Correspondence*, carta de Walter de 26.4.85, 1.

39 *Id.*, cartas de Walter de 30.4.82, 1v; 28.6.85, 1.

40 *Id.*, carta de Walter de 2.6.87, 1.

41 Sobre o clima de Goa: CORREIA, 1926: 37-46, 97-104, 115-30, 147-61, 212-8 e 254-5.

42 *Minutes of the Proceedings...*, 349.

43 KERR & PEREIRA, 2012: 184.

44 PEREIRA, 2015: 249.

45 *Walter Merivale and his family...*, 12.

46 KERR *et al.*, 2013: 323.

47 *The Railway Times*, 46/26:2425, 805-6.

48 *Merivale Correspondence*, carta de Walter de 23.1.82, 1v-2.

49 *Id.*, carta de Walter de 8.2.83, 1.



lho tinha também uma grande componente de formação, tanto entre camaradas, como de forma autodidata<sup>50</sup>, já que a equipa britânica era bastante inexperiente no assentamento de caminhos-de-ferro novos. Para Walter era o primeiro contrato (ele próprio confessa a sua dificuldade em calcular o número de homens necessários para uma determinada tarefa<sup>51</sup>), mas o próprio Sawyer contava apenas uma passagem por um estaleiro ferroviário. A inexperiência de Eskins derivava da sua juventude (21 anos). O único que escapava a esta regra era Costobadie, que trabalhava há seis anos nos caminhos-de-ferro da Índia<sup>52</sup>. A situação era comum a outros recém-formados técnicos ingleses (e também lusos<sup>53</sup>). Desde a década de 1840 que o número de estudantes de engenharia crescia, sem que o mercado de trabalho metropolitano os conseguisse absorver. Na década de 1880, com poucas possibilidades de emprego em Inglaterra, os jovens engenheiros britânicos buscavam fama e fortuna nos territórios ultramarinos<sup>54</sup>.

A falta de prática da equipa era frequentemente apontada pelos jornais indo-portugueses, que também acusavam os britânicos de corrupção<sup>55</sup>. O criticismo era uma reminiscência da oposição em Goa ao tratado de 1878, mas refletia também a má relação que se vinha estabelecendo entre os engenheiros da WIP e os fiscais do governo<sup>56</sup>.

Também os empreiteiros se revelaram pouco capazes para a tarefa, de tal modo que o seu contrato foi rescindido a 4.1.1884 pela lentidão e falta de capacidade financeira para continuar a obra<sup>57</sup>. O trabalho foi continuado sob administração direta dos engenheiros da WIP<sup>58</sup>. Nada encontramos na correspondência sobre este assunto. Decerto Merivale descreveu isto à sua família, provavelmente numa carta que se perdeu.

Walter ficou responsável pela construção de três pontões antes das chuvas, tarefa de que se desempenhou com eficácia<sup>59</sup>. O seu horário iniciava-se às 5:30 e prolongava-se até 12:30. Depois duma pausa de algumas horas para evitar o tempo de maior calor (durante a estação quente entre Março e Junho<sup>60</sup>), o trabalho era continuado até final da tarde<sup>61</sup>. As dificuldades não se ficavam pelo calor. A escavação de trincheiras era embaraçada pela má qualidade do terreno, que diminuía a robustez da obra e dificultava a bombagem de água<sup>62</sup>. Cerca de  $\frac{3}{4}$  do território goês é em laterite, rocha mole e argilosa que só endurece ao ar livre<sup>63</sup>. Era necessário impedir a sua mistura com barro para acelerar a solidificação<sup>64</sup>. Outras vezes era a descoordenação entre técnicos a gerar atrasos: uma equipa

50 Id., carta de Walter de 1.4.83, 3.

51 *Merivale Correspondence*, carta de Walter de 24.3.84, 1v.

52 Id., carta de Walter de 30.4.82, 2.

53 MARÇAL, 2016: 85.

54 BUCHANAN, 1986.

55 Id., carta de Magdalene de 3.4.85, 2v-3.

56 KERR & PEREIRA, 2012: 183; 185-6. PEREIRA, 2017a.

57 AHU, *Caminho de Ferro de Mormugão. Julho a Setembro de 1886*, mç. 2625, relatório de Mouzinho de Albuquerque de 8.7.86.

58 KERR & PEREIRA, 2012: 183.

59 *Merivale Correspondence*, carta de Magdalene de 29.4.84.

60 CORREIA, 1926: 97-104, 115-30 e 147-61.

61 *Merivale Correspondence*, carta de Walter de 5.6.85, 1v.

62 Id., carta de Walter de 17.2.84, 1.

63 COSTA, 1923: 16-8.

64 *Merivale Correspondence*, carta de Walter de 11.6.85, 1v-2.

terminava os aterros antes dos aquedutos estarem prontos, o que levava ao alagamento das trincheiras<sup>65</sup>.

O desempenho de Walter foi particularmente apreciado no atravessamento da cascata de Dudhsagar, o maior desafio técnico em toda a empreitada, em virtude do volume da queda de água, sobretudo no tempo das monções<sup>66</sup>. A sua sugestão de construir um viaduto em alvenaria foi aceite e implementada, em detrimento das soluções de Costobadie (usar curvas com raios de curva inferiores ao permitido no contrato) e de Sawyer (perfurar um túnel)<sup>67</sup>.

O seu trabalho não se limitava à construção, envolvendo gestão logística e atividade administrativa, que Merivale considerava tão difícil quanto o trabalho de terreno.

Na parte administrativa, Merivale reportava através de Sawyer à WIP. A companhia tinha delegações em Portugal e na Índia, mas estava sediada em Londres<sup>68</sup>, gerindo a obra «from their luxurious offices in the city»<sup>69</sup>...

O transporte de material e mão-de-obra era uma constante dor de cabeça devido à falta de estradas<sup>70</sup>. Muitas vezes, não havia alternativa a andar a pé por «dark horrid roads with fallen trees across it». Cavalgar era uma possibilidade, mas «riding in this country is rather terrifying»<sup>71</sup>, especialmente nos Ghats. Antes de ser possível usar locomotivas na linha, os nativos eram colocados a puxar vagões<sup>72</sup>. Depois, o transporte de homens e materiais passou a ser feito em comboios. Neste aspeto, Merivale revelava-se bastante crítico das decisões de Sawyer que usava as locomotivas maiores (de 40 t e dez rodas, destinadas à exploração nos Ghats), em vez das máquinas mais pequenas da empreitada<sup>73</sup>. A opção era, contudo, a mais acertada, pois locomotivas mais pesadas consolidavam a infraestruturas mais rapidamente.

As tarefas exigiam uma quase constante mudança de habitação por Merivale e sua família, desde as zonas costeiras de Mormugão até às encostas dos Ghats. A maçada parecia não incomodar Magdalene, que numa das mudanças «did not lose her nerve [...] she plucked up her courage, & her habit» e seguiu o seu marido<sup>74</sup>. Algumas vezes, para evitar a insalubridade das montanhas, Magdalene permanecia na costa e Walter vivia no interior, sempre atento a qualquer notícia que exigisse a sua presença<sup>75</sup>.

A contratação de mão-de-obra nativa era dificultada pela insalubridade da região e perigosidade do trabalho (sobretudo nos Ghats) e pela concorrência movida por outras construções ferroviárias e pelos trabalhos agrícolas<sup>76</sup>. As dificuldades começavam logo no

<sup>65</sup> Id., carta de Walter de 28.6.85, 2.

<sup>66</sup> GRACIAS, 1940: 257-67.

<sup>67</sup> *Merivale Correspondence*, cartas de Walter de 26.4.85, 1; 27.4.85, 1.

<sup>68</sup> *Legislação e disposições regulamentares sobre caminhos de ferro ultramarinos*, vol. 1, 46-69.

<sup>69</sup> *Merivale Correspondence*, cartas de Walter de 17.2.84, 1-1v; 5.6.85, 1v.

<sup>70</sup> KERR & PEREIRA, 2012: 185.

<sup>71</sup> Id., carta de Walter de 28.10.83, 1v.

<sup>72</sup> *Merivale Correspondence*, carta de Walter de 29.5.85, 1v-2.

<sup>73</sup> Id., carta de Walter de 5.6.85, 1.

<sup>74</sup> Id., carta de Walter de 28.10.83, 1v.

<sup>75</sup> Id., cartas de Walter de 3.5.85, 2v e 29.5.85.

<sup>76</sup> *The Railway Times*, 46/24:2371, 598-9. KERR & PEREIRA, 2012: 183-4.

valor a pagar, sobretudo quando o contrato com os empreiteiros Dixon, Bailey, Bulkeley & Thorne ainda estava em vigor:

*Shall I increase the wages of my coolies? The sub contractors on my length employ some 2,000 men and they pay 6 annas a day. I employ between 100 & 200 and pay 5 annas, but my men are asking to be increased. All the little pros and cons in this again! The hot unhealthy season is only just begun, if I begin an increase so soon, they will probably want another next month, and another in May<sup>77</sup>.*

Mas mesmo quando os trabalhadores eram contratados, uma festa, um jejum por motivos religiosos ou o conhecimento de melhores condições noutras construções faziam com que muitos não aparecessem na obra ou fizessem greve para exigir pagamentos mais elevados<sup>78</sup>. Para contornar este problema, os contratadores pagavam salários semanalmente, no fim de cada semana. Merivale, que chegou a ter 500-600 homens a trabalhar para si<sup>79</sup>, não achava a solução eficaz, porque os nativos não se importavam em não receber uma semana de ordenado. Preferia prometer-lhes um aumento sucessivo de salário, na condição de ficarem até fim do trabalho acordado: «It was in the beginning of March that they asked for it, so I decided to give it them in April. They were quite happy and stick to me. You see I have gained a whole month, for they stay with me in March in spite of the contractors' men receiving higher wages, on the promise of their pay being increased next month»<sup>80</sup>. Costobadie recomendou-lhe não cumprir o acordado, mas Walter recusava-se a não cumprir a palavra dada e criticava: «these fellows seem to think that because a man is black or bown there is no need to keep faith with them»<sup>81</sup>. Acreditava também que se os tratasse bem, eles mais tarde o seguiriam para outros estaleiros na Índia<sup>82</sup>.

Apesar disto, ele tinha os nativos em muito baixa conta: vis, cobardes, preguiçosos, mentirosos, tolos, estúpidos, desprezíveis, alcoólicos, inúteis (como topógrafos), perdulários<sup>83</sup> eram adjetivos frequentes nas suas cartas. Muitos fingiam-se de doentes ou para não trabalhar ou para tomar *whisky*. Numa situação, um deles «has been afflicted with a grievous pain in his belly ever since he had to leave his comfortable quarters & come 2 days journey into the wilderness» enquanto outro «complained of a headache as soon as he saw me give a dose of whisky & water to some one, but he got a dose of castor oil instead»<sup>84</sup>. Walter considerava-se um chefe bastante leniente, malgrado a gravidade da conduta dos seus subordinados, não sabendo como lidar com estas situações, pois temia obrigar um enfermo a trabalhar<sup>85</sup>. No fundo, demonstrava a mesma percepção que a gene-

<sup>77</sup> Merivale Correspondence, carta de Walter de ?3.83.

<sup>78</sup> KERR & PEREIRA, 2012: 184. Merivale Correspondence, cartas de Walter de 7.5.82, 2; 19.11.84?, 28.6.85, 2.

<sup>79</sup> Merivale Correspondence, carta de Walter de 23.1.82, 1; carta de Magdalene de 29.2.84, 1v.

<sup>80</sup> Id., carta de Walter de ?3.83.

<sup>81</sup> Id., carta de Walter de 7.5.82, 2.

<sup>82</sup> Id., carta de Walter de 28.6.85, 2v.

<sup>83</sup> Id., cartas de Walter de 23.1.82, 2v; 27.4.82, 1v e 3v; 17.2.84, 2; 29.5.85, 2v; 11.6.85, 2; 28.3.8?, 1.

<sup>84</sup> Id., carta de Walter de 28.3.8?, 1.

<sup>85</sup> Id., cartas de Walter de 28.3.8?, 1 e 3.4.85, 2v.

ralidade dos britânicos, que encaravam os habitantes dos seus domínios ultramarinos como inferiores<sup>86</sup>. Havia, porém, algumas exceções: um dos inspetores hindus, não só tinha 18 anos de experiência noutros caminhos-de-ferro indianos como era «quite sober, which is a mercy»<sup>87</sup>. Um dos tradutores era também um «excellent servant», apesar de não ser «quite right in his head»<sup>88</sup>.

Alguns colaboradores europeus não eram melhores, na opinião de Walter. Uns simplesmente não lhe suscitavam qualquer interesse, enquanto outros eram manifestamente ébrios<sup>89</sup>.

O alcoolismo era um problema generalizado na construção ferroviária, especialmente no ultramar, entre europeus e nativos<sup>90</sup>. Ficaram célebres no contexto português os homens do *capitão Moonlight* que, em Lourenço Marques, alternavam entre uma semana de trabalho e uma de boémia<sup>91</sup>; e na Beira, o empreiteiro George Pauling, que se arrogava de, com os seus dois capatazes, ter bebido 300 garrafas de cerveja em dois dias<sup>92</sup>.

Em Goa, um tal de Nicholson «gets horribly drunk and has been lying about the station the last few days, half naked and quite drunk». O dilema era entre despedi-lo ou dar-lhe mais uma oportunidade, caso em que podia ser desconsiderado pelos seus superiores ou até suspeito de corrupção passiva<sup>93</sup>. Um outro, Thursby, bebia tanto que Merivale previa que a recuperação total duraria mais de dois meses<sup>94</sup>. O profissionalismo de alguns deixava também algo a desejar, com folgas exageradamente compridas e tiradas sob os mais diversos pretextos, lentidão e mau cumprimentos dos seus deveres<sup>95</sup>.

A relação com Sawyer era também algo instável. Se por um lado Merivale o considerava energético e o grande responsável pelo avanço das obras após a rescisão com os empreiteiros<sup>96</sup>, por outro exasperava-se com o exagerado optimismo de Sawyer em relação ao andamento da obra<sup>97</sup>. Criticava-o ainda por enviar os seus subordinados para a selva enquanto ele próprio ficava no conforto da sua casa na costa, censurando-os se eles ficassem doentes<sup>98</sup>; ou por descarregar sobre seus inferiores sempre que era censurado pela direção da companhia<sup>99</sup>. Magdalene, mais diplomática, dá outra visão do diretor-geral: não o criticava tão acrimosamente, embora o considerasse pouco judicioso, sobretudo na forma como lidava com as acusações dos jornais portugueses<sup>100</sup>. As censuras também

<sup>86</sup> CANNADINE, 2002: 44-5.

<sup>87</sup> *Merivale Correspondence*, carta de Walter de 5.6.85, 1v.

<sup>88</sup> Id., carta de Walter de 27.4.82, 1.

<sup>89</sup> Id., carta de Walter de 17.2.84, 1.

<sup>90</sup> MARÇAL, 2016: 238, 298 e 333.

<sup>91</sup> LIMA, 1971: 140-1.

<sup>92</sup> PAULING, 1969: 140-1.

<sup>93</sup> *Merivale Correspondence*, carta de Walter de 23.1.82, 1v-4.

<sup>94</sup> Id., carta de Magdalene de 3.4.85, 1-1v.

<sup>95</sup> Id., cartas de Walter de 27.4.82, 4v; 3.5.85, 1v; 9.5.85, 2-2v.

<sup>96</sup> Id., cartas de Walter de 27.4.85?, 1; 17.5.85, 2.

<sup>97</sup> Id., carta de Walter de 19.11.84?

<sup>98</sup> *Walter Merivale and his family...*, 25.

<sup>99</sup> *Merivale Correspondence*, carta de Walter de 28.10.83, 2v.

<sup>100</sup> Id., carta de Magdalene de 3.4.85, 2v-3.

seguiam o percurso inverso, não tendo Sawyer ficado contente quando Merivale se decidiu casar com Magdalene tão cedo<sup>101</sup>.

A tensão entre ambos agravou-se quando Sawyer recusou aumentar-lhe o salário ao contrário do que estava contratualmente estabelecido. Walter revelou-se «thoroughly disgusted» com o seu superior<sup>102</sup>. A situação melhorou após Merivale ter delatado um dos britânicos (Thursby) pelo seu incontrolável alcoolismo<sup>103</sup>. Magdalene (e suas capacidades diplomáticas) também contribuiu para a pacificação das relações<sup>104</sup>.

Esta faceta de Sawyer é pouco conhecida da historiografia nacional, que o descreve como um engenheiro versátil e eficaz, tanto na Índia como em Lourenço Marques<sup>105</sup>, mas que raramente o avalia do ponto de vista da relação com os seus subordinados.

Além destas dificuldades, típicas de qualquer contexto ferroviário coevo, havia as ligadas ao contexto específico da Índia. A selva era povoada por tigres, panteras e chacais<sup>106</sup>, tendo um tigre «devoured so many of the coolies that I fear it will be some time before I got it [o trabalho] done»<sup>107</sup>, ao passo que cobras serpenteavam por entre o estaleiro de construção. Mais próximo da costa, enxames de gafanhotos duravam horas. Eram apanhados e cozinhados e, segundo Merivale, sabiam a lagosta<sup>108</sup>... Os mosquitos eram também uma presença constante, afastados a custo com amónia e querosene<sup>109</sup>. O calor, os insectos, o ruído da natureza durante a noite e a geral insalubridade afetavam o temperamento, mas sobretudo o corpo dos europeus, que se cobria de furúnculos<sup>110</sup>. As doenças grassavam (diarreias, gastroenterites, malária, cólera) e atingiam quase todos os europeus e muitos dos nativos. O tratamento era feito com quinino (uma substância determinante para a penetração dos europeus em África e na Ásia<sup>111</sup>), nitrato de magnésio com sumo de limão, sulfato de soda e gengibre («about as horrible a compound as you can wish for»<sup>112</sup>), clorodina ou um mais simples *whisky* ou *brandy* aquecido com água<sup>113</sup>. Walter sofreu a inclemência do lugar pouco depois de ter chegado à Índia, sendo obrigado a deslocar-se à Austrália em Junho de 1882 para recuperar<sup>114</sup>.

Naturalmente, as condições higiénicas e a perigosidade do próprio trabalho provocavam fatalidades<sup>115</sup>. Numa ocasião, um deslizamento de terras soterrou duas nativas, que só foram desenterradas no dia seguinte<sup>116</sup>. Noutra, Merivale foi forçado a contactar

101 *Walter Merivale and his family*..., 25 e 30-1.

102 *Merivale Correspondence*, carta de Walter de 7.7.83.

103 *Walter Merivale and his family*..., 46.

104 *Id.*..., 38.

105 KERR & PEREIRA, 2012. PEREIRA, 2015. TELO, 1991.

106 *Walter Merivale and his family*..., 41. CORREIA, 1926: 338-45. KERR & PEREIRA, 2012: 184.

107 *Merivale Correspondence*, carta de Walter de 17.5.85, 2v.

108 *Id.*, cartas de Walter de ?10.84; 28.3.1885, 2; carta de Magdalene de 20.3.83, 1.

109 *Walter Merivale and his family*..., 41.

110 *Merivale Correspondence*, cartas de Walter de 27.4.82, 4v; 30.4.82, 1v; 7.5.82, 1; 31.5.82, 1; 28.6.82, 1; 28.6.85, 1; carta de Magdalene de 29.2.84, 1v.

111 HEADRICK, 1981: 73.

112 *Merivale Correspondence*, carta de Walter de 10.5.82, 1.

113 *Id.*, cartas de Walter de 23.1.82, 3; 26.3.82, 1v; carta de Magdalene de 2.5.85, 1v-2.

114 *Minutes of the Proceedings*..., 349. *Walter Merivale and his family*..., 20.

115 KERR & PEREIRA, 2012: 184.

116 *Merivale Correspondence*, carta de Magdalene de 19.4.83, 1v.

de perto com a morte, uma experiência que marcou bastante o jovem engenheiro:

*I have seen, & touched a dead man today for the first time in my life [um nativo que morreria no dia anterior de cólera]. «When I got to the place this morning I found him. With great difficulty I forced 4 men to dig a hole, but they were men of different caste & it was not until I began to lift the corpse myself – such a cold shiver I never felt before – that they helped»<sup>117</sup>.*

Neste contexto seria de pensar que as condições financeiras eram tentadoras, como o eram para os técnicos portugueses<sup>118</sup>, mas não é isso que Merivale revela nas suas missivas. A viagem e o seguro foram pagos pelo pai, a quem Walter foi depois reembolsando<sup>119</sup>. O seu contrato rendia-lhe 600£/ano nos dois primeiros anos e 700 nos dois anos seguintes. Como vimos, Sawyer não o aumentou como devia, o que o forçou a vender alguns bens para cobrir as despesas<sup>120</sup>. Para organizar o casamento foi forçado a endividar-se, mas a chegada de Magdalene à Índia contribuiu para equilibrar as finanças. A sua esposa passou a controlar o orçamento familiar e conseguiu diminuir a despesa anual em cerca de 100£<sup>121</sup>. Quando Sawyer desbloqueou o aumento salarial que lhe era devido, as contas familiares ficaram mais desafogadas, muito devido também à ação de Magdalene que proibiu o marido de comprar um clarinete e um piano antes das dívidas estarem saldadas. Walter obedeceu, argumentando que «it was for stealing his subjects money that K Charles lost his head»<sup>122</sup>.

A partir de Fevereiro de 1883, a preocupação passa a ser o futuro depois de Mormugão, que Merivale preferia inicialmente que não passasse pela Índia. A sua predileção ia claramente para um emprego em Inglaterra, mas ele próprio reconhecia que tal perspectiva era inexequível. Assim, impunham-se outras paragens onde a construção ferroviária se começava a desenvolver: Rússia, Japão, Canadá ou Austrália eram possibilidades, mas ele elegia uma outra: «I have a fancy to see China». A Coreia era outra hipótese, mas que ele afastava por um motivo particular: «Corea (sic) too seems to be civilising, though against their will [...]. I think when people are being civilized against their will they are apt to resent it in the most savage way»<sup>123</sup>.

Contudo, Merivale foi-se acostumando à Índia, confirmando o que lhe haviam dito anteriormente: «that most men who come out to India change very considerably»<sup>124</sup>. A Índia tinha a curiosa vantagem de usar medidas centesimais, o que facilitava os cálculos: uma *chain* (corrente) equivalia na Índia a 100 pés ao passo que em Inglaterra correspondia a 66. Neste sentido, Merivale não tinha dúvidas: «were I King, I would annihilate

<sup>117</sup> Id., carta de Walter de 21.11.84, 2. O episódio foi tão marcante que constou inclusivamente do seu obituário (*Minutes of the Proceedings...*, 349).

<sup>118</sup> MARÇAL, 2016: 116.

<sup>119</sup> *Merivale Correspondence*, carta de Walter de 23.1.82, 2v.

<sup>120</sup> Id., carta de Walter de 28.10.83, 2v.

<sup>121</sup> Id., carta de Walter de 8.2.83, 2-2v.

<sup>122</sup> Id., carta de Walter de 21.11.84, 1-1v e 2v.

<sup>123</sup> Id., cartas de Walter de 8.2.83, 1v-2; 21.11.84, 1v e 2v.

<sup>124</sup> Id., carta de Walter de 28.3.87, 2.

the yard, the inch, the mile, rod, pole & perch, the penny, the sovereign & all weights and measures except the gallon, the shilling & the foot, & these should all be divided & multiplied by 100»<sup>125</sup>.

Assim, já não punha de parte continuar no subcontinente, até porque a construção da linha de Mormugão ia decerto prolongar-se muito para lá do término do seu contrato (como de facto aconteceu: a obra foi inaugurada com dois anos de atraso)<sup>126</sup>. Preferia, contudo, não ficar em Goa, pois estava cansado da «atmosphere of red tape, rules & formulae» imposta pelos portugueses e dos seus pedidos de emprego para os protegidos<sup>127</sup>. A forma como os engenheiros portugueses geriam obras públicas era de facto bastante diferente da praticada pelos britânicos. Em Portugal, a presença dos poderes públicos era marcante, sendo menos perceptível no contexto inglês, o que se refletia numa maior regulamentação e burocracia<sup>128</sup>. Demais, a WIP passava por dificuldades<sup>129</sup> e a esperada fusão com uma companhia vizinha (a Southern Mahratta Railway) não se concretizara. Aliás, nem Sawyer tinha um emprego garantido<sup>130</sup>. A desilusão face à companhia é bem visível se compararmos duas passagens espaçadas dois anos entre si. Em 1882, Walter mostrava-se muito otimista em relação à obra (como aliás quase todos os que opinavam sobre ela<sup>131</sup>): «I have very little doubt as to the success of this railway»<sup>132</sup>; mas em 1884 já era da opinião que a iniciativa ferroviária na Índia só devia caber ao Estado, porque se destinava sobretudo a satisfazer um serviço público (militares, transporte urgente de víveres ou escoamento de matérias-primas necessárias em Inglaterra)<sup>133</sup>.

Ele próprio optou por sair antes mesmo do contrato expirar, logo que terminou o seu próprio trabalho, em Julho de 1885. Naturalmente, pais e esposa não entenderam a sua decisão<sup>134</sup>. Ele encarava-a de forma muito prática: «There is no hardship in it, I have finished my work, that is all»<sup>135</sup>. Merivale tinha já iniciado contactos com outros agentes indo-britânicos, nomeadamente Douglas Forsyth, Louis Mallet, F. S. Chapman e o subsecretário do governo de Bombaim, Sampson, tendo o pai intercedido também em Inglaterra, esperando empregar-se noutra estaleiro ferroviário indiano<sup>136</sup>. Douglas Forsyth era um dos fundadores da WIP<sup>137</sup>, que possuía vários interesses noutras companhias ferroviárias indo-britânicas, «certainly a man to make friends with» – dizia Magdalene<sup>138</sup>. Louis Mallet era um diplomata britânico e um dos responsáveis pela assinatura do

<sup>125</sup> Id., carta de Walter de 31.3.84, 1-1v.

<sup>126</sup> Id., carta de Walter de 8.2.83, 2. PEREIRA, 2015.

<sup>127</sup> Id., cartas de Walter de 30.4.82, 2; 3.4.1885, 2v.

<sup>128</sup> KERR *et al.*, 2013: 330.

<sup>129</sup> *The Railway Times*, 48/28:2479, 863.

<sup>130</sup> *Merivale Correspondence*, cartas de Walter de 3.5.85, 1-1v; 9.5.85, 1v; 17.5.85, 2.

<sup>131</sup> PEREIRA, 2015: 240.

<sup>132</sup> *Merivale Correspondence*, cartas de Walter de 30.4.1882, 2.

<sup>133</sup> Id., cartas de Walter de 17.2.1884, 2.

<sup>134</sup> Id., carta de Walter de 9.5.85, 1.

<sup>135</sup> Id., cartas de Walter de 3.5.85, 1-1v; 9.5.85, 2.

<sup>136</sup> Id., cartas de Walter de 3.5.85, 2; 17.5.85, 1; 28.6.85, 1.

<sup>137</sup> Compilação Oficial de Legislação Portuguesa, 1881, 53.

<sup>138</sup> *Merivale Correspondence*, cartas de Magdalene de ?1.2.83; ?1.84, 1v.

tratado de 1878 que dera origem ao caminho-de-ferro de Mormugão, sendo, além disso, primo de Walter<sup>139</sup>.

## CONCLUSÃO

Depois de Goa, Merivale voltou a Inglaterra, mas rapidamente regressou à Índia, ao serviço do Indian Midland Railway (primeiro como *assistant engineer* e depois como *district engineer*), dando continuidade a uma carreira de engenheiro ferroviário que se prolongaria até inícios do século XX na Costa Rica, Barbados e Venezuela, onde contrairia a doença que o vitimaria em 1902<sup>140</sup>.

Neste artigo, focamo-nos na parte da sua carreira em Goa e nas cartas que escreveu durante esse período, que mostram um homem assertivo, confiante, muito concentrado no trabalho, por vezes conflituoso e que desdenhava comportamentos mais dissolutos como o alcoolismo. As cartas mostram também um técnico em aprendizagem, tanto no que diz respeito à sua profissão (e aqui tanto em relação aos aspetos técnicos da sua arte como no que concerne à gestão pessoal e de recursos humanos) como à vivência num novo continente.

Naturalmente, é-nos impossível confirmar todas as informações contadas por Merivale, sobretudo em relação aos nativos, aos portugueses e às relações com os seus camaradas. Merivale podia muito bem refletir apenas as representações que os seus conterrâneos tinham dos indianos e dos lusos ou simplesmente descrever aos seus familiares perceções que não correspondiam à realidade (embora em relação a este último aspeto nunca tenhamos encontrado nenhuma contradição clara entre os seus relatos e os de sua esposa).

São documentos que mostram o caminho-de-ferro de Mormugão noutra perspetiva, além da descrita pelos engenheiros portugueses que a fiscalizaram. A sua mais-valia reside precisamente em contar a história de parte da construção do ponto de vista dos técnicos ingleses, sobre o qual não existem muitas fontes disponíveis (sucintos relatórios e contas da companhia e alguns pareceres de Sawyer). Além do mais, em virtude da sua própria natureza (cartas pessoais), contam mais detalhes do que aqueles que se podem encontrar em relatórios mais formais, sobretudo a nível pessoal (do impacto da mudança para um novo continente) e familiar (como gerir uma família nesse novo contexto). Acabam sobretudo por confirmar aquilo que já se sabe sobre a história da linha, mais do que contar uma narrativa nova, no entanto inovam por relatar os acontecimentos da perspetiva da primeira pessoa.

Permitem também ter uma visão mais ampla sobre os meandros duma profissão<sup>141</sup> (a de engenheiro civil), contribuir para as áreas da história da tecnologia e da história do trabalho<sup>142</sup> e, por fim, reforçar o valor da correspondência pessoal para análises históricas.

---

<sup>139</sup> Id., carta de Walter de 3.5.85, 2. PEREIRA, 2017a.

<sup>140</sup> *Minutes of the Proceedings...*, 349-50.

<sup>141</sup> ANDRADE, 2014: 47. MORAES, 2007: 30.

<sup>142</sup> MARÇAL, 2016.



## FONTES

- Arquivo Histórico Ultramarino – *Caminho de Ferro de Mormugão*, mç. 2625.
- Bodleian Libraries – *Correspondence of the Merivale Family, 1869-1943, mainly of Walter Merivale, railway engineer, and his wife Emma Magdalene, Letters to Merivale's parents and sisters, Sophy and Judith, from him and Maggie, 1882-6*, MS. Eng. c. 5240.
- \_\_\_\_ *Walter Merivale and his family (1855-1902), compiled by Judith S. Bunbury (1990)*, MS. Eng. d. 2640.
- Compilação Oficial de Legislação Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional. Vários vols.
- Legislação e disposições regulamentares sobre caminhos de ferro ultramarinos*. Lisboa: Imprensa Nacional. 2 vols.
- Library of the Institution of Civil Engineers – *Minutes of the Proceedings of the Institution of Civil Engineers*, vol. CXLIX (1902).
- MERIVALE, A. W., comp. (1884) – *Family Memorials*. Exeter: Thomas Upward.
- The Railway Times (vários anos)*.

## BIBLIOGRAFIA

- ALEXANDRE, V.; DIAS, J., eds. (1998) – *O Império Africano 1825-1890*. Lisboa: Estampa.
- ALMEIDA, P. T. (2003) – *O arquivo José Luciano de Castro*. «Penélope», 29, 169-71.
- ANDRADE, B. A. (2014) – *Informações epistolares: memórias em envelopes*. João Pessoa: UF Paraíba. Diss. dout.
- BARDIN, L. (1979) – *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- BEAUMONT, M. (2015) – *Sir John Hawkshaw, 1811-1891. The Life and Work of an Eminent Victorian Engineer*. Nottingham: The Lancashire & Yorkshire Railway Society.
- BERLINCK, R. A.; BARBOSA, J. B.; MARINE, T. C. (2008) – *Reflexões Teórico-Metodológicas sobre Fontes para o Estudo Histórico Da Língua*. «Revista da ABRALIN», 7: 2, 169-95.
- BINNS, J. W. (1970) – *The Letters of Erasmus*. In DOREY, T. A., ed. – *Erasmus*. Londres: Routledge, 55-79.
- BUCHANAN, R. A. (1986) – *The Diaspora of British Engineering*. «Technology and Culture», 27: 3, 501-24.
- CANNADINE, David (2002) – *Ornamentalism. How the British Saw Their Empire*. Londres: Penguin Books.
- CASTILLO GÓMEZ, A. (2002) – *De la suscripción a la necesidad de escribir*. In CASTILLO GÓMEZ, A. – *La conquista del alfabeto: escritura y clases populares*. S. l.: Trea, 21-52.
- \_\_\_\_ (2003) – *Los manuales epistolares: entre el uso y la representación*. In SIERRA BLAS, V. – *Aprender a escribir cartas. Los manuales epistolares en la España contemporánea (1927-1945)*. Gijón: Trea, 13-24.
- \_\_\_\_ (2005) – «El mejor retrato de cada uno». *La materialidad de la escritura epistolar en la sociedad hispana de los siglos XVI e XVII*. «Hispania», LXV/3: 221, 847-76.
- \_\_\_\_ (2010) – *Les écrits du for Privé en Espagne de la fin du Moyen Âge à l'époque contemporaine. Bilan et perspectives*. In BARDET, J.-P.; ARNOUL, E.; RUGGIU, F.-J., eds. – *Les écrits du for privé en Europe du Moyen Âge à l'époque contemporaine*. S. l.: Enquêtes, Analyses, Publications, 31-47.
- CASTRO, A. P. (2009) – *D. Francisco Manuel de Melo, um polígrafo de «cartas familiares»*. «Península. Revista de Estudos Ibéricos», 6, 11-6.
- CHARTIER, R. (1992) – *El mundo como representación. Historia cultural: entre práctica y representación*. Barcelona: Gedisa.
- CORREIA, A. C. G. S. (1926) – *Índia Portuguesa (fisiografia e clima)*. Lisboa: Casa Portuguesa.
- COSTA, B. C. (1923) – *Geografia física e política*. In *A Índia Portuguesa*. Nova Goa: Imprensa Nacional, 1, 5-49.
- DAUPHIN, C. (1997) – *Letter Writing Manuals in the Nineteenth Century*. In CHARTIER, R.; BOUREAU, A.; DAUPHIN, C., eds. – *Correspondence. Models of Letter-Writing from the Middle Ages to the Nineteenth Century*. Princeton: PUP, 112-57.
- \_\_\_\_ (2009-10) – *La correspondance familiale comme objet historique (France, XIXe siècle)*. In «Perspectivas

- actuales en la Investigación sobre escritura y comunicación epistolar». Disponível em [www.siece.es/siece/conferencias/conferencias\\_2009.html](http://www.siece.es/siece/conferencias/conferencias_2009.html), consultado em 5.4.2017.
- DIOGO, M. P. (2009) – «Domesticating» *the Wilderness: Portuguese Engineering and the Occupation of Africa*. In MATOS, A. C.; DIOGO, M. P.; GOUZEVITCH, I.; GRELON, A., eds. – *The Quest for a Professional Identity: Engineers between Training and Action*. Lisboa: Colibri, 471-81.
- FOUCAULT, M. (1992) – *A escrita de si*. In FOUCAULT, M. – *Ética, sexualidade e política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 129-60.
- GRACIAS, João Baptista Amâncio (1940) – *Caminho de ferro e porto de Mormugão*. Bastorá: Tipografia Rangel.
- HEADRICK, D. R. (1981) – *The Tools of Empire. Technology and European Imperialism in the Nineteenth Century*. Oxford: OUP.
- HIROSE, S. (2010) – *Two classes of British Engineers: An Analysis of Their Education and Training, 1880s-1930s*. «Technology and Culture», 51: 2, 388-402.
- IRVING, R. J. (1976) – *The North Eastern Railway Company, 1870-1914: an economic History*. Leicester: LUP.
- KERR, I. J.; PEREIRA, H. S. (2012) – *India and Portugal: the Mormugão and the Tua Railway compared*. In McCANTS, A.; BEIRA, E.; CORDEIRO, J. M. L.; LOURENÇO, P. B., eds. – *Railroads in Historical Context: construction, costs and consequences*. Porto: EDP; MIT Portugal Program; UM, 2, 169-98.
- KERR, I. J.; NAVARRO, B. J.; PEREIRA, H. S. (2013) – *Labour relations and the processes of railway construction in Portugal, India and Africa, circa 1850-circa 1910*. In McCANTS et al. – *Railroads in Historical Context...*, 3, 319-42.
- KRIPPENDORFF, K. (1980) – *Content Analysis: an Introduction to Its Methodology*. Londres: Sage
- LAGE, M. O. P., org. (2013) – *Correspondência. Jorge de Sena e Mécia de Sena*. «Vita Nuova» (Brasil, 1959-1965). Porto: CITCEM.
- LE GOFF, J. (1995) – *Writing historical biography today*. «Current Sociology», 11: 11-7.
- LIMA, Alfredo Pereira de (1971) – *História dos Caminhos de Ferro de Moçambique*. Lourenço Marques: s. n.
- MARÇAL, B. J. N. (2016) – *Um império projectado pelo 'silvo da locomotiva'. O papel da engenharia portuguesa na apropriação do espaço colonial africano. Angola e Moçambique (1869-1930)*. Lisboa: UNL. Diss. dout.
- MARQUES, A. H. O.; LOURO, F. C., eds. (1980) – *Montalverne de Sequeira: correspondência*. Ponta Delgada: IUA.
- MENDES, A. L. (1992, reimpr.) – *A Índia Portuguesa. Breve descrição das possessões portuguesas na Ásia*. Lisboa: Fundação Oriente.
- McKAY, J. P. (1970) – *Pioneers for profit: foreign entrepreneurship and Russian industrialization, 1885-1913*. Chicago: UCP.
- MILFORD, L. S. (1909) – *Haileybury College. Past and Present*. Londres: T. Fisher Unwin.
- MOREIRA, F., org. (1998) – *José Luciano de Castro. Correspondência Política (1858-1911)*. Lisboa: Quetzal.
- MÜLLER, F. (2008) – *Correspondências de Clarice Lispector: da remetente à escritora de literatura*. «Estudos Lingüísticos», 37: 3, 317-25.
- MORAES, M. A. (2007) – *Epistolografia e crítica genética*. «Ciência e Cultura», 59: 1, 30-2.
- PAULING, George (1969) – *The Chronicles of a Contractor. Being the autobiography of the late George Pauling*. Bulawayo: Books of Rhodesia.
- PEDRO, E. R., org. (1997) – *Análise Crítica do Discurso. Uma Perspectiva Sociopolítica e Funcional*. Lisboa: Caminho.
- PEREIRA, H. S. (2015) – *Fontismo na Índia Portuguesa: o caminho-de-ferro de Mormugão*. «Revista Portuguesa de História», 46, 237-262.
- \_\_\_\_ (2016a) – *João Lopes da Cruz, system builder da linha de Bragança*. «População e Sociedade», 26, 133-53.
- \_\_\_\_ (2016b) – *Joaquim Tomás Lobo d'Ávila, conde de Valbom: um homem da Regeneração*. «Revista de História da Sociedade e da Cultura», 16, 293-319.
- \_\_\_\_ (2017a) – *O tratado luso-britânico de 1878: história dum acordo tecnodiplomático em três atos*. «Revista de História da Sociedade e da Cultura», 17, 229-252.

- \_\_\_\_ (2017b) – *Tecnologia, periferia e caciquismo: Abílio Beça e o caminho-de-ferro de Bragança*. «Análise Social», 52: 222, 40-71.
- \_\_\_\_ (2017c) – *The technodiplomacy of Iberian transnational railways in the second half of the nineteenth century*. «History and Technology», 33, 175-195.
- PETRUCCI, A. (2006) – *Escritura y epistolografía*. «Cultura Escrita & Sociedad», 2, 163-82.
- PIRET, A.; NIZET, J.; BOURGEOIS, E. (1996) – *L'analyse structurale. Une méthode d'analyse de contenu pour les sciences humaines*. Bruxelas: De Boeck & Larcier.
- REID, M. (1990) – *Écriture intime et destinataire*. In BOSSIS, M.; PORTER, C. A., dir. – *L'épistolarité a travers les siècles. Geste de communication et/ou d'écriture*. Estugarda: Franz Steiner Verlag, 20-6.
- SEARA, I. R. (2008) – *A palavra nómada. Contributos para o estudo do género epistolar*. «Estudos Linguísticos», 1, 121-44.
- TELO, António José (1991) – *Lourenço Marques na Política Externa Portuguesa*. Lisboa: Cosmos.
- VALA, J. (1986) – *A análise de conteúdo*. In SILVA, A. S.; PINTO, J. M., org. – *Metodologia das ciências sociais*. Porto: Edições Afrontamento, 101-28.
- VILHENA, M. C. (1985) – *Correspondência de Teófilo Braga: cartas em francês*. Ponta Delgada: UA.
- WEBER, R. P. (1990) – *Basic Content Analysis*. Newbury Park: Sage.



# CARTAS PARA ALMEIDA GARRETT:

## LEMBRANÇAS DO EXÍLIO

MARIA DO ROSÁRIO ALVES MOREIRA DA CONCEIÇÃO\*

**Resumo:** A proposta deste trabalho é analisar e apresentar cartas privadas recebidas pelo escritor João Baptista de Almeida Garrett no período em que esteve no «exílio». São um conjunto de 25 cartas, aproximadamente, escritas por sua mãe e familiares num momento conturbado da história de Portugal. Escolhi três momentos de «exílio» de Garrett. O primeiro ocorreu entre os anos de 1823 e 1826, foi um momento de crise, onde os liberais mais radicais põem-se em fuga e as sociedades secretas são dissolvidas. O segundo ocorreu entre os anos de 1828 e 1832, por causa do retorno de D. Miguel a Portugal e o provável endurecimento político contra os liberais. O terceiro, que classifico como «exílio», mas teve características diferentes das demais, ocorreu entre os anos de 1834 e 1836. Nesse período Garrett foi afastado de Portugal, que estava devastado por uma guerra civil, com o pretexto de compor uma missão diplomática. Todas as cartas escolhidas fazem parte do espólio literário localizado no setor de reservados da Biblioteca da Universidade de Coimbra.

**Palavras-chave:** Almeida Garrett; liberalismo; cartas; exílio.

**Abstract:** The purpose of this paper is to analyse and present private letters received by the writer João Baptista de Almeida Garrett in the period in which he was in exile. They are a set of 25 letters, approximately, written by his mother, Family and friends in a troubled moment of the history of Portugal. I chose three moments of Garrett's exile. The first occurred between the years 1823 and 1826, it was a time of crises, where the most radical liberals are fleeing and secret societies are dissolved, The second occurred between the years of 1828 and 1832, because of the return of D. Miguel to Portugal and the probable political hardening against the liberals. The third, which I classify as «exile», but had different characteristics from the others, occurred between the year of 1834 and 1836. In that period Garrett was removed from Portugal, which was devastated by a civil war, under the pretext of composing a diplomatic mission. All the letters chosen are part of the literary collection located in the reserved sector of the University Library of Coimbra.

**Keywords:** Almeida Garrett; liberalism; letters; exile.

João Baptista de Almeida Garrett nasceu no Porto em 4 de fevereiro de 1799, dentro de uma família burguesa. De 1809 a 1816, viveu em Angra do Heroísmo (Açores), por causa das invasões napoleônicas e lá recebeu educação católica influenciada pelos princípios iluministas. Foi educado sob a orientação de seu tio bispo, frei Alexandre da Sagrada Família, membro da maçonaria e poeta árcade. Em 1816 ingressou no curso de direito da Universidade de Coimbra e transformou-se em líder acadêmico da ala liberal. Acabou participando do movimento que culminou na Revolução Liberal do Porto (1820) que exigia o retorno da Corte, que estava no Brasil, e o estabelecimento de uma Monarquia Constitucional.

*D. João VI chegou à Lisboa em julho de 1821, depois de ter jurado as bases da futura Constituição. Muitos liberais olharam-se com desconfiança, vendo nele o dirigente natural de*

---

\* Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). A pesquisa é financiada pela Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ). Contato: mrosario68@ibest.com.br.

*uma corrente de opinião conservadora e anticonstitucional. Todavia, D. João VI não traiu seu juramento desde logo, aceitando com certa boa vontade tudo aquilo que as Cortes e os governos lhe foram impondo. É verdade que escolheu sobretudo ministros conservadores, mas, no conjunto e durante dois anos, comportou-se bem para um primeiro monarca constitucional. Os dirigentes do movimento absolutista achavam-se antes na rainha Carlota Joaquina e no seu filho, o infante D. Miguel<sup>1</sup>.*

Em 1821, já formado em direito, Garrett foi viver em Lisboa. Por sua amizade com José da Silva Carvalho, figura de proa do liberalismo, obteve nomeação de oficial da Secretaria do Reino.

A independência do Brasil aplicou um golpe mortal na situação precária das fontes de receitas portuguesas. Desaparecerem os sonhos burgueses de recuperar a colônia perdida e a independência deu aos liberais uma grande impopularidade. Muitas das inovações do parlamentarismo não agradavam aos partidários do Absolutismo. Assim, o partido liberal se viu isolado no poder.

Em maio de 1823 os partidários do Absolutismo pegaram em armas em Vila Franca de Xira. Começou a derrocada da primeira experiência liberal em Portugal. D. Miguel filho mais novo de D. João, se apresentou como cabeça do movimento anticonstitucional conhecido como *Vilafrancada*. O infante obedecia a um plano conspirador, para destinar o rei, de quem se dizia que era influenciado pelos liberais. Entretanto, D. João VI rejeitou a ideia de voltar ao passado, prometeu uma Constituição modificada, nomeou outro executivo, decretou a dissolução das Cortes e atribuiu o comando do Exército a D. Miguel. Nesse período as sociedades secretas são dissolvidas e muitos liberais vão para o exílio, entre eles se encontra Almeida Garrett. Começa, assim, um período de grandes conturbações políticas em Portugal.

A proposta deste artigo é analisar e apresentar algumas cartas privadas recebidas pelo escritor e político português João Baptista de Almeida Garrett (1799-1854) no período em que esteve no «exílio». No momento, são um conjunto de 25 cartas, aproximadamente, escritas por sua mãe, familiares e amigos num momento conturbado da história de Portugal. São três os momentos de «exílio». O primeiro ocorreu entre os anos de 1823 e 1826, foi um momento de crise, onde os liberais mais radicais põem-se em fuga e as sociedades secretas são dissolvidas. O segundo ocorreu entre os anos de 1828 e 1832, por causa do retorno de D. Miguel a Portugal e o provável endurecimento político contra os liberais. O terceiro classifico como «exílio», mas teve características diferentes das demais. Ocorreu entre os anos de 1834 e 1836. Nesse período Garrett foi afastado de Portugal, que estava devastado por uma guerra civil, com o pretexto de compor uma missão diplomática. A nomeação do escritor, em fevereiro de 1834, para funções consulares em Bruxelas representasse, talvez, o meio lisonjeiro de afastar de tais acontecimentos uma testemunha que podia tornar-se incomoda. Lá se mantém até meados de 1836, em que é afastado do lugar, em alguns momentos conhecendo as alegrias do estudo, em

---

<sup>1</sup> MARQUES, 1986: 6.

outros conhecendo as angústias de uma vida financeira precária e de desavenças conjugais que culminam, pouco depois, na separação.

Este trabalho é um recorte da minha pesquisa de doutoramento, que está em processo inicial, onde procuro analisar a cultura portuguesa da primeira metade do século XIX, a partir de cartas privadas (ativas e passivas) de Garrett com familiares e amigos entre os anos de 1824 e 1854.

A partir do século XVIII indivíduos comuns passaram a produzir, deliberadamente, uma memória de si. Esse processo se intensifica com o surgimento do homem moderno, que passa a ter direitos civis (século XVIII) e direitos políticos (século XIX). É o surgimento da vida privada em oposição a vida pública. .

O século XIX se tornará a idade do ouro do privado. Embora o ato de escrever cartas, seja praticado desde a Antiguidade, seu significado ganha contornos específicos com a formação do individualismo moderno. Esse homem não se prenderá unicamente ao ato de escrever cartas, esse processo se ampliará com a produção de diários e de autobiografias. Essa produção de memórias de si resultará no recolhimento de objetos pessoais, como fotografias e cartões-postais, que passam a transformar o espaço privado da casa. É a transformação da chamada sociedade tradicional em moderna.

*(...) Invocando princípios novos decorrentes de uma cultura política assente na noção de liberdade, a vida privada é considerada, por aquele influente sistematizador da doutrina liberal com largo eco no triênio vintista, uma característica do «homem moderno» por oposição ao «homem antigo», empenhado nas «cousas públicas». Deste modo, o conceito de vida privada enquadra-se no discurso cultural e político liberal, sendo associado à idéia de modernidade e de ruptura com o passado, em particular, com a sociedade do Antigo Regime. É na vida privada que o indivíduo experimenta o sentimento de independência, sendo entendida como «refúgio» e lugar por excelência da «felicidade» individual e colectiva<sup>2</sup>.*

Foi no século XIX, sob o impulso da burguesia, que a vida privada tem o seu apogeu, e ao mesmo tempo provocou interrogações em torno das relações entre o público e o privado, o coletivo e o individual, o masculino e o feminino. A partir desses questionamentos, percebe-se que a sociedade portuguesa se desenvolve a partir de princípios contrastantes. A Revolução de 24 de agosto de 1820, ao estabelecer um novo sistema jurídico-constitucional, fundamentado na existência de um governo representativo e na separação dos poderes, marcou uma viragem no modo de conceber e de viver em sociedade, tendo feito emergir a consciência de cidadania.

Dentro desse contexto, os testemunhos materiais do passado, proporcionam elementos para apreciar a vida privada, restaurando, ainda que de forma incompleta, o quotidiano vivido ou experiências importantes. Assim, as correspondências permitem uma ampla gama de reflexões sobre os sujeitos e as práticas históricas. A minha escolha por trabalhar com as cartas privadas de Almeida Garrett, e não as correspondências públicas, são fruto desse ambiente histórico.

---

<sup>2</sup> VAQUINHAS, 2011: 11.

Privada, reflexiva e autocrítica, essa escrita também pode ser cultural e política. Entretanto, são necessários alguns cuidados ao trabalhar com esse tipo de fonte. Entre eles está o questionamento se existe um cunho biográfico contido nas cartas selecionadas:

*Uma delas retoma o ponto de «ilusão biográfica», isto é, da crítica que destaca a ingenuidade de se supor a existência de «um eu» coerente e contínuo, que se revelaria nesse tipo de escrita, exatamente pelo «efeito de verdade» que ela é capaz de produzir. (...) O risco para o pesquisador que se deixa levar pelo feitiço das fontes pode ser trágico, na medida em que seu resultado é o inverso do que é próprio dessas fontes: a verdade como sinceridade o faria acreditar no que diz a fonte como se ela fosse uma expressão do que «verdadeiramente aconteceu», como se fosse a verdade dos fatos, o que evidentemente não existe em nenhum tipo de documento<sup>3</sup>.*

Uma nova abordagem é compreender que o autor das cartas é um indivíduo moderno (no caso das missivas escolhidas) com as mais variadas intenções, entre as quais, «permitir o autoconhecimento, o prazer, a catarse, a comunicação consigo mesmo e com outros»<sup>4</sup>, o que permitiria um maior controle sobre sua vida e sua escrita. Não podemos perder de vista que a sociedade moderna consagrou o individualismo.

Outro ponto que merece ser avaliado é o que se refere a escolha da correspondência que será estudada. Cartas privadas e que foram enviadas a quem de direito, integram um tipo de texto, que apesar de conter informações pessoais, se destinam a leitura de outra pessoa, e que possui meios de compreender o que lá vem escrito, e que poderá ser incompreensível ou desinteressante para outros leitores. Escolher o que publicar ou não publicar deve ser um trabalho minucioso e crítico.

É importante destacar que trabalhar com cartas pode ser um processo agradável, mas ao mesmo tempo pode ser difícil e complexo, pois é necessário estar atento a uma série de questões e respondê-las. Em que condições e locais elas foram escritas? Onde foram encontradas e como estão guardadas? Qual ou quais o (s) seu (s) objetivo (s)? Qual o seu ritmo e volume? Quais as suas características como objeto material? Quais assuntos – temas envolvem? Como são explorados em termos de vocabulário e linguagem?

Outra questão relevante é o que as organizadoras do livro *Prezado senhor, prezada senhora*, uma coletânea de textos sobre cartas, constatam que apesar do crescente interesse pelo estudo de missivas, ainda existe uma disparidade entre o volume de cartas escritas por artistas, personalidades históricas e intelectuais em relação aos poucos trabalhos feitos com correspondência. Apesar dos esforços dos estudiosos do tema, ainda não há um volume considerável sobre a questão. No caso de Almeida Garrett, as publicações de maior relevância foram publicadas em Literatura Portuguesa e não em História. Já foram publicadas algumas edições críticas a respeito de sua correspondência, mas é ainda um número pequeno mediante ao acervo de cartas do autor. O que me leva a cogitar na possibilidade de existir uma ausência historiográfica e que a minha pesquisa possui um

<sup>3</sup> GOMES, 2004: 15.

<sup>4</sup> GOMES, 2004: 16.



cunho inédito sobre esse importante escritor/político português do século XIX e a sociedade na qual ele estava inserido.

O espólio literário de Almeida Garrett que está na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra é constituído por manuscritos literários, autógrafos e cópias (teatro, poesia, ficção, ensaios e apontamentos); correspondência oficial e particular (cartas ativas e passivas) e documentos particulares. Dentro desse espólio vou utilizar a correspondência particular (de amigos e de familiares), todas dirigidas a Garrett.

As cartas de familiares contabilizam, mais ou menos, 110 cartas de 17 parentes. As que mais tomam corpo são as de D. Ana Augusta Leitão (mãe – 14 cartas inéditas), Joaquim António da Silva de Almeida Garrett (irmão – 25 cartas inéditas), Alexandre José da Silva de Almeida Garrett (irmão – 45 cartas já editadas em livro), António Bernardo (irmão – 5 cartas inéditas), Francisco de Sá de Menezes (sobrinho – 6 cartas inéditas) e outros.

Embora a Biblioteca Geral possua a maior parte do Espólio de Almeida Garrett, existem também manuscritos na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, na Sala Ferreira Lima. Essa sala faz parte do Centro de Literatura Portuguesa e é depositária de um grande acervo documental. Nesta existem cartas de Almeida Garrett para amigos e familiares. Num breve levantamento averigui a existência de aproximadamente 100 cartas para amigos, entre eles, Rodrigo da Fonseca Magalhães, Conde do Lavradio, Marques de Loulé, Rodrigo José de Lima Felner, Alexandre Herculano e outros.

A partir dessas missivas é possível identificar o amplo e complexo quadro cultural e político da época: as ideias difundidas no meio familiar e também com outros intelectuais, a questão religiosa, as questões de herança e conseqüentemente as questões econômicas e financeiras que atingem Garrett e Portugal, as articulações de bastidores da política, a movimentação de amigos em cargos públicos, a liberdade de imprensa e até questões da publicação de romances de Garrett na França e o número possível de leitores.

É importante salientar que tanto na Terceira, onde as tropas constitucionais tinham permanecido por um tempo, quer no porto, após o desembarque, Garrett foi chamado para trabalhar na reorganização do país, trabalhando com Mouzinho da Silveira na preparação de reformas que mudaram a estrutura socioeconômica de Portugal.

*Esperam-no, porém, graves dissabores, provindos da sua isenção política e do seu empenho em efectivas mudanças. Ainda em 1832, é afastado do espaço nacional, devastado pela guerra civil, a pretexto de uma missão diplomática que o leva de novo a Paris e Londres. Quando reentra em Lisboa, quase um ano depois, permanecia o estado em luta e a discórdia grassava entre os liberais, entregues, muitos deles, após a vitória constitucional (1834), à ambição desenfreada de cargos e riquezas, facilitada pelo decreto das «indemnizações», que ressaltava a vingança política, e pela venda em hasta pública dos bens retirados às ordens religiosas, na sequência da legislação anticlerical de Joaquim António de Aguiar. A nomeação do escritor, em fevereiro de 1834, para funções consulares em Bruxelas representa talvez o meio lisonjeiro de afastar de tais desmandos uma testemunha que podia tornar-se incômoda. Aí se mantém até meados de 1836 (em que é afastado do lugar), ora conhecendo as alegrias do estudo (inicia-se na literatura alemã) e do prestígio social (acusam-no de gastos excessivos com a toilette), ora*

*as angústias de uma financeira débil e de desavenças conjugais que culminam, pouco depois, na separação*<sup>5</sup>.

Neste trabalho utilizo somente as que foram escritas nos 3 momentos de exílio. O maior volume de cartas desse período é o de sua mãe Ana Augusta de Almeida Leitão, que soma um total de 14 cartas. A temática, na primeira fase do exílio são constantes, a preocupação com a viagem e se já foi possível arrumar uma colocação em algum trabalho, pois os pais também não têm condições de enviar grandes somas (até pela dificuldade do momento). Na primeira carta de 17 de novembro de 1824, a mãe já descreve sobre o estado de saúde de seu pai (que morreria 10 anos depois – no terceiro exílio do Garrett) e comenta o envio de dinheiro para ele. Nesta primeira carta narra um fato interessante: Ela informa que o tio João que morava no Brasil (Pernambuco) precisou fugir por matas e atravessou todo o país até conseguir se esconder no Rio de Janeiro de onde pegou um navio para o Faial. Este tio teve seus bens e livros confiscados por se encontrar com documentos de fidelidade ao Rei (O Brasil neste momento já está independente).

*Teu tio João chegou há pouco ao Faial vindo do Rio, aonde foi ajudado depois de uma fuga de mais de um ano, em que atravessou matas e todo o país de Minas Gerais, para escapar com vida, sequestraram-lhe tudo, até os seus livros, e como ele diz vem só rico de documentos de fidelidade ao Rei*<sup>6</sup>.

A preocupação da mãe em saber se Garrett conseguiu algum emprego se justifica, pois no período em que esteve em Londres passou por sérias crises financeiras e viveu durante muito tempo de ajuda de amigos e dos poucos recursos que seus pais conseguiam lhe oferecer. Por intermédio de seu amigo Freire Marreco, Garrett consegue emprego no Banco Laffite em Havre na França e resolve mudar de país. Entretanto, numa carta de 1824, a mãe lhe informa que lhe enviou umas «letrinhas de 20 mil contos de reis». Nesse período ele já estava empregado, mas continuava com problemas. Regressa do exílio em 1826.

Em 1828 inicia-se o segundo exílio de Garrett, que só terminará em 1832. O grande número de exilados, tanto na Inglaterra como na França fez surgir nesses países um intenso grupo de colaboradores portugueses em jornais. É claro que a principal motivação desses exilados era a do restabelecimento da liberdade em Portugal. Contudo, este grupo de exilados não tinha uma posição única a respeito do destino de Portugal. Na última fase de luta política são visíveis as cisões entre os exilados. De um lado estavam os que tinham Palmela como chefe, que defendia uma orientação moderada anglófila. De outro estavam os seguidores de Saldanha, um grupo mais radical, mais francófilo.

Nessa fase do exílio existem duas pequenas correspondências do seu irmão Joaquim para Garrett. A constante preocupação com os rumos de Portugal e a as condições de vida no exílio são os pontos chaves destas duas pequenas correspondências.

---

<sup>5</sup> MONTEIRO, 2001: 11-12.

<sup>6</sup> A carta foi somente atualizada ortograficamente. Essa carta está no Espólio Garrett, BGUC, caixa 131.

Entretanto, Almeida Garrett, que até então este instante mantivera uma posição equidistante escreve uma série de cartas com o pseudônimo de Mutius Scevola. Irritado com os abusos que vinham acontecendo, assim se expressa num pequeno trecho da carta:

*Vimos cobertos de lagrimas, muitos de sangue, todos de opprobrio, viemos padecer e gemer na terra estrangeira; e nem a terra estrangeira nos pôde ser refugio contra a dominação odiosa da aristocracia, por quem perdemos a pátria. Sêcca de olhos, e sã de corpo, sem vergonha de suas infâmias, nem remorso de seus crimes, atraz de nós veio a toda a presa, para que lhe não escapasse uma hora de opressão, para que nem nas misérias do desterro, aos fadados portugueses coubesse um dia de liberdade. Por artes, por astúcia, por manha por seduções dos incautos, por compra dos objectos e venaes, eil-a que se instaura na dominação – e nos domina, maltrata, e insulta e corrompe como d'antes: e nós a sofrer. Que mais ou menos do que isto nos tem feito os Palmellas, os Guerreiros, os Cândidos, os Balbinos, os Franciscos d'Almeida, os Carvalhos, os Magalhães? Esta liga de aristocracia e parasitas, de privilégios, foi, é, e será a nossa perdição e ruína se enfim não acordamos para nos libertar-mos, e os punirmos<sup>7</sup>.*

Esta carta foi publicada num folheto com o seguinte título «Direcionado ao futuro Editor do primeiro jornal liberal que em português se publicar». Estava datada de Londres, 4 de outubro de 1830. Apenas a primeira carta foi impressa, contrariando os planos do autor que desejava fazer uma série de folhetos. O seu plano não teve êxito, pois mesmo sendo assinado por Mutius Scevola, os leitores logo descobriram a autoria do desabafo.

Apesar desta ser uma carta «ficcional» e não estar dentro do material selecionado para análise. Ela demonstra a importância deste tipo de produção (cartas) para pensar o período Oitocentista.

A partir da morte de seu pai (Antonio Bernardo da Silva em 1834), os assuntos giram sempre em torno da questão dos bens deixados e que devem ser partilhados, as dívidas contraídas por D. Ana por causa da doença do marido. O que chama a atenção é a constante reclamação pela falta de resposta de Garrett às suas cartas. Ele fica até um ano sem enviar notícias a sua mãe (Essa reclamação é uma constante nas três etapas do exílio – o que parece ser uma característica do Garrett – pois ela tem notícias que ele envia cartas para outras pessoas). Em 22 de fevereiro de 1835 ela escreve para Garrett, um ano após a sua partida para a Bélgica:

*Recebi a primeira carta tua desde que partistes de Lisboa com data de 1 d'Janeiro de 1835!! Graças a Deus que me tem confortado em todas as minhas aflições mostrando-me ao mesmo tempo que nelas ele me conforta, e que só nela devo esperar! Julgava eu que a grande dor e saudade encheria todo o coração, e não poderia entrar outro sentimento: mas a triste experiência me tem mostrado qual era a minha ignorância; tenho pois aprendido na velhice; e de sorte, que chamo às vezes á memória e a saudade de teu pai e á ela que suaviza as outras magoas...<sup>8</sup>*

<sup>7</sup> AMORIM, 1881: 513.

<sup>8</sup> A carta foi somente atualizada ortograficamente. Essa carta está no Espólio Garrett, BGUC, caixa 132.

Sobre questões econômicas e conseqüentemente valores pagos por seus romances, encontrei uma carta bem significativa:

Trago um pequeno trecho de uma carta de João Pedro Aillaud de 1.º de Dezembro de 1835 para Almeida Garrett.

*Cá poucos dias tive o prazer de receber o seu muito prezado favor de 24 passado, e sobre seu conteúdo vou lançar-lhe aqui no papel as seguintes reflexões.*

*(...)*

*A comparação que V. S. me faz sobre preços de manuscritos em França de 100 f. por folha não me parece poder aplicar-se ao negócio em questão. Livros em Língua Francesa são comprados por um público de não s/ó de 32 milhões de habitantes franceses, mas além disso pela Europa Inteira e por uma parte, das outras quatro partes do Globo, mas um Livro Português não sai infelizmente do círculo de 4 milhões de Portugueses e Brasileiros.*

*Em França tira-se um bom livro a 2.500 a 3.000 exemplares e se ele tem voga, em 3, 6 ou 9 meses, ou em fim de um curto espaço de tempo esgota-se a Edição. Um Livro Português tira-se a 1.000 exemplares e esses duram anos e anos.*

*Do Parnaso feito em 1827 apenas se tem vendido mil exemplares em 8 anos! Portanto não comparemos uma coisa com a outra! Pois não há comparação (...)<sup>9</sup>.*

Esta carta também foi recebida no terceiro exílio. Provavelmente Garrett reclamava dos preços pagos por suas obras pelo livreiro, tentando em vão conseguir valores mais altos por conta de seus problemas financeiros. Entretanto, Aillaud tem consciência da dificuldade e do alto custo de produzir livros. E com certeza não estava disposto a ter prejuízos e fez uma análise bem realista do mercado consumidor, levando em consideração o número possível de leitores, destacando a diferença entre a venda de literatura francesa e portuguesa, mesmo que o autor fosse Almeida Garrett. Muitos livros de interesse da época só chegavam às mãos de seus leitores através de importação, o que os deixavam mais caros e mais distantes do público. Não se pode esquecer que a tarefa de levar livros aos leitores era muito complexa e envolvia um número considerável de pessoas e de gastos. O processo começava pela relação autor-editor que dependia de tipógrafos, fornecedores de papel, distribuidores do produto e livreiros para que o produto final chegasse ao leitor. Além disso, era necessário levar em consideração questões sociais, econômicas e políticas da época que poderiam dificultar a chegada do livro ao seu público.

Para finalizar, é importante destacar que Almeida Garrett, no percurso de uma vida agitada, muitas vezes marcadas pelas provações e infortúnios, soube produzir uma extraordinária e intensa atividade como escritor e homem público. Consciente de seu valor, escreveu a sua própria biografia para o jornal Universo Pitoresco e deixou uma vasta publicação, incluindo cartas pessoais, ofícios e fictícias. Proporcionando ao pesquisador uma ampla variedade de fontes que são essenciais para compreender e vislumbrar o século XIX.

---

<sup>9</sup> A carta foi somente atualizada ortograficamente. Essa carta está no Espólio Garrett, BGUC, caixa 132.

## BIBLIOGRAFIA

- AMORIM, Gomes de (1881-1884) – *Memórias biográficas*. Lisboa: Imprensa Nacional, 3v.
- ANASTÁCIO, Vanda (Coord.) (2005) – *Correspondências (Usos da carta no século XVIII)*. Lisboa, Edições Colibri/Fundação das Casas de Fronteira e Alorna.
- BASTOS, Lúcia M. (2009) – *Opinião Pública*. In: JÚNIOR, João Feres (Org.) *Léxico da História dos Conceitos Políticos do Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- BONIFÁCIO, Maria de Fátima (2017) – *História e Ideologia. Uma polêmica Novecentista*. Lisboa: Editorial Presença.
- BRAGA, Teófilo (1905) – *Garrett e os dramas românticos*. Porto: Lello, p.365.
- CABRAL, Luís (coord.) (1999) – *Garrett Jornalista*. Porto: Litogaia.
- CHARTIER, R. (1990) – *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa, Difel.
- DARNTON, Robert (1992) – *História da Leitura*. In: BURKE, Peter (org.). *A Escrita da História. Novas Perspectivas*. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Ed. da Unesp.
- \_\_\_\_ (2010) – *A questão dos livros: passado, presente e futuro*. Tradução: Daniel Pellizzari. São Paulo: Companhia das Letras.
- FRANÇA, José-Augusto (1993) – *O romantismo em Portugal*. 3 ed. Lisboa: Livros Horizonte.
- GALVÃO, Walnice Nogueira & GOTLIB, Nádia Battela (2000) – *Prezado Senhor, prezada senhora. Estudos sobre cartas*. São Paulo. Companhia das Letras.
- GARRETT, Almeida (1963) – *Portugal na balança da Europa*. In: *Obras de Almeida Garrett*. Volume I. Porto: Lello e Irmão Editores.
- \_\_\_\_ (2003) – *Viagens na minha terra*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- \_\_\_\_ (2012) – *Correspondência Familiar*. Edição de Sérgio Nazar David. Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- GAY, Peter (2001) – *Guerras do Prazer: a experiência burguesa: da rainha Vitória a Freud*. São Paulo. Companhia das Letras.
- GOMES, Ângela de castro (org.) (2004) – *Escrita de Si Escrita da História*. Rio de Janeiro. Editora FGV.
- MATTOSO, José (org.) (1998) – *História de Portugal – O liberalismo*. 5.º volume. Lisboa: Editorial Estampa.
- \_\_\_\_ (org.) (2011) – *História da Vida Privada em Portugal. A época contemporânea*. Maia, Círculo de Leitores.
- MONTEIRO, Ofélia Paiva (1971) – *A formação de Almeida Garrett: experiência e criação*. Coimbra. ED. IL.
- \_\_\_\_ (2001) – *O essencial sobre Almeida Garrett*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- \_\_\_\_ (2010) – *Estudos Garretianos*. Rio de Janeiro: EDUERJ.
- PERROT, Michelle (Org.) (2014) – *História da Vida Privada – Da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. 4.º volume. São Paulo. Companhia de Bolso.
- REIS, Carlos & PIRES, M. Natividade (1993) – *História Crítica da Literatura Portuguesa. O Romantismo*. Vol. V, Lisboa: Editorial Verbo.
- RÉMOND, René. (Org.) (1996) – *Por uma História Política*. Rio de Janeiro. Editora UFRJ.
- SANTOS, Maria de Lourdes C. L. dos (1985) – *Os Intelectuais portugueses na primeira metade do século XIX*. Lisboa: Editorial Presença.
- SARDICA, José Miguel (2011) – *A Europa Napoleônica e Portugal. Messianismo Revolucionário, Política, Guerra e Opinião Pública*. Parede. Tribuna da História.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo (1995) – *História de Portugal. Do Mindelo à Regeneração (1832-1851)*. 2 ed. Lisboa: Editorial Verbo.
- \_\_\_\_ (2002) – *História de Portugal. A instauração do Liberalismo (1807-1832)*. 3 ed. Lisboa: Editorial Verbo.
- TENGARRINHA, José (2013) – *Nova História da Imprensa Portuguesa. Das origens a 1865*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- VALENTE, Vasco Pulido (2007) – *A Revolução Liberal (1834-1836) – Os «Devoristas»*. 2ed. Lisboa: Alêthea Editores.
- WINOCK, M. (2000) – *O século dos intelectuais*. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil.



# ESCLARECIMENTO CRÍTICO, RECONCILIAÇÃO E TOLERÂNCIA NAS CARTAS LITERÁRIAS DE JÚLIO DINIS

CARMEN MATOS ABREU\*

**Resumo:** No século XIX a publicação de cartas nos jornais diários foi um investimento que estimulou autores e público leitor em geral. De várias tipologias temáticas, este veio literário consentiu num criativo exercício de escrita ao qual o escritor-médico português Júlio Dinis não foi indiferente. Posteriormente coligidas em *Inéditos e Esparsos*, as suas cartas literárias organizaram um perspicaz e irónico desafio à reflexão a partir de considerações filosóficas, caracterização de género, auscultação dos modos, descrições geográficas ou da apologia das gentes e rotinas da cidade ou do campo, infletindo para linhas de orientação ditadas pela emergente Ciência. Em causa estavam os comportamentos, as condutas psicológicas, o rigor e frieza da estrutura social. Conforme se lerá, nestas cartas assinadas por Diana de Aveleda o desafio foi grande e muitos foram os desafiados.

**Palavras-chave:** Júlio Dinis; Diana de Aveleda; cartas literárias; reconciliação e tolerância.

**Abstract:** The publication of letters in the 19th century daily newspapers stimulated authors and the readership in general. This kind of literature brought to the readers the possibility of discussing and reflecting about different topics, and one of the well-known Portuguese letter-writers was the doctor and fiction-writer Júlio Dinis. Collected in *Inéditos e Esparsos*, his literary letters offer a charming and ironic challenge to the reader's judgement, often mixed by some philosophical considerations. Every subject bring into focus problems of gender, diverse manners in city or field, geographical descriptions and the corresponding influence in moods, reaching some letters to point out several guidelines of the emerging Science. Signed by the female name Diana de Aveleda, in these letters we find a great concern about psychological behaviours and the accuracy and coldness of social structures.

**Keywords:** Júlio Dinis; Diana de Aveleda; literary letters; reconciliation; tolerance.

Tomando parte numa longa tradição, também em Portugal e sobretudo a partir do Renascimento, o modo epistolar no século XIX não constitui novidade literária, já que os escritores, em geral, publicavam os seus textos com a configuração de cartas dirigidas a alguém, a uma minoria, ou a todos os membros de determinada comunidade, cartas enfim sem destinatário certo, cartas que não recebiam resposta, cartas que afinal se impunham quase tão-somente como mote para reflexão, e possível estímulo crítico do tema entre aqueles – leitores, é claro! – que por ele se tivessem interessado.

E assim se erguia a possibilidade do autor dessas cartas dar largas ao seu pensamento junto da sociedade, não se poupando à abordagem de factos ou disposições sociais em relação aos quais discordava, ora refletindo acerca de motivações mais intelectuais, ora discutindo temas de interesse mais prosaico, mas alcançando sempre, mais facilmente, julgamentos imediatos na abordagem de factos ou disposições em relação aos quais discordava. Assim aconteceu com o médico-escritor Júlio Dinis, só que, nesta

---

\* CITCEM, FLUP. Email: carmen.m.abreu@gmail.com.

circunstância, as cartas literárias não se inscrevem na tipologia das que mais comumente se trocavam entre intelectuais e pares da atividade literária, a exemplo da conhecida e posterior troca de correspondência entre Mário Sá Carneiro com Fernando Pessoa. Na sua maioria, as cartas literárias do escritor Júlio Dinis são dirigidas a figuras fictícias e abordam questões frequentemente filosóficas, ainda que por vezes de abrangência generalista, e por isto entenda-se que na conjugação dos desenvolvimentos, tendo embora um determinado mote por base, o discurso inflete para múltiplas questões, por vezes também da ordem do trivial, mas sempre observadas e analisadas com sublimada disposição crítica e psicológica. Das dez «Cartas Literárias», maioritariamente publicadas, em original, n' *O Jornal do Porto* na década de sessenta do século XIX, e postumamente coligidas em 1910 na obra *Inéditos e Esparsos*, só uma delas se encontra assinada com as iniciais do pseudónimo pelo qual o escritor Joaquim Guilherme Gomes Coelho se deu publicamente a conhecer, – J.D. –, pois as restantes encontram-se assinadas com outro pseudónimo – Diana de Avelada. Trata-se de um nome feminino, facilitador a que Júlio Dinis se mantivesse em perfeito anonimato junto do público leitor, opção confortável para deste modo poder chamar mais livremente à colação temas, factos e preocupações sociais em geral, mas também, «questões inerentes ao universo da mulher, trazendo à discussão reflexões sobre a beleza feminina, física e moral, insistência que finalmente se percebe cumprir dupla funcionalidade: procura afirmar a mulher na sociedade pelos valores que lhe são intrínsecos, mas também contribui para que o heterónimo seja eficaz na ocultação da verdadeira identidade»<sup>1</sup>.

A referida carta assinada com as iniciais J.D. é dirigida a um amigo, intitula-se «A Ilha da Madeira», logo começando por referir «que não serão de tintas muito vivas os quadros que traçarei»<sup>2</sup>. De facto, nesta carta somos levados a recordar uma das várias movimentações que Júlio Dinis tivera de efetuar em busca de novos ares que esperançadamente o curassem da doença pulmonar que o vitimou aos trinta e dois anos de idade. Fazendo a apologia do Funchal, do cabo de S. Lourenço e das Desertas, observadas logo à chegada à ilha da Madeira, dá entretanto realce ao sol de outono, ao verde dourado da cana, às palmeiras, às bananeiras, às rosas, malvas, madressilvas, buganvílias e begónias, variedade vegetal que lhe permite afirmar que «tudo tem um ar de festa e alegria. A choça mais humilde tem um jardim à entrada; as flores sorriem à porta dos ricos e dos pobres»<sup>3</sup>. Mas para fruir de tal encanto, considera ser necessário «procurar as freguesias rurais, subir as íngremes ladeiras que costeiam os picos e espriar então a vista pelos formosíssimos vales»<sup>4</sup>, afinal num ato de reconciliação e reconforto espiritual com a natureza circundante que a penosa imposição física motivou na busca das «vitórias do clima sobre a doença»<sup>5</sup>. Referindo-se às viagens, «esse sonho doirado que tanto seduz a imaginação da mocidade (...) transformam-se em amarga proscricção, sempre que as empreendemos,

<sup>1</sup> ABREU, 2015: 41.

<sup>2</sup> DINIS, 1992 [1910]: 137.

<sup>3</sup> *Idem ibidem*, p. 142.

<sup>4</sup> *Idem*.

<sup>5</sup> *Idem*, p. 143.



forçados por uma triste necessidade partimos levando o espírito assobrado por uma ideia, ou antes, por um pressentimento doloroso»<sup>6</sup>. Neste discurso de reconciliação consigo mesmo, embora sempre sofrido, o autor faz uma descrição emocional dos momentos da partida, instantes de profunda tristeza, chegando a revelar ao amigo que

*Quando se perde de vista a terra em que nos ficaram todos os afectos íntimos, parece-nos escutar uma voz interior a perguntar-nos se voltaremos a vê-la. E não há um clarão de esperança a responder a essa interrogação!*<sup>7</sup>.

Passando de seguida a invocar a presença do mar, «esse imenso foco de melancolias, acaba de escurecer-nos o pensamento!»<sup>8</sup>, que numa dimensão mais ampla leva o escritor a referir que «o oceano é um desconsolador companheiro para a alma naquelas disposições»<sup>9</sup>, até que, ao cabo de alguns dias de viagem, se avista ao longe uma sombra mal definida, saudada «como uma promessa de redenção»<sup>10</sup>.

Nesta carta de tristeza, saudade e desesperançado otimismo, o escritor aborda a questão do constrangimento das viagens forçadas «por uma triste necessidade»<sup>11</sup>, para a qual portugueses, ingleses, alemães, brasileiros, norte-americanos ou russos buscam ressarcimento na cidade do Funchal, local milagroso onde se revestem «de esperança os próprios condenados»<sup>12</sup>. E quando se alcançam «vitórias do clima sobre a doença»<sup>13</sup>, Júlio Dinis assume que o triunfo é de todos, já que o inexcusável empenho afetivo da população local toma parte nesse triunfo, conservando a «tradição gloriosa da terra com simpático e louvável orgulho»<sup>14</sup>. E o escritor termina com uma tomada de consciência do tom elegíaco de que a mesma se reveste, logo após, em tom agradecido e laudatório, se ter dirigido em discurso direto aos:

*Anjos adoráveis, corações generosos, vós concorreis com o tesouro dos vossos afectos para a santa missão que se desempenha aqui. Às vezes sob a influência do vosso amor, voltam as cores às faces desmaiadas, um sangue novo circula nas veias exauridas e por um milagre de afecto renasce para a vida o que a ciência já condenar*<sup>15</sup>.

Médico de profissão, de lucidez clínica bem esclarecida, Júlio Dinis coloca finalmente como única possibilidade de cura a intervenção de uma qualquer vontade superior e transcendental, acima da ciência e da Vida.

Passemos às cartas da caneta de Diana de Aveleda, bem mais animadas e animadoras, já que as críticas nelas tecidas procuram esclarecer gestos ou emoções perante um

<sup>6</sup> *Idem*, p. 138.

<sup>7</sup> *Idem*, p. 138.

<sup>8</sup> *Idem*.

<sup>9</sup> *Idem*, p. 139.

<sup>10</sup> *Idem*.

<sup>11</sup> *Idem*, p. 138.

<sup>12</sup> *Idem*, p. 142.

<sup>13</sup> *Idem*, p. 143.

<sup>14</sup> *Idem*.

<sup>15</sup> *Idem*, p. 144.

cúmulo de experiências do quotidiano, já que a grande diversidade dos temas abordados propõe realidades empíricas, embora com frequência mescladas de derivas filosóficas. Trata-se de cinco cartas dirigidas a uma amiga, Cecília, – «nome aristocrático de mulher (...) [que] passará no primeiro romance de Júlio Dinis [*Uma Família Inglesa*], como uma espécie de símbolo da doce feminilidade portuguesa – e burguesa»<sup>16</sup> –, esta amiga era outra dona de casa com quem Diana de Aveleda partilhava as suas inquietações, experiências e opiniões. Uma delas intitula-se «Impressões do Campo», na qual a autora, de vivência cidadina, tal como a amiga a quem se dirige, dá largas aos encantos experimentados pelas expansões pastoris durante uma estada no campo, contrastes prontamente sugeridos pela simples decisão de sair de casa para dar um passeio: «Era levantar-se a gente da mesa da costura, pôr o primeiro chapéu que encontrasse à mão, e, sem consultar o espelho, ir por esses campos fora, comendo cerejas, como uma criança e sem a afectada compostura a que somos obrigados aqui»<sup>17</sup>. Relembre-se que em meados do século XIX a burguesia intelectual preferiu «o afastamento da vida social e o regresso a uma *pax rustica*»<sup>18</sup>, percebendo-se que, nesta carta, a superar o reconforto da pronta e idílica oferta da natureza se coloca talvez a sensação de liberdade por poder sair, sem constrangimentos nem preconceitos de imposição e exibição social, apenas se fazendo acompanhar de um livro e poder sentar-se num «tronco de árvore derrubada, uma pedra musgosa»<sup>19</sup>, logo se encontrando rodeada pela alegria de um grupo de «criancinhas, rotas e quase nuas, que me contemplavam admiradas»<sup>20</sup>. E perante o quadro, acrescenta:

*Pobres crianças! Contava muitos amigos neste pequenino povo, não fazes ideia. Tinha entre eles uma popularidade! Basta que te diga que já me saudavam pelo nome quando me viam passar e todas as manhãs me vinham trazer raminhos de malmequeres, margaridas e violetas silvestres, ufanas com o presente e orgulhosas pelo prazer com que eu o recebia.*

*Prazer sincero, podes acreditá-lo*<sup>21</sup>.

Por experiência própria recolhida nas incursões aos espaços campestres para receber melhores ares que o aliviassem da doença que não o abandonava, Júlio Dinis conhecia bem as singelezas dos habitantes do campo. Retratava-os como gente despida de estratégias sociais e dos intransponíveis distanciamentos das organizações urbanas baseados na autoridade que as hierarquias rigidamente impunham, pelo que enaltecia a vida campestre aureolada pela autenticidade ontológica, pela verdade que se espraiava nos diálogos simples despidos de retóricas, pela singeleza do trato sempre respeitador e respeitado, um conjunto de normas tácitas onde a melancolia não tinha espaço de sobrevivência. Estes eram, sem dúvida, estados de alma da preocupação dinisiana, cuja responsabilidade, curiosamente, também atribui aos próprios escritores, e em particular ao

<sup>16</sup> FRANÇA, 1999 [1974]: 426.

<sup>17</sup> *Op. Cit.: Inéditos e Esparsos, Obras Completas de Júlio Dinis*, p. 195.

<sup>18</sup> VAQUINHAS; CASCÃO, 1993: 445.

<sup>19</sup> *Op.Cit.: Inéditos e Esparsos, Obras Completas de Júlio Dinis*, p. 196.

<sup>20</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>21</sup> *Idem*.

romance, no momento já «atravessado por aspirações que finalmente se pronunciam no feminino e no presente»<sup>22</sup>. Caracterizando o ambiente citadino de falsidade e inconstância, leia-se como escreveu Diana de Aveleda:

*o nosso sentimentalismo e vaporosa melancolia das cidades (...) não existia enquanto os romancistas e poetas o não inventaram, mas de que logo a humanidade se apropriou, como faz sempre a tudo quanto é afectado e piegas [tudo] passa por uma coisa muito natural e a que eufonicamente se chama: devaneios, tristezas vagas, aspirações ignotas, anseios sem motivo, lágrimas inexplicáveis e não sei que mais, que não está, que não pode estar na natureza humana, a qual é espontaneamente alegre e expansiva e só disposta a ser afectada por infortúnios reais e não por males, como esses, fictícios e fantásticos?»<sup>23</sup>*

De seguida, a autora chega a considerar «ser uma vítima desse mal da moda, que não tem, que não pode ter a mínima razão de ser. Arrebiques de caracteres românticos que destoam no meio da simplicidade do viver campesino e... nada mais»<sup>24</sup>. Perceba-se, então, que a crítica dinisiana não se oferece gratuita nas cartas literárias; pelo contrário, é sempre contraposta por dicotomias reconciliadoras, apaziguadoras dos costumes e em particular dos mais afetados, com relevo para molduras sociais singelas e tolerantes encimadas pela genuinidade, a qual só num estado de alegria suprema é possível atingir.

Cecília, claramente a metonímia de todas as cidadãs de extrato social equivalente, torna-se pois o alvo do desabafo da cidadã Diana de Aveleda, cujas perspicazes observações continua a derramar noutra carta, mantendo-se o tom crítico onde os desígnios regeneradores espreitam. Desta vez a autora propõe-se falar da filha da sua lavadeira, Margarida, à semelhança de uma Virgínia ou Graziela, «uma dessas raras pérolas de que os romancistas se apoderam sôfregos e que os leitores com mais sofreguidão contemplam e admiram»<sup>25</sup> – embora considere que nos romances são «Pérolas na maior parte artificiais»<sup>26</sup>. E continua:

*Primeiro que tudo preciso dizer-te que Margarida nada tem de vaporoso, de silfidico e franzino; não é destas mulheres nevoeiros que nos aparecem nos romances e que nos conservam em continuado sobressalto, receando que o menor raio do Sol as evapore, que o mais leve sopro de vento as desvaneça.*

*Margarida não é pálida, não tosse, não tem ataques nervosos, dorme tranquilamente, tem digestões fáceis e ri com todas as veras do coração, quando há motivo para o riso.*

*Já vês que não tem nenhum dos requisitos das heroínas de romances sentimentais»<sup>27</sup>.*

Em clara alusão ao «spleen», o mal do século, Diana de Aveleda propõe neste quadro da vida de Margarida uma comparação com o de uma jovem citadina que se apaixonou, e

<sup>22</sup> DUBY; PERROT, 1994 [1991]: 164.

<sup>23</sup> *Op. Cit.: Inéditos e Esparsos, Obras Completas de Júlio Dinis*, p. 197.

<sup>24</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>25</sup> *Idem*, p. 208.

<sup>26</sup> *Idem*, p. 209.

<sup>27</sup> *Idem*.

que «recostada à janela, segue com os olhos lânguidos o voo rápido das andorinhas, o fulgorar de uma estrela, a trajetória luminosa dum astro cadente e, à falta de outra coisa, o balão de papel com o qual os festejos de algum santo popular elevaram juntamente às nuvens o jornalismo da época»<sup>28</sup>. E prossegue, mas já em declarada e irónica autocrítica ao ato de escrita de romances:

*Eu não sei, di-lo-ei de passagem, de alvo mais luminoso e sublimado para as aspirações de um escritor público do que o balão aerostático, nada mais lisonjeiro do que ver qualquer dos seus escritos subirem assim iluminados a aguarrrás, entre os aplausos da multidão, os espaços onde vagueiam as águias, com o indesculpável indiferentismo literário que todos lhe reconhecem*<sup>29</sup>.

Crítica montada, sem excluir o próprio fazer romanesco dinisiano, é contudo fundamentalmente dirigida ao tipo de romances que se esmeravam no comprazimento da dor das suas personagens, dor física ou psicológica, que convidavam os/as leitoras à empatia com esse tipo de personagens dolentes e ao conseqüente derrame de lágrimas piedosas, mas afinal fantasiadas por quiméricas teias de sentimentos e ânsias frustradas, geralmente resignadas nas penas infringidas. Trava-se uma «articulação entre moral e verdade (...) já claramente de teor realista, assim como a intensa preocupação pedagógica e populista inequivocamente expressa pelo autor»<sup>30</sup>.

Porém, é na esteira dos amores de Margarida que Diana de Aveleda vai infletindo para outras observações, também acerca das jovens que, afinal, «Aos quinze anos já dizem que vão aos bailes para *analisarem*»<sup>31</sup>. A personagem senhor F... – personagem incógnita do leitor, já que apenas lhe é apresentada por uma inicial de nome (supostamente) próprio – certifica aquela opção quando afirma: «O baile é hoje para mim um lugar de observação apenas. Vejo, estudo e rio»<sup>32</sup>. Entretanto, verifica-se a seguir que estas palavras lhe viriam a merecer a caracterização de «insuportável raça de filósofos pigmeus» (*idem*) que na cidade abundavam por toda a parte, já em jeito de comentário quando o narrador realça o contraste dos comportamentos citadinos com uma «dança aldeã em que tomavam parte as mais nomeadas belezas da terra»<sup>33</sup>. Assiste-se à apologia da dança e do riso espontâneo, sem excessos de gravidade ou amabilidades em obediência a rituais de classe social que o baile na cidade impunha, onde a autora considerava que tudo é «fingimento e impostura. Sorrisos falsos. Sentimentos postiços. Na aparência um drama em que influentes paixões se complicam, no fundo... um escritório de contabilidade apenas»<sup>34</sup>. Consciente do tom judicativo processado nesta reflexão, mais adiante a autora refere «Venham os amores de Margarida à barra»<sup>35</sup>. E a propósito parafraseia um diálogo travado entre a autora e a jovem, desgostosa por o namorado ter sido chamado a cumprir

<sup>28</sup> *Idem*, p. 210.

<sup>29</sup> *Idem*.

<sup>30</sup> LIMA, 2003: 414.

<sup>31</sup> *Op. Cit.: Inéditos e Esparsos*, Obras Completas de Júlio Dinis, p. 212.

<sup>32</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>33</sup> *Idem*, p. 211.

<sup>34</sup> *Idem*, p. 212.

<sup>35</sup> *Idem*, p. 214.

serviço militar durante cinco anos; porém, mergulhada neste luto, logo dele sai e refere «Olhe, tenho a dizer-lhe e a pedir-lhe uma coisa... Agora vou dançar, mas volto já»<sup>36</sup>. A este gesto inesperado e até abalador de uma ordem que parecia não ter outra expressão senão a do lamento, Diana de Aveleda questiona Cecília e comenta:

*Aí está, pensava eu contigo, não lá acusar aquele coração de insensibilidade. É próprio da natureza humana esta inconstância da dor; cada vez mais o acredito. Percebo o gesto que fazes ao leres isto, Cecília. Eu bem sei. Entre nós são menos vulgares estas súbitas transições, mas... será porque o nosso coração seja menos volúvel? Que te parece, Cecília? Fala-me com franqueza. Eu pela minha parte, hesito em afirmá-lo. Não haverá antes entre nós um pouco de afectação também?*

*A sociedade para tudo faz regulamentos, é a sua mania; em tudo quer as aparências salvas*<sup>37</sup>.

E dos modos sociais no baile, o discurso deriva para o canto, instigada, desta vez, pelo mote dado pela própria amiga numa carta que lhe escrevera – mas que o leitor não fica a conhecer. Mas antes disso, é curioso notar-se que Diana de Aveleda se caracteriza: «Sabes que estou muito longe de ser uma mulher da moda. Sou uma mulher do antigo sistema e nada mais»<sup>38</sup>, confissão que a coloca num determinado tempo político-social do século XIX, e que a frase «Agora sim, acredito na regeneração da pátria. Çà ira»<sup>39</sup> aclara a mudança em curso, simbolizada pela expressão em francês. Impunham-se novos direitos jurídicos para as mulheres<sup>40</sup> e com eles as mentalidades teriam de se plasticizar, o que parece, afinal, uma contradição interna à própria Diana de Aveleda, já que ela se mostra defensora de um passado irrepetível. Todavia, atentando-se no facto de que «a crença num futuro melhor e a nostalgia do passado, são representativas do carácter paradoxal do século XIX (...) para resgatarem o país da “incerteza e estagnação”»<sup>41</sup>, a contradição de Diana de Aveleda subscreve uma espécie de dúvida própria da alteração da ordem que até então se sentia estabelecida. Apesar de ter declarado não ser «uma mulher da moda», conforme se leu, será nesse sentido que estas longas divagações de Diana de Aveleda não se revelam, afinal, resistentes a novas fórmulas, mas antes às depurações sociais que se alimentam de hipocrisia e inverdade, motivação que prolonga o tom sempre em defesa do que é genuíno ao homem, quer numa relação de si para si, quer para com os outros.

E sem que tenha deixado de se referir, desta vez já noutra carta à mesma destinatária, ao tipo de educação das mulheres da nova geração, habilitadas no estudo da língua francesa e no desenho, Diana de Aveleda insurge-se contra a moda da «música científica,

<sup>36</sup> *Idem*, p. 215.

<sup>37</sup> *Idem*, p. 216.

<sup>38</sup> *Idem*, p. 219.

<sup>39</sup> *Idem*, p. 220.

<sup>40</sup> *Op. Cit.*: vide «Introdução: Ordens e Liberdades», in *História das Mulheres: O Século XIX*, p. 123-6.

<sup>41</sup> *Op. Cit.*: Evolução da sociedade em Portugal: a lenta e complexa afirmação de uma civilização burguesa, in *História de Portugal: o Liberalismo*, p. 445.

académica, clássica, entendida só por os raros iniciados nos mistérios do contraponto»<sup>42</sup>, indagando Cecília acerca de «qual o maestro inspirado dessas toadas singelas que se cantam ao bater das roupas nos ribeiros, ao esfolhar das espigas nas eiras, ao espadelar do linho nos serões»<sup>43</sup>, simplicidade decorrente da oferta dos próprios sons da natureza em sinestésias através das quais «o povo sente a poesia da hora, a poesia da noite, a poesia da natureza»<sup>44</sup>. À defesa do cantar espontâneo e desinibido da gente do campo contrapõe-se o tipo de canto que na cidade se escuta:

*Cantar! Pobres meninas! Se vos ensinam a cantar em italiano! Se a moda, essa tirânica divindade que do alto do seu trono de rendas e vidrilhos vos impõem um código absurdo, menospreza a nossa harmoniosa língua! Se para saudades a Lua precisais de lhe chamar – costa diva – e de repetir a letra de Felice Romani! Se só com o auxílio dos libretos e martirizando a língua de Dante podeis celebrar Deus, as flores, as estrelas, o mar! Se vos ensinam a erguer-vos às 11 horas! Se vos mostram as belezas do amanhecer nas gravuras inglesas ou, quando muito, no poliorama que adorna uma das mesas do vosso salão! Se vos mandam cantar ao espelho para estudardes o gesto conveniente a uma cantora que tem escola! Se quando cantais tendes na ideia tudo menos o canto*<sup>45</sup>!

Percebe-se que a invasão da moda vinda do exterior, e que as classes mais bem instaladas abraçaram, matava a autenticidade do homem nacional, e muito particularmente a das gerações emergentes que por tal se iam tornando presunçosas e cada vez mais distantes entre si – Diana chega mesmo a referir-lhes «O artifício mata-vos»<sup>46</sup>. E ao acrescentar que «Da Itália, da França, da Alemanha, da Inglaterra, da Espanha, de toda a parte aceitais de bom grado a música, só desdenhosamente sorris para a que não é de importação»<sup>47</sup>, roga equilíbrio para que não peçam aos nossos compositores «Escrevei óperas nacionais. – Isso é exigir-lhes o impossível –, mas dizei-lhe: Escrevei trovas, escrevei canções, escrevei cantigas... porque deveras não sei porque se há-de pôr de parte esta palavra e esta coisa tão genuinamente portuguesa – a cantiga»<sup>48</sup>. Referindo-se à Literatura ultra-romântica, e do ponto de vista sociocultural, C. Reis não tem dúvida em afirmar o carácter pedagógico na sociedade burguesa e liberal, que pretendia ser fator de progresso moral<sup>49</sup>, afirmação que se revê no aconselhamento da autora: «Vós que falais em romanzas, em cavatinas, em rondós, em barcarolas, sentis um certo escrúpulo de mau gosto em falar de cantigas»<sup>50</sup>. Neste vai-e-vem de recursos explanativos, e categóricos, logo a seguir, na mesma carta, a autora retoma a palavra dirigida aos escritores:

<sup>42</sup> Op. Cit.: *Inéditos e Esparsos, Obras Completas de Júlio Dinis*, p. 222.

<sup>43</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>44</sup> *Idem*.

<sup>45</sup> *Idem*, p. 225.

<sup>46</sup> *Idem*.

<sup>47</sup> *Idem*.

<sup>48</sup> *Idem*, p. 226.

<sup>49</sup> REIS; PIRES, 1999 [1993]: 282.

<sup>50</sup> Op. Cit.: *Inéditos e Esparsos, Obras Completas de Júlio Dinis*, pp. 226-7.

– *Senhores folhetinistas, é necessário convencer as nossas elegantes que não é de mau gosto cantar em música portuguesa poesia portuguesa; ridicularizai muito embora a Jovem Lília e as antigas modinhas, mas substituí-lhes canções nacionais como elas. Não vos mostreis benignos somente para com os ohimés, infelices, míseros, mios contentos e addios das letras italianas*<sup>51</sup>,

concluindo que a «moda é um potentado», e que só dependeria da vontade individual aceitá-la inteiramente, embora, para tal, não fosse necessário recusá-la completamente. E os esclarecimentos críticos continuam diretamente endereçados à própria Cecília, melhor se entendendo como todas as amigas e não amigas da sua classe social.

*Ainda me recordo de um malicioso sorriso que te vi nos lábios quando em certa reunião uma senhora teve a coragem de cantar deliciosamente a canção do Marujo do drama de César de Lacerda. Sorrisos come esse é que estragam tudo, Cecília.*

*Momentos depois ouvias, já muito sisuda e atenta, uma pequena ária francesa, destas que os editores de romances publicam nas capas dos seus feuilletons e que se podem cantar sem ofensa do bom-tom – porque são francesas*<sup>52</sup>.

Será já chegado o momento para se poder opinar que destas missivas, todas com registo profundamente crítico, Diana de Aveleda não se revela hostil em relação à modernidade, ao progresso, à metamorfose social que o processo civilizacional em curso propunha, e impunha até, mas sim em relação à maneira como esse modernismo entrava na sociedade portuguesa, motivador de desprezo pelo que era verdadeiramente nacional, pelas raízes que nos tinham feito crescer como povo, pelas belezas lusas imunes à contaminação, em suma, pela verdadeira identidade nacional, e isto na sequência dos arrebatamentos pelo que era estrangeiro, perante os quais os escritores tinham boa parte de responsabilidade.

Prosseguindo-se nesta incursão, não menos inquietante é a chamada de atenção para a figura insuperável do papel da mãe, também esta a receber novos contornos:

*A mãe, a mulher sublime, que tantas vezes inspirava o escopro, o pincel e a pena, que a arte aureolava de prestígios (...), o anjo da guarda que velava com carinhosa solicitude o sucessivo desabrochar da inteligência do ente fraco, que a natureza e a sociedade colocaram sob a sua protecção (...), a confidente natural dos primeiros segredos do coração (...), a fada que pela magia do seu amor extremoso, debaixo da sua suavidade, serenava a revolta das paixões, tornava salutar o fogo que pudera ser destruidor: essa mãe tende a desaparecer; mais algum tempo e tornar-se-á lendária. Matam-na, anulam-na os hábitos atuais*<sup>53</sup>.

Os tempos introduziam inovações também no seio da família, e impunham novos modos de estar nas relações de afetos, com resoluções, melhor ou pior conseguidas, para

<sup>51</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>52</sup> *Idem.*

<sup>53</sup> *Idem, pp. 248-9.*

benefício de uma vida à moda. E prolongando, a propósito, a sua preleção, Diana solta livremente o pensamento crítico acerca de algumas verdades morais do mundo feminino:

*Olha, Cecília, no pequeno drama íntimo, que o nascimento de uma criança faz representar sob cada tecto, o papel mais simpático é, quanto a mim, o da ama.*

*Ela, a quem muitas vezes a miséria obriga a recusar o seio ao próprio filho para o oferecer ao de outra mulher que, quase sempre, voluntariamente o nega ao seu, olha ao princípio com desculpável aversão para este inocente usurpador que se lhe pendura ao colo; mas pouco a pouco afaz-se àquele olhar carinhoso que a fita; àquele sorriso que insistentemente a consola quando a saudade lhe está ainda orvalhando de lágrimas os olhos; àquelas pequenas mãos que a afagam; àqueles lábios que a beijam; a ela, a pobre, a rude mulher, chega a persuadir-se que um milagre de Deus permitiu que o espírito de seu filho viesse animar este corpo débil, que voasse evocado pelo amor materno, a acolher-se ao seu abrigo, e iludida, apaixonada, já não distingue entre os dois, já sente de novo estremecer suas entranhas de mãe a cada grito aflitivo do infante, inundar-se-lhe de júbilo o coração, a cada sorriso de alegria<sup>54</sup>!*

A partir deste quadro de constrangimento e ternura, a censura não se detém e reflete-se acerca dos comportamentos da verdadeira mãe, uma mãe que procura estar na moda, que sobrepõe os prazeres imediatos que busca na exibição social aos deveres insubstituíveis de mãe, às mais autênticas necessidades do mundo familiar que a chegada de um novo ser impõe

*Enquanto a mãe verdadeira se embriaga no volutear das valsas, que a arrebatam de sala em sala, como em nuvens de harmonias e perfumes, ela só [a ama], à luz da lamparina doméstica, acalenta o sono do filho, cantando uma daquelas melancólicas e populares cantilenas, que a mãe ignora, pois só lhe ensinaram a cantar romanzas, baladas e rondós, em italiano. Ora o estilo do cantar da ópera não é muito próprio para acalantar crianças, e neste ponto, é uma providência que a mãe se não julgue obrigada a soltar junto do berço as notas que foram aplaudidas nas salas<sup>55</sup>.*

Compreender-se-á, sem esforço, a necessidade de Júlio Dinis ter criado este pseudónimo feminino. Apesar de o escritor ser médico, de ter recebido uma educação académica positivista, verifica-se que a sua sensibilidade e as suas emoções não se deixam adormecer ou dominar pela razão. Mais do que isso, fica claramente exposta uma vertente de pensamento e observação crítica que consideramos mesmo de perfil andrógino, já que o escritor se lança num discurso que qualquer mulher quase teria dificuldade em conceber que tivesse sido escrito por um homem, e um homem médico, à partida habituado a lidar com as circunstâncias mais empíricas que doente e doença oferecem à análise. Leia-mos ainda como Diana de Aveleda expõe acerca do papel da ama:

é quando o amor a estreita à criança à qual cedeu porção de sua vida, que um dia lhe dizem – *Parte!*».

<sup>54</sup> *Idem*, p. 250.

<sup>55</sup> *Idem*.



*O amor que ela viu nascer, que cultivou com alegria, não lhe era destinado: arrancar-lho-ão do seio, embora este fique sangrando ao separar das raízes. (...)*

*Pobre mulher! Curvando resignada a cabeça à crueldade da sua sorte, acompanhada de saudades, como com elas viera. (...)*

*E a mãe, a mãe elegante, recebe então nos braços a criança, que passada já a idade dos primeiros vagidos, é menos exigente e incômoda; agora já diverte os seus ditos e brinquedos; é uma distração para a indolente senhora. Mas como todas as distrações repetitivas cansam, estas mesmas graças infantis acabam por aborrecê-la<sup>56</sup>.*

Só que no evolutivo e inevitável percurso de cada criança outro tipo de educação se avizinha, e mais propriamente quando «Deixando o regaço materno é a criança entregue aos cuidados de uma mestra<sup>57</sup>»:

*Uma mestra! Valha-nos Deus!, neste personagem nem sequer encontro a poesia da ama. É um tipo exótico e de procedência britânica principalmente, que eu detesto. As melhores não passam de um código vivo de regras e máximas de bem viver, rígido, inflexível, impertinente, antipático<sup>58</sup>.*

Sabe-se que Júlio Dinis, vivendo e convivendo no ambiente social da burguesia bem instalada da cidade do Porto do século XIX, teria contacto direto com este tipo de realidades familiares, e a ascendência inglesa e irlandesa por parte da mãe permitiam-lhe ainda conhecer os modos britânicos, conforme refere, pelo que todos estes meandros das diferentes fases educativas lhe seriam conhecidos. E então Diana de Aveleda regista outro momento:

*A preceptora, que ensina como se dança, como se reza, como se fala, como se corteja, como se deve sorrir e até não sei se como se deve chorar, esmera-se principalmente em insinuar ao ânimo de suas educandas os princípios de hipocrisia social, que se chama a etiqueta, e esforça-se por sufocar tudo o que são impulsos naturais, espontâneos de um coração sensível. Das suas mãos saem destas raparigas que nós todos os dias encontramos na nossa sociedade, em quem cada gesto, cada palavra, cada movimento, cada sorriso, é regulado pelas prescrições de uma coisa, que se chama por aí – uma educação distinta.*

*Pobres meninas! Constrange-as, mais do que o espartilho, uma absurda pragmática, à qual se deixou usurpar o lugar da verdadeira moral<sup>59</sup>.*

Percebe-se, uma vez mais, que Júlio Dinis era um médico que a par do bem-estar físico do ser social se definia extremamente observador e preocupado com o bem-estar psicológico, particularizado na área urbana onde notaria mais desequilíbrios, lutando pela conservação, ou mesmo retorno, da autenticidade emocional e moral que reconhecia ter existido antes do fenómeno de aculturação civilizacional que os tempos punham em

<sup>56</sup> *Idem.*

<sup>57</sup> *Idem.*

<sup>58</sup> *Idem.*

<sup>59</sup> *Idem*, pp. 251-2.

marcha, quase imparável. Daí a preferência de geografias campestres, cenários narrativos de liberdade, de incomplexidade, de lhanza no trato das relações sociais, onde as personagens se movimentavam com a naturalidade que a vida lhes concedeu, e quando outras eram mais complexas, logo se distinguiam do coletivo, tornando-se facilitadoras de observação crítica no sentido de reposição de uma ordem que o escritor entendia correta e necessária.

Repare-se noutra carta literária da mesma autora. Trata-se de uma carta que escreve a Gustavo, seu marido, e intitula-se «Cartas para a minha Família». Após passarem uns dias no campo, quando Diana de Aveleda regressa ao Porto, e Gustavo a Lisboa, a autora refere-se à profissão do marido – «a política ocupa-se de umas pequenas coisas, que são, sem contestação, as mais detestáveis de todas as coisas pequeninas»<sup>60</sup> –, e acrescenta que «as pequenas vinham verdadeiramente ansiosas pelas distrações da cidade. Andavam-me a falar em *toilettes* e teatros havia oito dias»<sup>61</sup>. Tendo-as acompanhado a ver a representação dramática a *Grã-Duquesa de Gerolstein*, no Teatro S. João, Diana de Aveleda discorre uma fiada de comentários e lamentos acerca do estado da arte da representação, referindo-se-lhe como um autêntico disparate que toda a cidade aplaude, uma verdadeira «aberração do gosto público»<sup>62</sup> por «ridículas e insulsas peripécias de um enredo chocho e rasteiro»<sup>63</sup>. Mas Diana de Aveleda quase pretende dispensar-se de repetir o que são evidências:

*Ó Gustavo, tu que viste já a Grã-Duquesa, não adivinharás o resto da minha carta? Tu que tens vivido o sentimento e o respeito da arte, que te entusiasmas com o belo, que concebes o que deve ser o teatro na sociedade, não voltaste de assistir a essa híbrida e absurda composição teatral, como eu vim ontem de lá?, com desgosto, com tédio, com indignação, duvidando do progresso da arte, acreditando na total degeneração do gosto entre nós?*

*Que época atravessamos, meu amigo?*

*Que cidade de quase cem mil almas é esta em que só se aplaude o disparate? Há nada mais vergonhoso do que uma crónica da última época teatral no Porto?»<sup>64</sup>.*

E lá surgem reforçadas as preocupações de ensino-aprendizagem destas cartas literárias dinisianas, quando logo após aquele desabafo se lê: «Pois não é certo que as belas-artes têm uma missão social a preencher?»<sup>65</sup>, acrescentando, um pouco adiante, «Acabou pois a religião da arte entre nós? Pois não é a arte uma religião também?»<sup>66</sup>, ideário defendido por algumas correntes de pensamento europeias, nomeadamente com as visitas a museus, por exemplo, em Inglaterra. Dando relevo ao compositor que se afadiga «em traduzir pela música as paixões violentas, os efeitos suaves, as tristezas e os júbilos,

<sup>60</sup> *Idem*, p. 260.

<sup>61</sup> *Idem*, p. 261.

<sup>62</sup> *Idem*, p. 262.

<sup>63</sup> *Idem*, p. 264.

<sup>64</sup> *Idem*, p. 261.

<sup>65</sup> *Idem*.

<sup>66</sup> *Idem*, p. 262.

que formam o drama da vida»<sup>67</sup>, a autora concluiu que facilmente, ao ser levada a público, essa mesma composição poderá ser aviltada por «um coração frio e incapaz de sentir, que se não comove; [onde] há um olhar maligno que estuda a comoção da plateia e não se fascina; [onde] há um pensamento satânico que premedita uma obra sacrílega»<sup>68</sup>. E o lamento prolonga-se:

*Esta aberração do gosto público, este desvairamento que invade todas as cabeças, estes excessos e abusos que fazem recuar séculos o nosso progresso artístico, dura, reina, propaga-se, sem que uma corte de leais entusiastas e vigorosos lutadores se levante para combater a todo o transe o mal deplorável!, combatê-lo através de sacrifícios, combatê-lo apesar da indiferença ou das repugnâncias do público, combatê-lo como combateu Garrett, coo combateu Vítor Hugo, como combateram todos quantos tentaram uma forma literária útil e eficaz*<sup>69</sup>.

Desencantada e considerando tudo isto um descalabro, a autora chega a clamar: «Fechem antes os teatros; fechem-se porque os espectáculos assim não são os que civilizam, corrompem; não educam, pervertem»<sup>70</sup>.

Verdadeiramente empolgante é outra carta, desta vez dirigida ao folhetinista Ramalho Ortigão, publicada em 25 de fevereiro de 1863 n' *O Jornal do Porto*, onde o destinatário era diretor. Observemos apenas algumas noções. Em resposta ao texto «Coisas inocentes» publicado por Ramalho Ortigão, esta distinta senhora, conforme por este escritor é tratada Diana de Aveleda, responde-lhe em tom contestatário, sem se inibir de desafiantes mordacidades diretamente dirigidas ao redator. Estava em causa a mulher, o papel da mulher em sociedade, argumentação que Diana de Aveleda desenvolve a partir de duas ideias retomadas do texto de Ramalho: «a filosofia e a mulher»<sup>71</sup>. Atravessado por severa crítica às hipocondrias citadinas, após invocar Salomão, Aristóteles, Demócrito ou Tertuliano, exemplo de pensamentos que definiam a mulher com menosprezo, a autora conclui que poucos são os filósofos que não se:

*distraíram em seus momentos de pedantesco spleen, à custa de nós outras mulheres, caluniando-nos, ensaiando em nossa humilde personalidade as suas aguadas vocações epigramáticas, tentando até ter espírito, que é o ponto mais alto a que podem subir as aspirações de um filósofo*<sup>72</sup>.

A partir destas complexas tensões entre apreço e depreciação, Diana de Aveleda acaba mesmo por condenar algumas mulheres socialmente reconhecidas pelos filósofos epocais ao referir:

<sup>67</sup> *Idem*, p. 263.

<sup>68</sup> *Idem*.

<sup>69</sup> *Idem*, p. 263.

<sup>70</sup> *Idem*, p. 265.

<sup>71</sup> *Idem*, p. 146.

<sup>72</sup> *Idem*.

*há mulheres que, como Mme Dacier, sabem o grego e traduzem Homero! Que abominável saber! Outras, como a nossa Alcipe, que entendia o latim! Algumas até, ó monstruosa aberração!, que chegam, como não sei que marquesa parisiense, a comentar o próprio Newton e a lidar com fórmulas algébricas; isto com grande aplauso dos filósofos, a quem essas tais agradam!*

*São exactamente as que eu detesto; a respeito das quais penso, como Aristóteles, não serem mais que «homens abortivos»<sup>73</sup>.*

A este tipo de mulheres a autora contrapõe o modelo da «verdadeira mulher, a mulher frágil e não as estóicas heroínas»<sup>74</sup>, que tanto despertam a atenção masculina. E continua, ainda na mesma página, lembrando que a mulher, «à custa de muitos esforços e sacrifícios conseguiu adquirir uma tríplice qualificação, da qual deve ufanar-se»:

*a de belo e por isso devemos protestar contra as feias, tomadas como espécie de género; a de amável e por isso protestaremos sempre contra todas as eruditas e versadas em línguas mortas ou ciências espinhosas; e a de frágil e por isso protestaremos também contra as chamadas mulheres fortes, muito do gosto aliás dos senhores poetas<sup>75</sup>;*

acrescentando que «É assim que eu compreendo a mulher, pois é assim que eu sou formada, eu e as minhas amigas todas. Ora é exactamente o contrário disto que os senhores nos fazer. Quer para bem, quer para mal, nunca os poetas, romancistas e filósofos nos pintam tais como somos»<sup>76</sup>. A acrescentar a contestação de que «é vulgar chamarem-nos anjos e demónios, raríssimo que nos chamem simplesmente mulheres»<sup>77</sup>, a prédica distende-se neste tom por variadíssimos trilhos, com especial enfoque para o da fisiologia da mulher e o seu comportamento em sociedade, insurgindo-se contra a «filosofia da mulher-aleijão, da mulher-anomalia, da mulher-extravagância e não da mulher-mulher, a única que, não obstante, mais importaria conhecer a um verdadeiro fisiologista»<sup>78</sup>. Derivando o discurso para a presença e comportamento da mulher em sociedade, Diana refere-se ao teatro, à ópera e à literatura, não deixando passar incólumes algumas observações de Ramalho Ortigão, a exemplo das mulheres faladoras e das mulheres mudas, ou das mulheres com dentes negros e bocas grandes – observação que Diana de Aveleda diz pretender deixar sem resposta –, aconselhando Ramalho que «quando se discute abstratamente a mulher – a mulher-tipo – deve supor-se sempre bela»<sup>79</sup>. Levantando algumas questões acerca da fisiologia da mulher, – matéria em que Júlio Dinis, na qualidade de médico, se colocava extremamente à-vontade – Diana de Aveleda lança-se assim nesse percurso:

---

<sup>73</sup> *Idem*, p. 147.

<sup>74</sup> *Idem*, p. 148.

<sup>75</sup> *Idem*.

<sup>76</sup> *Idem*, 149.

<sup>77</sup> *Idem*.

<sup>78</sup> *Idem*, p. 150.

<sup>79</sup> *Idem*, p. 160.

*Fisiologia da mulher! Principiaremos por aqui.*

*De duas uma, ou a não é uma entidade moralmente distinta do homem, e então para que tentar presentear-nos com as honras de uma fisiologia especial? Ou é e cumpre nesse caso que as descobertas fisiológicas que nos dizem respeito, nos sejam exclusivas, capazes de caracterizar o sexo, de lhe fazer perder o aspecto nebuloso, de que alguns teimam em revesti-lo chamando à mulher um mito e ficando muito satisfeitos de si, como se tivessem dito alguma coisa de jeito.*

*Ora não estão nesse caso muitas das suas observações, meu caro senhor, as quais são igualmente aplicáveis aos homens e, desde então, impróprias de uma fisiologia especial do seu amável.*

*Rompe V. S<sup>a</sup> por a seguinte proposição: Toda a mulher que cora não é inocente.*

*Segue-se uma definição da inocência e uma teoria do pudor, teoria contra a qual nos revoltamos nós todas com as reminiscências de nossos sentimentos passados.*

*O pudor é instintivo na mulher, precede a razão que o explica. Cora-se, sem saber porquê, como a criança chora de medo antes de ter conhecimento do perigo<sup>80</sup>.*

Com natural e enorme surpresa para Ramalho Ortigão, o seu carácter insolente é assim publicamente chamado a confronto por Diana de Aveleda. E acreditamos que para não valorizar tanto quanto acharia merecedora esta sua resposta ao folhetinista, Diana de Aveleda atenua a tonalidade das suas palavras, ainda assim amargas, ao distanciar-se pela sua idade, de grande conforto em relação a provocações inóspitas, o que a convida a uma sábia desvalorização pela firme lucidez que a experiência de vida lhe acarretou. Este estado de alma leva a autora a declarar:

*Depois de acabar de ler o folhetim de V. S<sup>a</sup>, tive vontade de lhe responder imediatamente para refutar, um por um, os aforismos com que os termina, dos quais nenhum lhe posso admitir; mas há tanto tempo que perdi o hábito destes empreendimentos, que me custou decidir-me.*

*Se fosse noutro tempo!...*

*Noutro tempo eu era também mulher excepção, mulher extravagância, ou como quiser chamar-lhe. Febricitava-me a vacina do romantismo, como lhe chamou Garrett (...)<sup>81</sup>.*

Antes de se aludir à reação do redator d' *O Jornal do Porto* a estas menções, sublinhe-se que, quer no romance, quer na correspondência de Diana de Aveleda, a mulher convive com uma «congeminação psicológica, aproximando-se da configuração andrógina, [pois] a mulher dinisiana associa a dualidade de género, o que lhe permite tornar-se agente estrutural nas respetivas tramas»<sup>82</sup>. É essa união de forças, já acima afloradas, que caracterizam o masculino e o feminino que também Diana de Aveleda conjuga, exibindo a imagem do ideal de igualdade de género, igualdade logo destruída nas suas origens pelos estereótipos e imagens que se fixaram na mulher desde Eva»<sup>83</sup>. É certo que Ramalho Ortigão não recebeu com desapegada indiferença a carta «muito elegante e igualmente

<sup>80</sup> *Idem*, pp. 151-2.

<sup>81</sup> *Idem*, p. 150.

<sup>82</sup> *Op. Cit.*: Júlio Dinis: o romance português de raiz inglesa, p. 351.

<sup>83</sup> HOEVELER, Diane Long, (1990) – «Introduction: Women, Androgynes, Poets, and Critics», in *Romantic Androgyny: the women within*. USA: The Pennsylvania State University, p. 7. Tradução da nossa responsabilidade.

assinada pela autora»<sup>84</sup>, – assim se referiu – e aplaudindo e agradecendo o escrito mostra-se lisonjeado por ter sido alvo de resposta à sua «bagatela», acrescentando:

*Em um folhetim que hei-de publicar brevemente, buscarei provar que fui mal compreendido e mal analisado pela minha leitora e colaboradora excelente. No entanto curvo-me muito respeitosamente diante da fineza que acabo de receber e ponho o meu cordial agradecimento aos pés de Diana de Aveleda.*

Ramalho Ortigão<sup>85</sup>

Só que a resposta nunca ocorreu.

Neste conjunto de epístolas de assinatura feminina destaca-se ainda a carta «A Ciência a dar razão aos Poetas», igualmente dirigida ao mesmo redator d' *O Jornal do Porto*, onde se colocam em debate os princípios de pensamento que regem a literatura e a ciência, centrada, segundo palavras de Diana, nas «finezas da ciência à literatura»<sup>86</sup>. E desta vez recebem enfoque os ímpetus de sentimento regidos pelo coração – «víscera [d]o misterioso e delicadíssimo mundo dos afectos»<sup>87</sup>. Tais conotações, profundamente exploradas pelo gosto romântico, exemplifica-as Diana de Aveleda com trabalhos de Petrarca, Lamartine, Byron, Zorrilla ou Musset, fórmulas poéticas que, afirma,

*eram de tão impertinente arrojo, de desplante tão provocador que se não podia de todo culpar o fisiologista que mais insofriadamente cioso das prerrogativas da ciência, franzisse o sobrolho a essas veleidades literárias da atrevida corte de poetas, romancistas e folhetinistas, pretéritos e contemporâneos*<sup>88</sup>,

e colocando em destaque os médicos-poetas, – apontamento onde se esconde a profissão de Júlio Dinis –, a autora lança-se em votos e profecias nas quais, afirma, «eu creio que a ciência que provém duma fonte pura, para todos se fará luminosa, e que ciência e arte por toda a parte se darão as mãos, interpretando-se e explicando-se uma pela outra»<sup>89</sup>. O debate desta carta demora-se no cruzamento entre literatura, ciência e a fisiologia do coração, órgão físico e abrigo simbólico dos sentimentos que a organização literária dos escritores românticos fundou – «ao lado do coração fisiológico, científico, ortodoxo, órgão-motor da circulação sanguínea, de há muito se insinuara outro, um coração convencional, romântico, sem foro de ciência (...)»<sup>90</sup> –, constatação que entretanto leva a autora a congratular-se pela comprovação de que «a nossa época é, por mais que façam, uma época de reconciliação e tolerância. Os homens de ciência e os poetas dão-se finalmente as mãos e fazem concessões mútuas»<sup>91</sup>. Sendo imensos os nomes de historiadores, médi-

<sup>84</sup> *Op. Cit.: Inéditos e Esparsos, Obras Completas de Júlio Dinis*, p. 145.

<sup>85</sup> *Idem*.

<sup>86</sup> *Idem*, p. 162.

<sup>87</sup> *Idem*.

<sup>88</sup> *Idem*, pp. 162-3.

<sup>89</sup> *Idem*, p. 175.

<sup>90</sup> *Idem*, p. 168.

<sup>91</sup> *Idem*, p. 171.

cos e obras científicas chamadas ao conteúdo desta carta, percebe-se que tal facto só teria sido possível a um autor que estivesse intelectualmente muitíssimo bem documentado, tal como Júlio Dinis, que, sempre pela caneta de Diana de Aveleda, termina a missiva com uma reconfortante convicção: «Um facto novo entra no fenómeno [do experimentalismo] – a *sensibilidade*»<sup>92</sup>.

Cremos que se tornou claro, neste ensaio, que Júlio Dinis se escudou habilmente com um pseudónimo que lhe mudou o género e a personalidade, e em jeito de reportagem da sociedade lançou-se em discursos de fundamento ético, apontando virtudes para castigar infrações à moralidade dos costumes burgueses, na época impregnados de novas modulações do processo de civilização em curso. Eram imensos os sobressaltos de Júlio Dinis, que de resto espreitam em toda a sua obra, mas que nestas cartas literárias mais livremente se denunciam. Partindo de considerações filosóficas em tensão com a emergente ciência, da caracterização de género, da auscultação dos modos ou da apologia das gentes da cidade ou do campo, aponta-se para a falta de naturalidade, de autenticidade de sentimentos, de assunção das responsabilidades, para o mutilar dos valores mais intrínsecos da existência humana, convidando os leitores à reflexão e, por este meio, tornando-os capazes de difundir equilíbrio e reconciliação entre os pares, com especial enfoque para o que estava na moda e o que definia a sociedade por tradição, numa troca mútua de tolerâncias a favor da estabilidade psicológica dos atores sociais das nossas cidades. E do ponto de vista da utilidade social, poderemos perfeitamente enquadrar este conjunto de cartas literárias na taxonomia criada por Júlio Dinis de «livros instrumentos», já que, afinal, são cartas «para educarem, civilizarem e doutrinarem as massas»<sup>93</sup>.

Neste jogo de pseudónimos e jogada de dados lançados à discussão, fica-se com a imagem de que, para além de organizar um quadro de regeneração identitária e das mentalidades pela interligação entre a densidade psicológica e os modos e costumes sociais apontados, finalmente acrescenta-se uma noção de desvalorização acerca do que foi dito, sem pesares pelo que ficou por dizer. Diana de Aveleda acaba por lançar a opinião de que uma carta estabelece os seus próprios limites no interior do texto que lhe dá a forma, já que quanto à responsabilidade implícita acerca do que foi abordado, ou do que ficou por referir, tal será sempre algo suscetível de ser completado, ou clarificado. E esta noção surge sem o menor artifício quando, a propósito do nome de um mosteiro que não lhe ocorria à mente, a autora se descarta perante Cecília de tal preocupação, muito simplesmente interrogando e simultaneamente respondendo:

*Mas que importa? Não é também uma memória arqueológica que eu te escrevo. É uma carta, como todas as minhas, como todas as tuas em que se diz tudo quanto lembra e não se fica responsável por nada do que esqueceu*<sup>94</sup>.

<sup>92</sup> *Idem*, p. 181.

<sup>93</sup> *Idem*, p. 23.

<sup>94</sup> *Idem*, p. 231.

## BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Carmen M., (2015) – *Júlio Dinis: o romance português de raiz inglesa*. Brasil, Salvador da Bahia: EDUFBA.
- DINIS, Júlio, (1992 [1910]) – *Inéditos e Esparsos, Obras Completas de Júlio Dinis*, vol. 7. Lisboa: Círculo de Leitores.
- DUBY, Georges, PERROT, Michelle (org.) (1994 [1991]) – *Introdução: Ordens e Liberdades*. In *História das Mulheres: O Século XIX*, vol. IV, Maria Helena C. Coelho, Irene M. Vaquinhas, Leontina Ventura e Guilhermina Mota (trad.). Porto: Edições Afrontamento.
- FRANÇA, José-Augusto, (1999 [1974]) – *O Romantismo em Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte.
- HOVELER, Diane Long, (1990) – *Introduction: Women, Androgynes, Poets, and Critics*. In *Romantic Androgyny: the women within*. USA: The Pennsylvania State University.
- LIMA, Isabel Pires de, (2003) – *Uma nova arte de contar: Júlio Dinis*. In *História da Literatura Portuguesa: O Romantismo*, vol. 4. Lisboa: Alfa.
- REIS, Carlos, PIRES, M. Aparecida, (1999 [1993]) – *História Crítica da Literatura Portuguesa: O Romantismo*, vol. V, 2ª ed. Lisboa: Editorial Verbo.
- VAQUINHAS I.M., CASCÃO, R., (1993) – *Evolução da sociedade em Portugal: a lenta e complexa afirmação de uma civilização burguesa*. In MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal: o Liberalismo*, vol. 5. Lisboa: Editorial Estampa.



# CARTAS DE RUBEN A. EM COIMBRA – O OUTRO LADO DO DESTERRO

ANA MARIA MACHADO\*

**Resumo:** A divulgação de um núcleo significativo de cartas familiares que Ruben A. trocou com seus pais entre 1942 e 1945 desafia algum do conteúdo da autobiografia *O mundo à minha procura* que o escritor publicou na década de 60 e mostra como a correspondência funciona como antecâmara da escrita posterior. O confronto entre as duas modalidades de escrita do eu descobre assinaláveis diferenças entre os resultados dos pactos epistolar (Altman) e autobiográfico (Lejeune). Estas divergências são particularmente notórias nas impressões que o autor regista sobre o seu período de formação académica em Coimbra. Na escrita autobiográfica, o eu que se derrama esteticamente (Blanchot) é afetado pelos filtros que tempo e memória subjetiva lhe impõem, enquanto na correspondência privada se assiste a uma menor vigilância e, de certa forma, a uma maior naturalidade no modo de encarar o desenraizamento a que foi sujeito.

**Palavras-chave:** Ruben A.; cartas familiares; autobiografia; pacto epistolar.

**Abstract:** The disclosure of a significant core of family letters that Ruben A. exchanged with his parents between 1942 and 1945 challenges some of the contents of his autobiography *O mundo à minha procura* which the writer published in the 1960s and shows how correspondence functions as the antechamber of subsequent writing. The confrontation between the two modes of self-writing discovers important differences between the results of the epistolary (Altman) and the autobiographical (Lejeune) pacts. These divergences are particularly striking in the impressions that the author notes about his period of academic studies in Coimbra. In the autobiographical writing, the aesthetically-effusive self (Blanchot) is affected by the filters that time and subjective memory impose on him, whereas in private correspondence there is less vigilance and, in a certain way, a more natural way of facing the uprooting to which he was subject.

**Keywords:** Ruben A.; family letters; autobiography; epistolary pact.

1. A par de uma ficção inovadora e surrealizante, Ruben A. (1920-1975) assinou uma vasta produção autobiográfica, a que se vão acrescentando alguns núcleos da correspondência particular<sup>1</sup>, integrada no espólio do autor, desde 1999 à guarda da Biblioteca Nacional de Portugal<sup>2</sup>. Na sua variedade de destinatários, esta correspondência é particularmente esclarecedora acerca do caráter de Ruben Andresen Leitão, o nome de batismo do escritor, revelando, quer uma constante busca de si próprio, como nas cartas trocadas com o primo Ruy Leitão e sua mulher, a pintora Menez, entre 1946 e 1948<sup>3</sup>, quer um intenso esforço por superar o receio de falhar, presente nas cartas que, entre 1942 e 1945 dirige à mãe e aos pais, por ocasião da sua saída de Lisboa<sup>4</sup> e que constituem o *corpus* deste artigo.

---

\* Universidade de Coimbra. Email: anamacha@fl.uc.pt.

<sup>1</sup> MACHADO, 2012.

<sup>2</sup> Após compra aos herdeiros, representados pelo filho mais novo do escritor, Alexandre Nicolau Bach Andresen Leitão.

<sup>3</sup> MACHADO, 2012.

<sup>4</sup> Desta correspondência apenas se conhecem os excertos que publiquei em «Ruben A.: a correspondência como laboratório de escrita», no número 181 da *Colóquio Letras* de 2012, no âmbito da edição das cartas do escritor que estou a preparar, e os que agora se dão a conhecer.

O contacto com a correspondência de um autor coloca sempre a difícil questão de saber como a ler. Entender as cartas «como algo que antecede a obra, a explica, a torna acessível à compreensão (...) [,] Como documento biográfico de um autor empírico que se esconde atrás de um autor textual (...)» são algumas das interrogações que Teresa Sousa de Almeida (1998) sugere na apresentação do n.º 1 da revista *Correspondências*. A resposta reparte-se, pois, entre a possibilidade de conhecer a obra ou o autor, parecendo haver uma maior inclinação para a possibilidade de aceder à sua personalidade<sup>5</sup>, ou, nas palavras de Silvina Rodrigues Lopes (1998: 149-150), de «surpreender as fraquezas do ser humano, aquilo em que o génio é ‘como todos nós’ e, se possível, mais infeliz (...)». É, portanto, neste sentido que esta autora considera as cartas como uma forma de «vida escrita», o que, segundo Amy Elizabeth Smith (1998), se torna mais evidente nas cartas familiares. Por seu turno, no clássico *L'équivoque épistolaire*, Vincent Kaufman (1990) introduz uma ligeira inflexão, considerando a correspondência como o famoso elo entre o escritor e a obra.

No caso da correspondência familiar objeto deste estudo, ou seja, as cartas familiares que Ruben dirige aos pais entre 1942 e 1945, a sua pertinência prende-se com a revelação de aspetos da sua personalidade e das suas vivências, omitidos ou dramaticamente transfigurados no segundo volume de *O mundo à minha procura* (1966), a autobiografia que inicia aos 40 anos. Deste modo, as cartas revelam um acréscimo de conhecimento sobre o autor, um confronto com um outro olhar sobre a realidade. Por seu lado, a autobiografia descobre a sua capacidade de ficcionalização ou de construção de um eu nem sempre coincidente com aquele mais imediato que as cartas revelam.

Algumas destas diferenças poderiam ser consequências da codificação genológica particularmente pregnante nas cartas familiares, como a função estruturante do destinatário – no presente caso, a mãe ou os pais – e a natureza confidencial inerente à correspondência<sup>6</sup>. Todavia, as divergências que a autobiografia oferece em relação às cartas parece defluir sobretudo do balanço narrativo, e interpretativo, que o autor faz da sua vida pregressa.

A diversidade de relatos entre o segundo volume de *O mundo à minha procura*, de 66, e as cartas da década de 40 reporta-se sobretudo à experiência de Ruben Andresen Leitão em Coimbra, oferecendo distintas visões da sua passagem pela cidade. Em 1942, vira-se obrigado a pedir transferência para a Universidade de Coimbra por ter reprovado três vezes em Psicologia, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, onde frequentava o curso de Histórico-Filosóficas.

Na diferente perceção da cidade que as duas fontes relatam percebe-se, na autobiografia, um profundo sentimento de exílio, enquanto, nas cartas familiares de 42-45, e particularmente nas do primeiro ano letivo (42-43), as emoções são muito diversas, revelando o outro lado do desterro, vivido sem o drama e sem o radicalismo que, mais tarde, o tempo irá sobrepor à memória que as cartas testemunham. Deste modo, o autobiográ-

---

<sup>5</sup> PONCIONI-MÉRIA, 2003.

<sup>6</sup> ROCHA, 1965; SEARA, 2008.

fico é aqui da ordem do testemunho indocumentável<sup>7</sup>, na medida em que contraria a representação do particular e do vivido que se encontra na correspondência familiar que Ruben dirige à mãe ou aos pais. E, por consequência, a arreferencialidade aqui patente infirma o «pacto referencial» que Philippe Lejeune (1975) atribuíra justamente à autobiografia, uma vez que o seu conteúdo seria suscetível de verificabilidade por parte do receptor. Face a uma tal derrogação, procurar-se-á explorar esta ambivalência a partir da recomposição autobiográfica, por um lado, e do imediatismo das cartas, por outro.

2. Tal como antes perante outros desaires juvenis, aquela reprovação e a prescrição académica que o obrigam a transferir-se para Coimbra constituem, para Ruben A., uma hecatombe que apresenta dramaticamente na autobiografia. No imediato, esta emigração deu-lhe a medida do homem e do drama da queda; mais tarde, mostrar-lhe-ia o desassombro de caráter e da lucidez sobre a sua condição de privilegiado. Do diagnóstico do mal ocorrido consta a necessidade de memorizar *ipsis verbis* a matéria lecionada, sem interferência da imaginação desviante, a grande tendência de Ruben A.:

*O reino da minha Dinamarca está a soçobrar! Eis o grito que ouvia ao recolher da noite. A minha psicologia descascava-se podre. O meu crânio raro resistia aos prodígios de tanto decorar. Páginas seguidas evitando a mínima imaginação, tudo sabidinho, expresso na sebenta, parecia que estudava anatomia, Medicina e Direito ao mesmo tempo! Nada se relacionava com o curso em que me matriculara (...). A habilidade redundava num esforço vão. Reprovava 1, 2, 3 vezes. Fui posto entre a espada e a parede: ou ir para Coimbra concluir o curso, ou deixar de estudar. (...) Mais uma vez o primeiro round pertencia ao adversário, eu caía derrotado, a sangrar. Levava tempo o restauro<sup>8</sup>.*

Esta era a miragem dos falhados, do Ruben B., o duplo negativo que o autor postula na «História Bilingue», em *Páginas III*, de 1956, um dos seus volumes de «pedaços de prosa»<sup>9</sup>.

Ao longo da sua vida, Ruben A. fora acometido por frustrações de lenta digestão e por grandes receios. Já a adolescência, no Porto, fora marcada pela obsessão da sombra, da mediocridade, pelo medo de falhar, de enveredar pelo burguesismo saloio tão distante da aristocracia de espírito que incipientemente ia ambicionando para si. Agora, a reprovação ia, mais uma vez, pô-lo à prova:

*E na certeza houve um professor que me considerou burro, eu também o considerei burro, mas como era ele quem desempatava, tinha uma maioria de dois votos, perdi dois contra um e tive de abandonar tudo o que me trouxera a Lisboa. Como podia perdoar? Se os meus pais fossem pobres eu não me formaria. Esta a crua verdade. Ir para Coimbra com três reprovações ao lombo era para fazer hesitar qualquer cabo de esquadra. Valeria a pena? Custava muito dinheiro, dinheiro à vista, ali à boca do cofre, para sustentar um marmanjo, prestando-se a*

<sup>7</sup> LOPES, 1998.

<sup>8</sup> A., 1993: 174.

<sup>9</sup> «B É de azar, por causa da Raposa ter de voltar ao colégio. Foi a matemática que me quilhou. O verão foi sem consequências pelas tristezas do chumbo... E tudo por causa daquela hesitação que terminou pelo *Reprovado* – isto calou-me as possibilidades de entusiasmo, iniciativa, vigor e fé». A., 1998: 43.

*paternidade, assim, ao luxo de ele viver fora de casa, com mesa, roupa lavada, cigarros, divertimentos e engraxar de sapatos. Uma machadada de alto a baixo*<sup>10</sup>.

A auto-ironia de par com algum humor e a violência da metáfora final dão a medida do desaire e deixam supor o impacto da mudança. Ruben A., forçado a «abandonar» Lisboa, só podia encarar Coimbra como o degredo, independentemente do espaço que o iria acolher. Porém, o pessimismo com que encara a «emigração» é compensado pelo balanço que o tempo lhe permitiu fazer:

*Era injusto – o que seria justo mais tarde. Ignorava que tudo redundaria em chamada de novo capital, que enriquecia com a derrota. Que todo aquele que me quer fazer mal, acaba por me fazer bem. Era o meu encontro com a vida, um negativo e outro positivo. Levava-me tempo a ressuscitar. Demorava muito o meu terceiro dia*<sup>11</sup>.

Numa escrita em que o eu se derrama, para usar a expressão de Blanchot, em *Le livre à venir*<sup>12</sup>, Ruben A. manifesta a sua propensão para a referencialidade metafórica, para a reconfiguração imagética, aqui em analogia com Cristo, o grande sacrificado, e com implicações na crença que se vai desenhando numa providência a que não alude, mas que está subjacente ao seu otimismo essencial, apesar da amargura que tantas vezes o atravessa.

Nesta sua ida de Lisboa para Coimbra, há muito de um certo Jacinto queirosiano<sup>13</sup>: primeiro, o repúdio e, depois, o deslumbramento, num contraste que agudiza a repulsa e densifica o estereótipo do lugar. Ruben A. «tinha que (...) abdicar de muita diversidade que Lisboa oferecia, *despegar-se das esquinas*»<sup>14</sup>, numa alusão a uma vagabundagem dileitante de intelectual em formação, também de matriz oitocentista. Abandonaria o «célebre grupo de Cascais, o único grupo de classe em toda a Costa do Sol»<sup>15</sup>, onde pontificava, entre outros, Rui Cinatti:

*Todos na flor do deslumbramento, vendo-se, dia a dia, hora a hora, com um entusiasmo que fazia parar quem olhava para nós nas ruas, e desconfiar os outros amigos que haviam ficado nos apadeiros da vida*<sup>16</sup>.

É neste contexto que Coimbra aparece como «um desterro»<sup>17</sup>, o «fel da existência»<sup>18</sup> o «degredo»<sup>19</sup>. E, como qualquer estereótipo, também este é ditado pela ignorância: «Coimbra, um desterro! de que só conhecia a panorâmica vista da ponte, a Biblioteca, e

<sup>10</sup> A., 1993: 175.

<sup>11</sup> A., 1993: 176.

<sup>12</sup> A., 1959: 195.

<sup>13</sup> De resto, a metáfora é usada pelo seu amigo Manuel Torre do Valle em duas cartas que dirige a Ruben e que ele inclui na autobiografia: «arranja maneira de vir, um *week-end*, no gasogénio do teu Jacinto» (A., 1993: 187); e «E o Jacinto? A Casa república já tem o nome de 203?» (A., 1993: 206).

<sup>14</sup> A., 1993: 179.

<sup>15</sup> A., 1993: 179.

<sup>16</sup> A., 1993: 182.

<sup>17</sup> A., 1993: 176.

<sup>18</sup> A., 1993: 179.

<sup>19</sup> A., 1993: 180.

umas subidas e descidas, que mais?»<sup>20</sup>. Familiar, só mesmo gastronomia e o têxtil: «arrufadas, manjar-branco de Celas, bolachas Triunfo, tecidos de estambre, do melhor»<sup>21</sup>.

Em fundo, a guerra, e os «milhares de homens» atirados «para as estepes da Ucrânia, e muitos mais milhares para as câmaras de gás»<sup>22</sup>. A Ruben A., pelo contrário, o passo para a frente atirava-o para Coimbra.

Ao desembarcar, a luz é a primeira nota que regista: «a cidade já no lusco-fusco recebia o momento exacto em que ficava com as suas luzes acesas»<sup>23</sup>. E de novo o metaforismo ditado pela situação dramaticamente sentida:

*O que vinha eu ali fazer? Desembarcava como uma prostituta. (...) E ia passar alguns anos!? Foi como se um horror de horizonte cruzasse as pálpebras. (...) Fiquei espantado, bicho perseguido sem saber porquê nem por quem. Bicho isolado. Lince, galinhola, furão, bicho sem matilha, sem rebanho, extraviado de bando pela sua própria natureza*<sup>24</sup>.

A solidão experimentada é interrompida pelo insólito, sonoramente perçecionado: «O confuso ouvia a campainha a tocar – um comboio adulto a passo de boi pelo meio da cidade – era o comboio da Lousã que avançava daí a minutos»<sup>25</sup>.

Neste desalento de «homem morto de passado», e «Depois de tempos infinitos chegou à casa onde o Tópsius o esperava»<sup>26</sup>, Rua de Santa Teresa, n.º 3. O «quarto lá no alto» é descrito como «quarto de meias-cortinas como se usa em meias-palavras em quase todas as meias-casas de Coimbra», numa redução a metade de toda a sua existência presente. O desconforto que aqui se diz é inapreensível: Tópsius, o amigo que já estudava em Coimbra e que ali o recebia, não «podia perceber a busca de inquietações»<sup>27</sup> que o assolavam. O ambiente não ajudava:

*quando veio a hora da janta, sentámo-nos uns catorze, encontrei então os donos da casa, arregimentados no pequeno lucro que aquela chusma lhes dava. (...) Eu não queria nada, nem comer, nem beber. Estava parado, estremunhado, acordado num pesadelo. Raio de Psicologia que me atirara para as sarjetas da alma. Continuava tonto, incapaz de aceitar, isso sabia eu, aquele panorama de dúzia e meia de pessoas a fazerem bicha de entrada à retrete, e a espreitarem quem se metia à frente*<sup>28</sup>.

Porém, a esta reação epidérmica sucedia a da lucidez crítica cuja análise de novo o aproxima do Jacinto queirosiano:

20 A., 1993: 180.

21 A., 1993: 179.

22 A., 1993: 179.

23 A., 1993: 182-183.

24 A., 1993: 183.

25 A., 1993: 183.

26 A., 1993: 183.

27 A., 1993: 184.

28 A., 1993: 184.

*No fundo sentia-me infeliz, com aquele tipo estúpido de infelicidade que se agarra do homem rico que tendo tudo não sabe tirar partido de nada. Assim a minha natureza por vezes reagia, eu estava à espera da reviravolta, mais cedo ou mais tarde viria. Disso podiam estar certos. Então tomava conta de mim, e ala para a frente.*

*Reparava que a liberdade se apoderava do eu, excepto ao almoço e ao jantar, excepto naquela casa onde o barulho, as batatas fritas sempre iguais, a bicha sempre com vontade, impediam de bocejo os intervalos que podiam ser divertidos<sup>29</sup>.*

O desagrado que se observa nestas páginas que relatam a sua chegada a Coimbra em nada se compagina com as cartas que Ruben escreve a seus pais em correspondência regularíssima. A discrepância entre as cartas, síncronas das vivências do autor, e a autobiografia, publicada 24 anos depois, permitem compreender o processo de recomposição da realidade que o escritor leva a cabo, fruto do balanço que realiza aos 40 anos de existência. A diferença de testemunhos em duas modalidades da escrita do eu parece dever-se, em *O mundo à minha procura*, a uma coerência numa certa desgraça que Ruben A. pretende encontrar na vida pregressa. Ainda que Coimbra se venha a revelar um espaço de deslumbramento e de liberdade criativa, e mesmo que se admita que Ruben tenha vivido um choque ao deixar o seu ambiente de «classe», a sinalização de vários dramas no seu percurso é essencial ao interesse da narrativa autobiográfica. Assim, esta revisão negativa pode ser ditada por sucessivos desaires, empolados pelos receios expressos pelo já referido Ruben B., o *alter ego* rejeitado, e agravados pela censura literária e profissional que Salazar lhe dirigiu em 1951, quando o já escritor era leitor de Português no King's College. A propósito de *Páginas II*, diz o Presidente do Conselho, em carta ao então ministro da Educação:

*Há páginas inteiras completamente ininteligíveis e irredutíveis na análise das regras da gramática portuguesa, recheadas de termos de invenção do Autor e formadas sem tom nem som. (...) se o Autor é leitor em Londres, nessa qualidade temos nós de ver o que escreve e como escreve. Em conclusão: O Autor não pode representar Portugal nem ensinar Português<sup>30</sup>.*

O desalento foi tal que, apesar de Salazar ter recuado no reparo, Ruben abandona o lugar que ocupava desde 47<sup>31</sup> e regressa, sem ânimo, a Portugal.

Em suma, a diferença de abordagem na autobiografia dever-se-á, muito provavelmente, à distância temporal, afetiva, ética ou ideológica existente entre o autor-persona-

<sup>29</sup> A., 1993: 144-185.

<sup>30</sup> CRUZ, et al., 2001:117-118.

<sup>31</sup> Veja-se a restante argumentação que faz jus à singularidade literária do autor: «Caiu-me ontem debaixo dos olhos um livro, *Páginas II*, de Ruben A., que me dizem ser leitor de Português em Londres, escolhido portanto ou patrocinado pelo Instituto de Alta Cultura. Pertence a boa família do Porto – Andresen, creio. O livro, ou é de um louco ou de um sujeito que, tendo dinheiro para pagar um livro de dislates, se propôs rir-se de todos nós. (...) Explora-se o reles, o ordinário, o palavreado porco, não só da língua literária, mas do falar corrente. § As porcarias, obscenidades, palavões juncam o livro. Em certas passagens é chocarreiramente desabrido com os ingleses. § Parece-me que o livro pertence a uma onda modernista, e não é um caso para a Censura e para a polícia de costumes. (...)». A impossibilidade de lecionar num leitorado «é o ponto essencial a tratar com o IAC. E já não falo de certas taras morais ou sexuais do livro onde se vê que o Autor deve pertencer aí a um círculo de pessoas que a polícia persegue».

gem sobre quem se escreve e o autor-narrador, numa outra fase da sua vida. Nestas circunstâncias pode então alterar os acontecimentos como lhe aprouver e construir um eu consentâneo com a imagem que pretende criar de si próprio<sup>32</sup>.

3. Por seu turno, as cartas familiares de Ruben, alheias à distância crítica ou ficcional, são marcadas pelo imediatismo do registo e, conseqüentemente, por uma maior sinceridade. Em relação ao período da sua formação académica em Coimbra, só existem as cartas de Ruben, num total de 113, incluindo também bilhetes-postais. Quanto às cartas que tanto o pai como a mãe lhe dirigiram, as que se conservaram reportam-se a um período posterior, pelo que só então se consegue reconstituir o anterior «intercâmbio de diálogo escrito<sup>33</sup>». Já as cartas que Ruben dirige aos pais, e que o espólio preservou, remontam a um período mais alargado, nomeadamente, de agosto de 39 até 26 de novembro de 1949.

No conjunto de cartas familiares que dizem respeito à sua passagem por Coimbra, é muito revelador um eu que se desafia e que se empenha em suplantar o desaire académico sofrido em Lisboa. Mas, além deste sintoma transversal, há uma série de assuntos recorrentes, alguns de carácter prático, como sejam pedidos de vária ordem: livros, roupa (meias, camisas, camisolas, calças de *golf*, *smoking*), mimos gastronómicos (marmelada, queijo) e, sobretudo, dinheiro («particulares», «palhaços») que a mãe manda sem o pai saber. São também frequentes as expressões recíprocas de preocupação com a saúde de várias pessoas: mãe, empregada, avó; as informações sobre os progressos da república onde vivia, em termos de conforto, de mobiliário, de serviços domésticos, mas também dos convívios com visitas, entre as quais, a de alguns professores. O tema mais recorrente diz respeito à vida estudantil, à sua agenda, às datas dos exames, às publicações. Estas cartas ficam ainda marcadas pela atividade desportiva de Ruben, a demonstrar a sua condição social, pela sua vida amorosa e pelos reflexos da guerra – aviões, racionamentos, falta de produtos de primeira necessidade, preços exorbitantes.

Apesar de neste conjunto de cartas o diálogo não se perfazer por não se terem conservado as respostas dos pais, a evidência da sua dinâmica dialógica e do pacto epistolar<sup>34</sup> persiste na estrutura deíctica que Violi (1999) identifica nas cartas narrativas ou informais, em que um narrador de primeira pessoa, situado num determinado tempo e espaço, se dirige a um recetor com diferentes coordenadas espaciotemporais e cuja presença, na carta, se faz sentir através da enunciação e de outros elementos constitutivos do género: o sistema pronominal e a deixis espaciotemporal que também se reportam ao narrador, estando ambos presentes, em geral nominalmente, na despedida e no cabeçalho. No seu entender, esta aliança explícita entre narrador e recetor é fundamental na identificação do género.

Do ponto de vista do conteúdo, neste diálogo que se processa em diferido<sup>35</sup>, as reações do interlocutor percecionam-se pelas referências às encomendas ou cartas rece-

<sup>32</sup> MACHADO, 2008.

<sup>33</sup> VIOLI, 1990.

<sup>34</sup> SEARA, 2008.

<sup>35</sup> PONCIONI-MÉRIA, 2003.

bidas, a problemas de saúde, ao casamento do irmão, à gravidez mal sucedida da cunhada, ao exame de Medicina do irmão e a algumas questões familiares que se não entendem por faltar o contexto e a *co-rrespondência* (um problema de trabalho do pai, a zanga da tia Lalá, a doença da mãe do Rui). Do mesmo modo, o registo protocolar do tempo e do espaço atesta o rasto material do percurso pessoal de Ruben: as cartas colocam-no sobretudo em Coimbra, mas também, na tropa, em lugares que visita pontualmente a recreio (Serra da Estrela, Figueira da Foz), ou quando regressa a Lisboa e a mãe está no Porto. De nenhuma destas localidades deixa de manter a assiduidade da correspondência, a confirmar a noção de ausência como a especificidade da carta familiar<sup>36</sup>. E é justamente por isto que Poncioni-Méria (1982) considera a carta uma forma de vencer a separação, o que fica patente na temporalidade epistolar, por natureza ansiosa, quer na intensidade feliz quando chega nova missiva, quer na expectativa da sua chegada. À parte a dimensão privada da carta familiar, e que em Ruben tantas vezes se reflete em relatos que faz à mãe ou nos pedidos de segredo em relação aos envios de dinheiro, a natureza distinta da identidade autoral sublinhada por Smith (1998) fica igualmente clara nesta correspondência, tanto na variedade de assuntos, como na rapidez com que os aborda, ou na escassa vigiância textual, sobretudo em relação à pontuação<sup>37</sup>.

Aliada ao primado da franqueza que as cartas familiares testemunham, a identidade autoral do Ruben epistológrafo manifesta-se ainda na expressão de emoções sem outro filtro que não seja a visível propensão para a exploração imagética da linguagem que há de desenvolver na obra literária. Vejam-se as fórmulas de afeto nos «bicotis» que manda à «mãemocas»; no bebé a que chama «sapodesi» e que tarda em nascer, na «angina amorosa» que acomete o irmão, no «zé-zé-zé» a nomear o filho do irmão Zé e da cunhada também Zé, etc. A tendência para a criação de uma escrita nova, para a reinvenção da linguagem, ou para a libertação das convenções é um traço endógeno ao autor e encontra-se também noutras cartas, como sejam as dos anos de Inglaterra (1947-1951) que dirige a Rui Leitão e a Menez, ou, na linguagem de Ruben, «o casalinho saloio»<sup>38</sup>.

O modo como Ruben se entrega às cartas privadas e nelas regista impressões e acontecimentos recentes parece prenunciar a forte pulsão diarística que mais tarde se confirmará tanto nos três volumes da autobiografia *O mundo à minha procura*, como nos seis volumes de *Páginas* ou mesmo no modo como, no dizer de Fernando Oliveira, a «escrita íntima contamina quase todos os romances»<sup>39</sup>.

Não se tratando de uma prática epistolar de passagem obrigatória para aceder à obra, a correspondência de Coimbra é uma referência incontornável para se compreender o grau de insinceridade ficcional que, na autobiografia, contrasta com a verdade das cartas familiares. Neste contexto, para o confronto que aqui se pretende efetuar, toma-se como referência principal os anos de 1942 e 1943, relativos ao ano letivo em que Ruben

<sup>36</sup> MELANÇON, 1996; ALTMAN, 1982.

<sup>37</sup> A título de exemplo, comparem-se as referências entusiastas, mas sumárias à visita de Rui Leitão a Coimbra, no Carnaval, com as páginas que se dedicam ao episódio na autobiografia.

<sup>38</sup> MACHADO, 2012.

<sup>39</sup> OLIVEIRA, 2006.



chegou a Coimbra. E, sempre que tal se justificar, recorrer-se-á a cartas anteriores, do tempo de estudante em Lisboa, e posteriores, até ao final da sua licenciatura, em junho de 1945.

Na correspondência que antecede a sua vinda para Coimbra, pode já perceber-se a preocupação que a cadeira de Psicologia causava, tanto pelas referências sucessivas à disciplina, como a Matos Romão, o seu professor. Assim, em carta escrita na tropa, em Penafiel, datada de 14 de agosto de 1941, Ruben considera uma sorte ter de fazer Psicologia em outubro, por lhe permitir sair da «imundície» do exército. Percebe-se, pois, que é uma disciplina sem aprovação na época normal. Do mesmo modo, um ano mais tarde (11 de agosto de 1942), de novo na tropa, envia uma outra carta, agora de Mafra, onde desabafa o seu incómodo com o que teria sido a terceira reprovação e a contrariedade que significava ir para Coimbra:

*Aquilo do Matos Romão tem-me arreliado bastante, mas também, agora, com a guerra, o que posso fazer? Nem sequer se pode sair de Portugal. Vou tentar a Coimbra, mas bastante, sei lá, contrariado. Até hoje a minha vida só tem tido surpresas. Talvez seja melhor.*

De resto, sobre esta mudança de cidade, apenas se encontra mais uma carta emitida de Lisboa, em 29 de agosto de 1942, onde pede à mãe, no Porto, que tente obter uma carta de curso dos liceus, no Liceu Rodrigues de Freitas, e onde se queixa das «chatices» da burocracia e do dinheiro que é preciso gastar<sup>40</sup>.

A preocupação com o dinheiro é uma constante nas cartas de Coimbra, traduzindo a consciência do que significava estudar fora de casa. Percebe-se que é o pai que envia a quantia calculada para se manter, mas também que é à mãe que, às escondidas, cabe suprir as dificuldades com que Ruben se depara para fazer face a despesas sobretudo com livros e, ocasionalmente, cinema, «pour boire», fazenda para fato, livro de curso:

*Manda-me na volta do correio, se puderes, 50\$00 «pour boire», pois estou sem um tostão devido a um convite dos meus mestres para amanhã cá jantarem e paguei-lhes o cinema. Vê lá se não te faz diferença. O pai deve-me mandar no fim da semana ou no começo da próxima. Não digas nada dos 50<sup>41</sup>.*

De todo o modo, em nenhum momento a questão financeira constituiu uma fonte de agastamento, sendo partilhada com a mãe sem que se sinta algum tipo de constrangimento.

À parte esta questão que, como se viu, a autobiografia sintetiza<sup>42</sup>, o aspeto mais relevante para o confronto em causa encontra-se na carta que Ruben dirige aos pais a

<sup>40</sup> Cf. carta de Lisboa, em 29 de agosto de 1942: «Para me matricular na Universidade de Coimbra preciso, entre outras coisas, da carta de curso dos liceus e que não encontro e, julgo eu, não se achará; pedia-te que fosses ao Liceu R. de Freitas e explicasses o caso, pois preciso, para a matrícula, a carta e uma pública forma da mesma. Se pudessem dar um duplicado da carta, explicando o que sucedeu, sem pagar outra vez os 300\$00 era bastante bom. Responde-me na volta do correio para Mafra. Isto só dá chatices...».

<sup>41</sup> Carta de 3 de fevereiro de 1943.

<sup>42</sup> A., 1993: 175, 195.

2 de novembro de 1943 e que assinala a sua chegada a Coimbra. A adjetivação claramente eufórica e os comentários bem humorados estão nos antípodas do que a autobiografia permite imaginar:

*Depois de uma esplêndida viagem desembarquei em Coimbra, porque me disseram que era Coimbra, pois não conhecia nada. Meti-me num elétrico muito giro com um moço e, como o sítio onde moro é na Alta, ao pé do Penedo da Saudade, paga-se mais. Aqui em Coimbra paga-se o dobro para subir!*

*Bem, vim à Rua de St.ª Teresa. A casa pareceu-me bem simpática. Entrei e disseram-me que o meu quarto ficava no último andar. Fiquei contente pois é esplendidamente arejado e a vista dá para um vale que é uma maravilha. Enfim estou ao pé do Penedo da Saudade!!!*

Segue-se a descrição do quarto e o pedido de alguns móveis em prol de uma maior comodidade: «um maple (pode ser o de Cascais), um candeeiro (tenho muita pressa, pois é para estudar) e um tapete velho que não seja muito grande». De seguida menciona a refeição que, globalmente apreciada, contraria o fastio referido em *O mundo à minha procura*:

*Fui jantar. Sopa de massa com hortaliça que estava boa, mas pouco salgada. Pedi sal e todos olharam para mim; eu, atrapalhado, resolvi que não era nada insonso. Depois, vieram pastéis de massa folhada com bacalhau e arroz, que estava bem bom. A seguir, apareceu carne à jardineira bem saborosa e eu, truca, comi-lhe bem e no fim doce em creme (...)*

Sobre os professores e o modo de lecionar, Ruben tem a melhor das impressões. Nesta primeira carta, reconhece ter «magníficos professores, dois deles são amigos íntimos do Agostinho e os outros são pessoas notáveis como professores e como escritores». Do mesmo apreço dá conta em carta de 4 de novembro de 1943, orgulhosamente emitida da «Coimbra dos poetas»:

*Ontem tive as primeiras aulas, que gostei imenso, quer dos professores, quer da orientação dada aos cursos. Tive o Maximino, que me pareceu bom tipo, mas com quem não falei. A seguir tive uma aula do Damião Peres, que me deslumbrou, pois é realmente um grande historiador. O Damião Peres vive em Lisboa e vem cá dar aulas às terças e sextas, dias em que tem rápidos. É podre de chic!!!*

E, mais tarde, em carta de 27 de março de 1943, arrisca a comparação com a universidade que deixara:

*Aqui há mais ordem e método no horário de exames e no estudo. Em Lisboa, o ensino é bruto, pois em geral os mestres não se fazem perceber; daí resulta maior dificuldade para os alunos, diferença capital com o ensino de Coimbra. A matéria aqui é mais compreensível.*

Ainda em matéria de estudo, a correspondência volta a contrariar o que se lê na autobiografia, a propósito da agenda estudantil:

*Em Coimbra, começar-se os estudos antes do Natal é um sacrilégio, de ateu ou burro. Mais: um insulto à praxe académica. Em Janeiro abrem-se os livros, em Fevereiro folheiam-se as sebentas, em Março sublinham-se as páginas e depois até ao exame a cabeça só serve para marrar*<sup>43</sup>.

De facto, desde a primeira carta escrita em Coimbra que Ruben menciona o estudo, quer no pedido do candeeiro para estudar, quer no tempo que diz passar no quarto de seu amigo Tomás: «Eu, como é natural, vivo todo o dia no quarto dele, onde estudo, escrevo, leio, etc.» E, a carta seguinte, de 4 de Novembro de 1942, termina com um relatório das aquisições próprias de um estudante e do respetivo uso:

*Ontem gastei bastante dinheiro, pois tive de comprar dois livros de filosofia que são absolutamente indispensáveis. Eu aqui só compro o absolutamente indispensável, pois tenho dezenas de boas bibliotecas. Espero, além dalguns apontamentos sebentas, não gastar muito mais dinheiro em livros. Já hoje estive a estudar pelos livros que comprei e que foram caros.*

Mais uma vez, a autobiografia procedeu a uma composição da personagem à revelia do que estes testemunhos mais remotos veicularam.

Prosseguindo no seu encantamento por Coimbra, na mesma carta de 4 de novembro, relata, em termos entusiastas, o seu périplo pela Universidade:

*Ontem à tarde depois das aulas dei uma volta pela Universidade, vi os Gerais, entrei e admirei a Porta Férrea, curvei-me na sala dos Doutoramentos e perplexo fiquei com a parada de reitores em bons retratos conforme as épocas. Vi a capela e a maravilhosa biblioteca, deslumbrei-me com a vista do calmo e preguiçoso Mondego e, nessa altura, senti a honra de pertencer à Liberalium Artium Facultas da Universidade de Coimbra. Enfim estou contentíssimo por aqui, fazendo ao mesmo tempo o máximo de esforço para cumprir o meu dever.*

O sentimento depressivo que, em *O mundo à minha procura*, caracteriza a sua chegada a Coimbra está, portanto, ausente da correspondência onde, muito pelo contrário domina o encanto da descoberta.

Mesmo a casa de hóspedes que primeiro o alojou, embora com limitações visíveis, está longe da relutância e do desagrado transmitidos na autobiografia:

*Com respeito às minhas instalações aqui não são más, mas têm bastantes defeitos. A comida é boa dentro dos limites do preço e das circunstâncias atuais. O quarto além do divã e uma janela, nada tem; a casa é barulhenta e cheia de miúdos, filhos dos donos da casa, e, ontem à noite, apanhei um susto, pois a pagar metade do dinheiro e a dona de casa disse-me que eram 600\$00 e para eu falar com o marido. 1º) Não pago 600 paus nas circunstâncias em que estou, pois é um roubo. (...) De manhã não há água quente; lavo-me em água fria (o pai está a dizer que faz bem); e não há chuveiro o que me faz uma falta fenomenal. Às 9 da manhã*

---

43 A., 1993: 191.

*venho sempre à sala de jantar, já pronto e barbeado, tomar o pequeno-almoço. (...) Eu, até ao fim do mês, vou vendo o que é mais económico e melhor para trabalhar, coisa aqui difícil, pois até os tetos são de madeira e, agora mesmo, estou a ouvir uns tipos aqui por cima a fazerem bastante barulho. As vantagens desta casa são poucas: quarto bem arejado e com vista para os lados do Penedo da Saudade e passar o eléctrico à porta<sup>44</sup>.*

A ideia de ir para uma república é a proposta que logo assoma, pois «Aqui todos os rapazes vivem em agradáveis repúblicas não gastando ao fim do mês com a criada, casa e comida, o que eles quiserem, mais de 450 a 500\$00».

A mudança de casa foi rápida e, no dia 10 de novembro, já escreve aos pais do novo «reino de fantasia», a república que acabara de criar com o nome mítico de *Babaou*, o título de um filme surrealista de Salvador Dalí. A partir daqui os sentimentos coincidem, embora, de novo, as cartas do futuro escritor surpreendam mais que a autobiografia, por aquilo em que o artista é igual a nós, expondo a «vida como vida escrita»<sup>45</sup>: «Estou já a escrever-lhes do meu magnífico quarto na nossa casa. Eu como mais velho e como chefe desta casa escolhi o quarto, os outros foram tirados à sorte, pois havia tipos que queriam o mesmo».

São várias as referências à república, à sua decoração, às criadas, às comodidades, às visitas, às discussões, percebendo-se o nível cultural que ali se respirava e o convívio fácil com os docentes: ali jantam, entre outros, um professor de francês (carta de 30 de janeiro de 1943), os mestres, a quem também paga o cinema (carta de 3 de fevereiro de 1943), etc.

Alguns outros detalhes pessoais têm uma função específica nas cartas familiares, na medida em que revelam o caráter e o nível social do sujeito. Incluem-se aqui as várias referências aos jogos de cartas – *bridge* e *beziq*<sup>46</sup> – e ao desporto – o ténis e o *golf*. Sobre este último é de novo notório o cuidado que Ruben tem com os gastos quando, em carta de 26 de fevereiro de 1943, pergunta aos pais se seria possível continuar a ser sócio do Golf de Espinho.

Contrariando a fama de cabulice geral em Coimbra, Ruben estuda desde cedo, como se viu, e fá-lo com método e com bibliografia específica. A sua dimensão de estudante não é transposta para a autobiografia, mas é uma constante das cartas, onde se refere o muito trabalho, a preocupação com os exames, as orais, os pontos de frequência. Genericamente, Ruben é bem sucedido e pelo rasto do percurso pessoal, percebe-se que ultrapassa o que é estritamente obrigatório. A 19 de janeiro de 1943, refere, com modéstia, o artigo «Apontamento» que sairá na *Via Latina*, um jornal da cidade<sup>47</sup>, e anuncia estar «a preparar outra coisa importante para o I[nstituto de]. Francês». Trata-se de um ensaio sobre *O Método e o Pensamento Religioso nas «Pensées» de Pascal*, que sairá apenas em 1945. A partir de 14 de março do mesmo ano inicia a preparação da sua tese de licenciatura sobre *Cartas de D. Pedro V ao Conde de Lavradio*, a que se refere na correspondência, a

---

<sup>44</sup> Carta de 4 de novembro de 1942.

<sup>45</sup> Lopes, 1998.

<sup>46</sup> Jogo francês do século XIX para ser jogado por duas pessoas.

<sup>47</sup> Publicado pela Associação Académica de Coimbra.

propósito do avanço das suas leituras e da escrita, da impressão, da edição e da opinião do seu orientador, Damião Peres.

Curiosamente, a sua faceta de investigador nunca é referida em *O mundo à minha procura*, sendo toda a passagem por Coimbra marcada sobretudo pela vida intelectual e social na república e pelos passeios pelas redondezas. De facto, as suas «Viagens na minha terra», sumária, mas entusiasmadamente descritas nas cartas familiares, são longamente recompostas na autobiografia, pelo que, neste ponto, a escrita epistolar constitui um sumário laboratório a produzir breves fragmentos que, mais tarde, o artista amplificará.

Finalmente, a tendência mistificadora da autobiografia verifica-se ainda no *coup de foudre* por uma Mafalda, estudante de Direito, que, na realidade, oculta uma Manuela com quem, em 45, diz pensar em casar-se (Porto, carta de 24 de agosto de 1945).

4. A ligação que tem vindo a ser observada coloca a correspondência de Ruben numa relação de «livro por vir» com a autobiografia, para usar uma outra expressão de Blanchot. De facto, o teor do confronto entre estes dois géneros confere às cartas o estatuto de ante-câmara da autobiografia. Embora não se possa afirmar que Ruben A. tenha utilizado as cartas como fonte de *O mundo à minha procura*, a hipótese poderá confirmar-se, não tanto pela transposição das «impressões» assíduas que enviava a seus pais, uma vez que, pelo *corpus* observado se verificou uma frequente dissonância de atitudes, mas pelos tópicos abordados. Ainda que a sua relevância justifique a memória que deles se deixa na autobiografia, a copresença nos dois géneros de escrita do eu afigura-se suficientemente sintomática e deixa supor o uso da correspondência como um guião de uma autobiografia que, pelo contraste com a verdade das cartas familiares, se afigura algo romanesca.

O *corpus* das cartas de Coimbra revela, assim, e por antinomia, a verdade da correspondência privada, na sua proximidade entre a vivência e a escrita. A narrativa epistolar que assim se constrói cria um percurso realista e uma perceção sincera que a autobiografia, temporalmente distante, irá por vezes subverter, criando uma outra versão da realidade, passível de ser contraditada apenas pelo acesso ao imediatismo da escrita que as cartas familiares desocultam.

## BIBLIOGRAFIA

A., Ruben – E[spólio] 35, Caixa 05.

\_\_\_\_ (1993) – *O mundo à minha procura II*. 2.ª ed. Lisboa: Assírio & Alvim.

\_\_\_\_ (1998) – *Páginas III*. 2.ª ed. Lisboa: Assírio & Alvim.

ALMEIDA, Teresa Sousa de (1998) – «Nota de apresentação», *Correspondências. 1. O género epistolar*. p. 7-8.

ALTMAN, Janet Gurkin (1982) – *Epistolarity: approaches to a form*. Columbus: Ohio State University Press.

BLANCHOT, Maurice (1959) – *Le livre à venir*. Paris: Gallimard.

CRUZ, Liberto; BRANDÃO, José; LEITÃO, Nicolau Andresen (orgs.) (2001) – *O mundo de Ruben A*. Lisboa: Assírio & Alvim.

KAUFMAN, Vincent (1990) – *L'équivoque épistolaire*. Paris: Ed. de Minuit.

LEJEUNE, Philippe (1975) – *Le pacte autobiographique*. Paris: Seuil, Nouv. éd. Augm.

LOPES, Silvina Rodrigues (1998) – *A experiência do desaparecimento. Correspondências. 1. O género epistolar*, p. 149-150.

- MACHADO, Ana Maria (2008) – Diarística e autobiografia. A construção do eu em *Páginas* e em *O mundo à minha procura*, de Ruben A. In *Os programas de Português dos Ensinos Básico e Secundário. Actas das III Jornadas Científico-Pedagógicas de Português*. Cristina Martins (coord.). Coimbra: Imprensa da Universidade, p. 73-103.
- \_\_\_\_ (2012) – Ruben A.: *a correspondência como laboratório de escrita*. *Colóquio Letras*, 181, Set-Dez, p. 33-53.
- MELANÇON, Benoît (1996) – *Diderot épistolier: contribution à une poétique de la lettre familière au XVIIIe siècle*, préface de Roland Mortier. Montréal: Fides.
- OLIVEIRA, Fernando Matos (2006) – Uma «sensação estranha da realidade»: estética e diarística em Ruben A. In *O mundo à minha procura: Ruben A. trinta anos depois: estudos*. José Carlos Seabra Pereira (coord.). Coimbra: Imprensa da Universidade, p. 55-62.
- PONCIONI-MÉRIA, Claudia (2003) – «Ma chère Maman». Une étude sur la correspondance entre Carlos e Julieta Augusta de Andrade. In *Au fil de plume. L'épistolaire dans le monde lusophone*, Anne-Marie Quint (dir). Paris: Presses Sorbonne Nouvelle, p. 79-92.
- ROCHA, Andrée Crabbé (1965) – *A epistolografia em Portugal*. Coimbra: Livraria Almedina, 1965.
- SEARA, Isabel Roboredo (2008) – «Palavra nómada. Contributos para o estudo do género epistolar». In *Estudos Linguísticos*. Lisboa: Edições Colibri/CLUNL, p. 121-144.
- SMITH, Amy Elizabeth (1998) – *Travel Narratives and the Familiar Letter Form in the Mid-eighteenth Century*. «*Studies in Philology*», 95: 1 (Winter), p. 77-96.
- VIOLI, Patricia (1999) – *Cartas*. In *Discurso y literatura: nuevos planteamientos sobre el análisis de los géneros literarios*. Teun A. Van Dijk (ed.); trad. Diego Hernández García. Madrid: Visor Libros, p. 180-203.

# REDES SOCIAIS E EPISTOLOGRAFIA:

CORRESPONDÊNCIA ENTRE JORGE DE SENA E MÉCIA DE SENA  
(SÉCULO XX)\*

MARIA OTÍLIA PEREIRA LAGE\*\*

**Resumo:** Na sequência de nossos trabalhos anteriores sobre a correspondência entre Mécia e Jorge de Sena (Portugal-Brasil-EUA, 1940-1970), o artigo estuda este caso excepcional da epistolografia e cultura portuguesa. Visa analisar as redes sociais e multiculturais que emergem nessas cartas de amor e exílio e entender a prática epistolar em interpenetração com a criação literária. Metodologicamente, e dado que a correspondência privada é a única fonte documental que permite conhecer as interações directas dos actores sociais, reconstituem-se as «redes egocentradas» (Beunza, 2011) emissor/receptor e identificam-se relações estruturais e tipos de redes sociais. O quadro teórico, de olhar poliédrico e mundividência caleidoscópica (Poza, 2015), mobiliza a teoria das redes sociais, os estudos epistolográficos e a perspectiva socio-histórica. Conclui-se pela necessidade de debater a suspensão da certeza biográfica nestas cartas «rizoma» (Deleuze).

**Palavras chave:** Correspondência Jorge de Sena e Mécia de Sena; epistolografia; cartas de amor e de exílio; análise das redes sociais.

**Abstract:** Following our previous works on the correspondence between Mécia and Jorge de Sena (Portugal-Brazil-USA, 1940-1970), the article studies this exceptional case of Portuguese epistolography and culture. It aims to analyze the social and multicultural networks that emerge in these letters of love and exile, to understand the epistolary practice in interpenetration with the literary creation. Methodologically, and given that private correspondence is the only documentary source to know the direct interactions of social actors, are reconstituted the «self-centered networks» (Beunza, 2011) emitter / receiver, the personal and intellectual relationships and types of social networks. The conceptual framework, with a polyhedral look and a kaleidoscopic worldview (Poza, 2015), mobilizes the theory of social networks, epistemological studies and socio-historical perspective. Concludes by the need to discuss the suspension of the biographical certainty in these letters «rhizoma» (Deleuze).

**Keywords:** Correspondence Jorge de Sena and Mécia de Sena; epistemology; letters of love and exile; analysis of social networks.

## INTRODUÇÃO

Este artigo faz-se eco de alguns de nossos estudos e trabalhos recentes<sup>1</sup> sobre o escritor Jorge de Sena e a sua intensa correspondência epistolar com Mécia de Sena produzida numa diversidade de espaços-tempos: Portugal-Brasil-EUA, 1944-1978, e que se configura um caso singular da cultura e epistolografia portuguesa contemporânea<sup>2</sup>.

A correspondência epistolar pessoal, meio de comunicação entre pessoas singulares, é quase a única fonte histórica que permite aceder ao conhecimento das interações entre actores sociais, directas e não mediadas institucionalmente<sup>3</sup>, pelo que apresenta no campo da investigação sócio-histórica, potencialidades descritivas e interpretativas.

---

\* Este artigo é uma versão reduzida e actualizada de nossa comunicação – *Redes Sociais e epistolografia: orrespondência entre Jorge de Sena e Mécia de Sena*, apresentada ao V Encontro CITCEM. «As Linhas e as Letras: Epistolografia e Memória da cultura escrita» (FLUP – 4/26 de Novembro/2016). Áreas temáticas: Cartas de amor/Cartas de exílio.

\*\* Investigadora Integrada do CITCEM – U. Porto. Email: otíliage@sapo.pt.

<sup>1</sup> Ver designadamente LAGE, 2010; LAGE, 2013.

<sup>2</sup> Ver ainda LAGE, 2017 – *Mediation of Information. Social Network Analysis in the epistolary collection of Jorge de Sena and Mécia*.

<sup>3</sup> IMÍZCOZ BEUNZA; ARROYO RUIZ, 2011.

Nesse contexto, ensaia-se uma análise qualitativa a este tipo de fonte, a partir das inter-relações pessoais e interconexões sociais que se evidenciam na produção epistolar (milhares de cartas numa diversidade de origens/destinos) do casal Sena, clássico «par amoroso» da literatura portuguesa. Privilegia-se a observação das redes de escrita, redes sociais e interculturais.

Estuda-se este *corpus* epistolar nos seus 3 ciclos principais (cartas de amor, Portugal; cartas do exílio brasileiro; cartas dos E.U.A.), no âmbito do quadro teórico e metodológico das «redes sociais»<sup>4</sup> – noção de popularidade crescente na prática social e no conhecimento e conceito estudado na «nova ciência das redes»<sup>5</sup> progressivamente mais usada para apreender interconexões do mundo contemporâneo.

Esta abordagem teórico-metodológica permite estabelecer diversas tipologias de redes sociais: «redes de íntimos» constituídas por elementos considerados importantes pelo «alvo»; «redes de interacção» baseadas nas pessoas com as quais se interage na rotina; «redes de troca» incluindo indivíduos com quem a probabilidade de recompensa ou troca é elevada. Estas redes compõem-se de «laços activos e passivos», importantes pelo seu impacto potencial que operam de modo diferente: os laços activos incluem interacções de rotina que podem envolver ajuda directa e os laços passivos podem ser fontes de suporte, influência ou apoio.

Pressupõe-se na análise da correspondência epistolar do casal Sena a identificação em concreto quer dos «nós» e «laços» ou «canais» onde circulam «fluxos de recursos», relações simétricas de amizade e «relações estruturais» entre «nós», na concepção relacional da estrutura social ou de um determinado sistema social<sup>6</sup>.

Alguns problemas decorrem da variação do próprio conceito de redes sociais cujo procedimento metodológico assume em geral a equivalência e reciprocidade de todas as relações próximas quando elas são de facto altamente especializadas e assimétricas<sup>7</sup>. Pelo que se ensaia uma análise concreta e específica à série de cartas do exílio brasileiro, à luz da teoria social não convencional «Actor Network Theory» (ANT) ou sociologia da «tradução» e das «associações»<sup>8</sup>, visando operacionalizar o conceito de «tradução» e seguir os actores sociais, considerados como «actantes»<sup>9</sup> e enquanto «redes».

Sublinha-se o contributo da teoria das redes sociais na análise deste caso da epistolografia portuguesa contemporânea, cuja importância se revela no estudo intensivo e combinação integrada do binómio – correspondência epistolar e redes sociais –, que possibilita um «olhar poliédrico» sobre a vida-obra seniana em sua «mundividência caleidoscópica»<sup>10</sup>. Entende-se o género epistolar como espaço multiforme e dialógico de poderes opostos: comunicativo e estético, público e privado, especial e quotidiano, pessoal e social, documental e literário, cuja interpenetração na prática epistolar destes

<sup>4</sup> PORTUGAL, 2007; LATOUR, 2006.

<sup>5</sup> PORTUGAL, 2007: 2.

<sup>6</sup> PORTUGAL, 2007: 6.

<sup>7</sup> PORTUGAL, 2007: 27-28.

<sup>8</sup> LATOUR, 2011: 796-810.

<sup>9</sup> Termo usado na semiótica com o significado de identificar os participantes activos em qualquer forma narrativa.

<sup>10</sup> POZO, 2015: 409.



dois correspondentes permite debater a suspensão da certeza biográfica nas suas cartas tidas como «rizoma» e «peça motriz da máquina literária»<sup>11</sup> na obra-vida seniana.

## 1. ENQUADRAMENTO CONCEPTUAL E METODOLÓGICO

Uma das primeiras e mais fortes aporções para o estudo das redes sociais produziu-se no campo historiográfico a partir da «história da família» que aproveitando da experiência e estudos de demografia histórica sobre actos vitais e parentescos dos indivíduos passou a falar de «redes sociais»<sup>12</sup>. Porém, mais do que de uma verdadeira análise de redes, trata-se aí apenas de um estudo frequentemente feito no plano das relações familiares e de parentesco, perspectiva muito afastada da percepção poliédrica que exige e permite uma análise efectiva das redes sociais.

Será no domínio abrangente das Ciências Sociais que o conceito de «rede social» e a construção do seu sentido analítico se vão desenvolver no seio de correntes como a antropologia social britânica do pós-guerra e a abordagem estrutural funcionalista americana, passando a adquirir centralidade na teoria sociológica, durante a segunda metade do século XX e contribuindo para a emergência de um novo paradigma assente na interdisciplinaridade.

Apenas nas últimas décadas se viria a institucionalizar a Sociologia das Redes Sociais como domínio específico do conhecimento, passando a registar um dinamismo evidente de actividades e publicações científicas próprias.

No quadro da Teoria das Redes Sociais, hoje cada vez mais proficuamente utilizada em diferentes domínios do conhecimento, a força analítica do conceito «redes sociais» decorre da «capacidade de tornar visível e descritível o trabalho dos actores» como explicita o autor francês Bruno Latour<sup>13</sup>, antropólogo, sociólogo e filósofo da ciência, fundador dos Estudos Sociais das Ciências e da Tecnologia.

Nos debates travados no campo da análise de redes sociais e na afirmação da sua dimensão relacional mais importante que permite passar do indivíduo à estrutura social afirma-se, pela sua inovação, a «Actor Network Theory»(ANT)/«Teoria Actor-Rede»(TAR) – teoria fundada e desenvolvida pelos autores Bruno Latour, Michel Callon e John Law que contrapõe à convencional «sociologia do social» uma «sociologia das associações». As suas propostas analíticas de enorme potencial operativo acentuam a relevância, designadamente, das relações macro-micro, do conceito de tradução (negociações, persuasão...) das relações de poderes e processos de tradução entre eles, em vez da distinção entre indivíduos e instituições, e do preceito «tomar a sério os actores sociais» considerados como «actantes» e enquanto «redes»<sup>14</sup>.

Faz-se por isso, a essa luz, o enquadramento teórico deste nosso estudo, o qual toma como referência de base esta nova proposta sociológica que se considera mais adequada

<sup>11</sup> DELEUZE & GUATTARI, 2003.

<sup>12</sup> «Annales de Démographie Historique»- Histoire de la famille et analyse de réseaux, n.º1, 2005.

<sup>13</sup> LATOUR, 1999; LATOUR, 2005.

<sup>14</sup> LATOUR, 2005: 10.

ao estudo analítico das relações dialógicas entre «o eu» e «o(s) outro(s)», das interconexões socioculturais, históricas e literárias evidenciadas nos discursos, ambos muito vivos e ricos, desta escrita epistolar. Ensaia-se a «transdução» de alguns desses principais preceitos analíticos numa leitura interpretativa intensiva com base na análise de conteúdo do *corpus* documental desta correspondência seniana – um diálogo intenso, empenhado e crítico de elevada ramificação e interação social. Procura-se assim seguir um modelo analítico dialógico e poliédrico capaz de uma exploração destas cartas como fontes documentais relevantes no complexo modo de produção literário.

Por sua vez, a metodologia usada, transversal à história e à sociologia, privilegia um estudo dirigido às relações sociais, o qual permite passar das «categorias» às «relações», ao basear-se na aplicação mediada quer de parâmetros e métodos decorrentes da abordagem sociológica assente na teoria das redes sociais quer do conceito específico de «rede social egocentrada»<sup>15</sup> entendido como o conjunto de relações dos indivíduos que a sua correspondência revela. A reconstituição das «egocentric networks» do emissor/ receptor das cartas, «redes egocentradas»<sup>16</sup> que a maioria dos autores define como «o conjunto de indivíduos que conhecem e interagem com um determinado ‘alvo’(indivíduo ou casal)» permite obter «a perspectiva dos indivíduos que se encontram no seu centro»<sup>17</sup>.

Estes preceitos metodológicos possibilitam uma «análise relacional» sobre vínculos pessoais, relações sociais e redes sociais, análise que parte dos actores sociais e respectivas interações para reconstituir configurações efectivas e evidenciar como acção e estrutura se interpenetram através da «tradução» entre os níveis micro e macro, local, nacional e internacional. Justifica-se, assim, a sua aplicação ao estudo extensivo das interacções pessoais e interconexões sociais, próprias da comunicação epistolar.

## 2. ANÁLISE DA CORRESPONDÊNCIA EPISTOLAR PESSOAL E REDES SOCIAIS

O extenso e intenso diálogo epistolar entre Mécia e Jorge de Sena, mantido durante mais de três décadas consecutivas, é uma componente fundamental do espólio literário seniano e constitui, como se argumenta, relevante dispositivo maquínico de escrita na vasta e polifacetada produção literária e ensaística de Jorge de Sena, um dos maiores escritores da nossa literatura.

Documenta e ilustra, impressiva e expressivamente, traços singulares das trajectórias biográficas e identidades intelectuais dos correspondentes (cfr. fig. 1 e fig. 2), uma memória viva de seu tempo, em diferentes períodos, e facetas marcantes da cultura portuguesa contemporânea de que ambos são, diferenciadamente, figuras destacadas.

O *corpus* epistológico em análise, produzido ainda em Portugal e intensificando-se durante o exílio americano do casal Sena é constantemente atravessado, para além das redes de família e de amizade, por múltiplas redes sociais, políticas, intelectuais, literárias

<sup>15</sup> REDES, 2012.

<sup>16</sup> PORTUGAL, 2007: 26-29; IMÍZCOZ BEUNZA; ARROYO RUIZ, 2011.

<sup>17</sup> PORTUGAL, 2007: 20-26.

e interculturais que os interlocutores, a nível individual e/ou em conjunto, continuamente, entreteceram nas suas diversificadas inter-relações pessoais e vastas interconexões sociais.



**Figura 1** – Álbum fotográfico pessoal de H.S. amiga e comadre de Jorge e Mécia de Sena.

Fonte: Álbum fotográfico pessoal de H.S. amiga e comadre de Jorge e Mécia de Sena.

Legenda: De pé, Jorge de Sena, M.P.L. amiga e comadre, com a filha mais velha dos Sena ao colo, Mécia de Sena e a cunhada M.H.L. esposa de Óscar Lopes, em baixo, com os filhos.

Destacam-se as redes sociais percebidas como mais significativas na vida-obra seniana – «redes de íntimos» (numerosos e fiéis amigos, colegas e intelectuais oposicionistas ao fascismo, exilados políticos, escritores, artistas, políticos e académicos); «redes de interação» (figuras nacionais e estrangeiras reconhecidas nos mais variados campos com quem os correspondentes interagem constantemente); «redes de troca» (em que a probabilidade de recompensa e partilha é elevada, como é o caso de escritores e colegas de trabalho, camaradas de exílio, entidades editoriais e jornalísticas).

## 2.1. APROXIMAÇÃO DESCRITIVO-ANALÍTICA À ESCRITA EPISTOLAR DO CASAL SENA, *UM MONUMENTO AO AMOR QUOTIDIANO*<sup>18</sup>

Toda esta notável correspondência, continuamente atravessada pelos sentimentos do amor e da amizade e por paixões mútuas como a literatura, a música e outras formas de expres-

<sup>18</sup> MOURA, Vasco Graça Moura – *Um Monumento ao Amor Quotidiano*, «Expresso» Online, Abril 2014. Crónica comentário ao livro LAGE, 2012.

são criativa e cultural, configura-se como recurso indispensável à prática de escrita compulsiva dos dois interlocutores e dispositivo essencial à produção da obra literária e ensaística de Jorge de Sena, na medida em que as suas cartas parecem constituir, como em Kafka, «uma peça motriz da máquina literária»<sup>19</sup>.

De pendor simultaneamente documental e literário esta escrita epistolar remete-nos ainda à hipótese da posição central de Mécia de Sena na relação biunívoca exemplar entre os dois correspondentes e na própria vida-obra do escritor, cujo melhor entendimento supõe uma aproximação transdisciplinar aos Estudos Culturais e Literários, Epistolográficos e da Mulher<sup>20</sup>. Sinaliza-se assim a necessária abertura ao trabalho de outros investigadores propiciador do seu conhecimento alargado e estudo analítico de todo o acervo epistolar de Jorge e Mécia de Sena, em especial das primeira e terceira séries (Portugal e E.U.A.) ainda maioritariamente inéditas<sup>21</sup>. A sua publicação completa, a par da respetiva tradução noutras línguas, pode vir a contribuir para tornar a vida-obra seniana mais e melhor conhecida mundialmente, já que frequentes vezes o interesse por um escritor é criado e estimulado através do conhecimento mais íntimo da sua personalidade individual que impulsiona uma maior curiosidade pública por toda a sua obra.

Consideram-se três séries diferenciadas nesta correspondência, por referência às condições concretas de sua produção desenvolvida em três ciclos espaço-temporalmente demarcados em função das trajetórias biográficas dos dois correspondentes.

Na correspondência do 1.º ciclo (Portugal, décadas de 1940-50) incluem-se as primeiras cartas de amizade, enamoramento e amor trocadas entre Jorge e Mécia, antes e depois de seu casamento em 1949.

Referindo-se à escrita epistolar deste ciclo, Mécia de Sena define-a como uma escrita de «duas solidões acompanhadas», enquanto Jorge de Sena, em carta para a então ainda jovem enamorada Mécia de Freitas Lopes, confidencia: «Querida: não estou, como julgas, a escrever para a posteridade, quando te escrevo: As observações faço-as a mim mesmo, crê».

A correspondência édita do 2.º ciclo foi já classificada como «um dos momentos mais altos da epistolografia portuguesa» pelo poeta Graça Moura<sup>22</sup>, pioneiro com Mécia de Sena da publicação da primeira antologia de cartas trocadas entre este histórico par amoroso da nossa literatura.

Surge-nos simultaneamente como um autêntico e circunstanciado diário de bordo de uma «vita nuova» no exílio voluntário do casal no Brasil (1959-1965), e como um «documento-monumento» de valor patrimonial e elevado significado histórico a vários títulos esclarecedor mas também de grande emotividade. Trata-se nestas cartas de uma escrita de felicidade», como as define Jorge de Sena, podendo finalmente viver em liberdade. É aí frequente o registo da resistência inquebrantável, das referências a intercâm-

---

<sup>19</sup> LAGE, 2010.

<sup>20</sup> LAGE, 2016.

<sup>21</sup> A segunda série relativa às cartas do Brasil encontra-se integralmente publicada em LAGE, 2012.

<sup>22</sup> MOURA, 2014. Ver também Site Ler Jorge de Sena <http://www.lerjorgedesena.lettras.ufrj.br/ressonancias/novo-um-monumento-ao-amor-quotidiano/>.

bios luso-brasileiros, das relações com os seus círculos de amizade em que se contam prestigiados intelectuais e figuras públicas da cultura portuguesa e brasileira (ver fig.2), para além de numerosas informações e impressões sobre a história de Portugal e Brasil dessa época.

O 3.º e último ciclo desta escrita epistolar abarca o período norte-americano de vida do casal e inscreve-se no decurso das viagens de estudo de Jorge de Sena pela Europa com passagem por Portugal onde regressa de visita, pela primeira vez, ao fim de 9 anos de exílio. Curiosamente, a motivação central destas deslocações do escritor por numerosas cidades europeias – contexto de produção destas suas cartas para Mécia então residente nas cidades de Madison (Estado de Wisconsin) e Santa Bárbara (Estado da Califórnia) –, radica na porfiada e ainda inédita investigação que desenvolveu sobre a secular monarquia lusitana reconstituindo linhagens e périplos dos príncipes e princesas da corte portuguesa em seus cruzamentos e relações com as cortes europeias.

Esta é uma correspondência de maturidade plena de um escritor consagrado, cujo acompanhamento a par e passo Mécia assumiu, conscientemente, como missão de vida.

Entretanto, a seguinte descrição analítica das três séries epistolares que correspondem aos ciclos espaço-temporais apresentados contribui para uma caracterização mais pormenorizada e exaustiva do conjunto desta correspondência édita e inédita que nos foi possível estudar:

- 1.ª Série – Cartas de amor e enamoramento: «duas solidões acompanhadas» (1940/50)

Permanece ainda inédito um considerável número de cartas desta série referente ao período de juventude dos correspondentes que se conheceram no Porto onde Mécia residia com a família e Jorge de Sena se encontrava também estudando engenharia civil na Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, ao mesmo tempo que nesta cidade iniciava a sua profícua carreira de poeta e escritor. Foi apenas publicada pela Imprensa Nacional, em 1982, a primeira e essencial antologia *Isto Tudo Que Nos Rodeia (Cartas de Amor)*, organizada e editada por Mécia de Sena, a partir de cujo conhecimento mais algumas cartas avulsas puderam ser posteriormente estudadas e divulgadas<sup>23</sup>.

Nesta série epistolar evidencia-se a construção de uma relação homem-mulher única em sua densidade e singularidade – espelho no qual se refracta «isso tudo que n[os] rodeia» nos diferentes lugares e momentos de sua (con)vivência que «deu lugar a uma confiança e uma identificação que dificilmente, creio, poderão ter paralelo» (Mécia de Sena). Profundo era o elo de afinidades, reciprocidade e total abandono mútuo em confiança ilimitada: «Como queiras, Amor, como tu queiras./ Entregue a ti, a tudo me abandono.../», como bem salienta Jorge de Sena em célebre poema de Natal escrito à época no Porto e logo enviado em carta para Mécia.

Caracterizam também estas cartas a relevância das redes afectivas, familiares e socio-culturais a par da ambiência histórica de que são protagonistas e testemunho: intuem-se

<sup>23</sup> Refira-se, entre outras publicações em que se encontram cartas esparsas deste período, LAGE, 2007; LAGE, 2013; LAGE, 2016.

aí os conturbados tempos da II Guerra Mundial, os contrastes entre a ancestralidade rural e a emergência do urbano e citadino no Portugal dos anos 1940, ao mesmo tempo que podemos acompanhar o percurso inicial e ascendente de afirmação de Jorge de Sena como poeta, dramaturgo e escritor.

• 2.ª Série – Correspondência Mécia e Jorge de Sena (Brasil, 1959-1965) «Vita Nuova». «Escrita de felicidade»

Inaugura esta série de cartas o início de uma vida em liberdade decisivamente nova do casal que além-mar irá radicar-se para sempre. Corresponde ao período de exílio no Brasil, encontra-se publicada na íntegra<sup>24</sup>, e é marcada, como se viu, por «uma escrita de felicidade», segundo Sena.

É especialmente visível nesta centena e meia de cartas (112 de Mécia, remetidas de Lisboa, Assis e Araraquara e 46 cartas de Jorge, enviadas do Recife, do Rio e de S. Paulo) que ambos os interlocutores se relacionaram no Brasil (país dotado então de um regime político democrático), como em Portugal (sob o regime autocrático da ditadura e censura salazaristas) com uma diversidade de redes sociais e intelectuais. É toda uma galeria de notáveis da vida cultural portuguesa e brasileira da época que por aí perpassa<sup>25</sup> (fig.2). São poetas, escritores, historiadores, críticos, editores e conhecidos nomes da cultura, das letras e das artes, em que se destacam muitos amigos de público relevo e exilados políticos portugueses que os ajudaram nessa sua nova e decisiva etapa de vida.

Esta correspondência, que pela morosidade dos correios de então, mas também por razões de confiança e garantia de que chegaria ao destinatário<sup>26</sup>, era frequentemente enviada por amigos, emissários pessoais, constitui importante repositório documental quer para uma compreensão mais próxima das sociedades brasileira e portuguesa da época quer para o conhecimento directo da acção participada do casal nas actividades políticas e culturais da plêiade de intelectuais portugueses exilados no Brasil.

Escritas em múltiplas tonalidades e registos – desde o poético e criativo ao do fervor da intervenção política, cultural e social – estas cartas fazem-se eco da bem sucedida carreira académica e literária de Jorge de Sena, apesar das vicissitudes ultrapassadas graças às extensas e intensas redes sociais entretecidas pelos correspondentes e ao seu entendimento recíproco, assim caracterizado por Mécia de Sena: «uma transmissão porosa entre duas maneiras diferentes, duas sensibilidades complementares, permutando-se através dos poros, porosamente».

• 3.ª Série – Correspondência norte-americana (1968-1974) – Sob o signo da viagem

Esta mais recente mas não menos importante série de correspondência produzida no contexto das viagens à Europa de Jorge de Sena constitui no seu todo<sup>27</sup>, um objecto de

---

<sup>24</sup> LAGE, 2012.

<sup>25</sup> LAGE, 2012.

<sup>26</sup> Consultámos no AN/TT- Arquivos da Pide /DGS – Processos Jorge de Sena, algumas cartas e fotografias da família Sena, deste período, então apreendidas pela censura política.

<sup>27</sup> Quase toda a correspondência desta série encontra-se inédita e com impossibilidade de ser estudada por dificuldades de acesso e consulta, já por nós recente e incompreensivelmente experimentadas, na BNP – Reservados, onde se encontra o espólio literário de Jorge de Sena, doado a Portugal por Mécia de Sena. Para além da publicação esparsa de algumas cartas desta série, encontram-se publicados e estudados fragmentos das cartas de Mécia de Sena do ano de 1971 em LAGE, 2016:

investigação muito especial e relevante no estudo aprofundado da obra-vida de Jorge de Sena. A sua análise ganha em ser entrelaçada com a leitura de *Diários: Jorge de Sena*<sup>28</sup>, uma clarificadora extensão de parte da escrita epistolar do casal neste período, e da antologia poética *Peregrinatio ad Loca Infecta*<sup>29</sup>. O conhecimento mais exaustivo desta série epistolar, só possível com a sua publicação, exigirá também um estudo histórico das diferentes viagens de Sena à Europa a par da evolução da situação política e sócio-cultural ocorrida nesse arco temporal, o qual pode ser enriquecido pela observação dos modos peculiares como factos memoráveis foram sendo vividos e registados, em directo, nas cartas do escritor e de sua mulher. Na verdade, esta série epistolar encontra-se repleta de comentários e impressões dos correspondentes sobre importantes acontecimentos mundiais da época, o que a torna um repositório essencial de fontes e documentos únicos da história política, social e cultural contemporânea do Ocidente. Alguns dos acontecimentos mais marcantes da chamada época do individualismo (décadas de 1960/70) são aí comentados em sincronia com os momentos em que decorriam: o movimento hippie, as revoltas estudantis nas universidades americanas e sucessivo impacto nas jovens gerações europeias, o escândalo americano Water Gate e a demissão de Nixon, a crise petrolífera, as grandes marchas contra o racismo nos E.U.A., as greves sucessivas, os confrontos mundiais da Guerra Fria, a guerra do Vietname, a guerra colonial portuguesa, etc. As alusões, críticas e comentários de Jorge e Mécia, em seus relatos vivos, mútua e constantemente estimulantes na mesma curiosidade intelectual intensa são autênticas reportagens de elevado impacto e imprimem a esta correspondência uma particular tonalidade documental vivenciada e reflexiva.

Com efeito, o vasto conjunto de meio milhar de cartas que constitui esta série, um autêntico diário escrito a quatro mãos, à semelhança das series precedentes, é transversalmente atravessado por testemunhos pessoais e sociais dos interlocutores relativos aos «anos de chumbo»<sup>30</sup> da história ocidental os quais constituem preciosas informações e clarividentes comentários, verdadeiramente singulares. A leitura analítica da totalidade destas cartas<sup>31</sup> permite-nos ainda perspectivar a sua diferenciação conceptual mais detalhada nas seguintes três sub-séries:

1.<sup>a</sup> (1968/69) – tempo da primeira viagem, a do optimismo, entusiasmo, descoberta, novos projectos, e ritmo de vitalidade;

100-160. Um primeiro estudo desta serie de correspondência, de nossa autoria, encontra-se publicado na seguinte antologia: FAGUNDES; IGREJAS; ANTUNES, 2015.

<sup>28</sup> SENA, 2004. Sobre análise deste volume, com esclarecedora introdução de Mécia de Sena, ver designadamente o ensaio SANTOS, 2009: 78-91.

<sup>29</sup> SENA, 1969. Conjunto de poemas posteriormente incluído no volume *Poesia III*, Lisboa: Edições 70, 1989 (Obras de Jorge de Sena).

<sup>30</sup> Designação que deriva do título do filme «Die Bleierne Zeit» («*Tempos de chumbo*»), de 1981, da cineasta alemã Margarethe Von Trotta, título que é por sua vez citação do poema de Hölderlin, «*Passeio ao campo*» (Der Gang aufs Land, 1800).

<sup>31</sup> Foi-nos possível realizá-la em 2011 no arquivo privado de Jorge de Sena na sua casa de família em Santa Bárbara (Califórnia) onde iniciámos os primeiros estudos sobre Jorge de Sena e Mécia de Sena, em 2006, com a autorização, apoio hospitaleiro e abertura intelectual de Mécia de Sena a quem se deve toda a estima e gratidão.

2.ª (1971) – ano da segunda viagem<sup>32</sup>, a de maior contenção, menor euforia, maior esforço e sacrifícios de toda a ordem, sublinhada por comentários frequentes de Jorge de Sena à efervescência da situação geopolítica mundial em mudança;

3.ª (1972-1974) – época de outras viagens, a do lento e doloroso esvair das utopias e dos sonhos, apesar do alvoroço inicial com o restaurar da democracia e da liberdade em Portugal no pós 25 de Abril, logo depois seguido pelo profundo desencanto e desânimo.

Todas estas cartas, como as das restantes séries, revestem-se de uma natureza basicamente informal, na medida em que não houve no modo como foram escritas qualquer processo de edição para serem publicadas na íntegra.

São também simultaneamente reveladoras de dois géneros textuais ou do discurso: primário (emana de comunicação verbal espontânea, com um uso mais imediato da linguagem) e secundário (escrita em situações de comunicação menos espontâneas, como a cultural, política, artística) que modificam, em regra, o primeiro, verificando-se uma diminuição do fosso entre a língua coloquial e a literária<sup>33</sup>.

Nesse sentido, as cartas de ambos, designadamente ao nível da interacção, mas com particular incidência as de Mécia de Sena, revelam-se-nos sob um texto escrito inserido num *continuum* entre a escrita e a fala que poderá ser denominado de *língua oral-escrita*<sup>34</sup>.

Sendo inicialmente mero meio de comunicação pessoal e informal à distância, entre duas pessoas muito especiais, podem ser vistas como *corpora*, enunciados que se realizam de maneiras diversas, relativamente estáveis e *géneros do discurso* ou *géneros textuais*<sup>35</sup> que registam realidades históricas em suas múltiplas dimensões, acabando por constituir uma fonte documental e histórica muito rica e promissora para vários tipos de estudos.

Os atributos de «a escrita de si»<sup>36</sup> e de «escrever-se» da «autografia»<sup>37</sup>, próprios desta correspondência, remetem para a indispensabilidade de «o outro», de importantes consequências: «a carta enviada actua, em virtude do próprio gesto da escrita, sobre aquele que a envia, assim como actua, pela leitura e a releitura, sobre aquele que a recebe». Estabelece, desse modo, uma reciprocidade que concebe a necessidade da ajuda alheia – através de conselhos e ensinamentos – no exercício de reflexão sobre si próprio, na medida em que colabora na realização do mesmo exercício no correspondente. Nesta troca, a correspondência exerce ainda a função da preparação de si para o mundo, designadamente através da profunda relação de cada um dos interlocutores consigo próprios e com os outros.

Para além do conteúdo das cartas é o próprio ritmo da sua falta, atrasos e/ou recepção e o que tal significa na relação com «o outro», uma relação sem relação, que assim se

---

32 O diário de Jorge de Sena correspondente a esta viagem iniciada a 8 de Junho, reporta-se apenas ao período até 15 de Junho de 1971. Nele relata Jorge de Sena a sua partida de Santa Barbara e a chegada a Londres, com paragem em Toronto, em termos muito idênticos aos descritos na primeira carta enviada a Mécia, para Santa Bárbara, a 10 de Junho de 1971. Ver SENA, 2004: 263-264.

33 BAKHTIN, 2000.

34 MARINE, 2004.

35 BAKHTIN, 2000.

36 FOUCAULT, 1992.

37 PONTALIS, 2007. Ver análise deste tópico em LAGE, 2016.



evidencia e exemplifica: no caso de Mécia «Chegou esta manhã uma tua mais breve carta de 21...», «Não veio carta tua hoje ... e não sei para onde dirigir cartas futuras»<sup>38</sup>; ou então no de Jorge de Sena «Ontem não veio carta tua...», «Não recebi carta tua depois da que as pequenas trouxeram...», «Acabei de escrever-te uma carta na 2.ª feira...»<sup>39</sup>.

A carta busca o outro ausente e, conceptualmente, define-se por contrastes, sendo diferente do diário íntimo, das notas pessoais, da autobiografia, pois que o conhecimento de «si» passa sempre pelo olhar de «o outro».

São disso exemplo, os seguintes excertos de cartas de ambos, «em jeito de carta aos leitores»<sup>40</sup>, as quais comportam ainda em si o germe da literariedade, como o próprio Jorge de Sena intuiu na interrogação a Mécia:

*O nosso conhecimento mútuo a bem dizer nem se iniciara e iria fazer-se através da correspondência que se lhe seguiu. Dificilmente alguém tão honestamente e lealmente se terá mostrado e não menos cuidadosamente terá tido a preocupação de destruir qualquer possibilidade de romântica mistificação de si próprio. Este teria sido o caminho fácil e estava aberto ao total desconhecimento que um do **outro** tínhamos e à minha evidente fascinação por aquela personalidade – a rejeição desse caminho deu lugar a uma confiança e uma identificação que dificilmente, creio, poderão ter paralelo*<sup>41</sup>.

*Quería agora responder às tuas cartas. Dizer-te imensas coisas que elas me sugeriram. Que confiança posso ter no que escrevo, eu que sei escrever, eu que posso estar a fazer uma especial literatura contigo, a da convicção da felicidade?*<sup>42</sup>

Reconhecer a necessidade de «o(s) outro(s)» é aqui reconhecer ainda a necessidade de amor de que nos fala o poeta António Machado, cuja poesia, em sua ideia da heterogeneidade do ser e busca de «o outro», ecoa em alguma da poesia de Jorge de Sena<sup>43</sup> e perpassa toda a sua correspondência pessoal trocada com Mécia de Sena

*[...] Jorge e Mécia têm uma maneira de falar do amor que os une da maneira mais surpreendente e mais frequente. Não há carta em que um ou mais parágrafos não exprimam toda a gama de sentimentos amorosos, da saudade intensa ao desejo, sem rodeios sem timidez, sem invocações do transcendente, antes como simples e fortíssima pulsão humana. O real, a vida prática, o pragmatismo das situações atravessadas, entrelaçam-se assim com um monumento ao amor entre dois seres humanos que o vivem em cada momento das suas vidas, apesar de tantas léguas e tanto tempo posto a conseguir enfim atravessá-las. [...]*<sup>44</sup>

Esse sentimento de amor não transcendente, antes um amor-ternura e amor-erótico, assim como a necessidade e procura incessante de um «tu essencial», de um outro também

<sup>38</sup> Cartas de Mécia de Sena de Madison, Setembro 1968.

<sup>39</sup> Cartas de Jorge de Sena de Londres e Paris, Junho 1971.

<sup>40</sup> COSTA, 2003: 147-172.

<sup>41</sup> MS, 11. Ob cit., p. 171

<sup>42</sup> JS, 40. Ob cit., p. 171-172.

<sup>43</sup> FAGUNDES, 2007: 385-398.

<sup>44</sup> MOURA, Vasco Graça – «Um monumento ao amor quotidiano». *Diário de Notícias Digital*, 16.04.2014, sobre o livro *Correspondência – Jorge de Sena e Mécia de Sena «Vita Nuova» (Brasil 1959-1965)*. Ob.cit.

social encarado na plenitude da sua alteridade fazem da correspondência entre Mécia e Jorge um hino ao amor, ao altruísmo recíproco, cujas possíveis configurações de «o outro» podem ser identificadas também na poesia seniana de testemunho e errância<sup>45</sup>. Aliás, dimensões fulcrais da poética de Jorge de Sena, «testemunho» e «errância» particularmente visíveis nos poemas da antologia *Peregrinatio ad Loca Infecta* (1989) iluminam literariamente a epistolografia americana de Jorge e Mécia de Sena, o que não pode deixar de se ter em conta na sua análise, como atrás se sugeriu.

## 2.2. CONTRIBUTO DA TEORIA DAS REDES SOCIAIS PARA O ESTUDO DESTE CASO DA EPISTOLOGRAFIA PORTUGUESA CONTEMPORÂNEA

Sendo esta intensa correspondência marcada pelo atributo de uma especularidade fidedigna, assim se procurou lê-la e dar a ler, observando a diferença e complementaridade de olhares no processo de sua constituição.

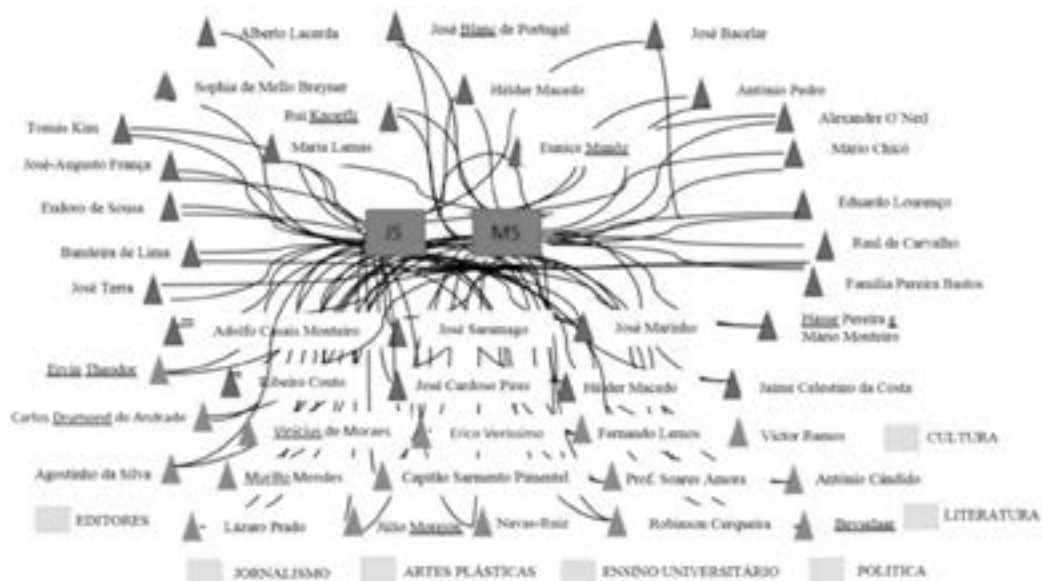
A metáfora do espelho possibilita, numa espacialidade dilatada, a captura de um condensado de representações sócio-políticas e culturais e de uma diversidade de sentidos e significados pensados enunciativamente como diálogo ininterrupto. Os interlocutores entretecem e realizam na actividade dialógica de escrever e ler, ouvir e falar de e sobre tudo e todos, a comunhão do que cada um empreende, perto ou longe de seu ambiente familiar. Este, omnipresente e permeado pelas dinâmicas de quotidianos diferenciados e pelo trabalho académico e literário seniano, nunca os impede de vivenciarem intensamente uma diversidade rica de ambiências sociais e culturais que vão experimentando de forma renovada e partilhada, sempre atentos ao que de mais relevante vai acontecendo no mundo e no universo de suas relações sociais múltiplas.

Em ambos os correspondentes, a escrita epistolar é o desejo, o desejo de escrever e receber cartas, evidenciando «a dualidade dos dois sujeitos, a sua troca, ou a sua duplicação» numa comum «visão de mundo intercultural». A essa luz complexificada mas esclarecida pela teoria das redes sociais, pôde perceber-se e identificar-se também nesta correspondência uma acentuada diversidade de redes de mundos culturais e relações sociais e interculturais em que a vida do casal foi sendo construída, como correspondências várias, entre si.

Subjaz, como vimos, à correspondência de todos os ciclos, o estabelecer de redes de influências, modos de convivência, *laços activos e passivos* e *nós* de resistência, *fluxos e canais* de oportunidades, *relações simétricas* em novos encontros e contactos e *interacções* sociais, devolvendo às ideias e aos sentimentos uma intransponível centralidade na vida pessoal e social de ambos os interlocutores das cartas onde se evidenciam as múltiplas *redes ego-centradas* entretecidas. Estas movem-se em espaço/temporalidades dinâmicas em que emergem outras redes sociais, subjectividades e sociabilidades que possibilitam perceber diversos mundos: «das letras e artes», «da edição e do jornalismo», «da

<sup>45</sup> Ibidem. Estudo de Cota Fagundes sobre certos aspectos da ficção e poética de juventude e maturidade de Jorge de Sena analisadas à luz de hipotéticas influências do poeta espanhol António Machado.

política e dos exílios», «da vida académica e criativa» através das relações estabelecidas na partilha de ideais, interesses, apoios recíprocos, e de uma espécie de apadrinhamento que dinamiza a circulação de ideias nos meios intelectuais.



**Figura 2** – Redes sociais na Epistolografia de Mécia de Sena e Jorge de Sena (Exílio Brasil, 1959-65).

Fonte: *Correspondência de Jorge de Sena e Mécia de Sena «Vita Nuova» (Brasil, 1959-65)*/ Otilia Lage, Org. (2013).

Vivendo num entre-dois, ou seja, entre Portugal e os países de exílio, Mécia e Jorge alcançam «habitar duas identidades, falar duas linguagens culturais, traduzir e negociar entre elas», sendo, portanto, a partir desse entre-lugar que produzem uma escrita em que se impõe o reconhecimento da alteridade e do carácter eminentemente político no sentido de transformador, fazendo de sua prática de escrita que pressupõe sempre «o outro», cúmplice ou descomprometido, uma voz militante de intervenção social e cultural nos países de acolhimento e na pátria de origem.

Algo idêntico se verifica na correspondência em que há, geralmente, uma procura de reafirmação pelo «outro» daquilo que dele se espera, sobretudo em situações de afastamento físico, justificação das cartas em última análise. O que faz com que possam surpreender-se gestos narcísicos nas relações epistolares, tornando-se então «o outro» da correspondência, destinatário ou emissor, num outro útil, alibi ou espelho de empréstimo<sup>46</sup>.

Esta escrita epistolar de natureza íntima, mas em que emerge frequentemente o público<sup>47</sup>, promove um diálogo (im)provável, uma partilha de diferentes ou comuns visões do mundo, processo em que se destaca a relativa autonomia dos correspondentes e uma

<sup>46</sup> REID, 1990.

<sup>47</sup> Não se pode colher o íntimo sem o inscrever na triangulação íntimo-privado-público. Privado e público são realidades históricas construídas de maneira diferente em função de uma dada sociedade ou realidade.

negociação de ideias e interesses na procura da diversidade e marcas identitárias próprias. Entretidas na esfera do privado a que se acede pela relação amorosa dos interlocutores, mutuamente correspondida e expressa, as suas cartas permitem ainda perceber a angústia da ausência física e das saudades, as adversidades e vicissitudes dos quotidianos nunca monótonos, as cumplicidades e amizades com as múltiplas redes sociais que ambos entrecem, a coragem inabalável de ousar mudar de vida e a profunda relação de companheirismo entre Mécia e Jorge. Em suma, é toda essa multiplicidade de contactos plurifacetados e riqueza de experiências de vida que enformam a sua interacção epistolar, independentemente das especificidades verificadas nos três ciclos desta correspondência, diferenciados em suas características circunstanciais.

Saliente-se, por fim, que foi nosso propósito deontológico, facilitado pelo princípio metodológico de seguir os actores enquanto «redes» procurando ver para o que está além delas, tentar apreender na correspondência estudada e transmitir, com sensibilidade, recato, fiabilidade e imaginação interpretativa, a tripla dimensão destes registos de história pessoal, história política e sócio-cultural e história literária, profundamente vividas e partilhadas pelos dois correspondentes.

### 3. PRINCIPAIS RESULTADOS DO ESTUDO

Jorge de Sena e Mécia, grandes comunicadores e interlocutores da vastíssima escrita epistolar apresentada, com análise centrada sobretudo na correspondência édita, intelectuais críticos e inconformados com os sinais de obscurantismo e letargia da pátria que se viram obrigados a deixar, num período sombrio de sua história, mas cujas memórias sempre conservaram vivas em inter-relações sociais activas, não deixam nunca de investir a mesquinhez cultural, os silêncios e esquecimentos com que o seu país trata, em geral, os que votou ao exílio (in) voluntário, à emigração forçada e à diáspora.

Assim, falar de política, cultura e sociedades, de literatura e do mundo, como o casal Sena sempre faz em seu diálogo epistolar, desconstruindo estereótipos e denunciando atrasos e fanatismos, significa participar numa forte responsabilidade cívica e cumplicidade crítica com os acontecimentos, locais e culturas de origem e destino, em seus contextos históricos específicos.

Para além disso, as cartas de Jorge e Mécia, mesmo não definidas por qualquer intenção de publicação, ainda assim fazem parte da obra seniana por serem «peça motriz da máquina literária», o sangue – o «fiat lux» – de temas que o escritor transportaria, mais tarde, para suas novelas<sup>48</sup>, tal como o fluxo anímico em que se sustentava a sua criação literária.

Interpelando-nos agora sobre os sentidos possibilitados pela leitura relacional destas cartas no quadro da nova ciência das redes tornam-se-nos perceptíveis as múltiplas redes sociais, intelectuais e de escrita que as vivificam em seus «nós», «laços», «estruturas sociais» e «ramificações» onde emergem as condições histórico-sociais de produ-

---

<sup>48</sup> DELEUZE; GUATTARI, 2003: 58.

ção/recepção da obra de Jorge de Sena em que Mécia é mediadora insubstituível. Nesta perspectiva de análise, o alcance e função da obra-vida seniana adquirem mais nítido relevo impregnado quer pelos campos de origem e acolhimento (marcados por um exílio adentrado) quer pelas contingências dos processos sociais e históricos que as atravessam. A formação do «rizoma» assim tornada visível habita aí, no espaço em que as potencialidades e insuficiências do género epistolar permitem e favorecem as práticas da criação. E como «maquinar cartas: não é de todo uma questão de sinceridade ou não, mas de funcionamento»<sup>49</sup>, esta correspondência não deixa de apresentar, inocentemente, a força diabólica da máquina literária.

Nas cartas de Jorge e Mécia de Sena, cartas «rizoma», funciona uma intrincada ramificação de redes sociais de diversas tipologias (pessoais, familiares, de amigos, de solidariedade e hospitalidade, de interacção e de troca), redes sociais *egocentradas* compondo uma polifonia dialógica.

A Ciência das Redes Sociais aplicada aos Estudos de Epistolografia revelou-se um contributo decisivo para a «análise relacional» sobre vínculos pessoais e redes sociais nesta escrita epistolar na perspectiva cruzada das potencialidades analíticas da noção de «rede social egocentrada» e das propostas específicas da «Teoria Actor-Rede» (TAR)/ «Actor Network Theory» (ANT) a qual, mais do que uma teoria, é um conjunto de abordagens que partilham premissas e procedimentos comuns. A versão aqui seguida é especialmente adequada à tarefa de rastrear os processos de constituição de associações fortes entre actores sociais (humanos e não-humanos) que permitem «fazer existir» entidades múltiplas que podem ser conhecidas e manipuladas no quadro das práticas de investigação. Nessa medida permite potenciar a análise do género epistolar como espaço de observação das relações do indivíduo consigo e com «os outros»<sup>50</sup>, já que a correspondência implica uma relação dialógica: o «outro» entra no discurso epistolar do remetente através da interlocução emissor/receptor. Produz-se uma construção simbólica da imagem física, emoções e sentimentos das relações pessoais e inter-relações sociais, pelo que se compreende que escrever cartas possa ser «presentificar a imagem do outro»<sup>51</sup>, embora, quanto a nós, seja, no caso da literatura, espectralizar «o outro», já que a imagem simbólica é antes fantasmática. «Em vez do sujeito de enunciação fazer uso da carta para anunciar a sua própria chegada, é o sujeito do enunciado que vai assumir inteiramente um movimento que se torna fictício ou aparente. É o envio da carta, o trajecto da carta, a volta e os gestos do carteiro que substituem a vinda» num «movimento aparente, um movimento de papel...»<sup>52</sup>.

A escrita epistolar abordada constitui um caso exemplar do tipo de processos sociais descritos e debatidos no âmbito da TAN/ANT com seu vocabulário próprio que inclui, entre outros dispositivos analíticos, noções e momentos de análise que procurámos mobilizar. São de destacar particularmente os seguintes: a «tradução» (problematização, alistamento, mobilização...), processo através do qual certos actores se tornam indispen-

49 DELEUZE & GUATTARI, 2003: 58.

50 CHARTIER, Roger – *La correspondance: les usages de la lettre au XIXe siècle*, Paris, Fayard, 1991, p. 9-10.

51 FOUCAULT, Michel – *L'écriture de soi. Corps écrit*. Paris: PUF, 1983.

52 DELEUZE & GUATTARI, 2003: 61-62.

sáveis para responder a uma dada situação ou problema, compelindo outros actores a juntar-se aos que problematizam; o «seguir os actores» através de nova problematização que envolve a definição de um ponto de passagem obrigatório para todos os actores, sem o que estes não serão capazes de responder adequadamente e com sucesso à situação (de acordo com as suas expectativas e objectivos); e a «mobilização», que se refere ao modo como os «problematizadores» se tornam porta-vozes dos outros actores que foram «interessados» e «alistados».

Em situações como as que na análise desta escrita epistolar se nos revelaram ter de ser consideradas, os resultados esperados ao nível do conhecimento são conseguidos através da produção de enunciados que têm a pretensão de ser mais certos ou rigorosos, bem como dos meios de os pôr à prova de maneira a confirmar a sua capacidade de resistir a críticas ou a problematizações alternativas.

Verifica-se que «como recurso metodológico a ANT possibilita detalhar a dimensão colectiva da construção e transferência do conhecimento e o seu processo de estabilização. [Já] o potencial teórico da ANT permite identificar e seguir os actores, as redes, os agenciamentos e os movimentos nas articulações que envolvem a produção, circulação e uso de informações registadas e documentos»<sup>53</sup>.

Os materiais documentais utilizados na análise teórico-metodológica deste «diálogo epistolar» foram centenas de cartas do casal Sena publicadas<sup>54</sup> e em especial a série de cartas do exílio brasileiro (1959-1965), editada na íntegra<sup>55</sup>. Nas narrativas de ambos os correspondentes prestou-se especial atenção à identificação e rastreamento das inúmeras referências a múltiplos protagonistas e grupos de figuras públicas nacionais e internacionais com que o casal se inter-relacionou e que são constitutivas de uma vasta ramificação de redes sociais em diversas áreas e sectores: artes e letras, imprensa, política, ciência e academia, jornalismo que atravessa toda a sua correspondência (ex. fig. 2).

Como assim melhor se pôde identificar o prolongado e intenso diálogo epistolar do casal Sena é constantemente atravessado por diversificadas inter-relações pessoais e sociais e múltiplas interconexões transculturais entretecidas em ampla espácio-temporalidade constituindo também a este nível um caso excecional da história da cultura, da literatura e da epistolografia portuguesa.

A notável assiduidade e profunda relação amorosa de que se alimenta ao longo de 30 anos este memorável acervo epistolar de Jorge e Mécia de Sena, duas figuras destacadas da história da cultura portuguesa, sempre atentas ao «eu»/ ao «outro» essencial e a tudo o que os rodeia, permitem perceber como características relevantes quer a sua pluridimensionalidade entre: público/privado, amor/quotidiano, pessoal/social, documental/literário, rotina/criatividade, quer a natureza singular das suas práticas de escrita que sempre trazem a actualidade dos momentos históricos de Portugal e do Mundo, assim se nos tornando possível assistir à suspensão da certeza biográfica.

<sup>53</sup> ARAUJO; FROTA; CARDOSO – *Práticas, inscrições e redes sociotécnicas: contribuições de Bruno Latour e dos Estudos Sociais da Ciência e da Tecnologia para a Ciência da Informação*.

<sup>54</sup> Designadamente nas seguintes obras: SENA, 1982; LAGE, 2013; LAGE, 2016.

<sup>55</sup> LAGE, 2013.

O seu valor literário é aí visível em muitos indícios da escrita epistolar de ambos os correspondentes, nos frequentes ecos da poesia de Jorge, nas contantes referências à obra seniana, no envio frequente de poemas de Jorge de Sena e outros poetas, em detalhes de introspecção lúcida e da retórica discursiva. Mas a dimensão literária cruza-se a par e passo com a perspectiva sócio-histórica, o pessoal entrelaça-se com o social, o pensamento mais intimista valida a perspectiva sobre o «outro» (singular ou coletivo), a cumplicidade amorosa cruza com o desencanto sobre o país. Tudo isto num registo que só a correspondência, enquanto «espaço de liberdade e de polémica», permite porque «gera um espaço dialógico de interacção, em que o sujeito escritor passa um testemunho, dirige mensagens, tentando agir directamente sobre a opinião e a cognição do seu interlocutor»<sup>56</sup>.

Nesse sentido e para além do seu manifesto interesse histórico, documental e literário esta correspondência pôde ainda considerar-se como dispositivo «maquínico» de produção da obra seniana<sup>57</sup>, conforme se procurou argumentar.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Realçou-se na abordagem feita à correspondência pessoal de Mécia e Jorge de Sena à luz da teoria das redes sociais o seu valor documental, histórico e literário visível em detalhes da retórica discursiva de grande lucidez e versatilidade comunicativa, critérios bastantes para se defender que a publicação e estudos correspondentes das séries ainda maioritariamente inéditas poderão contribuir para o enriquecimento e actualização da investigação transdisciplinar da epistolografia portuguesa e da história social e da cultura.

Neste acervo epistolar, mosaico pluritemático construído pelas práticas de escrita de Jorge e Mécia de Sena, correspondentes que se superam na interacção pessoal e social, inscrevem-se diversas tipologias de redes sociais e comunidades locais, nacionais e transoceânicas. O que nos permitiu também considerar estas cartas nas condições de sua produção e comunicação como obra de fundamental interesse para o estudo da vida-obra seniana de que são parte integrante.

Património singular que acrescenta e enriquece a tradição epistolar portuguesa, esta correspondência intrinsecamente associada à vida-obra de Jorge de Sena, escritor consagrado da nossa literatura, põe-nos em presença de dois seres habitados pelo desejo de ultrapassar fronteiras e obstáculos ao acto humano de criar, considerados como actantes ou redes sociais pontuadas por um acentuado cosmopolitismo multicultural.

## FONTES

*Diários Jorge de Sena*. Edição de Mécia de Sena. Porto: Caixotim, 2004.

Biblioteca Nacional de Portugal – Reservados. *Espólio Jorge de Sena*.

Arquivo Particular Jorge de Sena (Santa Bárbara-Califórnia) – *Correspondência entre Jorge de Sena e Mécia de Sena*.

<sup>56</sup> LAGE, 2016: 91.

<sup>57</sup> DELEUZE, Gilles, Félix, GUATTARI (2003), Ob.cit.

## BIBLIOGRAFIA

- ANNALES DE DÉMOGRAPHIE HISTORIQUE (2005) – *Histoire de la famille et analyse de réseaux*, n.º 1.
- ARAÚJO, Ronaldo Ferreira, FROTA, Maria Guiomar da Cunha, CARDOSO, Ana Maria Pereira – *Práticas, inscrições e redes sociotécnicas: contribuições de Bruno Latour e dos Estudos Sociais da Ciência e da Tecnologia para a Ciência da Informação*. Disponível em <https://digitalis-dsp.uc.pt/jspui/bitstream/10316.2/31889/1/10-%20a%20ci%C3%Aancia%20da%20informa%C3%A7%C3%A3o%20criadora%20de%20conhecimento%20vol%20II.pdf?ln=pt-pt> [Consulta em 5 de Mar. 2017].
- CASTILLO GÓMEZ, A.; SIERRA BLAS, V. (2014) – *Cartas-Lettres-Lettere. Discursos, prácticas y representaciones epistolares (siglos XIV-XX)*. 1.ª ed. Alcalá de Henares: Universidad Alcalá.
- CHARTIER, Roger, Dir.(1991) – *La correspondance: les usages de la lettre au XIXe siècle*. Paris: Fayard.
- DAUPHIN, Cécile – *La correspondance familiale comme objet historique (France, XIXe siècle)* [2009-2010]: «Perspectivas actuales en la Investigación sobre escritura y comunicación epistolar» Disponível em <http://www.siece.es/pdf/actividades/hoja-presentacion-cecile-dauphin.pdf> [consulta em 9 Mar.2015].
- DELEUZE, Gilles et GUATTARI, Félix (2003) – *Kafka, para uma literatura menor*. Lisboa: Assírio & Alvim.
- FAGUNDES, Francisco Cota (2007) – *JORGE de Sena – discípulo de António Machado? Da heterogeneidade do ser e das figurações do outro na Poesia Seniana*. «Aula Ibérica: Actas de los congresos de Évora y Salamanca 2006-2007». Ángel Marcos de Dios (Editor). Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, p. 385-398.
- FAGUNDES, Francisco Cota, IGREJAS, António M.A., ANTUNES, Susana L.M., Coord. – *Trinta e Muitos Anos de Devoção: Estudos sobre Jorge de Sena em Honra de Mécia de Sena*. Ponta Delgada: Ver Açor, 2015.
- FOUCAULT, Michel (1983) – *L'écriture de soi. Corps écrit*. Paris: PUF.
- IMÍZCOZ BEUNZA, José María, ARROYO RUIZ, Lara (2011) – *Redes sociales y correspondencia epistolar. Del análisis cualitativo de las relaciones personales a la reconstrucción de redes egocentradas*. «REDES-Revista hispana para el análisis de redes sociales», vol. 21, 4 Diciembre 2011. Disponível em <http://revista-redes.rediris.es>, [Consulta em Jan.2016].
- LAGE, Maria Otilia Pereira (2010) – *Portugal como (Im)possibilidade Continuada: Cidadania e Exílios (1930-1970)*. À «Conversa» com Jorge de Sena. Porto: Edições Afrontamento.
- \_\_\_\_ (2016) – *Mécia de Sena e a escrita epistolar com Jorge de Sena*. Porto: CITCEM; Edições Afrontamento.
- \_\_\_\_ (2013) – *Correspondência. Jorge de Sena e Mécia de Sena «Vita Nuova» (Brasil, 1959-1965)*. Porto: CITCEM; Edições Afrontamento.
- \_\_\_\_ (2017) – *Mediation of Information. Social Network Analysis in the epistolary collection of Jorge de Sena and Mécia*. «International Journal of Advanced Research (IJAR)». Vol. 5, Issue 06, June. A CrossRef Indexed Journal ISSN 2320-5407 Journal DOI: 10.21474/IJAR01.
- LATOUR, Bruno (1999) – *On recalling ANT*. In J. Law & J. Hassard (Eds.) – *Actor network theory and after*. (15-25). Oxford: UK Blackwell.
- \_\_\_\_ (2005) – *Reassembling the Social: An Introduction to Actor-Network-Theory*. Oxford University Press.
- \_\_\_\_ (2006) – *Changer la société-refaire de la sociologie*. Paris, La Découverte.
- MARQUILHAS, Rita (2012) – *Artifícios, artefactos y ecofactos en la escritura de cartas*. Actas do Congresso Internacional Espacios y formas de la escritura epistolar (siglos XIV-XX), University of Alcalá de Henares.
- MOURA, Vasco Graça (2014) – *Um monumento ao amor quotidiano*. «Diário de Notícias Digital», 16.04. [consulta em 9 deAbr., 2014].
- PORTUGAL, Sílvia (2007) – *Contributos para uma discussão do conceito de rede na teoria sociológica*. «Oficina do CES», n.º 271. V.
- REDES (2012) – Revista hispana para el análisis de redes sociales V. 21, 4, Jun.
- REID, Martine (1990) – *Écriture intime et destinataire*. In *L'épistolarité à travers les siècles. Geste de communications et/ou d'écriture* Éd. Mireille Bossis. Stuttgart: Franz Steiner Verlag.
- ROCHA, Andrée Crabbé (1985) – *A Epistolografia em Portugal*. 1.ª edição. Coimbra: Almedina, 1965. 2.ª edição revista e aumentada. Lisboa: Imprensa Nacional.



# ANTÓNIO SÉRGIO NA INTIMIDADE:

## EPISTOGRAFIA ÍNTIMA – ANÁLISE DE UM ACERVO ÍNTIMO

MARIA MANUELA DE ALMEIDA PINTO DE SOUSA\*

**Resumo:** Este artigo tem por base a análise da correspondência trocada entre António Sérgio de Sousa e Luísa Estefânia, sua futura mulher, entre outubro de 1902 e abril de 1910, ano em que formalizaram o seu casamento. Através dela conseguimos compreender os diversos fatores que contribuíram para a formação da sua personalidade e posterior percurso de vida. Nela, António Sérgio, faz referência à importância da família, ao magma sociocultural que experienciou durante os seus primeiros anos de vida e que terá sido fundamental na formação da sua personalidade, às leituras que fez e aos pensadores que leu. Todos eles terão sido preponderantes para que abandonasse a escolha da carreira inicialmente iniciada, por influência familiar, e se dedicasse, inicialmente, à poesia e, posteriormente, à escrita de ensaios, tornando-se numa figura incontornável no panorama cultural português do início do século passado.

**Palavras-chave:** Correspondência; genótipo; fenótipo; carreira.

**Abstract:** This article is based on the analysis of the correspondence between António Sérgio de Sousa and Luísa Estefânia, his future wife, between October 1902 and April 1910, the year in which they formally wed. Through it we can understand the various factors that contributed towards the development of his personality and subsequent path in life. In it, Antonio Sergio, makes reference to the importance of family, the sociocultural magma that he experienced during his early years of life and which were probably fundamental in shaping his personality, the readings he made and the thinkers he read. They all played an essential role towards abandoning his first family influenced career choice and dedicating himself, initially, to poetry and later on to writing essays and becoming, at the turn of the past century, an undeniable figure in the Portuguese cultural scene.

**Keywords:** Correspondence; genotype; phenotype; career.

*Acabava o primeiro ano da Escola Naval com uma grande desilusão. Percebi que a minha carreira me não poderia dar nada do que esperara dela. Era uma vida completamente cortada. Atraiam-me a arte e a especulação, que via completamente incompatíveis com a vida marítima<sup>1</sup>.*

António Sérgio de Sousa

A compilação da correspondência trocada entre o jovem António Sérgio de Sousa e Luísa Estefânia Gerschey da Silva<sup>2</sup>, publicada na *Revista História das Ideias*, em 1983, ano em que se comemorou o centenário do seu nascimento, constitui um prestimoso testemunho para percebermos em que medida o seu ambiente familiar e o seu núcleo de amigos foram essenciais, não só no seu percurso de vida, mas também, na génese do seu pensa-

\* Doutoranda de Estudos Literários, Culturais e Interartísticos, Especialidade: Cultura Portuguesa, FLUP. Email: mmaps3@gmail.com

<sup>1</sup> FRANCO, 1983: 815.

<sup>2</sup> Referência a Luísa Estefânia Gerschey da Silva (1879-1960), natural de Lisboa (freguesia de S. José), a destinatária destas cartas e com quem o pensador se casaria, a 4 de junho de 1910, ela com 30 anos e ele com 26. Era filha de Manuel José da Silva, reputado comerciante lisboeta, de ascendência nobre, e de Estefânia Gerschey, de ascendência húngara. O avô paterno de Luísa Estefânia terá chegado a Portugal em 1836, fazendo parte da comitiva de D. Fernando II. Até ao seu casamento com António Sérgio viveu com a família, também em Lisboa, na Rua António Maria Cardoso, n.ºs 22-24. Cf. FRANCO, 1983: 788-789.

mento. Cerca de duas centenas de cartas que, inicialmente, começam por testemunhar o respeito e amizade que os unia, mas que rapidamente se transformaram em admiração e amor, foram extremosamente guardadas durante os quase cinquenta anos de casamento, bruscamente interrompido pela morte de Luísa, em 1960. Através da leitura desta correspondência, cronologicamente balizada entre outubro de 1902<sup>3</sup> (tinha António Sérgio 19 anos) e abril de 1910, podemos acompanhar a evolução da amizade e posterior namoro, avanços e recuos, amuos e reatamentos, que culminaria em casamento, no dia 4 de junho de 1910, na capela do palácio da Nunciatura Apostólica, em Lisboa<sup>4</sup>.

Após a sua morte, e sem descendência direta que se ocupasse do estudo e conservação do seu espólio, esta correspondência foi sendo mantida sem qualquer cuidado ou intenção arquivística. Só muito mais tarde seria descoberta, quando um dos familiares, ainda criança, se entretinha a brincar com uns papéis velhos e aparentemente sem préstimo, não fosse a curiosidade de uma sobrinha-neta se ter questionado sobre a proveniência da mesma, esta teria, certamente, desaparecido.



**Ilustração 1** – Luísa Estefânia [s.d.]<sup>5</sup>.

<sup>3</sup> A primeira carta reproduzida data supostamente de 18-10-1902, uma vez que parte da data estaria ilegível [nota da autora do artigo]. Cf. FRANCO, 183: 791.

<sup>4</sup> Foram testemunhas desta união, por parte da noiva – Manuel José da Silva, seu pai, e Sophia Magdalena Gerschey, sua tia materna; por parte do noivo – a sua progenitora, Anna Sérgio de Sousa e o seu cunhado António Alemão de Cisneiros de Faria (segundo tenente da Armada Real e casado com a sua irmã Matilde). Cf. *Registos Paroquiais Portugueses*, S. Mamede, 1747-1911, n.º 32, fls 25-26.

<sup>5</sup> Cf. FRANCO, 1983: 791-806.



**Ilustração 2** – António Sérgio de Sousa, 2.º tenente da Armada.

*Arquivo Histórico-Marítimo, Álbum de fotografias de Oficiais, n.º 6, p. 28, fotografia n.º 934, [s.d.]*

Apesar de, numa primeira abordagem, podermos caracterizar este acervo íntimo como um conjunto de vulgares cartas de namoro, com um carácter meramente biográfico, como testemunhas do amor, admiração e respeito que os unia, a importância do seu universo familiar e as amizades que cultivava, elas vão muito para além da simples curiosidade. Constituem, de facto, informação preciosa para podermos compreender a sua época, o espaço físico em que se movimentava, a importância do espiritualismo na vida do jovem guarda-marinha, os pensadores e escritores que mais admirava e que ajudaram a construir a sua personalidade, as leituras que fazia e que marcariam de forma indelével as suas opções de vida.

A compilação desta correspondência permite-nos, igualmente, delinear os seus principais traços de carácter e compreender a importância que a influência familiar – tanto o seu genótipo como o seu fenótipo – tiveram na vida do jovem marinheiro. Ao longo destas missivas, faz inúmeras referências aos seus progenitores e ao legado que reconhece ter herdado, único e distinto: pelo lado paterno, o gosto pelo sossego, pela serenidade e pelo despojamento dos bens materiais<sup>6</sup> e do lado materno, a lucidez, o gosto pelas ideias claras, a susceptibilidade e a sensibilidade artística<sup>7</sup>. Porém, contrariamente ao seu pai,

<sup>6</sup> Cf. FRANCO, 1983: 806.

<sup>7</sup> Cf. FRANCO, 1983: 807.

que caracteriza como tendo sido um homem essencialmente de ação, considera-se um homem lúcido, de ideias claras, de pensamento; um intelectual<sup>8</sup>.

Nascido no seio de uma família defensora dos ideais liberais, por força da carreira militar do seu progenitor, nasceu e cresceu fora do espaço geográfico europeu, primeiro na Índia portuguesa, na província de Damão<sup>9</sup> e posteriormente, em África. Esta mescla sociocultural foi decisiva na construção dos seus traços de personalidade e nas traves mestras dos ideais defendidos.

Estávamos em junho de 1909. As convulsões políticas e sociais que marcariam a transição do século XIX e o início do novo século ajudariam a lapidar o futuro do jovem, já então exercendo o cargo de segundo tenente, integrado, desde 22 de março de 1907, no Corpo de Marinheiros da Armada<sup>10</sup>. Este período de mudança e de rutura, marcado pelo surgimento de novos paradigmas políticos, económicos, sociais e culturais, seria preponderante para o alicerçar do pensamento sergiano.

António Sérgio de Sousa, na altura com 25 anos, desabafava, numa carta escrita ao anoitecer, depois de mais um dia de trabalho no quartel, com aquela que viria a tornar-se, um ano mais tarde, a sua companheira de vida, a quem trata carinhosamente por «Luchezinha», «Minha ursazinha», «Minha pequenina»<sup>11</sup>, o seu profundo desencanto face à profissão escolhida. Filho e neto<sup>12</sup> de altos quadros da Marinha Portuguesa, estaria predestinado a seguir o mesmo percurso, como era prática corrente naquela época. Houve, no entanto, um conjunto de fatores que contribuíram para que tal não se verificasse.

O seu desencanto relativamente à escolha do seu futuro profissional aconteceu relativamente cedo na sua vida. Desde início, no seu percurso escolar, o jovem Sérgio percebeu que as suas escolhas profissionais não passariam pela Marinha. Apesar de influenciado pelas carreiras militares, nomeadamente do seu avô paterno e do seu pai, fiéis representantes e leais servidores do seu país, nos mais recônditos territórios do império português, figuras honradas e agraciadas pelos feitos praticados, estas não seriam suficientemente fortes para que o jovem marinheiro decidisse manter o desígnio familiar.

---

<sup>8</sup> Cf. FRANCO, 1983: 807.

<sup>9</sup> António Sérgio de Sousa, que na diversa documentação consultada, nomeadamente nos assentos de baptismo e de casamento, aparece como António Sérgio de Sousa Júnior ou inclusive, como António Sérgio de Sousa Júnior Júnior, nasceu na antiga província portuguesa de Damão, em perigo de vida, às onze horas da tarde, do dia 3 de setembro de 1883. É batizado, à pressa, na igreja de Nossa Senhora da Glória de Mazagão, em Bombaim, pelo Prior da Igreja Matriz de Damão. Mais tarde, já na metrópole, é solenemente batizado (juntamente com a sua irmã Matilde (Damão, 1881-1961), que também correria risco de vida aquando do seu nascimento), a 23 de novembro, de 1885, na paróquia de Santos-o-Velho, tendo como padrinhos os seus tios paternos: Matilde Sérgio de Quintanilha (1846 – 1927), irmã do pai e o seu tio (marido da tia Pilar, outras das quatro irmãs de seu pai), Simão Paes de Faria Pereira [do Amaral e Menezes], (1838-1890). Cf. *Registos Paroquiais Portugueses*, Registo de batizados, Freguesia de Santos-o-Velho, Lisboa, 1885, n.º 385.

<sup>10</sup> Cf. *Livro Mestre dos Oficiais da Armada*, cota G, fl. 72.

<sup>11</sup> Cf. FRANCO, 1983: 853, 895 e 899. Cartas n.ºs 54, 99 e 104.

<sup>12</sup> O quarto de cinco filhos (o único varão) do capitão-tenente da Armada Real António Sérgio de Sousa (Júnior) (1842-1906) e de Ana Maria Salema Henriques de Brito (1855-1948). Pelo lado da família paterna era neto de Almirante António Sérgio de Sousa (1809-1878), 1.º Visconde de Sérgio de Sousa (título criado por D. Luís I a 30-06-1877) e de Maria do Pilar da Silva Leite. Cf. RODRIGUES, 1979: 3215-3222.

O seu desencanto e solidão começam-se a manifestar aquando da mudança da escola Politécnica para a Escola Naval, escolha essa que o terá deixado duplamente atormentado. Se por um lado, esta escolha o fez separar-se do grupo de amigos que fizera no Colégio Militar, por outro, o apoio que sentira, por parte dos professores e dos restantes colegas, tanto no Colégio Militar como na Escola Politécnica desaparecera, passando a ser desdenhado pelo seu gosto pela Filosofia, pelo sossego e pela reflexão. Este afastamento precoce dos anseios familiares, levá-lo-ia a recorrentes e crescentes desavenças com o seu progenitor, encontrando no seio familiar um único elemento que, assistindo frequentemente às discussões familiares, ouviria os seus desabafos e, aparentemente, parecia compreender a sua luta interior, a sua prima Ruth<sup>13</sup>, casada com o seu primo Raimundo, e inúmeras vezes referida nesta correspondência.

É notória a importância que o seu núcleo familiar tem no dia a dia do jovem marinheiro, desde o núcleo mais restrito, constituído pela mãe e pela irmã, à referência que faz às tias, às irmãs já casadas, aos cunhados, aos primos e aos sobrinhos que, entretanto, iam nascendo<sup>14</sup>.

Mesmo depois de terminados os estudos em 1904, o seu afastamento relativamente à profissão é cada vez mais notório. Ao longo deste breve período da sua carreira na Marinha, o cumprimento das suas obrigações militares, fosse em terra ou no mar, tornar-se-iam num verdadeiro suplício para um espírito atormentado pelo gosto pela contemplação e pela introspeção.

A paz e a serenidade que tanto procurava só as encontraria, no entanto, na Quinta de Vargos<sup>15</sup>, no Caneiro, próximo de Vila Nova de Ourém, propriedade da sua tia Pilar. Aí conseguiria encontrar a paz que procurava e para onde se deslocava de comboio, sempre que as suas obrigações profissionais o permitiam. Nestas deslocações era frequentemente acompanhado pela sua mãe Ana Maria e pela sua irmã Pilar, com quem vivia, num 4.º andar, do número 55, da Rua Maria Andrade, em Lisboa<sup>16</sup> e de quem era, após a morte do seu pai, em 1906, o único sustento.

<sup>13</sup> Referência a Ruth de Noronha Waddington (1875-1914), casada com Raimundo Sérgio Sousa de Quintanilha e Mendonça (1879-1963), primo direito de António Sérgio, terceiro filho resultante do casamento de sua irmã Matilde com Raimundo José de Quintanilha e Mendonça. Ruth morre prematuramente, em 1914, resultado de complicações de parto. Cf. FRANCO, 1983: 818, carta n.º 28.

<sup>14</sup> Cf. FRANCO, 1983.

<sup>15</sup> Solar brasonado, constituindo uma «grande residência rural do século XVIII, com entrada nobre, e escadaria de bela traça para uma varanda de colunas», in SEQUEIRA, Gustavo de Matos, *Inventário Artístico de Portugal* – Distrito de Santarém, Academia Nacional de Belas Artes, Lisboa, 1949, Vol. II, p. 140. Propriedade que pertencia a seu padrinho de batismo, Simão Paes de Faria Pereira [do Amaral e Menezes], Senhor das casas de Vargos, casado com a sua tia paterna Maria do Pilar Sérgio de Sousa, referida nesta correspondência como a «tia Pilar dos Vargos», viúva desde 1890. Depois da sua morte, em 1910, sem descendência, a propriedade ficou para a sua irmã mais nova e madrinha de batismo de António Sérgio, Matilde Sérgio de Sousa Quintanilha. Depois da morte desta, em 1927, a Casa de Vargos ficou para a sua filha mais nova, Matilde, e posteriormente, para a filha desta, também de nome Matilde, a atual proprietária. Cf. FRANCO, 1983: 790-a.

<sup>16</sup> Cf. FRANCO, 1983: 788.



**Ilustração 3** – Solar de Vargos – Escadaria Nobre<sup>17</sup>

Este lugar bucólico, distante do bulício da capital e, principalmente, distante da sua vida profissional, constituía o refúgio ideal do jovem marinheiro. O bucolismo do local, rodeado por densa vegetação, possibilitava ao jovem Sérgio o ambiente perfeito para as suas introspeções e leituras e era o local perfeito para acalmar o seu espírito inquieto. Sérgio encontraria ali um local edílico, onde podia experienciar alguns momentos de felicidade que passavam pela simplicidade, pela vida contemplativa e pelo despojamento<sup>18</sup>.

Era neste local onde se reunia a família, os amigos mais chegados e se faziam verdadeiras tertúlias literárias e saraus musicais. Foi numa dessas ocasiões, em 1901, que o então jovem aspirante viu pela primeira vez Luísa Estefânia e se interessou por ela. No entanto, a troca de correspondência entre os dois seria pautada, inicialmente, por algum secretismo, uma vez que António Sérgio sempre supôs que tal relacionamento não teria o aval do pai da jovem, senhor de dinheiro, nome e posição na sociedade lisboeta da época, dono da Tipografia do Anuário Comercial<sup>19</sup>, onde, mais tarde, seriam impressas as suas primeiras obras. Tanto estas, como grande parte da correspondência referida, terão tido esta quinta como cenário inspirador.

Constitui, igualmente, dado relevante, de modo a compreendermos o homem e a sua obra, as pessoas que faziam parte do seu círculo mais restrito de amigos e confidentes. Alguns destes amigos, que também se reuniam na quinta familiar, vinham do seu tempo de estudante, no Colégio Militar, e cuja amizade conseguiu manter, compartilhavam, tal como Sérgio, o seu interesse pelas letras e pela cultura. São os casos de alguns dos nomes referidos nestas cartas – Frederico Pinheiro Chagas, o *Chagas*, Vasco Lopes de Mendonça e o *França*<sup>20</sup>.

<sup>17</sup> Imagem disponível na internet em <https://www.google.pt/>.

<sup>18</sup> Cf. FRANCO, 1983: 853, carta n.º 54.

<sup>19</sup> Propriedade de Manuel José da Silva (1854-1932). Pai de Luísa Estefânia, nasceu em Lisboa, era filho de um dos irmãos do 1.º Visconde e do 1.º Conde Ribeiro da Silva. Informação disponível na internet em: <http://geneall.net/pt/>.

<sup>20</sup> Frederico Pinheiro Chagas (1882-1910), filho de Manuel Pinheiro Chagas, suicidou-se aquando da proclamação da República,

Este último, José Estevam de Campos França, seu colega de curso, amigo íntimo e colega de profissão, teria um papel crucial na edição das primeiras obras de Sérgio, pois foi o principal responsável pela edição da sua primeira obra, *Rimas*<sup>21</sup>, uma colectânea de poemas que recolheu e seleccionou, custeando a edição, à revelia do autor. Alguns dos títulos e respetivos poemas incluídos nesta obra remetem-nos para a importância que o ambiente campesino vivido na quinta de família terá tido, como fonte inspiradora do seu estado de espírito e da sua escrita. Podemos destacar títulos como – «Os bois», «Alva», «Meio-dia», ou «Flor campestre» – todos eles representativos da sensibilidade com que Sérgio observava a pacatez e a serenidade da vida no campo.

Depois de publicada, envia um exemplar a Sílvio Romero que lhe responde, comentando a obra e caracterizando a sua poesia como «larga e forte, como filha de um pensamento disciplinado pela filosofia (...) a nota capital do seu poetar está na doçura, no enlevo, no quebranto (..) na meiguice, com que sente e fala das horas crepusculares, da invasão das sombras, no descer das noites sobre a terra, os mares, as matas, as cidades, os homens...»<sup>22</sup>.



**Ilustração 4** – Capa da primeira obra publicada, da autoria de António Sérgio.

grande amigo de António Sérgio, tinha sido seu colega no Colégio Militar, in *Livro Mestre*, Classe Marinha: H, fl. 18; José Estevam de Campos França (1883-1911), tenente da Armada, colega de curso e amigo íntimo de António Sérgio, in *Livro Mestre*, Classe Marinha: H, fls. 17 e 183; Vasco Lopes de Mendonça (1883-1963), formado em Engenharia Militar, amigo de Sérgio desde o tempo do Colégio Militar (Cf. FRANCO, p. 790-b).

<sup>21</sup> Primeira obra da autoria de António Sérgio, editada em 1908, composta e impressa na Tipografia do Anuário Comercial, situada na Praça dos Restauradores, 27, Lisboa. É uma colectânea composta por quarenta e dois poemas, divididos em três grupos: o primeiro tem por subtítulo «Os navegadores», o segundo «A natureza e a ideia e o terceiro “Via dolorosa”». O exemplar a que tive acesso pertence ao espólio Pedro Veiga, colecção que faz parte do catálogo geral da Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. António Sérgio tem uma bibliografia crítica extensa. Dela podemos destacar, já em 1909, *Notas sobre os «Sonetos» as «Tendências Gerais da Filosofia» de Anthero de Quental*; em 1920 inicia a publicação de *Ensaio*, tomo I, cuja publicação se estenderá até 1958 com o tomo VIII; *Confissões de um Cooperativista*, s.d.; *Introdução Atual ao Programa Cooperativista*; 1937; *Democracia*, 1938; *Educação Cívica*, em 1954; *Sobre Educação Primária e Infantil*, s.d.; etc.

<sup>22</sup> FRANCO, p. 900, carta n.º 105.

A análise deste conjunto epistográfico é ilustrativa das diversas vertentes da sua escrita, das suas leituras e dos seus interesses literários. Nela podemos encontrar os primeiros esboços das suas experiências poéticas iniciais, não só através de excertos das traduções de poemas de autores clássicos, franceses e ingleses, mas também de poemas da sua autoria, escritos em Vargos, alguns dedicados à jovem Luísa<sup>23</sup> e incluídos na sua primeira obra, referida anteriormente. É, igualmente, por esta altura, que inicia a sua participação em diversas publicações da época, não só publicando textos seus, mas também traduções, impelido não só pelo mero gosto intelectual, mas principalmente, tentando minorar as dificuldades económicas com que vivia e sobre as quais dava conhecimento à eleita do seu coração.

Dos inúmeros textos traduzidos, podemos destacar a tradução do poema «Novembro», da autoria de P. Bourget e presente na carta n.º 4, datada de 18-01-1908<sup>24</sup> e do qual apresentamos o seguinte excerto:

Novembro  
*Novembro vem; e fui num mês assim*  
*Que vendo o teu sentir no teu sorriso*  
*Julguei, sem t'ò dizer, um paraíso*  
*Junto de ti.*

*Novembro vem – Quem nos houvera dito!*  
*Não é certo que fomos bem creanças?*  
*Como é bonito um sonho d'esperanças!*  
*Como é bonito! (...)*

São várias as figuras de relevo que frequentam os saraus da Quinta, a convite da anfitriã: o Almirante Hermenegildo Capelo<sup>25</sup>; o escritor e filósofo brasileiro Sílvio Romero<sup>26</sup>; Henrique Vilhena<sup>27</sup>, professor na Escola de Belas Artes de Lisboa e Alberto de Monsaraz<sup>28</sup> (2.º Conde de Monsaraz), um dos fundadores do Integralismo Lusitano. Estes

<sup>23</sup> Luísa Estefânia foi, recorrentemente, a musa inspiradora da vertente poética de Sérgio, que no silêncio entediante das suas obrigações militares, conseguia inspiração para escrever. É um dos poemas presentes numa das cartas que passo a citar: «Contemplando o fulgôr da pura Idea/Tu' alma entoará soberbos hinos/À beleza imortal que a senhorea!». Cf. FRANCO, 1983: 818, carta n.º 29.

<sup>24</sup> Cf. FRANCO, 1983: 792.

<sup>25</sup> Hermenegildo Carlos de Brito Capelo (1841-1917), conta-almirante, grande amigo do pai de António Sérgio, in *Livro Mestre Classe Marinha*: A, p.132.

<sup>26</sup> Sílvio Vasconcelos da Silveira Ramos Romero (1851-1914), escritor, crítico literário, filósofo e político brasileiro, formado em Direito, foi professor na Universidade do Rio de Janeiro, e foi deputado durante a primeira Câmara da República, entre 1889 e 1902. Integrou o movimento denominado «Escola do Recife», que divulgou, na cultura brasileira, o materialismo evolucionista, em voga, na Alemanha. Cf. VAZ, H. de Lima – Leitura, Cf. CHORÃO (Dir.), (s.d.): 894.

<sup>27</sup> Henrique Jardim de Vilhena (1879-1958), professor universitário, anatomista e publicista. Formado em Medicina, pela Escola Médico Cirúrgica, onde concluiu o curso em 1904. Foi professor interino de Anatomia Artística na Escola de Belas-Artes, de Lisboa. Em 1911 entra como professor de Anatomia para a escola onde se formara e que é nesse mesmo ano elevada a Faculdade de Medicina. Cria o Instituto de Anatomia dessa mesma Faculdade. Foi, também, um profícuo escritor, tendo-se destacado em diferentes áreas: na ficção, no ensaio, na crítica literária, na pedagogia e na estética; sobretudo na aplicação da anatomia à literatura e às Belas-Artes. Cf. OLIVEIRA; CHORÃO, (s.d.): 598.

<sup>28</sup> Alberto de Monsaraz (1889-1959), poeta e político português, formado em Direito, pertenceu ao movimento do Integralismo



momentos de diálogo e de inspiração passados em Vargas contribuíram, certamente, para moldar e cimentar não só os seus ideais enquanto Homem, mas também, as principais linhas do seu ideário.

Jovem de vasta cultura e gosto pelo conhecimento, ressalta a partir destes escritos as suas vastíssimas áreas de interesse. Estas dividem-se por diferentes áreas do saber, que vão do seu gosto pelas letras, cultura e até mesmo pela Matemática. Lia e escrevia sobre uma multiplicidade de áreas de interesse que iam da Filosofia à História, passando pela Educação e Pedagogia, começando, já nessa época, por tentar «educar» todos aqueles que faziam parte do seu restrito núcleo de amigos. É notório o fascínio que sentia pelas diversas etapas do desenvolvimento infantil e pelo ensino da leitura e da escrita. Esta sua preocupação pelos problemas da Educação levá-lo-á, em 1923, a desempenhar o único cargo político que teve – o de Ministro da Instrução Pública<sup>29</sup> –, deixando em diversas medidas legislativas por si promulgadas algumas das políticas educativas defendidas no seu ideário que – quer pelo seu carácter inovador, quer pelas repercussões que tiveram a longo prazo – acabariam por constituir marcas distintivas da sua passagem por esse ministério.



**Ilustração 5** – O Chefe do Estado presidindo à sessão inaugural do 2.º Congresso da Imprensa Latina, em 14-02-1924.

António Sérgio é o segundo, sentado na tribuna de honra, a contar da esquerda, ladeado pelo Presidente da República, Teixeira Gomes (à sua esquerda) e Maurice Walleffe, secretário geral do Bureau de la Presse Latine (à sua direita).<sup>30</sup>

Lusitano, abraçando o ideário monárquico e nacionalista desse movimento, defendendo as suas ideias não só através das palavras, mas também, através do uso das armas. Foi director da revista «Nação Portuguesa», entre 1914-1916, 1.ª série, e do jornal «A Monarquia». Cf. OLIVEIRA; CHORÃO, (s.d.): 451.

<sup>29</sup> Integra o governo de Álvaro de Castro, no qual desempenha o cargo de Ministro da Instrução Pública, de 18 de dezembro de 1923 a 28 de fevereiro de 1924. Apesar da sua rápida passagem por este ministério, podemos destacar duas medidas por si promulgadas e que se destacam pelo carácter inovador: a primeira, através do Decreto n.º 9333, publicado no Diário de Governo de 29-12-1923, cria o Instituto para o Estudo do Cancro, com sede provisória no Hospital Escolar de Santa Marta, em Lisboa e que viria, mais tarde, a dar origem ao Instituto Português de Oncologia; a segunda, criando uma comissão de trabalho (*Diário de Governo*, n.º 17, de 21-01-1924, 2.ª série, p.255), encarregada de organizar a «assistência aos anormais escolares(...) que os médicos escolares reputam de prejudiciais ao regular aproveitamento das escolas que frequentam».

<sup>30</sup> in *Ilustração Portuguesa*, 23-02-1924, n.º 940, 2.ª série, p. 233.

É evidente, nesta correspondência, a sua preocupação em tentar «educar» a sua *Luchezinha*, demonstrando um certo paternalismo, evidenciado através das mais distintas formas: através da recomendação de leituras de diferentes autores, nomeadamente dos clássicos, Shakespeare e Molière; a chamada de atenção para detalhes importantes aquando da leitura das mesmas; o envio de pensamentos de vários autores, compilados em pequenos cadernos de desenho; aconselhando sobre o melhor método de estudo – como fazer resumos, análises ou apontamentos. É notória a sua preocupação em «contagiar» Luísa com o seu gosto pelos problemas da educação, nomeadamente, alertando-a para a importância dos métodos de ensino da leitura e da escrita nos primeiros anos de escolaridade. O seu objetivo era evidente e referido nas cartas – desejava que a sua amada se instruisse e interessasse pelas coisas belas, que se transformasse na sua verdadeira companheira de vida, companheira dos seus trabalhos, dos seus projetos e das suas ideias; partilhando os mesmos gostos e aspirações<sup>31</sup>.

O seu entendimento de comunhão perfeita, para Sérgio, a união de duas almas que, entretanto, se decidem casar, não se limitava aos conhecimentos literários, linguísticos e culturais, passava também, pela forma como Luísa encarava e vivia a sua fé. Católica fervorosa, temente a Deus e visita frequente da igreja, encontrava em Sérgio um «ateu completo, mas não um *negador*; *irreligioso*, mas nunca *antirreligioso*»<sup>32</sup>. Para si, o conceito de Deus era o de uma Entidade Transformadora, «um Redentor, que sobre a matéria da primitiva e obscura criação, vai fazendo surgir a sua criação moral»<sup>33</sup>. Aconselhava, por isso, Luísa a alterar as suas rotinas de fé – cito – «vê se te tornas mais intimamente religiosa, mas cada vez mais liberta das fórmulas, das exterioridades, dos ritos, da letra»<sup>34</sup>.

Muitos dos espaços físicos referidos nesta colectânea epistolar – o ambiente militar, tanto o ambiente vivido no quartel como o ambiente experienciado em viagem<sup>35</sup>, a sua casa e a de Luísa, ambas em Lisboa e, principalmente, o Solar de Vargos, em Ourém – constituem os cenários privilegiados dos esboços iniciais do seu pensamento e das suas obras. O ambiente campestre, melancólico e romântico de Vargos, permitiram que António Sérgio, finalmente, encontrasse um refúgio e se reencontrasse consigo próprio, desse tréguas à sua luta interior que o atormentou durante a sua passagem pela Escola Naval e os primeiros anos da vida militar – permanecer nos quadros da Marinha Portuguesa e sentir-se exasperado e aprisionado a um trabalho rotineiro do qual não gostava – ele próprio desabava com Luísa numa das cartas – «maldita marinha!»<sup>36</sup> – «tenho de andar de um lado para o outro até às 2 ½, a patetar, num trabalho de giro que qualquer galego

<sup>31</sup> Cf. FRANCO, 1983: 821, carta n.º 33.

<sup>32</sup> FRANCO, 1983: 808, carta n.º 21.

<sup>33</sup> FRANCO, 1983: 872, carta n.º 68.

<sup>34</sup> FRANCO, 1983: 922, carta n.º 144.

<sup>35</sup> Numa das cartas desta colectânea há a referência a uma viagem a Macau – a carta n.º 3 – de 4-09-1095. (Cf. FRANCO, 1983: 792, carta n.º 3). Embarcou para este destino a 16 de outubro de 1904, a bordo da Canhoeira *Rio Leiria*, onde aportou a 20 de janeiro de 1905. Lá permaneceu, cumprindo a sua comissão de serviço, até ao dia 29 de novembro desse mesmo ano. Cf. *Livro Mestre*, Classe Marinha: G, p. 72.

<sup>36</sup> FRANCO, 1983: 878, carta n.º 75.

cumpriria»<sup>37</sup>; ou por outro lado, pedir a exoneração e passar a trabalhar naquilo de que realmente gostava que era escrever. Estas cartas permitem-nos percorrer e compreender estes anos de indefinição laboral, emocional e económica na vida de Sérgio. No entanto, o seu carácter introspetivo, solitário, o seu gosto pelo sossego e pela natureza acabam por contribuir para a definição do seu percurso de vida e impelem-no a concretizar os grandes sonhos da sua, ainda, pouca experiência de vida – conseguir alcançar uma situação económica sem constrangimentos, sair da Marinha e casar com Luísa.



**Ilustração 6** – O casal Sérgio de Sousa (s.d.)  
Centro de Documentação e Informação António Sérgio

## FUNDOS DOCUMENTAIS

PT/BCM-AH – *Livro Mestre Classe Marinha*: A (1820-1877), p. 132.

PT/BCM-AH – *Livro Mestre, Classe Marinha*: G (1898-1917), p. 72.

PT/BCM-AH – *Álbum de fotografias de Oficiais*, n.º 6, p. 28, fotografia n.º 934, [s.d.].

PT/TT – *Registos Paroquiais Portugueses*, (1885), «Registo de Batizados», Freguesia de Santos-o-Velho, Lisboa, n.º 385.

PT/TT – *Registos Paroquiais Portugueses* (1747-1911), «Registo de Casamentos», Freguesia de S. Mamede, n.º 32, fls 25-26.

Centro de Documentação e Informação António Sérgio.

<sup>37</sup> FRANCO, 1983: 908, carta n.º 121.

## SITES CONSULTADOS

<http://geneall.net/pt/>

## BIBLIOGRAFIA

- CHORÃO, João Bigotte, dir. (s.d.) – *Enciclopédia Verbo Luso-Brasileira de Cultura*, Lisboa/S. Paulo: Edições Século XXI, vol. 20, p. 451.
- FRANCO, Matilde de Sousa et al. (1983) – *Da juventude de António Sérgio – Algumas cartas inéditas*. «Revista de História das Ideias», Instituto de História e Teoria das Ideias, Coimbra: Faculdade de Letras, p. 785-950.
- OLIVEIRA, de A. et al. CHORÃO, João Bigotte, dir. (s.d.) – *Enciclopédia Verbo Luso-Brasileira de Cultura*. Lisboa/S. Paulo: Edições Século XXI, vol. 29, p. 598.
- RODRIGUES, Lopes; BOMPIANI, Valentino (1979) – *Dicionário Biográfico Universal de Autores, Artistas-Bompiani*. Vol. 4, p. 3215-3222, Tradução de Maria Helena Albarran Carvalho.
- VAZ, H. de Lima et al., CHORÃO, João Bigotte, dir. (s.d.) – *Enciclopédia Verbo Luso-Brasileira de Cultura*. Lisboa/S. Paulo: Edições Século XXI, vol. 25, p. 894.
- SEQUEIRA, Gustavo de Matos (1949) – *Inventário Artístico de Portugal* – «Distrito de Santarém», Academia Nacional de Belas Artes, Lisboa, vol. II, p. 140.
- LOPES, António Maria, editor, (23-02-1924) – *Segundo Congresso da Imprensa Latina*. «Ilustração Portuguesa», Lisboa, n.º 940, 2.ª série, p. 233.
- Diário de Governo*, (21-01-1924), n.º 17, de, 2.ª série, p. 255.

# A «EXPERIÊNCIA DO JESUÍTA EM ALDEIA» NA EPISTOLOGRAFIA DE ANTONIO VIEIRA\*

ANA ELISA ARÊDES\*\*

**Resumo:** Obedecendo a prescrições da Companhia de Jesus e os preceituários do gênero epistolar, as cartas do padre Antônio Vieira, escritas entre 1626 e 1697, tratavam de diversas questões que perpassam variados textos seiscentistas e se reportavam a problemas políticos, econômicos, jurídicos, militares e religiosos relativos ao império português. Nesse corpo documental, este trabalho tem a finalidade de analisar como a tópica da experiência era mobilizada de forma específica segundo os objetivos e as prescrições do texto em que está inserida, mas também como ela encontra-se em um mesmo sistema de correspondências conceituais que envolvia diversos tipos discursivos. Partindo disso, observaremos como Vieira usava a experiência associando-a ao espaço dos aldeamentos e à condução dos índios ao corpo social hierárquico português.

**Palavras-chave:** Antônio Vieira; epistolografia; experiência; jesuítas.

**Abstract:** By following the prescriptions of the Society of Jesus and the precepts of the epistolary genre, the letters of priest Antônio Vieira, written between 1626 and 1697, deal with several questions that are covered by various texts of the seventeenth century and relate to political, economic, legal, military and religious problems related to the Portuguese Empire. In this documentary body, this work has the purpose of analyzing how the topic of experience was mobilized in a specific way according to the objectives and prescriptions of the text in which it is inserted, but also how it is found in a same system of conceptual correspondences which involved various discursive types. From this, we will observe how Vieira used the experience associating it to the space of the village and the conduction of the Indians to the Portuguese hierarchical social body.

**Keywords:** Antônio Vieira; epistolography; experience; jesuit.

Perante a crise da cristandade do século XVI, a fundação da Companhia de Jesus idealizou a formação de um exército da cristandade católica, o qual defenderia a Igreja por meio da ação pedagógico-catequética. Após a consolidação de sua ordem, os jesuítas se espalharam pelo mundo com o compromisso de conquistar as almas. Era fundamental, portanto, manter a comunicação entre os ordenados, a fim de que fossem mantidas a unidade das missões e a organização da Companhia. Nesse sentido, os jesuítas demarcaram a importância e a necessidade da contínua comunicação através do envio de cartas.

A sistematização da escrita das cartas jesuíticas estava ligada a prerrogativas discursivas e a funções epistolares fundamentadas por determinações de Loyola e secundadas pelo seu secretário, o padre Polanco<sup>1</sup>. Em 1547, Polanco determinou a obrigatoriedade da escrita das cartas e a necessidade da constância no seu envio por parte dos jesuítas<sup>2</sup>, que

---

\* Artigo escrito no âmbito da investigação de mestrado desenvolvida no Programa de Pós-Graduação de História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHIS-UFRJ), sob orientação da professora Andrea Daher, que resultou na publicação da dissertação «A noção de experiência na epistolografia de Padre Antônio Vieira (1626-1697)».

\*\* Universidade Federal do Rio de Janeiro; anaelisaarede@gmail.com.

<sup>1</sup> DAHER, 2012: 29.

<sup>2</sup> HANSEN, 2000: 262.

deveriam ser redigidas como testemunho e narrar o que se faz e a que se destina a atividade dos religiosos em cada lugar, «como pregar, ler, exercitar, conversar, estudar, etc»<sup>3</sup>.

Com diversificadas funções, as cartas jesuíticas tiveram grande presença no funcionamento do corpo da Companhia de Jesus. Em *Máquina de gêneros*, Alcir Pécora ressalta três funções centrais que as cartas jesuíticas podiam ter: «o da informação; o da reunião de todos em um; e, enfim, o da experiência mística ou devocional»<sup>4</sup>. Seguindo o caminho dessa alegação é necessário desenvolver os seus sentidos, segundo suas funções e seus usos históricos.

As cartas deveriam ser trocadas entre os jesuítas para informar os acontecimentos que se sucedessem nas missões, a fim de não somente expor as dificuldades, os desafios e as vitórias da atuação missionária em diversas regiões do mundo, mas também de proporcionar a «união dos corações»<sup>5</sup>. Nesse sentido, a circulação de cartas entre os jesuítas e, conseqüentemente, de informação acerca da atividade missionária, construía laços de devoção entre esses religiosos<sup>6</sup>.

A rede espiritual dos irmãos alargou-se com a conquista das almas na América portuguesa. Desde 1549, nas primeiras cartas escritas pelo padre Manuel da Nóbrega, Superior da Companhia de Jesus no Brasil, estavam em evidência temas ligados às preocupações acerca da conversão do Gêtio; dificuldades em relação aos colonos; e condições estruturais da colônia que afetavam a atividade missionária de forma negativa. A atividade apostólica e a obrigatoriedade da escrita de cartas determinaram a longevidade da prática epistolar jesuítica na América portuguesa, que se estendeu ao século XVIII.

Além das prescrições de Loyola, a epistolografia jesuítica obedecia ao preceituário técnico que condicionava a matéria, a disposição do conteúdo e o formato das cartas<sup>7</sup>. Esse conjunto de prescrições era fundamentado em tratados epistolares e modelos discursivos que os jesuítas dominavam desde sua formação. Essas prescrições recuperavam a *ars dictaminis*, arte medieval de escrever cartas, que prescrevia técnicas que reproduziam a hierarquia, elencavam virtudes e incluía, assim, a correspondência numa pragmática.

No entanto, como elucidado por Carlos Maduro e Ana Lúcia de Oliveira, a normatização das cartas jesuíticas também resgatava alguns aspectos da prática epistolar da Antiguidade<sup>8</sup>. Durante o Renascimento, com a redescoberta de textos de Cícero descobertos por Petrarca e Salutati, difundiram-se modelos imitáveis de epístolas. Segundo Carlos Maduro, a principal mudança no gênero epistolar causada por essa circulação de modelos clássicos fora a concepção da carta: enquanto que, na tradição medieval, os textos escritos e orais eram sistematicamente separados, a partir do século XV, resgatou-

3 HOLLER, 1547: 12.

4 PÉCORA, 2001: 28.

5 LOYOLA, 2004: 341.

6 PÉCORA, 2001: 29.

7 Enquanto vigorou o regime retórico, os discursos eram altamente regulados por prescrições conectadas a cada gênero textual, o que delimitava e limitava as formas que os assuntos poderiam ser abordados, como também as categorias a ser mobilizadas e a disposição delas no texto. Portanto, cada gênero textual guardava consigo especificidades que, uma vez trabalhadas de forma a harmonizar todas as partes e estabelecer a coerência e a consistência nas partes e no todo, estavam associadas aos sentidos atribuídos às categorias que eram mobilizadas.

8 MADURO & OLIVEIRA, 2014: 92.

-se a concepção de Cícero sobre a carta, que passou a ser compreendida como uma conversação entre amigos ausentes<sup>9</sup>.

Uma vez concebida como uma conversa, à correspondência cabia reproduzir as distâncias sociais entre os correspondentes, adequando a matéria «às circunstâncias e ao temperamento de seus destinatários»<sup>10</sup>. Desse modo, as cartas eram distintas em dois subgêneros: a carta familiar e a negocial. De acordo com João Adolfo Hansen, a carta *familiaris* tratava de assuntos particulares, sendo informalmente escrita e com proximidade entre destinatário e remetente. Por outro lado, a carta *negotialis* tratava de assuntos de interesse geral, era escrita de maneira formal e erudita e não tinha um destinatário específico<sup>11</sup>.

Em um primeiro momento, poderíamos constatar que as cartas de Vieira eram negociais, pois tratavam, sobretudo, de temas públicos. Entretanto, Vieira compôs sua epistolografia introduzindo também características das cartas familiares. Nesse sentido, Alcir Pécora diz que «o caráter negocial, público, das suas cartas, portanto, não se descuidava jamais dos aparatos implicados em uma ideia de encontro amigável»<sup>12</sup>. A fim de dispor os correspondentes da maneira mais decorosa possível, Vieira entrelaçava as características dos subgêneros epistolares, mas sem desconsiderar as distâncias hierárquicas que existiam entre ele e seus remetentes.

As cartas de António Vieira eram compostas a partir de um sistema seccionado em cinco partes, as quais foram elucidadas no tratado anônimo dito de Bolonha, o *Rationes dictandi* (1135): *salutatio*, *captatio benevolentiae*, *narratio*, *petitio* e *conclusio*<sup>13</sup>. Vieira manipulava as partes da carta de forma a se aproximar do destinatário, criando uma relação performativa para persuadi-lo ou disuadi-lo, com o objetivo de alcançar graças no pedido realizado. De acordo com João Adolfo Hansen, ao representar a si e ao destinatário com a distância necessária, Vieira integrava na carta as circunstâncias da escrita, os aparatos do decoro e a imitação de sua fala<sup>14</sup>.

Observa-se também que, na correspondência, Vieira aplicava virtudes discursivas a fim de elaborar discursos agudos. Relacionados com a capacidade de elaboração e com o domínio da língua e dos recursos retóricos disponíveis ao autor, cinco virtudes epistolares foram enumeradas por Justo Lípsio em *Epistolica institutio* (1590): a brevidade, a clareza, a simplicidade, a elegância e o decoro<sup>15</sup>. Essas virtudes atualizavam preceitos da *ars dicta-*

<sup>9</sup> MADURO, 2012: 62.

<sup>10</sup> TIN, 2005: 22.

<sup>11</sup> HANSEN & PÉCORA, 2006: 89.

<sup>12</sup> PÉCORA, 2008: 20.

<sup>13</sup> A *salutatio* se refere à saudação cortês ao destinatário que atenta ao lugar hierárquico do referido. A *captatio benevolentiae* tinha o objetivo de dispor o destinatário em relação ao remetente e, assim, nela destacava-se, frequentemente, a humildade do remetente e os méritos do destinatário. A *narratio* deveria abranger maior parte da carta, pois seu objetivo é relatar o fato ou os fatos que a carta tem por finalidade de fazer. Na *petitio* se reuniam os pedidos e as súplicas direcionadas ao destinatário, que deveriam estar associadas, de alguma forma, aos fatos narrados. Na *conclusio* o remetente deveria se escrever a saudação final com uso de fórmulas simples e breves. No entanto, essas partes da carta podem ser dispostas em lugares diferentes do texto epistolográfico, num formato que seja conveniente ou conformado às circunstâncias, entretanto essa adaptação somente pode ser realizada por aqueles que são capazes de um «juízo dos ouvidos e pela experiência em escrever», isto é, aqueles que são engenhosos, que dominam com maestria os paradigmas retóricos. BOLONHA, 2005: 83.

<sup>14</sup> HANSEN, 2000: 264.

<sup>15</sup> LÍPSIO, 2005: 141.

*minis*, ao passo que estavam associadas ao modo como a matéria da carta deveria ser desenvolvida, abarcando a escolha de palavras e a manipulação de autoridades e de lugares-comuns.

Não obstante, em *Corte na aldeia* (1619), Francisco Rodrigues Lobo reforçou que para a produção de uma carta «cortesã e bem escrita»<sup>16</sup> devia-se aplicar virtudes na prática epistolar. Nessa obra, o escritor português enuncia que a correspondência deveria enquadrar-se nas regras da brevidade das palavras sem enfeite, da clareza das razões sem rodeios e da propriedade das palavras<sup>17</sup>. Dessa forma, o uso calculado das palavras promoveria a adaptação da matéria da carta aos momentos e às pessoas, eliminando o exagero vulgar e aplicando a polidez cortesã.

Às virtudes epistolares podemos acrescentar a prudência, que determinava o tom da enunciação, as palavras e a escrita, uma vez que possibilitava o cálculo da finalidade da aplicação das palavras e das orações. Segundo o jesuíta Baltazar Gracián, a prudência colocava o homem na direção do acerto<sup>18</sup>. Para Hansen, a aplicação da prudência nas práticas de confecção discursiva implicava a eliminação dos excessos, contribuindo para a construção de um discurso crível, autorizado e persuasivo<sup>19</sup>.

Assim sendo, a prudência permitia ao orador o alcance da máxima beleza; logo, auxiliava na aplicação da agudeza. As agudezas presentes no discurso demonstravam o domínio técnico do *auctor*, o que o caracterizava como *discreto*. Segundo Hansen, a agudeza fundamentava o modelo de comportamento que era apropriado e, enquanto artifício, era «o resultado controlado da aplicação de um conjunto de preceitos que visam à produção voluntária de determinado efeito»<sup>20</sup>.

Na sociedade católica portuguesa de Antigo Regime, era essencial dominar com precisão as posições sociais hierárquicas ocupadas, adequando o tema e a linguagem usada nas cartas em relação aos seus destinatários. Sendo também uma exigência da composição das cartas, a reprodução da hierarquia era operada por meio da aplicação da agudeza e das virtudes epistolares.

Partindo do princípio de que os correspondentes partilhavam referenciais discursivos e lugares comuns<sup>21</sup> pautados, sobretudo, nas regras e mecanismos da retórica, as funções epistolares determinadas por Loyola e a atualização das prescrições da *ars dictaminis* tornavam a comunicação eficiente. Assim, os jesuítas escreviam cartas, em sua maioria, endereçadas a outros inicianos, pois esse era o meio pelo qual os ânimos dos irmãos se uniam.

As cartas escritas pelo padre António Vieira, entre 1626 a 1697, foram remetidas a outros inicianos, a autoridades religiosas, a autoridades da administração colonial e a Coroa portuguesa e tinham variados objetivos. Quando endereçadas a religiosos, tinham funções específicas ligadas à comunicação, à devoção e à união. Quando escritas

---

16 LOBO, 1890: 23.

17 LOBO, 1890: 50.

18 GRACIÁN, 1997: 51.

19 HANSEN, 2000: 269.

20 HANSEN & PÉCOR, 2006: 90.

21 AZEVEDO, 2008: 32.



para autoridades coloniais e para a Coroa tinham a função, geralmente, de informar, de pedir e de agradecer pedidos concedidos.

Apesar da grande diversidade temática, as cartas de Vieira contêm muitas tópicas em comum com discursos missionários de seu tempo<sup>22</sup>, circunscritos por modelizações retóricas estritas. Os assuntos dessa correspondência estavam voltados principalmente para questões políticas e apostólicas, como: a escravidão, conflitos com colonos no Maranhão, dificuldades e sucessos das missões para conversão indígena, da submissão dos índios aos cativeiros injustos, invasão holandesa do Brasil, defesa dos capitais judaicos, problemas e negociações diplomáticas com França, Castela e Holanda, interpretação das profecias de Bandara, negócios das companhias de comércio. A partir dessas questões entrecruzadas, Vieira construiu categorias, mobilizando autoridades clássicas e escolásticas, no interior das prescrições jesuíticas acerca da atividade missionária e das prescrições retóricas da arte de escrever cartas.

Não distantes dessas questões, verificamos usos específicos da noção de experiência na epistolografia vieiriana. Sabendo que o objetivo específico de uma correspondência é narrar acontecimentos, observamos que o remetente recorre a fontes de argumentos variadas, dentre elas a *experiência*. Nesse sentido, por meio dela, o juízo do remetente seria capaz de ponderar sobre as situações particulares, mas também de imitar os argumentos relacionados aos eventos, o que gerava assertivas universais sobre eles. Nas cartas, Vieira encontra um artifício na noção de experiência que possibilita que ele avalie os acontecimentos narrados e contraponha esses aos exemplos cedidos pela história. Além disso, a *experiência* propicia ao remetente que ele ressalte sua qualificação como *homem experimentado*, o que lhe concederia legitimidade no julgamento acerca das coisas humanas, como também no que se refere a localizar os desígnios divinos impressos no decurso histórico.

Portanto, a ligação intrínseca entre acontecimentos e *experiência* nos proporciona, pelo visto, um lugar privilegiado de análise.

O mapeamento da noção de experiência nas correspondências remetidas por António Vieira mostra que ela se articula, antes de tudo, à Providência divina, «série de todas as coisas e suas causas ordenadas na mente divina, e encadeadas e ligadas entre si com uns nós maravilhosos e secretos que ninguém pode desatar»<sup>23</sup>. No entanto, diferente da Providência divina, a *experiência* está no decurso histórico, sendo resultado da razão humana, a qual ordena as ações, enquanto que a Providência é a razão divina, que a tudo ordena.

Por esse ângulo, observamos que dentre os usos da *experiência*<sup>24</sup> na epistolografia vieiriana destaca-se a *experiência do jesuíta em aldeia*. A partir de um mapeamento das ocorrências desse sentido nas correspondências, percebemos que ele aparece mobilizado

<sup>22</sup> Exemplos dessas tópicas são: a luta contra a heresia, incluindo a heresia calvinista; a conversão do Gentio, e, assim, a sua condução ao grêmio da Igreja e ao corpo místico do Império; o «espírito missionário» como forma devocional; a fidelidade à Coroa portuguesa.

<sup>23</sup> No Sermão de São Pedro, proferido em 1674, Vieira define a Providência através de Boécio, emulado por Tomás de Aquino em *Suma Teológica*. Cf. VIEIRA, 1998: 157.

<sup>24</sup> Na dissertação intitulada «A noção de experiência na epistolografia do padre António Vieira (1626 – 1697)», observamos que Vieira explora a «experiência» de forma conectada a dois sentidos centrais, o da «experiência mística» e da «experiência que des-cobre os casos».

nas cartas «da missão», denominação elaborada pela organização das obras de António Vieira por José Eduardo Franco e Pedro Calafate<sup>25</sup>. Essas correspondências foram escritas na década de 1650, um período em que Vieira dedica-se a atividade missionária na América portuguesa, onde, nomeado Superior das missões do Maranhão e Grão-Pará, ajudou a fundar novos aldeamentos e defendeu o fim do cativo indígena e as prerrogativas dos jesuítas no governo dos índios, o que gerou intensos conflitos com os colonos.

A *experiência do jesuíta em aldeia* está conectada a questões espirituais, a formas de conversão dos índios no interior da atividade missionária e a integração dos indígenas ao corpo e, conseqüentemente, à hierarquia do império português. Assim, a *experiência* estava conectada ao ambiente do aldeamento e, sobretudo, com a ordenação da vida em aldeia, que, de acordo com os jesuítas, era indispensável para conversão do índio, transformado, desse modo, em súdito fiel de Deus e do império português.

## A EXPERIÊNCIA DO JESUÍTA EM ALDEIA

A partir da dramatização das posições hierárquicas do remetente e dos destinatários, em sua correspondência, António Vieira organizava os fatos narrados com a finalidade de recriá-los aos olhos de seus destinatários com vividez. Ao mobilizar técnicas narrativas e descritivas com precisão, Vieira apresentava os acontecimentos de modo que testemunhassem a favor de seus argumentos. Desse modo, o jesuíta manipulava tópicos relacionadas a *experiência* como elemento persuasivo para demonstração da verdade e acusação do falso, mediante a descrição de casos particulares.

A partir disso, a *experiência do jesuíta em aldeia* concedia a António Vieira argumentos legítimos e irrefutáveis sobre aquilo que deveria ser empregado nos aldeamentos para que a conversão dos indígenas gerasse frutos. A *experiência* seria resultado da dedicação ao trabalho missionário em aldeia, com o objetivo de apontar os melhores caminhos para a sujeição dos Gentios. Nessa direção, indicava os parâmetros disciplinares que deveriam ser instaurados na aldeia, de modo a reger o cotidiano dos índios aldeados.

Segundo João Adolfo Hansen, Deus não conferia diretamente a nenhuma criatura o poder de dominar outros, enquanto o poder não fosse transferido para uma instituição, eleição ou vontade humanas<sup>26</sup>. Partindo dessa afirmação, percebemos que o estabelecimento de um regime temporal e espacial e de regras nos aldeamentos ia além da relação de dependência entre a salvação da alma e o seguimento de um conjunto de regras reveladas por Deus nas Escrituras e pela Igreja. Aos olhos católicos contrarreformados, crer era obedecer e, para garantir a remissão dos pecados e a salvação da alma, era necessário cumprir os preceitos e afastar-se dos pecados mortais e veniais. Tendo isso em vista, Inácio

<sup>25</sup> A caracterização «cartas da missão» foi estabelecida pelas edições da *Obra Completa* de Padre António Vieira, sob a direção de José Eduardo Franco e Pedro Calafate e com a colaboração de diversos especialistas. Nessa coleção há 5 volumes com as cartas de Vieira organizadas de acordo com tempo e lugar da escrita das cartas, bem como do assunto que tratavam, resultando nos livros: Cartas Diplomáticas; Cartas de Missão e Cartas da Prisão; Cartas de Roma; Cartas de Lisboa e Cartas da Baía; e Cartas Políticas. Nesses volumes, os pesquisadores cotejaram manuscritos e realizaram correções, além de identificarem equívocos de edição e correção nos livros organizados por João Lucio de Azevedo.

<sup>26</sup> HANSEN, 2014: 34.

de Loyola indica que o bom cristão deveria recorrer à vida *recta*<sup>27</sup>, em outras palavras, à vida exemplar, sem excessos, a fim de se distanciar das tentações do inimigo e se aproximar dos exemplos de virtude. No entanto, a disciplina estabelecida nas aldeias era o caminho para se cultivar a boa conduta dos aldeados e ensinar a submissão a regras, sendo que, a partir da introjeção da submissão, os índios seriam capazes de serem súditos de Deus e do reino de Portugal.

Além disso, a disciplina, somada à tutela dos jesuítas, seria o remédio para a «inconstância da alma selvagem». Portanto, a necessidade de uma vida regrada nos aldeamentos jesuíticos justificava-se como solução dos obstáculos à conversão, como maus costumes e inconstância<sup>28</sup>, largamente observados pelos religiosos em seus textos, desde Manuel da Nóbrega, no *Diálogo sobre a conversão dos Gentios*.

Em *De procuranda Indorum Salute*, José de Acosta defende que a conversão era a promoção da salvação das almas indígenas e da superação de «sua ferocidade nativa»<sup>29</sup>. No entanto, a fim de eliminar os maus costumes e a inconstância da alma nos aldeamentos, tornou-se indispensável que houvesse polícia, ou seja, um conjunto de regras que regesse a coletividade, de modo a se cultivarem «costumes honestos» nos índios. Essas regras impostas aos aldeados compartimentavam os momentos do seu dia em oração e trabalho, fazendo com que os jesuítas tivessem jurisdição espiritual sobre suas almas e temporal sobre seus corpos.

Em suma, nos aldeamentos, todas as horas do dia eram preenchidas com orações, missas, trabalho, aulas de ler e escrever, catequeses, ofícios e refeições. Com objetivo de converter a mente e o corpo do indígena, a ocupação racional do tempo era uma estratégia para que fosse eliminada a ociosidade, considerada a origem de muitos males<sup>30</sup> por introduzir a malícia, a suspeita e a mentira<sup>31</sup>.

O combate ao ócio se dava pelo exemplo de trabalho, o qual estaria disponível para imitação<sup>32</sup>. Assim, todos aldeados deveriam ocupar-se continuamente, cultivando a união, fornecendo exemplos de constância e de conduta honrada, e impedindo, desse modo, que a ociosidade fosse plantada.

No entanto, a reprodução do cotidiano regrado não poderia ser unilateral: tanto índios, quanto jesuítas deveriam reiterá-la todos os dias, nos tempos adequados. Nos momentos em que não havia imposição de ocupações quaisquer, os índios seriam capazes de reelaborar uma atividade que seguisse os princípios morais que permeavam o restante do dia. Em carta ao Provincial do Brasil, Vieira narra um acontecimento decorrido numa aldeia no Maranhão. Ele conta que dois padres testemunharam índios reunidos em oração no momento dado a passatempos<sup>33</sup>, o que foi avaliado por Vieira como

---

<sup>27</sup> LOYOLA, 2008: 101.

<sup>28</sup> CASTRO, 2002: 219.

<sup>29</sup> ACOSTA, 1992: 573.

<sup>30</sup> AQUINO, 2001: 711.

<sup>31</sup> VIEIRA, 2000: 522.

<sup>32</sup> AQUINO, 2001: 713.

<sup>33</sup> Os jesuítas não se opunham a jogos ou brincos, desde que fossem honestos, ou seja, que não fomentassem os vícios. Cf. GUSMÃO, 2004: 124.

um exemplo que demonstrava a frutificação do trabalho missionário nas aldeias. No entanto, o remetente não avaliou o caso como excepcional, pelo contrário:

*E posto que esta vez se estimou este caso pela novidade, de então para cá é cousa tão ordinária nas aldeias, que todos os que vamos a elas [aldeias] experimentamos esta piedade e curiosidade nos índios; porque depois de lhe ensinarmos a doutrina rezam em comunidade, como se faz todas as manhãs e tardes na igreja, e recolhidos à noite a suas casas os ouvimos outra vez rezar, e repetir o mesmo que lhe ensinámos. Não crera isto destes homens quem de antes os conhecera, e vira quão inclinados são a gastar as noites em seus brincos e passatempos; mas tanto pode a graça sobre a natureza. Nem nós lhe tiramos ou proibimos o seu cantar e bailar, nem ainda beber e alegrar-se, contanto que seja com a moderação devida, por lhe não fazermos a lei de Cristo pesada e triste, quando ela é jugo suave e leve<sup>34</sup>.*

A *experiência do jesuíta em aldeia* demonstrava os resultados benéficos da obediência às regras e, consequentemente, o sucesso do ensino da doutrina, do ódio ao pecado, do temor de Deus e da valorização da honestidade. É claro que, para os jesuítas, os índios só poderiam integrar os corpos da monarquia católica portuguesa e da cristandade católica por meio da internalização das regras e, por conseguinte, da reprodução da obediência. Portanto, sujeitar-se a uma ordem significava abandonar o passado devasso e ser assimilado pela república. A aldeia, por seu turno, significava um *locus* de reprodução do corpo social.

Nesse sentido, as diretrizes de construção do aldeamento correspondiam a um modelo de sociedade cristã, que superaria todos os outros, uma vez que os cumprimentos da Lei e das determinações da Igreja proporcionariam a perfeição da sociedade.

Além disso, a obediência era compreendida como uma dádiva a Deus. Segundo a Escritura, a obediência «é melhor que o sacrifício, e a submissão vale mais que a gordura dos carneiros» (1 Sam 15,22). Esse salmo é retomado diversas vezes por Inácio de Loyola em suas cartas, com o objetivo de reiterar que a obediência deveria ser oferecida como sacrifício ao Criador, uma vez que nela o homem sacrifica sua vontade própria<sup>35</sup>.

Pecado contra a vontade divina, a desobediência era o erro que caracterizava os descrentes, enquanto que, o mais agudo modelo de obediência encontrava-se em Deus Filho, que, obediente ao Deus Pai, morreu na cruz e recebeu seu prêmio na ressuscitação<sup>36</sup>. Desse modo, a obediência era necessária a todo cristão e, não obstante, a todo súdito, uma vez que o governante era causa segunda de Deus. Pecado e erro político, a desobediência era signo dos vícios e da ruína, ao passo que a obediência enxertava na alma todas as virtudes<sup>37</sup>.

O estabelecimento de normas pelos jesuítas era justificado pelo conhecimento que eles afirmavam ter dos índios e das dificuldades do trabalho missionário, enfrentadas nas Américas. Por conseguinte, a *experiência* evidenciava aos olhos dos missionários as demandas, as necessidades e as carências específicas das aldeias.

<sup>34</sup> VIEIRA, 2003: 172.

<sup>35</sup> LOYOLA, 2008: 130.

<sup>36</sup> AGOSTINHO, 2007: 158.

<sup>37</sup> Questões elaboradas por Vieira no *Sermão Doméstico*, pregado em 1689. Cf. VIEIRA, 1998: 30.

Em carta enviada a D. João IV em 1654, Vieira indicou remédios para que os índios fossem governados de forma mais proveitosa e fossem eliminadas dificuldades enfrentadas nas missões<sup>38</sup>. Dentre as indicações, Vieira ressalta que era necessário que os índios estivessem «totalmente sujeitos»<sup>39</sup>; e, para isso ocorrer, seria preciso que religiosos os governassem. Nesse tópico, Vieira mobiliza a *experiência* a fim de reforçar a necessidade da tutela dos jesuítas nos aldeamentos: «[...] tem mostrado a experiência que, segundo o natural e a capacidade dos índios, só por este modo podem ser bem governados e conservarem-se em suas aldeias»<sup>40</sup>. O dispositivo argumentativo em torno de *experiência* é autorizado e, simultaneamente, autoriza as observações elaboradas mediante o trabalho catequético nas aldeias.

Pela conversão, o índio tornava-se índio cristão, ou seja, súdito livre. No entanto, para Vieira, a tutela dos jesuítas sobre ele era condição necessária para que conservasse a fé e a submissão<sup>41</sup>. Em vista disso, os religiosos atuavam como vigilantes da preservação da obediência entre os índios aldeados, assim como Vieira elucida na supracitada carta enviada a D. João IV<sup>42</sup>. Ademais, Vieira defendia que o controle dos jesuítas sobre os índios ultrapassava a jurisdição das autoridades coloniais, sendo que as punições administradas aos índios deveriam ser aplicadas na aldeia, independentemente do tipo de infração cometida<sup>43</sup>.

Como ensina Platão, o bem da república depende da boa criação, bem como a má criação acarreta toda a sua ruína<sup>44</sup>. Os inacianos, apoiados em Agostinho, defenderam essa máxima nas comunidades cristãs, afirmando que a boa criação dependia da obediência e do ensino dos costumes honestos, como também da vigilância, indústria e aplicação dos tutores.

Segundo Vieira, em carta enviada a D. João IV no ano de 1661, os índios cristãos reconheciam a importância do patrocínio dos jesuítas, uma vez que sabiam por experiência que somente estes os defendiam<sup>45</sup>. Desse modo, os conversos eram capazes de deliberar e de diagnosticar o que seria mais proveitoso para suas vidas. Os índios cristãos, portanto, reafirmavam o poder espiritual e temporal que os jesuítas tinham sobre si, confirmando o domínio que os religiosos tinham sobre seus corpos.

<sup>38</sup> VIEIRA, 2003: 448.

<sup>39</sup> *Idem*.

<sup>40</sup> *Idem*.

<sup>41</sup> Em 1686, Vieira publica a Lei do regimento das missões do Estado do Maranhão e Grão-Pará em que estabelece a exclusividade da administração temporal e espiritual dos índios aldeados pelos religiosos, os quais eram os únicos que poderiam habitar as aldeias além dos indígenas.

<sup>42</sup> VIEIRA, 2003: 452: «Não é este o estilo que se usa no Brasil; porque lá todo o governo dos índios depende absolutamente dos religiosos, sem se fazer lista de índios nem repartição, nem haver procurador adjunto, nem outra alguma forma mais que a verdade e estilo dos mesmos religiosos, que a experiência tem mostrado que basta; mas aqui não se trata só do justo, senão também do justificado. Por este modo, Senhor, e só por êle, poderão os índios já cristãos conservar-se em suas aldeias e serem doutrinados nelas; haverá quem leve os missionários aos sertões a trazer muitos outros à fé e obediência de V. M.; terão remédio os pobres que hoje perecem; cessarão as injúrias e injustiças dos que governam; e finalmente ficarão descarregadas as consciências de quantos nelas têm parte, que são quasi todos.»

<sup>43</sup> VIEIRA, 1995: 432.

<sup>44</sup> PLATÃO, 2000: 808.

<sup>45</sup> VIEIRA, 2003: 489: «[...] porque a razão total da conversão dos índios gentios, e das pazes dos que eram inimigos, e de se virem para nós os que estavam metidos pelos matos, e de aceitarem a fé e obediência da Igreja, era ter-se lhes prometido em nome de V. M. que haviam de estar debaixo do patrocínio dos padres, que eles têm experimentado são só os que os defendem.»

Apoiado nas tópicas da *experiência*, Vieira enuncia as melhores formas de estabelecer o trabalho missionário e, assim, demarcar o lugar particular ocupado pelos jesuítas. Além da *experiência* acumulada nas aldeias do Estado do Maranhão em que trabalhou em visitas, Vieira tinha acesso também aos relatos de correligionários de outras aldeias da Companhia, que chegavam até ele por meio da correspondência enviada por irmãos inacianos.

Nas correspondências de Vieira, a *experiência do jesuíta em aldeia* era considerada como fonte de argumentos que legitimava a inserção da obediência, como vimos, pela via da imposição de regras aos aldeados. Não há dúvida que essa *experiência do jesuíta em aldeia* configura uma *experiência mística*, adquirida pela dedicação ao trabalho catequético oferecido a Deus, pela investigação e a meditação sobre a catequese e sobre a doutrina e, sobretudo, pela Graça divina.

Além disso, a *experiência mística* tornava possível que o religioso percebesse quais eram e quando ocorriam os verdadeiros frutos da conversão. Em carta enviada em 1654 ao Provincial do Brasil, Vieira afirma que todos os índios aldeados que recebiam sacramentos eram salvos, pois era possível observar neles, no momento da morte, a «quietação e sossego, e a piedade»<sup>46</sup>, os quais eram signos da salvação de suas almas:

*Desta maneira se vai cultivando e plantando esta antiga e nova vinha do Senhor, e no tempo de colher o fruto, que é o da morte, se trabalha muito por que se não perca o que se tem cultivado, e a experiência mostra que se não perde*<sup>47</sup>.

Aos olhos católicos, a morte seria o tempo de redenção, que ocorreria por meio do sacramento da Extrema Unção. Isso significava que, os momentos que antecipavam a morte figuravam a qualidade da vida cristã. Assim, para os missionários, os momentos que antecipavam a morte dos índios cristãos funcionavam como uma confirmação da fé e como um atestado da concessão da Graça divina para a salvação. Portanto, a *experiência* indicava aos missionários que a colheita dos frutos de seu trabalho estava no testemunho da morte dos índios, pois nele tornava-se legível que as obras e os esforços dos religiosos promoviam a salvação das almas.

Nas cartas de Padre António Vieira, a *experiência mística* está relacionada a formas de conhecimento da vontade divina na disposição da vida do religioso (e na vida em aldeamentos). O juízo do enunciador poderia recorrer à *experiência* na busca de entendimento sobre diversas matérias e, em particular, de orientação para agir de modo adequado em relação à vida e com maior proveito em prol do louvor e serviço a Deus.

Nas cartas, a *experiência mística* seria uma forma de percepção do movimento de aproximação e de afastamento em relação a Deus, isto é, as oscilações das monções interiores da alma: a consolação e a desolação, descritas nos *Exercícios Espirituais* de Inácio de Loyola<sup>48</sup>. Os desígnios da razão divina poderiam guiar o indivíduo em direção ao

---

<sup>46</sup> VIEIRA, 2003: 177.

<sup>47</sup> *Idem*.

<sup>48</sup> Os *Exercícios Espirituais* definem a consolação como movimento de Dom, isto é, provocado por Deus em que a «alma se

trabalho evangelizador<sup>49</sup>, «maior e mais importante empresa»<sup>50</sup> e, por meio deste, ter concedida a Graça sob a forma dos movimentos de consolação. Pela via da memória, o homem experimentado poderia, assim, acessar os conhecimentos que a *experiência mística* proporcionava, que o protegeriam de futuros enganos e indicariam as escolhas mais adequadas a serem tomadas mediante determinadas circunstâncias.

De acordo com Alcir Pécora, a «união mística» em Vieira desloca a ação humana para o centro do argumento, a qual era capaz de instaurar no mundo uma vontade análoga à divina<sup>51</sup>. Por conseguinte, por fixar o indivíduo no mundo, os conhecimentos extraídos da *experiência mística* tinham aplicabilidade nos casos particulares com os quais o religioso se deparava. Por seu turno, a aplicação desses conhecimentos produzia uma ordem no mundo, que estava disposta numa relação de semelhança de qualidades em relação à Providência divina, origem de toda a ordem.

A *experiência mística* promovia uma dupla união, uma entre o indivíduo e Deus e outra entre a presença divina e os acontecimentos do presente. Nesse sentido, o remetente jesuíta recorria à *experiência* como forma de ponderar sobre os acontecimentos a fim de retirar deles conhecimento e utilidade para seus correspondentes, e garantindo, assim, a leitura devocional dos eventos a ser compartilhada entre ele e o(s) destinatário(s).

Ademais, a *experiência mística* era mobilizada com objetivo de confirmar o «*direito missionário natural*»<sup>52</sup>, uma vez que poderia tornar visíveis ao orador os sinais da necessidade, da retidão, da legitimidade e dos sucessos do trabalho missionário. Através do instrumento argumentativo da *experiência mística*, era possível refutar as alegações em defesa da legitimidade da escravização dos indígenas, uma vez que a evangelização era a execução do encargo missionário revelado no Evangelho que Deus impõe a Igreja e que, por essa razão, não poderia ser questionado ou impedido pelos homens e pelas nações.

Desse modo, os conhecimentos extraídos da *experiência mística* confirmavam o direito missionário (de converter os índios à fé católica), bem como forneciam argumentos que poderiam ser aplicados na descrição dos acontecimentos narrados na correspondência, produzindo uma concordância entre as aldeias jesuítas espalhadas pela América portuguesa.

Em suma, a *experiência do jesuíta em aldeia* autoriza o seguinte esquema argumentativo: «para que haja fé é necessário que haja sujeição, para isso é preciso que haja obediência». Era através dela que o enunciador era capaz de evidenciar as melhores formas de ensinar e estabelecer a obediência nas aldeias, cultivando assim a constância e os bons costumes entre os índios.

---

inflama no amor do Criador», ocorrendo o aumento de esperança, fé, caridade, alegria interior, quando se derrama lágrimas pela dor dos pecados ou da Paixão. Enquanto que, a desolação é o estado de alma em que há obscuridade, perturbação, inclinação a coisas baixas e terrenas e, dessa maneira, a desolação envolveria a avaliação e a memória que são mobilizadas a fim de se permanecer firme e constante nos propósitos da doutrina católica. Os movimentos, de certo modo, são complementares, pois após um tempo de consolação, virá o da desolação e assim por diante. Cf. LOYOLA, 2006: 150.

<sup>49</sup> AQUINO, 2001: 275.

<sup>50</sup> VIEIRA, 2003: 458.

<sup>51</sup> PÉCORA, 1994: 111.

<sup>52</sup> PÉCORA, 2005: 84.

## BIBLIOGRAFIA

- ACOSTA, José de (1992) – *De procuranda Indorum Salute*. In SUESS, Paulo, org. – *A Conquista Espiritual da América Espanhola: 200 documentos – Século XVI*. Petrópolis: Vozes, p. 564-580.
- AGOSTINHO (2007) – *De Trinitate: Livros IX-XVII*. São Paulo: Paulinas Editora.
- AQUINO, Tomás de (2001). *Suma de Teología*. Madri: Biblioteca Autores Cristinos.
- AZEVEDO, João Lucio (2008) – *Introdução*. In AZEVEDO, João Lucio, org. – *Cartas de Antonio Vieira*. São Paulo: Ed Globo, p. 6-45.
- BOLONHA, Anônimo (2005) – *Rationes dictandi*. In TIN, Emerson, org. – *A arte de escrever cartas. Anônimo de Bolonha, Erasmo de Rotterdam, Justo Lúpsio*. Campinas: Editora Unicamp, p. 81-109.
- CASTRO, Eduardo Viveiros de (2002) – *A Inconstância da alma selvagem*. São Paulo: Cosac Naify.
- DAHER, Andrea (2012) – *A oralidade perdida: Ensaios de História das práticas letradas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- GRACIÁN, Baltazar (1997) – *A arte da prudência*. São Paulo: WMF Martins Fontes.
- GUSMÃO, Alexandre (2004) – *A arte de criar bem os filhos na idade da puerícia*. São Paulo: Martins Fontes.
- HANSEN, João Adolfo (2000) – *Correspondência de Antônio Vieira (1646-1694): O Decoro*. «Revista Discurso», vol. 31. São Paulo: Departamento de Filosofia da Universidade de São Paulo, p. 259-284.
- \_\_\_\_ (2014) – *Prefácio: A chave dos profetas: Deus, analogia, tempo*. In CALAFATE, Pedro; FRANCO, José Eduardo, dir. – *Obra completa Padre Antônio Vieira: A chave dos Profetas Livro Primeiro*. São Paulo: Edições Loyola, p. 11-56.
- HANSEN, João Adolfo; PÉCORA, Alcir (2006) – *Categorias retóricas e teológico-políticas das letras seiscentistas da Bahia*. «Revista Desígnio», vol. 5. São Paulo: Faculdade de Letras da UFMG, p. 87-109.
- HOLLER, Marcos (2006) – *Uma história de cantares de Sion na terra dos Brasis: a música na atuação dos jesuítas na América Portuguesa (1549-1759)*. Campinas: Instituto de Artes da Universidade de Campinas. Tese de doutoramento.
- LIPSIO, Justo (2005) – *A arte de escrever cartas*. In TIN, Emerson, org. – *A arte de escrever cartas. Anônimo de Bolonha, Erasmo de Rotterdam, Justo Lúpsio*. Campinas: Editora Unicamp, p. 129-165.
- LOBO, Francisco Rodrigues (1890) – *Côrte na aldeia e noites de inverno*. Lisboa: Companhia Nacional Editora.
- LOYOLA, Inácio de (2004) – *Constituições da Companhia de Jesus e Normas Complementares*. São Paulo: Edições Loyola.
- \_\_\_\_ (2006) – *Exercícios Espirituais*. São Paulo: Edições Loyola.
- \_\_\_\_ (2008) – *Escritos de Santo Inácio*. São Paulo: Edições Loyola.
- MADURO, Carlos (2012) – *As artes do não-poder. Cartas de Vieira: um paradigma da retórica epistolar do barroco*. Amares: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa e Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias.
- OLIVEIRA, Ana Lúcia; MADURO, Carlos (2014) – *Introdução ao volume I da epistolografia: Carta ânua e Cartas Diplomáticas*. In CALAFATE, Pedro; FRANCO, José Eduardo, dir. – *Obra completa Padre Antônio Vieira: Cartas diplomáticas*. São Paulo: Edições Loyola, p. 91-101.
- PÉCORA, Alcir (1994) – *Teatro do Sacramento*. São Paulo: Edusp.
- \_\_\_\_ (2001) – *Máquina de Gêneros*. São Paulo: Edusp.
- \_\_\_\_ (2005) – *Vieira e a condução do índio ao corpo místico do império português (Maranhão, 1652-1661)*. In COSTIGAN, Lucia Helena, org. – *Diálogos da conversão*. Unicamp: Editora Unicamp, p. 83-98.
- \_\_\_\_ (2008) – *Prefácio*. In AZEVEDO, João Lucio, org. – *Cartas de Antonio Vieira*. São Paulo: Ed Globo, p. 1-5.
- PLATÃO (2000) – *O Ateniense: livro VII*. São Paulo: Editora Rideel.
- TIN, Emerson (2005) – *Introdução*. In TIN, Emerson, org. – *A arte de escrever cartas. Anônimo de Bolonha, Erasmo de Rotterdam, Justo Lúpsio*. Campinas: Editora Unicamp, p. 17-80.



VIEIRA, António (1995) – *Escritos Históricos e Políticos*. São Paulo: Martins Fontes.

\_\_\_\_ (1998) – *Sermões*. Erechim: Edelbra.

\_\_\_\_ (2000) – *Sermão da Quinta Domingo da Quaresma (1654)*. In PÉCORA, Alcir, org. – *Sermões*. São Paulo: Hedra, tomo I, p. 515-554.

\_\_\_\_ (2003) – *Cartas do Brasil*. São Paulo: Hedra.



# «PARA APRENDER, VIAJAR E ESCREVER»:

UMA CARTA PARA DOMINGOS DE OLIVEIRA MAIA (1821)

NUNO RESENDE\*

**Resumo:** *Através do conjunto de 27 cartas adquiridas num alfarrabista antiquário da cidade do Porto em 2011, todas dirigidas a Domingos de Oliveira Maia e datadas de 1821, procuramos aferir das potencialidades desta fonte, como documento para o estudo social, político e até estético num ano particularmente importante da história de Portugal. Do universo epistolográfico, submetido à devida crítica interna e externa, apresentamos e analisamos, com maior enfoque, uma carta que narra a jornada entre o Porto e Lisboa e que consideramos exemplar sobre a apresentação e interpretação do tempo através da viagem, os seus lugares e os indivíduos que neles se cruzam. Carta e jornada encontram-se no século XIX como eixos de uma expressão literária e também documental – aspectos que procuramos abordar neste artigo.*

**Palavras-chave:** *Carta; epistolografia; fonte histórica; viagem.*

**Abstract:** *Through the set of 27 letters acquired in an antique dealer from Porto in 2011, all addressed to Domingos de Oliveira Maia and dated back to 1821, we sought to question the potential of this historical source as a document for social, political and even aesthetic study in a particular year of the history of Portugal. From the epistolographic universe, submitted to internal and external criticism, we present and analyze, with greater focus, one letter that narrates the journey between Porto and Lisbon and which we consider exemplary about the presentation and interpretation of the período through the voyage, its places and the individuals that travel and meet in it. Letter and journey are, in the nineteenth century, as axes of a literary and also documentary expression – aspects that we seek to address in this article.*

**Keywords:** *Letter; epistolography; historical source; journey.*

## INTRODUÇÃO

A carta, enquanto género de escrita, inscreve-se num vasto domínio de saberes e interesses que oscila entre os estudos literários e as historiografias. Entre a carta literária, a carta íntima ou a missiva oficial vários têm sido os autores que potenciaram a observação e a dissecação desta categoria como exercício literário ou até estético, elemento biográfico e, ou, documento<sup>1</sup>.

A epistolografia constitui, pois, um dos mais importantes suportes para o conhecimento humano. Se para um biógrafo revela-se elemento indispensável para aferir das dimensões da intimidade ou até da psicologia dos indivíduos em estudo, para um historiador ou historiador da arte, a epistolografia apresenta-se como valioso auxiliar para a compreensão social e artística do tempo da escrita. Mesmo que o conteúdo seja insincero<sup>2</sup>, as normas da estrutura expressam valiosa grelha para averiguação de factos, como o salientou André Crabbé<sup>3</sup>.

---

\* Universidade do Porto – Faculdade de Letras / CITCEM. Email: nmendes@letras.up.pt.

<sup>1</sup> Em Portugal, uma das primeiras tentativas de categorização e sistematização do género epistolográfico foi levada a cabo por Francisco Rodrigues Lobo, na sua obra de recorte tratadístico, *Corte na Aldeia*, publicada em 1619. Cf. LOBO, 1890, vol. I, «Diálogo III Da maneira de escrever e da diferença das cartas missivas».

<sup>2</sup> Cf. VIANA, 1940.

<sup>3</sup> ROCHA, 2013.

Não obstante ser, ainda, recente campo de investigação em Portugal, tem havido um claro incremento na análise desta categoria de fontes, como se depreende, aliás, das presentes conferências organizadas pelo CITCEM e intituladas «As Linhas e as Letras: Epistolografia e Memória da cultura escrita». Forma cultivada com larga expressão na cultura portuguesa a epístola permite entrar no universo memorialístico que possibilita não apenas o acesso aos espaços privados dos correspondentes, mas compreender os mecanismos da sociabilidade do seu tempo e, por extensão, à História no seu significado global do estudo das relações humanas.

A narratividade intrínseca da epístola constitui, por isso, uma das formas mais importantes para a reconstituição do Passado. Relacionada com outras fontes memoria-lísticas e biográficas, como os diários ou os livros de razão, que também permitem o acesso ao «foro privado»<sup>4</sup> a carta tem sido glosada como um dos principais elementos para estudo dos homens e do seu tempo.

No caso português, a publicação da correspondência de grandes escritores, como Camilo Castelo Branco ou Eça de Queirós, tornou-se exercício quase obrigatório para a documentação do tempo e do pensamento dos indivíduos. O século XIX parece ter sido, aliás, o período de apogeu do culto da carta que entre outros aspectos, contribuía para o relatos das viagens na longa duração do *Grand Tour*. De facto, entre os séculos XVIII e XIX, a carta tornou-se um dos instrumentos mais divulgados como forma de veiculação de descrições e apreciações sobre o território e os Homens.

Esta relação entre carta e jornada não passa despercebida na história da literatura portuguesa, como assinalam as datas e lugares de onde se correspondem os já grandes escritores portugueses citados, ainda que o âmbito geográfico de viagem ambos se distancie abismalmente: Camilo viajou à roda do Porto e Eça chegou a atravessar o Atlântico.

Nesse sentido, no seguimento da aquisição de um conjunto de cartas datadas de 1821 e da circunstância de uma delas descrever a jornada entre Porto e Lisboa num tempo eminentemente político, procuraremos apresentar as potencialidades desta fonte histórica que consideramos primária para o conhecimento e estudo das relações entre os indivíduos e da sua percepção ou actuação do/no tempo histórico.

## A FONTE

Entre Abril e Julho de 2011 fomos adquirindo, entre vária tipologia de documentação, cartas que lográmos identificar como sendo, na sua maioria, dirigidas a Domingos de Oliveira Maia (D.O.M.), do Porto. O acervo, constituído aleatoriamente junto de um comerciante antiquário do passeio de São Lázaro, resultou num total de 27 cartas que apresentam proveniências e remetentes diversos, tendo apenas em comum o referido destinatário. Nos sobrescritos indicam-se os vários endereços do receptor: «Em Caza de Antonio Maya», «Maya & Comp.<sup>a</sup>» e «Em Caza do snr. Antonio Maya negociante» (figura 1).

---

<sup>4</sup> FOISIL, 1990.



Figura 1

Ainda que retiradas ao que poderia constituir uma chancelaria particular, destrocada talvez por heranças ou partilhas, as 27 cartas formam um conjunto epistolar homogêneo cujas datas extremas de produção se balizam entre 5-1-1821 e 22-12-1821<sup>5</sup>. Cobrem, assim, um ano particularmente notável da História de Portugal, porquanto são contemporâneas de importantes movimentações e eventos no âmbito da introdução do Liberalismo no reino.

A compilação, ainda antes da cuidada leitura, transcrição e análise, prometia aos nossos olhos uma interessante incursão pela mentalidade do primeiro quartel do século XIX, um recorte cronológico pontuado por vários acontecimentos com impacto nacional e internacional. Não obstante tratem-se de cartas privadas seria possível (logo pensá-mos) que delas se extraísse informação nos domínios social e político em que moviam seus interlocutores. De resto, conhecendo-se já alguns traços do perfil de Domingos de Oliveira Maia<sup>6</sup>, assim como de Solano Constâncio (um dos remetentes e autor de quatro epístolas) ambos importantes figuras de Portugal oitocentista, supúnhamos, pois, fecunda a documentação adquirida.

Não errara a nossa suposição e à medida que submetíamos cada uma das cartas à organização, transcrição e análise, fomos recolhendo um importante conjunto de registos

<sup>5</sup> Cf. APÊNDICE.

<sup>6</sup> Cf. GRAÇA, 2007.

para o estudo da «intimidade social», a documentação biográfica de indivíduos e o conhecimento de geografias locais e regionais da política e do pensamento do chamado *Portugal do vintismo*.

Através da transcrição, leitura, análise e validação (por confronto ou comparação) dos elementos registados nas cartas, tais como onomástica, toponímia e datas, procuramos aferir da fiabilidade dos documentos enquanto fonte, questionando-a numa abordagem hipotético-indutiva.

## A CRÍTICA DA FONTE

As 27 cartas são, como já referimos, datadas entre 5-1-1821 e 22-12-1821, correspondendo a um total conjunto de 60 fólios em papel, com dimensões médias de 23,1x19,6 cm (figura 1). Treze apresentam sinais de terem sido lacradas e dezoito exibem marcas d'água (ver quadro 1 em apêndice).

Todas as cartas são assinadas. Os seus produtores e proveniências repartem-se por Portugal, Países Baixos, França e Inglaterra, a saber: A. Jacobs (de Amsterdão), Domingos Ribeiro de Faria (de Londres), F. S. Constâncio (de Paris), João J. Ferreira da Silva (de Lisboa), M. J. Soares (de Londres), Martin Torres Moreno (da Corunha) e N. H. Klingelhoëfer (de Lisboa).

Klingelhoëfer e João J. Ferreira da Silva revelam-se os que com mais frequência (o primeiro dez cartas e o segundo oito) escreveram naquele ano de 1821 a Domingos de Oliveira Maia, destacados da média de 1,8 cartas produzidas pelos restantes.

## OS PRODUTORES-REMETENTES

Organizando alfabeticamente os nomes dos remetentes, passamos a fazer uma breve apresentação de cada um, tendo em conta o cruzamento das informações extraídas das cartas (doravante assinalas pela inicial C associada ao número equivalente à ordem cronológica) e dados obtidos externamente a estas.

### **A. Jacobs**

Assina uma carta datada de 3 de Maio, enviada de Amsterdão.

Alude à passagem de D.O.M. por aquela cidade e certos bens «trastes» que ele lá deixou e que foram encaminhados para Portugal («seus livros e mais conteúdo da caixa»)<sup>7</sup>.

Pelo nome e pela data parece tratar-se do vice-cônsul do Brasil em Amsterdão nomeado em 1830<sup>8</sup>.

### **Domingos Ribeiro de Faria**

Escreve de Londres uma carta de 27 de Março.

---

<sup>7</sup> C10.

<sup>8</sup> S.A., 1830: 91.

Alude à política interna<sup>9</sup>, nomeadamente ao «liberalismo que reina nas nossas Cortes, e o Patriotismo, e acerto que caracteriza os nossos Deputados» e na mesma remata: «tudo concorre a fazer-nos persuadir que a época da nova felicidade de Portugal principiou no dia 24 de Agosto de 1820».

Refere certas chaves que estariam numa das casas onde habitara e que julga pertencerem a D.O.M. sugerindo assim uma passagem deste por Londres.

Domingos Ribeiro de Faria foi um dos cativos da Torre de S. Julião da Barra, onde esteve preso de Fevereiro de 1831 a Junho de 1833.

Veio a tornar-se Presidente da Câmara do Porto entre 1850-1851 e existe um retrato seu, de 1858, na Santa Casa da Misericórdia do Porto.

### ***F. S. Constâncio***

Redige 4 cartas a 5 de Janeiro, 9 de Abril, 5 de Junho e 17 de Outubro, todas assinadas desde Paris e em cujas epístolas descreve essencialmente a sua actividade como médico e tutor de Agostinho de Oliveira Maia, irmão menor de D.O.M que sofria de patologia debilitante. Descreve os tratamentos médicos (alguns deles inovadores para a época como no caso do uso da electricidade) e a evolução da saúde de Agostinho<sup>10</sup>. Em três das cartas alude a aspectos da política interna do Reino<sup>11</sup>.

Solano Constâncio é um dos nomes mais notáveis do liberalismo e da ciência em Portugal, pois, para além de médico foi escritor, pensador político e diplomata. Doutor em Medicina na Escócia (Edimburgo) foi representante de Portugal nos Estados Unidos entre 1822-1823.

### ***João J. Ferreira da Silva***

Redige 8 cartas entre 10 de Novembro e 22 de Dezembro, a partir de Lisboa, onde se deslocou para tratar de negócios seus e de D.O.M.

Descreve a situação política<sup>12</sup>, questões de diplomacia<sup>13</sup> e a vida cultural de Lisboa<sup>14</sup>.

É especialmente crítico quanto à Maçonaria assunto a que dirige especial atenção na carta C24.

Parece ser natural do Porto, pois em 1820 o seu nome aparece na lista dos compromissários eleitos para a paróquia da freguesia da Sé do Porto<sup>15</sup>.

Em 1845 vem indicado como membro do corpo da Direcção da Associação Comercial do Porto<sup>16</sup> e um ano depois, como um dos directores da Assembleia Portuense<sup>17</sup>. Morava, então, na rua da Bainharia, n.º 4.

---

<sup>9</sup> C6.

<sup>10</sup> C1, C7, C13, C11, C15.

<sup>11</sup> C7, C11, C15.

<sup>12</sup> C17, C19, C20, C24, C26, C27.

<sup>13</sup> C17, C23.

<sup>14</sup> Música e teatro, C19, C22, C24.

<sup>15</sup> Cf. *Correio do Porto*, n.º 69 (1820, Dez., 15), p. 1.

<sup>16</sup> S.A, 1845.

<sup>17</sup> S.A., 1846: 160.

### **Martin Torres Moreno**

Escreve da Corunha duas cartas, uma de 15 de Novembro e outra de 13 de Dezembro.

Numa das missivas alude à política local, em que participa: «Como la amistad de mi Primo para con usted esta identificada con a la de usted con el, le remito [...] Discurso que pronuncio dias passados com motibo de las elecciones parroquiales»<sup>18</sup>; e na outra pede a D.O.M. ajuda para o sobrinho que vai ao Porto tratar de «asuntos mercantiles»<sup>19</sup>. Num Almanaque comercial de 1808 é assinalado como comerciante de Bilbao onde se refere que «Trata en varios generos, y embarca granos»<sup>20</sup>.

Em 1812, durante as Cortes de Cádiz, aparece referido com outros comerciantes de Bilbao como «fugados em Coruna» (exílio político?)<sup>21</sup> e anos mais tarde, em 1845, é já indicado como vice-cônsul da República do México na Corunha<sup>22</sup>.

### **M. J. Soares**

Assina, a partir de Londres, uma carta de 23 de Maio, onde aborda a política interna, elogiando o progresso do governo e acusando os «malvados corcundas»<sup>23</sup> de interferirem na imprensa (o caso do «Padre Amaro»). Refere ainda certas encomendas da «Caza» de D.O.M. e a conta de dois chapéus comprados nos chapeleiros *Townsend* de Londres.

Deve tratar-se de Manuel Joaquim Soares que, em 1833<sup>24</sup>, contribuiu para apoio às viúvas e órfãos «dos bravos compatriotas que tem Cahido no Campo da honra». Foi um dos contribuintes da causa liberal que ofertou 2000 libras esterlinas para fretar um vapor destinado a transportar «emigrados» liberais portugueses desde Inglaterra, durante a Guerra Civil, citado na obra de José Liberato Freire de Carvalho<sup>25</sup>.

Negociava, no referido ano de 1833, em urzela, uma planta tintureira de origem africana<sup>26</sup>.

### **N. H. Klingelhoëfer**

Assina dez cartas entre 24 de Janeiro e 24 de Novembro.

Morava na rua de São Francisco em Lisboa, de onde diz ter assistido a uma procissão e a este propósito assinala: «tomara eu ver fim a estas procissões que a poder e muitos males que trazem consigo o mais sinistro hé o de fazerem a gente ociosa»<sup>27</sup>.

Parece ter sido companheiro de viagem de Domingos de Oliveira Maia<sup>28</sup>.

Através das várias cartas que dirige ao Porto (cidade que ainda não conhece, mas cujo carácter elogia) revela ser fervoroso liberal pois discute política interna referindo-se

---

<sup>18</sup> C18.

<sup>19</sup> C25.

<sup>20</sup> S.A., 1808: 296.

<sup>21</sup> S.A., 1812: 210.

<sup>22</sup> RODRIGUEZ DE S. MIGUEL, 1845: 119.

<sup>23</sup> C11.

<sup>24</sup> CARVALHO, 1842.

<sup>25</sup> cf. *idem*.

<sup>26</sup> Cf. *Chronica Constitucional de Lisboa*, n. 114 (1833, Dez., 5), p. 636.

<sup>27</sup> C3.

<sup>28</sup> C9.



à «nossa Cauza»<sup>29</sup>, aos «corcundas»<sup>30</sup> ao Brasil<sup>31</sup> (sublevação na Bahia)<sup>32</sup> ao caso político do secretário Joaquim Pedro Gomes de Oliveira<sup>33</sup>, à prisão do major Duarte Pimenta<sup>34</sup> e à nomeação dos «diplomáticos»<sup>35</sup>.

Disserta sobre economia advogando medidas proteccionistas contra os estrangeiros, nomeadamente a propósito das «Casacas de brixex», «pautas de música» e até do nascente turismo<sup>36</sup>. Discorre, também, sobre a sociedade, os portugueses e os estrangeiros<sup>37</sup>, em particular os Ingleses<sup>38</sup> sobre cujo povo é particularmente crítico.

Próximo às artes musicais, de que se revela conhecedor e apreciador, refere as «Academias de Musica», realizadas ao Sábado, com a presença de Bomtempo (João Domingos Bomtempo) e Tonniano<sup>39</sup> e ainda à atriz (cantora?) Brescia.

Parece tratar-se do *Klingelhoëfer* citado, em 1821, numa revista de música alemã<sup>40</sup>, e documentado em 1841, sendo ainda morador na dita Rua de S. Francisco.

## O DESTINATÁRIO

Domingos de Oliveira Maia, figura já conhecida da historiografia da arte em Portugal, destaca-se pela imagem que dele já se fez – a de um ilustrado viajante e autor amador de riscos de arquitectura que viveu entre 1798 e 1863<sup>41</sup>. A sua posição na sociedade portuguesa da primeira metade do século XIX, quer por vínculos familiares, quer pelos cargos que exerceu, colocam-no num estatuto privilegiado que o recorte epistolar aqui apresentado, confirma.

Em 1821 Domingos de Oliveira Maia tinha 23 anos e parece gerir um vasto mundo de interesses que se relacionam com negócios, política nacional e interesses culturais. Os seus interlocutores revelam o alcance do seu círculo de conhecimentos relativamente a política interna e externa, diplomacia, economia, legislação e práticas culturais – nas quais se destacam a música e o teatro.

M. Sampayo<sup>42</sup> descreve-o como um aristocrata e efectivamente Domingos Oliveira Maia recebeu em 1816 o foro de Fidalgo Cavaleiro da Casa Real. Contudo, as cartas que adquirimos e agora apresentamos descrevem um perfil mais consentâneo com o de um burguês, negociante liberal com relações semelhantes na política e no corpo diplomático português da sua época.

---

<sup>29</sup> C2.

<sup>30</sup> C5.

<sup>31</sup> C4.

<sup>32</sup> C8/C12/C21.

<sup>33</sup> C12.

<sup>34</sup> C14.

<sup>35</sup> C16.

<sup>36</sup> C2.

<sup>37</sup> C2.

<sup>38</sup> C4.

<sup>39</sup> C3.

<sup>40</sup> Cf. *Allgemeine Musikalische Zeitung*, n.º 33 (1818, Ag., 19), p. 599.

<sup>41</sup> Cf. GRAÇA, 2007.

<sup>42</sup> GRAÇA, 2007.

Embora não haja qualquer alusão directa à viagem que terá efectuado, em 1820, na companhia do seu irmão Agostinho, «sempre doente, em tratamentos em Paris» (como assinala M. Sampayo) a presença deste é constante durante o ano de 1821. Deve-se ao seu estado, aliás, toda a correspondência com F. Solano Constâncio, médico responsável pelo tratamento do «mano Agostinho», como atrás referimos.

O estudo do perfil dos seus correspondentes diz-nos, aliás, um pouco mais sobre o posicionamento político de Oliveira Maia, sobretudo através do diálogo (que para nós é apenas monólogo) com Nicolau Klingelhoëfer. Provavelmente mais novo do que Domingos (refere-se a si próprio como «hum moço de talento» C2) o jovem de origem germânica discute aguerridamente questões várias sobre política interna e externa, salientando os esforços e as conquistas obtidas pelos liberais e menosprezando as conspirações dos «corcundas» e dos «fradengos». E fornece-lhe indicações algumas vezes detalhadas sobre o movimento cultural de Lisboa, de onde destacamos a realização semanal das *Academias de Música*, que em sua casa juntavam vários artistas, nomeadamente o célebre e já referido Bontempo.

Sobre outros interesses de Domingos de Oliveira Maia, pouco sabemos. Pelo teor das cartas de Domingos Ribeiro de Faria, M. J. Soares e A. Jacobs, que escrevem de Londres e Amsterdão, supomo-los de algum modo correspondentes comerciais da casa dos Maias. Todos, porém, concordam nas mudanças políticas que exaltam e para cuja causa contribuem com considerações várias, como a qualidade dos deputados às novas Cortes<sup>43</sup> ou a necessidade de frustrar as conspirações dos «malvados corcundas»<sup>44</sup>.

Dentro deste perfil de agente, representante ou até procurador, encontra-se João José Ferreira da Silva, para cuja identificação tentámos atrás algumas contribuições. Embora pouco logremos, até agora, descobrir sobre a sua origem, supomos ser da idade aproximada de Domingos de Oliveira Maia. Assim o denuncia o estilo da escrita, a forma como descreve o *Outro* e se inscreve no tempo que assiste, de uma forma irreverente e crítica.

É, aliás, esta expressividade que confere à sua narrativa uma importância quase diarística. As suas 8 cartas, remetidas ao longo dos meses de Novembro e Dezembro de 1821 são particularmente minuciosas nos reparos que faz à vida social e política, às questões interpartidárias, mas também ao mundanismo da corte portuguesa, que frequenta nesse período.

A sua primeira carta constitui a descrição da *jornada* do Porto a Lisboa a qual por se revelar um extraordinário documento sobre um percurso e o tempo em que se desenrola, e por constituir um tópico literário da época, passamos a analisar.

---

<sup>43</sup> C6.

<sup>44</sup> C11.



Figura 2

## A JORNADA

A carta de João José Ferreira da Silva a Domingos de Oliveira Maia, datada de 10 de Novembro de 1821, narra a jornada que o autor fez entre o Porto e Lisboa nos dias 2 a 5 do dito mês.

O itinerário realizado pelo narrador corresponde ao traçado da estrada real do tempo de D. Maria I, que sobrepõe ou aproveita em grande parte o canal do antigo itinerário medieval (de provável substrato romano) o qual, paralelo à costa atlântica ligava o sul ao norte da península ibérica (figura 2) e, nomeadamente, Lisboa ao Porto.

Desta cidade saiu J. Ferreira da Silva às 6h da manhã do dia 2 de Novembro, tendo caminhado, até à hora do jantar, até Santo António, onde um dos seus machos adoeceu. A viagem de quase um dia leva-nos a situar o lugar de Santo António, não nos Carvalhos,

onde existia esta invocação e uma estalagem, mas a Arrifana do Sousa, povoação também acolhida sob a protecção do taumaturgo lisboeta.

Daí seguiu o narrador para Oliveira onde o fizeram apresentar ao Juiz de Fora a «referendar o Passaporte» e onde se lhe juntou um estudante de Coimbra de apelido Lopes que ofereceu a Ferreira da Silva a sua besta para compensar a perda do animal em Santo António. «E então principiámos uma bela jornada, pois que admitia conversa e chalaça de gosta», como ele mesmo refere.

A chegada a Albergaria implicou novos encontros, nomeadamente com os dois padres donos da estalagem local<sup>45</sup> e um «senhor figurão, ex-Capitão-mor» cuja reunião resultou num voltarete e, ao que parece, em ganho para o narrador. A alusão à presença de dois frades «sendo um Bento e outro Bernardo», estimulou a crítica de pendor anti-clerical de Ferreira da Silva que, na presença de ambos, diz ter-se disposto para a «caçoada», rematando, porém: «eis senão quando soubemos que um era Opositor e por isso escaparam em atenção ao Lopes»<sup>46</sup>.

Atravessando Águeda, foi almoçar ao Sardão, uma povoação à beira do Vouga, onde passou por estudante. Descreve aí uma prática ainda em uso em alguns locais de convívio, a de deixar escritos versos na parede, cujo teor poderia ser crítico ou satírico, como parece sugerir a sua afirmação: «aí [Sardão] não esqueceram os costumados versos na parede etc.<sup>47</sup>: na Moraria, tive bem direito de perguntar onde estão eles ...porém tive medo, por que eramos poucos».

Jantou na Mealhada e chegou à noite a Coimbra, tendo pousado na estalagem da Galega. É curiosa a descrição de uma Coimbra matinal que o narrador faz: «Silêncio, misantropia, mudez e solidão», acentuando assim o carácter da paisagem cognitiva que atravessou até chegar a Condeixa, onde almoçou no dia 4.

Descreve, depois, a feira do Pombal que «quase se compunha só de porcos», tendo ido dormir a Leiria. Diz ter jantado nos Molianos, lugar que o manual de viajantes de 1762<sup>47</sup> assinala ser a 5 léguas daquela cidade e em cujo pousou ouviu a «conversa duns ladrões que não julgavam eu os estava ouvindo dentro duma porta [sic]» – relevante apontamento para documentar os o latrocínio como um dos perigos mais frequentes das viagens.

Em Rio Maior, onde descansou, viu e ouviu «duas lindas raparigas a cantar genuinamente» e em Alcoentre encontrou um Batalhão expedicionário, que lhe causou má impressão pela bulha que faziam. Notou a «imensidade de mulheres» que acompanhava os militares e que, segundo ele, compunha um segundo batalhão. E remata: «não sei qual é o interesse porque aquelas mulheres seguem a uns homens que nada têm para lhe dar pois que eles nada possuem».

<sup>45</sup> Uma alusão a esta estalagem e aos seus proprietários vem referida no romance «Roberto Valença» de A. Augusto Teixeira de VASCONCELOS, 1848: 99: «Não o seguiremos na jornada: fôra uma dôr de coração contar aqui os saltos, que por aquellas estradas intransitáveis, dava a pobre carruagem, as saudades, que da sua boa cama de cortinado assaltaram o conego na estalagem de Souto-Redondo, e na dos padres de Albergaria, já então grandes causticadores, e desafinados rabequistas [...]».

<sup>46</sup> Opositor era o candidato a regente de disciplina ou cátedra. Deprendemos que sendo o companheiro do narrador, o Lopes, estudante em Coimbra, o início de polémica podia ser-lhe funesta no contexto académico.

<sup>47</sup> Cf. RODRIGUEZ CAMPONEZ.

Almoçou em Vila Franca de Xira e pelas quatro horas da tarde chegou a Lisboa, onde se alojou numa hospedaria de que, aparentemente, já tinha sido frequentador com Domingos de Oliveira Maia – «nossa Hospedaria» – assinalando, contudo, que pretendia mudar-se para a da Lacombe «para ter a companhia de alguns sargentos conhecidos, como é o Santos, o Neto, o Adrião Ferreri e alguns bacharéis».

A carta prossegue com alguns assuntos tratados fora da jornada, nomeadamente notícias sobre obras na cidade: «o monumento que se anda fazendo no Rossio» e «o quarteirão queimado pelo lado dos Capelistas», ou as obrigações que o trouxeram a Lisboa, nomeadamente certas diligências que incluíam um encontro com Klingelhoëfer, uma ida ao São Carlos, a conversa com «certos fulanos» e uma passagem em S. Francisco onde Ferreira da Silva diz ter visto «aquele peixinho um pouco desfigurado», mas sem certeza, «por já ser tarde». Discursa como à vontade sobre os homens e o tempo político, nomeadamente quanto à questão do Brasil (então ainda centro político do reino), a que parece aludir a referência: «não fui às Cortes, e por isso não vi nem ouvi os tais Cariocas». Menciona também uns arbustos pedidos a um tal António Manuel dos Santos e cujo destino seria o quintal de Domingos de Oliveira Maia.

Há, finalmente, alusão a certo trabalho editorial do narrador («já publiquei a tal historinha do Neto») o qual, aliás, resulta numa carta-resposta anexa à missiva e se depreende seja resultado de polémica dirimida em periódico político da época. A carta de Ferreira da Silva constitui um alfobre de referências hipertextuais entre os homens políticos e as suas acções no fervilhante ano de 1820.

## DA JORNADA COMO PRÁTICA, DA CARTA COMO ESTILO

O nosso interesse nesta carta advém do teor da mesma, ou de como a jornada adquire uma expressão única no nosso conjunto epistolográfico. Entre as notícias políticas, de negócios ou de sociedade, a viagem do Porto ao Lisboa constitui uma experiência digna de ser minuciosamente narrada.

Por jornada entende-se «todo o caminho, que se anda hum ou mais dias, até chegar ao termo da viagem», como refere Bluteau no seu *Vocabulario Portuguez*<sup>48</sup>. Era portanto tempo e caminho longo que exigia cuidados e podia motivar observações diarísticas dos seus intervenientes. Jornadear no Portugal de oitocentos revela-se «percurso longo e trabalhos»<sup>49</sup> que os nacionais aproveitavam integrando-a na literatura como tópico, como motivo ou estilo, apresentado, por exemplo, por Almeida Garrett em *Viagens na minha terra* e eximamente trabalhado por Camilo em *Vinte horas de liteira*. De resto, nesta coletânea de contos, a trabalhosa e extensa jornada de Vila Real ao Porto é utilizada como fio condutor ou *leitmotiv* da escrita novelística<sup>50</sup>.

Efectivamente o jornadear pelas estradas e caminhos portugueses constituía em oitocentos uma forma de aprendizagem mas também apreciação crítica e satírica sobre o

48 BLUTEAU, 1713: 193.

49 VIANA, 1945: 88-89.

50 Cf. CASTELO BRANCO, 1966.

estado do país. Um insuspeito romancista como Júlio Dinis, mais cultor do social, do que do território, descreve nas suas cartas mais íntimas, as frequentes impressões da sua geografia pessoal, em Ovar, Aveiro ou no Funchal<sup>51</sup> que podem resumir-se como as «íntimas vivências geográficas, folclóricas ou históricas» a que alude A. Crabée<sup>52</sup>.

A carta de João José Ferreira da Silva adquire subida importância no sentido em que se trata de não só de um exercício epistolográfico, mas também um relato social e político elaborado por um possível periodista envolvido na política do seu tempo. O seu jornaleiro num território fracturado pela eminente divisão liberal-absolutista, mais preocupado com as questões sociais e as relações entre os indivíduos, do que com a paisagem e os monumentos, como fazem os estrangeiros no mesmo percurso e no mesmo tempo, revela os aspectos sociais de um liberalismo em definição e expansão.

É aliás pertinente que assinalemos a forma como Ferreira da Silva descreve o caminho ou a estrada que percorre, enquanto extensão dos lugares sociais e políticos que conhece, nomeadamente o Porto – por oposição a Lisboa, como refere quando lamenta o tempo chuvoso que encontrou quando chegou àquela cidade: «[...] e seres (nesse porto) tão feliz como eu, pois que logo que cheguei, começou a chuva fortemente».

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As cartas que adquirimos, no âmbito do nosso interesse pela sua investigação e aplicação propedêutica (nomeadamente através da exploração e apresentação pedagógica das potencialidades da epistolografia enquanto fonte) revelaram-se notáveis documentos sobre a política e o pensamento de uma certa burguesia participante na construção do Liberalismo em Portugal. Elas salientam, através das suas notícias, críticas e notas, o papel das elites intelectuais e comerciais na articulação de contactos e mundos de referência na geopolítica internacional.

Mas permitem, sobretudo, um olhar íntimo sobre os espaços públicos e privados e, em alguns casos, reconhecer as práticas e os lugares a eles associados como as estradas, os caminhos, as estalagens, etc. – lugares por vezes arredados da Grande História, e que a Antropologia e a Filosofia recobriram recentemente para os domínios/categorias/conceitos de heterotopias e distopias<sup>53</sup>, do lugar e não-lugar<sup>54</sup>, etc. Efectivamente tais lugares constituem referências físicas e geográficas, mas também sociais e mentais, que a literaturas de viagem e epistolográfica exploram também no âmbito da fenomenologia: as experiências sensoriais dos viajantes ante estes espaços de encontro e de circulação, o reconhecimento dos indivíduos que as frequentam e as suas acções, gestos e atitudes – no fundo a estética do lugar.

A carta-jornada que aqui exploramos serviu para acentuar a importância da viagem como experiência social. No caso, a viagem entre Porto e Lisboa, as duas principais cida-

---

<sup>51</sup> Cf. DINIS; MONIZ (s.d.).

<sup>52</sup> ROCHA, 2013: 406.

<sup>53</sup> FOUCAULT, 2003.

<sup>54</sup> AUGÉ; PEREIRA, 2006.

des de um reino sem rei naquele presente revela-se quase uma metáfora do *continuum* geográfico e político na coluna vertebral do reino: a velha estrada Porto-Lisboa, que liga os principais palcos políticos de uma nação em ebulição.

## BIBLIOGRAFIA

- AUGÉ, Marc; PEREIRA, Miguel Serras, trad. – *Não-lugares: introdução a uma antropologia da Sobremodernidade*. Lisboa: 90 Graus Editora, 2006. 972-8964-02-1.
- BLUTEAU, Raphael – *Vocabulário português e latino [...]* Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712-1728, 12 vols.
- CARVALHO, J. L. F. d. (1842) – *Ensaio político sobre as causas que prepararão a usurpação do Infante D. Miguel no anno de 1828 [...]*. Lisboa: [Na Imprensa Nevesiana].
- CASTELO BRANCO, C. (1966) – *Vinte horas de liteira*. Lisboa: Parceria A.M. Pereira.
- DINIS, Júlio; MONIZ, Egas, introd. – *Cartas e esboços literários*. Porto: Livraria Civilização, [s.d.].
- FOUCAULT, Michel – «Outros espaços» [pub. 1984]. *Ditos e escritos III – Estética: Literatura e pintura, música e cinema*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.
- GRAÇA, M. d. S. P. A. (2007) – «Domingos de Oliveira Maya percurso de um riscador amador ou da responsabilidade técnica no Porto de meados de Oitocentos». *Artistas e artífices : e a sua mobilidade no mundo de expressão portuguesa. Actas do VII Colóquio Luso-Brasileiro de História da Arte*. N. M. Ferreira Alves, org. Porto: CEPES.
- RODRIGUEZ Campones, P. (1762) – *Noticia geografica del reyno y caminos de Portugal*. Madrid: [En la Oficina de Joachin Ibarra].
- RODRIGUEZ DE S. MIGUEL, J. (1845) – *La República Mexicana en 1846 [...]*. México: [Imprenta de J. M. Lara].
- [S.A.] (1808) – *Almanak mercantil o Guia de Comerciantes*. Madrid: [En la Imprenta de Vega y Compañia].
- [S.A.] (1812) – *Diario de las discusiones y actas de las Cortes*. Cádiz: [En la Imprenta Real].
- [S.A.] ([1830]) – *Almanach Royal de la Cou des provinces meridionales de la ville de Bruxelles pour l'An 1830*. Bruxelas: [V.e Ad. Stapleaux, Imp. Lib. du Roi].
- [S.A.] (1845) – *Parecer da direcção da Associação Commercial do Porto: sobre o officio que a Comissão dos Lavradores de Cima-Corgo dirigiu á mesma Associação [...]*. Porto: [Associação Commercial do Porto].
- [S.A.] (1846) – *Directorio civil, politico, commercial, historico, e estatistico da cidade do Porto e villa nova de gaya, para o anno de 1846*. [Porto]: [Typographia Commercial].
- VASCONCELOS, A. A. T. d. (1848) – *Roberto Valença: romance*. Lisboa: [Na Imprensa Nacional].
- VIANA, Mário Gonçalves – *As viagens terrestres dos portugueses*. Porto: Livraria Figueirinhas, 1945.

## APÊNDICES

**Tabela 1** – Relação das cartas para Domingos Oliveira Maia (1821). Col. particular de Nuno Resende

N.º	Ano	Mês	Dia	Remetente	Destinatário	Procedência	A	L	Fólios	Lacre	Marca d'água
C1	1821	Jan	5	F. S. Constâncio	Domingos de Oliveira Maia	Paris	25	19,7	2	SIM	NÃO
C2	1821	Jan	24	N. H. Klingelhoëfer	Domingos de Oliveira Maia	Lisboa	25	20,2	2	NÃO	SIM
C3	1821	Fev	14	N. H. Klingelhoëfer	Domingos de Oliveira Maia	Lisboa	24,6	20,2	2	SIM	SIM
C4	1821	Mar	10	N. H. Klingelhoëfer	Domingos de Oliveira Maia	Lisboa	25	20,3	3	NÃO	SIM
C5	1821	Mar	14	N. H. Klingelhoëfer	Domingos de Oliveira Maia	Lisboa	20,3	23,5	2	SIM	SIM
C6	1821	Mar	27	Domingos Ribeiro de Faria	Domingos de Oliveira Maia	Londres	20,1	24,7	2	SIM	NÃO
C7	1821	Abr	9	F. S. Constâncio	Domingos de Oliveira Maia	Paris	22,4	18,2	3	SIM	SIM
C8	1821	Abr	16	N. H. Klingelhoëfer	Domingos de Oliveira Maia	Lisboa	24,5	20,1	2	SIM	SIM
C9	1821	Abr	25	N. H. Klingelhoëfer	Domingos de Oliveira Maia	Lisboa	23,6	20,2	2	NÃO	SIM
C10	1821	Mai	3	A. Jacobs	Domingos de Oliveira Maia	Amsterdão	23	18,4	2	SIM	SIM
C11	1821	Mai	23	M. J. Soares	Domingos de Oliveira Maia	Londres	25	20	1	NÃO	NÃO
C12	1821	Jun	2	N. H. Klingelhoëfer	Domingos de Oliveira Maia	Lisboa	23,2	20,2	2	NÃO	SIM
C13	1821	Jun	5	F. S. Constâncio	Domingos de Oliveira Maia	Paris	25	20,3	4	SIM	SIM
C14	1821	Jun	16	N. H. Klingelhoëfer	Domingos de Oliveira Maia	Lisboa	23,3	20	3	SIM	SIM
C15	1821	Out	17	F. S. Constâncio	Domingos de Oliveira Maia	Paris	23,6	18,5	2	SIM	NÃO
C16	1821	Nov	7	N. H. Klingelhoëfer	Domingos de Oliveira Maia	Lisboa	25	20,3	2	SIM	SIM
C17	1821	Nov	10	João J. Ferreira da Silva	Domingos de Oliveira Maia	Lisboa	22,8	18,7	4	NÃO	SIM
C18	1821	Nov	15	Martin Torres Moreno	Domingos de Oliveira Maia	Corunha	25	20,2	1	NÃO	SIM
C19	1821	Nov	17	João J. Ferreira da Silva	Domingos de Oliveira Maia	Lisboa	20,3	15,2	2	NÃO	NÃO
C20	1821	Nov	21	João J. Ferreira da Silva	Domingos de Oliveira Maia	Lisboa	20	15,2	2	NÃO	NÃO
C21	1821	Nov	24	N. H. Klingelhoëfer	Domingos de Oliveira Maia	Lisboa	23,5	20,4	2	SIM	NÃO
C22	1821	Nov	24	João J. Ferreira da Silva	Domingos de Oliveira Maia	Lisboa	20,3	15	2	NÃO	NÃO
C23	1821	Dez	1	João J. Ferreira da Silva	Domingos de Oliveira Maia	Lisboa	20,4	25,2	2	NÃO	SIM
C24	1821	Dez	5	João J. Ferreira da Silva	Domingos de Oliveira Maia	Lisboa	23	18,9	4	NÃO	SIM
C25	1821	Dez	13	Martin Torres Moreno	Domingos de Oliveira Maia	Corunha	25,1	20	2	NÃO	SIM
C26	1821	Dez	19	João J. Ferreira da Silva	Domingos de Oliveira Maia	Lisboa	25	20,3	1	SIM	NÃO
C27	1821	Dez	22	João J. Ferreira da Silva	Domingos de Oliveira Maia	Lisboa	22,3	16,9	2	NÃO	SIM



## DOCUMENTO

**1821, Novembro, 10, Lisboa.** Carta de João José Ferreira da Silva a Domingos de Oliveira Maia, narrando a sua jornada até Lisboa e dando notícias das Cortes e outras questões. O remetente reencaminha e anexa uma carta que lhe enviada por A. Neto, referente a polémicas políticas. A transcrição segue as normas paleográficas de desdobramento das abreviaturas em itálico, indicação de translineação e fólhos.

### [Fólio 1]

Amigo Domingos /  
Lisboa 10 de Novembro de 1821 /

Já por via de meu Tio, saberás da minha chegada a esta: / porem, *para que melhor* o saibas, eu te vou referir o como foi a jornada: / sahi dessa, pelas 6 horas da manhã do dia 2 e caminhei the / ao jantar a *Santo Antonio*; e próximo já a este lugar, começou / hum dos machos a manifestar-se doente: jantei e des-/cancei, e tentei depois continuar a jornada; porem, em vão o / tentei, pois *que* o macho estava a ponto de cahir: voltei a *Santo / Antonio*, e a *muito* custo consegui outro, deixando aquele (*que* igno-/ro se morreria) e então prossegui a jornada: chegado a *Oliveira* / fisêrão-me apresentar ao Juiz de Fora, *para* referendar o Passaporte / e mais a hum rapás Conimbricense, *que* se me tinha reuni-/do e feito *muitos* oferecimentos (e a *quem* na verdade estou obrigado) pois, qu-/ando me vio zangado com a falta do macho, offereceo-me a sua / besta e instou *que* dispozêsse della etc.<sup>a</sup>, foi comigo procurar a ou-/tra etc.<sup>a</sup>: chegado a *Oliveira*, reuni-se-me também hum *Estudante* / d'essa (irmão do Lopes Juiz de Fora d'Alcacer) e então principiá-mos / hua bella jornada, pois *que* admitia conversa e chaláça de gosto: / chegá-mos a *Albergaria*, e os dous *Padres* donos da Estallagem se esmerá-/rão em obsequiar-nos; tanto por *que* esse hé o costume, como por obsequio / ao Lopes; athé nos apresentarão hum *Senhor* Figuráo ex *Cappitam* /Mor, *para* jogar o Voltarete; accetà-mos a oferta, e suposto *que* / o tal Meliante era ladino, púz-me a jogar com reflexão, e sem-/pre lhe pilhei huns 3 pintos: porem, ficou-me *grande sentimento* // [Fólio 1 verso] de lhe não limpar o resto, *para que* elle se não gabasse, já *que* teve a ousadia / de jogar com *Estudantes* (nome por *que* passei todo o *caminho*) porem o tal Malan/drino, levantou-se e inda levou restos do tal dinheirinho por *que* tinha / puchádo e em *que* se me foráo os olhos ... Também estavam lá 2 / Frades, sendo hum Bento e outro Bernardo; eu me dispunha já *para* / cassuáda; eis senão quando soube-mos *que* hum era Oppositor, e por isso / escapárão em atenção ao Lopes: alias, eu hia principiar *pela* narra/ção do Carmelita d'essa, e depois.... Oh *que* coisas não diria!... havia de / exceder aquellas *que* tenho dito ao J. L. e Fr. G. porem escapárão: / passá-mos em Agueda, e (já *que* tudo passava por *Estudante*) verificá-mos as / maneiras Academicas; almoça-mos no Sardáo e ahi não esquecerão os / costumados versos na parede etc.<sup>a</sup>: na Moraria, tive bem direito de pro=/guntar =onde estão eles ...= porem tive medo, *por que* era-mos poucos: / jantá-mos na Mealháda, e ahi repeti-mos a Scena do Sardáo: / chegá-mos à noite a Coimbra e pousei na Estallagem da Gallega, / e parti logo *para* casa d'*Estudantes*, onde encontrei imensos *Patricios*, *que* se / esmerárão em obsequiar-me e athé nem me queirão deixar hir / *para* a Estallagem, querendo *que* lá me demorasse alguns dias etc.<sup>a</sup>; porem / eu estive só thé as 10 horas, e pela manha sahi: *que* scena / foi porem a *que* se seguiu!! Silencio, misantropia, mudez e solidão, / foi só o *que* tive quasi athé esta, por vir quase sempre só: almocei em Condeixa, jantei em Pombal,

onde havia hua feira (quasi se com-/punha só de porcos) e onde dei recomendaçõins da nossa bela Sussia, pois *que* logo me conhecerão, e fui dormir a Leiria: vim [Fólio 2] //depois jantar aos Moliános (onde ouvi hua conversa d’huns ladroins / que não julgaváo eu os estava ouvindo dentro d’hua porta, e de *que* não gostei nada) e fui depois descançar a Rio Maior, onde ouvi na Estallagem / 2 lindas raparigas a cantar genuinamente, e vim depois dormir a / Alcoentre: aqui pernoitou também o *Batalham* expedicionário que / d’ahi veio, e que só chega a esta [riscado] hoje: fasiaão bastante bulha e me / obrigarão a ficar mal, isto hé peór, *que* o mau do costume, pois *que* / mal, já se não progunta; sahi pela manháa quando a eles, e então / tive ocasião de notar e admirar a imensidade de mulheres *que* os acom/panhão, e fasem hum 2.º *Batalham!* não sei qual hé o interesse / por *que* aquellas mulheres seguem a huns homens *que* nada teem para lhe [sic] / dár, pois *que* eles quasi nada possuem; e por isso se não póde verificar / *que* a avaresa hé quem persuade as mulheres: somente lhe descul-/pa, lembrando-me d’aquella historia do Cabeças, *que* já te ti=/nha contado = da talhadinha de Carne = há soldadinho, que / tráz 2!! vim nesse dia comêr a Villa Franca, e pelas 4 horas / da tarde cheguey a esta, vindo pousár à nossa Hospedaria, onde es=/tou no quarto *que* occupou o Santos; porem talvez (apesar de / peorár) mude para a Lacombe, para ter a companhia d’alguns Sargentos co=/nhecidos, como hé o Santos, o Neto, o Adrião Ferreri e alguns Ba-/chareis, afim de não perder o uzo da falla e poder conversar nas / horas vagas; já *que* a minha situação hé agora tão diferente do *que* quando / aqui estivé-mos e fisé-mos tão bella sussia: ora eis aqui a minha / jornada e chegada à Lisbia [sic], onde tudo encontrei igual, excépto // [Fólio 2 verso] o monumento *que* se anda fazendo no Rocío, estar quasi acabado o quartei-/rão queimado, pelo lado dos Capelistas, por se ter vendido a estes; porem não / succédo [sic] o mesmo pelo outro ládo, por *que* hé da Fazenda Nacional, contudo tam/bem, já se tem feito alguma coisa.

Agora depois de ter es=/ta escripta, recebo a tua estimada, a *que* em resumo vou dár a / devida resposta, se os dedos o consentirem (pois *que* com esta, fa-/sem já 8 cartas) declarando contudo, *que* poderão os dedos suc=/cumbir; porem nunca se fatigará o coração e a vontade de / conversar com hum Amigo a quem tanto préso. Inda / não fui às Cortes, e por isso não vi nem ouvi os tais / Cariócas, *que* considero bem como dises: contudo, apesar de / inda lá não ter hido, estou ao alcance de coisinhas ... / *que* não confio de papel, e só diria verbalmente...; e que não sei / se perceberás alguma coisa, pelos seguintes dictados = nem / tudo hé o que parece = contudo, assim mesmo digo eu = / aga-se el miraculo, aga-lo el Diabulo = acho alguma / razão ao Constancio; porem elle ouve tocar os sinos muito / ao longe; e acho boas as respostas *que* lhe dés-te; elle / lá vai despachado agora, conforme verás do Diario do / Governo, e como tu o tens, por isso to não remeto. /

Fico certo no mais *que* me recomendas, *que* diligenciarei / obter. Inda não falei ao Klingeloefer, nem fui a / S. Carlos, nem nada, pois não tenho tido mais tempo / do *que* cogitar d’affaires: contudo em breve, quando tivér as // [Fólio 3] coisas mais bem encaminhadas, então gosarei. Não sei / se o Henrique mandaria a casa do Antonio Manuel dos Santos, bus/cár huns arbustos *que* lhe pedí para o teu quintal; se acaso / não mandou, manda-os tu buscar; igualmente em falando com o Doutor Antonio Alexandre, lembra-lhe os outros *que* lhe / pedí e *que* igualmente erão para ti. Vejo ter vindo da / Fós a ta família, e *que* muito viesse de saúde; / e por isso te rogo lhes faças os meus respeitosos cumprimentos. /

Já publiquei a tal historinha do Neto, *que* me fez rir / bastante, e a *que* elle dá a resposta abaixo. Eu re/comendo ao Henrique, para *que* diga ao Fonseca *que* se acaso fôr a Scena / o Periodiqueiro, *que* nada digão da tradução, e só ellogiem / ano anuncio a pela; pois *que* eu não tive tempo de a acabar / e menos de corrigir; e por te rogo também o recomendes. /

Fase-me o favor de recomendar-me ao *Padre Manuel Que/rino*, e também ao *Jose Maria Barreira*. Mais te rogo o favôr / de dares [riscada] as [riscada] minhas sinceras recomendações a teu mano / o *senhor Antonio Maya*, e faseres também os meus cumprimentos / à *Excelentissima Senhora D. Anna*, quando lhe falares. Termino / por agora a carta com diser-te *que* ahi se supõem dominan/te no Congresso, hum partido Aristocratico; e aqui / o supõem Democratico: ora vê lá, como são as coisas / como // [Fólio 3 verso] se supõem diferentemente !! Ora meu amiguinho, / adeos por agora: estimarei fisesses boa compra, troca ou / alborque no S. Martinho, e *que* náda valessem os mergu/lhos *que* se disem costumão dár ao *Santo*, os Estallajadeiros da /Feira; isto assim de te não incomodar, e seres (nesse Por/to) tão feliz como eu, pois *que* logo *que* cheguey, começou a / chuva fortemente; de maneira *que* me tem bem lembrado / também o tal rifão de = quem tem, e tempo / perde etc.<sup>a</sup> =, por isso, sempre hé bom aproveitar as oca-/sioens <(sem o chega-me)> de *que* estou bem certo de te lembrar bem ... e por isso so / me resta repetir a sinceridade com *que* sou e serei sempre, / todo teu /

João /

P.S. /

Fui a casa d'aquelles Fulanos, e lhe / dei as tuas recomendações. Passei / em S. Francisco e vi aquelle pexinho / hum pouco desfigurado; não sei / se me pareceria, por ser já tarde; e / por isso inda *melhor* o verificarei /

<10 = Novembro = 1821-/

Joao Jose Ferreira da Silva /

Lixboa /

R> //

#### [Fólio 4 verso]

P.S. / Remeto essa carta *para que* vejas, pois *que* em algumas coisas, tem / rasão. Dis-se *que* o Jose Liberato Freire não foi em=/pregado na Diplomacia, *por que* há de acompanhar o / Principe Real nas suas viagens, e em qualidade de / seu Mentor. /

Q.R.S. [?]

Não hé esta a primeira vez que a maledicência, e a traição põe / a calumnia na boca da amizade *para* denegrir o bom com=/ceito, que o mundo deve juntamente formar da conducta de / alguns sujeitos, que se esmerão, lidão, e se esforçoem por merecer / a estima dos *homens* de bem, e *que* se a não conseguem, hé / por pouca fortuna sua. Não há aleive mais / falso, nem mais escandaloso, do que esse, que de mim / se assoalha. Tal facto não existio; e eu mesmo pasmo / e me horrorizo com a idea de que a perversa malignidade / do Seculo, em *que* vejo a luz, se tenha atrevido a tal em-/buste. Eu sou Amigo de Antonio Thomaz Junior; e lhe / sou obrigado; augustas relações *para* oppôrem huma bar/reira Sagrada e impenetrável ás *minhas* paixões. / Repito = tal facto hé falso = esta hé a *verdade*; falte-me / tudo, menos esta, primeira baze do character do homem / de bem. Meos princípios, e *minha* Sãa educação são ahi / bem conhecidos valha isto *alguma* coisa *para* desmentir / a falsidade, e fazer cahir por terra estalháda em / mil pedaços a mascara da impostura. / Eu // [Fólio 4 verso] Eu não posso descortinar que motivo oculto, de / que eu mesmo não quero desenredar o segredo, / obrigou o Capitão Antonio Borges, *que* se dis Meo / Amigo, e que (ouvio

disel-o) deve sel-o, a pa-/tentear tal brincadeira, que só por o ser, elle / o diria. Isso foi graça delle; em tal penso. /

Por tanto valha o que eu digo: eu não / sei faltar ao que devo, e jamais faltarei / em enquanto for = compos mei = o correio está / a partir, e os seos Amigos instão por que eu acabe / eu o faço, oferecendo os rendimentos do / meo fiel respeito, e da atenção, com que sou /

De Vossa Senhoria /

Mui fiel Servidor

A. Neto //

# CARTAS DE MULHERES: HISTÓRIA SOCIAL DA CULTURA ESCRITA DE E/IMIGRANTES PORTUGUESAS NO BRASIL (1896-1929)

ANA CAROLINA DA SILVEIRA LEITE\*

**Resumo:** Incorporando perspectivas teórico-metodológicas da História Cultural e da História Social da Cultura Escrita, esta investigação visa a interpretar e discutir dezenove correspondências pessoais com assinaturas de nomes femininos, escritas em língua portuguesa por e/imigrantes, entre 1896 a 1929, catalogadas e classificadas pelo Museu da Imigração do Estado de São Paulo (Brasil) como «cartas de chamada». Para tanto, buscou-se entender que documentos são estes, quem os escreveu e por que tais missivas foram escritas, considerando o contexto histórico em que foram produzidas e sua funcionalidade sociocultural.

**Palavras-chave:** História social da cultura escrita; cartas; emigração/imigração portuguesa; mulheres.

**Abstract:** By incorporating theoretical-methodological perspectives from Cultural History and from Social History of Written Culture, this investigation aims to interpret and discuss nineteen personal mails with signatures from female names, written in portuguese language by emigrants/immigrants, between 1896 to 1929, cataloged and classified by the Immigration Museum of São Paulo State (Brazil) as «call letters». For this, it was sought to understand what documents are these, who wrote them and why such missives were written, considering the historical context in which they were produced and their sociocultural functionality.

**Keywords:** History and from social history of written culture; letters; portuguese emigration/immigration; women.

Toda história de e/imigração começa muito antes de uma partida e se estende por desdobramentos diversos, deveras fragmentados, que desafiam pesquisadores das ciências humanas<sup>1</sup>. Nos últimos anos, as comunidades científicas portuguesa e brasileira buscam explorar objetos simbólicos das correntes migratórias para o Brasil, tais como livros de registros de passaportes<sup>2</sup>, listas de bordo dos vapores<sup>3</sup> e correspondências<sup>4</sup>, fontes quantitativas e/ou qualitativas das quais se ocupam, sobretudo, historiadores e antropólogos. Entre as fontes mais peculiares aos movimentos de grande separação, tais como mobilidades e guerras, as cartas pessoais são as mais evocativas, pois constituem escritas ordinárias

---

\* Graduada em Letras Vernáculas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), mestranda em História Social da Cultura Escrita pelo Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura (PPGLinC/UFBA), orientada pela Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Tânia Lobo, que coordena o grupo de pesquisa em História Social da Cultura Escrita (HISCULTE), que integra o Programa para a História da Língua Portuguesa (PROHPOR). Contactos: +55 71 988594888/ carol.silveira.leite@gmail.com. Faz-se imprescindível, antes de tudo, demonstrar sincera gratidão a quem avaliou/revisou cientificamente este texto pelas notas e indicações bibliográficas sugeridas, que muito enriqueceram as referências, sobretudo no que tange ao contexto histórico da e/imigração.

<sup>1</sup> Frederico Croci (2008:15) defende o contrário ao afirmar que «toda história de emigração começa com uma partida, com uma separação (...)». Essa colocação do autor parece desconsiderar o quanto, majoritariamente, a e/imigração era idealizada como forma de promoção (PEREIRA, 2002), o que fazia com que, desde cedo, jovens fossem incentivados e educados a quererem partir de suas terras. Um processo migratório tende a ter início muito antes de uma partida, considerando os contextos familiares, políticos, sociais e econômicos envolvidos. Era, portanto, comum que muitos portugueses alimentassem, muito antes da viagem, o desejo da mobilidade por motivos diversos, havendo, inclusive, redes de propagandas, divulgação de informações com panfletos, agenciamento e transporte por parte de companhias e empregadores a incentivá-los (MATOS, 2015).

<sup>2</sup> RODRIGUES, 1995.

<sup>3</sup> ROCHA, 2007.

<sup>4</sup> MATOS, 2013b.

de foro privado que revelam aspectos íntimos, cotidianos e, ao mesmo tempo, excepcionais de pessoas comuns e, inclusive, de grupos que costumavam ser generalizados e silenciados nas grandes narrativas, tais como e/imigrantes desafortunados e mulheres.

A recente abertura dos estudos historiográficos, que se deu no século XX através da Nova História Cultural<sup>5</sup>, permitiu a revisão da ideia de que existem sociedades com ou sem cultura, já que o próprio conceito de cultura, antes restrito às produções das elites, passou também a abranger as práticas e representações culturais de quaisquer pessoas, inclusive as práticas de escrita e leitura de analfabetos. É por isso que a História Social da Cultura Escrita, enquanto projeto de investigação interdisciplinar, emerge como uma forma específica de História Cultural, cujo objetivo está na interpretação das práticas do ler e do escrever que envolvem indivíduos em momentos históricos específicos, reconhecendo os lugares sociais que os escritos ocupam em cada contexto de produção, considerando que esses lugares não são os mesmos para todos.

Ainda são poucos os profissionais da área de Letras e Linguística que se dedicam aos estudos em epistolografia como uma das vias de entrada à História Social da Cultura Escrita<sup>6</sup>. Nesse sentido, o que se propõe enquanto metodologia a esta investigação é o diálogo entre áreas distintas e complementares das ciências humanas por meio do cruzamento de perspectivas: a mobilização de micro histórias, a Linguística, a História Cultural, sobretudo, enfatizando a História Social da Cultura Escrita. Além disso, busca-se evidenciar também a relevância das cartas enquanto fontes primárias em perspectiva histórica para então se adentrar a escrita de e/imigrantes portuguesas instaladas no Brasil entre os séculos XIX e XX.

## HISTÓRIA DA CULTURA ESCRITA: ASPECTO SOCIAL, SEUS MÉTODOS E FONTES

Embora a expressão História da Cultura Escrita (HCE) seja relativamente recente, datada da segunda metade da década de 1990, denomina um campo de investigação cujos antecedentes podem ser situados entre paleógrafos, historiadores, antropólogos e linguistas das décadas de 1950 e 1960, que passaram a conceber a escrita sempre em relação com a sociedade que a produz, rompendo, assim, com uma tradição que marcou toda a primeira metade do século XX e que a tratava como signo descontextualizado. Os estudos em HCE surgem da confluência de dois campos que seguiam trajetórias separadas: a história da difusão social da escrita e a história do livro e da leitura<sup>7</sup>.

Mais precisamente a partir da década de 1970, a ideia do que seria uma 'alta cultura' é relativizada, já que o olhar social, que aproxima a História Cultural à Antropologia Moderna, permite então considerar que todo e qualquer indivíduo ou grupo é produtor

---

<sup>5</sup> BURKE, 1992.

<sup>6</sup> Cabe ressaltar o importantíssimo trabalho de Rita Marquilhas da Universidade de Lisboa, linguista e especialista em História da Cultura Escrita, que, entre tantas publicações e investigações desenvolvidas na área, é responsável pelos projetos CARD (Cartas de Desconhecidos) e FLY (Cartas Esquecidas), envolvendo cartas pessoais de Portugal e Espanha.

<sup>7</sup> CASTILLO GÓMEZ, 2003.

e difusor de cultura através de seus discursos, práticas e representações. Desse modo, são práticas culturais

*não apenas a feitura de um livro, uma técnica artística ou uma modalidade de ensino, mas também os modos como, em uma dada sociedade, os homens falam e se calam, comem e bebem, sentam-se e andam, conversam ou discutem, solidarizam-se ou hostilizam-se, morrem ou adoecem, tratam seus loucos ou recebem os estrangeiros*<sup>8</sup>.

A história vista «de cima», que priorizava registros e documentações oficiais, grandes narrativas e personalidades, passou a ser questionada e complementada por histórias que podem ser vistas em diferentes perspectivas: histórias-problema, micro narrativas que, se conjugadas em uma história de longa duração, possibilitam mapeamentos demográficos, econômicos, políticos, linguísticos e sociais muito mais abrangentes.

A HCE, embora dialogue com a Codicologia e com a Paleografia tradicional, vai além da descrição de documentos e da identificação de tipologias gráficas, pois busca interpretar a cotidianidade das práticas sociais do ler e do escrever, sem exclusão dos indivíduos de grupos sociais subalternos ou subalternizados, «algo que normalmente havia passado despercebido, porque os estudos anteriores haviam se centrado preferentemente nos testemunhos escritos vinculados ao poder»<sup>9</sup>.

Ainda no século XX ocorreu uma considerável revolução na Paleografia, antes limitada basicamente a responder «o que», «como», «quando» e «onde» se escreveu algo. Além dessas questões metodológicas, que definem a Paleografia de Leitura e a Paleografia de Análise, a escrita passou a ser considerada a partir de duas novas questões: «quem» e «por que», evidenciando os sujeitos e as motivações das diferentes culturas do escrito<sup>10</sup>. A nova Paleografia, esta Paleografia alargada, que é a própria História Social da Cultura Escrita, amplia, então, seus estudos, ocupando-se das

*relações que se estabelecem, em diversas situações históricas, entre os sistemas de escrita, as formas gráficas e os processos de produção dos testemunhos escritos, por um lado, e as estruturas socioeconômicas das sociedades que elaboram, utilizam e manipulam esses produtos culturais, por outro*<sup>11</sup>.

Dentro desse novo campo de investigação (História da Cultura Escrita ou História Social da Cultura Escrita, como aqui se defende), toda produção escrita de uma sociedade é concebida como fonte, inclusive cartas pessoais de indivíduos, até então anônimos, em contexto de e/imigração. Sendo assim, a análise de dezenove correspondências que aqui se desenvolve busca entender por que razão um diminuto grupo de mulheres fez uso da escrita de cartas em língua portuguesa entre Brasil e Portugal de 1896 a 1929. Tais missivas estão preservadas pelo Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP) no

<sup>8</sup> BARROS, 2005: 131.

<sup>9</sup> CASTILLO GÓMEZ, 2003: 100.

<sup>10</sup> CASTILLO GÓMEZ & SÁEZ, 1994.

<sup>11</sup> CASTILLO GÓMEZ, 2003: 100.

Brasil, como também disponíveis através do acervo digital do *site* do Museu da Imigração (MI) do Estado de São Paulo.

A História Social da Cultura Escrita (HSCE), com suas novas fontes e métodos, permite, então, retirar sujeitos históricos do esquecimento e dar voz a seus escritos, e assim abrir caminhos a outros modos de se conceber a história da *e/imigração* portuguesa entre os séculos XIX e XX.

## E/IMIGRAÇÃO PORTUGUESA E FEMININA: FACES HISTÓRICAS

Apesar de ser um fenômeno de origem antiga, a mobilidade transatlântica com destino às terras brasileiras adquiriu, a partir do século XIX, características novas, passando a ser, então, um constituinte da expansão industrial, dos desenvolvimentos capitalistas e das mudanças no paradigma do trabalho. Nesse sentido, a escolha do Brasil como destino de mobilidade, especificamente, pode ser caracterizada como um «resultado histórico de um encontro entre o sonho individual e uma atitude coletiva»<sup>12</sup>, constituindo, assim, um processo complexo que vai além das questões estritamente econômicas, políticas, étnico-raciais, culturais, religiosas, geográficas, geracionais e de gênero<sup>13</sup>. Fatores como o domínio da língua do país, promessas de fortunas, vínculos familiares e/ou locais foram ponderados por quem decidiu partir.

Quanto às motivações consolidadas, destacam-se a extinção oficial do tráfico de africanos escravizados, em 1850, e a abolição da escravatura, em 1888, o que provocou déficit de mão de obra que precisava ser substituída, sobretudo nas grandes plantações cafezeiras que se expandiram pelo Sudeste e pelo Sul do país. Na passagem para o século XX, a coexistência do trabalho escravo (já ilegal) e do trabalho livre gerou uma progressiva deterioração das relações do trabalho assalariado, fazendo com que muitos contratos fossem análogos a situações servis. Nesse contexto, a política de branqueamento tentou, então, reverter o aspecto mais característico da demografia histórica brasileira: o fato de ser a sua população predominantemente afrodescendente.

Especificamente quanto a Portugal, é preciso lembrar que sua situação sócio-econômico-política não era das mais favoráveis no período, já que se vivia o apogeu da Revolução Industrial nos países europeus e isso levou à mecanização de algumas atividades agrícolas portuguesas, provocando um excedente de trabalhadores no campo e o empobrecimento dos pequenos proprietários rurais. Embora a *e/imigração* portuguesa tenha sido majoritariamente masculina, jovem e individual, o deslocamento familiar e feminino cresceu cerca de 41% entre 1891 e 1919, e 36% de 1910 a 1919<sup>14</sup>, justamente o período que engloba quase todas as cartas que são analisadas nesta investigação. As autoridades portuguesas, que ora reprimiam e ora flexibilizavam as mobilidades<sup>15</sup>, tinham a

<sup>12</sup> PEREIRA, 2002: 9.

<sup>13</sup> CORTI: 2007.

<sup>14</sup> PASCAL, 2005: 155.

<sup>15</sup> Para a economia de Portugal, manter esposa e filhos em suas terras correspondia a maiores possibilidades de retorno do



família (unidade fundamental da organização do trabalho) como centro das preocupações, pois as partidas, além de provocarem o decréscimo demográfico, o envelhecimento da população e a falta de perspectivas matrimoniais, afetavam as remessas de recursos destinados a Portugal<sup>16</sup>.

As portuguesas que partiam ao Brasil nesse período eram, em sua maioria, casadas e estavam aptas ao trabalho. Elas constituíam mão de obra de predileção para cargos de empregadas domésticas por serem consideradas íntegras e honestas, já que sobre as negras e mulatas recaía a discriminação e a desconfiança. As mãos femininas portuguesas no Brasil lutavam por sobrevivência/ascensão e costumavam trabalhar como catadoras nas lavouras de café, como costureiras e bordadeiras, doceiras, lavadeiras e auxiliares de seus esposos nas funções que desempenhassem.

As mulheres casadas que permaneciam em Portugal, enquanto seus esposos estavam no Brasil, contavam com a ajuda de custo enviada pelos homens e/ou esperavam convites e permissões de viagem. Houve diversos casos de abandono – financeiro e/ou afetivo por parte dos que constituíam novas famílias em terras brasileiras e não pretendiam voltar ou sequer chamar suas esposas para perto. Nesse contexto, muitas passaram a viver jornadas duplas e múltiplas, cuidando da casa, dos filhos, quando existiam, da terra e do trabalho. Estes fatos transformaram a região Noroeste de Portugal, por exemplo, no final do século XIX e início do século XX, num território marcadamente feminino, com mulheres consideradas «viúvas de vivos» – deixadas pelos maridos que migraram – e as propriamente solteiras – que tiveram noivados desfeitos pela e/imigração masculina ou que não encontraram parceiros por este mesmo motivo:

*Apesar do sistema de matriarcado existir no Minho como escora fundamental do quotidiano da sociedade minhota devido às deslocações intemporais masculinas, o arquétipo decorrente das linhagens e da fidalguia pela via masculina continuava a impor-se ao nível mental das populações<sup>17</sup>.*

As mulheres que não haviam casado, sobretudo envolvidas em práticas de herança<sup>18</sup>, acompanhavam seus pais nas lavouras: solteiras e/ou celibatárias dificilmente saíam de Portugal, a menos que tivessem casamento acertado no Brasil, já que recaía sobre elas o preconceito e o estigma da prostituição. Algumas delas encaravam a ausência masculina como forma autonomia e de insubmissão reprodutiva ainda que passageira, enquanto outras, embora tivessem incertezas, desejavam e se preparavam para partir e, para que isso fosse concretizado, precisavam de autorização documental. Solteiras ou casadas,

---

patriarca. Além disso, ainda que o e/imigrante português não constituísse, majoritariamente, uma massa que integrasse a elite privilegiada brasileira, a e/imigração ainda era vista como um projeto idealizado de ascensão socioeconômica alimentada pelo 'mito da fortuna', que criava expectativas portuguesas através do 'mito do retorno'.

<sup>16</sup> LOPES, 2001/2002.

<sup>17</sup> REGO, 2011: 5.

<sup>18</sup> PINACABRAL, 1989: p.93. Muitos pais obrigavam as herdeiras a ficarem em sua companhia até que morressem: (até mesmo de maneira indireta, adiando o repasse dos bens a suas filhas): fato que as impediam, na maioria dos casos, de casar em idade mais conveniente.

dependiam de homens para viajar: pais, irmãos, maridos ou pretendentes que autorizassem e/ou financiassem os custos provenientes de sua mobilidade através de cartas. De acordo com a legislação portuguesa, sobretudo através da lei de 25 de abril de 1907<sup>19</sup>, toda mulher, solteira ou casada, que desejasse viajar deveria comprovar a licença através de cartas de chamada e assim requerer seu passaporte.

## CARTAS E CHAMADAS: DO ÍNTIMO AO BUROCRÁTICO

No contexto de e/imigração para o Brasil entre os séculos XIX e XX, apesar de toda sua ancestralidade, a escrita de cartas tornou-se um fenômeno de massa, pois era a única estratégia para se expressar o desejo de minimizar tudo o que a distância era capaz de romper. As correspondências trocadas entre os que partiam e os que ficavam revelavam diferentes cotidianos, projetos, ideias, julgamentos, interesses, sentimentos e sensibilidades, podendo ser mais precisamente definidas como

*fruto do distanciamento e da separação, produto da necessidade de comunicação à distância, resultado da tentativa de anular as distâncias e, ao mesmo tempo, testemunho e prova da laceração em curso, além de veículo das transformações futuras<sup>20</sup>.*

É possível classificar, de acordo com as investigações de Oswaldo Truzzi e Maria Izilda Matos<sup>21</sup>, diferentes tipos de epístolas trocadas por e/imigrantes (homens e mulheres) portugueses nesse período: cartas rituais (através das quais se comunicavam mortes, nascimentos, casamentos, batizados...); cartas informativas (em que se transmitiam notícias mais cotidianas que não fossem rituais); cartas sentimentais (de aspecto mais íntimo, de amor, de saudade...); cartas literárias (textos com interesse estético e para leitura pública); cartas de negócios (com informativos referentes a empregos e/ou dinheiro) e as cartas de chamada (que chamavam amigos, parentes e conhecidos para também e/ imigrarem).

As cartas de chamada surgiram através das exigências burocráticas estatais que visavam a transformar os fluxos migratórios para o Brasil num processo menos desorganizado e desenfreado<sup>22</sup>. Essas missivas, que eram endereçadas por amigos ou familiares com os quais se juntaria quem fosse e/imigrar, eram incluídas à documentação de pedido de passaporte/visto em Portugal e deveriam ser registradas em cartórios, reconhecendo assim sua legitimidade através de assinaturas e testemunhas. Por essas razões, as missivas consideradas de chamada mesclavam aspectos íntimos e, ao mesmo tempo, de interesse

---

<sup>19</sup> Esta lei valia também aos menores de idade. Quando o marido não enviava uma carta de chamada à esposa ou filho menor, por não saber escrever ou por outras razões, eram aceitas declarações de familiares ou de pessoas com prestígio religioso que autorizassem as viagens.

<sup>20</sup> CROCI, 2003: 308-309.

<sup>21</sup> TRUZZI & MATOS, 2015: 260.

<sup>22</sup> PEREIRA, 2002. Entre a segunda metade do século XIX e a primeira metade do XX, a imigração foi muito incentivada por parte do governo brasileiro, enquanto que, nos primeiros anos da Era Vargas, passou então a ser restrita e, por isso, as cartas constituíram importante estratégia para contornar a suspensão de emissão de vistos a portugueses.

do Estado.

Segundo pesquisas de Frederico Croci<sup>23</sup>, as cartas de chamada podem ser separadas em dois grandes grupos: i) cartas privadas, majoritariamente manuscritas, que serviam como prova de vínculo familiar e disposição da família em receber o parente e ii) cartas oficiais, geralmente impressas ou datiloscritas, que mais pareciam formulários que deviam ser preenchidos com as informações pessoais e profissionais do(a) e/imigrante. Até 1930, houve considerável fluxo de correspondências privadas para chamadas, embora, através do Decreto-lei nº 7427 (30 de Março de 1921), seu uso tenha sido substituído por formulário impresso, ou seja, documentação de cunho oficial redigida por interventores federais<sup>24</sup>.

As cartas de chamada de cunho oficial, ainda de acordo com o referido autor, podem ser divididas em três grandes grupos a) os formulários impressos que eram preenchidos nos consulados, de acordo com a nacionalidade do solicitante; b) os redigidos pelas inspetorias de e/imigração a pedido de quem chamava, os quais eram enviados ao país de origem do e/imigrante; e, por fim, c) os documentos redigidos pelas prefeituras dos países de origem do e/imigrante, visando a não objeção ao embarque e desembarque do indivíduo a viajar. Tais correspondências – tanto oficiais, quanto pessoais/privadas – deviam ser entregues, juntamente com outros documentos em vigência, aos funcionários da Inspeção de Imigração pelos e/imigrantes que desembarcavam nos portos e, em seguida, depositadas com outros documentos na hospedaria. A antiga Hospedaria dos Imigrantes<sup>25</sup> em São Paulo transformou-se no Museu da Imigração e é por isso que as cartas analisadas nesta investigação estiveram por lá até que, a partir de 2015, passaram a ser preservadas pelo Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP).

O APESP abriga hoje um pouco mais de mil e quinhentas cartas de chamada de cunho oficial e pessoal, em diversas línguas, sendo a maior parte nas línguas italiana, portuguesa e espanhola<sup>26</sup>. Existem quinhentas e vinte duas missivas consideradas de chamada, em língua portuguesa, e, embora tal acervo pareça pequeno, tendo em vista o número de mais de 1,7 milhão de portugueses que entraram no Brasil entre 1851 e 1960<sup>27</sup>, é muito expressivo e revelador. Diante do exposto, se a escrita de cartas de chamada no contexto e/imigração foi historicamente protagonizada por homens que convidavam amigos, familiares e esposas/pretendentes a viajar, por que razão mulheres teriam escrito cartas de chamada? É preciso agora, então, conhecer e discutir esta documentação, que

<sup>23</sup> CROCI, 2008: 25-29.

<sup>24</sup> MENDES, 2011: 253.

<sup>25</sup> A Hospedaria dos Imigrantes em São Paulo foi fundada entre 1887 com o objetivo de dar abrigo a quem chegava em São Paulo. Nela, os imigrantes poderiam permanecer por até oito dias: tempo para que entrassem em contato com possíveis (ou já acertados) empregadores, familiares e amigos, para então se instalarem de forma efetiva em terras brasileiras (SORAIA & PAIVA, 2008). Em razão de estar integrada a diferentes departamentos, inspetorias, secretarias e organizações, a Hospedaria abrigou e produziu muita documentação que hoje serve de fonte a pesquisadores de diversas áreas: listas de bordo dos vapores, jornais, iconografias, registros de matrícula e as correspondências que aqui são exploradas. Depois de servir de sede a diferentes setores ligados à política e à economia do país, em 1993 passou então a ser o Museu da Imigração do Estado de São Paulo.

<sup>26</sup> De acordo com o Inventário do Memorial do Imigrante (2015), produzido pelo APESP, existem 1.512 cartas de chamada em seu acervo, separadas em trinta caixas, com código de referência 3S3.

<sup>27</sup> RIBEIRO, 1995: 241-242.

foi majoritariamente assinada por mãos masculinas, para então compreender as práticas e representações das cartas assinadas por mulheres.

## CARTAS QUE CHAMAVAM E MULHERES QUE ESCREVIAM

No acervo digital do Museu da Imigração (MI) do Estado de São Paulo, há um setor designado como ‘cartas de chamada’ e nele é possível encontrar quinhentos e vinte dois documentos em língua portuguesa, redigidos entre 1896 e 1929 e agrupados em diferentes tipos, conforme ilustrado pelo quadro a seguir.

**Quadro 1** – Distribuição tipológica de cartas de chamada em língua portuguesa a partir do acervo digital do MI<sup>28</sup>

TIPOLOGIAS	QUANTIDADE
Certificados	304
Correspondências	111
Declarações	53
Atestados	53
Autorizações	1

Como se pode ver, entre as ditas «cartas de chamada», incluíram-se não apenas cartas/correspondências, mas outros tipos de documentos. Nos parâmetros de classificação de cartas de chamadas oficiais, já apresentados anteriormente neste texto através das ideias de Frederico Croci, enquadram-se então os certificados, as declarações, os atestados e autorizações, que são documentos mais formais, na maioria, datiloscritos ou impressos, com trechos a serem preenchidos de forma manuscrita. As cento e onze correspondências, por sua vez, são cartas de chamada pessoais/privadas, majoritariamente manuscritas, dentre as quais dezenove possuem exclusivamente assinaturas de nomes de mulheres, o que faz supor que elas escreveram tais cartas ou que, pelo menos, pediram a alguém que as escrevesse.

É muito provável que as dezenove missivas pessoais com assinaturas de nomes de mulheres aqui retratadas, redigidas em língua portuguesa, tenham efetivamente funcionado como «cartas de chamada». Nem todas, contudo, fazem chamamentos diretos e/ou indiretos e, por isso, podem receber outras denominações, conforme ilustrado cronologicamente no quadro seguinte.

<sup>28</sup> Disponível em: <<http://www.museudaimigracao.org.br/>>.

**Quadro 2** – Inventariação ilustrativa das cartas de chamada em língua portuguesa assinadas por nomes femininos a partir do acervo digital do MI<sup>29</sup>

<b>Cód.</b>	<b>O quê?</b>	<b>Quem?</b>	<b>Quando?</b>	<b>Onde?</b>	<b>Para quem?</b>	<b>Por quê?</b>
019	Carta Informativa	Maria Emilia	4 de setembro de 1911	Chainça/Leiria/Portugal	Irmão	Mandar notícias a seu irmão Manuel e pedir que ele envie cartas com notícias.
611	Carta de Chamada	Luli	16 de janeiro de 1912	Campinas/São Paulo/Brasil	Mãe	Enviar uma quantia em dinheiro junto à carta, preparar a mãe para a tristeza que ela encontrará no Brasil quando vier devido ao estado de agressividade em que encontra seu esposo.
136	Carta Informativa	Maria Fernandes	7 de julho de 1912	Sandim/Vila Nova de Gaia/Portugal	Manoel	Informar que recebeu uma carta do Manoel e que pretende ir ao seu encontro no Brasil.
572	Carta de Chamada	Ernestina dos Anjos Pinta	29 de julho de 1912	São Paulo/Brasil	Mãe	Acalmar o receio da mãe em vir ao Brasil e pedir que viesse depressa, no Brasil não falta trabalho.
612	Carta de Chamada	Elvira Lopes	7 de setembro de 1912	São Paulo/Brasil	Irmão	Dar notícias e informar que até o final do mês mandaria as passagens para ele e para seu sogro.
575	Carta Ritual/Luto	M(aria) Domingas da Silva	14 de setembro de 1912	São Paulo/Brasil	Pai	Informar que tomou ciência da morte da mãe e que vai arcar com alguns gastos decorrentes desse evento.
243	Carta de Chamada	Clara Marques	1º de abril de 1913	Campinas/São Paulo/Brasil	Tio	Pedir ao tio que a informe acerca da sua chegada ao Brasil.
242	Carta de Chamada	Maria da Encarnação Baptista	8 de maio de 1913	Santos/São Paulo/Brasil	Esposo	Pedir ao marido que fosse buscá-la, pois a distância e a ausência dele já não são aceitáveis.
184	Carta de Chamada	Maria Augusta Pinto	20 de setembro de 1913	Tayaçu/Brasil	Mãe	Pedir que a mãe fosse visita-la, dando recomendações e tranquilizando-a em relação à viagem.
690	Carta de Chamada	Maria do Carmo	15 de janeiro de 1914	Piratininga/São Paulo/Brasil	Pai	Justificar não poder ir visitar o pai em Portugal por causa da farmácia, seu negócio e pedir que o pai venha ao seu encontro.
530	Carta Informativa	Clotilde Duarte Gomes	26 de julho de 1918	Rio Grande/Rio Grande do Sul/Brasil	Pai	Informar, com ânimo nas palavras, que se casou com Cândido Souza.
435	Carta Ritual	Maria Augusta	15 de abril de 1919	São Paulo/Brasil	Mãe	Pedir para a mãe enviar-lhe um chale e também pedir que celebre missas para alguns mortos.
438	Carta de Chamada	Dioguina	10 de maio de 1919	Santos/São Paulo/Brasil	Pai	Dar notícias aos parentes e animar o pai sobre sua vinda ao Brasil.

<sup>29</sup> Disponível em: <<http://www.museudaimigracao.org.br/>>.

Cód.	O quê?	Quem?	Quando?	Onde?	Para quem?	Por quê?
896	Carta de Chamada	Rosa	10 de agosto de 1921	Curytiba/ Paraná/ Brasil	Mãe	Mandar dinheiro, pedir que sua mãe tire o passaporte em Lisboa, alertar sobre roubos por parte dos corretores de passagens e informar que vai esperá-la em Santos.
1089	Carta de Chamada	Laudencia Marcelina	24 de julho de 1922	São Paulo/Brasil	Norverto	Comunicar sobre preços de passagens e o desemprego no Brasil, além de mandar notícias.
955	Carta Ritual	Irene Capucci	26 de outubro de 1922	DousCorregos/ São Paulo/Brasil	Avós	Dar notícias e informar sobre o batizado de seu filho, além de expressar saudades.
1154	Carta de Chamada	Arvina Valente	2 de abril de 1923	Vacaria/ Rio Grande do Sul/Brasil	Pai	Convidar seu pai para o Brasil, embora deixe evidente que o país não está bem por causa da guerra.
1272	Carta de Chamada	Rosa Rosatelli	8 de abril de 1924	Campinas/ São Paulo/Brasil	Esposo	Dar instruções da viagem de retorno do marido, informar que comprou uma casa e já se mudou, dar notícia e dizer que vai esperá-lo.
1367	Carta Informativa	Ismenia L de Brito	3 de agosto de 1925	Pelo(s)tas/ Rio Grande do Sul/Brasil	Esposo	Mandar notícias, sobretudo, dos imóveis que eles possuem, além de informar a morte de um amigo.

Antes de seguir a investigação dessas cartas de chamada, é preciso ressaltar dois aspectos. Primeiro, o fato de essas correspondências estarem em língua portuguesa leva, inicialmente, a deduzir que suas remetentes seriam portuguesas, já que, nos campos de pesquisa preenchidos pelo *site* do Museu da Imigração, não há definição quanto à nacionalidade de quem as enviava. São necessárias, contudo, ressalvas quanto às cartas de Irene Capucci (N.º 955) e Rosa Rosatelli (N.º 1272), que, embora redigidas em português, foram assinadas com sobrenomes italianos, devendo, portanto, ser consideradas de e/imigrantes da Itália (ou de descendentes de e/imigrantes de italianos já nascidas no Brasil) e não de Portugal. Além disso, Irene Capucci refere-se aos avós, carinhosamente, chamando-os de «nono» e «nona»<sup>30</sup>, que são formas de tratamento peculiares à língua italiana e, quanto a outros vestígios, junto com a carta de Rosa Rosatelli, há um envelope endereçado a Roma/Itália. Por essas razões, embora incluídas no quadro pela questão do idioma, é coerente passar a considerar então apenas dezessete cartas de portuguesas. Segundo, é preciso salientar que estas missivas foram escritas, majoritariamente, em São Paulo e, pelo fato de estarem em língua portuguesa, considerou-se que estavam destinadas a Portugal. As cartas de Maria Emília (N.º 019) e Maria Fernandes (N.º 136), no entanto,

<sup>30</sup> Cabe ressaltar que, segundo as normas vigentes, os termos «avó» e «avô», em italiano, são grafados como «nonna» e «nonno».

foram escritas em terras portuguesas – Chainça e Sandim, respectivamente – para Manuel, o irmão de Maria Emília, e para Manuel, cujo grau de parentesco com Maria Fernandes não foi possível identificar. Não se sabe, portanto, quais são suas histórias individuais: se essas duas missivas chegaram a terras brasileiras através de malas postais dos vapores<sup>31</sup>, ou se vieram nas mãos dessas mulheres que podem ter sido autorizadas a desembarcar no Brasil por meio da comprovação de vínculos através de tais cartas. Diferentemente das escritas por italianas, as duas cartas escritas em Portugal permanecem no *corpus* a ser analisado.

A partir das informações extraídas dessas correspondências, é preciso rever o que está sendo classificado como cartas de chamada. Segundo a classificação de cartas proposta pelos pesquisadores Oswaldo Truzzi e Maria Izilda Matos, antes referidos, estariam fora das cartas de chamada as cartas rituais, as cartas informativas, as cartas sentimentais, as cartas literárias e as cartas de negócios<sup>32</sup>. Aqui se propõe, então, uma nova compreensão e, conseqüentemente, uma nova classificação das cartas de chamada privadas em dois grupos: i) cartas de vínculos – correspondências rituais, informativas, de negócios, sentimentais ou literárias que serviram para comprovar laços familiares e/ou profissionais, podendo funcionar como cartas de chamada; ii) cartas de chamamentos – correspondências que, embora possam trazer outros aspectos em seus conteúdos, centram-se em convidar alguém, direta ou indiretamente, a e/imigrar. Considerou-se, portanto, como cartas de chamamento tanto as correspondências que fazem convites explícitos, como as que evidenciam instruções de viagem, expressões de expectativa pela chegada de alguém, envio de dinheiro para passagens e outras recomendações relacionadas à travessia.

As recomendações mais comuns nas onze cartas classificadas como sendo efetivamente de chamamento são as de cuidado, ora para prevenir roubos por parte de corretores que se aproveitavam de leigos em relação a documentos e bilhetes de acesso a vapores, como em «É nessesario ter muito cuidado com as compras das passages com os corrector costumam roubar de quem não conhesse...»<sup>33</sup>; ora para tentar desfazer o medo da travessia, conforme expresso em «Vessamecê não tenha medo do vapor (...) o navio é como uma casa com bons coartos e logar para sedestair... »<sup>34</sup>.

Nas outras seis correspondências que não fazem chamamentos, portanto cartas de vínculos, são comuns notícias, perguntas a respeito da saúde de amigos, parentes e conhecidos, e destaca-se, dentre estas, uma carta de luto (N.º 575) que, embora seja ritual, difere das demais por ser muito entristecida, pedindo a remetente que seu pai celebre missas pela alma de sua mãe, que aceite ajuda com os custos do funeral e que lhe conte, através de uma carta de resposta, tudo que houve com ela: «(...) eu pesulhe por alma de minha carinhoza Mãi que me dequclare tudo como foi a morte della...»<sup>35</sup>.

31 CASTILLO GÓMEZ, 2012: 610. No caso da produção epistolar, é preciso considerar os avanços que aconteceram na Idade Moderna no que diz respeito à organização dos correios através dos vapores como fatores de difusão da escrita.

32 MATOS, 2015: 60.

33 Carta de 10 de agosto de 1921. N.º 896.

34 Carta de 20 de setembro de 1913. N.º 184.

35 Carta de 14 de setembro de 1912. N.º 575.

Para além da nova compreensão proposta, das cartas de chamada pessoais/privadas como sendo cartas de vínculos ou cartas de chamamentos, há conteúdos, expressões e aspectos recorrentes, na maioria das dezessete missivas, a serem evidenciados aqui. O aprofundamento a tais questões, assim como a inserção de outras que venham a surgir, integrará uma dissertação de mestrado em curso que, à luz da História Social da Cultura Escrita, analisará todas as cento e onze correspondências (de homens e mulheres) do acervo digital já exposto.

Primeiramente, é comum que tais missivas mencionem outras e façam exigências de retorno por escrito com brevidade. Por isso, não é raro encontrar queixas, retratações, expressões de ansiedade pela demora nas respostas das cartas, assim como palavras de conforto pelo recebimento das mesmas: «(...) que me escrevas quanto mais escreve melhor serve por que eu em me faltando uma carta parece até que me falta saude»<sup>36</sup>. A metalinguagem, nessas situações, evidencia como as práticas de escrita de cartas geram representações<sup>37</sup> a respeito da própria escrita de cartas no contexto de e/imigração. Ler e escrever correspondências foram, portanto, atividades de aproximação, de alento e de sensibilidades, sobretudo ligadas a um termo muito particular da língua portuguesa, que é a «saudade», como se observa em «(...) a vossa ultima carta trouxe-me alento...»<sup>38</sup>, como também em «Recebi tua carta (...) por hoje não sou mais extensa (...) e com esta [frase] termino esta [carta] recebe um coração saudoso e um apertado abraço...»<sup>39</sup>.

Outro aspecto de importante relevância é a hipótese de delegação da escrita dessas correspondências. Devido à ampla margem de analfabetos e semianalfabetos<sup>40</sup>, sobretudo no que tange às mulheres, era comum que, pela necessidade de se comunicar por cartas, recorressem a intermediários para a escrita e leitura das mesmas. Trocar cartas tornou-se uma prática de difusão de novos indicadores de comunicação e expressão escrita, ainda que esta escrita fosse delegada, como fica explicitamente evidente em três das cartas analisadas: «Mandeí lançar de mão na caneta para saber...»<sup>41</sup>; «Com muito gosto mandei lançar a mão à pena sómentes para saber da sua saude pois a nossa, fica sendo boa, graças a Deus para sempre»<sup>42</sup>; «Com muito gosto mandei lançar mão apenas somentes para saver...»<sup>43</sup>. Nas outras cartas, em que não foram encontradas expressões semelhantes a estas três citadas, a delegação da escrita não é uma possibilidade descartada e, por isso, observou-se a grafia das letras, como também possíveis divergências em seus traçados que pudessem indicar que quem escreveu o texto não foi quem o assinou. A menos que a mulher remetente da carta tenha pedido a alguém para escrever o texto e também tenha pedido que esse alguém assinasse em seu lugar por não saber fazer isto, provavelmente

<sup>36</sup> Carta de 04 de setembro de 1911. N.º 19.

<sup>37</sup> CHARTIER, 1990.

<sup>38</sup> Carta de 15 de janeiro de 1914. N.º 690.

<sup>39</sup> Carta de 3 de agosto de 1925. N.º 1367.

<sup>40</sup> KREUTZ, 2000. Os e/imigrantes portugueses que chegaram ao Brasil entre 1908 e 1932 tinham tradições escolares diversificadas, considerando as localidades de onde partiam, da faixa etária, entre outros fatores e, em média, seu percentual de alfabetizados era de 51,7%; dados concluídos a partir das entradas de passageiros pelo porto de Santos (São Paulo).

<sup>41</sup> Carta de 8 de maio de 1913. N.º 242.

<sup>42</sup> Carta de 29 de julho de 1912. N.º 572.

<sup>43</sup> Carta de 24 de julho de 1922. N.º 1089.



essas cartas foram mesmo escritas pelas próprias remetentes, já que não foram encontradas/observadas diferenças entre as letras dos textos e as letras das assinaturas.

No que tange aos aspectos linguísticos dessas cartas de chamada, destaca-se a frequência de traços da oralidade, como a repetição excessiva do vocativo. Além disso, algumas palavras parecem ter sido escritas o mais próximo possível do que se falava, como o verbo ‘dezijares’ (desejares) e o substantivo ‘passaiji’ (passagem)<sup>44</sup>. Entre as dezessete, cinco correspondências apresentam um português escrito que revela marcas fonéticas, como betacismo, característico das regiões do Norte de Portugal, conforme fica evidente através do quadro a seguir.

**Quadro 3** – Ocorrências de betacismo em cartas de chamada assinadas por nomes de mulheres entre (1896-1929)<sup>45</sup>

Código Carta	‘V’ em lugar de ‘B’	‘B’ em lugar de ‘V’
136	recevi por recebi savia por sabia saver por saber voua por boa receve por recebe vréve por breve	bapôr por vapor bai por vai bou por vou
575	reçevemós por recebemos resevemós por recebemos reseverpor receber saviamós por sabíamos saver por saber emvaração por embaraço	bamos por vamos estabá por estava biajem por viagem bestida por vestida bestiu por vestiu bendere por vender banha por venha boume por vou-me
242	-	benturapor ventura
184	-	abidopor havido
1089	saver por saber recevi por recebi	

Em *bendere*, por exemplo, há um apoio vocálico para a realização de um /r/ vibrante, tipicamente do português europeu e *banha*, com um abaixamento da vogal /e/ para /a/, também característico, o que faz supor que se trata de uma carta escrita por uma portuguesa de fato, ou então delegada a um português que a escrevesse. Diante da frequente ausência de informações sobre o destino dessas cartas e a respeito da origem geográfica de quem as escreveu, é preciso enfatizar a contribuição da Linguística para a confirmação da hipótese de que a maior parte dos e/imigrantes portugueses que vieram ao Brasil nesse período eram do Norte de Portugal.

<sup>44</sup> Carta de 8 de maio de 1913. N.º 242.

<sup>45</sup> Disponível em: <<http://www.museudaimigracao.org.br/>>.

O último aspecto a ser pontuado nesta breve investigação é também de grande relevância: quase todas as cartas se destinavam a parentes de primeiro grau – pai, mãe, esposo e irmãos –, sendo exceções duas cartas que se destinaram a nomes masculinos, sem especificar grau de parentesco, e outra que se destinou ao tio de quem escreveu. Os pais e as mães que eram chamados nas cartas não visavam à mobilidade internacional para fins profissionais e sim pessoais e afetivos. Maria Augusta Pinto (N.º184), em sua correspondência, precisou argumentar para tentar convencer sua mãe a ir ao seu encontro, alegando que no Brasil ela estaria livre de trabalho e poderia voltar a Portugal quando quisesse, como fica claro em «Vossamece não vem para trabalhar, é para estar em casa e se quiser voltar pode...»<sup>46</sup>.

Em nenhuma destas correspondências analisadas mencionou-se a viagem de algum(a) filho(a) dessas mulheres para o Brasil como objetivo de escrita. Isso faz supor que, se existiam, seu(s) filho(s) já estivessem no Brasil, visto que são mencionados vendas e aluguéis de imóveis, compras de casas, e mudanças de cidade: o que permite subtender que estas mulheres não eram recém chegadas ao país, pois já estavam minimamente instaladas/estabilizadas a ponto de chamarem seus entes queridos. Poucas cartas dão notícias de filhos que estavam na companhia das mulheres que escrevem e, quando isso ocorre, chamam a mãe e/ou o pai da remetente para o batizado ou aniversário de seu(s) neto(s).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta investigação de cartas escritas por mulheres traz à tona o papel ativo por elas desempenhado no fluxo de entrada de pessoas adultas e idosas no Brasil: e/imigrantes portugueses que eram chamados não por terem propostas de emprego ou que sonhassem com a ascensão social através da agricultura e do comércio brasileiro, mas sim que estavam a viajar unicamente pela reunificação familiar. Essa conclusão, em particular, é a mais reveladora, já que se generaliza a e/imigração portuguesa ao Brasil, entre os séculos XIX e XX, como busca por promoção social e econômica.

É preciso dizer, então, que as ideias desenvolvidas, à proporção que tentam responder a questões sobre mobilidades femininas e suas motivações para escrever cartas, fazem com que tantos outros questionamentos linguísticos, históricos e, sobretudo, culturais fiquem a surgir. Isto evidencia o potencial que as correspondências de chamada possuem para além de seus aspectos materiais, e isso deve incentivar diversas pesquisas das ciências humanas que, de maneira interdisciplinar, como proposto pela História Social da Cultura Escrita, devem ser complementares umas das outras. Nesse sentido, o que aqui se propôs como nova classificação das cartas de chamadas privadas, como sendo cartas de vínculos ou cartas de chamamentos, busca auxiliar pesquisadores em suas investigações sobre epistolografia em contexto de e/imigração em perspectiva histórica, considerando, acima de tudo, a funcionalidade sociocultural desses gêneros textuais e de suas tipologias.

---

<sup>46</sup> Carta de 20 de setembro de 1913. N.º 184.

Por fim, mesmo com as dificuldades que recaem sobre os investigadores, relacionadas à fragmentação, irregularidade ou ausência documental, ainda que através de um diminuto conjunto de missivas de mulheres, foi possível aproximar-se de suas trajetórias individuais, que confirmam aspectos já defendidos pela historiografia coletiva luso-brasileira, assim como evidenciam motivações de escrita e razões de viagens bem particulares.

## FONTES

Cartas de chamada – *Acervo digital do Museu da Imigração (MI) do Estado de São Paulo*. Caixa s.n. Cód. S3S – *Arquivo Público do Estado de São Paulo*. Disponível em: <<http://www.inci.org.br/acervodigital/cartas.php>> [Consulta realizada em 22/05/2017].

## BIBLIOGRAFIA

- BAGANHA, Maria Ioannis (2009) – *Migração transatlântica: uma síntese histórica*. Desenvolvimento econômico e mudança social. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- BARROS, José D'Assunção (2005) – *A história cultural e a contribuição de Roger Chartier*. In: *Diálogos. DHI/PPH/UEM*, vol. 9, n. 1, p. 125-141.
- BASSANEZI, M. Silvia (2008) – *Repertório de legislação brasileira e paulista referente à imigração*. São Paulo: EDUNESP.
- BURKE, Peter, org. (1992) – *A escrita da história: novas perspectivas*. 2ª edição. São Paulo: Editora da UNESP.
- CASTILLO GÓMEZ, Antônio (2002) – *‘Como o polvo e o camaleão se transformam’: modelos e práticas epistolares na Espanha moderna*. In: BASTOS, Maria Helena Camara; CUNHA, Maria Teresa Santos; MIGNOT, Ana Chrystina Venâncio, coord. – *Destinos das letras: história, educação e escrita epistolar*. Passo Fundo: UPF.
- CASTILLO GÓMEZ, Antonio (2003) – *Historia de la cultura escrita: ideas para el debate*. Revista brasileira de história da educação, vol. 3, p. 96-124.
- CASTILLO GÓMEZ, Antonio; SÁEZ, Carlos (1994) – *Paleografía versus alfabetización. Reflexiones sobre historia social de la cultura escrita*. In: *Revista de Historia de la Cultura Escrita*. Universidad de Alcalá de Henares, vol. 1. p. 133-168.
- CHARTIER, Roger (1990) – *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: DIFEL.
- CORTI, Paola (2007) – *Storia delle migrazioni internazionali*. Roma: Editori Laterza.
- CROCI, Frederico (2008) – *O chamado das cartas: migrações, cultura e identidade nas cartas de chamada dos italianos no Brasil*. Revista Locus, vol. 14. p. 13-39.
- GALVÃO, Ana Maria (2010) – *História da cultura escrita: tendências e possibilidades de pesquisa*. In: *Cultura escrita e letramento*. Belo Horizonte, Minas Gerais: UFMG.
- GOMES, Angela de Castro (2004) – *Escrita de si escrita da história*. Rio de Janeiro: Editora FGV. p. 218-248.
- LOPES, Maria Antônia (2001/2002) – *Emigração e população em finais do século XIX. A miragem do Brasil no concelho da Meda (1889-1896)*. In: *Revista Portuguesa de História*. tomo XXXV. p. 389-419.
- MATOS, Maria Izilda Santos de (2002) – *Cotidiano e cultura*. Bauru: EDUSC.
- \_\_\_\_ (2013a) – *Escrita e Mobilidades: Possibilidades de Pesquisa e perspectivas didáticas (Portugal e Brasil)*. In: RODRIGUES, Henrique; PORTUGUÊS, Ernesto, coord. – *Escritas Privadas da Mobilidade e da Guerra*. Monção: Câmara Municipal de Monção, p. 39-58.
- \_\_\_\_ (2013b) – *Escritos e deslocamentos: cartas, correspondências e mensagens trocadas entre portugueses (São Paulo-Portugal, 1890-1950)*. In: ARRUDA, José Jobson de Andrade; FERLINI, Vera Lucia Amaral; MATOS, Maria Izilda Santos de; SOUZA, Fernando, coord. – *De colonos a imigrantes: I(E)migração portuguesa para o Brasil*. São Paulo, Alameda. p. 49-65.

- MENDES, José Sacchetta Ramos (2010) – *Laços de sangue; privilégio e intolerância à imigração portuguesa no Brasil*. Porto: CEPESSE.
- MIRANDA, Sacuntala de (1993) – *A emigração portuguesa e o Atlântico 1870-1930*. In: *Emigração e Imigração nos séculos XIX-XX*, coord. Miriam Halpern Pereira, et al. Algés: Fragmentos.
- MOURA, Soraya; PAIVA, Odair da Cruz (2008) – *Hospedaria de Imigrantes de São Paulo*. São Paulo: Paz e Terra.
- PASCAL, Maria Aparecia Macedo (2005) – *Portugueses em São Paulo: A face feminina de Imigração*. São Paulo: Expressão&Arte Editora.
- PEREIRA, Miriam Halpern (1983) – *Livre-câmbio e desenvolvimento económico. Portugal na segunda metade do século XIX*. Lisboa: Sá da Costa.
- \_\_\_\_ (2002) – *A Política portuguesa de emigração (1850-1930)*. Bauru: EDUSC; Portugal: Instituto Camões.
- PETRUCCI, Armando (1999) – *Historia de la escritura e historia de la sociedad (1989)*. Valencia, Universitat de València: Seminari Internacional d'Estudis sobre la cultura escrita.
- \_\_\_\_ (2003) – *La ciencia de la escritura: primera lección de paleografía*. Buenos Aires: FCE.
- PINACABRAL, João de (1989) – *Filhos de Adão, Filhas de Eva. A visão do mundo camponesa no Alto Minho*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- REGO, Aurora Botão (2011) – *A Família e o papel da Mulher na reprodução social. O caso de Gontinhães (1828/1919)*. In: *Família, Espaço e Património*. SANTOS, Carlota, coord. Porto: CITCEM. p. 75-93.
- RIBEIRO, Darcy (1995) – *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.
- ROCHA, Andréa Crabée (1965) – *A epistolografia em Portugal*. Coimbra: Livraria Almedina.
- ROCHA, Ilana Peliciari (2007) – *Imigração Internacional em São Paulo: Retorno e Reemigração, 1890-1920*. São Paulo: Universidade de São Paulo. Departamento de História. Tese de doutoramento.
- RODRIGUES, Henrique Fernandes (1995) – *Emigração e Alfabetização: O Alto-Minho e a Miragem do Brasil*. Governo Civil de Viana do Castelo.
- \_\_\_\_ (2003) – *Alto-Minho no século XIX, Contextos Migratórios Sócio-Culturais e Familiares*, tomo I. Porto: FLUP.
- ROWLAND, Robert (1997) – *Brasileiros do Minho: emigração, propriedade e família*. In: BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti, coord. – *História da Expansão Portuguesa*. v. 4, Lisboa, Círculo de Leitores, p. 324-347.
- SARMENTO, Carmem de Moraes (1999) – «Minha querida marida»: *subsídios para o estudo da família emigrante através das cartas de chamada 1890-1914*. In: *Actas do Congresso Maia, história regional e local*. p. 285-96.
- SERRÃO, Joel (1977) – *A emigração portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte.
- SIGNORINI, Inês, org. (2001) – *Investigando a relação oral/escrito e as teorias do letramento*. Campinas: Mercado de Letras.
- SILVA, Brasilina Pereira da (2014) – *Cartas de Chamada: A dimensão familiar da emigração Sernancelhe no início do século XX*. Porto: CEPESSE.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da – (1992) *Documentos para a História da Imigração Portuguesa no Brasil, 1850-1938*. Rio de Janeiro: Federação das Associações Portuguesas e Luso-Brasileiras.
- TRUZZI, Oswaldo; MATOS, Maria Izilda Santos de (2015) – *Saudades: sensibilidades no epistolário de e/ imigrantes portugueses (Portugal-Brasil 1890-1930)*. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, vol. 35, n. 70. p. 257-277. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1590/1806-93472015v35n70011>> [Consulta realizada em 09/05/2017].

# EMIGRAÇÃO DO ALTO MINHO E A SAUDADE NAS ESCRITAS FAMILIARES DE OITOCENTOS

HENRIQUE RODRIGUES\*

**Resumo:** Neste texto sobre emigração oitocentista, deslocamentos documentados com passaportes emitidos no distrito de Viana do Castelo, no século XIX, apresentaremos alguns elementos quantitativos sobre mobilidade, onde as variáveis relativas ao sexo, estado civil, idade, literacia e distribuição por anos têm lugar de destaque, enquanto perspectiva demográfica. Partindo dos Livros de Registos de Passaportes do Arquivo do Governo Civil de Viana (AGC), organizámos os dados dos movimentos com um só passaporte, separando os casos de reembarque e segundas saídas. Feita a primeira abordagem, recorreremos às correspondências, escritas banais existentes nos processos de passaportes, e fizemos uma análise à problemática da saudade da gente anónima, observada a partir da perspectiva do emigrante. Pretendemos ver o que representa esse sofrimento, que aflige quem está separado dos seus, o Eu e o Outro, e como se comunicavam estes desterrados para quem a carta era o elo de uma corrente de afectos.

**Palavras-chave:** Emigração; literacia da mobilidade; correspondência; saudade.

**Abstract:** In this text on nineteenth-century emigration, documented displacements with passports issued in the district of Viana do Castelo in the nineteenth century, we will present some quantitative elements on mobility, where the variables related to gender, marital status, age, literacy and distribution for years have a prominent place, As a demographic perspective. Starting from the Passport Records Books of the Viana Civil Government Archive (AGC), we organized the movement data with a single passport, separating the cases of re-embarkation and second exits. After the first approach, we used the banal written correspondence in passport processes, and analyzed the problem of the longing for anonymous people, observed from the perspective of the emigrant. We want to see what this suffering represents, which afflicts those who are separated from theirs, the Self and the Other, and how these exiles communicated to whom the letter was the link of a chain of affections.

**Keywords:** Emigration; mobility literacy; correspondence; saudade.

## REPRESENTAÇÕES MIGRATÓRIAS OITOCENTISTAS<sup>1</sup>

O Alto Minho, área correspondente ao distrito de Viana do Castelo, composto actualmente por dez municípios, em 1835, era constituído por 31 pequenos concelhos<sup>2</sup>, mas rapidamente se formaram espaços maiores, com as várias reformas administrativas. As fontes seriais, existentes no arquivo do Governo Civil de Viana do Castelo (AGC), dão-nos informação sobre a área e a população, por ano, a partir de 1837<sup>3</sup>, data em que teria 179.897 almas, ou seja tinha uma densidade populacional de 81 habitantes por km<sup>2</sup>.

---

\* CETRAD/UTAD; IPVC. Email: h.f.rodrigues@sapo.pt.

<sup>1</sup> Registamos e agradecemos os comentários do avaliador deste trabalho, que tomamos em boa nota.

<sup>2</sup> RODRIGUES, 1994: 8. Estas pequenas unidades administrativas são extintas pela lei de 6 de Novembro de 1836, ficando o Alto Minho com 13 concelhos, os actuais dez e mais os de Soajo (extinto em 1852), Castro Laboreiro e Valadares, tendo ambos perdido o estatuto de edilidade em 1855.

<sup>3</sup> AGC. *Livro de Estatísticas*, tomo I, cota 1.11.3.32, fol. 141v.



**Figura 1** – Distrito de Viana do Castelo

Fonte: Elaboração própria



**Figura 2** – Registo de passaporte

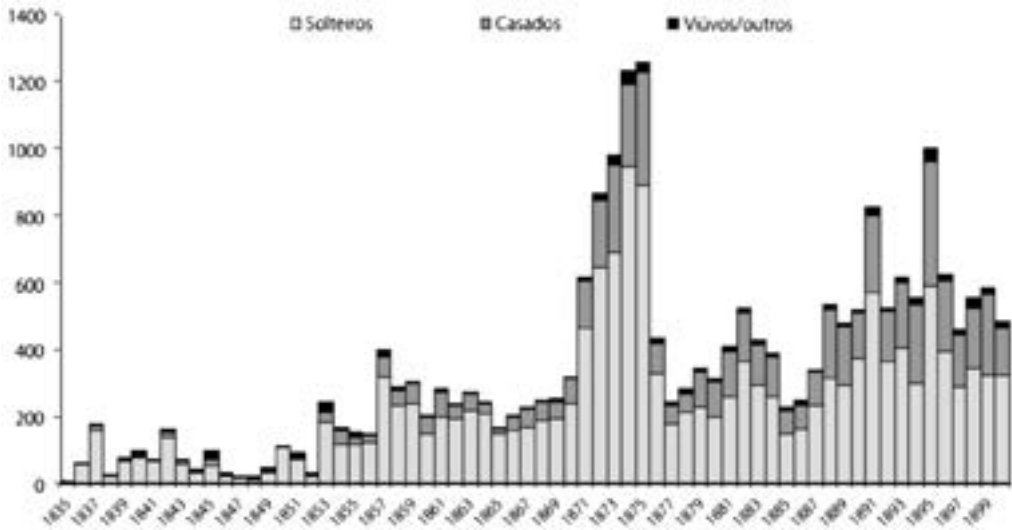
Fonte: Registo de passaporte emitido no Governo Civil de Viana da Foz do Lima. AGC.

O órgão administrativo com jurisdição distrital, por Carta de Lei de 25 de Abril de 1835<sup>4</sup>, tinha prerrogativa de emissão de passaportes, para fora do Reino. Em Viana do Castelo, o primeiro requerente a pedir licença de viagem para o Brasil foi Diogo Tomás Esteves, de 19 anos de idade, que obteve o documento com data de 8 de Outubro de 1835, como se faz prova através do assento (figura 2) existente nos Livros de Registos de Passaportes do Fundo Arquivístico do Governo Civil de Viana do Castelo (AGC).

A mobilidade oitocentista, observada a partir da fonte referida, permite-nos asseverar que o número de movimentos é diferente do total de emigrantes e do quantitativo de emissões de licenças, ou seja, um passaporte pode ter associados vários transeuntes e o número de passageiros não corresponde ao total de emigrantes, pois há a ter em consideração as viagens que um indivíduo pode fazer, enquanto emigrante, ao longo de vários anos e com um passaporte por travessia. Daqui resulta, entre 1835 e 1900, um volume de 22 462 emigrantes de ambos os sexos, com um só passaporte. Os «torna viagem», aqueles que foram, regressaram e voltaram a embarcar, duas ou mais vezes, através de Viana e no arco temporal indicado, correspondem a 11240 movimentos registados nos respectivos livros de passaportes. Um total de 33702 viagens<sup>5</sup>, saindo de Viana do Castelo para várias direcções, que não só a América Latina.

<sup>4</sup> RODRIGUES, 1995: 27.

<sup>5</sup> Para conhecimento dos dados quantitativos com um só embarque, remetemos para RODRIGUES, 2006: 39-90. RODRIGUES, 2003: 223-778.



**Figura 3** – Distribuição de emigrantes com um passaporte, por ano e estado civil

Fonte: para todos os gráficos, ver nota 6.

Vejamos alguns elementos estatísticos, partindo da bibliografia indicada, organizados em gráfico<sup>6</sup> com variáveis de saída por ano, estado civil, sexo e alfabetização<sup>7</sup>. Os volumes dão nota da presença de jovens celibatários, representados por mais de setenta por cento deste segmento de mobilidade com um passaporte; os consorciados rondam os vinte e seis por cento; os restantes são viúvos, divorciados ou não identificados. Os indicadores de literacia, analisados a partir das assinaturas existentes nos livros de passaportes (LP), e em vários documentos processuais e mesmo nas correspondências, permitem-nos saber que, globalmente, este segmento é composto por 60,8% de pessoas letradas; apenas 26,8% se declararam iletrados, cabendo os restantes 12,4% a quem não teve de se manifestar formalmente, por serem crianças ou alguém averbado ao passaporte colectivo, cujo portador firmou os documentos<sup>8</sup>. Não podendo ser cotejados estes quantitativos, as representações gráficas têm uma mancha visual semelhante, ou seja os escolarizados são representados por celibatários.

<sup>6</sup> AGC. *Livros de Registos de Passaportes, 1835-1900*.

<sup>7</sup> Comparando resultados de abordagens micro, o perfil do emigrante do Alto Minho é diferente, considerando os rácios por estado civil (solteiros versus casados) e os indicadores de literacia mais reduzidos como apurou CASTRO, 2010: 26 e 55-56. Para o distrito do Porto, até 1878, os celibatários são o motor destas dinâmicas, ao contrário do que se observa no último quartel de oitocentos, quando os valores se equilibram nos estados civis de ambos os sexos, Cf. ALVES, 1994: 361.

<sup>8</sup> Os indicadores de literacia apresentados para o Porto ficam abaixo das percentagens relativas para Viana do Castelo. ALVES, 1994: 214-215.

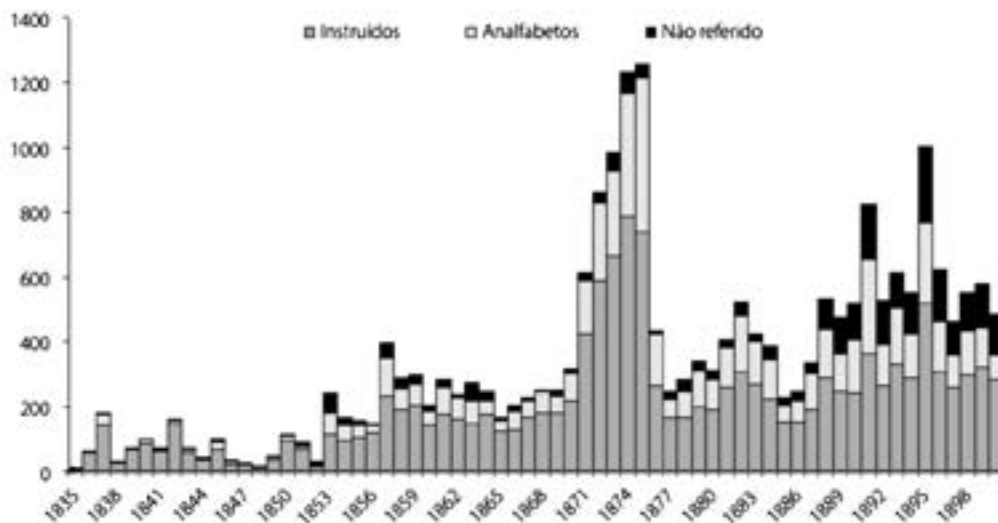


Figura 4 – Distribuição de emigrantes com um passaporte, por ano e alfabetização, entre 1835-1900

Importa sublinhar que os «indeterminados» correspondem aproximadamente ao fluxo de mulheres/mães acompanhadas de filhos, que seguiam para junto dos consortes/pais, cujo movimento tem mais expressão a partir de 1888, mantendo indicadores quantitativos elevados até ao fim da centúria. Outra nota para o corrimento até 1850, o mais reduzido, mas quase só composto por rapazes, onde oitenta e cinco por cento sabiam ler, escrever e contar. Nos vinte anos seguintes, de 1851 a 1870, sessenta e seis por cento do fluxo eram pessoas letradas. Aqui também se observa uma relação entre analfabetismo e estado civil, embora não se possa, nem deva, generalizar esta imagem.

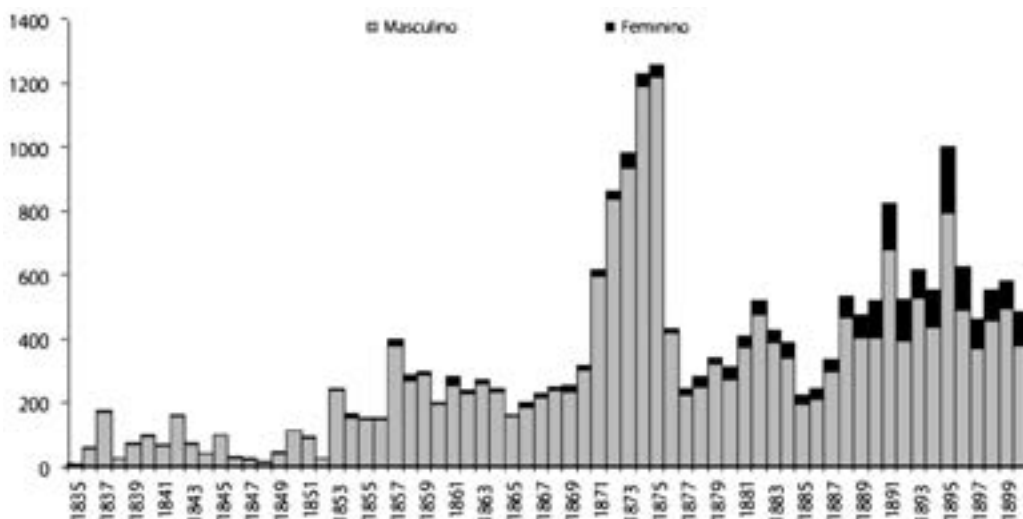


Figura 5 – Distribuição de emigrantes com um passaporte, por ano e sexo



Numa perspectiva geral, os iletrados são mais idosos e consorciados, mas quem nada disse sobre tais competências são mulheres e crianças, grupo que define a emigração familiar dos anos oitenta e noventa, quando as consortes decidem abandonar a terra, juntando-se aos maridos no Brasil. Na última década da centúria, os rácios de literacia aponta para 52% de instruídos, ou seja pouco mais de metade deste fluxo sabia ler, escrever e contar, entre os quais havia mulheres escolarizadas.

Nesta distribuição anual, ainda cabe a comparação por género. O sexo feminino emerge com pouco mais de dez por cento, embora, entre elas haja quinze por cento de emigrantes letradas. O caudal, com cerca de noventa por cento de embarques do sexo masculino, está dominado por celibatários e, em boa medida, jovens instruídos, a quem se juntam os mais idosos, consorciados, onde os índices de analfabetismo começam a ter mais relevo a partir da crise agrícola e do *oidium*, nos anos cinquenta<sup>9</sup>. Os casados têm boa expressão quantitativa nos anos setenta e oitenta. Depois desta década, segue-se a «conjuntura feminina», de quem sabemos que mais de metade não tem informação sobre a capacidade para gizar o nome, embora 32,7% estejam declaradas analfabetas, estando registado na fonte: «não escreve». Mesmo assim, entre o grupo feminino, quinze por cento deste fluxo assinaram o nome, tendo sido contabilizadas como instruídas.

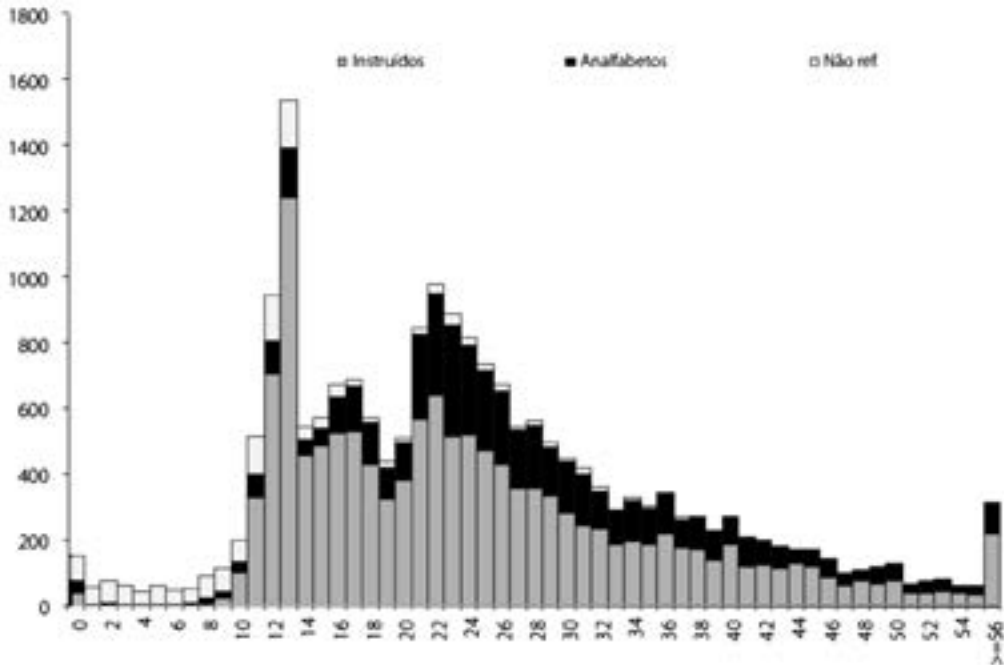


Figura 6 – Emigrantes do sexo masculino por idades e instrução, saídos entre 1835-1900

<sup>9</sup> O efeito das crises agrárias não foi exclusivo desta região, pois na Galiza, nos anos 1850-60, a batata e o vinho promoveram «um cambio notable en la emigración»... *el motivación real sería la crisis agrícola de los años 1853 y siguientes...*, onde a praga do *oidium* tem grandes responsabilidades. ROEL y CASTELAO, 1992: 225-226. O leitor interessado encontra uma vastíssima oferta bibliográfica sobre as migrações de galegos, pelo que deixamos apenas a referência ao periódico seguinte: «Revista Estudos Migratórios, 1975-2011; AAVV, 1992: 33-44; AAVV- 1993.

A emigração por idade e sexo exhibe perfis diferentes. O movimento masculino tem impacto na juventude, onde os rapazes de treze e catorze anos se impõem pelos volumes. Os menores de 25 anos rubricam perto de cinquenta e sete por cento do caudal. Não deixa de ser assinalável a presença de crianças menores de catorze anos sem referência à literacia, por serem, maioritariamente, acompanhantes de familiares ou de outros imigrantes mais velhos, sejam irmãos, pais ou tutores. Importante é o peso do grupo etário dos 11-13 anos, com 14,8% do movimento. Entre os letrados também predominam os jovens, considerando a presença de 75% de alfabetizados no grupo de idades entre 9 e 30 anos. A pirâmide exhibe «dois vértices»: um aponta para os 14 e outro para os 22 anos, sendo este mais equilibrado. A quebra de movimentos masculino dos 14 aos 20 de idade está associada à obrigatoriedade de pagamento de fiança para o serviço militar, levando os progenitores a proporcionar a viagem antes daquela idade, saindo muitos deles ainda meninos e com conhecimentos da área comercial, por terem sido iniciados profissionalmente como caixeiros. Encontramos casos de quem fez tirocínio em áreas urbanas, embarcando passados dois, três ou mais anos<sup>10</sup>. A pirâmide formada pelos emigrantes do sexo masculino assume, a partir dos 22 anos, uma tendência de descendência acentuada até aos 33 anos, sinal da fuga dos melhores braços e sangria dos melhores quadros. A partir desta faixa etária, mas especialmente depois dos 50, são raros os casos de emigrantes à primeira saída, pois é destes que estamos a tratar.

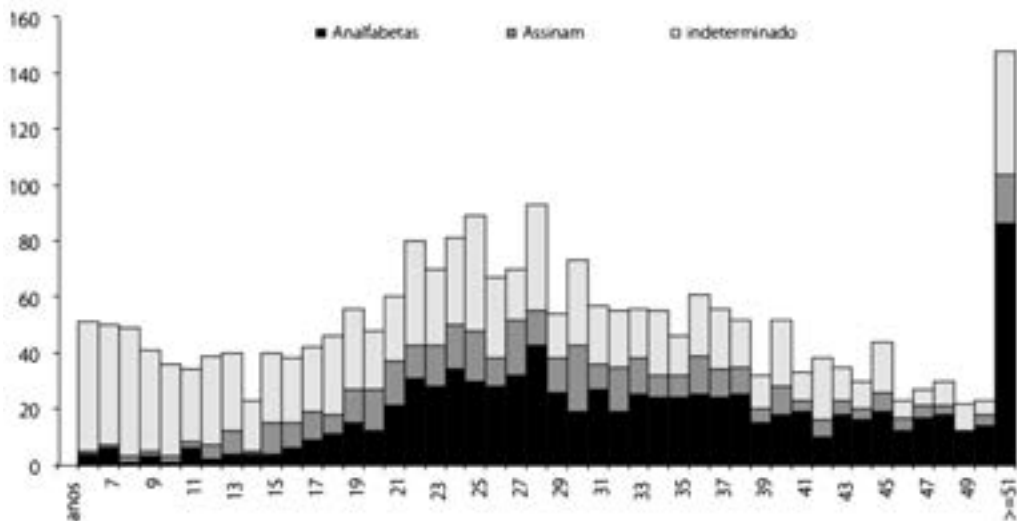


Figura 7 – Emigrantes do sexo feminino por idades e instrução, saídos entre 1836-1900

<sup>10</sup> Como simples exemplo, temos o Visconde Amoroso Lima a quem os pais, detentores de uma mercearia, mandaram para Viana, em 1835, tendo-se aperfeiçoado durante mais de três anos. Seguiu para o Brasil em 1839, onde foi acolhido por um tio, tendo vindo a contrair matrimónio com a prima. Ver RODRIGUES, 2008: 223-224.

Quando abordamos os caudais femininos, na mesma perspectiva, encontramos um movimento onde a moda aponta para os 28 anos. Os grupos etários são mais homogêneos. Não representámos no gráfico os menores de seis anos, que correspondem a 15,6% do volume; dos seis aos catorze anos, temos 14,4% dos fluxos, dos quinze aos vinte e quatro, o caudal corresponde a 22%. Assim, o sexo feminino menor de vinte e cinco anos rubrica 51,7% de embarques, ou seja mais de metade das emigrantes eram raparigas ou crianças, geralmente na qualidade de acompanhantes de familiares ou tutores. Nesta distribuição, por grupos, a faixa etária dos 25 a 34 anos apresenta-se com o maior peso relativo; senhoras que rubricam 22,7%, maioritariamente esposas de migrantes. Juntamente com as colegas de idades entre os 35 e 44 perfazem 38,7%.

Em síntese, a emigração feminina exhibe grupos etários cujos cálculos correspondem a valores equilibrados, sem provocarem fossos semelhantes aos do sexo masculino. A pirâmide é mais homogênea, dominada pelas mulheres na casa dos vinte aos trinta anos, embora as crianças e a juventude tenham uma presença assinalável.

Retomando os dados, configuram-se ciclos migratórios diferentes, de acordo com o sexo, o estado civil, os níveis etários e também no tocante às competências de literacia, dominados por jovens varões, celibatários e letrados. Sobre o conjunto dominante, imergem os adultos na década de cinquenta, homens casados, carregados pelo analfabetismo, mais notado entre as pessoas idosas, mantendo-se presentes os jovens, nestes fluxos. Outro ciclo: o feminino abarca todas as idades sem grandes diferenças quantitativas por níveis etários, de quem se desconhecem os indicadores de alfabetização.

Os perfis deste género apresentam a mulher/mãe arrastando a prole para junto do marido/pai, quadro mais expressivo a partir de fins da década de oitenta, com destaque para a fase da crise financeira, período impeditivo do envio de remessas e do regresso dos homens com dívidas na margem de cá e dificuldades no destino, como as correspondências mostram. Esta fuga dos anos noventa dá início à emigração de massas, com os lares completos a serem arrastadas para a outra margem. Por fim, temos «camadas» de migrações onde se retrata transversalmente a sociedade, mas a presença do jovem letrado é estruturante ao longo de oitocentos, com maior impacto até meados dos anos setenta, sem nunca deixar de estar presente nestes embarques. Mesmo assim, na década de noventa, o movimento ostenta ritmos constantes de homens, mulheres, crianças, jovens de ambos os sexos, de casados e solteiros e também de analfabetos e letrados

O que acabámos de afirmar coloca algumas interrogações sobre os indicadores de literacia, num período em que os censos da população apresentam um quadro muito carregado pelo analfabetismo. Poucos eram os que sabiam ler e escrever, em 1878, pois os iletrados maiores de seis anos<sup>11</sup>, no Continente, rondavam os 80%. Mas, para Viana do Castelo, dois factores explicam tão elevados níveis de instrução entre os emigrantes: o regresso de frades a Viana<sup>12</sup>, após a extinção das ordens religiosas, em 1834, e a densidade do parque escolar privado ao longo da centúria, que supria a elevada procura de agentes

<sup>11</sup> RAMOS, 1988: 1067.

<sup>12</sup> Ver, sobre a demografia religiosa nesta área: RODRIGUES, 2005.

de ensino<sup>13</sup>. Além do mais, emigrava quem tinha apoios e famílias com condições económicas capazes de sustentarem o embarque de um jovem ou mesmo vários rapazes a quem os progenitores proporcionavam a viagem para o Brasil<sup>14</sup>.

Emigração e alfabetização<sup>15</sup> rimam com boas condições económicas das famílias dos jovens que procuravam melhores soluções de vida noutras paragens. Mas emigração também rima com hipoteca de bens, venda de casas, terras e outros haveres, quando os maridos e mais tarde as mulheres partiam sem conseguirem liquidar os empréstimos tomados para a viagem. Estes cenários estão plasmados nas cartas familiares.

Feita esta introdução às representações migratórias, a partir de dados demográficos, é nossa intenção tratar aqui problemáticas das práticas epistolares centradas em aspectos da saúde.

## CORRESPONDÊNCIAS EPISTOLARES OITOCENTISTAS

As fontes, para esta parte do estudo, correspondem a cartas existentes nos processos de passaportes (AGC), anteriormente sinalados, anexadas aos restantes documentos exigidos por lei, com o objectivo de substituírem a autorização do pai/marido, quando de menores ou do sexo feminino se tratava. Nalguns casos, são escritas de emigrantes para amigos, compadres e familiares, a quem solicitam apoio para os interessados poderem obter licença de ida para fora do Reino. Assim se explica a existência de tais documentos processuais quando os pais, maridos ou ambos os progenitores se encontravam ausentes e tinham o ónus da autorização do embarque. A maior parte deste *corpus* corresponde a epístolas familiares, endereçadas pelos consortes às esposas. Tratam de uma plêiade de matérias, como a domesticidade, problemas dos casais, a economia do lar e outros assuntos do interesse de quem se corresponde. Por vezes, percebe-se a vontade da parte dele ou dela em aproximarem-se, sem que haja uma «chamada»; outros homens suplicam repetidamente às consortes a ida para junto deles, mas elas resistem e determinam o tempo da partida. Também há epístolas sem referência à intenção da mulher embarcar; noutras situações são elas mesmas que pressionam para se juntarem aos maridos ou emigram sem que o esposo tenha anuído, dando a carta como documento de autorização. Por tudo isto, estas missivas não devem ser etiquetadas como «cartas de chamada». Optámos por catalogá-las como correspondências da emigração.

Deitamos mão a documentos epistolográficos existentes no fundo do AGC, missivas anexadas aos processos de passaporte. Trata-se de escritas necessárias e obrigatórias para

<sup>13</sup> Para conhecimento da evolução dos parques escolares, oficial e particular, cf. RODRIGUES, 2007: 359-392; ALVES, 1994: 216-217.

<sup>14</sup> Deixamos apenas um exemplo de três irmãos que foram para o Brasil. O mais velho, Hermenegildo Solheiro, saiu com 13 anos, regressou e obteve passaporte colectivo, aos 25 anos, para levar dois irmãos: José de 16 anos e Cícero 14 de idade, o que demonstra a existência de capacidades financeiras dos pais. A família Solheiro mantém, em Melgaço, herança arquitectónica de gosto «brasileiro», cujo palacete se encontra à entrada da urbe. Sobre emigração familiar, remetemos para o nosso trabalho: RODRIGUES, 1997: 225-237. Conclusões idênticas sobre o perfil jovem da mobilidade de galegos, embora não apresentado dados quantitativos de detalhe, encontram-se em GONZÁLEZ, 1995: 103.

<sup>15</sup> RODRIGUES, 1995.

alimentar afectos e relações maritais e de sociabilidade, circuladas entre quem partiu e quem ficou ou quem estava afastado, o Eu e o Outro. Usando tais correntes, as famílias continuavam ligadas e os maridos ausentes inteiravam-se da saúde dos parentes, amigos, compadres e podiam intervir nas soluções a tomar para benefício da economia do lar.

Por estes documentos acedemos a problemas vividos pelo casal, conhecemos mentalidades<sup>16</sup> e comportamentos conjugais. São correspondências de gente comum, onde não faltam emigrantes analfabetos, que recorriam aos serviços de um escrivão, amigos ou colegas, para alimentarem os laços de coesão parental<sup>17</sup>. Nestas situações, a comunicação não era fácil, porque o melindre e mesmo algum pudor da partilha dos sentimentos ou assuntos do foro pessoal com o escrivão inibia os emissores, retraindo-se de «falar» sobre assuntos mais secretos; tinham de segredar afectos e outras matérias íntimas com alguém estranho ao núcleo familiar.

A vida do casal e da aldeia eram rubricas circuladas através destes elos de papel. Saber da saúde de todos, da educação dos filhos, inteirar-se, através de terceiros, dos comportamentos dos cônjuges, da infidelidade de um dos consortes, das dívidas contraídas, dificuldades familiares, um sem fim temas; tudo corria ao ritmo das cartas. Quase sempre gizadas no masculino, relatam aspectos da vida privada e familiar, falando da mulher e dos filhos, da casa, dos haveres, das aquisições de bens, das produções agrícolas, de amigos, da aldeia, de quem contraía matrimónio ou de quem falecia, de tudo que permitisse, a quem estava ausente, ir acompanhando os acontecimentos da paróquia<sup>18</sup>.

São práticas epistolares de onde emergem faces da cultura escrita da mobilidade, em contextos familiares, de amizade e de compadrio, amigos chamados a participar nas dinâmicas da migração, apoiando e emprestando verbas ou assumindo funções de curadores, tutores e procuradores. As relações de amizade revelam-se importantes para colaboração em assuntos relacionados com verbas vindas do destino, a receber na aldeia, empréstimos para a viagem de compadres e gestão dos patrimónios, quando o lar completo partia para a outra margem e ainda exerciam funções de fiadores, na ausência dos consortes. A carta era um elo vital nestas ligações entre as margens do Atlântico.

Para o Alto Minho, compulsámos e digitalizamos mais de seiscentas peças, que se encontram em estado de preservação regular, embora um conjunto de processos esteja parcialmente danificado pela humidade, devido a problemas de conservação destes documentos, nos anos noventa do século passado<sup>19</sup>. Infelizmente, não há um registo e catalogação das epístolas, que se encontram dispersas numa grande massa de pastas, sem normas

<sup>16</sup> Sobre a mentalidade emergente destas missivas, onde consta outra bibliografia, ver RODRIGUES, 2011: 53-88; MATOS, 2013.

<sup>17</sup> São vários os exemplos de correspondência ditada e lida com recurso a colegas, onde as angústias de mãe estão patenteadas e os problemas financeiros estão retratados e sentidos pelos pais de dois irmãos que se encontravam no Brasil, como refere SILVA, 1992: 14-15.

<sup>18</sup> Há cartas que foram entregues para requerimento de licença passados vários anos da emissão; Nelas, o consorte não questionava o embarque da esposa, noutras eles não desejavam que a esposa atravessasse para o Brasil, por isso não identificamos estes epistolários como cartas de chamada, que são criadas pelo decreto n.º 7427, de 30 de Março de 1921. A partir desta data, deixamos de ter entre os processos de passaporte cartas da emigração.

<sup>19</sup> Trata-se de um conjunto de cartas relativas a processos de 1891, que se encontram parcialmente mutiladas, devido à deterioração pela humidade.

de indexação actualizada, tendo sido «arquivadas» por ordem cronológica. As falhas de sequência detectadas dificultam o trabalho, quando desejamos levá-lo a bom porto.

Considerando a multiplicidade de temáticas proporcionadas por estas fontes, centraremos a nossa atenção em três eixos: saudade, indumentária da mulher emigrante e questões de etiqueta, deixando para outro momento aspectos de mentalidade do emigrante, dinâmicas económicas e relacionamentos afectivos com esposas e filhos, entre muitos outros assuntos a explorar.

## SAUDADE, SAÚDE E SILÊNCIOS

A mobilidade promove o afastamento do lar e quem teve de se separar sente os efeitos da distância, nascendo deste desencontro a necessidade permanente de saber do Outro, da sua saúde e dos seus sucessos, germinando a saudade, descrita como um sentimento provocado pela ausência, uma dor e uma doença sem cura, enquanto os principais actores continuarem afastados.

Quase sempre a abertura começava com a apresentação de cumprimentos, expressando votos de boa saúde, extensivos aos familiares mais chegados, pois «muito estimo que estas duas letras te vão encontrar de perfeita saúde, em companhia do nosso filho e dos nossos parentes que nos pertence[m], pois a minha vai sendo boa, graças a Deus para sempre »<sup>20</sup>. Noutras situações o desejo do encontro físico exhibe um quadro de saudade, de «poder-te estreitar de encontro ao meu amoroso peito, mas como estou um pouco distante... Ai meu Deus, que amargo o pranto!»<sup>21</sup>. Palavras de desejo e de satisfação, sem conseguirem solucionar a dor provocada pelo afastamento.

Correspondências para saber da saúde dos seus ou de quem por eles perguntava, chegaram aos nossos dias por mero acaso, pois não foram gizadas com intenção de virem a ser estudadas. São memórias de reduzida longevidade, de conservação efémera, especialmente quando de escritas se trata banais, de difusão massiva. As poucas missivas chegadas até aos dias de hoje permitem trazer à memória percursos de gente desconhecida, actores de uma cultura epistolar. Estas «escritas banais» deixaram rastros do quotidiano, permitindo-nos acompanhar a vida dos seus autores. São elos de uma corrente tecida ao sabor das motivações, interesses pessoais e da circulação dos vapores, mas também dos veleiros, mais lentos na travessia e mais demorados nas respostas, prolongando a dor do afastamento e a angústia de não saber do Outro.

Pela troca de letras, fala-se de uma saudade angustiante e suaviza-se a dor com cartas onde constam declarações de fidelidade e manifestações de amor, através do envio de lembranças, fotografias, alimentos tradicionais e sementes de ervas e hortícolas para reproduzirem a horta do Minho no Brasil.

Os tempos das letras circuladas e das respostas endereçadas, quebrando ritmos, promovem silêncios tormentosos, quando um dos elos não recebe resposta em tempo

---

<sup>20</sup> AGC. Carta, Processo do passaporte número 638 datado de 15 de Setembro de 1899.

<sup>21</sup> AGC. Carta, Processo do passaporte número 420, emitido em 28 de Junho de 1900.

imaginado e desejado, tendo o receptor de esperar pelos barcos seguintes<sup>22</sup>. Estas dinâmicas de compasso mais arrastado dão origem a imaginários de separação, de ruptura ou suspensão de compromissos matrimoniais. Para combater tais quadros, recorria-se à escrita agendada para a hora da partida do correio. Deste xadrez de tempos, ritmos, rituais, imaginários, afastamentos, perigos de perda do Outro, da saúde, dos sacrifícios e dos pensamentos e angústias vividas por quem partiu e quem ficou, nasce a saudade. A missiva era um bom lenitivo, por ela ficava-se a saber que nada de mal tinha acontecido, mas também se conhecia o infortúnio, como a morte das pessoas queridas e de gente conhecida.

Escritas de amor e saudade<sup>23</sup>, através das quais se inteiravam da saúde dos seus actores e da vida da aldeia, davam alento às relações sociais e conjugais. Ficava-se informado sobre parentes, amigos, conhecidos e mandava-se cumprimentos, solicitava-se ajuda, dava-se sentido à vida de casais separados pela distância. Quando os maridos se sentiam no «exílio», saber da saúde da esposa nem sempre dominava a angústia e dor, que sofriam silenciosamente, partilhando-a com papel e tinta. Destes quadros falam cartas lavradas por emigrantes. As mulheres não deixam de referenciar a falta de resposta, quando elas ficavam meses sem saber do marido, imaginando quadros terríveis, com o corte da corrente de papel e tinta. Os silêncios criavam um quadro difícil de suportar e um conflito interior, uma aflição que só os elos de papel mitigavam.

A alusão ao correio que não chega ao destino, mensagens violados por parentes, epístolas não recebidas e a espera constante das letras, denunciam o desassossego e a apreensão de quem comunicava de uma para a outra margem do Atlântico e não se via correspondido, intensificando o sentimento de solidão. Era uma angústia resultante do silêncio provocado pela ausência de carta, pois podia indiciar ruptura matrimonial, o medo do divórcio ou na pior das hipóteses, a morte silenciada do Outro.

## A SAUDADE NAS ESCRITAS FAMILIARES

Nostalgia do encontro e saudade, a necessidade de ter novas, saber da saúde de ambas as partes e de pessoas conhecidas emergem destes epistolários. Estar actualizado sobre a evolução da paróquia e ser informado sobre os acontecimentos da terra eram outras necessidades expressas constantemente pelos emigrantes, separados vários anos da família e da aldeia. A distância e o afastamento por longos períodos provocavam angústias, quando os maridos se viam impossibilitados de ver a esposa, os filhos e a família.

Nestas cartas, trata-se mais da aproximação da mulher, pelo que os esposos raramente colocam a possibilidade de um retorno imediato, devido a compromissos assumidos com os prestamistas e agentes da emigração, tendo hipotecado bens para emigrar.

<sup>22</sup> «Querida Isabel, já chegaram dois vapores vindos de Lisboa e eu não recebi sequer um bilhete teu, depois de saber como tudo aí está a meu respeito. É horrroso para mim não saber notícias daí.» AGC, Carta, processo do passaporte n.º 208 emitido em 6 de Junho 1894.

<sup>23</sup> Um exemplo, entre muitos outros, onde a abertura exhibe a saudade de quem está longe e necessita da família unida: «Lanço mão à pena cheio de lágrimas nos meus olhos para saber da tua saúde, juntamente na companhia do nosso menino». AGC. Carta, processo de passaporte n.º 717, emitido em 8 de Julho de 1895.

As emoções de saudade e melancolia aparecem descritas em algumas cartas, pois a correspondência era um lenitivo, dava uma alegria e satisfação, quando sabiam da vida e da saúde de quem amavam e estavam ausentes. Escrevia-se para, no retorno, receber-se uma palavra de ternura, assim: «mandei lançar a mão à pena somente para saber da sua saúde e dos nossos filhos, pois [a minha] fica sendo boa, graças ao Altíssimo», endereçando, no fecho da missiva, «recomendações a minha mãe e a tua e a quem por mim perguntar»<sup>24</sup>.

Lembrar-se dos de casa, nomear amigos, compadres e paroquianos conhecidos era um gesto frequente, alargando o leque de recomendações a gente anónima, pessoas que tivessem memória do emigrante e que dele tivesse dado falta, perguntando como estava. A esposa recebia e dava «... um abraço a nossa filhinha, lembranças ao tio Casimiro e toda a família, à tia Caetana e família e às pessoas que de mim se lembrarem e eu sou teu marido que a vida te quero e preciso à minha beira por muitos anos»<sup>25</sup>. Na hierarquia das saudades entrava a consorte, seguindo-se os filhos ainda meninos<sup>26</sup>, pais, irmãos, compadres e pessoas amigas; no fim ficava a gente conhecida do emigrante, paroquianos que iam perguntando pelo marido, sinal de interesse pelos conterrâneos.

Nas relações fraternais e de descendência directa, pedia-se para o intermediário dar «beijos e abraços nas crianças e tu recebe uma viva saudade de teu mano... recomenda-me a todos da família»<sup>27</sup> ou «a todos que me queiram bem»<sup>28</sup>. Ninguém ficava arredado deste rol de saudações e saudades.

Receber correspondência proporcionava momentos de alegria e satisfação, por saber-se que os seus se encontravam bem e desfrutavam de saúde e acima de tudo estavam vivos. As cartas, neste propósito, eram sempre muito desejadas e cumpriam um dos objectivos: saber do Outro. A saudade era um tema recorrente, quando a realidade apontava para uma separação prolongada dos casais, imaginando o desterrado que não voltaria a ver a esposa e os filhos, «...por minha infelicidade ... porque eu não posso ir [a casa] tão cedo». O único remédio era a esposa embarcar para junto do homem, e ele insistia: «...peço-lhe, pelo amor que me tem, para vir e, se não vem, peço-lhe pelo leite que mamei para não me escrever mais, porque acabo comigo antes do tempo»<sup>29</sup>, tal era o sofrimento e a solidão. A mesma dor transmitiam-na quando não eram correspondidos, ficando «mal satisfeito por não ter recebido carta vossa, não sei por que razão, que eu da minha parte tenho escrito»<sup>30</sup>. Não responder significava cortar a corrente de papel, e sentiam-no como se fosse uma «facada», tal era a dor.

Nas saudações, também se oferecia o «coração cheio de saudades»<sup>31</sup>, pediam retratos de familiares deixados na terra e mandavam recomendações para «as pessoas a quem

<sup>24</sup> AGC. Processo do passaporte número 175, emitido em 31 de Março de 1900.

<sup>25</sup> AGC. Processo do passaporte n.º 586, emitido em 27 de Outubro de 1897.

<sup>26</sup> «De mim muitas saudades aos meninos». AGC. Processo do passaporte n.º 444, emitido em 23 de Agosto de 1897; «Muito estimarei que estas mal traçadas linhas te vão encontrar gozando perfeita saúde em companhia de meu querido filho Manuel, que muitas saudades tenho dele.» AGC. Processo do passaporte n.º 507, emitido em 25 de Setembro de 1897.

<sup>27</sup> AGC. Processo do passaporte número 654, datado de 4 de Dezembro de 1900.

<sup>28</sup> AGC. Processo do passaporte n.º 617, emitido a 13 de Novembro de 1897.

<sup>29</sup> AGC. Processo do passaporte n.º 578, emitido em 22 de Outubro de 1897.

<sup>30</sup> AGC. Processo do passaporte n.º 9, datado de 14 de Janeiro de 1900.

<sup>31</sup> AGC. Processo do passaporte n.º 682, concedido em 27 de Outubro de 1899.



eu tenho sentimento de ficarem aí nessa terra»<sup>32</sup>. Mas as nostalgias da vida da paróquia, da esposa e dos filhos eram fortes e «só à vista terão fim»<sup>33</sup>, referiam muitos emigrantes desejosos de ter a mulher junto deles, não olvidando as «muitas saudades aos meninos»<sup>34</sup>, cumprimentos a compadres e outros membros dos circuitos de sociabilidades. Muito preocupante era a ausência de resposta por não ter «recebido notícias nenhuma das tuas e tantas [cartas] que eu tenho mandado daqui!...»<sup>35</sup>. A necessidade do encontro e a ânsia de trocar afectos, beijando ou abraçando são as verdadeiras manifestações de saudade<sup>36</sup>; aqui vai «um abraço muito apertado deste teu esposo do coração ... eu estou morto que tu chegues, pois ando muito carregado»<sup>37</sup>.

As lembranças partilhadas por tios, primos, pais, comadres, afilhados, vizinhos, toda a gente e todo o mundo, deixando o «... coração saudoso» para a esposa, eram uma manifestação de saudade e amor<sup>38</sup>. A ausência do Outro redundava num sofrimento difícil de suportar, em tudo semelhante a uma isquemia cardíaca. Esta dor era assemelhada a um «grande peso que tenho na alma por ver-me tão longe da minha Pátria e separado de ti e dos meus filhos queridos, que são as prendas que mais adoro»<sup>39</sup> porque as saudades para com a família, esposa e os filhos «só à vista terão fim». O reencontro era muito desejado. Escrevia-se debaixo de um quadro de sofrimento onde não faltavam manifestações de uma escrita rodeada «de lágrimas nos meus olhos para saber da tua saúde»<sup>40</sup>, mandando «um apertado abraço a nosso menino e um beijo a outro, para ti um beijo», na esperança ter o prazer de se encontrarem em breve e serem felizes.

Matavam-se saudades com «uns repuxados beijos»<sup>41</sup> e o envio do «meu retrato». A ausência do marido, mesmo se estivesse em convívio com colegas e conterrâneos, não superava o sofrimento. Apenas a carta recebida era lenitivo e dava alegria mas, em época de consoada, o afastamento da família era por demais doloroso, sentindo um vazio, como se estivesse num «deserto sozinho, no meio de tantos estranhos, apesar de ser muito bem tratado»<sup>42</sup>, sem apetite num dia de festividade. Esta melancolia representa saudade.

Uma doença que agravava a saúde do consorte, quando tinha conhecimento do estado da esposa, deixando o marido «muito incomodado». Todavia ele responde, dizendo que sofre dos mesmos sintomas e que o médico lhe diagnosticou «saudades da mulher», não tendo prescrito fármacos, nem «me deu remédio nenhum»<sup>43</sup>. A solução para ela consistia em «espalhar, que eu farei o mesmo; não te deixes morrer e trata dos filhos que estão sempre doentes. Recebe um apertado abraço deste teu marido do coração

32 AGC. Processo do passaporte n.º 174 concedido em 10 de Fevereiro de 1899.

33 AGC. Processo do passaporte n.º 797, emitido em 24 de Dezembro de 1898.

34 AGC. Processo do passaporte n.º 444, emitido em 23 de Agosto de 1897.

35 AGC. Processo do passaporte n.º 507, emitido em 25 de Setembro de 1897.

36 «Darás muitas lembranças a toda a família e mais a nossa menina e tu recebe o meu coração que ansioso fica por te abraçar» AGC. Processo do passaporte n.º 546, emitido em 8 de Outubro de 1897.

37 AGC. Processo do passaporte n.º 374, emitido em 13 de Julho de 1897.

38 AGC. Processo do passaporte n.º 715, emitido em 31 de Outubro de 1896.

39 AGC. Processo do passaporte n.º 712, emitido em 31 de Outubro de 1896.

40 AGC. Processo do passaporte n.º 717, emitido em 8 de Julho de 1895.

41 AGC. Processo do passaporte n.º 98 emitido em 9 de Abril de 1894.

42 AGC. Processo do passaporte n.º 59 emitido em 25 de Dezembro 1894.

43 AGC. Processo do passaporte n.º 192 emitido em 30 de Maio de 1894.

que a vida te deseja por muitos anos. Muitas saudades»<sup>44</sup>. Contudo, ela resolveu de outra forma: fez as malas, pegou nos filhos, requereu passaporte e juntou-se ao marido. Acabou com a doença, desapareceu a dor invisível, mas que matava, era a saudade.

Tudo se fazia para suavizar esta angústia: enviar «muitas lembranças a todos os do costume»<sup>45</sup> ou «mil saudades que um dia serão satisfeitas»<sup>46</sup> e esse dia era o do reencontro, cá ou lá, porque « só à vista devem ter fim»<sup>47</sup>, por isso recebe «mil abraços deste teu esposo que te deseja ver breve e mais os meus ricos filhos do meu coração»<sup>48</sup>.

Quando ela escrevia, depois de longos tempos sem lançar a mão à pena, esta ausência de carta adensava a ânsia de receber letras. Era um momento único, uma satisfação indiscreto, cuja felicidade se traduzia «num choro de contente», porque «pensei que tinhas morrido ou tivesses perdido amizade ao teu marido... Olha, eu já me vai custando a passar sem tu»<sup>49</sup>. De seguida, ele descreve uma visão: «Vou-te contar uma novidade. No dia quatro de Agosto parei eu na rua do Rosário. Vi entrar uma mulher com um xaile como o teu, magra, com tua fala e tudo. Dizia eu: ai que é a minha. Isto foi ao passar na rua. Ela estava dentro de uma loja com as costas viradas. Eu volto para trás todo contente, tanto, tanto te parecia. Estive à espera que ela falasse para conhecer a fala, se era a tua. Ai que fiquei danado, começou-me a lembrar o fogo das Neves, a Santa Ana, a Santa Justa. Tu bem sabes...»<sup>50</sup> era uma visão nostálgica. O prazer de perguntar pela saúde dos seus levava os emigrantes a registarem tais sonhos, pois «com muito gosto e prazer e alegria lancei a mão na pena para saber da tua perfeita e feliz saúde»<sup>51</sup>. Mais agonizante era não ser correspondido e tomar a iniciativa de escrever novamente, ficando «muito incomodado por não saber notícias» de casa<sup>52</sup>. Estes problemas eram difíceis de contornar, quando a esposa era analfabeta e tinha de recorrer aos préstimos de pessoas amigas.

Se ela padecia com o afastamento, devido à fixação do marido no Brasil, ele também sentia o mesmo tormento, pois «tenho sofrido muito, não do físico mas de saudade. Quantas vezes julgas que tenho lido as tuas cartas? Pois todas as vezes que vou ler derramo lágrimas de verdadeira dor e saudade pela ausência da minha cara companheira da sorte e do infortúnio e do fruto do nosso muito amor. Ah! Como eu estou poltrão, feito patego, cheio de saudades, como uma criança!! ... Tenho raiva de mim mesmo e ao mesmo tempo fico satisfeito porque vejo que cada vez vos tenho mais amor»<sup>53</sup>. Esta ausência promovia o desejo de se encontrarem fisicamente, única forma de curar a doença propagada. Além do mais, acentuava-se o isolamento, não tendo «com quem ir passear, [nem] ... com quem espalhar»<sup>54</sup>. Por isso, envio um «...coração bondoso cheio de amarguras e

44 IDEM, *ibidem*.

45 AGC. Processo do passaporte n.º 497 emitido em 13 de Maio de 1893.

46 AGC. Processo do passaporte n.º 661 emitido em, 7 Julho de 1893.

47 AGC. Processo do passaporte n.º 82 emitido em, 21 de Março de 1892.

48 AGC. Processo do passaporte número 207, datado de 9 de Fevereiro de 1891.

49 AGC. Processo do passaporte número 670 datado de 10 de Novembro de 1890.

50 IDEM, *ibidem*.

51 AGC. Processo do passaporte número 429 datado de 27 de Agosto de 1890.

52 IDEM, *ibidem*.

53 AGC. Processo do passaporte número 37 datado de 18 de Abril de 1886.

54 AGC. Processo do passaporte número 65 datado de 10 de Fevereiro de 1885.

tristezas na ausência de quem constantemente me recordo»<sup>55</sup>. Neste contexto, toda a gente vinha à lembrança: «nossos compadres, nossas comadres, a nossa caseira, ao mestre sapateiro, a seu genro e a quem por mim perguntar»<sup>56</sup>. Memórias permanentes circuladas por estas correntes da saudade.

A terminar este quadro, num gesto de ternura, tentando versejar, um emigrante envia carta com ramos de flores impresso, abrindo com um poema, onde verte lágrimas, mas também oferece rosas, como prova de amor, unindo os corações que se encontram afastados, assim:

*«Minha querida esposa do meu coração:  
Dou-te lágrimas, dou-te suspiros,  
Dou-te rosas e botões,  
Dou-te todas as floridas e em eternos corações  
Unidos a um só faz mais que milhões.  
Fico todo de saudades. Sou teu esposo até à morte»<sup>57</sup>.*

## CONCLUSÕES

A emigração documentada em Viana, com passaporte emitido entre 1835 e o fim da centúria, tem um perfil desmistificador de opiniões velhas, que identificam os emigrantes de oitocentos com pessoas rudes, analfabetas e miseráveis. Bem pelo contrário, deixaram as nossas freguesias jovens talentosos, alfabetizados, rapazes que se fixaram no Brasil longos anos até criarem estruturas económicas e financeiras que os conduziram ao pátamar classificado por «brasileiros». Os movimentos de crianças e jovens menores de catorze anos foram permanentes ao longo do século XIX. A estes correntes juntaram-se pessoas mais idosas; primeiro homens com responsabilidades conjugais, que partiram em condições de dependência dos engajadores ou dos prestamistas, cujas fianças por hipoteca levaram muitos emigrantes a ficarem afastados de casa, por não terem podido liquidar dívidas contraídas com o embarque. Desta forma, impedidos de regressar e com os bens penhorados, arrastaram as esposas para o Brasil, a partir de finais da década de oitenta. Assim nasceu a emigração familiar e de massas.

Casados, solteiros, viúvos, instruídos, analfabetos, gente de todas as idades e de ambos os sexos foram protagonistas destas mobilidades com um passaporte. Emigrar era uma aventura para quem reunia recursos económicos e financeiros, e os pais tudo faziam para dar um futuro aos filhos varões, contornando a ida destes descendentes para o serviço militar, o que obrigava os adolescentes a uma permanência no Brasil, até à idade que os isentava do exército. Globalmente, estes emigrantes têm um perfil de pessoas letradas.

<sup>55</sup> AGC. Processo do passaporte número 241 datado de 1 de Abril de 1884.

<sup>56</sup> AGC. Processo do passaporte número 164, emitido em 25 de Junho de 1862.

<sup>57</sup> AGC. Processo do passaporte número 354, emitido em 8 de Fevereiro de 1861.

Desta fixação prolongada, criou-se uma dinâmica de escritas da saudade. A epistolografia de gente anónima, cartas da emigração, forma um *corpus* documental que nos permite múltiplas abordagens.

Na hora do embarque, toda a gente se comprometia em escrever para casa. Jovens, homens adultos e mulheres que partiam alimentaram uma corrente de papel e tinta ritmada, dando origem a milhões de missivas que atravessaram os mares. Copiadores de correspondência ou conjuntos de cartas dão corpo às escritas «ordinárias», correspondências banais que, isoladas, pouco acrescentam para uma análise epistológica. Ao conseguirmos reunir várias centenas de documentos, pudemos analisar aspectos da emigração e dos seus agentes. Neste texto auscultámos a «dor da emigração» e a importância destas correntes de papel. Assim, penetramos num quadro em que o próprio emigrante define a saudade como uma doença. Mas este estado de espírito tinha uma conjugação entre o Eu e o Outro, ela e ele, ambos falam das angústias, sofrimentos e desejos de se encontrarem fisicamente, quando os maridos estavam longe e impossibilitados de regressar a casa. E eles enviam «muitos beijinhos aos nossos queridos filhos»<sup>58</sup>.

## FONTES

Arquivo Distrital de Viana do Castelo (ADVC).

Arquivo do Governo Civil do Distrito de Viana do Castelo (ADV).

Por questões de espaço, remetemos para as notas de pé-de-página.

## BIBLIOGRAFIA

- AA.VV. (1993) – *1st European Coonference of the, terntional Comission on Historical Demography*. Vol. I/II, Santiago de Compostela: Xunta de Galicia/Conselleria de Educación e Ordenación Universitaria.
- AA.VV – «Revista *Estudos Migratórios*». Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega.
- ALVES, Jorge Fernandes – (1994) *Os Brasileiros, emigração e retorno no Porto oitocentista*. Porto: ed. Autor.
- CASTELAO, Ofelia Rey (1992) – *Movimientos Migratorios en el Municipio de A Caniza, siglos XVII al XIX*, AA.VV. (1992) *Aportaciones al Estudio de la Emigración Gallega, un Enfoque Comarcal*. Santiago: Xunta de Galicia/Secretaria de Relaciones coas Comunidades Galegas.
- CASTRO, Maria Celeste Alves de (2010) – *A emigração na freguesia de Santo André de Campeá, 1848-1900*. Porto: Edições Afrontamento-Cepese.
- GONZÁLEZ, Alejandro Vázquez (1995) – *La Emigración Gallega. Migrantes, Transporte y Rmesas, Españoles Hacia America, la Emigracion en Masa, 1880-1930*. 2.ª ed., coord. de SANCHEZ-ALBORNOZ, Nicolas. Madrid: Alianza America, pp. 80-104.
- MATOS, Maria Izilda Santos de (2013) – *Cadeias de tinta e elos de papel: Entre o conhecimento histórico e o diálogo social – questões metodológicas sobre o uso da literatura epistolar nos estudos de e-imigração*. XXVII Simpósio Nacional de História, conhecimento histórico e diálogo social, Natal. pp. 33-44.
- MONTEIRO, Miguel (1998) – *Mobilidade Geográfica e desigualdade social. Brasil destino de distinção*. «Boletín de la Asociación de Demografía Histórica», XVI-I, pp. 97-136.
- RAMOS, Rui (1998) – *Culturas da alfabetização e culturas do analfabetismo em Portugal: uma, trodução à*

<sup>58</sup> Carta de Manuel José Rebelo Júnior à esposa. AGC, Processo do passaporte número 598 datado de 13 de Setembro de 1882.

- História da Alfabetização no Portugal Contemporâneo*. «Revista Análise Social», vol. XXIV (n.º 103-104). Lisboa, pp. 1067-1145.
- RODRIGUES, Henrique (1994) – *Espaço Geográfico da Ribeira-Lima na Reforma Administrativa de 1832-36*. «Estudos Regionais», Vol. XIII/XIV, Viana do Castelo.
- \_\_\_\_ (1995) – *Emigração e Alfabetização, A Miragem do Brasil*. Viana do Castelo: Governo Civil de Viana do Castelo.
- \_\_\_\_ (1997) – *Emigração e Dinâmicas Familiares, Aspectos Sócio-Profissionais e, dicadores de Alfabetização, La demografía y la Historia de la Familia, Historia de la familia, una Nueva Perspectiva sobre la Sociedad Europea*. Murcia: Universidad de Murcia, pp. 225-237.
- \_\_\_\_ (2003) – *Alto Minho no século XIX: Contextos migratórios, sócio-culturais e familiares*. Porto: FLUP, tese de doutoramento.
- \_\_\_\_ (2005) – *Extinção das Ordens Religiosas e Dinâmicas Sócio-Culturais*. «Revista Lusitânia Sacra», 2.ª série 16, Lisboa.
- \_\_\_\_ (2006) – *Emigração e Emigrantes do Vale do Lima no século XIX*. Viana do Castelo: Centro de Estudos Regionais.
- \_\_\_\_ (2007) – *Escolarização e Alfabetização no Alto-Minho na segunda metade do século XIX*. «Revista de Demografia Histórica», segunda época, ADEH, XXV, I. pp. 359-392.
- \_\_\_\_ (2008) – *Manuel José Amoroso Lima, Visconde Amoroso Lima*. ABREU, João Gomes – coord. *Figuras Limianas*, Ponte de Lima: Município de Ponte de Lima, pp. 223-224.
- \_\_\_\_ (2011A) – *Escritas de Emigrantes, uma abordagem à correspondência oitocentista*. «Anuário 02, CEHA». Funchal/Madeira. pp. 957-1002.
- \_\_\_\_ (2011B) – *Escrita popular e imagens da emigração oitocentista portuguesa: uma abordagem às cartas enviadas do Brasil*, SEIXAS, Xosé M. Núñez e LOPO, Domingo L. González – coord. *Amarras de tinta. Emigración transoceânica e escrita popular na Península Ibérica, séculos XIX-XX*. Santiago de Compostela: Conselho de Cultura Galega, pp. 53-88.
- \_\_\_\_ (2013) – *Correspondência de emigrantes do Alto Minho no período da República*. RODRIGUES, Henrique e PORTUGUÊS Ernesto, coord. *Escritas privadas, da Mobilidade e da Guerra*. Monção: Câmara Municipal de Monção, pp. 157-193.
- ROEL, Antonio Eiras; y CASTELAO, Ofelia Rey (1992) – *Los Galegos y América*. Madrid: Editorial Mapfre.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da (1992) – *Documentos para a História da Imigração Portuguesa no Brasil, 1850-1938*. Rio de Janeiro: Federação das Associações Portuguesas e Luso-Brasileiras.



# CARTAS QUE NAVEGAM, ESTUDO DE CASO DE UM «BRASILEIRO» DO MINHO ENTRE O SÉCULO XIX E O XX

ODETE PAIVA\*

**Resumo:** *As cartas recebidas por Sousa Fernandes, entre 1862 e 1904, constituem a nossa fonte nuclear, por cruzamento com a base documental clássica da emigração, os passaportes. O epistolário foi o elemento agregador da informação e permitiu-nos fazer um estudo de caso de um emigrante de torna-viagem do Minho, da segunda metade de Oitocentos, que a exemplo de outros, teve como primeiro emprego o de caixeiro, numa casa comercial de um familiar, no Rio de Janeiro, seguindo um percurso ascendente, e abordar dimensões como relações familiares e fraternais, respaldo do jovem à chegada ao Rio de Janeiro, fases de dificuldades, movimentos pendulares, doenças como a sífilis, iniciação no mundo maçónico e natural contacto com novas ideias, entre outros. É possível ainda concluir que esta fonte central possibilita apreender facetas que as fontes clássicas não alcançam.*

**Palavras-Chave:** *Emigração; Oitocentos; Portugal; Brasil.*

**Abstract:** *The letters received by Sousa Fernandes, between 1862 and 1904, constitute our nuclear source, by crossing with the classic documentary base of the emigration, the passports. The epistolary was the aggregator of the information and allowed us to make a case study of a traveling immigrant from the Minho of the second half of the 19th century, who, like others, had his first job as a clerk in a family member in Rio de Janeiro, following an upward path, and addressing dimensions such as family and fraternal relations, support of the young person upon arrival in Rio de Janeiro, phases of difficulties, commuting movements, diseases such as syphilis, initiation in the Masonic and natural world Contact with new ideas, among others. It is also possible to conclude that this central source allows to apprehend facets that the classic sources do not reach.*

**Keywords:** *Emigration; eight hundred; Portugal; Brazil.*

## INTRODUÇÃO

*Não tinham ainda florescido na classe mercantil as vingadoras inteligencias emigradas que mais tarde inalteceram as pequenas fortunas com o precioso matiz dos labores do espírito. Depois é que luziram n´aquela treva Fernando Castiço, Eduardo de Lemos, Manoel de Mello, Ernesto Cibrão, Lino da Assumpção, Sousa Fernandes e outros que chegaram por um determinismo biológico á hora precisa da *lucta victoriosa*<sup>1</sup>.*

As cartas, verdadeiros casulos, quais cápsulas del tiempo<sup>2</sup>, facultam-nos dimensões de um tempo e de um espaço, como partituras prontas a serem atravessadas por outros olhares.

O epistolário de Joaquim José de Sousa Fernandes<sup>3</sup> constituído por 8091 cartas recebidas entre 1862 e 1928 deu-nos oportunidade de conhecer facetas do «brasileiro» que só

---

\* CITCEM. Email: paivaodetejb@gmail.com.

<sup>1</sup> CASTELO-BRANCO, 1885: 18.

<sup>2</sup> AUSTER, 2013:173.

<sup>3</sup> A partir de agora, usaremos o nome Sousa Fernandes.

este tipo de escrita permite, e introduzir na dimensão mobilidade, padrões entrevistados pela análise baseada em documentos produzidos oficialmente, como os passaportes. Partindo de uma base sólida, o estudo demográfico de Vila Nova de Famalicão entre 1620 e 1960<sup>4</sup>, estávamos em boas condições para abrir a «cápsula do tempo» e tecer uma narrativa do recetor dessas cartas.

Começámos por fazer uma observação exploratória da correspondência recebida por Sousa Fernandes, à guarda do Arquivo Alberto Sampaio, em Vila Nova de Famalicão<sup>5</sup>, ordenado cronologicamente e verificámos que podia ser subdividido, numa primeira análise, em 6 secções: a familiar, a dos amigos, a laboral, a jornalístico-literária, a política e uma que designámos por *varia*. Contabilizámos numa primeira fase a secção familiar, e iremos fazer o mesmo, a curto prazo, para as restantes. Constatámos que 6,2% das cartas pertenciam à família nuclear e aos cunhados e primos. Individualizando as mulheres, a mãe representou quase um quarto do volume, seguido da filha mais velha, da primeira mulher, e da irmã mais velha, que somaram 38,2%. Escreveram-lhe ainda as sobrinhas e primas direitas.

Usámos a metodologia de estudo de caso e incidimos no período entre 1862 e 1904 (ano em que emigrou e ano em que regressou) Sousa Fernandes e centrámo-nos na correspondência familiar e com os amigos mais próximos, que nesta fase da sua vida, constitui o maior volume de cartas recebido. Tendo sempre presente a dimensão holística desses escritos, privilegiámos as etapas da sua estadia no Brasil, muitas delas enquadradas nos designados movimentos pendulares, próprios deste tipo de emigrantes.

## PRIMEIRAS PÁGINAS DE UM PERCURSO MIGRATÓRIO

Sousa Fernandes nasce em Famalicão, a 24 de janeiro de 1849, onde falece a 13 de abril de 1928, na posição de proprietário e capitalista. Filho de pais lavradores, (o progenitor é também louvado do tribunal), emigra para o Rio de Janeiro, a 8 de junho de 1862, aos 13 anos, na barca Maria, com partida do Porto. Sai de Famalicão, após contactos familiares, no sentido de encontrar na terra de destino um respaldo que lhe facilite alcançar os objetivos planeados e chega à capital do Brasil, volvido pouco mais de um mês<sup>6</sup>.

Na falta da primeira carta enviada por Sousa Fernandes para a família, ajuda-nos a resposta<sup>7</sup> de 2 de agosto de 1862, que o pai lhe dá e que dividimos em 3 partes: a viagem, a chegada e os conselhos paternos. Alude inicialmente à carta que o filho lhe escrevera a 26 de julho, descansando-o sobre a viagem que corra sem incidentes, em que contara com a ajuda do comandante e de um emigrante conhecido do pai, de uma terra vizinha. Do porto do Rio de Janeiro, é levado para casa do irmão do progenitor, por dois primos, um de cada ramo familiar. O pai detém-se depois nos conselhos:

<sup>4</sup> PAIVA, 2016.

<sup>5</sup> A partir de agora, designada como Famalicão.

<sup>6</sup> PAIVA, 2016: 229-230 e 235-236.

<sup>7</sup> Arquivo Alberto Sampaio, VNF-Sousa Fernandes, correspondência recebida, carta 1. Daqui em diante abreviaremos para A.A.S.-S. Fernandes.



*Espero me escrevas em todos os paquetes, e que me dês notícias da tua saúde e de todos os nossos parentes aí existentes. Por aqui não há novidade alguma tudo tem saúde Prudência, Domingos, Eugénia e Aires<sup>8</sup> têm saúde e todos te enviam muitas visitas, restando-me dizer-te que faças por ser homem de bom porte e verdadeiro, pois havendo isso há tudo, junto com a graça do Altíssimo.*

*Aceita muitas recomendações [...] de toda a família. Aceita de tua Senhora mãe um abraço e outro da minha parte. Aceita as nossas bênçãos e que Deus te guie a tua carreira de comércio. Por agora limito-me a desejar-te uma boa saúde [...]*

Podemos acompanhar o percurso laboral deste emigrante de forma muito próxima, através da correspondência com a família, principalmente com o pai: poucos dias depois de chegar, emprega-se como caixeiro, na capital, na Rua da Quitanda n.º 94, na Casa de fazendas e modas do primo materno, Manuel Marques Pinheiro (e sócio)<sup>9</sup>. Foram 4 anos de aprendizagem, com alguns dissabores, que culminaram na sua saída e diligências de familiares (a seu pedido), para obter nova «arrumação».

O jovem abandona a capital com alguma relutância e segue para Niterói, iniciando-se como caixeiro, na firma de ferragens Bernardino Lopes Ribeiro & C.<sup>a</sup>, na Rua de S. João n.º 57<sup>10</sup>, pelo menos desde 24 de agosto de 1866, segundo a carta do primo Bento Sampaio. Durante algum tempo, tem a ajuda do primo pelo lado materno e seu colega de trabalho, José de Sampaio, que por razões de saúde, vai para Campos, onde tem o irmão João de Sampaio, mas continua a auxiliá-lo, dando-lhe explicações úteis sobre a forma como deve conduzir o seu quotidiano laboral, neste ramo em que é neófito.

O Rio de Janeiro parecia já não responder aos planos traçados por Sousa Fernandes, que procura junto de parentes novas possibilidades. Escreve ao primo pelo lado paterno, Aurélio Fernandes, então em S. Paulo, que lhe responde a 24 de abril de 1869, disponibilizando-se para o ir esperar, caso decida ir<sup>11</sup>:

*Tenho em meu poder sua estimada carta com data de 12 do antecedente e a qual respondo e continua presente a meu primo o offrecimen.º a Vm.e q.do pela primeiª vez me escreveu. Sobre as informações do negocio p. aqui, tenho a dizer-lhe que é bastante grande e com bastante comércio e algumas casas bem importantes e estou certo que se poderá arranjar uma bôa arrumação, porém também julgo que Vm.e não fará bem sahir da capital do Império [...]*

O primo já com 20 anos de permanência no país e a viver na época, em S. Paulo, começa por trabalhar, tal como outros familiares, no Rio de Janeiro. Protótipo do

<sup>8</sup> Refere-se à meia irmã de Joaquim Fernandes, ao marido desta e aos irmãos do jovem emigrado.

<sup>9</sup> Por uma carta de 28-7-1868, da Baía, do primo Manuel Sampaio, a Sousa Fernandes, então na Rua das Violas n.º 27, no Rio de Janeiro, tomamos conhecimento que a firma tinha o nome comercial de Marques Pinheiro & Lobo. A.A.S.-S. Fernandes, carta 237.

<sup>10</sup> Como se extrai de diversas cartas desse ano, do pai e do primo José Marques Pinheiro, por exemplo, a deste de 30 de outubro, onde refere ter recebido 2 cartas de Sousa Fernandes, comunicando-lhe a saída de seu irmão Manuel da firma Manuel Marques Pinheiro & C.<sup>a</sup>, mantendo boas relações, inferindo-se que o primo já estava a trabalhar. Foi colega na mesma casa comercial, em Niterói, do primo Manuel de Sampaio, como se vê pela carta que este lhe envia da Baía, a 29-10-1871. A.A.S.-S. Fernandes, carta 117 e 341.

<sup>11</sup> A.A.S.-S. Fernandes, carta 255.

emigrante remediado, admitia que se tivesse continuado «na capital» do império, talvez o seu trajecto pudesse ter sido mais auspicioso, talvez brilhante, como diz.

Da mobilidade geográfica no país de acolhimento dos nossos emigrantes, no sentido de realizar o seu projeto de vida, ou mesmo ampliá-lo, é exemplo esta carta, que parece tender a demover o jovem parente de deixar a capital, onde as possibilidades seriam em maior número e mais diversificadas.

## SUBINDO DEGRAUS

Sousa Fernandes procura explorar as suas potencialidades, nomeadamente no domínio de várias línguas, criando um portefólio que o conduz à etapa mais desejada, a de empresário, como adiante falaremos. Entretanto, chegou a altura de ser ele a auxiliar um primo, Paulo Fernandes, filho do tio Joaquim Fernandes que lhe escreve para esse efeito, de Famalicão, a 9 de setembro de 1873. Paulo é o portador da carta, e apesar de ter nascido no Brasil, vai como português, para não ser chamado à tropa:

*[...] Paulo [...] bai para essa afim de seguir o Commerçio, e por isso espero que lhe façás tudo quanto estiver ao teu alcance tanto para sua arrumação como para lhe dares os bons concelhos pois sabes [...] que para ser feliz hé perçizo ser fiel, verdadeiro, obdiente, poupado e trabalhador sem o qual nada se fás* <sup>12</sup>. [...]

Tal como o pai de Sousa Fernandes, também o tio lá trabalhara. Todavia, os destinos foram diferentes, o pai voltou solteiro e sem meios e o tio casou no Rio de Janeiro, com uma mulher lá nascida, teve filhos, conseguiu alguns bens de fortuna, regressando depois a Famalicão<sup>13</sup>.

Prestemos atenção a algumas partes desta carta. A exemplo do pai, também o tio lhe desenha o passaporte para o sucesso: a probidade, o trabalho, o comedimento nos gastos e a lealdade.

Já haviam decorrido vários anos desde que Sousa Fernandes aportara ao Rio de Janeiro, e apesar das vicissitudes por que passara, conserva na memória o conforto de encontrar familiares a esperá-lo, misturado com a ansiedade, o calor e a densa movimentação das pessoas no porto de desembarque, no já distante ano de 1862, mas a sua vontade de singrar mantém-se indómita.

Sousa Fernandes parte de Famalicão com as bases elementares da escrita, investe na sua formação, incluindo no domínio do francês, do inglês e do espanhol<sup>14</sup>, o que lhe dá ensejo a traçar nova fase: regressado de Niterói, emprega-se antes de 25 de março de 1868<sup>15</sup>, na capital, como caixeiro na Casa Gomes & Irmãos<sup>16</sup>, na Rua das Violas n.º 27, de

<sup>12</sup> A.A.S.-S. *Fernandes*, carta 416.

<sup>13</sup> PAIVA, 2016: 229-230.

<sup>14</sup> Missiva do pai de 10-4-1866. A.A.S.-S. *Fernandes*, carta 102.

<sup>15</sup> Cf. Carta desta data do pai, onde o informa haver recebido as suas de 5 de janeiro e de 6 de fevereiro desse ano, e que na última lhe dizia que deixara a anterior firma onde trabalhara, tendo estado 19 dias em casa do tio Manuel e que depois fora para a nova firma comercial, na Rua das Violas n.º 27 no Rio de Janeiro. A.A.S.-S. *Fernandes*, carta 102.

<sup>16</sup> Em missiva do pai de Sousa Fernandes para este, de 6-09-1871, faz referência a António Gomes, ex-patrão do filho e diz

Manuel Gomes dos Santos Portela e irmãos, de Guimarães, e depois na empresa que deu lugar à firma do mesmo ramo Gomes & Portela, de Manuel Portela, na Rua Teófilo Otoni n.º 23, no Rio de Janeiro<sup>17</sup> e, em dado momento, não sabemos em que data<sup>18</sup>, torna-se também «interessado», superando a anterior etapa. Em 2 de janeiro de 1877, já é sócio da nova empresa que se constituiu, a Fernandes, Andrade & C.<sup>a</sup> da qual fazem parte ainda Manuel Portela, Francisco da Mota Alves de Andrade, de Arnóia, Celorico de Basto, e Joaquim Marinho de Carvalho<sup>19</sup>.

Com a vinda para Portugal de Manuel Portela, admitimos que no início dos anos oitenta do século XIX<sup>20</sup>, é criada antes de 1885, a Fernandes Machado & C.<sup>a</sup>, formada por 4 sócios, ele incluído e ainda, o primo Paulo Fernandes, o cunhado Francisco de Andrade e Clementino Machado, natural de Guardizela, Guimarães, casado com uma sobrinha do barão de Faria, capitalista no Rio de Janeiro, natural de Famalicão. Em 1886, o irmão de Sousa Fernandes, substitui Paulo Fernandes e, em 1889, nova remodelação se opera com a saída de Clementino Machado, formando-se a Fernandes Barbosa & C.<sup>a21</sup>.

Em 1898, Sousa Fernandes torna-se industrial de lanifícios da Fernandes D’Olne & C.<sup>a</sup>, tendo como sócio o belga Frederico D’Olne, que fundara em 1895, com o português emigrante nesse país, José Leite da Cunha, no Bairro do Barreto, (acima de Niterói), a fábrica Aurora, sob a designação comercial Leite da Cunha & Olne. Em 1901, passa a denominar-se Cruz D’Olne & C.<sup>a</sup> e é constituída por Frederico D’Olne e António Soares da Cruz, como sócios comanditários e como solidários Sousa Fernandes e José Leite da Cunha, cada um com o capital social de 50.000.000<sup>22</sup>. Em 1902, mudam de sede, comprando o antigo prédio da Companhia das Forjas Nacionais, na Rua da Real Grandeza no Rio de Janeiro, com depósito e escritórios na Rua de S. Pedro n.º 49. Sousa Fernandes mantém-se na cidade até 1904, fixando-se depois em Famalicão<sup>23</sup>.

## FAMILIARES PRÓXIMOS NO RIO DE JANEIRO

Vários elementos da família de Sousa Fernandes emigram para o Rio de Janeiro precisando de apoio, tal como ele já o tivera. Nesse sentido, lhe escrevem os pais e o tio Joa-

---

saber que era de Guimarães. A.A.S.-S. *Fernandes*, carta 326.

<sup>17</sup> A carta do Rio de Janeiro, de 13-3-1876, de Francisco de Andrade para Sousa Fernandes, então em cobranças por Minas Gerais, informa-o do óbito, na cidade, devido à febre-amarela, a 11 desse mês, de Francisco Gomes, «nosso cosocio». A.A.S.-S. *Fernandes*, carta 675.

<sup>18</sup> Admitimos que quisesse progredir mais rapidamente na empresa, pelo que equaciona novas possibilidades, como ir para Buenos Aires ou Valparaíso, pretensão de que o pai o dissuade, por exemplo, na carta de 25-09-1870. A.A.S.-S. *Fernandes*, carta 293.

<sup>19</sup> No comunicado enviado aos clientes, obtemos a informação de Sousa Fernandes ter sido interessado da anterior, sendo as casas comerciais a liquidar a Gomes, Portela & C.<sup>a</sup> e a Gomes & Irmãos. Este comunicado encontra-se junto da carta de 2-1-1877, endereçada por Manuel Gomes dos Santos Portela ao sócio Sousa Fernandes. A.A.S.-S. *Fernandes*, carta 787.

<sup>20</sup> Numa carta enviada de Vermoim, Famalicão, a 20-3-1882, a Sousa Fernandes, Manuel Portela informa-o que está a remodelar a sua Quinta da Igreja Velha, nessa localidade. A.A.S.-S. *Fernandes*, carta 1154.

<sup>21</sup> A denotar a influência de Sousa Fernandes, na capital, encontramos várias cartas do tio Joaquim Fernandes, recomendando-lhe alguns jovens que iam emigrar para o Brasil, por exemplo, a de 1-9-1887, em que lhe pede uma carta de recomendação para os filhos de Manuel da Silva Araújo casado com a prima Sofia Amélia. A.A.S.-S. *Fernandes*, carta 1659.

<sup>22</sup> A.A.S. – *Agenda de S. Fernandes*, s.c.

<sup>23</sup> Entre 1889 e 1909, adquiriu em Famalicão, vários bens rústicos e urbanos. A.A.S. – *Agenda de Sousa Fernandes*, s.c.

quim Fernandes. O primeiro a sair foi o irmão Aires Fernandes e, pelas cartas enviadas a Sousa Fernandes pela família nuclear e também pelo tio supra indicado, reconstituímos os passos preparatórios da partida de um jovem emigrante: a compra e confeção do enxoval básico, a aquisição do bilhete, a viagem de navio (com pessoas conhecidas ou de família), a proteção do jovem pelo comandante, a chegada ao porto de destino e o encaminhamento.

Aires Fernandes parte do Porto para o Rio de Janeiro, a 28 de janeiro de 1868, *na Barca Felix*, em segunda classe e com ele vai Francisco José Pacheco, residente em Famalicão, ambos com 13 anos<sup>24</sup>. Chega à cidade, antes de 10 de abril de 1868, estando à sua espera o primo Bento Sampaio que o leva para casa do tio Manuel Fernandes, onde cura as feridas provocadas por sarna apanhada a bordo.

Começa a trabalhar por intermédio do primo Bento Sampaio, a 10 de julho de 1868, na capital, onde fica 2 anos como caixeiro numa loja de armarinho. Continua como marçano, agora na casa comercial do primo João José de Sampaio, na Rua Direita n.º 61, em Campos, para onde vai antes de 29 de abril de 1870, como Aires refere em correspondência dessa data para o irmão<sup>25</sup>. É tão mal sucedido, que em 20 de março de 1871<sup>26</sup>, lhe pede por carta, alguma roupa. Regressa à capital, onde se encontra pouco antes de 6 de junho de 1871<sup>27</sup>. O irmão arranja-lhe um lugar de caixeiro na Magalhães, Praça & C.<sup>a</sup>, mas mais uma vez, Aires se queixa da forma como é tratado e da jornada excessiva. Em 22 de junho de 1878<sup>28</sup>, é «interessado» da Casa Fernandes Couto & C.<sup>a</sup>, na Rua do Mercado n.º 27, nessa cidade, tendo saído da firma devido a problemas entre sócios (o primo Joaquim José Fernandes Couto e [?] Guimarães). Em 21 de maio de 1886<sup>29</sup>, é sócio da Fernandes Machado & C.<sup>a</sup>, na Rua Teófilo Otoni n.º 23, no Rio de Janeiro, constituída antes de 1885, da qual já falámos anteriormente, a propósito da vida laboral do irmão e, a partir daqui, acompanha sempre Sousa Fernandes nas empresas que ele criou, exceto na de lanifícios. Aires Fernandes só volta a Famalicão, em 1891<sup>30</sup>, com 37 anos, tendo já falecido os pais, a irmã mais velha e o cunhado e alguns tios, e regressa ao Rio de Janeiro.

Há emigrantes que fixando-se no Brasil, alguns constituindo família, são alvo de preocupação, (por falta de notícias), de parentes próximos que ficaram na terra natal, como é o caso de Paulo Fernandes, de quem já falámos. Leiamos a carta seguinte de sua irmã para o primo Sousa Fernandes, enviada de Famalicão, a 16 de abril de 1891, que após lhe desejar boa estadia no Rio de Janeiro, um auspicioso regresso e o informar que, em casa do primo, todos passavam bem, tendo lá estado no dia anterior lhe diz:

*[...] eu é que estou bastante inquieta porque ainda não tive carta de meu irmão [...] escrevo-lhe novamente para ver se sabe alguma coisa dele [...] e se durante o tempo que a hi*

<sup>24</sup> Carta do pai de Aires Fernandes, ao outro filho, de 10-5-1868. A.A.S.-S. *Fernandes*, carta 208.

<sup>25</sup> A. A.S.-S. *Fernandes*, carta 277.

<sup>26</sup> A.A.S.-S. *Fernandes*, carta 319.

<sup>27</sup> Data de uma carta do pai para o filho mais velho. A.A.S., *Sousa Fernandes*, carta 323.

<sup>28</sup> A.A.S.-S. *Fernandes*, carta 805.

<sup>29</sup> A.A.S.-S. *Fernandes*, carta 1447.

<sup>30</sup> A.A.S.-S. *Fernandes*, carta 2014, de 6 de agosto desse ano, enviada ao irmão.

*estiver pode arranjar esses negócios que nos diz respeito. Como sabe temos 50 ações e meu irmão querendo podem-se repartir por todos três, se elle quizer tambem a casa pode ficar com ela e se não vende-se enquanto aqui aos bens tambem fica a vontade d'elle [...] Na carta que escrevo agora a meu irmão encomendo-lhe que vá ter com o primo mas pode muito bem elle ter mudado de lugar e por isso elle não a receber<sup>31</sup> [...]*

Paulo Fernandes é caixeiro numa loja de fazendas por atacado, na Rua Direita, n.º 115, no Rio de Janeiro, pelo menos desde 6 de abril de 1874<sup>32</sup>. Antes de 21 de maio de 1886<sup>33</sup>, é sócio da firma Fernandes Machado & C.ª, na Rua Teófilo Otoni n.º 23, na mesma cidade, que depois abandonou, por dissidências entre sócios, e acerca da qual já falámos, aquando do percurso laboral de Joaquim Fernandes. Em 19 de março de 1891, escreve de S. Manuel do Paraíso, onde vive com a mulher e os filhos, ao primo Sousa Fernandes, pede-lhe que o represente no inventário por morte do pai, que ampare a irmã e confessa-se desprotegido pela sorte<sup>34</sup>.

## OS AMIGOS, PONTES DE UM PERCURSO: SOUSA FERNANDES E O PRIMEIRO DE JANEIRO

O periódico portuense *O Primeiro de Janeiro* é financiado em grande parte, desde a sua criação, a 1 de dezembro de 1862, pelo «brasileiro» Joaquim Baltar, que a partir da década de 70, até ao óbito, em 1899, assume a sua propriedade e gestão, assessorado na área da contabilidade por Joaquim Pacheco, funcionário das finanças. O jornal conta entre os seus colaboradores com um apreciável núcleo da elite intelectual do país, como Camilo Castelo Branco, Eça de Queirós, Ramalho Ortigão, Guerra Junqueiro, entre outros. Desde 29 de junho de 1899, a empresa é administrada pelo filho do fundador e por Joaquim Pacheco<sup>35</sup>, um homem ligado a Famalicão, que vai firmar as relações à terra onde residiu em jovem, pela proximidade que estabelece com Sousa Fernandes<sup>36</sup>, um dos colaboradores do jornal, na rubrica «Crónicas brasileiras».

Sobre o impulso nas vendas do jornal, escreve José da Silva Ferro<sup>37</sup>, um dos amigos comuns de Joaquim Pacheco e de Sousa Fernandes, em carta que lhe envia a 10 de janeiro de 1886:

*[...] As suas correspondencias téem vindo muito cheias de intereçe para todos os leitores do Primeiro de Janeiro dando isso um aumento bom de receita a este jornal com a procura avulça, e mesmo maior numero de assignantes [...] e as suas cartas e os seus comentários são*

<sup>31</sup> A. A.S., *S. Fernandes*, carta 2012.

<sup>32</sup> Missiva desta data, de Joaquim Fernandes, para o sobrinho Sousa Fernandes. A. A.S., *S. Fernandes*, carta 496.

<sup>33</sup> Cartas de Aires Fernandes ao irmão, nomeadamente a desta data e a de 14-10-1887. A.A.S., *S. Fernandes*, carta 1447 e 1651.

<sup>34</sup> Em carta de 14-6-1891, Paulo Fernandes alude à herança do pai: 50 ações do Banco Rural e uma casa em S. Domingos [Niterói?]. A.A.S.-*S. Fernandes*, carta 2024.

<sup>35</sup> Veja-se, entre outros, NETO, 2014: 218-237.

<sup>36</sup> A correspondência tem como datas extremas 1881 e 1924. Por exemplo, a carta que Joaquim Pacheco escreve a Sousa Fernandes, a 20-4-1885. A.A.S.-*S. Fernandes*, carta 1341.

<sup>37</sup> A partir daqui, sempre designado por Silva Ferro.

*analisados e discutidos com interesse, mormente por pessoas que estão prezas a esse paiz por qualquer laço familiar ou negocio*<sup>38</sup> [...].

É de recordar o interesse na época, pelas notícias sobre o Brasil, país para onde foi a maioria dos emigrantes do norte de Portugal, na segunda metade do século XIX, tomando como dado paradigmático a inclusão desde o primeiro ano da sua publicação até à morte do seu fundador, da lista de emigrantes que regressavam, com indicação do paquete em que viajavam<sup>39</sup>.

Sousa Fernandes esteve em vias de ser sócio do periódico, como se constata pela carta que lhe envia do Rio de Janeiro, a 14 de setembro de 1891, o amigo Joaquim Valflorido que durante algum tempo escreveu do Brasil para o jornal portuense, a pedido deste<sup>40</sup>:

*[...] Lastimo sinceramente que se não realizasse a sua entrada para o Primeiro de Janeiro. Eu previa que a sua actividade e as suas aptidões postas ao serviço d'aquela folha – imprimir-lhe-hiam novo cunho. [...] Se entretanto o meu illustre amigo entender que a folha está nas condições de estipendiar um correspondente, as minhas cartas não têm preço, faça-o o amigo como se tratasse com um sujeito inteiramente estranho*<sup>41</sup>. [...].

As relações entre Joaquim Baltar e Sousa Fernandes tornaram-se cada vez mais próximas, como traduz o excerto da carta de Baltar, de 9 de junho de 1889, após a morte da filha de Sousa Fernandes, viúvo há poucos meses:

*[...] Peço-lhe também como seu verdadeiro amigo, para que saia por algum tempo da sua casa; venha até aqui com suas filhinhas passar algum tempo: Minha mulher compromette-se a velar por ellas como se fossem propriamente suas: Creia, meu amigo que, será recebido por todos nós com a maior franqueza e amisade*<sup>42</sup> [...].

## AMIGOS «BRASILEIROS» QUE RETORNAM

Entre um grupo alargado de nortenhos que emigram para o Brasil, seleccionámos dois, que mantêm uma amizade duradoura, a qual transparece da sua correspondência, e possuem um denominador comum, o retorno ao país de origem e a ascensão social fruto também dessa estadia.

Iniciamos com José Ferro nascido em Covas do Douro, a 9 de janeiro de 1843, que foi sócio do irmão, Victorino da Silva Ferro, que nasceu na mesma localidade, a 25 de

---

<sup>38</sup> A.A.S.-S. *Fernandes*, carta 1467.

<sup>39</sup> NETO, 2014: 218-237.

<sup>40</sup> A.A.S.-S. *Fernandes*, carta 2152.

<sup>41</sup> Este assunto está também presente na carta que o amigo José Gomes Graça lhe envia de Lisboa, a 1-2-1887, disponibilizando-se até a emprestar-lhe dinheiro para o negócio, caso precisasse, como referimos adiante, ao tratar do seu relacionamento próximo. A.A.S.-S. *Fernandes*, carta 1683.

<sup>42</sup> A.A.S.-S. *Fernandes*, carta 1896.

fevereiro de 1845<sup>43</sup>. Ambos constituíram a empresa de fazendas e roupa feita Victorino Ferro & C.<sup>a</sup>, sucessores da Silva, Ferro & C.<sup>a</sup>, na Rua Teófilo Otoni n.º 31, no Rio de Janeiro.

Embora tenhamos cartas enviadas por Silva Ferro desde 1879 até 1917, incidiremos neste artigo nas que foram escritas até 1889. Os assuntos predominantes são a política, a família e os negócios. Na política, destacamos aquelas onde Silva Ferro se manifesta um acérrimo inimigo do fontismo, encontrando-se, por vezes, incursões ao caráter de Fontes Pereira de Melo, por contraponto ao político brasileiro Silveira Martins<sup>44</sup>, que considera «um grande patriota, em quanto que Fontes é um homem currupto e podre».

Na esfera familiar, é visível que mantiveram relações próximas, pois Silva Ferro alude aos irmãos de Sousa Fernandes, Eugénia e Aires, com alguma proximidade. A primeira e a segunda mulher de Joaquim Fernandes, Antonieta Fernandes e Joaquina Fernandes foram elos fortes no relacionamento, a que se juntará um outro «brasileiro», igualmente nortenho, Constantino Nunes de Sá, de quem adiante falaremos. Atentemos no parágrafo da carta que Silva Ferro escreve ao amigo endereçada do Porto, a 10 de janeiro de 1886:

*[...] Tenho em mão suas estimadas cartas de 4 e 19 de Dezbr.º ultimo, na primeira das quais nos dá a agradável noticia da sua chegada com saúde e sem incidente desagradavel para si e digna esposa, a quem todos desta casa desejão as felicidades de que é digna<sup>45</sup>[...].*

Após falar de «Quinota», sobrinha e cunhada de Sousa Fernandes, estudante no Colégio Inglês do Porto, tal como já fora a mulher, D.<sup>a</sup> Antonieta Fernandes, Silva Ferro coloca a possibilidade desta dar à luz no palacete de Sá e Dona Beatriz, na Rua da Boavista (Porto), «onde tem trez enfermeiras dedicadas na pessoa de D. Beatriz, em D. Antonieta Peixoto que muito os estima e em minha mulher que a estima como filha»<sup>46</sup>.

No âmbito familiar, a carta de 27 de abril de 1886, endereçada para o Rio de Janeiro, fala da educação de «Quinota», enviando Silva Ferro as contas de despesas da menina no colégio e em gastos particulares<sup>47</sup>. Em missivas seguintes<sup>48</sup>, este assunto é longamente tratado, acabando a jovem por sair, devido à falta de saúde, aos resultados escolares e à exorbitância dos custos, ficando em casa da família de Silva Ferro, na Rua da Boavista, com lições particulares de português, francês e piano.

A instalação de Sousa Fernandes e da família, no Porto, goradas as diligências feitas para ficar em Famalicão, é preparada com todo o cuidado por Silva Ferro, acabando por optar pela casa da Rua da Boavista n.º 390, situada em frente à do comum amigo Constantino Nunes de Sá, futuro comendador.

<sup>43</sup> Livro de Baptismos de 1821-1852, anos de 1843 e 1845, fls. 83 v.º e 5.

<sup>44</sup> Gaspar Silveira Martins (1835-1901) foi ministro da Fazenda e senador do Império do Brasil de 1880 a 1889.

<sup>45</sup> A.A.S.-S. Fernandes, carta 1467.

<sup>46</sup> A.A.S.-S. Fernandes, carta 1467. A leitura da carta de Constantino de Sá para Sousa Fernandes, de 11-1-1886, do Porto, reforça o que escreve Silva Ferro sobre o acolhimento que teriam. A.A.S.-S. Fernandes, carta 1536.

<sup>47</sup> A.A.S.-S. Fernandes, carta 1474.

<sup>48</sup> Cartas de 27-5-1886, de 8-6-1886 e de 6-7-1886. A.A.S.-S. Fernandes, carta 1475, 1476 e 1477.

Os negócios estão patentes, por exemplo, no pedido de venda de vinho do Douro, no Rio de Janeiro, pelos amigos de Sousa Fernandes<sup>49</sup>, realçando Silva Ferro, entre os atributos de qualidade do vinho: o lugar de origem, o bom paladar e a bonita cor, e justificando a solicitação, pelo prejuízo certo que teria, se tivesse como intermediários os comissários porque «confundem nas contas de venda que dão o genero bom com o ordinário». A saída da empresa que tinha com o irmão, de que a partir do retorno a Portugal, é sócio comanditário ocupa uma parte significativa das cartas que endereça a Sousa Fernandes, a quem passa uma procuração para o efeito, cujo negócio é concluído, conquanto em condições aquém do esperado<sup>50</sup>.

Outro dos amigos com quem Sousa Fernandes se corresponde é José Gomes Graça<sup>51</sup> nascido em Padim da Graça, Braga, a 22 de outubro de 1845<sup>52</sup>, casado com Amélia Vial Quartin, vindo a ser cunhado do amigo também «brasileiro» natural do Porto, Gaspar Bastos, pelo casamento deste com Clotilde Vial Quartin, em 15 de março de 1888, na igreja de S. Domingos, em Lisboa<sup>53</sup>. Na notícia sobre este enlace, o noivo é referido como rico capitalista e é indicado que a madrinha havia sido D.<sup>a</sup> Amélia Quartin Graça e os padrinhos José Graça e o barão de Quartin.

A relação com Sousa Fernandes assenta em dois eixos: o familiar e o laboral. Sobre o primeiro, a proximidade vem dos tempos de solteiros, em que ambos vivem na capital do Brasil, que se mantém depois de casados, como é visível, por exemplo, pela escolha deste e da mulher para padrinhos da filha Irene nascida a 3 de outubro de 1887, na casa da Rua da Boavista, em cujo assento de batismo nos surge José Graça como capitalista, residente em Lisboa com sua mulher, e Sousa Fernandes como negociante, casado<sup>54</sup>.

Da fase no Rio de Janeiro, a primeira carta foi enviada por José Graça, de Southampton, a 14 de junho de 1878<sup>55</sup>, etapa da sua viagem à Exposição Universal de Paris de 1878<sup>56</sup>, em vapor, com partida da capital do Brasil, paragem na supra indicada localidade inglesa, estadia por 10 dias em Londres e saída para a Bélgica rumo a Paris, onde fica. Destacamos uma carta de Bordéus, de 26 de julho de 1878, em que José Graça escreve:

*[...] A tua pessoa tem sido aqui lembrada por diversas vezes pelos nossos amigos e também por a Sr.<sup>a</sup> D. Amélia Quartin que está morando no mesmo Hotel<sup>57</sup> em companhia do Vial e Sr.<sup>a</sup> com quem dei muitos passeios em carro até ao Bosque de Bolonha e Campos Elísios e seguem comigo para Lisboa amanhã, no vapor Iberia da companhia do Pacífico. Muito gosto teria em encontrarte em Lisboa para darmos alguns passeios e acabarmos de ver a nossa capital. Já estou convidado pela família Vial Quartin para hir passear alguns dias em Cintra*

<sup>49</sup> Carta de 15-12-1881. A.A.S.-S. *Fernandes*, carta 1043.

<sup>50</sup> Desde 10-1-1886, a 6-7-1886. A.A.S.-S. *Fernandes*, carta 1475, 1476 e 1477.

<sup>51</sup> A partir de agora sempre indicado como José Graça.

<sup>52</sup> *Livro de Baptismos de 1844-1877*, fl. 5.

<sup>53</sup> *Diario illustrado*, n.º 17, Lisboa, 1888, p. 1.

<sup>54</sup> *Livro de Baptismos de Cedofeita de 1887*, fl. 305 v.º.

<sup>55</sup> A.A.S.-S. *Fernandes*, carta 834.

<sup>56</sup> Tinham previsto ir juntos, o que não se concretizou devido à doença grave da mãe de Sousa Fernandes, obrigando-o a vir a Famalicão.

<sup>57</sup> Refere-se ao hotel Franklim, como se vê na sua carta de Paris, de 28-6-1878, onde diz pagar 15 francos diários e ser até melhor tratado que no hotel Frankfort do Porto. A.A.S.-S. *Fernandes*, carta 835.



*e me disseram para tu hires também e eu espero que não faltes e depois voltamos juntos para ahi*<sup>58</sup>. [...]

Nesta missiva, pede ao amigo que resolva os assuntos, a fim de voltarem juntos para o Rio de Janeiro e confia-lhe não ter visto tudo o que desejava, pois só para visitar a exposição, precisava estar vários meses na cidade, mas que apesar do pouco tempo, fez bastantes compras e «estudei o modo de se poder viver em Paris muito bem e por commodo preço e para um rapaz solteiro não há cidade melhor». Como trabalhavam na mesma área, transcrevemos outro excerto desta carta que temos vindo a citar:

*[...] Luto com grande dificuldade na escolha daquellas fazendas que nos procuramos em Lisboa e Porto e que nada nos agradou. [...] Luto com dificuldades é verdade, mas não é por haver falta, pelo contrario hei o maior sortimento que se pode desejar e gostos tão lindos e variados que diariamente me vi obrigado a comprar. [...]*

Os elos estreitaram-se entre as duas famílias com relações de compadrio, sendo Joaquim Fernandes padrinho de uma filha de Manuel Gomes Graça, que vivia na Póvoa de Varzim<sup>59</sup>, irmão de José Graça, e a mulher deste madrinha da menina.

Os assuntos laborais entremeiam-se com os da amizade, como na carta de 1 de fevereiro de 1887, de Lisboa. Após agradecer ao casal Fernandes o envio da fotografia da «interessante filhinha», dá-lhe conta que já recebeu:

*[...] a importância dos papeis que mandei vender, e tambem já empreguei a maior parte em diversos papeis aqui e isto fiz mas é emprego temporario para não estar o cobre parado e ainda hontem estava assistindo a arrematação de um predio em frente ao theatro de S. Carlos e offereci ainda mais dois contos do que o calculo que tinha feito de sua venda por ser em muito bom lugar, mas houve quem desse mais e deixei ir porque não quero ter só a gloria de ser proprietario, também quero renda relativa, e agora espero melhor occasião.*

*Se precisares mais dinheiro manda dizer porque agora felismente tenho cá! [...] Com relação ao 1.º de janeiro há alguma cousa? Se houver e entenderes que serve, eu cá estou e não precisas mandar vir dinheiro*<sup>60</sup>. [...]

José Graça agradece depois o envio dos 4 números do jornal referido, faz um elogio rasgado ao artigo do amigo sobre o Lazareto de Lisboa<sup>61</sup>, por onde ambos já tinham passado e tece apreciações a outras rubricas do periódico.

<sup>58</sup> A.A.S.-S. *Fernandes*, carta 836.

<sup>59</sup> Apesar de não datada, aceitamos que seja de 1878, dado mandar recomendações da mulher e do sogro (Brás Leão Quartin) e não se referir ao filho.

<sup>60</sup> A.A.S.-S. *Fernandes*, carta 1683.

<sup>61</sup> Local onde faziam uma quarentena profilática os viajantes que chegavam, por exemplo, do Brasil. Ver, a este propósito, o traço contudente de BORDALO-PINHEIRO, 1881. Sobre a passagem de Sousa Fernandes e de José Graça no Lazareto, damos como exemplo, a carta do amigo comum José Fontes, de Valadares, Vila Nova de Gaia, escrita no Rio de Janeiro, a 30-5-1878, onde equipara este espaço a uma prisão. A.A.S.-S. *Fernandes*, carta 825.

Um bilhete confidencial (sem data) está presente na correspondência enviada por José Graça a Sousa Fernandes. Nele informa o amigo que um seu antigo empregado no Rio de Janeiro o veio visitar e dá-lhe conta do teor do diálogo que travaram:

*[...] conversando com elle com relação a quase todas as casas do nosso conhecimento, quando chegou a tua disse elle que estava bastante parada e que isso elle attribuía ao pessoal não ser o mais competente para a direcção daquela casa. [...] Eu pensando veio-me a mente uma ideia que te a exponho como amigo e não por me envolver nos teus negócios<sup>62</sup>. [...]*

Termina por lhe sugerir a vinda ao Rio de Janeiro do sócio e cunhado Andrade, «um pé de boi já muito conhecido da freguesia e um homem de bem», podendo resolver a situação da empresa, evitando que Sousa Fernandes deixe a família.

## OUTROS AMIGOS EMIGRANTES NO BRASIL

É aceite, no estúdio atual da investigação, que entre os muitos portugueses que emigraram, poucos foram os que alcançaram uma posição privilegiada. Destes, destacamos dois, um regressa a Portugal e o outro mantém-se no Brasil. Atentemos numa carta do primeiro, Artur Augusto do Sacramento, enviada do Porto, a 10 de novembro de 1874:

*[...] tuas noticias causaram-me um effeito duplamente agradável por me noticiarem que estavas de saúde e que havias melhorado na tua carreira commercial alcançando o desideratum a que tendem todos os que se achão na minha posição, excepto eu o ser negociante. N' esta conformidade, recebe os meus sinceros parabéns, pois é com o mais vivo interesse que vejo os teus augmentos<sup>63</sup>. [...]*

Segundo a carta indicada, Artur Sacramento vivia na altura, com a irmã, na Rua do Almada, n.º 401, no Porto, trabalhando desde julho de 1872, como guarda-livros, na Fábrica de Tabacos Portuense, na Rua da Fábrica, (com cerca de 300 trabalhadores e trabalhadoras, na data em que lhe escreve), e terá sido um dos nortenhos que não conseguiu alcançar êxito no Brasil, tal como muitos outros, como Soromenho, um amigo comum, que ao contrário de Artur do Sacramento, não regressou a Portugal, e que foi ajudado por Sousa Fernandes, de quem falamos a seguir.

Entre a correspondência dirigida a Sousa Fernandes, encontramos missivas de António de Freitas Pimentel Soromenho, de 1866 a 1895, que fazem alusão a uma amizade iniciada no Rio de Janeiro, em data anterior, e onde se acham alguns trechos de uma narrativa pouco feliz, como a retirada do Rio de Janeiro rumo a Rio Manso, onde estava pelo menos a 14 de março de 1870, «vendendo fubá e toucinho<sup>64</sup>». Cerca de 5 anos depois, vemos António Soromenho em Bateias, município de Campo Largo, Paraná, de

<sup>62</sup> Aceitamos que faça parte da carta de 30-10-1887. A.A.S.-S. Fernandes, carta 1690.

<sup>63</sup> A.A.S.-S. Fernandes, carta 560.

<sup>64</sup> A.A.S.-S. Fernandes, carta 311.

onde escreve ao amigo, a 2 de fevereiro de 1875, que o foi visitar e de quem não teve coragem de se despedir e que lhe diz:

*[...] Ter de ir para o Rio de Jan<sup>to</sup> e passando em S. Paulo viajando duas leguas p.<sup>r</sup> dia não fallando nas eventualidades e dimora de negocio!! Estou perfeitam<sup>te</sup> esmorecido; pensei muito mas o que fazer? Ir à mercê de tudo p.que assim o permitem as circunstancias em que me acho. [...] perdoa-me meu amigo sei quanto te devo e sei que tudo fazes em meu proveito [...] parece-me que o lugar que procuro para ganhar o pão foge-me, ou o acaso me afasta dele, julgo que sou votado a morrer de vergonha de ter de ser pesado constantemente a todos<sup>65</sup>.*

António Soromenho acaba por ir trabalhar de novo para o Rio de Janeiro, para a casa comercial Magalhães Graça & C.<sup>a</sup>, onde era caixeiro Aires Fernandes, irmão do seu amigo, e escreve a Sousa Fernandes dessa cidade, a 23 de março de 1875<sup>66</sup>.

## A MAÇONARIA NA VIDA DO JOVEM SOUSA FERNANDES

Uma das etapas marcantes da vida de Sousa Fernandes pelo território mineiro, que percorria como caixeiro-viajante, foi a sua passagem pela maçonaria, com papel determinante, (um dos fundadores), na constituição da Loja maçónica Brasil Independente, da cidade S. Paulo de Muriahé, Minas Gerais, na segunda metade do século XIX, de que destacamos alguns excertos do seu epistolário, começando pela carta do amigo José Joaquim do Nascimento endereçada de Presídio, a 11 de abril de 1876:

*Recebi tua carta de hontem datada, e bem assim a prancha que com o nosso Ir .: Albino José Duarte me endereçastes, nomeando-me Delegado ao Gr.: Or.: para coadjuvar-vos na regularização da L.: Brasil Independente em S. Paulo, cuja festa terá lugar a 22 do Corr.e.*

*Junto a esta envio-te uma prancha declarando-te, e ao dito nosso Ir .: Albino, que aceito a nomeação de Deleg.<sup>o</sup> do Gr .: Or .: e por esta certifico-te que no dia 19 do Corr.e eu e m.s 4 ou 5 maçons deste lugar partiremos p.<sup>a</sup> o Brejo afim d'ali reunir-mos com V<sup>e</sup> e junto seguiremos para São Paulo<sup>67</sup>. [...]*

Albino Gonçalves Pinto é outro amigo e companheiro na agremiação maçónica e escreve-lhe de Diamantina, a 21 de agosto de 1876, onde faz votos:

*Ao supr Arch.: do U.: para que a nascente Loja Brasil Independente do Or .: de S. Paulo de Muriahé da qual fostes digno membro installador progrida a passos gigantescos a bem da nossa ordem e da humanidade<sup>68</sup>.*

A dinâmica dessa loja maçónica está bem patente na carta que lhe manda daí, a 15 de julho de 1876, o Ir .: Januário Sabino Ribeiro, onde alude ao discurso do Dr. Pinto proferido

<sup>65</sup> A.A.S.-S. Fernandes, carta 667.

<sup>66</sup> A.A.S.-S. Fernandes, carta 668.

<sup>67</sup> A.A.S.-S. Fernandes, carta 721.

<sup>68</sup> A.A.S.-S. Fernandes, carta 738.

na sessão de regularização, pondo a hipótese de ser publicado no periódico Monitor do Norte<sup>69</sup>, e também refere a chegada no dia 22 seguinte, à capital, do Ir.: Albino José Duarte com ampla informação sobre a Loja local. Nesta missiva, Sousa Fernandes é informado que:

[...] *A loja prossegue regularmente os seus trabalhos; já adoptou seu regulamento interno confeccionado pelo Dr. Pinto, já expediu diplomas aos seus Deputados e Delegados e diversas pranchas ao Gr.: Secr.: Ger.: do Ord.: , ao Gram Mestre H.H. Toda esta correspondência irá pelo irmão [...] Joaquim Silvério da Silva Mineiro [...] dirigida a V. M.<sup>cê</sup> 70 [...].*

Aceitamos que a filiação de Joaquim Fernandes no Partido Republicano Português e a sua carreira política sempre neste partido, desde autarca a senador da República, tenham como embrião os ideais da loja maçónica que ajudou a criar.

## CONVIVENDO COM A SAÚDE E A DOENÇA: A SIFILIS NOS EMIGRANTES PORTUGUESES

A sífilis foi um tema abordado tanto no seio médico como fora dele, pela sua alta incidência e repercussões. Centramo-nos no que disseram 3 médicos, 2 brasileiros e 1 português ligados a esta área. O primeiro, Juliano Moreira, escrevia em 1899, que a doença tinha encontrado no Brasil, o local propício para se instalar, quase se confundindo com outras afeções. O segundo, Cláudio de Sousa, uns anos depois, afirmava: «sobre a sífilis e as moléstias venéreas quase não há necessidade de estatísticas no Brasil, podendo-se contar o número de vítimas, aproximadamente pelo número de brasileiros. É uma exageração?...De modo algum», e o terceiro, Tovar Faro, escreve em 1934: «Nós portugueses fomos muito atingidos [...] nos últimos tempos pela nossa grande emigração para o Brasil. Ali, a sífilis é tão frequente, que, entre nós pode dizer-se que quem viveu algum tempo nesse país, é sífilítico com certeza»<sup>71</sup>.

Algumas cartas recebidas por Sousa Fernandes dão-nos conta que a sífilis estava presente entre os emigrantes lusos, como indicaremos. O amigo António Mendes da Costa Reis escreve-lhe a 21 de dezembro de 1874, de Minas Novas:

[...] *Não poço, não devo, e não me hé possível esquecer do Cidadão Ir.: sentindo sumis-simamente seus soffrimentos phisicos, morais e egienicos de falta de saude =entende?= Interes-sado como devo pelos Ir.: tive de interrogar ao martyr J.<sup>m</sup> Mariano p. sua pessoa, então informou-me melhor do que os proprios medicos qual a febre ecclisastica de que se achava affetado e que tanto o afligia, este informou-me que foi apanhado no m.<sup>mo</sup> tinteiro ou vazo em que elle a encontrou, visto como aqui esta abancado se cicatrizando com mercurio, arcenico, vaureite, alteirantes de plumer e Lerey, as ulceras que o persegue. [...]*

*Que perigo p.<sup>a</sup> os Ir.: viajantes?*

<sup>69</sup> Jornal literário, científico e noticioso, de periodicidade semanal, publicado em Diamantina, desde 1874, tendo como editor José Sebastião Rodrigues Bago.

<sup>70</sup> A.A.S.-S. Fernandes, carta 748.

<sup>71</sup> Os dados destes três médicos colhemo-los em CARRARA, 2012: 432-433.

É interessante confrontarmos este excerto com a literatura científica:

[...] *Mercúrio, arsênico, bismuto e iodetos foram inicialmente usados na tentativa de tratar a sífilis, mas mostraram baixa eficácia, toxicidade e dificuldades operacionais*<sup>72</sup>. [...]

Numa carta de António Soromenho, de quem já falámos, encontramos passagens interessantes sobre a questão. Pese embora as propostas que lhe faz para o ajudar, como uma viagem, porque entende ser «o melhor balsamo para as paixões», Sousa Fernandes trilha outros caminhos, dizendo-lhe António Soromenho, em 11 de julho de 1871:

[...] *acho feio o teu proposito nas distrações que me dizes procurar para desvanecer a tua mallograda paixão que busques divertimentos em um lugar onde ha tantos, é natural, mas não precisas baixar a lupanares tão impuros que te arruinam a moral e o phisico: rehabilita-te com a tua propria dignidade, procura distrações porem naturaes*<sup>73</sup>. [...]

Terminamos com o exemplo de um conterrâneo amigo de Sousa Fernandes, com quem privou no Rio de Janeiro e em Niterói<sup>74</sup>, Luís Veloso, falecido a 1 de janeiro de 1871, em Famalicão, com 27 anos, vítima dessa doença.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A epistolografia abre-nos múltiplos planos de abordagem, permitindo-nos fazer incursões substantivas, na situação em apreço, no domínio da emigração portuguesa de Oitocentos para o Brasil, como projetos de vida, planos de retorno, de regresso e no caso dos «brasileiros», outra vida no país de origem, novo lastro de sociabilidade e *cursus honorum*, possibilitando o epistolário colocar o biografado num espaço e tempo dinâmicos, apreendendo a diacronia e a sincronia. Assim, a correspondência epistolar deu-nos ensejo de conhecer facetas diversas das que nos oferecem os documentos oficiais e mesmo construir a narrativa dos atores. No caso de Sousa Fernandes, facultou-nos, entre outros aspetos, a data da primeira ida para o Rio de Janeiro, a preparação da viagem, a mobilização dos familiares nesse projeto, tanto do lado de cá, como no de lá, a replicação desse modelo no irmão e primos que deixaram Portugal em direção ao Brasil. As teias familiares, algumas vezes alargadas a redes de amizade, constituem dimensões de grande impacto no percurso seguido pelos emigrantes e, no caso analisado, contribuíram de forma relevante para a arquitetura de vida da personagem em análise, vendo-a também presente noutros familiares e amigos de Sousa Fernandes que deixaram Famalicão, tal como acontece com as várias treliças familiares igualmente encontradas, por exemplo, por Cármen Cunha em estudo microanalítico sobre o concelho de Guimarães<sup>75</sup>. Foi também preg-

<sup>72</sup> AVELLEIRA & BOTTINO, 2006: 7.

<sup>73</sup> A.A.S., *S. Fernandes*, carta 344.

<sup>74</sup> A.A.S., *S. Fernandes*, cartas 197-200 do ano de 1867.

<sup>75</sup> CUNHA, 1997.

nante a relação de Sousa Fernandes à Maçonaria, ainda muito jovem, no Brasil, abrindo-lhe uma rede de sociabilidade e até de amizades que, de outra forma, poderia ter mais dificuldade em construir, bem como ajudou a gizar o seu espírito de livre-pensador, presente no ideário político que defendeu e seguiu, o republicanismo, tendo chegado a vice-presidente do Senado no período da Primeira República em Portugal. Admitimos mesmo que o investimento em aulas noturnas e bibliotecas feito pela Maçonaria no Brasil tenha sido um dos veículos da sua ilustração<sup>76</sup>.

## FONTES

- Agenda de Sousa Fernandes de 1892 a 1895.* (Arquivo Alberto Sampaio, Vila Nova de Famalicão).  
*Correspondência recebida por Sousa Fernandes de 1862 a 1927.* (Arquivo Alberto Sampaio, Vila Nova de Famalicão).  
CASTELO-BRANCO, Camilo (1885) – *Serões de S. Miguel de Seide*. <Disponível em <https://www.scribd.com/.../Seroes-de-S-Miguel-de-Seide-por-Camilo-Castelo-Branco>>.[Consulta realizada em 16/04/2017].  
*Diário ilustrado*, n.º 17, Lisboa, 1888.  
Registos paroquiais de Cedofeita, Porto, *Livro de Baptismos de 1887*.  
Registos paroquiais de Covas do Douro, Sabrosa, *Livro de Baptismos de 1821-1852*.  
Registos paroquiais de Padim da Graça, *Livro de Baptismos de 1844-1877*.

## BIBLIOGRAFIA

- ALVES, Jorge Fernandes (1994) – *Os Brasileiros: emigração e retorno no Porto oitocentista*. Porto: [e.a.].  
\_\_\_\_ coord. (1999) – *Os «Brasileiros» da emigração*. Famalicão: Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão.  
AUSTER, Paul (2013) – *Informe del interior*. Barcelona: Anagrama.  
AVELLEIRA, João Carlos Regazzi; BOTTINO, Giuliana (2006) – *Sífilis: diagnóstico, tratamento e controle*. «Anais brasileiros de dermatologia», vol. 81 n.º 2, Rio de Janeiro. Disponível em <revista@sbd.org.br.>. [Consulta realizada em 1/11/2016].  
BARATA, Alexandre Mansur (1999) – *Luzes e sombras: a ação da maçonaria brasileira (1870-1910)*. Campinas: UNICAMP.  
CARRARA, Sérgio (1996) – *Tributo a Vénus: a luta contra a sífilis no Brasil da passagem do século aos anos 40*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.  
\_\_\_\_ (2012) – *Estratégias anticoloniais: sífilis, raça e identidade colonial no Brasil do entre-guerras*. In HOCHMAN, Gilberto e ARMUS, Diego, org. – *Cuidar, controlar, curar, ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, p. 427-453.  
CUNHA, Cármen Alice Aguiar de Morais Sarmento (1997) – *Emigração Familiar para o Brasil. Concelho de Guimarães 1890-1914 (Uma Perspectiva Micro Analítica)*. Braga: Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho. Dissertação de Mestrado.  
FERNANDES, Adília; PAIVA, Odete (2009) – *Emigração dos minhotos para o Brasil (1850-1910). Os bem sucedidos e os outros*. In SOUSA, Fernando et al, coord. – *Nas duas margens. Os Portugueses no Brasil*. Porto: CEPES, Edições Afrontamento, p. 411-423.  
MAIA, Fernanda Paula de Sousa e PEREIRA, Maria da Conceição Meireles (2000) – *Os brasileiros de tornaviagem no Noroeste de Portugal*. In *Os brasileiros empresários e investidores*, Lisboa: Comissão Nacional para as comemorações dos descobrimentos portugueses, p. 311-329.

---

76 BARATA, 1999.

- MAIA, Fernanda Paula Sousa (2016) – *Estratégias familiares de investimento de remessas de emigrantes no Brasil no Noroeste português entre 1950 e 1970 – estudo de caso*. «População e Sociedade», vol. 25. Porto: CEPESE, p. 105-120.
- NETO, Alda (2014) – *Gaspar Ferreira Baltar, o «brasileiro» n’O primeiro de Janeiro*. In SOUSA, Fernando *et al*, coord. – *Portugal e as migrações da Europa do Sul para a América do Sul*. Porto: CEPESE, p. 218-237.
- PAIVA, Odete (2016) – *A População e a sociedade de Vila Nova de Famalicão entre 1620 e 1960 – crescer e progredir*. Vila Nova de Famalicão: Editora Humus.
- PINHEIRO, Rafael Bordalo (1881) – *No lazareto de Lisboa*. Lisboa: Empreza Litteraria Luso-Brasileira.





# ORIGEM E DISTINÇÃO: AS MARCAS DE VINHOS NO FINAL DO SÉCULO XIX\*

GASPAR MARTINS PEREIRA\*\*  
MARLENE CRUZ\*\*\*

**Resumo:** Em finais do século XIX, num contexto de profundas transformações da produção vitivinícola, com a reconversão pós-filoxérica, e de grande instabilidade dos mercados de vinhos, com o desenvolvimento da concorrência e com a proliferação de imitações e falsificações dos principais tipos de vinhos de denominações reconhecidas, assiste-se à emergência do direito das marcas comerciais, visando reprimir as práticas de concorrência desleal e a utilização abusiva das indicações de proveniência falsas ou falaciosas. Em Portugal, a aprovação da «lei das marcas» de 4 de Junho de 1883, na sequência da assinatura, em Março desse ano, da Convenção da União de Paris para a protecção da Propriedade Industrial, iria dar origem à criação do registo de marcas comerciais para os diversos produtos.

A partir do levantamento das marcas registadas entre 1883 e 1900, em que se verifica uma forte presença de marcas de vinhos e produtos vinícolas, procuramos perceber de que forma os diferentes agentes comerciais recorreram a imagens rurais associadas às regiões de origem dos vinhos, como elementos de distinção e valorização das suas marcas. A par dessa articulação entre marcas e denominações de origem, e dos diferentes interesses envolvidos, desde os produtores aos retalhistas, pretende-se compreender a valorização conferida às características dos vinhos (castas, qualidades, categorias e processos de vinificação e envelhecimento, etc.).

**Palavras-chave:** Marcas; vinho do Porto; denominação de origem; rótulos.

**Abstract:** The end of the 19th century was marked by profound changes in wine – growing, with post – phylloxera restructuring and a high degree of instability in the wine markets, growing competition, and the proliferation of imitations and falsifications of the main types of wines from well – known denominations. At the same time, though, the first steps were taken to regulate trademarks, intended to repress unfair competition and the abusive use of false or misleading indications of origin. In Portugal, the «trademark law» was enacted, dated 4th June 1883, following the signing in March that year of the Paris Convention for the Protection of Industrial Property, which gave rise to the registration of trademarks and brands for a wide range of products. Based on a survey of the registered trademarks between 1883 and 1900, in which there are a significant number of wine brands and wine products, this paper intends to understand how the different commercial agents resorted to rural images associated to the wines’ regions of origin, as elements of distinction and enhancement of their brands. After intersecting the brands and denomination of origin, as well as the different interests involved, from producers to retailers, the importance attributed to the characteristics of wine (grape varieties, qualities, categories, and wine – making processes and ageing, etc.) will be analysed.

**Keywords:** Brands; Port wine; denomination of origin; labels.

## INTRODUÇÃO

A emergência das marcas comerciais modernas, associada à criação do quadro legal de protecção dessas marcas em finais do século XIX, relacionou-se, segundo diversos auto-

\* Este texto retoma e desenvolve a comunicação com o mesmo título que apresentámos, em 2013, ao III Encontro RuralRePort – «Territórios rurais e consumos alimentares», realizado no Mosteiro de S. Martinho de Tibães, Braga, organizado pela Rede Portuguesa de História Rural e pelo CITCEM.

\*\* Professor Catedrático do Departamento de História e de Estudos Políticos e Internacionais da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Investigador do CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço & Memória».

\*\*\* Bolseira de Gestão de Ciência e Tecnologia do CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço & Memória», Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

res, com o nascimento das grandes companhias empresariais, com ganhos de eficiência económica, num contexto de expansão dos mercados e de crescente afastamento entre produtores e consumidores na cadeia de distribuição<sup>1</sup>. As marcas visariam, assim, fornecer aos consumidores informação sobre a genuinidade dos produtos, garantida pelos respectivos produtores, traduzindo-se a sua identificação e reconhecimento em vantagens concorrenciais.

Porém, no sector dos vinhos, ao contrário do que acontecia na generalidade dos produtos industriais, jogavam-se interesses, ora complementares ora divergentes, de diferentes actores da cadeia de negócios, entre a produção e os mercados. Neste caso, as marcas comerciais, como salientou Paul Duguid, foram usadas não só como instrumentos de concorrência no mercado mas também para o domínio da cadeia de abastecimento, com uma crescente apropriação pelo sector comercial de mais-valias geradas pelo sector produtivo, nomeadamente a identificação com denominações de origem há muito reconhecidas pelos consumidores<sup>2</sup>.

Em Portugal, na sequência da assinatura da Convenção da União de Paris para a protecção da Propriedade Industrial, em 20 de Março de 1883, seria publicada a Carta de Lei sobre «marcas de fábricas ou de comércio», a 4 de Junho desse ano, sendo a respectiva regulamentação decretada em 23 de Outubro<sup>3</sup>. Essa legislação iria dar origem à criação do registo de marcas para os diversos produtos industriais e comerciais. Os registos, da competência da Repartição de Comércio e Indústria, integrada na Direcção-Geral do Comércio e Indústria do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, passaram a ser publicados, regularmente, no *Diário do Governo*, a partir de 8 de Dezembro de 1883. No ano seguinte, o Ministério iniciou também a publicação periódica do *Boletim da Propriedade Industrial*, reunindo não só os pedidos e obtenções de registos de marcas mas também outras informações relacionadas com a propriedade industrial.

## 1. RESULTADOS PRELIMINARES DE UM PROJECTO DE PESQUISA

O estudo desses registos de marcas poderá contribuir, em nosso entender, para um maior conhecimento de produtos comercializados pelos diversos sectores industriais, mas também de produtos agrícolas ou agroindustriais com forte vocação comercial, como no caso dos vinhos. As marcas de vinhos e de produtos vinícolas representavam aliás uma percentagem bastante significativa no conjunto das marcas registadas (cerca de 23% do total de 4.440 registos efectuados entre 1883 e 1900). Por isso, optámos por apresentar

---

<sup>1</sup> Veja-se, por exemplo, WILKINS, 1992: 66-68.

<sup>2</sup> DUGUID, 2003: 436-437.

<sup>3</sup> *Carta de Lei de 4 de Junho de 1883 sobre marcas de fábricas ou de comércio, e regulamento para execução da mesma Carta de Lei aprovado por Decreto de 23 de Outubro de 1883*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1883. Refira-se, no entanto, que a Convenção da União de Paris para a protecção da Propriedade Industrial só viria a ser ratificada em Portugal através da Carta de Lei de 17 de Abril de 1884. Sobre a participação de Portugal nas Convenções internacionais de defesa da propriedade industrial, veja-se MAIA, 1984: 421-426.

aqui alguns resultados do estudo que temos em curso, no âmbito do CITCEM, sobre as marcas comerciais em finais do século XIX, a partir dos levantamentos de todos os registos publicados até 1900<sup>4</sup>, limitando a nossa análise ao sector vitivinícola.

Trata-se ainda de resultados preliminares, que procurámos cruzar com a complexa problemática dos vinhos portugueses, num período particularmente difícil, devido às profundas transformações da produção vitivinícola, com a reconversão pós-filoxérica, e à grande instabilidade dos mercados, com o desenvolvimento da concorrência e com a proliferação de imitações e falsificações dos principais tipos de vinhos de denominações reconhecidas<sup>5</sup>. Eram, de resto, problemas que afectavam, igualmente, outros vinhos prestigiados portugueses, como o Madeira<sup>6</sup>, e os grandes vinhos europeus<sup>7</sup>. Compreende-se, neste contexto, a forte adesão do sector ao registo de marcas comerciais, visando proteger-se das práticas de concorrência desleal e da utilização abusiva das indicações de proveniência falsas ou falaciosas<sup>8</sup>.

Neste sentido, procuraremos perceber de que forma os diferentes agentes comerciais recorreram a imagens rurais associadas às regiões de origem dos vinhos, como elementos de distinção e valorização das suas marcas. A par dessa articulação entre marcas e denominações de origem, e dos diferentes interesses envolvidos, desde os produtores aos retalhistas, pretende-se ainda compreender a valorização conferida às características dos vinhos (castas, qualidades, categorias e processos de vinificação e envelhecimento, etc.).

## 2. OS REGISTOS DE MARCAS E A IMAGEM DOS VINHOS

Começamos por uma interrogação para a qual não encontrámos qualquer resposta: por que razão os registos de marcas de vinhos, pouco significativos até 1888 (entre 0 e 12 registos anuais, representando um máximo de 6% do total), dispararam, a seguir, para valores elevados (entre 1888 e 1889, passaram de 2 para 51 registos, representando uma subida de 2% para 32% do total), mantendo, depois, até 1900, um peso sempre importante no total de registos?

<sup>4</sup> Para o efeito, utilizámos a base de dados produzida por Marlene Cruz, no âmbito do seu projecto de Bolseira de Investigação do CITCEM, intitulado «Registo de marcas, 1883-1900». O último registo datado de 29.12.1900, tem o número 4561. No entanto, as fontes consultadas (Diário do Governo e Boletim da Propriedade Industrial) apresentam quer omissões de números de registo (115 casos) quer repetições de números (30 casos) para marcas diferentes.

<sup>5</sup> Retomamos, nesta perspectiva, algumas reflexões anteriores. Cf. PEREIRA, 2009. O problema das falsificações de vinhos tem vindo a ser abordado por diversos autores, embora muitos deles não o articulem com a problemática das «marcas». Veja-se, por exemplo, para o caso português, SIMÕES, 1932; CARDOSO, 2001; RAMOS, 2010.

<sup>6</sup> Sobre as falsificações do Madeira na zona do Xerez: MALDONADO ROSSO, 1998: 141-162.

<sup>7</sup> Diversos autores, quer em obras gerais quer em estudos específicos, têm prestado atenção a estes aspectos. Veja-se, para o caso espanhol: PAN-MONTOJO, 1994: 156-173 e 280-290; e para o caso francês: STANZIANI, 2003: 154-186; uma perspectiva mais geral pode ler-se em: CASTRO COELLO, 2004: 793-859; UNWIN, 1991: 310-313.

<sup>8</sup> Condenadas pela Convenção de Madrid de 14 de Abril de 1891, a que Portugal aderiu, vertendo as respectivas orientações para a legislação portuguesa, através do Decreto-Lei de 15.12.1894 e do Regulamento de 23.03.1895.

**Quadro 1** – Evolução do registo de marcas e importância das marcas de vinhos e produtos vinícolas (1883-1900)

Anos	Total de Registos	N.º Registos Vinhos	% Registos Vinhos
1883	9	0	0
1884	66	0	0
1885	144	3	2
1886	219	12	5
1887	173	11	6
1888	132	2	2
1889	161	51	32
1890	100	25	25
1891	139	30	22
1892	113	13	12
1893	194	34	18
1894	268	64	24
1895	450	147	33
1896	608	224	37
1897	568	112	20
1898	376	112	30
1899	367	69	19
1900	353	105	30
Total	4.440	1.014	23

Fonte: *Diário do Governo*, 1883-1900.

Trata-se de uma questão que procuraremos esclarecer com o desenvolvimento da investigação. Como já referimos, essa situação poderá relacionar-se com o aumento da concorrência e a proliferação de imitações e falsificações dos principais tipos de vinhos de denominações reconhecidas, que se sobrepuseram à invasão filoxérica, gerando uma crise comercial dos vinhos a partir de finais da década de oitenta.

## 2.1. MARCAS E DENOMINAÇÕES DE ORIGEM<sup>9</sup>

Não é de estranhar, por isso, que, no total dos registos de marcas em que a denominação de origem aparece explicitada ou evidente, os vinhos do Porto assumam uma clara predominância (73%), ainda maior se lhe reunirmos outros vinhos (de mesa, espumantes e moscatéis) provenientes da mesma região de origem, o Alto Douro, que representam quase 8%. Seguem-se, a grande distância, os vinhos de Colares (5%) e Verdes (menos de 4%). Apesar das produções crescentes de vinhos de outras regiões do país, nomeadamente

<sup>9</sup> Uma perspectiva jurídica sobre a relação entre as marcas comerciais e as denominações de origem pode ler-se em: ALMEIDA, 1999.

no Centro e Sul, as percentagens em que os registos de marcas desses vinhos referenciam a sua denominação (Bucelas, Madeira, Bairrada, Setúbal, etc.) são sempre pouco significativas, raramente ultrapassando 1%. São também relativamente escassas as denominações estrangeiras. Se exceptuarmos o Champagne (2,6%), as referências outras denominações são escassas (apenas três casos de marcas de vinhos do Xerez e de Bordéus).

**Quadro 2** – Importância das denominações nas marcas de vinhos e produtos vinícolas (1885-1900):

Denominações	N.º Registos	% Registos
<i>Estrangeiras:</i>		
Champagne	16	2,6
Xerez	2	0,3
Bordéus	1	0,2
<i>Nacionais:</i>		
Porto	452	73,0
Douro (mesa, moscatel e espumante)	47	7,6
Colares	31	5,0
Verde	22	3,6
Bucelas	8	1,3
Madeira	7	1,1
Bairrada	6	1,0
Óbidos	4	0,6
Salvaterra de Magos	4	0,6
Almada/Lisboa	3	0,5
Cartaxo	2	0,3
Lafões	2	0,3
Setúbal	2	0,3
Palmela	2	0,3
Quelfes (Algarve)	2	0,3
Dão	1	0,2
Alcobaça	1	0,2
Serradares	1	0,2
Ribatejo	1	0,2
Faial	1	0,2
Terceira	1	0,2
<i>Com denominação</i>	619	61,0
<i>Sem denominação</i>	395	39,0
<b>Total</b>	<b>1.014</b>	<b>100,0</b>

Fonte: *Diário do Governo*, 1883-1900.

Convém assinalar que, no caso dos vinhos, a legislação sobre marcas comerciais esteve longe de precaver as fraudes e falsificações relacionadas com a denominação de origem, mesmo depois da adesão de Portugal à doutrina da Convenção de Madrid, de 14 de Abril de 1891, para repressão das indicações de proveniências falsas ou falaciosas, e sua tradução na legislação nacional (Decreto-Lei de 15.12.1894 e Regulamento de 23.03.1895). Se é verdade que muitos dos registos de marcas procuram evidenciar a genuinidade do vinho e a sua proveniência, não é menos verdade que uma análise mais fina dos registos detecta facilmente o recurso à marca para legitimar fraudes grosseiras, com a adopção de proveniências falsas ou falaciosas ou o uso indevido de denominações reconhecidas. Poderíamos multiplicar os exemplos, desde os variados «Champagnes» do Bombarral, com as ingénuas designações de «Champagne de água-pé», «Champagne de piquette» ou «Champagne de mistura», aos «Champagnes» da Bairrada, por vezes com designações mais sofisticadas, como «Champagne portugueses Extra Dry».

**Quadro 3** – Denominações registadas por Emílio Estácio, vitivinicultor do Bombarral, em 1895

Denominações	
Vinho tinto alimentício	Água-pé espumosa
Vinho branco salutar	Piquette espumosa
Vinho clarete higiénico	Mistura espumosa
Champagne de água-pé	Piquette gazosa
Água pé champanhizada	Mistura gazosa
Piquette champanhizada	Cognac especial de vinho português
Mistura champanhizada	Sauterne português
Champagne de piquette	Espumantina esterilizada
Champagne de mistura	

Fonte: *Diário do Governo e Boletim da Propriedade Industrial*, 1895.

Também nos aparece o registo de um «Sauterne português», do Bombarral, bem como diversos exemplos de Cognacs portugueses, de variadas procedências e especificações: «Cognac especial de vinho português», «Cognac Lusitano... feito de uva moscatel, agradável & higiénico», «Cognac moscatel Douro», etc.

Igualmente poderiam referenciar-se outros exemplos de marcas registadas por negociantes retalhistas, por vezes com rótulos enganadores, como os das auto-designadas «Caves des Magasins Grandella», de Lisboa, sempre acompanhados pela fórmula «In vino veritas», combinando a distinção de um escudo ou brasão com um vago apelo à ruralidade, simbolizada com duas peras. Num dos rótulos, de 1896, aparece a duvidosa denominação de «Châteaux-Bordeaux», acompanhado de «Benfica, termo de Lisboa». Outro regista uma estranha «Bucellagne». Outro ainda desfaz a ambiguidade da denominação «Château Bourgogne», colocada no centro, com a referência, no canto inferior direito, «Género Pommard = Termo do Cartaxo».

Alguns registos parecem denunciar também a prática de imitação de vinhos do Porto. Se, em certos casos, nos surgem dúvidas, suscitadas por indicações ambíguas, como a de «Porto escolhido», registadas por um negociante de Lisboa, outros são mais evidentes, como o registo, também por um comerciante da capital, de um «Vinho velho do Porto», da sua Quinta do Alqueidão, em Azambuja.

## 2.2. OS DIFERENTES INTERESSES EM PRESENÇA

Compreende-se, por isso, que, neste período, caracterizado por uma grave crise comercial dos vinhos, por uma forte concorrência nos mercados e pela vulgarização de práticas de contrafacção dos vinhos de denominação reconhecida, se acentuassem os conflitos de interesses em presença, quer entre os agentes da cadeia de abastecimento (produtores, intermediários, negociantes e retalhistas) quer entre regiões vitícolas, aumentando as vozes dos que defendiam outras formas de controlo e garantia da autenticidade dos vinhos e de protecção das denominações de origem, tendo em conta a ineficácia da lei das marcas nesse domínio. Como proclamou Teixeira de Sousa, ao apresentar na Câmara dos Pares o seu projecto de lei para impor medidas de protecção dos vinhos generosos do Douro, em Fevereiro de 1906: «Era e sou contra uma lei das marcas. A marca, nos países onde as leis se cumprem, é de garantia segura contra as falsificações e imitações, desde que possa ser aposta na mercadoria. A marca aplicada aos vinhos serviria, em regra, para autenticar e dar curso legal à fraude»<sup>10</sup>.

Uma análise simples dos registos de marcas de vinhos e produtos vinícolas neste período revela, como seria de esperar, uma fraquíssima representação dos produtores/viticultores (cerca de 8,5% dos registos), face à hegemonia dos negociantes (55% exportadores ou importadores e 35% armazenistas ou retalhistas actuando no mercado interno), com um peso significativo de empresas estrangeiras (perto de 19% dos registos).

**Quadro 4** – Promotores das marcas de vinhos e produtos vinícolas, segundo o lugar na cadeia de negócios (1885-1900)

Lugar na cadeia de negócios	Portugal	Estrangeiro	Total
Produtores (vitivinicultores)	86	–	86
Negociantes exportadores	479	22	501
Negociantes importadores	7	50	57
Negociantes	356	1	357
Fabricantes	13	–	13
Total	941	73	1.014

Fonte: *Diário do Governo*, 1885-1900.

<sup>10</sup> *Anais da Câmara dos Dignos Pares do Reino*, 09.02.1906, p. 23. SOUSA, 1907: 43.

**Quadro 5** – Promotores das marcas de vinhos e produtos vinícolas, segundo a origem (1885-1900)

Nacionalidade	N.º Registos
Portugueses	824
Estrangeiros	190
Ingleses	97
Franceses	25
Espanhóis	20
Alemães	14
Dinamarqueses	13
Holandeses	10
Noruegueses	8
Brasileiros	3
<b>Total</b>	<b>1.014</b>

Fonte: *Diário do Governo*, 1885-1900.

Não é de estranhar, por isso, que, independentemente da sua origem, a esmagadora maioria dos promotores de registos de marcas de vinhos e produtos vinícolas, estivesse sediada nos principais centros mercantis do País, em especial Porto/Gaia (62%), mas também Lisboa/Setúbal (20%), simultaneamente centros exportadores, mercados urbanos e plataformas de distribuição no mercado nacional. O peso do resto do país, incluindo as Ilhas e as colónias de África (9%) fica quase ao nível do dos importadores sediados no estrangeiro (8%).

**Quadro 6** – Distribuição regional das sedes/residências dos promotores das marcas de vinhos e produtos vinícolas (1885-1900)

Sede/residência	Portugueses	Estrangeiros	Total
Porto/Gaia	520	108	628
Estremadura/Lisboa/Setúbal	150	50	200
Minho	15	–	15
Douro	10	–	10
Centro	54	–	54
Algarve	6	–	6
Madeira	3	–	3
Moçambique	2	1	3
Açores	1	–	1
Uruguai	36	–	36
Brasil	11	3	14
Argentina	7	–	7
França	–	20	20
Inglaterra	–	8	8
Indeterminado	9	1	10
<b>Total</b>	<b>824</b>	<b>190</b>	<b>1.014</b>

Fonte: *Diário do Governo*, 1885-1900.



Por outro lado, valeria a pena cruzar os dados dos registos de marcas com o peso dos seus promotores na cadeia de negócios. Recorrendo ao caso do vinho do Porto, facilmente se detecta a escassa valorização do registo de marcas por parte das empresas mais antigas com maior penetração no mercado. A poderosa D. Antónia Adelaide Ferreira apenas procedeu ao registo das suas iniciais «A. A. F.», em 1895. A empresa que lhe sucedeu, a Companhia Agrícola e Comercial dos Vinhos do Porto não registou qualquer marca neste período. E, se considerarmos, as maiores empresas exportadoras de vinhos do Porto, apenas nos aparecem a Real Companhia Vinícola do Norte de Portugal (com 28 registos), a Companhia Geral de Agricultura das Vinhas do Alto Douro (7), a W. & J. Graham (20), a Cockburn Smithes (4) e a Diederich Mathias Feuerherd (1), estando ausentes empresas tão importantes como a Sandeman (a maior exportadora de vinho do Porto regista apenas, neste período, um vinho do Xerez e outro do Ribatejo, além do nome da empresa), a Silva & Cosens, a Offley, Cramp & Forresters, a Martinez Gassiot, a Clode & Baker, a Dow e muitas outras. Em contrapartida, aparecem-nos, com relativa frequência, algumas empresas emergentes, como a Adriano Ramos Pinto (55 registos), a Clemente Menères (78) ou a Constantino de Almeida (22).

### 2.3. IMAGENS DE IDENTIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO DAS MARCAS:

A questão central deste estudo – de que forma os diferentes agentes recorreram a imagens rurais associadas às regiões de origem dos vinhos, como elementos de distinção e valorização das suas marcas? – não pode, assim, desligar-se dos limites da representatividade das marcas registadas no universo das marcas utilizadas de facto e, por outro lado, da valorização de outros elementos de distinção privilegiados pelas estratégias das diferentes empresas. Os dados dos registos de marcas oferecem representações que, numa análise mais intensiva, merecem ser confrontadas com as de outras fontes, nomeadamente de rótulos. Nesta perspectiva, se observarmos alguns rótulos não registados mas utilizados por viticultores, destaca-se a preocupação por associar a marca simultaneamente ao nome do proprietário, à quinta e à localidade ou região de origem do vinho<sup>11</sup>.

Neste rótulo de vinho do Porto da Quinta do Vesúvio, de D. Antónia Adelaide Ferreira, impresso em Paris por volta de 1870<sup>12</sup>, a paisagem vinhateira do Douro surge com grande destaque, como elemento central, rodeada pelo nome do produtor, pela designação do tipo de vinho, por medalhas conquistadas em Exposições Internacionais, simbolizando o reconhecimento da qualidade do vinho pelo mercado, e pelo nome da quinta.

<sup>11</sup> Como em tantos outros aspectos relacionados com o estudo dos vinhos portugueses, foi François Guichard quem nos alertou para a importância da leitura dos rótulos. Veja-se: GUICHARD, 1997 e 2001.

<sup>12</sup> Cf. PEREIRA; OLAZABAL, 1996: 122.



**Figura 1** – Rótulo de vinho do Porto da Quinta do Vesúvio, de D. Antónia Adelaide Ferreira, c. 1870.

Neste segundo rótulo<sup>13</sup>, de finais do século XIX, o elemento de distinção que surge em destaque é o brasão de família, associado ao nome do proprietário-vitivinicultor, João Gonçalo Pacheco Pereira. Mas não deixa de referenciar o tipo de vinho e a sua origem (Quinta da Pacheca, Lamego).



**Figura 2** – Rótulo de vinho do Porto da Quinta da Pacheca, de João Gonçalo Pacheco Pereira, finais do século XIX.

<sup>13</sup> Publicado por José Pacheco Pereira em <http://ephemerajpp.com/2009/03/03/chapas-dos-rotulos-dos-vinhos-da-quinta-da-pacheca-2/>. Consulta realizada em 21.06.2013.

Voltando à nossa base de dados dos registos de marcas, podemos destacar um conjunto de atributos de distinção, utilizados com maior frequência na descrição das diversas marcas.

**Quadro 7** – Elementos de distinção nas marcas de vinhos e produtos vinícolas (1885-1900)

Elementos de distinção	Exemplos
<b>Elementos de distinção da empresa</b>	Antiguidade / data de fundação, Nome da firma ou do proprietário, por vezes, com assinatura, Brasões, Condecorações, Purveyors of H. M. the King of Portugal /Fornecedores de vinhos da Casa Real, Hino, imagens de armazéns de vinhos, por vezes com descrições («Grande depósito subterrâneo dos vinhos de consumo no túnel da Serra do Pilar, etc.).
<b>Símbolos nacionais e históricos</b>	Hino «A Portuguesa», Armas de Portugal, Esfera armilar, Bandeiras, Cruz de Cristo, Figuras históricas, Reis, Rainhas, Príncipes, Princesas, Naus e caravelas, frases («Glória de Portugal», «Pro Patria», etc.), referências literárias (Lusiadas, etc.), designações («Lusitano», etc.).
<b>Símbolos religiosos e da mitologia</b>	Nomes e figuras de Santos, Anjos, Cruzes, Figuras da mitologia (Noé, Ulisses, Baco, Ceres, etc.), Frases bíblicas («In vino veritas», «Vinum bonum loetificat cor hominis», etc.), Frades, Cardeais, Bispos, Virgem Maria, etc.
<b>Elementos de distinção dos vinhos</b>	Medalhas alcançadas em Exposições, qualificativos (Precioso, Superior, Generoso, Fino, Finíssimo, Extrafino, Néctar, Genuíno, Reserva, Especial, Excelsior, Excelentíssimo, Nutritivo e salutar, etc.), expressões («Qualidade e pureza garantidas», «Vinho Velho generoso, leite dos velhos», «Vinho inofensivo – Tinto romã», «Tónico nutriente e digestivo», «X. P. T. O. – Vinho do Porto velhíssimo», etc.), notas sobre as características e a qualidade do vinho.
<b>Elementos relacionados com os mercados</b>	Bandeiras (em especial a do Brasil, por vezes associada à bandeira portuguesa, mas aparecem outras, como a holandesa e a italiana), Marcas evocativas dos mercados (Porto-Brasil, Vera Cruz, Britania, Atlântico, Cruzeiro do Sul, Amazônia, Paulista, etc.), nomes de personalidades (Assis-Brazil, Floriano, Prudente de Moraes, Kruger, Joubert, etc.), símbolos e imagens (Torre Eiffel, índios, negros, palmeiras, elefantes, jacarés, onças, leões, avestruzes, etc.), expressões («Honra e glória ao Brasil», etc.), datas históricas (Estados Unidos do Brasil, 15 de Novembro de 1889, etc.), indicações sobre o consumo do vinho, por vezes em várias línguas.
<b>Símbolos de ruralidade e proveniência</b>	Regiões de origem reconhecidas (Alto Douro, Setúbal, Madeira, etc.), nomes e imagens de quintas, vinhas, videiras, parras, cachos de uvas, expressões («Feitoria», «Primordial», «Reserva da minha Terra», «Douro legítimo», «Vinho puro da uva escolhida», «Surpresa do Douro», «Puro Dourir», «lágrimas do Douro», «Terra Brum», etc.), Instrumentos agrícolas, adegas, lagares, figuras de camponesas com trajos tradicionais, Rio Douro, barcos rabelos, carros de bois com pipas, cenas de vindima.

Fonte: *Diário do Governo*, 1885-1900.

Na maior parte dos casos, estes elementos de distinção associam-se, procurando reforçar a eficácia da comunicação, tendo em vista conquistar mercados específicos. Veja-mos alguns exemplos.

Neste rótulo de vinho do Porto da empresa Adriano Ramos Pinto<sup>14</sup>, destinado ao mercado brasileiro, destaca-se, como elemento de distinção, uma figura feminina, com diadema e jóias, entre a simbiose da marca colectiva/tipo de vinho (Porto) com o seu mercado (Brasil) e o nome da empresa.

<sup>14</sup> Marca registada em 23.05.1899. Rótulo publicado na agenda *Porto, o ouro do Douro*. Porto: ICEP, 1998.



**Figura 3** – Rótulo de vinho do Porto «Porto Brazil», da empresa Adriano Ramos Pinto, Porto, 1899.

No rótulo seguinte de vinho Moscatel, da mesma empresa<sup>15</sup>, os elementos de distinção em destaque são o friso de damas elegante e a panóplia de medalhas de ouro, como prova do reconhecimento da qualidade do vinho. O rótulo integra, à cabeça, o nome da empresa e o local da sede. A marca de fantasia (Moscatel das Damas) associa a casta/tipo de vinho ao público feminino requintado, que visa atrair ou associar ao prestígio da marca,



**Figura 4** – Rótulo do vinho «Moscatel das Damas», da empresa Adriano Ramos Pinto, Porto, 1898.

Com maior profusão de medalhas de ouro, que preenchem grande parte do seu campo visual, atestando o reconhecimento da qualidade do vinho em diversas exposi-

<sup>15</sup> Marca registada em 30.04.1898. Este rótulo e os seguintes encontram-se na Colecção do CITCEM (Fundo Luís Roseira).

ções, com as respectivas datas, e destacando as mais importantes (Berlim, Paris, Porto e Rio de Janeiro), o rótulo seguinte de vinho do Porto «Particular Medalhas»<sup>16</sup>, da Real Companhia Vinícola do Norte de Portugal, integra, no plano central, como símbolos de distinção, a coroa de viscondado e as condecorações associadas ao nome de Vilar d'Allen, antigo e prestigiado viticultor, responsável da empresa e um dos seus fundadores. Neste rótulo, destaca-se ainda a menção não só ao tipo de vinho (PORTO) mas às características do vinho (meio doce e alourado), bem como a recomendação final aos consumidores sobre o cuidado com que devem servir o vinho: «O VINHO DO PORTO é um vinho natural, sujeito a criar depósito com a idade. Recomenda-se que seja servido com o cuidado indispensável para não turvar».



**Figura 5** – Rótulo do vinho do Porto «Particular Medalhas», do Visconde de Vilar d'Allen/Real Companhia Vinícola do Norte de Portugal, Porto, 1895.

Mais complexa é a composição do rótulo do vinho do Porto «Adriano»<sup>17</sup>, principal marca de sucesso da empresa Adriano Ramos Pinto no mercado brasileiro desta época, que associa uma profusão de símbolos de distinção – cruz de Cristo em moldura de ouro (integrando a divisa da empresa «In hoc signo vinces») rodeada por condecorações e medalhas – à marca colectiva/tipo de vinho (PORTO) e à marca de fantasia (Adriano), indicando, igualmente, as características do vinho (toni-nutritivo, meio seco). A assinatura do responsável da empresa (Adriano Ramos Pinto) aparece também aqui como garantia da qualidade do vinho, realçada com uma declaração sobre a sua procedência, os cuidados empregues na sua vinificação «Composto só de uva escolhida das quintas mais finas do Alto Douro (PORTO) e vinificado com toda a meticulosidade, o VINHO ADRIANO tem um paladar delicioso e um excelente aroma. A sua comprovada velhice e a perfeição com que é prepa-

<sup>16</sup> Marca registada em 27.05.1895.

<sup>17</sup> Marca registada em 09.12.1893.

rado e conservado impõem-no como vinho de superior e incontestada qualidade». Acrescenta ainda uma receita de refrigerante, preparado com um cálice de vinho do Porto.



Figura 6 – Rótulo do vinho do Porto «Adriano», da empresa Adriano Ramos Pinto, Porto, 1893.

Um último exemplo, de composição mais simples, pode ver-se neste rótulo de vinho do Porto da Real Companhia Vinícola do Norte de Portugal<sup>18</sup>, que apresenta em destaque o tipo de vinho (PORTO), que atravessa na diagonal todo o rótulo, acompanhado pela indicação do lote (W Particular) e pela categoria do vinho (velho). No canto superior esquerdo, o nome da empresa, com coroa real e brasão, aparece em relação estreita com a região produtora (Douro legítimo), simbolizada por um cacho de uvas, no canto inferior direito, em cujos bagos se podem ler os nomes dos concelhos do Douro.



Figura 6 – Rótulo do vinho do Porto «Adriano», da empresa Adriano Ramos Pinto, Porto, 1893.

<sup>18</sup> Marca registada em 27.05.1895.

## 2.4. «IN VINO VERITAS»

### ELEMENTOS DE DISTINÇÃO ASSOCIADOS ÀS CARACTERÍSTICAS DOS VINHOS

Finalmente, vale a pena referir, como sinal de modernidade, a crescente valorização conferida às características dos vinhos, particularmente no sector dos vinhos do Porto, com maior expressão comercial e maior representação no universo das marcas registadas. Neste caso, é relativamente frequente a indicação do tipo de vinho, por vezes associada à sua região de origem (Alto Douro) ou mesmo a locais e quintas produtoras. Valoriza-se, também frequentemente, a indicação da antiguidade do vinho, quer com as expressões genéricas de «Velho» ou «Velhíssimo» (por vezes, nas formulações britânicas de «Old», «Very Old» e «Oldest») quer com a indicação da data de colheita, salientando-se os anos de vindimas de qualidade excepcional, como os de 1785, 1815, 1820, 1834, 1847 e outros, que consagraram *Vintages* ou *Vinhos de Novidade* famosos. Outros aparecem com a indicação de *Reserva*, indiciando o seu envelhecimento em casco. Menos frequentes são as indicações de castas (*Diagalves*, *Moscatel*, *Trincadeiro*, *Malvasia*, *Touriga*, *Mourisco*, *Alvarelhão*). Como se sabe, mesmo para os vinhos generosos do Douro, tradicionalmente produzidos com mistura de diversas castas, não era incomum a produção de vinhos monovarietais (*Malvasia*, *Moscatel*, *Bastardo*, *Mourisco*, *Alvarelhão*, *Sousão*, *Touriga*, etc.)<sup>19</sup>. Apesar da grande ambiguidade de algumas das formulações, começavam a destrinçar-se categorias, como os *Vintage* ou os *Tawnies*, no caso dos vinhos do Porto. E, em alguns casos, aparecem referências, ainda que vagas, a processos de vinificação e envelhecimento (como *Rico* e *Seco*, *Envelhecido em Casco* e *Vintage*, etc.).

**Quadro 8** – Características dos vinhos (1885-1900)

Características	Descrição
<b>Origem</b>	Região de origem / Quintas / Locais
<b>Antiguidade</b>	Velho/Old, Velhíssimo/Very Old/Oldest, «Vinho velhíssimo estomacal Porto», «Porto Falerno- Vinho velho do Porto», «Special Old Port Wine», etc.
<b>Anos de Colheita</b>	Quase sempre vinhos do Porto, destacando-se anos de colheitas excepcionais: 1785, 1815, Reserva 1815, Lagrima 1815, 1820, Duque 1820, Porto Rico 1820, 1824, 1830, 1834, Selecto 1844, 1845, Branco especial 1847, 1847, 1848, Vintage 1850, 1852, 1855, 1858, 1863, 1867, Novidade de 1867, Novidade 1868, Velho fino de 1868, 1870, Reserva 1870, Mourisco 1870, Especial 1871, 1875, Vintage 1875, Wine Vintage 1887, 1893. Aparece também um Madeira com indicação de idade: Madeira especial 1833.
<b>Castas</b>	Por vezes indicação de castas: Diagalves, Moscatel, Trincadeiro Tinto, Malvasia, Tourigo, Mourisco, Alvarelhão.
<b>Categorias</b>	Old Tawny Port, Old Port Wine, Oldest Port Wine, Very Old Tawny, Port Wine, Lagrima Christi, Vintage Port, Vinho Superior do Porto – Ano..., Aperitivo, Clarete, Douro Leve, Douro donzel, Douro branco, Tinto, Espumante, Moscatel.
<b>Vinificação e envelhecimento</b>	White Port Wine, Red Port Wine, Rico, Medium dry, Dry Port Wine, Seco, Matured in Wood at Oporto

Fonte: *Diário do Governo*, 1885-1900.

<sup>19</sup> Cf. PEREIRA; ALMEIDA, 1999: 33-40.

## NOTA FINAL

Nesta apresentação, necessariamente breve, de alguns resultados da pesquisa que temos vindo a desenvolver sobre os registos de marcas entre 1883 e 1900, pretendemos destacar as virtualidades desta fonte para a compreensão das estratégias de construção da imagem das marcas de vinhos, nesse período, e sua relação com as respectivas regiões de origem.

Trata-se de um «poço sem fundo», que vale a pena explorar em maior profundidade, mas também, «de paredes estreitas», que exige, como já tivemos oportunidade de referir, o cruzamento com outras fontes, nomeadamente documentação dos arquivos das empresas e rótulos de vinhos, para uma análise mais intensiva das representações e das estratégias de comunicação desenvolvidas pelas diversas empresas<sup>20</sup>, numa época de crise comercial dos vinhos, de proliferação de fraudes, imitações e contrafações e de intensa competição pela conquista de mercados, mas também de construção de formas de controlo e de garantia da genuinidade dos produtos e de protecção das suas regiões de origem.

## FONTES

*Carta de Lei de 4 de Junho de 1883 sobre marcas de fábricas ou de comércio, e regulamento para execução da mesma Carta de Lei aprovado por Decreto de 23 de Outubro de 1883.* Lisboa: Imprensa Nacional, 1883.  
*Diário do Governo, 1883-1900.*

## BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Alberto Ribeiro de (1999) – *Denominação de Origem e Marca*. Coimbra: Coimbra Editora.
- CARDOSO, António Barros (2001) – *Vinhos do Porto e vinhos Portugueses fabricados no Rio de Janeiro (1885)*. In MALDONADO ROSSO, Javier (ed.) – *Actas del I Simposio de la Asociación Internacional de Historia y Civilización de la Vid y el Vino*. Vol. II. Puerto de Santa Maria: Asociación Internacional de Historia y Civilización de la Vid y el Vino, p. 619-630.
- CASTRO COELLO (2004) – *De la identificación de los vinos: clases, typos y orígenes. De los vinos típicos, artificiales y facticios. Una exposición previa*. In VIEIRA, Alberto (coord.) – *Actas do III Simpósio Da Associação Internacional de História e Civilização da Vinha e do Vinho*. Funchal: Centro de Estudos de História o Atlântico, p. 793-859.
- DUGUID, Paul – *Developing the Brand: the Case of Alcohol, 1800-1880*. «Entreprise and Society», vol. 4, n.º 3, 2003, p. 405-441.
- GUICHARD, François (1997) – *O vinho do Porto e mais alguns: gestão da imagem*. «Douro – Estudos & Documentos», n.º 3. Porto: GEHVID, p. 145-157.
- \_\_\_\_ (2001) – *Rótulos e cartazes no Vinho do Porto*. Porto: Edições Inapa.
- LEITÃO, Pedro Almeida (2013) – *«Please call me Co'burn». A Cockburn Smithes e a marca Special Reserve no mercado inglês de vinho do Porto (1962-1976)*. Porto: FLUP. Dissertação de Mestrado em História Contemporânea.
- LOBO, Helena – *Identidade Visual e Tipologia Gráfica do Vinho do Porto: Wiese & Krohn (1865-2010)*. Valência: Universidade Politécnica de Valência, 2014. Tese de Doutoramento.
- MAIA, J. Mota (1984) – *L'évolution de la législation portugaise sur la propriété industrielle à la lumière de la*

---

<sup>20</sup> Veja-se, para uma época mais recente, o estudo exemplar de LEITÃO, 2013.



- ratification de la Convention de Paris parle Portugal*. «La Propriété Industrielle», année 100, n.º 11, Novembre. Genève: Organisation Mondiale de la Propriété Intellectuelle, p. 421-426.
- MALDONADO ROSSO, Javier (1998) – *Producción y comercialización de ‘Madeiras’ en la provincia de Cádiz (siglos XIX y XX)*. In VIEIRA, Alberto (coord.) – *Os Vinhos Licorosos e a História*. Funchal: Centro de Estudos de História o Atlântico, p. 141-162.
- PAN-MONTOJO, Juan (1994) – *La bodega del mundo: la vid y el vino en España (1800-1936)*. Madrid: Alianza Editorial.
- PEREIRA, Gaspar Martins – *O nome do vinho. Marcas e denominações dos vinhos generosos do Douro (séculos XVIII-XX)*, Comunicação apresentada ao XXIX Encontro da APHES-Associação Portuguesa de História Económica e Social. Porto, FLUP, 2009.
- PEREIRA, Gaspar Martins; ALMEIDA, João Nicolau de Almeida – *Porto Vintage*. Porto: Instituto do Vinho do Porto, 1999.
- PEREIRA, Gaspar Martins; OLAZABAL, Maria Luísa – *Dona Antónia*. Porto: B.P.I./A. A. Ferreira, 1996.
- PROVIDÊNCIA, Francisco; BARBOSA, Helena; BARATA, Magda – *Imagens do Vinho do Porto, rótulos e cartazes – Catálogo da exposição*. Peso da Régua: Fundação Museu do Douro, 2010.
- RAMOS, Luís A. de Oliveira (2010) – *Contrafações e defesa da marca ‘Porto’ em finais do século XIX*. In PEREIRA, Gaspar Martins (coord.) – *Crise e Reconstrução. O Douro e o Vinho do Porto no século XIX*. Porto: Edições Afrontamento, p. 335-353.
- SIMÕES, Nuno (1932) – *Os vinhos do Porto e a defesa internacional da sua marca*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- SOUSA, António Teixeira de (1907) – *A questão do Douro*. Porto: Empresa Guedes.
- STANZIANI, Alessandro (2003) – *La falsification du vin en France, 1880-1905: un cas de fraude agro-alimentaire*. «Revue d’histoire moderne et contemporaine», (n.º 50-2), p. 154-186.
- UNWIN, Tim (1991) – *The Wine and the Vine*. London: Routledge.
- WILKINS, Mira (1992) – *The Neglected Intangible Asset: the influence of the Trademark on the Rise of the Modern Corporation*. «Business History», vol. 34, n.º 1, p. 66-95.



# A ENDOCRINOLOGIA EM PORTUGAL:

## ORIGENS DE UMA ESPECIALIDADE MÉDICA NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX

ISMAEL C. VIEIRA\*

**Resumo:** Este artigo tem por objetivo identificar as principais fases da construção da endocrinologia portuguesa na primeira metade do século XX. A endocrinologia portuguesa teve as suas origens nos estudos laboratoriais da escola de histofisiologia de Marck Athias e dos seus discípulos, evoluindo posteriormente para a sua aplicação clínica. Durante este período muitos trabalhos científicos e académicos foram realizados, criaram-se as primeiras consultas, editaram-se os primeiros periódicos especializados, aparecendo finalmente a Sociedade Portuguesa de Endocrinologia, catapultando a endocrinologia para a categoria de especialidades médica.

**Palavras-chave:** Endocrinologia; Portugal; histofisiologia; Sociedade Portuguesa de Endocrinologia.

**Abstract:** This article aims to identify the main phases of the construction of Portuguese Endocrinology in the first half of the 20th century. The Portuguese endocrinology has its roots in the laboratory studies of Marck Athias histophysiology school and his disciples, evolving into to clinical applications. During that period, many scientific and academical studies were made, the first doctor's appointments were created, the first specialized journal were edited and the Portuguese Society of Endocrinology was finally created, what catapulted Endocrinology for the category of medical speciality.

**Keywords:** Endocrinology; Portugal; histophysiology; Portuguese Society of Endocrinology.

## INTRODUÇÃO

A Endocrinologia como ramo da Medicina que se ocupa do estudo da fisiologia e da patologia do sistema endócrino é uma especialidade médica historicamente muito recente, embora as doenças provocadas por problemas no funcionamento das glândulas endócrinas sejam conhecidas desde tempos remotos.

Como afirmou Sournia<sup>1</sup> quer as doenças quer a medicina são históricas, isto porque sendo fenómenos sociais são também uma construção humana. Há, por conseguinte, uma historicidade dos fenómenos médicos ligados aos acontecimentos que afetam ou condicionam o ser humano. A área médica da Endocrinologia não foge a esta regra. Por ocupar-se do corpo humano, por lidar com o *pathos* herdado ou adquirido e por tratá-lo recorrendo aos meios descobertos ou inventados pelo homem, a Endocrinologia faz parte de uma implexa realidade social onde se cruzam a arte e a ciência médica, as mais modernas e promissoras tecnologias de diagnóstico e terapêutica, mas também as mais antigas formas de lidar com os pacientes e as circunstâncias que levam à angústia de nem sempre poder curar os doentes.

A Endocrinologia surgiu quando o homem se apercebeu da existência de doenças derivadas de um funcionamento anormal de alguns órgãos a que se deu o nome de glân-

---

\* CITCEM – Universidade do Porto. Email: ivieira@letras.up.pt.

<sup>1</sup> SOURNIA, 1997.

dulas. Mais tarde percebeu-se que algumas funções do organismo como a procriação, a gravidez, a lactação, a resistência ao stress ou o crescimento funcionavam por via de mensageiros químicos que utilizavam o sangue como via. A sede de produção desses mensageiros químicos residia em estruturas glandulares, formando estas últimas um sistema interligado, como uma orquestra, regulada pela hipófise-hipotálamo. Tardou, no entanto, até meados do século XIX para que Claude Bernard trouxesse a público a ideia de que haviam órgãos com capacidades de excreção endócrina.

A Endocrinologia constitui atualmente um dos campos mais dinâmicos das ciências biomédicas e uma das mais quantitativas dentro das especialidades clínicas. A Endocrinologia tem sido um ramo da medicina aberta à incorporação de múltiplos conhecimentos. Dificilmente se encontrará um campo da medicina em que a colaboração entre ciências clínicas e ciências básicas tenha sido tão próxima e produtiva. As profundas mudanças e desenvolvimento da Endocrinologia ao longo do século XX deveram-se à aplicação dos avanços de outras ciências como a química, a física, a biologia celular e molecular, a genética, a imunologia, a neurobiologia, etc. Não é de estranhar que ao longo do século XX fossem atribuídos dezasseis Prémios Nobel a descobertas ligadas à Endocrinologia.

Todavia, os logros desta área do conhecimento (bio)médico, nas áreas atrás referidas, não têm sido acompanhados por uma historiografia consistente nem profusa. No campo historiográfico existem muito poucos estudos, muito provavelmente por ser uma especialidade bastante recente. Acresce o facto de a Endocrinologia não se dedicar ao estudo de um só órgão, sistema ou doença. A Endocrinologia estuda variadas glândulas, as suas secreções e patologias: a hipófise, a tiroide, a pituitária, o pâncreas, as gónadas, mas também as hormonas, as doenças metabólicas associadas e a diabetes, sendo por tanto uma área onde é difícil concentrar a atenção. Poucos são os estudos nacionais e internacionais encontrados sobre este tema. Entre as obras mais destacadas encontram-se as de Victor Medvei<sup>2</sup>, «A History of Endocrinology», e de Loriaux<sup>3</sup>, «A Biographical History of Endocrinology», onde fazem uma história das principais fases de evolução da Endocrinologia, principais descobertas e cientistas envolvidos. É possível encontrar ainda alguns artigos<sup>4</sup> da autoria de alguns médicos interessados no passado da sua área de intervenção clínica. À semelhança dos livros já apontados, estes artigos analisam essencialmente os primórdios da Endocrinologia e sua evolução desde os gregos antigos até ao século XIX e princípios do século XX. Pode-se ainda apontar alguns estudos mais dedicados à Endocrinologia em espaços nacionais como o de Antonio Orozco Acuaviva<sup>5</sup> sobre a Endocrinologia espanhola da primeira metade do século XX, incidindo a análise sobretudo sobre a génese da especialidade e das duas grandes escolas de Endocrinologia lideradas por Gregório Marañon em Madrid e José Cañadell em Barcelona, a obra de Esteban Moreno e Ana Isabel Torre<sup>6</sup> sobre o período posterior, i.e., dos anos 50 em diante,

---

<sup>2</sup> MEDVEY, 1982.

<sup>3</sup> LORIAUX, 2016.

<sup>4</sup> ROLLESTONE, 1937; CAWADIAS, 1940; DORANTES-ÁLVAREZ & MEDINA-BRAVO, 2005.

<sup>5</sup> ACUAVIVA, 1999.

<sup>6</sup> MORENO & TORRE, 2005.

com particular enfoque na história da Sociedade Espanhola de Endocrinologia-Nutrição, sendo em grande parte resultado da investigação da Tese de Doutoramento de Ana Isabel Torre em 2004 ou ainda para o Brasil uma obra sobre história da Endocrinologia brasileira por Luiz Pova<sup>7</sup>.

A bibliografia portuguesa sobre a história da Endocrinologia é ainda mais escassa. O trabalho mais abrangente e cronologicamente mais dilatado é um artigo publicado por Luís da Silveira Botelho<sup>8</sup> em 1988, onde fez uma resenha histórica sumária da Endocrinologia em Portugal num pequeno artigo de cinco páginas, identificando os momentos mais importantes como os estudos histofisiológicos do início de século, a criação das primeiras consultas de Endocrinologia, um resumo dos principais encontros científicos e temas tratados e os avanços permitidos pela associação entre Endocrinologia e a bioquímica. Outras obras de referência são uma publicação de três gerações de endocrinologistas, Almeida Ruas, Manuela Carvalheiro e Francisco Carrilho<sup>9</sup>, onde a primeira parte do livro é essencialmente dedicada à história da Endocrinologia em Coimbra, existindo também um breve artigo com o historial do Serviço de Endocrinologia, Diabetes e Metabolismo do Hospital de Santo António no Porto de José Luís Silva<sup>10</sup>. Ainda que seja essencialmente uma cronologia de acontecimentos, pode-se também citar o livro de Luís da Silveira Botelho e José Luís Medina<sup>11</sup>, «Relações Científicas entre a Endocrinologia de Portugal e a Endocrinologia de Espanha», onde faz um apanhado dos principais acontecimentos comuns às duas sociedades ibéricas entre 1950 e 2007.

Este artigo pretende estudar de uma forma mais aprofundada as origens da Endocrinologia portuguesa na primeira metade do século XX, que tiveram bases nos estudos laboratoriais, na emergência das primeiras consultas desta especialidade e na produção de conhecimento científico especializado difundido através de novos periódicos. Partindo dos primeiros estudos de histofisiologia das glândulas endócrinas desenvolvidos por insígnis médicos e cientistas dos inícios do século XX, como Marck Athias, Ferreira de Mira ou Celestino da Costa, define-se os principais momentos da estruturação da Endocrinologia laboratorial e seus cultores. Num segundo capítulo estuda-se a transição da Endocrinologia de laboratório para uma Endocrinologia clínica, através da abertura das primeiras consultas desta área médica, precedendo o reconhecimento como especialidade autónoma. Na terceira parte mostra-se como a afirmação da nova especialidade teve um papel particular no desejo de difusão de estudos e casos clínicos que as primeiras publicações específicas souberam cobrir, ao mesmo tempo que se afirmava uma massa crítica crescente que resultou ainda na primeira metade do século XX na criação da Sociedade Portuguesa de Endocrinologia, elemento aglutinador de indivíduos afetos a esta área e elemento indispensável ao reconhecimento como especialidade pela Ordem dos Médicos em 1956.

---

<sup>7</sup> POVOA, 2000.

<sup>8</sup> BOTELHO, 1988.

<sup>9</sup> RUAS, CARVALHEIRO & CARRILHO, 2014.

<sup>10</sup> SILVA, 2003.

<sup>11</sup> BOTELHO & MEDINA, 2008.

## 1. AS GLÂNDULAS E O MICROSCÓPIO: OS PRIMEIROS ESTUDOS DE HISTOFISIOLOGIA ENDOCRINOLÓGICA

O início da Endocrinologia em Portugal esteve inevitavelmente ligada aos seus cultores e pioneiros. Se na primeira metade do século XX não existiu verdadeiramente uma área endocrinológica *per se*, temos de considerar que os inumeráveis trabalhos ligados à investigação no campo da fisiologia, da histologia e mesmo da clínica médica abriram o trilho pelo qual em 1949 se consagrou uma nova área, com a criação da Sociedade Portuguesa de Endocrinologia.

O despontar da *primeira escola de investigação* biomédica em Portugal teve como pioneiro e mentor Marck Athias, por muitos considerado o primeiro professor-cientista português e mestre dos primeiros endocrinologistas no nosso país. Em 1891, Marck Athias matriculou-se no Curso de Medicina da Faculdade de Medicina de Paris, onde se formou sob a égide de professores conhecidos do tempo como Duval, Richet, Landouzy, Bouchard, Charcot e Gley, este último redescobriu em 1891 as glândulas paratiroides mostrando que eram glândulas necessárias à manutenção da vida<sup>12</sup>.

Em 1894 descobriu num livreiro francês um livro de Ramón y Cajal intitulado «Les nouvelles idées sur la structure du système nerveux» que comprou e leu avidamente, tendo no final decidido seguir histologia. Procurou o professor Mathias Duval pedindo-lhe para o deixar trabalhar no seu laboratório, onde veio a desenvolver essencialmente trabalhos sobre a estrutura do neurónio<sup>13</sup>. Mais tarde apesar de ter preferido continuar a trabalhar com Duval fora preterido em concurso a favor de outro discípulo de origem francesa<sup>14</sup>. Decidiu então voltar à Madeira e mais tarde mudou-se com a família para Lisboa, onde a investigação experimental da Medicina era ainda quase inexistente<sup>15</sup>. Em 1900 passou a trabalhar com Miguel Bombarda no pequeno laboratório do Hospital de Rilhafoles como preparador oficioso de histologia, a troco de uma gratificação anual de 50\$000. Em 1903 houve um desdobramento da cadeira de Histologia e Fisiologia, tendo Miguel Bombarda ficado com a fisiologia geral e Athias com a histologia.

No laboratório não havia o instrumental necessário nem pessoal que soubesse empregá-lo pelo que a Faculdade de Medicina enviou Marck Athias e Pinto de Magalhães numa viagem ao estrangeiro para aquisição de material técnico de fisiologia, histologia e farmacologia. Visitaram laboratórios em Bruxelas, Berlim e Leipzig bem como várias universidades alemãs, suíças e francesas<sup>16</sup>. Ao longo da sua viagem ficou particularmente surpreendido com os institutos de fisiologia da Bélgica, especialmente com o Instituto Solvay de Bruxelas, criado pelo rico industrial Ernesto Solvay e entregue à universidade livre da cidade, mas também com o de Liège. Num pequeno relato da viagem que publicou revelou que preferia os institutos e universidades belgas mais do que as francesas, dizendo que aí nada de novo acontecia<sup>17</sup>.

---

<sup>12</sup> MEDVEY, 1982:278 e 484.

<sup>13</sup> SALGUEIRO, 2015: 45.

<sup>14</sup> COSTA, 1948: 148.

<sup>15</sup> AMARAL, 2006a: 156.

<sup>16</sup> MIRA, 1954: 187-188.

<sup>17</sup> ATHIAS, 1909: 357-359.

Como o assassinato de Bombarda, Athias sucedeu-o à frente da cadeira de fisiologia e histologia. Por essa altura, o enfermeiro-mor do Hospital de Rilhafoles, Curry Cabral, decidira por questões económicas encerrar o laboratório, o que obrigou a Athias transladar-se em 1911 com os seus discípulos para o Laboratório da Faculdade de Medicina de Lisboa que tinha apenas 8,8m por 3,5m, duas pequenas janelas, uma secretária para Athias e uma pequena mesa redonda partilhada na altura por Costa Santos e Celestino da Costa<sup>18</sup>.

Contratou dois estudantes seus para o auxiliarem no ensino da fisiologia, Almeida Rocha e Raul Carvalho, e no ano seguinte um terceiro para o ensino da química fisiológica, Matias Ferreira de Mira. Baseado no curso que ministrava introduziu técnicas de investigação experimental no ensino e investigação biomédica em Portugal, estimulando os seus alunos a desenvolverem trabalhos de investigação e teses de doutoramento baseadas na pesquisa experimental. Athias trabalhou ainda no Instituto de Investigação Científica Bento da Rocha Cabral, dirigido pelo seu discípulo Matias Ferreira de Mira, onde produziu numerosos trabalhos científicos e deixou discípulos que continuaram o seu legado e no Instituto Português de Oncologia de Lisboa, fundado por Francisco Gentil, onde pertencia à comissão diretora.

Marck Athias desde cedo investigou e realizou vários trabalhos de histofisiologia dos mecanismos das endócrinas, em especial das gónadas, interessando-se pela relação entre neoplasias e secreções internas e fisiologia hormonal. Aliás grande parte do seu trabalho e dos restantes discípulos sugerem que uma das linhas de investigação mais forte era a relacionada com explicações científicas sobre o funcionamento de glândulas, órgãos e tecidos de secreção interna<sup>19</sup>. A partir do Instituto de Fisiologia da Faculdade de Medicina de Lisboa contribuiu com alguns estudos para o conhecimento da estrutura do tecido intersticial do ovário, realizou experiências de feminização de machos castrados, demonstrou o determinismo da secreção láctea e a evolução e efeito da transplantação de ovários<sup>20</sup>. No IPO estudou, conjuntamente com Maria Teresa Furtado Dias, tumores malignos, dando particular atenção às lesões histológicas das glândulas sexuais e endócrinas em animais cancerosos ou pré-cancerosos<sup>21</sup>.

Bem para além dos seus estudos, o contributo de Marck Athias neste campo foi decisivo pela formação de novos cientistas que viriam a dar cartas na estruturação da ciência endocrinológica. O núcleo central de colaboradores de Marck Athias compunha-se de figuras como Ferreira de Mira, Henrique Parreira (que estudou a hipertrofia compensadora da tiroide), Joaquim Fontes, Jacinto Moniz de Bettencourt, Maria Teresa Furtado Dias (a única mulher discípula de Marck Athias), Abel Salazar e Augusto Celestino da Costa. Destes discípulos próximos quase todos foram sócios fundadores da futura Sociedade Portuguesa de Endocrinologia: Celestino da Costa sócio n.º 1 e primeiro presidente, Ferreira de Mira sócio honorário, Joaquim Fontes sócio n.º 3, Jacinto Bettencourt sócio n.º 18 e Maria Teresa Furtado Dias sócia n.º 28<sup>22</sup>.

---

<sup>18</sup> ATHIAS, 1946, 337-338 e COSTA, 1948: 152.

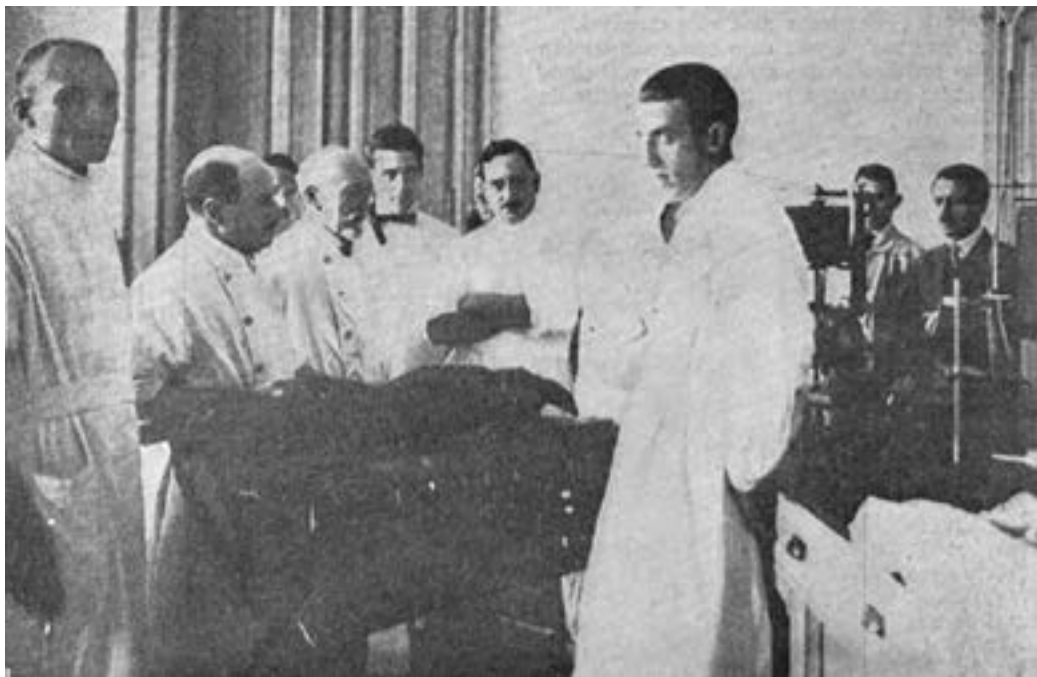
<sup>19</sup> AMARAL, 2006b: 102-105.

<sup>20</sup> ATHIAS, 1933.

<sup>21</sup> MIRA, 1954: 202.

<sup>22</sup> SPE, 1949-2002.

Em 1923, o laboratório da Faculdade de Medicina de Lisboa recebeu a visita de M. Gley, um importante fisiologista francês e professor de Athias em Paris, que veio partilhar com os portugueses os seus conhecimentos, mostrando uma boa dinâmica entre escola francesa do *Collège de France* e a escola portuguesa iniciada por Athias. Este último nas aulas que ministrava passou a utilizar nas lições teóricas o manual do Dr. M. Gley.



**Imagem 1** – Visita do Dr. M. Gley ao Laboratório de Fisiologia da Escola Médica de Lisboa em 1923.

Da esquerda para a direita: M. Pierre Gley (filho), Mark Athias, Celestino da Costa, M. Gley, Simões Raposo, Roberto Chaves, Joaquim Fontes, Heitor da Fonseca e Pedro Fontes. Fonte: «Ilustração Portuguesa», n.º 926 (1923), p. 641.

Na senda do mestre esteve também Matias Ferreira de Mira que se notabilizou na Medicina Portuguesa da primeira metade do século XX com trabalhos de índole diversa, desde higiene até à história da medicina, mas dedicou a maior parte dos seus estudos às glândulas endócrinas.

Ferreira de Mira, originário do Montijo, foi estudar Medicina na Escola Médico-cirúrgica de Lisboa onde conclui o curso em 1898. Depois de alguns anos a exercer medicina na sua terra natal regressou em 1910 a Lisboa, tendo no ano seguinte sido convidado por Marck Athias para lecionar Química Fisiológica na Faculdade de Medicina de Lisboa. Além da Medicina, Ferreira de Mira foi também escritor, político e jornalista, escrevendo artigos de vulgarização científica no jornal do Partido Unionista, o jornal «A Luta». Sem saber era lido por um magnata da altura, Bento da Rocha Cabral, que nunca vira ou conhecera, mas que perfilhava as suas ideias, ao ponto de deixar em testamento uma fortuna para a criação de um centro de investigação científica desig-



nando Ferreira de Mira como diretor<sup>23</sup>. Mais tarde Ferreira de Mira revelou como tudo sucedeu numa conferência do Instituto Bento da Rocha Cabral:

*Em fins de abril de 1921 ocorreu em Lisboa um facto sem precedentes no nosso país. Ao abrir-se o testamento do Sr. Bento da Rocha Cabral, nascido no concelho de Sabrosa, residente durante anos no Brasil e, ao tempo, em Lisboa, viu-se que ele deixava a maior parte da sua fortuna para fundação dum instituto de investigação científica.*

*Rocha Cabral, no seu testamento, indicou-me para redigir a função do Instituto, com o auxílio dos testamenteiros. Estes constituíram, com outras pessoas que escolheram, o Conselho Administrativo do Instituto, e eu passei a exercer funções de diretor, que ainda conservo.*

*A escolha do meu nome foi devida à minha passagem pelo jornalismo; e a este propósito devo acentuar que o Instituto Rocha Cabral não existiria, se não tivesse havido em Lisboa um jornal chamado A Lucta [...] escrevi durante anos, no seu jornal, artigos de vulgarização científica e outros sobre cultura e ensino e ali insisti sobre a obra gigante executada em proveito da ciência pelos milionários americanos, os Rockefeller, os Carnegie e outros. Foram estes os artigos que me apresentaram perante o espírito de Rocha Cabral como indivíduo capaz de executar a sua última vontade. [...] No espírito de Rocha Cabral havia um estado de receptividade favorável aos meus escritos, visto que nunca nos falámos e eu só soube da sua existência quando me disseram o que constava do seu testamento<sup>24</sup>.*

Foi desta forma inesperada que Ferreira de Mira se tornou no diretor do Instituto de Investigação Científica Bento da Rocha Cabral, criado com base num legado, que inspirado em famílias norte-americanas como os Rockefeller e os Carnegie que financiavam a investigação científica, decidiu financiar uma instituição de investigação científica com o propósito de beneficiar a ciência portuguesa. Depois de instalados os laboratórios, entrou em funcionamento oficialmente em 1925 com apenas quatro investigadores: Matias Ferreira de Mira (o pai), Manuel Ferreira de Mira (o filho), Simões Raposo e Fausto Lopo de Carvalho<sup>25</sup>. Organizou-se pouco depois em quatro secções:

- Secção de Fisiologia – tutelada por Marck Athias e Joaquim Fontes, que viria a ser o sucessor de Ferreira de Mira à frente do Instituto Rocha Cabral e de Athias na Faculdade de Medicina de Lisboa;
- Secção de Histologia – tutelada por Augusto Celestino da Costa, que mais tarde fundou a Sociedade Portuguesa de Endocrinologia;
- Secção de Química Biológica – tutelada por Ferreira de Mira (pai) e depois por Kurt Jacobsohn, contratado em Berlim ao *Kaiser Wilhelm Institut für Biochemie*;
- Secção de Bacteriologia – tutelada por Fausto Lopo de Carvalho e Ferreira de Mira (filho).

Este foi um instituto de grande prestígio, tendo financiado trabalhos como o de Egas Moniz na área da angiografia cerebral e de Fausto Lopo de Carvalho ao nível da angiop-

<sup>23</sup> Joaquim Fontes no prefácio à obra de MIRA, 1954: 23.

<sup>24</sup> MIRA, 1939: 5-8.

<sup>25</sup> MIRA, 1939: 8-9.

neumografia<sup>26</sup>. Foi no quadro do Instituto Bento da Rocha Cabral que Ferreira de Mira e os seus investigadores desenvolveram trabalhos na área da Endocrinologia sobretudo ligados às glândulas endócrinas e relacionados com o crescimento, o determinismo do sexo e a influência das suprarrenais na musculatura. Fez do estudo das glândulas suprarrenais o seu principal objeto de investigação, mas também estudou o baço, o aparelho tiro-paratiroideu, a opoterapia com adrenalina e extratos da suprarrenal<sup>27</sup>. Ferreira de Mira sempre se manteve fiel às secreções internas e assuntos afins. Estudou ainda a influência de preparações de tiroide sobre o crescimento, a maturação sexual em animais, a formação de caracteres sexuais secundários e as hormonas<sup>28</sup>. Conjuntamente com Joaquim Fontes, que veio a ser o seu sucessor à frente do Instituto Bento da Rocha Cabral, desenvolveu estudos das suprarrenais relacionados com o crescimento e a fadiga, pioneiros na sua altura, quando ainda se desconhecia a hormona produzida por esta glândula endócrina, o que lhes valeu numerosas citações em livros da especialidade.

O Instituto publicou entre 1927 e 1974 uma publicação científica própria intitulada *Travaux de Laboratoire de l'Institut Rocha Cabral*, com artigos em francês, alemão e inglês dado que o Instituto pretendia internacionalizar os seus estudos e investigadores. Em língua portuguesa publicava anualmente o periódico *Actualidades Biológicas*, a partir de 1929, onde se encontram vários trabalhos, resultados de conferências realizadas entre abril e maio de cada ano, muitos dos quais ligados a temas endocrinológicos. A emergência destas publicações e de outras que estes cientistas dinamizaram, apontavam, segundo Isabel Amaral<sup>29</sup>, para a necessidade de difundir um conjunto de conhecimentos específicos como também uma linguagem e metodologias específicas. As publicações em francês, como os *Travaux de Laboratoire*, mostram por outro lado o desejo de difusão e internacionalização da produção científica<sup>30</sup> a par de uma certa fidelidade à tradição científica francesa que marcou as ciências biomédicas em Portugal.

Isabel Amaral<sup>31</sup> aponta um outro facto interessante. Independentemente da ligação que os discípulos de Athias tinham ao programa de investigação, todos participavam de alguma forma nas sociedades e publicações dinamizadas pela sua escola de investigação, forjando uma massa crítica essencial à afirmação das novas áreas disciplinares e da identidade profissional dos cientistas. A fundação da Sociedade Portuguesa de Endocrinologia, por Augusto Celestino da Costa é revelador destes factos, já que agregava investigadores dos mais diversos campos.

---

<sup>26</sup> ALVES, 2014: 306-307.

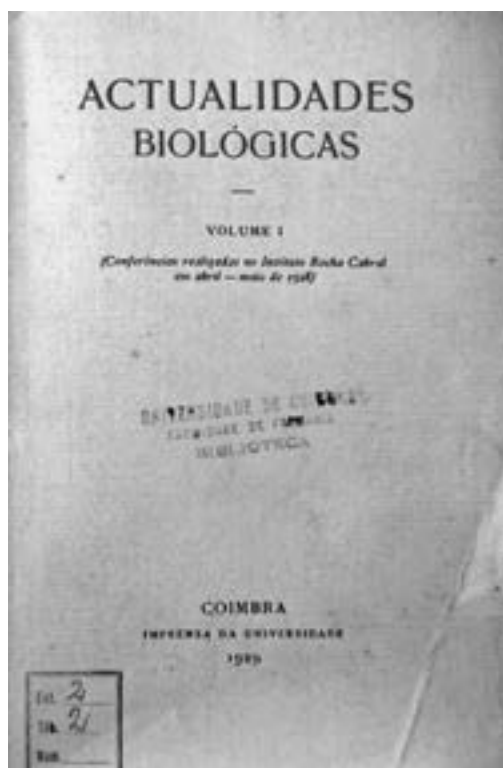
<sup>27</sup> MIRA, 1954: 225-227.

<sup>28</sup> MIRA, 1940: 135-141.

<sup>29</sup> AMARAL, 2006a: 160.

<sup>30</sup> Veja-se SALGUEIRO, 2014.

<sup>31</sup> AMARAL, 2006a: 160.



**Imagem 2** – Primeiro volume da publicação «Actualidades Biológicas» (1929) do Instituto Bento da Rocha Cabral.

Um dos discípulos de Ferreira de Mira – Eurico Paes – especializou-se na área da Endocrinologia. Eurico Paes foi o mentor de um dos primeiros periódicos especializado nesta nova área biomédica, a *Revista Luso-Espanhola de Endocrinologia e Nutrição*, que soube atrair grandes nomes da Endocrinologia ibérica de então e integrá-los na comissão científica da publicação. Fez do reputado endocrinologista espanhol Gregório Marañón (Madrid) o diretor científico da revista e convidou Augusto Celestino da Costa, Iriarte Peixoto e Adelino Costa para a comissão científica. Eurico Paes criou ainda em 1956 no Hospital de Egas Moniz o primeiro Serviço de Endocrinologia de Lisboa onde manteve o Centro de Estudos Endocrinológicos que acolhia investigadores desta área de estudo.

Ainda no conjunto dos primeiros fisiologistas das endócrinas destacou-se Augusto Celestino da Costa, uma figura impar da Medicina e da Ciência portuguesa do século XX, considerado como um verdadeiro apóstolo da ciência durante o regime Republicano<sup>32</sup>. Augusto Celestino da Costa licenciou-se em Medicina na Escola Médico-cirúrgica de Lisboa em 1905, com a apresentação de uma Tese Inaugural intitulada «Glândulas suprarrenais e suas homólogas: estudos citológicos»<sup>33</sup>, manifestando desde logo um particular interesse pela investigação científica das glândulas de secreção interna. Partiu

<sup>32</sup> AMARAL, 2006b: 107.

<sup>33</sup> COSTA, 1905.

depois para a Alemanha onde trabalhou em diversos laboratórios universitários, regressando depois a Lisboa onde trabalhou no Instituto Bacteriológico Câmara Pestana. Em 1911 iniciou a carreira docente na Faculdade de Medicina de Lisboa, criando o Instituto de Histologia e Embriologia. Aí trabalhou com uma geração de professores consagrados como Ricardo Jorge, Bettencourt Raposo, Belo de Moraes, Moreira Júnior, Salazar de Sousa entre outros<sup>34</sup>, tendo ele próprio feito parte de uma nova ‘fornada’ de professores-cientistas.

Augusto Celestino da Costa desempenhou vários cargos importantes como diretor da Faculdade de Medicina de Lisboa, foi presidente da Junta da Educação Nacional e do organismo sucedâneo, o Instituto para a Alta Cultura, exerceu o cargo de diretor de análises clínicas dos Hospitais Cíveis de Lisboa, foi fundador da Sociedade Portuguesa de Ciências Naturais e fundador e presidente da Sociedade Portuguesa de Endocrinologia.

Mas foi sobretudo no Instituto de Histologia e Embriologia, criado com a ajuda de Pedro Roberto Chaves, Alfredo Magalhães Ramalho e Luís Simões Raposo, que trabalhou em matéria endocrinológica. A criação deste Instituto permitiu um *upgrade* importante nas condições de trabalho de Celestino da Costa e dos seus colaboradores, pois nalguns laboratórios existentes na época era frequente o investigador comprar os seus reagentes, animais e equipamento, livros e periódicos<sup>35</sup>. Ao longo da sua vasta carreira escreveu sobre os mais diversos temas da Endocrinologia. Tratou da morfologia e histologia das glândulas endócrinas, realizou experiências de opoterapia com extratos de glândulas em ratos de laboratório, falou de neuro-endócrinas, etc. A sua grande obra foram as «Lições sobre a histofisiologia das glândulas endócrinas»<sup>36</sup> onde abordou os problemas associados a várias glândulas como a suprarrenal, a tiroide, a paratiroide, o pâncreas, a hipófise, etc.

Além dos seus estudos em Endocrinologia foi o criador, conjuntamente com Iriarte Peixoto, da Sociedade Portuguesa de Endocrinologia em 1949, peça chave na afirmação da especialidade de Endocrinologia em 1956 junto da Ordem dos Médicos.

## 2. DO LABORATÓRIO AO CONSULTÓRIO: O DESPONTAR DA ENDOCRINOLOGIA CLÍNICA

Os primeiros decénios do século XX ficaram marcados essencialmente pelos trabalhos de histofisiologia das glândulas endócrinas desenvolvidos por um conjunto relativamente restrito de professores-cientistas. No entanto, a Endocrinologia não podia ficar somente pelos estudos das glândulas e das suas secreções (hormonas e neurotransmissores) cujo funcionamento e funções foram sendo desvendados com estudos cada vez mais extensivos e profundos.

O aparecimento desta nova área de estudo potenciou o entendimento que os médicos tinham de certas doenças até então mal conhecidas e resultado do mau funcionamento de glândulas endócrinas como a tiroide e paratiroides, a hipófise-hipotálamo, as

<sup>34</sup> PEIXOTO, 1985.

<sup>35</sup> AMARAL, 2006b: 100.

<sup>36</sup> COSTA, 1942.

suprarrenais, as gónadas ou o pâncreas. A existência de patologias associadas às endócrinas exigia, para além dos estudos de laboratório, uma tradução prática que só a clínica podia dar. Eram várias as doenças endocrinológicas que afetavam os portugueses, desde o Síndrome de Cushing, a acromegalia e o nanismo, os bócios, a Doença de Addison, o cretinismo ou a diabetes, que exigiam uma resposta médica. Os médicos, muitos deles ligados à especialidade de Medicina Interna, tomando maior consciência da especificidade que as endócrinas e suas patologias exigiam foram tomando a iniciativa de criar espaços próprios para observar, diagnosticar e tratar as patologias de foro endocrinológico. A Endocrinologia clínica que começou a despontar nos anos 20 teve, todavia, ritmos diferentes, alcançando as várias geografias do país de forma faseada e gradual.

No despontar da Endocrinologia Clínica portuguesa estiveram por um lado a criação nos anos 20 da Associação Protetora dos Diabéticos Pobres por Ernesto Roma e já nos finais dos anos 40 a criação das primeiras consultas de Endocrinologia nos Hospitais Cíveis de Lisboa e no Instituto Português de Oncologia de Lisboa.

Um dos nomes que esteve associado à origem da Endocrinologia clínica, e particularmente da diabetologia, foi o de Ernesto Roma. Ernesto Galeão Roma, nascido em Viana do Castelo em 1887 cedo seguiu as pisadas do avô, também ele médico e benemerente. Ernesto Roma realizou o ensino secundário no Colégio Militar tendo depois cursado Medicina na Escola Médico-cirúrgica de Lisboa, terminando a licenciatura com 19 valores em 1913. Em 1915 alistou-se como voluntário seguindo a carreira de médico militar – o pai dele também era General do Exército – tendo combatido na I Guerra Mundial integrado no Primeiro Batalhão Expedicionário Português. Em 1921 foi nomeado assistente e Chefe de Clínica da Faculdade de Medicina de Lisboa tendo trabalhado com Bello de Moraes, de quem era discípulo, e com Pulido Valente<sup>37</sup>.

Ernesto Roma colheu muito das suas viagens de estudo por Paris, onde visitou a Clínica de Dieulafoy, e sobretudo pelos EUA, a partir de 1921, onde estagiou no Hospital Geral de Massachusetts, testemunhando a «revolução da insulina» quando introduzida na prática clínica, e visitando a Clínica Joslin, um centro de tratamento da diabetes *mellitus* em Boston para onde os descobridores da insulina – Frederick Banting, Charles Best, John Macleod e James Collip – tinham enviado os primeiros frascos do produto<sup>38</sup>. Na clínica Joslin viu igualmente métodos percussores na educação dos diabéticos, começando pelo *bestseller* publicado em 1917 por Elliott Joslin «A Diabetic Manual for the mutual use of Doctor and Patient»<sup>39</sup>, passando pelas enfermeiras especialistas na diabetes que acompanhavam os pacientes da clínica em suas casas até aos programas de combate à diabetes nas crianças ou às investigações da diabetes gestacional<sup>40</sup>.

Regressado a Portugal, Ernesto Roma pôs em prática a insulino-terapia no seu consultório e cedo adquiriu fama de diabetologista, a quem os diabéticos da capital acorriam para obter o novo tratamento. Em 1926, frustrado com o problema dos diabéticos

<sup>37</sup> ARROTEIA, 1987: 3.

<sup>38</sup> APDP, (s. d.).

<sup>39</sup> Vd. JOSLIN, 1919.

<sup>40</sup> JOSLIN, (s. d.).

pobres que não conseguiam custear o seu tratamento, decidiu mobilizar a sua clientela burguesa e alguns amigos no sentido de criar a Associação Protetora dos Diabéticos Pobres, mais tarde renomeada Associação Protetora dos Diabéticos de Portugal em 1973<sup>41</sup>, tendo sido a primeira associação do género no mundo. A Associação Protetora dos Diabéticos Pobres tinha dois grandes objetivos: fornecer gratuitamente insulina às pessoas sem meios económicos para a obter e educar a população com diabetes, conscientizando-a para a necessidade da prevenção através de um estilo de vida saudável e ativo.

Ernesto Roma iniciou deste modo uma Escola de Diabetologia e a Diabetologia Social<sup>42</sup>. Na APDP produziram-se estudos sobre a dimensão somática e pedagógica das diferentes formas da diabetes e sua hereditariedade, conceberam-se testes, elaboravam-se princípios básicos e programas de alimentação, realizavam-se tratamentos, ensinava-se técnicas de injeção de insulina, fazia-se prevenção, alertava-se para os problemas da diabetes na gravidez, etc.<sup>43</sup>. A APDP aliava a prática clínica e a educação popular que passava por ensinar os diabéticos a auto injetarem-se com insulina, a auto vigiarem-se e a cumprir uma dieta adequada à sua condição. Em 1937, Ernesto Roma deu à estampa um pequeno livrinho, «Conselhos aos Diabéticos»<sup>44</sup>, onde explicava com uma linguagem coloquial, mas muito precisa, o essencial sobre a diabetes, referindo-se à sintomatologia da doença, dando conselhos sobre nutrição, mostrando com fórmulas simples como os doentes podiam calcular o valor nutricional da sua alimentação e estabelecer um plano alimentar.

A associação expandiu-se com a abertura de várias filiais em Coimbra e Porto, de existência efémera, e ainda em Santarém, sendo mais tarde integrada no centro de saúde distrital. Em 1938 veio descrito no periódico «Coimbra Médica» uma notícia de Manuel Bruno da Costa sobre a preparação de insulina que já se fazia em Coimbra no Laboratório de Química-Física e Química Biológica<sup>45</sup>. Bruno da Costa preparava insulina de acordo com o método de Banting e Best usando um processo de extração a partir da precipitação com ácido pícrico e extração com acetona. Na época ainda não existia insulina sintética, o que dificultava a obtenção desta hormona: por cada 10 kg de pâncreas produzia-se 1g de insulina<sup>46</sup> dificultando assim a obtenção do produto a baixo custo.

Em 1939 criou-se o Instituto Antidiabético de Coimbra pela Direção Geral de Assistência através do Decreto-lei n.º 30017 de 2 de novembro de 1939, mantendo-se este sob dependência dos Hospitais Universitários. No preâmbulo do diploma, o governo reconheceu o labor realizado por várias pessoas e associações na luta antidiabética, reconhecendo que era necessário ir mais longe do que a simples assistência:

*Não se torna apenas necessário olhar o problema no seu aspeto sentimental, favorecendo ou auxiliando o doente pobre. É preciso ir mais longe, colocando o diabético em condições de poder adotar a terapêutica conveniente, com um regime alimentar adequado e com a aplica-*

---

<sup>41</sup> ARROTEIA, 1987: 5.

<sup>42</sup> LISBOA, 1979.

<sup>43</sup> ARROTEIA, 1987: 7.

<sup>44</sup> ROMA, 1937.

<sup>45</sup> COSTA, 1938: 201-211.

<sup>46</sup> COSTA, 1938: 205.

*ção medicamentosa da insulina. Importa também ensinar, educar; numa palavra preparar convenientemente os portadores da doença com lições técnicas e práticas*<sup>47</sup>.

Ao novo Instituto Antidiabético de Coimbra, que funcionou sob a dependência dos Hospitais da Universidade, foi reconhecida uma tripla função: prestar assistência aos doentes pobres realizando o tratamento de insulino-terapia, pôr em prática a profilaxia da diabetes ensinando à população as principais características da doença e formas de a prevenir e promover trabalhos de investigação científica relacionada com a doença. Para tal o dispensário onde funcionava o Instituto Antidiabético tinha uma consulta externa, uma cozinha dietética e um laboratório onde se produzia a insulina para consumo próprio e fornecimento de hospitais e instituições que cuidassem de diabéticos pobres.

Ao longo da primeira metade do século XX, a Endocrinologia foi alcançando a maturidade científica necessária à sua afirmação enquanto especialidade médica, fruto das investigações e descobertas que decorriam em centros de investigação internacionais. Entre 1909 e 1950 foram seis os Prémios Nobel da Medicina e Fisiologia destinados a galardoar trabalhos no campo da Endocrinologia: em 1909 Emil T. Kocher foi distinguido pelos seus trabalhos no campo da fisiologia, patologia e cirurgia da glândula tireoide; em 1923 Frederick Banting e John MacLeod receberam um prémio pela descoberta da insulina; em 1936 Henry Dale e Otto Loewi foram galardoados pelas descobertas relacionadas com a transmissão química dos impulsos nervosos; em 1939 Adolf Butenandt e Leopold Ruzicka foram premiados pela descoberta e síntese dos esteroides sexuais; em 1947 Bernardo Houssay foi reconhecido pela descoberta do papel da hormona da hipófise no metabolismo do açúcar; e em 1950 Edward Kendall, Tadeus Reichstein e Philip Hench receberam o prémio da academia sueca pelas descobertas relacionadas com a hormona do córtex adrenal, suas estruturas e efeitos biológicos<sup>48</sup>. À parte destes Prémios Nobel, que foram apenas os estudos mais destacados dos numerosos estudos em todo o mundo, a Endocrinologia num curto espaço de tempo foi mostrando a sua potencialidade como área médica emergente.

Em Portugal, o conhecimento cada vez mais aprofundado das glândulas endócrinas, do seu funcionamento e da função que as suas secreções ou hormonas desempenhavam no organismo estimularam a criação de consultas de Endocrinologia. Para o período que nos propusemos estudar, i.e., para a primeira metade do século XX, além da consulta de diabetologia da APDP, é possível assinalar mais duas: uma nos Hospitais Cívicos de Lisboa e outra no Instituto Português de Oncologia Francisco Gentil em Lisboa, ambas em 1948.

No final dos anos 40, a criação de duas consultas de Endocrinologia em Lisboa iniciou um ciclo fecundo para esta área médica. Todo o saber acumulado nos institutos de investigação pôde ser posto em prática em espaço hospitalar. Na frente desta nova etapa estiveram dois jovens médicos da altura: Rodolfo Iriarte Peixoto e Luís da Silveira Botelho.

<sup>47</sup> DECRETO-LEI n.º 30017, 1939: 1164.

<sup>48</sup> PICÓ ALFONSO, 2013: 12-13.

Rodolfo Iriarte Peixoto, que era discípulo de Augusto Celestino da Costa, foi com ele fundador e sócio n.º 2 da Sociedade Portuguesa de Endocrinologia. Em 1946, Iriarte Peixoto que era um jovem médico assistente dos Hospitais Cívicos de Lisboa escreveu uma obra monumental de 654 páginas com o título de «Terapêutica das doenças endócrinas» (1946). Esta obra profusamente ilustrada tratava da terapêutica de um vasto conjunto de doenças associadas à tiroide, hipófise, paratiroides, suprarrenais, gónadas masculinas e femininas, e ainda sobre a terapêutica da obesidade e da magreza. Este livro foi um marco importante da Endocrinologia clínica que procurava no seu tempo despertar o interesse da comunidade médica para o tema da Endocrinologia clínica.

O seu labor no campo endocrinológico levou-o a assumir a primeira consulta de Endocrinologia e Nutrição no Hospital D. Estefânia, que veio a ser a primeira consulta de Endocrinologia do país. A institucionalização da Endocrinologia nos Hospitais Cívicos de Lisboa aconteceu com a ordem de serviço n.º 3214 de 27 de novembro de 1946, que criava simultaneamente nos Hospitais Curry Cabral e D. Estefânia consultas externas de Endocrinologia. A consulta no Hospital de Curry Cabral foi entregue inicialmente ao Professor Fernando Fonseca, que à semelhança de Ernesto Roma também foi um veterano da I Guerra Mundial, tendo combatido na Flandres como alferes médico. Em 1918, foi admitido como assistente no Hospital de Santa Marta, onde trabalhou sob direção de Pulido Valente. Em 1923 rumou à Alemanha para um estágio em Berlim com mestres conceituados da altura como os Professores Strauss, Kraus e Pincusen em temas como doenças do aparelho digestivo, insuficiência renal e nutrição<sup>49</sup>. Mais tarde em 1929 foi aprovado como médico para os Hospitais Cívicos de Lisboa, tendo publicado no ano seguinte o livro «Diabetes Mellitus» em Espanha na coleção Gregório Marañón, um reputado endocrinologista de Madrid. Em 1943 foi aprovado no concurso para Professor Catedrático de Propedêutica Médica da Faculdade de Medicina de Lisboa, funções que exerceria por poucos anos, uma vez que incompatibilidades políticas com o governo de então levou à exoneração da função pública<sup>50</sup>, integrado no saneamento universitário de 1947.

Deste modo a consulta prevista de endocrinologia para Hospital Curry Cabral não chegou a arrancar nesta data visto o Dr. Fernando Fonseca ter sido afastado da função pública. No Hospital D. Estefânia a consulta passou a existir efetivamente em 1948 sob a responsabilidade de Iriarte Peixoto com o contributo dos seus colaboradores mais próximos como eram Ludgero Pinto Basto, Nuno Botelho de Medeiros, Ângelo Rosário Dias, Jorge Lopes do Rosário e Sobral Blanco.

Iriarte Peixoto criou uma boa dinâmica com os seus colaboradores o que veio permitir criar uma publicação periódica, embora de curta duração, onde eram publicados casos clínicos de endocrinologia no «Boletim de Endocrinologia e Clínica dos H.C.L.», mais tarde integrado na «Revista Ibérica de Endocrinologia». Iriarte Peixoto apresentou também na I Reunião Hispano-Lusa de Endocrinologia em Barcelona (1952) uma conferência sobre a «Doença de Basedow e síndromes afins com mais dois colegas, Rosário Diaz e

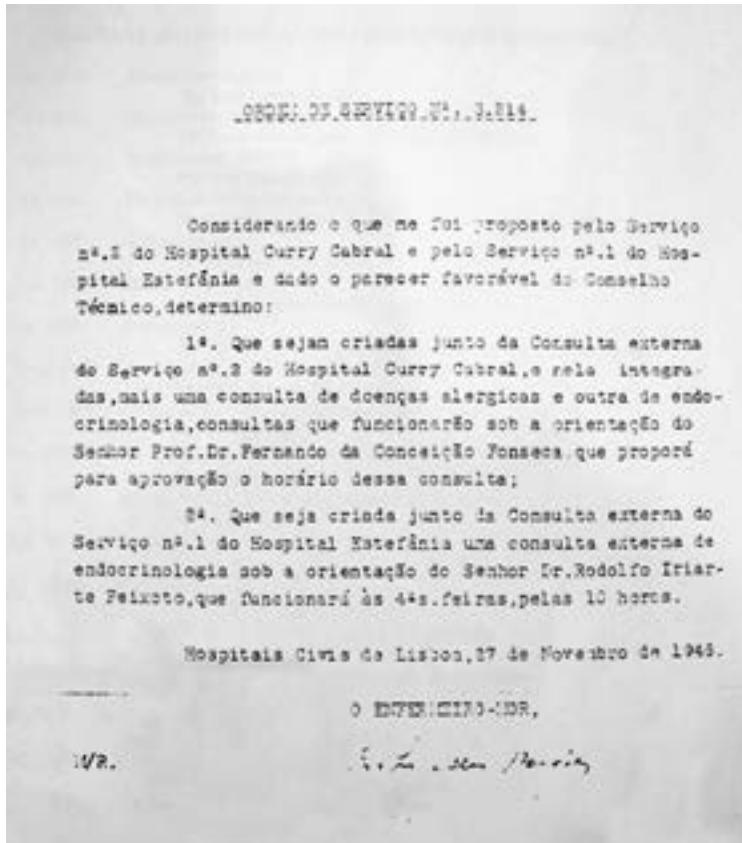
---

<sup>49</sup> DUTSCHMANN, 2013: 52.

<sup>50</sup> DUTSCHMANN, 2013: 52.



Mário Fernández y Fernández, com base nas experiências clínicas do núcleo de Endocrinologia do Hospital D. Estefânia. Uma breve passagem de Iriarte Peixoto pelo Hospital de Santa Marta deslocou a consulta de Endocrinologia dos Hospitais Cívicos para esse hospital.



**Imagem 3** – Ordem de Serviço n.º 3214 de 1946 criadora da primeira consulta de Endocrinologia em Portugal.

**Fonte:** Espólio da Sociedade Portuguesa de Endocrinologia.

Posteriormente, Iriarte Peixoto que fora colocado na direção do Serviço 2 do Hospital Curry Cabral, mas mantendo as suas funções como secretário-geral da Sociedade Portuguesa de Endocrinologia, desenvolveu um núcleo forte de Endocrinologia, cuja ordem de serviço de 1946 nunca havia efetivado. Com Iriarte Peixoto como mentor, a Endocrinologia no Hospital Curry Cabral floresceu perante um conjunto de colaboradores, internos e voluntários ávidos de progredir nos seus conhecimentos.

Iriarte Peixoto era um autor eclético, como mostram as suas publicações: entre os seus trabalhos figuravam temas que iam da diabetes à nutrição e obesidade, da Endocrinologia do crescimento a experiências de laboratório, da tiroide às hormonas. Foi o fundador de um dos primeiros periódicos especializados em Endocrinologia. Foi algumas décadas depois presidente da Sociedade Portuguesa de Endocrinologia entre 1977 e 1981.

A outra consulta de Endocrinologia surgida em Lisboa, também em 1948, foi a do Instituto Português de Oncologia Francisco Gentil. O projeto do IPO nasceu em 1927 em Lisboa, por iniciativa do Prof. Dr. Francisco Gentil, como um espaço dedicado à investigação e ensino do cancro, bem como um espaço de assistência especializada a doentes oncológicos<sup>51</sup>. Na década de 1940 Francisco Gentil, reconhecendo a importância potencial da Endocrinologia no contexto oncológico, convidou Luís da Silveira Botelho, irmão do Administrador do IPO Joaquim Silveira Botelho, para desenvolver a Endocrinologia no Instituto. Enviou Luís Botelho para Madrid estagiar com um insigne endocrinologista da época Gregório Maraño y Posadillo. Pelo Instituto de Patologia Médica de Madrid passaram outros endocrinologistas portugueses que permanecendo mais ou menos tempo foram absorver os ensinamentos de Gregório Maraño que desde 1931 tinha uma cátedra da especialidade na Universidade Central de Madrid<sup>52</sup>.

Após o seu regresso, Luís da Silveira Botelho criou a consulta de Endocrinologia no IPO de Lisboa em 1948. Inicialmente colaboraram com Luís da Silveira Botelho outros médicos, como Fernando Magalhães Colaço, que, tal como Luís Botelho era também assistente no Hospital de Santa Maria, Miguel Freire da Cruz e Manuel Neves e Castro. Várias décadas depois vieram juntar-se outros médicos que tendo realizado estágios em contexto internacional vieram dinamizar a Endocrinologia do IPO, permitindo integrá-la na formação universitária a partir de 1975, com a associação do IPO à Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Nova de Lisboa.

### 3. OS PRIMEIROS PERIÓDICOS DE ENDOCRINOLOGIA PORTUGUESES

Uma das consequências dos trabalhos de laboratório e da prática clínica da Endocrinologia em Portugal foi o aparecimento cada vez mais sistemático e organizado de estudos de divulgação científica desta nova área médica. Progressivamente, o interesse pela Endocrinologia foi aumentando tanto nos médicos que já exerciam, em especial ligados à Medicina Interna onde se estudavam as glândulas endócrinas e tratavam as suas patologias, mas também da psicologia, sexologia, etc., como nos estudantes de medicina que assistiam a uma nova e fulgurante área que aliava o trabalho minucioso de laboratório ao exercício à cabeceira do doente. A divulgação dos estudos laboratoriais e dos casos clínicos observados e tratados em contexto hospitalar começaram a requerer um espaço próprio na imprensa médica.

O aparecimento de meios periódicos especializados é um dado marcante para qualquer especialidade médica, por um lado porque é sinónimo de uma certa maturidade científica e por outro lado surgem porque existem leitores interessados no assunto e que constituem a breve trecho uma massa crítica capaz de impulsionar o desenvolvimento de uma determinada área do saber. Foi justamente o que aconteceu com os periódicos de Endocrinologia.

---

<sup>51</sup> IPO, (s.d.).

<sup>52</sup> OROZCO ACUAVIVA, 1999: 124-116.

O periodismo português teve uma particularidade, desde o início associou-se ao periodismo espanhol permitindo a afirmação da especialidade no contexto ibérico. Beneficiaram tanto do contributo de médicos e investigadores portugueses e espanhóis como dos contributos que médicos da América Latina e de outros países da Europa.

Na década de 1940, a Endocrinologia contava com estudos sérios de vários investigadores e com chancela institucional, como vimos com a publicação do Instituto Rocha Cabral, que lhe deram uma certa maturidade científica. Há que considerar que os primeiros periódicos são ibéricos, o que quer dizer que ao nível científico tanto a Endocrinologia espanhola, desenvolvida por figuras como Gregório Maraño ou José Cañadell, como a Endocrinologia portuguesa estavam alinhadas de modo a que foi mais fácil impor-se como uma nova área do saber. De resto não existem muitos casos semelhantes de colaboração tão estrita entre dois países na criação e divulgação de uma área médica como no caso da Endocrinologia.

Por outro lado, as revistas de Endocrinologia surgiram porque existia um número considerável de interessados em saber mais e de forma mais sistemática sobre os assuntos afetos à Endocrinologia. Os artigos avulsos nas revistas médicas de grande tiragem revelavam-se insuficientes para satisfazer as necessidades de um conjunto de clínicos e investigadores despertados para o problema das glândulas endócrinas. Mas, o surgimento de um periódico temático é também um ato de afirmação de um grupo médico, que pretende ter maior visibilidade e consolidar a sua posição. Do ensemble de todos estes intentos foram criados em 1948 três periódicos: a *Acta Endocrinologica et Gynæcologica Lusitana*, a *Revista Luso-Espanhola de Endocrinologia e Nutrição* e o *Boletim de Endocrinologia e Clínica dos Hospitais Civis de Lisboa*.

A partir da cidade do Porto foi publicada a *Acta Endocrinologica et Gynæcologica Lusitana*, resultado da parceria editorial entre Mário Cardia e o barcelonense José Cañadell, onde se juntavam temáticas de Ginecologia e de Endocrinologia. Mário Cardia era o responsável pelos assuntos portugueses e José Cañadell pelos assuntos espanhóis. Colaborou no primeiro número da revista o prestigiado Gregório Maraño com um artigo em português intitulado «O hipotálamo e a patologia endócrina». Este periódico bimensal tinha no seu conselho científico nomes importantes da medicina endocrinológica da época como Botella Llusía, Cañadell e Maraño de Espanha, Mário Cardia, Celestino da Costa, Cerqueira Gomes e Iriarte Peixoto de Portugal e outros tantos especialistas de França, Brasil, EUA, Suécia, Suíça, Argentina e Chile. Para além dos estudos originais a *Acta Endocrinologica et Gynæcologica Lusitana* publicava todo o movimento bibliográfico internacional relativo à Endocrinologia bem como notícias e resultados dos congressos científicos como escreveram os editores no primeiro número da revista:

*Esta revista quer dar o máximo relevo aos artigos de vulgarização (reuniões de conjunto, notas clínicas, etc.) à informação de congressos, cursos e outras reuniões e aos extractos e resumos de revistas e livros de ginecologia e de Endocrinologia*<sup>53</sup>.

No terceiro ano a publicação passou a ser mensal, num total de nove fascículos por ano – não era publicada durante as férias escolares nos meses de agosto, setembro e outubro – publicado por outra empresa e fazia-se acompanhar de um «Boletim Geral» composto de informações, comentários a assuntos profissionais, notas clínicas e atualidades médicas e crónicas de Madrid e Paris pelos correspondentes Fernan Pérez e Jean Debray respetivamente.

Apesar desta publicação ter tido um curto tempo de vida, de 1948 a 1950, publicaram-se 21 números da revista e um total de 84 artigos originais. Cerca de metade desses artigos eram afetos à Ginecologia, embora vários deles tivessem pontos de ligação com a Endocrinologia, especialmente porque estava em voga o tratamento hormonal de alguns problemas ginecológicos. Os trabalhos endocrinológicos desta revista estavam muito ligados às questões da tiroide e tratamento das doenças da tiroide, doenças dos ovários e apareceram também alguns estudos sobre a diabetes, a hipófise-hipotálamo e as paratiroides.

Ainda no mesmo ano apareceu em Lisboa a *Revista Luso-Espanhola de Endocrinologia e Nutrição*, sendo a alma desta publicação Eurico Paes, discípulo de Ferreira de Mira, e criador do Serviço de Endocrinologia do Hospital de Egas Moniz nos anos 50, que tinha trabalhado com o espanhol Grande Covián<sup>54</sup>. Eurico Paes desempenhou funções de diretor editorial, enquanto a direção científica foi confiada a Gregório Maraño, embora com a presença na comissão científica de Celestino da Costa, Iriarte Peixoto e Adelino Costa. No editorial do primeiro número da revista enfatizava-se o facto desta publicação estar em preparação desde 1944, tendo sido adiada vários anos por dificuldades de vária ordem, entre as quais os condicionalismos materiais causados pela II Guerra Mundial. A revista procurava, segundo o editor, estimular um intercâmbio sistemático entre os dois países da Península Ibérica e divulgar as atividades dos vários centros de investigação e clínica endocrinológica. Mas o objetivo era de ir mais além, afirmando-se a vontade de fundar uma Sociedade Ibérica de Endocrinologia, que na verdade nunca se veio a concretizar<sup>55</sup>.

Esta revista associou desde o início os temas da Endocrinologia e da nutrição, caminhando ambas uma a par da outra, o que mais tarde se verificou também no reconhecimento da especialidade junto da Ordem dos Médicos, e posteriormente a junção da temática das doenças metabólicas. De forma similar à outra revista, esta contou com o contributo de grandes nomes como Maraño, Grande Covián, Candela ou Malinowski, bem como da escola de Lisboa com Iriarte Pexoto à cabeça, mas também o próprio Eurico Paes e João de Oliveira e Silva de Coimbra.

A *Revista Luso-Espanhola de Endocrinologia e Nutrição* teve menos números publicados, uma vez que era trimestral. Cada número compunha-se geralmente de um ou dois artigos originais de especialistas portugueses e um ou dois artigos originais de especialistas espanhóis, seguido de resenhas bibliográficas e notícias. Foram publicados entre 1948 e 1950 um total de 12 tomos e de 27 artigos. Entre os temas tratados mais recorrentes

---

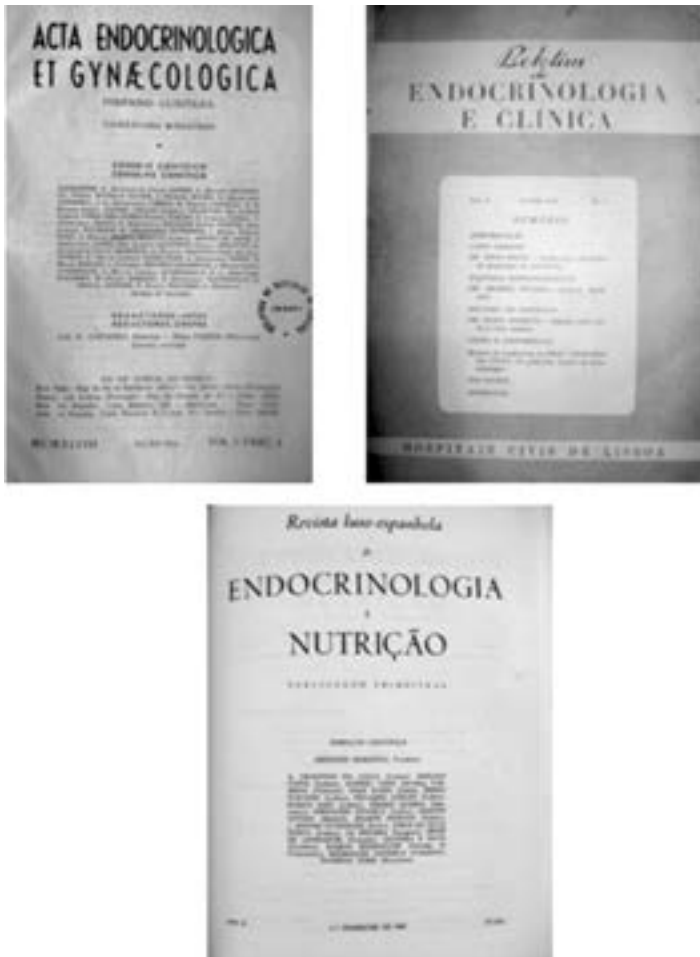
<sup>54</sup> OROZCO ACUAVIVA, 1999: 222.

<sup>55</sup> PAES, 1948: 1-2.

destacam-se os estudos das gónadas e tiroide, estudos de neuro-endocrinologia, tratamento hormonal e diabetes.

O terceiro periódico desta época foi o *Boletim de Endocrinologia e Clínica dos Hospitais Cíveis de Lisboa* criado por iniciativa de Iriarte Peixoto e dos seus colaboradores. Após a criação da consulta de Endocrinologia e Nutrição no Hospital D. Estefânia e como complemento do trabalho clínico realizado na consulta procurou conjuntamente com os seus colaboradores, internos e voluntários dar à estampa um boletim que servisse de «repositório de notas de patologia e clínica, particularmente do ramo endocrinológico»<sup>56</sup>.

Este boletim foi publicado somente em 1948 e 1949. Do seu conteúdo constavam casos clínicos, revisões de patologia, notícias e resumos de conferências, etc. Não chegou a assumir a importância nem a divulgação de outras publicações, sendo ainda hoje difícil encontrar esta publicação na íntegra.



**Imagem 4** – Primeiras revistas de Endocrinologia portuguesas criadas em 1948.

<sup>56</sup> PEIXOTO, 1948: 1.

A partir de 1951 houve uma junção de vontades por parte das direções das três revistas existentes em Portugal para se fundirem numa só publicação. O facto de ter sido fundada a Sociedade Portuguesa de Endocrinologia em 1949 e a Sociedade Espanhola de Endocrinologia em 1950 veio catalisar o processo de fusão das revistas, já que ambas procuravam um meio de divulgação comum às duas organizações. A criação da *Acta Endocrinologica et Gynæcologica Lusitana*, dirigida por Mário Cardia e José Cañadell, e da *Revista Luso-Espanhola de Endocrinologia e Nutrição*, dirigida por Eurico Paes e Gregório Maraño, enquanto revistas bilingues e de difusão ibérica apontavam para esse objetivo comum de ambas as sociedades. Com efeito, em 1951 assistiu-se à criação de uma nova publicação inteiramente dedicada à Endocrinologia, a *Acta Endocrinologica Iberica*, continuadora das duas revistas, a que se juntou o Boletim dos Hospitais Civis de Lisboa.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção e estruturação da Endocrinologia em Portugal na primeira metade do século XX ficou-se a dever a três grandes fatores, como foram o desenvolvimento de estudos laboratoriais de fisiologia e histologia das glândulas endócrinas, a passagem a uma Endocrinologia clínica e a formação de um periodismo médico especializado.

Os estudos de fisiologia e histologia das endócrinas perpetrados por vários professores-cientistas de renome puseram na agenda uma área nova e promissora para a medicina. Com sede em institutos de investigação, sobretudo de Lisboa, estes estudos assumiram uma relevância cada vez maior no seio da comunidade médica portuguesa, estendendo-se posteriormente a outras geografias do país. A passagem de vários médicos e investigadores portugueses por centros de investigação e hospitais estrangeiros teve um efeito notório na dinamização das diferentes áreas de investigação. Empossados com conhecimentos inovadores para a época souberam tirar partido de um movimento nacional mais lato de progresso científico e rapidamente transformar uma nova área de estudo numa nova especialidade médica.

Numa segunda fase deu-se a institucionalização da Endocrinologia clínica com o aparecimento de consultas específicas da área, primeiro da diabetes na APDP, erigida por Ernesto Roma a partir da década de 1920, e depois com as Consultas de Endocrinologia nos Hospitais Civis de Lisboa e no IPO de Lisboa por Iriarte Peixoto e Luís da Silveira Botelho respetivamente. Com estas iniciativas os conhecimentos provenientes dos laboratórios entraram nos consultórios, ficando ao serviço da população que padecia de problemas do foro endocrinológico.

Por seu turno, quer a prática clínica quer os estudos laboratoriais produziram novos conhecimentos que, uma vez difundidos por um periodismo especializado e tendencialmente internacional, serviram para catapultar a nova área biomédica para o estatuto de especialidade médica, já no terceiro quartel do século XX.

## FONTES E BIBLIOGRAFIA

- ALVES, Manuel Valente (2014) – *História da Medicina em Portugal: origens, ligações e contextos*. Porto: Porto Editora.
- AMARAL, Isabel (2006a) – *Miguel Bombarda e a Escola de Investigação de Marck Athias*. In PEREIRA, Ana Leonor; PITA, João Rui, coord. – *Miguel Bombarda (1851-1910) e as singularidades de uma época*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, p. 155-162.
- \_\_\_\_ (2006b) – *The emergence of New Scientific Disciplines in Portuguese Medicine. Marck Athias Histophysiology Research School, Lisbon (1897-1946)*. «Annals of Science», vol. 63, n.º 1, p. 85-110. Disponível em: <doi:10.1080/00033790500429425>.
- APDP (s.d.) – *História da APDP* [em linha]. Lisboa: Associação Protetora dos Diabéticos de Portugal. Disponível em: <http://www.apdp.pt/a-apdp/historia>. [Consulta realizada em 26/04/2017].
- ARROTEIA, Aristides Brás (1987) – *Ernesto Galeão Roma: Médico, Cientista, Humanista (1887-1978)*. Viana do Castelo: Ofilito. Sep. do «Boletim Cultural do Centro de Estudos Regionais, n.º 3. 11 pp.
- ATHIAS, Marck (1909) – *O ensino da Physiologia e da Histologia nas Faculdades de Medicina da Bélgica*. «A Medicina Contemporânea», tomo 12, n.º 44, p. 357-359.
- \_\_\_\_ (1933) – *Travaux de l'Institut de Physiologie (1922-1933)*. Lisboa: Faculdade de Medicina de Lisboa.
- \_\_\_\_ (1946) – *O ensino de fisiologia na Régia Escola de Cirurgia e na Escola Médico-cirúrgica de Lisboa*. «Clínica Contemporânea», tomo 1, n.º 6, p. 333-341.
- BASILIO MORENO, Esteban; e TORRE, Ana Isabel (2005) – *Historia de la Sociedad Española de Endocrinología*. Madrid: SEEN.
- BOTELHO, Luís da Silveira; e MEDINA, José Luís (2008) – *Relações Científicas entre a Endocrinologia de Portugal e a Endocrinologia de Espanha*. Porto: SPEDM.
- BOTELHO, Luís da Silveira (1988) – *Contribuição para a História da Endocrinologia em Portugal*. «Acta Médica Portuguesa», vol. 2, p. 181-185.
- CARDIA, Mário; CAÑADELL, José (1948) – *Apresentação*. «Acta Endocrinologica et Gynæcologica Lusitana», vol. 1, n.º 1, p. 2-3.
- CAWADIAS, A. (1940) – *The History of Endocrinology: Section of the History of Medicine*. «Proceedings of the Royal Society of Medicine», vol. 34, n.º 6, p. 303-308. Disponível em: < <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC1997830/>>
- COSTA, Augusto Celestino da (1905) – *Glandulas suprarenaes e suas homologas: estudos cytologico*. Lisboa: Escola Médico-cirurgica de Lisboa. Tese inaugural.
- \_\_\_\_ (1942) – *Lições sobre a histofisiologia das glândulas endócrinas: suprarrenal, tiroideia, paratiroideia, pâncreas endócrino, hipófise*. Lisboa: [s.n.].
- \_\_\_\_ (1948) – *A vida e a obra científica de Marck Athias*. «Arquivo de Anatomia e Antropologia», vol. 26, p. 145-227.
- COSTA, Manuel Bruno da (1938) – *Preparação de insulina em Coimbra*. «Coimbra Médica», vol. 5, n.º 3, p. 201-211.
- DECRETO-LEI n.º 30017/1938. *D.G. I Série*. 256 (1939-11-02) 1164.
- DORANTES-ÁLVAREZ, Luis; e MEDINA-BRAVO, Patricia (2005) – *Ernest Starling y el nacimiento de la Endocrinología*. «Bol Med Hosp Infant Mex», N.º 62, p. 307-309. Disponível em: [http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1665-11462005000500002](http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1665-11462005000500002).
- DUTSCHMANN, Luís (2013) – *Professor Doutor Fernando Fonseca*. «Rev Clin Hosp Prof Dr Fernando Fonseca», vol. 2, n.º 1, p. 52-53. Disponível em <<http://repositorio.hff.min-saude.pt/bitstream/10400.10/1218/1/Professor%20Doutor%20Fernando%20Fonseca.pdf>>. [Consulta realizada em 21/04/2017].
- FUNDAÇÃO ERNESTO ROMA (s. d.) – *Ernesto Roma* [em linha]. Lisboa: Fundação Ernesto Roma. Disponível em: <http://www.fundacaoernestoroma.org/ernesto-roma/>. [Consulta realizada em 26/04/2017].
- IPO (s.d.) – *História do IPO*. [em linha]. Lisboa: Instituto Português de Oncologia. Disponível em: <<http://www.ipolisboa.min-saude.pt/Default.aspx?Tag=DOSSIER&DossierId=6&ContentId=876&Id=00000000-0000-0000-0000-000000000000>>. [Consulta realizada em 28/04/2017].

- JOSLIN, Elliott (1919) – *A Diabetic Manual for the mutual use of Doctor and Patient (2.ª ed.)*. Filadélfia/Nova Iorque: Lea & Febiger.
- JOSLIN DIABETES CENTER (s. d.) – *Milestones in Joslin Care and Education* [em linha]. Boston: Joslin Diabetes Center. Disponível em: [http://www.joslin.harvard.edu/about/care\\_and\\_education\\_milestones.html](http://www.joslin.harvard.edu/about/care_and_education_milestones.html). [Consulta realizada em 26/04/2017].
- LISBOA, Pedro Eurico (1979) – *Homenagem a Ernesto Roma*. Porto. Tip. Costa Carregal. Sep. do «Jornal do Médico», vol. 39, n.º 1823. 8 pp.
- LORIAUX, Donald (2016) – *A Biographical History of Endocrinology*. Ames: Wiley-Blackwell.
- MEDVEY, Victor C. (1982) – *A History of Endocrinology*. Lancaster/Boston/The Hague/Dordrecht: MTP Press.
- MIRA, M. Ferreira de (1939) – *O Instituto Rocha Cabral e a sua obra*. Lisboa: Imprensa Lucas & C.ª.
- \_\_\_\_ (1940) – *Palestras científicas*. Lisboa: Seara Nova.
- \_\_\_\_ (1954) – *História da Fisiologia em Portugal*. Lisboa: Ramos, Afonso & Moita.
- OROZCO ACUAVIVA, Antonio (1999) – *Historia de la Endocrinología Española*. Madrid: Ediciones Díaz de Santos.
- PAES, Eurico (1948) – *Apresentação*. «Revista Luso-Espanhola de Endocrinologia e Nutrição», vol. 1, n.º 1, p. 1-2.
- PEIXOTO, Iriarte (1948) – *Apresentação*. «Boletim de Endocrinologia e Clínica dos Hospitais Cívicos de Lisboa», vol. 1, n.º 1, p. 1.
- \_\_\_\_ (1985) – *Celestino da Costa e a Endocrinologia Clínica*. «Jornal da Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa», tomo 149, n.º 6, p. 376-377.
- PICÓ ALFONSO, António (2013) – *Evolución y futuro de la Endocrinología*. «Anales Reial Acadèmia de Medicina de la Comunitat Valenciana», vol. 14, p. 1-22. Disponível em <[http://www.uv.es/ramcv/2013/069\\_VII\\_I\\_Dr\\_Pico.pdf](http://www.uv.es/ramcv/2013/069_VII_I_Dr_Pico.pdf)>. [Consulta realizada em 27/04/2017].
- POVOA, Luiz (2000) – *História da Endocrinologia no Brasil*. Rio de Janeiro: Diagraphic.
- ROLLESTON, Humphry (1937) – Endocrines in Theory and Practice: The History of Endocrinology. «The British Medical Journal», (15 maio), p. 1033-1036. Disponível em <<http://www.bmj.com/content/1/3984/1033>>.
- ROMA, Ernesto (1937) – *Conselhos aos diabéticos*. Lisboa: Tipografia da L.C.G.G.
- RUAS, M. Almeida; CARVALHEIRO, Manuela; e CARRILHO, Francisco (2014) – *Serviço de Endocrinologia, Diabetes e Metabolismo: 40 Anos de Serviço Público*. Coimbra: SEDM/CHUC.
- SALGUEIRO, Ângela (2015) – *Ciência e Universidade na I República*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Tese de Doutoramento.
- \_\_\_\_ (2014) – «Os institutos de investigação universitários e os fenómenos de internacionalização científica em Portugal nos anos 20». In SALGUEIRO, Ângela; NUNES, Maria de Fátima; ROLLO, Maria Fernanda; LOPES, Quintino, eds. – *Internacionalização da Ciência. Internacionalismo Científico*. Casal de Cambra: Caleidoscópio.
- SILVA, José Luís (2003) – *História do Serviço de Endocrinologia, Diabetes e Metabolismo Prof. Doutor I. Salcedo*. «Arquivos do Hospital Geral de Santo António», vol. 7, supl., p. 10-12.
- SOURNIA, Jean-Charles (1997) – O homem e a doença. In LE GOFF, Jacques, coord. – *As doenças têm História*. Lisboa: Terramar, p. 359-361.
- SPE – *Registo de Sócios (1949-2002)*. [manuscrito]. Disponível na sede da Sociedade Portuguesa de Endocrinologia, Diabetes e Metabolismo, Lisboa, Portugal.



# ESTUDIAR HISTORIA DESDE LA LITERATURA:

## LA INVASIÓN DE POLONIA

JUAN ESTEBAN RODRÍGUEZ GARRIDO\*

**Resumo:** A invasão da Polónia marcou o princípio do horror da Segunda Guerra Mundial. Depois das concessões realizadas a Hitler na Checoslováquia, tanto a França como a Inglaterra não puderam voltar a desviar a vista quando Hitler violou a fronteira polaca. Este é um tema, portanto, de uma importância histórica maiúscula e o seu ensino nas aulas é imprescindível. Este artigo pretende oferecer recursos didácticos para a sua melhor explicação através da utilização de textos literários que ajudem os alunos a completar a sua visão dos factos aqui analisados. A prolifera relação que sempre existiu entre História e Literatura fica, de novo aqui, uma vez mais em destaque.

**Palavras-chave:** Historia; literatura; interdisciplinariedade; invasão da Polónia.

**Abstract:** The invasion of Poland marked the beginning of the horror of World War II. After the concessions made to Hitler in Czechoslovakia, both France and England couldn't simply look the other way when Hitler violated the polish border. This is a subject, then, of capital historical relevance and it's teaching in class fundamental. This article remarks the didactical resources for it's better explaining through the use of literary texts that help students to complete their vision of the analyzed facts. The intersected and close connection between History and Literature stands once more vindicated.

**Keywords:** History; literature; interdisciplinary; invasion of Poland.

## LA VOCACIÓN INTERDISCIPLINAR DE LA HISTORIA

Resulta fundamental, para cualquier investigador o docente, asumir la aventura de traspasar los límites de la propia disciplina para llegar al análisis de la misma realidad pero desde diferentes campos.

El enfoque interdisciplinar ha irrumpido con fuerza en la enseñanza de unos años a esta parte. Las experiencias educativas que pretenden aplicarlo se multiplican ante la idea de que el profesorado recurre a él permanentemente, lo maneja y repite en los claustros e incluso lo convierte en escudo protector ante cierto desorden académico de la puesta en práctica de experiencias complicadas.

Tal y como comenté en un artículo anterior (Rodríguez, 2016):

*La Historia es una de las Ciencias Sociales que mejor asumen la interdisciplinariedad pero esto no siempre ha sido así. La propia evolución interna en el concepto y estudio de la disciplina ha determinado el uso de otras ciencias como un indispensable material de trabajo para el historiador. Cuando hablamos de evolución del concepto «hacer Historia» nos estamos refiriendo al paso que se da entre los antiguos modos de transmitir la Historia a los actuales. Aquella Historia narrativa que, poco a poco, y merced a nuevas escuelas historiográficas como Annales y a su interacción con teorías político-económicas como el marxismo, va siendo sustituida por una Historia que ahora pondrá su acento en los procesos económicos, en las estruc-*

---

\* Universidad Antonio de Nebrija. Facultad de Lenguas y Educación. Departamento de Educación. Email: jrodriguezga@nebrija.es.

*turas sociales, en los medios de producción, en los conflictos de clase, etc. Y también en la llamada «Historia con rostro humano», es decir, en la Historia de la vida cotidiana, de las minorías, de las mujeres, etc. Es en este punto, donde el historiador gira su cara a disciplinas como la Economía, la Demografía, la Sociología o la Etnología. Y es en esa dialéctica, en esa conversación de la Historia con las demás Ciencias Sociales, donde se construye el conocimiento integral del objeto de estudio.*

## ¿POR QUÉ RECURRIR A LA LITERATURA PARA ENSEÑAR HISTORIA?

El uso de la obra literaria como fuente histórica es un debate ya lejano sobre el que se ha opinado y escrito en múltiples ocasiones. En su conferencia *La novela en la Historia, la Historia en la novela*, Antonio Muñoz Molina afirma:

*El tiempo de la Historia se disuelve en las peripecias de quienes la viven sin intuir siquiera la significación de lo que está sucediendo: en esa confluencia entre el tiempo público y el privado establece su reino la novela. En el margen o en el reverso de las grandes épocas de los hechos históricos, urden sus vidas los personajes novelescos<sup>1</sup>.*

Por su parte, Carmen Iglesias, en su magnífico discurso de ingreso en la Academia de la Lengua, titulado *De historia y de Literatura como elementos de ficción*, argumenta que

*Historia y Literatura son complementarias para el conocimiento y vivencias de los humanos, como réplicas diferentes a los problemas del tiempo y de la existencia de la condición humana, de su sufrimiento y de su dolor, de aquella «injusticia ética del mundo» de la que ya hablamos, y también de su gozo de vivir y de las acciones y significados de los hombres. Son diferentes accesos a «lo real», lo configuran y refiguran en esa «intersección en el mundo ficticio (...) y el mundo real de la acción, también mediatizado por toda suerte de estructuras simbólicas... donde tiene lugar el proceso que Gadamer describe como fusión de los horizontes. Es ahí donde el proceso de la mediación de la lectura, la recepción del texto por el lector, es fundamental para esa aplicación reveladora o transformadora, según los casos de la narración a la propia vida»<sup>2</sup>.*

John Barth también defiende la importancia de acudir a los terrenos literarios para abordar mejor el conocimiento de lo histórico:

*¿Hubiera tenido el mundo noticia alguna de Agamenón, o del fiero Aquiles, o del ingenioso Odiseo, o del cornudo Menelao de no ser porque el gran Homero habló de ellos en verso? ¿Cuántas batallas de mayor importancia creéis vos que se han perdido en el polvo de la historia por falta de un poeta que las cantara para la posteridad? (...) ¿Qué sería Grecia sin su Homero, Roma sin su Virgilio contando sus glorias? Los héroes perecen, las estatuas sucumben, los imperios se desmoronan; pero la Iliada se ríe del tiempo y los versos de Virgilio son hoy tan verdaderos como el día en que fueron compuestos<sup>3</sup>.*

---

<sup>1</sup> MUÑOZ MOLINA, 2005: 10.

<sup>2</sup> IGLESIAS, 2002: 84.

<sup>3</sup> BARTH, 1991: 718.

Cabe añadir aquí que el creciente interés por la historia de la cultura y de las mentalidades, promovido por la tercera generación de la llamada *Escuela de Annales*, ha obligado a los historiadores a afanarse en la búsqueda de nuevas fuentes y renovados métodos que les permitan analizar situaciones y personajes cuyas huellas son más difíciles de seguir: la denominada «gente sin historia», quienes, en definitiva, soportan y, en muchos casos promueven, los grandes cambios experimentados por la humanidad. Y, por supuesto, para llevar a cabo esta tarea, resulta de especial interés para el historiador el recurso a las fuentes literarias como ya pusieron de manifiesto en su día maestros como Américo Castro, Vicens Vives o José María Maravall.

## EL PROBLEMA POLACO

La historia de Polonia es la de un país permanentemente amenazado por invasiones, rodeado por potencias de vocación imperialista y anexionista que siempre le hicieron la vida un poco más difícil. Distintas invasiones de turcos, suecos, rusos, prusianos, austriacos se han ido sucediendo a lo largo de los siglos, configurando así un carácter reservado y pesimista, defensivo y algo melancólico. El polaco que viviera la mayor parte del siglo XX, ha sufrido en sus carnes las dos peores plagas políticas de la Humanidad: el nazismo y el comunismo. Polonia sufrió a izquierda y derecha, todas sus fronteras fueron salvajemente violadas en pos de unos ideales que nunca definieron la esencia de esta nación. Polonia como concepto, Polonia como metáfora, Polonia como materialización de los grandes desastres del siglo XX. Polonia la sufriente.

El viernes 1 de septiembre de 1939 a las 04:45 de la mañana los ejércitos del III Reich invaden Polonia. A las 6:00 horas aviones alemanes bombardean Varsovia, Cracovia, Poznan, Lodz, Katowice, Tomaszow, Plock, Grudziadz, Radom, Lvov, Grodno, Brest y Terespol. Ha comenzado la II Guerra Mundial.

Para los alemanes, el problema polaco se arrastraba desde muchos años antes de que Hitler llegara al poder, pero fue planteado seriamente por primera vez el 19 de noviembre de 1938, cuando el asunto fue tratado por Joachim von Ribbentrop (ministro de Asuntos Exteriores del Reich), en conversación con el embajador de Polonia en Berlín. En este encuentro se habló fundamentalmente de Dánzig y los intereses encontrados que había sobre esta ciudad y el llamado «corredor polaco». Pero, ¿en qué consistían estos conflictos? La ciudad-estado de Dánzig (actual Gdansk) perteneció a Prusia desde el Congreso de Viena de 1815 pero, en 1920, tras la firma de los Tratados de Versalles con los que se acordaban los términos de rendición de Alemania y sus aliados, la ciudad recuperó su independencia de Alemania y, aunque independiente, quedó bajo el control de Polonia y de la Sociedad de Naciones. Polonia mantendría en Dánzig privilegios diplomáticos y económicos, controlaría sus aduanas y sería la responsable de su política exterior.

Pero Dánzig era incuestionablemente habitada por una inmensa mayoría de población germana y, basándose en esa realidad y en su anterior pertenencia a Prusia, Hitler la reivindicó oficialmente el 21 de marzo de 1939 mediante un memorándum que el gobierno alemán hace llegar al polaco, en el que exigió la restitución de Dánzig a Alema-

nia así como un ferrocarril y una carretera que cruzaran el llamado «pasillo polaco»<sup>4</sup>. Pero el gobierno de Varsovia rechazó la solicitud alemana.

El 31 de marzo, el primer ministro británico, Neville Chamberlain prometió, en un discurso ante la Cámara de los Comunes, su apoyo a Polonia si esta era agredida por Alemania. Pero Hitler no se tomó estas palabras en serio y en abril ordenó a sus generales que empezaran a planificar la invasión de Polonia. El 28 de abril Berlín denuncia el pacto de no-agresión germano-polaco de 1934. Días después, Beck, ministro polaco de asuntos exteriores, rechaza una nueva petición alemana mientras se multiplican los incidentes fronterizos y se acentúa la militarización de Danzig. En agosto, en plena crisis, nuevas ofertas de Hitler –que espera que París y Londres convenzan a Varsovia– son rechazadas por Beck, que se niega a cualquier conversación posterior. Los polacos, dice Beck, no quieren la paz a cualquier precio y no van a ceder como Checoslovaquia. «*Lo más importante es el honor*», termina diciendo.

La propaganda de guerra de la Alemania nazi contra Polonia se intensificó cada vez más. Se culpaba a los polacos de la invasión que estaría fraguándose contra Alemania. Se explotaba el resentimiento contra Polonia por haberse quedado con territorios alemanes tras el detestado Tratado de Versalles. Recordemos lo que escribió Antony Beevor al respecto:

*Los informes que hablaban de la opresión a la que se veían sometidos los casi un millón de individuos de origen alemán de Polonia fueron manipulados burdamente. No es de sorprender que las constantes amenazas de Hitler a Polonia dieran lugar a una serie de medidas discriminatorias contra esas personas, y a finales de agosto unas setenta mil huyeron al Reich. Las declaraciones de los polacos, acusando a los individuos de origen alemán de participación en actos subversivos antes de que estallara la guerra, eran, casi con absoluta seguridad, falsas. En cualquier caso, la prensa alemana cada vez se hacía más eco de noticias que hablaban de persecuciones de las minorías alemanas en Polonia*<sup>5</sup>.

Finalmente Hitler decide la fecha definitiva de la invasión para el 1 de septiembre. El día anterior se lleva a cabo un incidente prefabricado que justificaría el ataque. Soldados de las SS (disfrazados con uniformes polacos) destruyen la aduana alemana de Gleiwitz y ocupan la radio, desde la que lanzan eslóganes anti alemanes. Mientras los alemanes renuevan cínicamente las ofertas de paz, se extienden las noticias acerca de las «agresiones» polacas en la frontera. Al día siguiente Alemania invade Polonia. Pese a las alianzas, Francia y Gran Bretaña no se mueven. Y Hitler seguirá pensando que Londres y París no van a intervenir por Danzig. También en Varsovia se empieza a temer que los Aliados volvieran a tener miedo de enfrentarse a Hitler.

---

<sup>4</sup> Pasillo polaco es la denominación del territorio creado en el Tratado de Versalles que se extendía a lo largo del río Vístula, para dotar a Polonia de un acceso al mar Báltico, a expensas de territorio que hasta ese momento pertenecía a la Pomerania de Prusia. Esta medida dejó el territorio de Prusia Oriental aislado del resto de Alemania por vía terrestre. Hitler siempre lo consideró parte de lo que él denominaba el «espacio vital».

<sup>5</sup> BEEVOR, 2012: 33.

Pero la mañana de 3 de septiembre, domingo, franceses y británicos presentaron su ultimátum al gobierno de Hitler. Esta circunstancia descolocó al Führer que incluso se dirigió furiosamente a su ministro de exteriores, Joachim von Ribbentrop, preguntándole «¿y ahora qué?». La respuesta de Alemania no llegó y al día siguiente Londres y París declararon la guerra a Alemania. A partir de ese momento la euforia se extendió por las calles de Varsovia, constantemente sonaban «La Marsellesa» y el «Dios salve a la reina» (himnos de los Aliados) y la gente empezó a convencerse de que la victoria era posible.

No obstante, a pesar de su gran arrojo, el ejército polaco padecía de graves carencias especialmente lo obsoleto de su armamento en comparación con el del ejército alemán. La realidad es que el mariscal Smigly-Rydz, comandante en jefe del ejército polaco, estaba seguro de la derrota del mismo modo que Hitler lo estaba de la victoria. Y la ofensiva de los Aliados seguía sin llegar.

El 6 de septiembre cayó Cracovia. El 11, la Unión Soviética retiró a todo su personal diplomático de Varsovia. La traición se preparaba. La invasión por el este de las tropas de Stalin era algo que ni los más pesimistas de los polacos podían imaginar en esos momentos. Pero, el 17 de septiembre de 1939, el destino de Polonia quedó sellado cuando el ejército soviético, cumpliendo con el protocolo secreto firmado un mes entre Rusia y Alemania<sup>6</sup>, cruzó sus fronteras orientales.

El gobierno polaco abandonó Varsovia aquella misma mañana para no caer presos de las fuerzas soviéticas. Apresuradamente intentaron la huida por la frontera con Rumanía antes de que el llamado «Ejército Rojo» les cortara esa posibilidad. De esta forma tan dramática nos lo cuenta Beevor:

*El embotellamiento de vehículos militares y de automóviles civiles que se produjo en los puestos fronterizos fue inmenso, pero al final aquella noche se permitió el paso de los polacos derrotados. Antes de entrar en Rumanía, casi todos cogieron un puñado de tierra o una piedra de su país. Muchos lloraban. Algunos optaron por acabar con su vida<sup>7</sup>.*

Los bombardeos de la Luftwaffe sobre Varsovia se sucedían cada vez con mayor intensidad hasta que la capital se rindió el 1 de octubre. El 5 de octubre Hitler presidió un desfile triunfal por las calles de Varsovia. Se estaba rubricando la destrucción absoluta de Polonia.

<sup>6</sup> El 23 de agosto de 1939 la URSS y Alemania suscribieron un «pacto de no agresión». Este pacto, con una duración de diez años, comportaba un protocolo secreto en el que se delimitaban las «zonas de influencia» de la Alemania de Hitler y de la Rusia de Stalin, a expensas de los pueblos de Europa oriental. En realidad, los protocolos secretos fueron tres: el del 23 de agosto, que constituye la base de los otros dos y que atribuye a la URSS la Polonia oriental, Estonia, Letonia y Besarabia; el del 28 de septiembre, en virtud del cual Alemania cede casi toda Lituania y obtiene a cambio un nuevo trozo de Polonia (la provincia de Lublin y una parte de la provincia de Varsovia) y el protocolo del 10 de Enero de 1941, por el cual Alemania renuncia al trozo de Lituania que había obtenido en 1939 a cambio de compensaciones económicas importantes. El pacto de supuesta no agresión de agosto de 1939 fue una verdadera alianza política y económica que duró cerca de dos años, desde agosto de 1939 hasta Junio de 1941. Esta alianza permitió que Hitler pudiera consagrar todas las fuerzas a la conquista y ocupación de Francia, Holanda, Bélgica, etc., y dispusiera de una ayuda económica, sobre todo en materias primas, que fue muy útil para contrarrestar los efectos del bloqueo marítimo británico.

<sup>7</sup> BEEVOR, 2012: 54.

## EL GUETO DE VARSOVIA

Muchas y nefastas consecuencias de todo orden tuvo la caída de Polonia en manos de nazis y soviéticos. Se intentó destruir la cultura polaca a través del cierre de escuelas y universidades, los profesores de la Universidad de Cracovia fueron deportados al campo de concentración de Sachsenhausen y cientos de sacerdotes de la iglesia católica de Polonia fueron igualmente detenidos y deportados.

Especialmente castigada fue la comunidad judía polaca. Se calculan que fueron unos seis millones de ciudadanos polacos los que murieron durante la guerra, la mitad de ellos eran judíos que fueron asesinados por los nazis en los campos de exterminio de Treblinka, Auschwitz, Sobibor, Chelmno y Belzec. Otros murieron en campos de trabajo como Majdanek, de inanición en los guetos, etcétera.

Los alemanes establecieron un gran número de guetos en los que los judíos eran confinados para posteriormente ser exterminados. El más importante fue el gueto de Varsovia, que llegó a ser el mayor gueto judío de Europa. Este gueto fue establecido por Hans Frank (Gobernador General alemán para Polonia) el 12 de octubre de 1940 y tuvo una población aproximada de 400.000 personas, lo que suponía en esos momentos en torno a un tercio de la población total de Varsovia que, sin embargo, vivía hacinada en un área no superior a un 2,5% de la superficie total de la capital. Los límites del gueto fueron marcados con alambres de púa y un muro de 3 metros de altura y 18 kilómetros de largo. Este espacio fue, a su vez, dividido en dos áreas: «el pequeño gueto», donde vivirían los judíos ricos y el «gueto grande», donde serían confinados los judíos de menos recursos. Estas dos áreas estaban unidas por un puente peatonal, o pasarela, de madera que cruzaba por arriba la calle de la ciudad que los separaba. Durante 1941, todos los judíos restantes de Varsovia y pueblos aledaños menores fueron trasladados forzosa-mente hacia el gueto pero las enfermedades, como fiebre tifoidea y tuberculosis, y el hambre reinantes, contribuyeron a mantener el número de habitantes estable.

Las condiciones de vida eran insoportables. El hacinamiento llegaba a 6 y 7 personas por habitación y la situación se agravaba debido a que las raciones alimenticias para judíos eran oficialmente limitadas a apenas 185 calorías por día, mientras que a los polacos les correspondían 1.800 y a los alemanes 2.400. La actividad económica era insuficiente y en su mayor parte ilegal. Esto incluía el contrabando de comida. Los que participaron en actividades económicas consideradas «ilegales» o poseían algún ahorro constituyeron la mayoría de los que lograron sobrevivir por algún tiempo.

A pesar del aislamiento obligado por las murallas del gueto, éstas no lograron paralizar la creación cultural de sus habitantes. Intelectuales, científicos, y artistas no interrumpieron sus actividades a pesar de las terribles circunstancias que los rodeaban. Por el contrario, la ocupación nazi y la expulsión al gueto impulsaron a muchos artistas y creadores a expresar la tragedia que envolvió su existencia. En el gueto funcionaron bibliotecas clandestinas, el archivo «Oneg Shabat»<sup>8</sup>, muchos movimientos juveniles e

---

<sup>8</sup> Los judíos llaman Oneg Shabat a la reunión educativa o cultural de la tarde del sábado. Éste era un archivo clandestino de carácter histórico que, bajo la dirección del historiador Emmanuel Ringelblum y con la colaboración de distintos profesio-

incluso una orquesta sinfónica que llegó a dar conciertos de música clásica. El libro, el estudio, la música y el teatro se convirtieron en un refugio ante la triste realidad que se imponía. La vida cultural incluía una prensa diaria (en ocasiones clandestina) en tres lenguas: yidish, polaco y hebreo. La actividad religiosa incluyó por un tiempo celebraciones judías permitidas abiertas mientras que, en otras ocasiones, se realizaron reuniones en domicilios particulares con los rabinos. Además, existía una iglesia para los judíos convertidos al catolicismo.

El final del gueto se precipitó a partir de julio de 1942, cuando los nazis comenzaron una acción de «realojamiento» masivo cuya última finalidad era el exterminio de todos los judíos del gueto en los campos de concentración. El Judenrat fue informado entonces de que todos los judíos, exceptuando los que trabajaban en fábricas alemanas, el personal de hospitales judío, los miembros del Judenrat y sus familias y los miembros de la fuerza policial judía y sus familias, serían «deportados al Este». Desde entonces, y hasta finales de septiembre, unos 270.000 judíos fueron trasladados a los campos de concentración de Treblinka y Majdanek.

La destrucción definitiva del gueto llegó entre enero y mayo de 1943, tras sofocar violentamente los alemanes un levantamiento organizado de los judíos que allí quedaban, los cuales, gracias principalmente a sus contactos con el exterior, habían logrado poco a poco ir haciéndose con armas (principalmente pistolas de mano y cócteles molotov) con los que oponer una cierta resistencia a los alemanes. Tras unos meses de desigual combate, Himmler ordenó la destrucción absoluta del gueto y el incendio de todos sus edificios para acabar con los resistentes que allí se escondían.

Veamos por último la última carta de Mordejai Anielewicz, el comandante de la Organización Judía Combatiente en el gueto de Varsovia. Hace referencia a los combates en el gueto tras el levantamiento del 19 de abril de 1943. Sólo leerla da escalofríos:

*Gueto de Varsovia, 23 de abril de 1943.*

*Es imposible describir con palabras lo que hemos pasado. Lo que ha ocurrido supera nuestros sueños más osados. Los alemanes han huido dos veces del gueto. Una de nuestras compañías resistió durante 40 minutos, y la otra más de seis horas. La mina depositada en la zona de la cepillería explotó. Varias compañías nuestras atacaron a los alemanes que estaban huyendo. Nuestras pérdidas humanas son muy pocas. Y. Yejiel cayó; lo hizo como Mordejai Anielewicz: un soldado heroico ante una ametralladora. Siento que están sucediendo cosas grandes, y que lo que nos animamos a realizar tiene un cuantioso e inmenso valor... A partir de hoy pasamos al método partisano. Por la noche saldrán tres compañías de combate, y sus objetivos son dos: patrullar y conseguir armamentos. Las armas cortas no tienen para nosotros ningún valor. Raramente usamos ese tipo de armas. Necesitamos urgentemente: granadas, rifles, ametralladoras y materiales explosivos. No puedo describirles las condiciones bajo las*

---

nales, registraba los acontecimientos que iban sucediendo en el gueto de Varsovia para dejar constancia de los mismos a las futuras generaciones. En total, se estima que obtuvieron cerca de 50.000 documentos históricos, incluyendo ensayos sobre varios aspectos de la vida en el gueto, diarios, memorias, colecciones de arte, publicaciones de la prensa ilegal, diseños, trabajo escolar, pósteres, entradas de teatro, recetas, etc. Estos documentos fueron escondidos de los alemanes en tres lugares separados, y dos de ellos han sido recuperados, siendo la fuente primaria de investigación sobre el gueto de Varsovia.

*cuales viven hoy los judíos del gueto. Sólo unos pocos resistirán. El resto morirá tarde o temprano. Su destino ya está determinado. En casi todos los escondites, donde se ocultan miles de personas, es imposible encender una vela por la falta de aire. Por medio de nuestro transmisor hemos escuchado una maravillosa emisión de la estación «Schweitz» sobre nuestra lucha. El hecho de que nos hayan mencionado más allá de los muros del gueto constituye un estímulo para nuestra lucha. ¡Adiós, queridos míos! ¡Quizás volvamos a vernos! El sueño de mi vida se ha convertido en realidad. La defensa propia en el gueto es un hecho. La resistencia armada judía y la venganza se han convertido en hechos. He sido testigo de la lucha espléndida y llena de coraje de los combatientes judíos<sup>9</sup>.*

Unos 6.000 judíos murieron en estos combates y otros 7.000 fueron fusilados. el levantamiento del gueto de Varsovia constituyó una de las pocas acciones bélicas contra los alemanes por parte de civiles, por lo que ostenta un significado destacado en la historia de la II Guerra Mundial.

## PROPUESTAS LITERARIAS

Como se ha comentado al principio del artículo, se pretende ilustrar la situación histórica descrita con una serie de textos que sirvan al profesor para su mejor explicación y ayuden a la comprensión del alumno. Para eso he escogido un fragmento del libro *El viaje de mi vida*, de Fernando Díaz-Plaja, un texto de libro *Medallones*, de Zofia Nalkowska y un fragmento de *Otra Europa*, de Czeslaw Milosz, acerca de la invasión de Polonia.

En este último, Milosz intenta hacernos comprender la historia más reciente de Polonia a través de sus propias experiencias y su presencia en los hechos históricos que aquí nos ocupan. En el siguiente fragmento nos habla de los intentos de organización por parte de los polacos de una cierta resistencia clandestina para combatir a los alemanes:

*El deseo de reencontrar la dignidad había empujado a casi toda la juventud a enrolarse en el movimiento clandestino, el «Ejército del País» (A.K.), que dependía del gobierno exiliado en Londres. Muchos destacamentos operaban en los bosques, otros se especializaban en atentados contra los jefes de las S.S., o del partido nacional-socialista, responsables de crímenes contra los polacos. A causa de las dificultades de ese contra-terrorismo, exigían de los conjurados una total aceptación de su propia muerte, como los japoneses con sus aviadores kamikaze. La red del A.K. tenía amplias ramificaciones, y sus servicios de información al servicio de los aliados descubrieron por ejemplo –lo cual no fue su mayor hazaña– las primeras experiencias alemanas con las bombas V2. En Varsovia, pertenecer al A.K. suponía, para la mayoría de la juventud, la más absoluta obediencia a las órdenes del jefe directamente superior y la asistencia a cursos teóricos o, cuando era posible, a ejercicios prácticos de arte militar<sup>10</sup>.*

El horror de los campos de concentración aparece en toda su crudeza en la obra *Medallones*, de Zofia Nalkowska, como podemos ver en este escalofriante fragmento:

---

<sup>9</sup> BACHRACH (Ed.), 2006: 311.

<sup>10</sup> MILOSZ, 1981: 279.



Finalmente alguien preguntó: ¿Y nadie os dijo que hacer jabón con grasa humana es un delito? Contestó con una sinceridad absoluta: *No, nadie me lo dijo*. Sin embargo, eso le da que pensar. Las siguientes preguntas no las responde enseguida. Aunque finalmente lo hace de buena gana. *Es cierto, venía gente al Instituto y a ver a Spanner. Venían los profesores Klotz, Schmidt y Rossmann. Una vez estuvieron en el Instituto de Higiene el ministro de Salud y el ministro de Educación, y también el Gauletier Forster. Los recibió, en calidad de Rector de toda la Academia de Medicina, el profesor Grossmann. Algunos vinieron cuando aún no existía ese edificio, por eso solo visitaron el Instituto Anatómico, para ver cómo estaba y si faltaba algo. Y aunque ya existía el crematorio, el jabón siempre era retirado en cuatro o cinco días. No Puedo decir si lo vieron. Quizá sí. Y durante la inspección la receta siempre estaba en la pared. Por eso, si la leyeron, seguramente sabían qué era lo que se preparaba allí. Sí, el jefe me mandó hacer jabón con los operarios. ¿Por qué a mí? No lo sé. Cuando Spanner cerraba bajo llave el jabón, yo mismo pensaba que aquello era irregular. Si iba a escribir sobre el jabón en su libro, no nos habría prohibido hablar de ello. A lo mejor lo de hacer jabón con los restos fue idea suya... Probablemente no había recibido ninguna orden, si no, no habría tenido que procurarse él mismo la receta...* De estas reflexiones no se desprende que esté seguro de nada. ¿Los estudiantes? Igual que nosotros. Al principio todos tenían miedo de lavarse con ese jabón... Daba asco. Oía mal. El profesor Spanner hacía lo posible para que ese olor desapareciera. Escribió a empresas químicas para que enviaran aceites aromáticos. Pero siempre se notaba que ese jabón no era de verdad. Sí, sí que lo dije en casa... Al principio, hasta un colega vio que me daba escalofríos lavarme con eso. En casa, a mi madre también le daba asco. Pero hacía buena espuma, por eso lo usaba para lavar la ropa. Yo me acostumbré porque bueno... En su cara enjuta y pálida aparece una sonrisa indulgente. *Se puede decir que en Alemania la gente sabe hacer cosas con nada...*<sup>11</sup>

Por último, acudiremos al siguiente texto de Fernando Díaz-Plaja, extractado de libro *El viaje de mi vida*. En él, se nos describe el horror del campo de concentración de Auschwitz:

«Ha pasado mucho tiempo». «Cuánta gente ha hablado ya de ello...» «Además, si sufrieron también le han sacado partido». Pero aquí está Auschwitz. «También ahora hay víctimas en el mundo. Los palestinos, por ejemplo, a los que los oprimidos de ayer oprimen hoy quitándoles sus tierras». Pero aquí está Auschwitz. «Qué culpa tiene el mundo de este Holocausto, suponiendo que no exageren. No serían tantos los muertos cuando quedan tantos supervivientes para contar dramas...» Pero aquí está Auschwitz. Conservado exactamente igual que cuando fue ocupado por las tropas soviéticas. En la entrada hay un cartel pidiendo silencio en alemán. Es lo único en ese idioma que veremos en el interior del lugar; las noticias están en polaco, ruso, francés, inglés. ¿Es que no viene ningún turista alemán? El guía me mira seriamente: *ninguno*. Pero miento. Sí, hay un gran letrero sobre el dintel de la puerta principal. Un cartel con el sarcasmo más famoso en la historia de los últimos años, un cartel de bienvenida a los recién llegados que dice: *Arbeit Macht Frei*. (El trabajo hace libres.) Es decir, aquello era solo un campo de trabajo, una especie de purgatorio por el que tenían que pasar los enemigos del Tercer Reich; un purgatorio y, como tal, con tormentos,

<sup>11</sup> NALKOWSKA, 2009: 18-20.

pero siempre manteniendo lo único que permitía al ser humano aguantar los sinsabores: la certeza de que van a ser temporales, que un día u otro van a terminarse... *Cuánto más trabaje, menos tiempo pasaré allá*, piensa el recién llegado. Será bueno, aplicado, y sus jefes de las SS estarán orgullosos de él; dentro de poco le dejarán volver a su casa. Así pensaron muchos al cruzar por esa puerta. Duró poco. Primero inspección, abandono de todo lo que llevaban, empujones, insultos y una frase que ha pasado también a la historia, la frase con que se rectificaba siniestramente la del dintel de la puerta: *Aquí se entra por la puerta y se sale por la chimenea*. Convertido en humo, claro. Humo de la carne y de los huesos tras el paso por el crematorio. Aquí está Auschwitz. El museo de horrores hierde más cuando menos quiere hacerlo. El intento más torpe es el de unos paneles donde un dibujante refleja escenas de la vida del campo. Oficiales nazis con látigos golpeando o burlándose de esqueléticos presos rapados, perros de mandíbulas prontas al ataque contra muchachas atemorizadas... Un gran guñol totalmente innecesario porque los objetos inanimados tienen mucha mayor hondura, mayor fuerza, mayor poder de evocación que esos dibujos e incluso que esas fotografías de preso, todos de caras delgadas, todos con los ojos sobresaliendo... No hay ojos pequeños en este catálogo a lo largo del pasillo de uno de los pabellones. Todos son inmensos; es lo primero que se ve en la fotografía. Luego se distinguen grandes orejas; a todos los presos, hombres y mujeres, que también llevan la cabeza rapada, les asoman las orejas. Ojos y orejas destacándose brutalmente sobre el resto de la fisonomía. Impresionante, sí. Pero a pesar de conocerse la historia, a pesar de que junto a varios de los retratos hay unas flores pegadas al marco, señal cierta de que se trata de alguien ido para siempre, para el espectador aquella gente está todavía viva. Enferma, destrozada por las infecciones, hambrienta..., pero viva. Lo que está total, irreparablemente muerto, es la materia. Hay una gigantesca vitrina, diez metros de largo, cuatro de fondo, tres de alto, y en ella el espectador intenta distinguir entre un amasijo de extraños metales retorcidos. El cristal que nos separa de aquello ayuda a la primera impresión de algo submarino, un conjunto de pólipos, de crustáceos en el fondo del mar. Luego uno se acerca más y la vista va descubriendo lentamente, delimitando, reconociendo, explicando. Son miles de armaduras de gafas. Miles de armaduras enmohecidas, retorcidas, agarrándose unas a otras en confusa mezcolanza: son las gafas, los lentes de miles de judíos que perdieron aquí la vida. Aquellos ojos del pasillo estaban vivos todavía; febriles, atónitos, aterrados, seguían con sus pupilas, con su córnea, brillando. Los que miraron a través de esas gafas, en cambio, no están ya más. Esto es Auschwitz<sup>12</sup>.

## APROVECHAMIENTO DIDÁCTICO DE LOS TEXTOS

Lo primero que tenemos que fijar son los objetivos que nos planteamos con los textos que hemos introducido. Estos pasarían por:

1. Fomentar la lectura en nuestros alumnos y tratar de crear un hábito.
2. Enriquecer el vocabulario de los alumnos.
3. Proporcionar un acercamiento al hecho histórico que resulte distinto y motivador.
4. Transmitir la importancia de la Literatura en el conocimiento de la Historia.
5. Practicar el hecho interdisciplinar en la enseñanza.

---

<sup>12</sup> DÍAZ-PLAJA: 1999, 111-113.

A partir de estos objetivos, el siguiente paso sería proponer algunas actividades que ayuden a estructurar el trabajo con los textos y colaboren al máximo aprovechamiento de los mismos.

La primera fase sería la lectura atenta del texto y constaría de tres actividades que complementarían esa lectura y nos darían la medida del aprovechamiento de la misma:

1. En primer lugar, vamos a solicitar a la clase una lectura pormenorizada de los textos, en la que irían subrayando las palabras que no conozcan. Tras esto, haríamos una búsqueda de las mismas y elaboraríamos fichas de vocabulario de los términos desconocidos. Por ejemplo, en el texto de Milosz se habla de «kamikazes», ¿saben los alumnos quiénes eran estos kamikazes? Otro ejemplo, en el fragmento de la obra de Zofia Nalkowska se alude al «crematorio» pero ¿conocen los discentes qué son y para qué sirven los crematorios? Seguramente muchos no, de manera que ahí tendríamos un término sobre el que investigar para incluirlo en la ficha. Ésta es una excelente manera de ampliar el vocabulario y el conocimiento del alumnado.

2. En segundo lugar, haríamos una nueva lectura en la que se reflexionaría acerca de las ideas principales. Por ejemplo, todo el texto de Díaz-Plaja se construye sobre Auschwitz pero ¿qué era Auschwitz? ¿Dónde se encuentra? ¿Qué pasó allí? ¿Hubo más sitios como ese? ¿Qué sienten los alumnos ante la descarnada descripción del autor? ¿Creen que hoy sería posible que se repitiese algo así? Como vemos, el uso de este texto encierra muchísimas posibilidades, si sabemos hacer las preguntas convenientes, para la enseñanza de este terrible episodio histórico

3. En tercer lugar, una vez trabajadas estas ideas principales les pediríamos que pongan ellos mismo un título a los textos. Un título que, lógicamente, tenga que ver con esas ideas, pues esa resulta una forma ideal de comprobar si, efectivamente, han captado la esencia del texto.

La segunda fase sería la denominaríamos «Información y clasificación del texto» pues, tras la lectura atenta, que era la esencia de la fase anterior, e implicaba la comprensión total de cada una de sus ideas, ahora pasaríamos a examinar detenidamente determinados aspectos del texto para lograr su singularización: la naturaleza, el autor, los destinatarios y las circunstancias espacio-temporales.

1. En primer lugar, pediríamos que respondan a la pregunta de ¿cómo es el texto? ¿Cómo llamar al texto? Con esto pretendemos aplicar al fragmento un nombre que lo singularice y ayude a su clasificación. Se pueden distinguir, como sabemos, distintas clases de textos: geográficos, demográficos, económicos, políticos, jurídicos, sociales, antropológicos, artísticos, literarios o historiográficos. Evidentemente, en este caso, hablamos siempre de textos literarios

En segundo lugar, investigaríamos sobre el autor. ¿Es un autor individual o colectivo? ¿Quién es? ¿Qué sabemos de él? ¿Vivió en tiempo real los hechos que nos cuenta en el texto?

En tercer lugar, hablaríamos de los destinatarios. Para responder a esta pregunta se señalará si el destinatario es una comunidad internacional, una comunidad nacional, una

comunidad local, un grupo concreto de personas, una sola persona o, incluso, si el único destinatario es el propio autor, como pasa a veces con las reflexiones en los diarios. ¿Hablamos, por lo tanto, de un texto público o privado?

Por último, la cronología. ¿De cuándo data el texto? En este punto podemos realizar una serie de actividades destinadas, no sólo a datar el texto que se comenta, sino también a dominar el tiempo histórico, que es, evidentemente, el rasgo más característico de la historia. Por ejemplo, elaboraríamos una línea del tiempo con mojones cada cien años desde el año 500 a.C. hasta la actualidad y cada veinticinco para el siglo XX, ocupando, evidentemente, en este último caso, un espacio mucho menor de separación entre señal y señal, para que los alumnos entiendan gráficamente la diferencia entre cien años y veinticinco. Una vez elaborada les pediríamos que sitúen las siguientes afirmaciones en la línea del tiempo: 1. La data de los textos 2. La muerte de Alejandro Magno (323 a.C.) 3. La caída del imperio romano (476 d.C.) 4. La primera Cruzada (1095 d.C.) 5. La independencia de EE.UU. (1776) 6. El comienzo de la Primera Guerra Mundial (1914) y 7. El lanzamiento de la bomba atómica (1945). Tras esto, les pediríamos que contesten a la pregunta de cuántos años han transcurrido desde la elaboración del texto hasta el día de hoy, ¿y cuántos lustros? ¿Y décadas?

En una tercera fase, llevaríamos a cabo el comentario e interpretación del texto. Esta es la labor que realmente demuestra si los alumnos han comprendido bien y son capaces de interpretar los textos. Tendremos que analizarlo gradualmente desde los conceptos más sencillos hasta el tema profundo.

## CONCLUSIONES

Nuestra propuesta se justifica partiendo de la premisa de que Historia y Literatura están fuertemente relacionadas y que ambas contribuyen a la comprensión de los distintos momentos históricos, permitiendo así que los interesados en enseñar y aprender Historia puedan aprender más del pasado a través de la narración dramatizada del mismo que nos aporta la Literatura. ¿Cuánto de real hay en las obras literarias que tratan sobre hechos históricos? ¿Cómo moldea la Literatura la percepción de la Historia? Es más: ¿En qué medida los textos literarios han influido de una manera real, práctica, en determinados hechos históricos? Lógicamente, la respuesta a estas preguntas depende de la dimensión (y calidad) histórica de los textos literarios así como de la calidad literaria de los textos históricos.

Debemos considerar, además, el impacto de la Literatura en el comportamiento y el pensamiento de diversos grupos sociales. Las lecturas, nuestras lecturas, moldean la forma en que vemos el mundo y la creación literaria es, por lo tanto, un producto cultural, un evento histórico, digno de ser estudiado también por los historiadores pues aporta variables importantes para el conocimiento de una sociedad. En definitiva, el estudio de la Literatura es importante para la Historia con el objetivo de saber cómo se moldean los comportamientos e identidades colectivas e individuales.

En las últimas décadas del siglo XX, y a partir de nuevas aproximaciones teórico-metodológicas, muchos historiadores han intentado romper con las barreras existentes

entre Literatura e Historia con el objetivo de mejorar y completar el entendimiento de las identidades, las memorias colectivas y, en definitiva, los hechos históricos. Eso es lo que, en definitiva, se ha defendido aquí, la incuestionable validez de la Literatura como instrumento para el conocimiento de la Historia, la estrechísima relación entre ambas disciplinas, y la necesidad de que el docente sea capaz de estructurar estrategias didácticas, en las que ambas disciplinas entren en juego, para lograr explicaciones más completas en ambos campos.

Cabe añadir, además, que los nuevos modos de hacer historia, las parcelas de interés que aparecieron con fuerza a partir de mediados del siglo XX, especialmente por la labor de la Escuela de Annales, fundamentalmente la historia de la cultura y de las mentalidades, nos obligan a salir de los archivos en busca de nuevas fuentes que nos ayuden a reconstruir la historia de las sociedades, de los pueblos, de las gentes anónimas que hacen la historia, algo para lo que la Literatura tiene un especial valor.

## BIBLIOGRAFÍA

- BARACH, Z. (edit.) (2006) – *«Estas son mis últimas palabras»: cartas póstumas del Holocausto*. Jerusalén: Yad Vashem.
- BARTH, J. (1991) – *El plantador de tabaco*. Madrid: Editorial Catedra.
- BEEVOR, A. (2012) – *La Segunda Guerra Mundial*. Barcelona: Edit. Pasado y Presente.
- DIAZ-PLAJA, F. (1999) – *El viaje de mi vida*. Barcelona: Planeta.
- GUSDORF, G. (1982) – *Pasado, presente y futuro de la investigación interdisciplinaria*. In APOSTEL, L. y otros: *Interdisciplinariedad y ciencias humanas*; Madrid: Editorial Tecnos-UNESCO.
- IGLESIAS, C. (2002) – *De Historia y de Literatura como elementos de ficción*. Discurso de ingreso en la Real Academia de la Historia. Madrid: RAH.
- MIŁOŠZ, C. (1981) – *Otra Europa*. Barcelona: Tusquets.
- MUÑOZ MOLINA, A. (2005) – *La novela en la Historia, la Historia en la novela*. In *Campo de Agramante*: revista de literatura, núm. 5.
- NALKOWSKA, Z. (2009) – *Medallones*. Barcelona: Minúscula.



# NOTÍCIAS

SEMINÁRIO «REPÚBLICA E REPUBLICANISMO EM PORTUGAL E ESPANHA, COM UM OLHAR SOBRE O DOURO». FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO, 10 DE MARÇO DE 2017

CARLA SEQUEIRA (CITCEM/BOLSEIRA PÓS-DOC DA FCT)

Decorreu, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP), em 10 de Março de 2017, o Seminário *República e Republicanismo em Portugal e Espanha, com um olhar sobre o Douro*. Organizado no âmbito do projecto de pós-doutoramento «Antão de Carvalho e a República no Douro», integrado no projecto do CITCEM subordinado ao tema «O Douro Vinhateiro na Primeira República: Defesa da Denominação de Origem e Construção de uma Identidade Regional», o referido Seminário pretendeu constituir um fórum de discussão e debate sobre problemáticas teóricas e estudos no domínio da História da República e Republicanismo, segundo uma perspectiva historiográfica comparada. Nesse sentido, reuniu intervenções proferidas por conferencistas convidados provenientes de universidades portuguesas e espanholas.

O Seminário teve início com uma conferência proferida por Sergio Sánchez Collantes, da Universidade de Burgos, que nos falou sobre *El universo simbólico del republicanismo en España hasta 1931*. O evento distribuiu-se, ainda, por dois painéis temáticos. O primeiro, dedicado ao tema «República e republicanismo em Portugal», contou com as intervenções de Ernesto Castro Leal (Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa), que dissertou sobre *A tradição solidarista e organicista no campo político republicano português (1891-1926)*. Seguiu-se a comunicação de Armando Malheiro da Silva (FLUP/CIC.DIGITAL) sobre *O Reformismo autoritário na “República velha” (1910-1918) e o epifenómeno sidonista*. A concluir o primeiro painel, Conceição Meireles Pereira (FLUP/CEPESE) discorreu sobre *Os chefes de*

*Governo da I.ª República Portuguesa. Perfis sócio-políticos*. O segundo painel foi dedicado à «República e republicanismo no Douro». Gaspar Martins Pereira (FLUP/CITCEM) explanou os objectivos e trabalhos desenvolvidos no contexto do projecto *O Douro Vinhateiro na Primeira República: defesa da denominação de origem e construção de uma identidade regional*. Otilia Lage (CITCEM), membro da equipa do projecto «O Douro Vinhateiro na Primeira República» desenvolveu a sua intervenção em volta da temática da *Construção de “identidades conjunturais” e emergência de uma identidade regional no Douro da I República: processo de reconfiguração histórica*. A finalizar, Carla Sequeira (CITCEM) apresentou algumas conclusões do seu projecto de pós-doutoramento, com uma comunicação intitulada *República e Republicanismo na Região Duriense. Da fase da propaganda ao fim da I.ª República*.

A organização do evento esteve a cargo do CITCEM, que assegurou os aspectos logísticos e financeiros, sendo a comissão organizadora constituída por Gaspar Martins Pereira e Carla Sequeira.

Pela qualidade das intervenções proferidas e pelo interesse demonstrado junto da comunidade académica, patente numa assistência razoavelmente numerosa, em que se contavam alunos do Mestrado em História Contemporânea, pode-se considerar que o Seminário cumpriu os objectivos propostos, ao mesmo tempo que contribuiu para a internacionalização e disseminação das actividades do CITCEM, conforme referido por Luís Alberto Alves (vice-coordenador científico do CITCEM) na Sessão de Abertura.

## AS MÃOS E O ESPÍRITO DE UM SENHOR DE MATOSINHOS

ISABEL PEREIRA LEITE

Óscar Lopes fez cem anos!

Cada dia, para além de 22 de março de 2013, tem sido mais um dia passado connosco.

Porque as suas palavras permanecem. E porque assim é, podemos dizer que jamais nos sentiremos absolutamente sós.

*«Quem fala nunca está absolutamente só, visto que pensa [...]. Um homem nunca está só. Tem sempre consigo a sua educação, a sua experiência de vida conivente, a fala interior educada nos hábitos da fala exterior».*

São palavras de Óscar Lopes, em 1958. Verdadeiras, sentidas, vibrantes de força, a força da razão e do espírito. A nossa experiência de vida, que constantemente traduzimos em palavras que são pensamento, muito se define em partilha. Existimos com os outros. E é a todos esses outros que usaram “a fala interior educada nos hábitos da fala exterior” que devemos aquilo que somos.

A Óscar Lopes muito é devido. Podemos dizer-lho todos os dias. Os que hão de vir depois de nós continuarão a dizer-lho. E nunca será suficiente.

É «um senhor de matosinhos» que fala dos livros e dos autores como quem trata de assuntos de família e os desarruma para os mostrar melhor. Sem pressa e sem vontade de ir embora (Vasco Graça Moura), assim é este senhor que conversa connosco e nos mostra que é possível resistir ao que nos pode tolher. A opção é nossa.

De abril a outubro deste ano de 2017, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, estiveram patentes duas exposições lembrando essa figura cimeira da sua história que foi Óscar Lopes.

Assim, no átrio principal, foi montada uma exposição biográfica, a partir de materiais cedidos pela própria família de Óscar Lopes e de documentos existentes no acervo do Centro de Linguística da Universidade do Porto (CLUP).

Entre fotografias, cartas e telegramas recebidos de ilustres personalidades nacionais e estrangeiras, manuscritos e dactiloscritos, diplomas e condecorações e referências às 1.<sup>as</sup> edições de algumas das suas principais obras, foi possível seguir os passos de Óscar Lopes ao longo dos seus 96 anos de vida.

Na Biblioteca, esteve patente uma exposição bibliográfica, tendo sido selecionados os títulos que pareceram adequados à ocasião, numa espécie de linguagem exterior, com um significado que se pretendeu que transcendesse tudo quanto pudesse ser dito.

Esta exposição era constituída por 92 títulos, sendo 62 de monografias e 30 de escritos que surgiram em periódicos. Todas as obras expostas faziam parte das coleções da Biblioteca Central da FLUP. As 1.<sup>as</sup> edições, provenientes sobretudo do Fundo Geral, da Biblioteca Pedro Veiga e da Biblioteca Ferreira de Almeida, foram reunidas para esta ocasião. Dos incontáveis textos de Óscar Lopes, publicados nas mais marcantes revistas e jornais, foram escolhidos os já mencionados 30.

Também sobre Óscar Lopes estiveram expostas obras, textos e recortes de jornais que bem espelhavam o comum sentimento de grande admiração pelo seu testemunho de vida e pela sua obra.

Preciosos eram todos os documentos apresentados em ambas as exposições. «Jóias de Família», como diria Agustina, unidas numa missão – celebrar uma Vida feita de palavras eternamente presentes.

A aventura que é a busca do Saber só é ultrapassada pela aventura que é a construção do Ser. Foi este o fio condutor que, em boa hora, permitiu organizar esta homenagem.

O CITCEM, o ILCML, o CLUP e a Biblioteca Central da FLUP uniram-se, pois, em torno de um nome grande que deixou marcas profundas na vida académica e na cultura nacionais.



## EXPOSIÇÃO «UMA VIDA EM PROL DO DOURO. ANTÃO DE CARVALHO, 1871-1948». GALERIA DE EXPOSIÇÕES DO AUDITÓRIO MUNICIPAL DE PESO DA RÉGUA, 5 A 31 DE OUTUBRO DE 2016

CARLA SEQUEIRA (CITCEM/ BOLSEIRA PÓS-DOC DA FCT)

Esteve patente, entre 5 e 31 de Outubro de 2016, na Galeria de Exposições do Auditório Municipal de Peso da Régua, a Exposição «Uma vida em prol do Douro. Antão de Carvalho, 1871-1948». Organizada em parceria entre o CITCEM e a Câmara Municipal de Peso da Régua, e com selecção documental e textos de Carla Sequeira, o principal objectivo consistiu em evocar a memória histórica e homenagear os legados político e regional de Antão de Carvalho, personalidade marcante e incontornável da Região Duriense entre os finais da Monarquia e o início do Estado Novo, nos 145 anos do seu nascimento.

Feita a partir de reproduções de imagens, textos e documentos sobre Antão de Carvalho, ou por si produzidos, a Exposição foi estruturada em quatro núcleos, distribuídos por dez painéis, abarcando os momentos mais significativos da história de vida de Antão de Carvalho e da Região Duriense.

Após um primeiro painel, com texto biográfico e explicativo da Exposição, o primeiro núcleo foi dedicado ao tema «O Tempo e o Lugar», procurando caracterizar o concelho de Peso da Régua ao tempo em que Antão de Carvalho viveu, inserindo, dessa forma, a personagem no seu contexto sócio-histórico. Por sua vez, o núcleo II – «Das origens à Casa do Miradouro» – dava aos visitantes a perspectiva biológica, familiar e social, em suma, a influência do contexto familiar e estudantil nas escolhas político-partidárias de Antão de Carvalho. No núcleo III – «O Homem e a obra. O político» –, pretendeu-se ressaltar o percurso político de Antão de Carvalho, desde a impor-

tância fundamental que deteve no processo de republicanização do Alto Douro, até ao seu envolvimento nos movimentos de oposição desenvolvidos entre o 28 de Maio de 1926 e a candidatura presidencial de Norton de Matos, em 1947. Por fim, no núcleo IV – «O Paladino do Douro» –, procurou evidenciar-se a importância da *questão duriense* e da defesa da viticultura regional como mote da sua acção política, e a sua característica de líder dos movimentos regionais desde os tempos de estudante em Coimbra até à criação da Casa do Douro, em 1932.

Além das reproduções documentais referidas, foram também expostos livros de Actas da Câmara Municipal de Peso da Régua e um retrato, a carvão, de Antão de Carvalho, cedido pela Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Peso da Régua.

Inserindo-se no projecto de Pós-Doutoramento «Antão Fernandes de Carvalho e a República no Douro» (enquadrado no projecto do CITCEM «O Douro Vinhateiro na Primeira República: Defesa da Denominação de Origem e Construção de uma Identidade Regional»), a referida Exposição contou com cerca de 350 visitantes (segundo informações prestadas pelo Auditório Municipal de Peso da Régua) e o interesse da população em geral durante o período em que esteve vigente, tendo constituído uma importante actividade de extensão cultural e um factor de disseminação de conhecimentos decorrentes da investigação em curso, contribuindo para o conhecimento do passado como condição de inclusão e compreensão do presente.

## CRÓNICA – ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELO GRUPO DE INVESTIGAÇÃO «SOCIABILIDADES, PRÁTICAS E FORMAS DO SENTIMENTO RELIGIOSO» EM 2017

O grupo «Sociabilidades, práticas e formas do sentimento religioso», integrado no CITCEM, realizou, ao longo do ano de 2017, um amplo leque de atividades científicas, de molde a desenvolver e cruzar linhas e temas de investigação. Disso foi exemplo a organização do «Seminário Permanente: Representações dos pobres: espiritualidade, estética, sociologia». Estas reuniões tiveram a participação de investigadores e especialistas do CITCEM e de outras unidades de investigação, no quadro de uma colaboração científica e pedagógica com a FLUP para a formação de estudantes de pós-graduação. Promovendo uma abordagem interdisciplinar, esta atividade permitiu focar a temática em causa a partir de diferentes ângulos de análise, contribuindo para diversificar e enriquecer a formação dos estudantes de pós-graduação e para obter um conhecimento mais completo e preciso do objeto de estudo.

Os seminários tiveram uma periodicidade mensal e foram distribuídos da seguinte forma:

– José Adriano de Freitas Carvalho (CITCEM – FLUP): «*Excelências da Misericórdia e frutos da esmola* (1625) de Fr. Luís da Apresentação: esmola e *exempla* (21/04/2017);

– Maria Inês Afonso Lopes (CITCEM – FLUP): «A preparação para o além na Época Moderna. A figura do pobre como agente profilático» (19/05/2017);

– Helena Osswald (CITCEM – FLUP): «Como em diferentes tipologias documentais “pobre” ganha colorações distintas no período moderno em Portugal» (9/06/2017);

– Maria Antónia Lopes (U. Coimbra/CHSC): «Pobreza e riqueza na espiritualidade portuguesa dos séculos XVII-XIX» (14/07/2017);

– Jacobo Sanz Hermida (U. Salamanca): «Diálogos quinientistas sobre la pobreza» (29/09/2017);

– Luís Leal (UCP – CEHR): «*Pobreza*» e

«*Caridade*» no Portugal contemporâneo: O olhar (teológico) e a ação (social) de Pe. Américo Monteiro de Aguiar» (20/10/2017);

– Paula Almeida Mendes (CITCEM – FLUP): «*Invejava grãdemente andar algum mais pobre que ele*”: a «virtude heroica» da pobreza em «*Vidas*» de santos e em «*Vidas*» devotas portuguesas (séculos XVII-XVIII)» (17/11/2017);

– Inês Amorim (CITCEM – FLUP): «A Pobreza e a Caridade: discursos e práticas no governo da Misericórdia do Porto, na época moderna» (15/12/2017).

O Grupo de investigação «Sociabilidades, práticas e formas do sentimento religioso» foi, de igual modo, responsável pela organização do III Seminário Internacional de Cabeceiras de Basto, que se realizou na Casa do Tempo (Cabeceiras de Basto), nos dias 8 e 9 de Junho de 2017. Este encontro científico reuniu vários investigadores, que apresentaram comunicações inscritas nos seguintes painéis temáticos: «Refojos – Espiritualidade, Espaços e Artes», «Benedictinos, Liturgia e Evangelização», «OSB – Modelos, paradigmas e impactos» e «Trabalho, alimentação e saúde na Ordem de São Bento».

Entre os vários eventos de natureza científica, destacam-se também o Seminário Aberto «“Imagens milagrosas” e “Virgens vestidas” no Santuário Mariano (1707-1723) de Fr. Agostinho de Santa Maria», que contou com as contribuições de Maria de Lurdes Correia Fernandes (FLUP; CITCEM-UP; CEHR-UCP) («Cultura, literatura e piedade popular no Santuário Mariano de Fr. Agostinho de Santa Maria») e Diana Rafaela Martins Pereira (CITCEM-UP) («A prática de vestir a Virgem a partir do Santuário Mariano (1707-1723) de Fr. Agostinho de Santa Maria»), que se realizou

em 21/07/2017, assim como o Seminário Aberto «Fazer Falar os Textos: “Nos 500 anos da 1.ª edição de *Querela Pacis*, de Erasmo de Roterdão”, organizado por Isabel Morujão (CITCEM – FLUP), Luís Fardilha (CITCEM – FLUP), Pedro Tavares (CITCEM – FLUP) e Zulmira Santos (CITCEM – FLUP) e apresentado por Jorge Osório e Luís Fardilha, que teve lugar em 11/12/2017.

Em colaboração com o GENPEM, o Grupo de investigação «Sociabilidades, práticas e formas do sentimento religioso» organizou também a Jornada de Estudos «“Que labirinto é este de cuidados?” Espaços e personagens nas novelas pastoris ibéricas», que se realizou na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, em 26/09/2017(26/09). Este: Paulo Pereira (FLUC), «*Locus uberrimus*: Coimbra, os Campos do Mondego e a pastoral ibérica (séculos XVI e XVII); Ana Ferreira da Silva (FLUL), «*Debajo*

*del sayal hay ál*: indivíduo e sociedade em *El Pastor de Filida*», Gil Teixeira (FLUP-MELCI), «Para a crise da Poesia, o exemplo de Camões: reflexão sobre a personagem Liriano da novela pastoril *Lusitânia Transformada*»; Isabel Almeida (FLUL): «Sujeitos de Amor»; Cristina Castillo Martínez (Universidad de Jaén), «La construcción del espacio pastoril como espacio de recreación cortesana». Em parceria com o GENPEM, o Grupo de investigação foi também responsável pela organização de dois Seminários Abertos, que estiveram a cargo de Filipa Medeiros (FLUC) («Engenhos da Arte que seduz os ouvidos e encanta os olhos», apresentado em 6/11/2017), e de Aurelio Vargas Díaz-Toledo («Os Desenganos de Flerício: notícia de uma novela pastoril inédita», apresentado em 7/12/2017), que se realizaram na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, em 6/11/2017 e 7/12/2017, respetivamente.

## BIENNIAL CONFERENCE OF THE EUROPEAN ASSOCIATION FOR THE HISTORY OF MEDICINE AND HEALTH – «THE BODY POLITIC: STATES IN THE HISTORY OF MEDICINE AND HEALTH». BUCARESTE/ ROMÉNIA, 30 DE AGOSTO A 2 DE SETEMBRO DE 2017

ISMAEL VIEIRA

Decorreu em Bucareste, na Roménia, entre 30 de agosto e 2 de setembro de 2017 na Carol Davila University of Medicine and Pharmacy a Conferência Bianual da Associação Europeia de História da Medicina e da Saúde, subordinada ao tema «The Body Politic: States in the History of Medicine and Health».

A Conferência Bianual que decorreu ao longo de quatro dias, e pela primeira vez num país da Europa de Leste, abriu na noite de 30 de agosto com a receção de boas vindas aos conferencistas nos jardins da Casa Filipescu-Cesianu, um edifício da aristocracia oitocentista, hoje integrado na rede de museus de Bucareste. Nos dias seguintes as atividades

decorreram em torno de conferências plenárias e painéis temáticos.

As conferências plenárias estiveram a cargo de Mircea Dumitru, Reitor da Universidade de Bucareste, em torno da Ciência, Verdade e Democracia, e nos restantes dias intervieram Constantin Goschler da Universidade de Bochum (Alemanha), Roberta Bivins da Universidade de Warwick (Reino Unido) e Harry Oosterhuis da Universidade de Maastricht (Países Baixos) com temas ligados à História da Medicina e da Saúde. Quanto aos painéis temáticos foram 35 com a intervenção de 140 conferencistas provenientes da Europa e Estados Unidos e uma maioria de investigado-

res do Reino Unido e Espanha. No primeiro dia os painéis temáticos abordaram temas como Ética e Especialidades, Estado e Deficiência, Saúde e Cidadania, Estado e Políticas de Saúde, Tuberculose, Álcool e Política de Saúde, Mulheres, Aborto e Fertilidade. Nutrição, Forças Armadas e Epidemias. No segundo dia destacaram-se os painéis sobre Medicina, Estado e Democracia, Profissão, Design e Serviços de Saúde, Organizações Internacionais e a busca de Segurança na Saúde, Política e Psiquiatria, enquanto no terceiro dia destacaram-se os painéis sobre o Estado e programas de Vacinação em Espanha e Países Baixos e Remédios, Desenvolvimento e Reconhecimento. Em todos os painéis ficou bem vincada a aposta da historiografia europeia em temas sobre medicina e saúde no século XX, as relações entre Medicina, Estado, políticas de cuidados de saúde e organizações internacionais.

Em representação do CITCEM esteve

Ismael Vieira que apresentou uma comunicação intitulada «Tuberculosis Assistance during Portuguese Dictatorship: limits and achievements in the first two decades of dictatorial government (1933-1953)» onde abordou os logros e limites do Estado Novo na luta contra a tuberculose em Portugal nos primeiros vinte anos de governo salazarista, sobretudo no reconhecimento da tuberculose como doença social e na promoção da prevenção por meio da criação de instituições específicas para o diagnóstico, vacinação e tratamento de doentes. A outra conferencista portuguesa presente, Laurinda Abreu, interveio com a comunicação «The State and the health of its citizens: Experiments in medical policing at the end of the Portuguese Ancien Régime».

A organização providenciou ainda um programa social do qual fizeram parte um jantar de convívio, visitas aos museus da cidade e um passeio de barco ao Lago Herastrau.

# PUBLICAÇÕES DO CITCEM

## REVISTAS

### CEM

«CEM/cultura, espaço & memória». Porto: CITCEM, n.º 1 (2010). Dossier temático «Viagens e viajantes».



«CEM/cultura, espaço & memória». Porto: CITCEM, n.º 2 (2011). Dossier temático «Memória material e materiais de memória».



«CEM/cultura, espaço & memória». Porto: CITCEM, n.º 3 (2012). Dossier temático «Religião e liberdade».



«CEM/cultura, espaço & memória». Porto: CITCEM, n.º 4 (2013). Dossier temático «Paisagem».



«CEM/cultura, espaço & memória». Porto: CITCEM, n.º 5 (2014). Dossier temático «População e saúde».



«CEM/cultura, espaço & memória». Porto: CITCEM, n.º 6 (2015). Dossier temático «O(s) Outro(s)».



«CEM/cultura, espaço & memória». Porto: CITCEM, n.º 7 (2016). Dossier temático «Cruzar fronteiras: ligar as margens da história ambiental».



### Via Spiritus

«'Via Spiritus'. Pregação e Espaços Penitenciais». Porto: CITCEM, n.º 16 (2009).



«'Via Spiritus'. A infância de Cristo». Porto: CITCEM, n.º 17 (2010).



«'Via Spiritus'. A educação feminina nos sécs. XVI-XIX: entre a aia e a mestra de noviças». Porto: CITCEM, n.º 18 (2011).



«'Via Spiritus'. Revisitação das correntes de espiritualidade (sécs XVI-XVIII): obras e autores». Porto: CITCEM, n.º 19 (2012).



«'Via Spiritus'. Guerra e Paz: da espiritualidade à «política» (sécs. XVI-XVIII)». Porto: CITCEM, n.º 20 (2013).



«'Via Spiritus'. Epistolografias em contextos peninsulares». Porto: CITCEM, n.º 21 (2014).



«'Via Spiritus'. Direção Espiritual (sécs. XVI-XVIII)». Porto: CITCEM, n.º 22 (2015).



«'Via Spiritus'. O Eterno no Tempo. Memória e Construção de Identidades nas Práticas das Ordens Religiosas». Porto: CITCEM, n.º 23 (2016).



ESTRADA, Rui – «On rorty and other ethical issues». Munique: Martin Meidenbauer, 2010. (CITCEM – Studies in Literature, 9).



«'Via Spiritus'. Construção de Memórias Religiosas». Porto: CITCEM, n.º 24 (2017).



FERREIRA, Fátima Moura – «BRAGA nos tempos da I República: ressonâncias sócio-culturais» (catálogo). [S. l.]: Câmara Municipal de Braga/CITCEM, 2010.



## MONOGRAFIAS

### 2009

BETTENCOURT, Ana M. S.; ALVES, Lara Bacelar (ed.) – «Dos montes, das pedras e das águas. Formas de interação com o espaço natural da pré-história à actualidade». [S. l.]: CITCEM/APEQ-Associação Portuguesa para o Estudo do Quaternário, 2009.



FERREIRA, Maria da Conceição Falcão – «Guimarães: 'Duas vilas, um só povo'. Estudo de história urbana (1250-1389)». Braga: CITCEM/ICS-Universidade do Minho, 2010.



MORAIS, Rui; DELGADO, Manuela – «Guia das cerâmicas de produção local de Bracara Augusta». Braga: CITCEM, 2009.



MARTINS, Carla Maria Braz (coord.) – «Mineração e povoamento na Antiguidade e no Alto Trás-os-Montes Ocidental». Porto: CITCEM, 2010.



SERÉN, Maria do Carmo – «Uma espada de brilhantes para o General Silveira». [S. l.]: Governo Civil do Distrito de Vila Real/CITCEM, 2009.



TOPA, Francisco; MARQUES, Marco de Oliveira (org.) – «'E agora sei que oiço as coisas devagar'. Evocação e escuta de Daniel Faria». Porto: CITCEM/sombra pela cintura, 2010.



### 2011

### 2010

ARAÚJO, Maria Marta Lobo de; ESTEVES, Alexandra (coord.) – «Tomar estado: dotes e casamentos (séculos XVI-XVIII)». Braga: CITCEM, 2010.



AAVV – «Portugal e o Magrebe. Actas do 4.º Colóquio de História Luso-Marroquina/Actes du IV colloque d'Histoire Maroco-Lusitanienne». Lisboa/Braga: CHAM/CITCEM, 2011.



ARAÚJO, Maria Marta Lobo de; FERREIRA, Fátima Moura; ESTEVES, Alexandra (org.) – «Pobreza e assistência no espaço ibérico (séculos XVI-XX)». [Braga]: CITCEM, 2010.



ARAÚJO, Maria Marta Lobo de – «Filha casada, filha arrumada: a distribuição de dotes de casamento na confraria de São Vicente de Braga (1750-1870)». Braga: CITCEM, 2011.



ARAÚJO, Maria Marta Lobo de; ESTEVES, Alexandra (coord.) – «Marginalidade, pobreza e respostas sociais na Península Ibérica (séculos XVI-XX)». Braga: CITCEM, 2011.



MELO, Arnaldo; RIBEIRO, Maria do Carmo (coord.) – «História da construção – Os construtores». Braga: CITCEM, 2011.



BETTENCOURT, Ana M.S.; FONSECA, Jorge – «O Povoado da Idade do Bronze de Lavra, Matosinhos: Contributos para o estudo do Bronze Médio no Litoral Norte». Braga: Junta de Freguesia de Lavra/Câmara Municipal de Matosinhos/CITCEM, 2011.



MORUJÃO, Isabel; SANTOS, Zulmira C. (ed.) – «Literatura culta e popular em Portugal e no Brasil – Homenagem a Arnaldo Saraiva». Porto: CITCEM/Edições Afrontamento, 2011.



CAPELA, José Viriato; MATOS, Henriques – «As Freguesias dos Distritos de Aveiro e Coimbra nas Memórias Paroquiais de 1758. Memórias, História e Património». Braga: José Viriato Capela/CITCEM, 2011. (Coleção «Portugal nas Memórias Paroquiais de 1758»).



NUNES, Henrique Barreto; CAPELA, José Viriato – «O mundo continuará a girar. Prémio Victor de Sá de História Contemporânea, 20 anos (1992-2011)». Braga: Conselho Cultural da Universidade do Minho/CITCEM, 2011.



CONDE, Manuel Sílvio Alves – «Construir, habitar: a casa medieval». Braga: CITCEM, 2011.



PEIXOTO, Fernando Aníbal Costa Peixoto – «Do corporativismo ao modelo interprofissional. O Instituto do Vinho do Porto e a evolução do sector do vinho do Porto (1933-1995)». Porto: CITCEM/Edições Afrontamento, 2011.



FERREIRA, Fátima Moura; MENDES, Francisco Azevedo; CAPELA, José Viriato (coord.) – «Justiça na Res Publica (sécs. XIX-XX). Ordem, direitos individuais e defesa da sociedade». Braga: CITCEM, 2011, vol. II.



SANTOS, Cândido dos – «Jansenismo e antijansenismo nos finais do antigo regime». Porto: CITCEM/Edições Afrontamento, 2011.



MARTINS, Carla Maria Braz; BETTENCOURT, Ana M. S.; MARTINS, José Inácio F. P.; CARVALHO, Jorge (coord.) – «Povoamento e exploração dos recursos mineiros na Europa Atlântica Ocidental». Braga: CITCEM/APEQ, 2011.



SANTOS, Carlota (coord.) – «Família, Espaço e Património». Braga: CITCEM, 2011.



MATTOSO, José (dir.) – «The historiography of medieval Portugal c. 1950-2010». Lisboa: IEM, CEC, CEHR, CESEM, CHSC, CH-UL, CIDÉHUS, CITCEM, CL-UL, CPS, IF-UP, 2011.



2012

«Cadernos de História e Memória Local». Santo Tirso: Câmara Municipal de Santo Tirso/CEHR/CITCEM, vol. n.º 1 (2012).



ALMEIDA, A. Campar Almeida; BETTENCOURT, Ana M. S. Bettencourt; MOURA, D.; MONTEIRO-RODRIGUES, Sérgio; ALVES, Maria Isabel Caetano (Coord) – «Environmental changes and human interaction along the Western Atlantic Edge». Coimbra: APEQ; CITCEM; CEGOT; CGUP; CCT, 2012.



ARAÚJO, Maria Marta Lobo de; ESTEVES, Alexandra (coord.) – «Ponte de Lima. Sociedade, economia e instituições». Braga: CITCEM, 2012.



ARAÚJO, Maria Marta Lobo de; LÁZARO, António; RAMOS, Anabela; ESTEVES, Alexandra (coord.) – «O tempo dos alimentos e os alimentos no tempo». Braga: CITCEM, 2012.



COSTA, Leonor Freira; DUARTE, Luís Miguel; GARRIDO, Álvaro (coord.) – «Estudos em Homenagem a Joaquim Romero Magalhães – Economia, Instituições e Império». Edições Almedina, 2012 (Coleção «Estudos de Homenagem»)



DIAS, Geraldo José Amadeu Coelho – «Quando os monges eram uma civilização... Beneditinos: Espírito, Alma e Corpo». Porto: CITCEM/Edições Afrontamento, 2012.



GONÇALVES, Iria – «Por terras de Entre-Douro-e-Minho com as Inquirições de Afonso III». Porto: CITCEM/Edições Afrontamento, 2012.



MARTINS, Manuela; FREITAS, Isabel Vaz de; DEL VAL VALDIVIESO, Maria Isabel – «Caminhos da água. Paisagens e usos na longa duração». Braga: CITCEM, 2012.



MARTINS, Manuela; MEIRELES, José; FONTES, Luís; RIBEIRO, Maria do Carmo; MAGALHÃES, Fernanda; BRAGA, Cristina – «Água. Um Património de Braga». Braga: CITCEM; UAUM – Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, 2012.



MELO, Arnaldo; RIBEIRO, Maria do Carmo (coord.) – «História da construção – Os materiais». Braga: CITCEM, 2012.



OSSWALD, Cristina – «Written In Stone: Jesuit buildings in Goa and their artistic features». Goa: CITCEM/“Goa,1556”, 2012.



RIBEIRO, Maria do Carmo; MELO, Arnaldo Sousa – «Evolução da paisagem urbana: sociedade e economia». Braga: CITCEM, 2012.





## 2013

ARAÚJO, Maria Marta Lobo de; ESTEVES, Alexandra; COELHO, José Abílio; FRANCO, Renato (coord.) – «Os brasileiros enquanto agentes de mudança: poder e assistência». Póvoa de Lanhoso: CITCEM e Fundação Getúlio Vargas (Brasil), 2013.



BETTENCOURT, Ana M. S. – «A Pré-História do Noroeste Português». Braga: CITCEM/CEIPHAR, 2013.



LIMA, João Torres – MOJAF – «Movimento Juvenil de Ajuda Fraternal (1963-1970)». Porto: CITCEM, 2013.



MELO, Arnaldo Sousa; Ribeiro, Maria do Carmo (coord.) – «História da Construção: Arquiteturas e Técnicas Construtivas». Braga: CITCEM e LAMOP, 2013.



PAULINO, Maria Clara – «Uma torre delicada: Lisboa e arredores em notas de viajantes ca. 1750-1850». Porto: CITCEM/Edições Afrontamento, 2013.



RIBEIRO, Jorge – «Arquitectura romana em Bracara Augusta. Uma análise das técnicas edilícias». Porto: CITCEM, 2013 (Coleção «Teses Universitárias», n.º 5).



RIBEIRO, Maria do Carmo; MELO, Arnaldo Sousa – «Evolução da paisagem urbana. Transformação morfológica dos tecidos históricos». Braga: CITCEM/IEM, 2013.



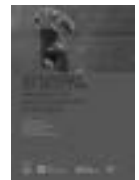
SANTOS, Carlota; MATOS, Paulo Teodoro de – «A demografia das sociedades insulares Portuguesas (Séculos XV a XXI)». Braga: CITCEM, 2013.



SILVA, Maria João Oliveira – «A escrita na Catedral: a chancelaria episcopal do Porto na Idade Média». Lisboa: CEHR-UCP; CITCEM, 2013.



SOUSA, Rogério; FIALHO, Maria do Céu; HAGGAG, Mona; RODRIGUES, Nuno Simões (coords.) – «Alexandria ad Aegyptum. The legacy of multiculturalism in Antiquity». Porto: CITCEM/Edições Afrontamento/Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra, 2013.



## 2014

ALVES; Luís Alberto; GARCÍA GARCÍA, Francisco; ALVES, Pedro (org.) – «Aprender del cine: narrativa y didáctica». Madrid: ICONO14/CITCEM, 2014.



ALVES, Jorge; ALVES, Luís Alberto M.; PEREIRA, Gaspar Martins; PEREIRA, Maria Conceição Meireles. (coord.) – «A Grande Guerra (1914-1918): Problemáticas e Representações». Porto: CITCEM, 2014.



ARAÚJO, Maria Marta Lobo de; ESTEVES, Alexandra; SILVA, Ricardo; COELHO, José Abílio – «Sociabilidades na vida e na morte (Séculos XVI-XX)». Braga: CITCEM, 2014.



BOURA, Ana Isabel; TOPA, Francisco; RIBEIRO, Jorge Martins (eds.) – «Construção de Identidade(s). Globalização e Fronteiras». Frankfurt: CITCEM/Peter Lang, 2014.



RIBEIRO, Maria do Carmo; MELO, Arnaldo Sousa – «Evolução da paisagem urbana. Cidade e Periferia». Braga: CITCEM/IEM, 2014.



ROCHA, Charles; DIAS, Lino Tavares; ALARCÃO, Pedro – «Tongobriga. Reflexões sobre o seu desenho urbano». Porto: CITCEM, 2014.



SARAIVA, Arnaldo – «Dar a ver e a se ver no extremo. O poeta e a poesia de João Cabral de Melo Neto». Porto: CITCEM, 2014.



SEQUEIRA, Carla – «Antão Fernandes de Carvalho e a República no Douro». Porto: CITCEM, 2014.



SOUSA, Armindo – «O parlamento medieval português e outros estudos». DUARTE, Luís Miguel; AMARAL, Luís Carlos; MARQUES, André Evangelista (Org.). Porto, Fios da história, 2014.



## 2015

ALVES, Luís Alberto M.; PINTAS-SILGO, Joaquim (coord.) – «História da Educação. Fundamentos Teóricos e Metodologias de Pesquisa: Balanço da Investigação Portuguesa (2005-2014)». Porto: CITCEM; HISTEDUP; Instituto de Educação, 2015.



AMORIM, Inês; PINTO, Sara; SILVA, Luís (eds.) – «Reading Topics on Environmental History – Breves Leituras sobre História Ambiental». Porto: CITCEM-REPORTHA, 2015. (Livro de Resumos).



BERGONZINI, Massimo – «Il culto mariano e immaculista della monarchia di Spagna: l'ambasciata romana di D. Luis Crespi de Borja (1659-1661)». Porto: CITCEM, 2015.



CARVALHO, Elza – «Lima Internacional: Paisagens e Espaços de Fronteira». Porto: CITCEM, 2015.



LAGE, Maria Otilia Pereira – «Mécia de Sena e a escrita epistolar com Jorge de Sena: para a história de cultura portuguesa contemporânea». Porto: CITCEM, 2015.



NORONHA, Elisa – «Discursos e reflexividade: um estudo sobre a musealização da arte contemporânea». Porto: CITCEM, 2015.



PEREIRA, Elsa – «Obras de João Penha. Edição crítica e estudo». Porto: CITCEM, 2015. Prefácio de Francisco Topa.



PORTUGAL, D. Francisco de – «Epistolário a D. Rodrigo da Cunha (1616-1631)». Porto: CITCEM, 2015.



ALVES, Luis Alberto Marques, et al. – «XI COLUBHE – Investigar, Intervir e Preservar. Caminhos da História da Educação Luso-Brasileira. Livro de Resumos». Porto: CITCEM, 2016.



REIGADA, Tiago – «Ensinar com a Sétima Arte: o Espaço do Cinema na Didática da História». Porto: CITCEM, 2015.



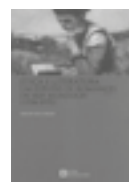
AMORIM, Maria Norberta – «O Pico. A abordagem de uma ilha». Porto: CITCEM; Desafios da Montanha, 2016. Vol. I – «As Famílias». Tomo IX – «As famílias de Santa Luzia nos finais do século XIX».



TOPA, Francisco; PEREIRA, Elsa (coord.) – «De Luanda a Luandino: Veredas». Porto: CITCEM, 2015.



ARAÚJO, Sofia de Melo – «Ética e Literatura. Um Estudo de Romances de Iris Murdoch (1958-1970)». Porto: CITCEM, 2016.



VIEIRA, Helena – «A disciplina de História no ensino técnico». Porto: CITCEM, 2015.



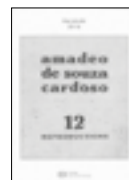
BARCA, Isabel; ALVES, Luís Alberto Marques (coord.) – «Educação Histórica: Perspetivas de Investigação Nacional e Internacional». Porto: CITCEM, 2016. (Ebook XV Congresso das Jornadas Internacionais e Educação Histórica).



VIEIRA, Ismael Cerqueira – «Conhecer, tratar e combater a «peste branca». A tisiologia e a luta contra a tuberculose em Portugal (1853-1975)». Porto: CITCEM, 2015.



CARDOSO, Amadeo de Souza – «Amadeo de Souza Cardoso, 12 reproductions». Porto: CITCEM, 2016. Fac-símile.



## 2016

ALVES, Luís Alberto; BARCA, Isabel; RIBEIRO, Cláudia Pinto; GAGO, Marília; PINTO, Helena; MOREIRA, Ana (org.) – «XVI Congresso Internacional das Jornadas de Educação Histórica: Epistemologias e Ensino de História». Porto: CITCEM, 2016.



CARVALHO, José Adriano de Freitas – «Antes de Lutero: A Igreja e as Reformas Religiosas em Portugal no século XV. Anseios e limites». Porto: CITCEM/Edições Afrontamento, 2016.



MAIA, Tatyana de Amaral; ALVES, Luís Alberto Marques; HERMETO, Míriam; RIBEIRO, Cláudia Sofia (org.) – «(Re)construindo o Passado: o papel insubstituível do ensino da história». Porto: CITCEM, 2016.



PINTO, Helena – «Educação Histórica e Patrimonial: Concepções de Alunos e Professores sobre o Passado em Espaços do Presente». Porto: CITCEM, 2016.



POLÓNIA, Amélia; BRACHT, Fabiano; CONCEIÇÃO, Gisele Cristina da; PALMA, Monique (org.) – «Connecting Worlds. Production and circulation of knowledge in tge First Global Age. Book of Abstracts». Porto: CITCEM, 2016.



ROSAS, Lúcia; SOUSA, Ana Cristina; BARREIRA, Hugo (org.) – «Genius loci: lugares e significados: breves reflexões | Genius loci: places and meanings: short reflections». Porto: CITCEM, 2016. (Livro de Resumos).



SANCHES, Maria de Jesus; MONTEIRO-RODRIGUES, Sérgio; VALE, Ana (coord.) – «ARQUEOCIÊNCIAS 2016. Recintos Peninsulares da Pré-História Recente. Métodos Multidisciplinares de Investigação. Pré-Atas». Porto: CITCEM, 2016.



SILVA, André Filipe Oliveira da – «Físicos e Cirurgiões Medievais Portugueses. Contextos socioculturais, práticas e transmissão de conhecimentos (1192-1340)». Porto: CITCEM, 2016.



TOPA, Francisco & VISHAN, Irena (coord.) – «Manuel dos Santos Lima. Escritor Angolano Tricontinental». Porto: CITCEM, 2016.

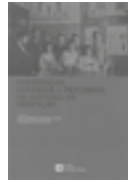


**2017**

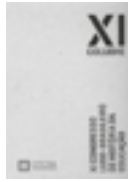
ALVES, Luis Alberto Marques & GARCÍA GARCÍA, F, coords. – «V Congresso Internacional de Cidades Criativas. Livro de Resumos | Book of Abstracts». Porto: CITCEM/ ICONO 14, 2017.



ALVES, Luís Alberto Marques & PINTASSILGO, Joaquim, coords. – «Investigar, Intervir e Preservar em História da Educação». Porto: CITCEM, 2017



ALVES, Luis Alberto Marques, et al. – «Atas Finais do XI COLUBHE». Porto: CITCEM, 2017.



ALVES, Luís Alberto Marques; PEREIRA, Gaspar Martins (coords.) – «Cruzar Fronteiras. I Oficinas Luso-Afro-Brasileiras». Porto: CITCEM, 2017.



ALVES, Luis Alberto Marques & GARCÍA GARCÍA, F, coords. – «Livro de Atas V Congresso Internacional Cidades Criativas». Madrid : ICONO 14 Editorial, 2017. 2 Vol.



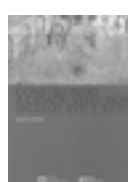
BARREIRA, Hugo; ROSAS, Lúcia Maria Cardoso; BOTELHO, Maria Leonor (Coord.) – «Passeio e Jardim das Virtudes : uma paisagem histórica urbana». Porto: CITCEM, 2017.



BARROCA, Mário Jorge, coord. – «No Tempo de D. Afonso Henriques – Reflexões sobre o primeiro século português». Porto: CITCEM, 2017.



CASTILHO, Liliana – «Construindo a cidade: Viseu nos séculos XVII e XVIII». Porto: CITCEM, 2017.



CORDEIRO, Jacinto; PIRES, Maria Lucília Gonçalves (Introd. e notas) – «Elogio de Poetas Lusitanos». Porto: CITCEM, 2017.



DIAS, Lino Tavares; ALARCÃO, Pedro (coord.) – «Paisagem Antiga, sua construção e (re)uso, reptos e perspectivas». Porto: CITCEM, 2017.



POLÓNIA, Amélia & ANTUNES, Cátia, eds. – «Mechanisms of Global Empire Building». Porto: CITCEM, 2017.



RIBEIRO, Cláudia Pinto; ARAÚJO, Francisco (coords.) – «A História da Educação em Vila Nova de Gaia». Porto: CITCEM, 2017.



RIBEIRO, Cláudia Pinto; VIEIRA, Helena; BARCA, Isabel; ALVES, Luís Alberto Marques; PINTO, Maria Helena; GAGO, Marília, coord. – «Epistemologias e Ensino da História». Porto: CITCEM, 2017.



ROSAS, Lúcia; SOUSA, Ana Cristina; BARREIRA, Hugo, coord. – «Genius Loci – Lugares e Significados. Places and Meanings, vol. 1.»



ROSAS, Lúcia; SOUSA, Ana Cristina; BARREIRA, Hugo, coord. – «Genius Loci – Lugares e Significados. Places and Meanings, vol. 2.» Porto: CITCEM, 2017.



TOPA, Francisco; SIQUEIRA, Joelma Santana; YOKOZAWA, Solange Fiuza (Coord.) – «Estudos de Literatura Brasileira em Portugal: Travessias». Porto: CITCEM, 2017.



## Colecção FONTES:

BARROS, Amândio Jorge Morais – «Cartas da Índia. Correspondência privada de Jorge de Amaral e Vasconcelos (1649-1656)». Porto: CITCEM/Edições Afrontamento, 2011. (Colecção «Fontes», n.º 1).



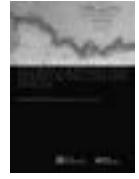
SERAFIM, João Carlos Gonçalves; CARVALHO, José Adriano Freitas de – «A Aurora da Quinta Monarquia». Porto: CITCEM/Edições Afrontamento, 2011. (Colecção «Fontes», n.º 2).



SERAFIM, João Carlos Gonçalves; CARVALHO, José Adriano Freitas de – «Um diálogo epistolar. D. Vicente Nogueira e o Marquês de Niza (1615-1654)». Porto: CITCEM/Edições Afrontamento, 2011. (Colecção «Fontes», n.º 3).



CARVALHO, José Adriano Freitas de (ed., introd. e notas) – «Outavas à Jornada pelo Douro acima com uns amigos», de Tomé Tavares Carneiro. Porto: CITCEM/Edições Afrontamento, 2012. (Colecção «Fontes», n.º 4).



LAGE, Otilia (org.) – «Correspondência Jorge de Sena e Mécia de Sena "Vita Nuova" (Brasil, 1959-1965)». Porto: CITCEM/Edições Afrontamento, 2013. (Colecção «Fontes», n.º 5).



PEREIRA, Gaspar Martins (org.) – «Alves Redol e o Douro. Correspondência para Francisco Tavares Teles». Porto: CITCEM/Edições Afrontamento/Dir. Reg. Cultura Norte, 2013. (Colecção «Fontes», n.º 6).



BERGONZINI, Massimo – «Compendio de las Vidas de los Padres que han florecido en virtudes y letras en la Real Casa de S. Felipe Neri de Valencia». Porto: CITCEM, 2013. (Colecção «Fontes», n.º 7).



CONDE, Antónia Fialho; MORUJÃO, Isabel; MORJÃO, Maria do Rosário Milagres – «Em treze cantos: epopeia feminina em recinto monástico. O memorial dos Milagres de Cristo de Maria de Mesquita Pimentel». Porto: CITCEM/CHSC/CIDEHUS, 2014. (Coleção «Fontes», n.º 8).



AMARAL, Luís Carlos; SILVA, Maria João Oliveira e (org., apresentação, leitura e transcrição paleográfica) – «Pergaminhos de uma Coleção Particular». Porto: CITCEM/Edições Afrontamento, 2016. (Coleção «Fontes», n.º 10).



MOLINOS, Miguel de; TAVARES, Pedro Vilas Boas (Leitura, Edição e Estudo Introdutório) – «Guia Espiritual, breve Tratado da Comunhão Quotidiana, e Excelências da Oração Mental tirada dos Santos». Porto: CITCEM, 2017. (Coleção «Fontes», n.º 11).



RIBEIRO, Ana Sofia Vieira – «Convívios difíceis: viver, sentir e pensar a violência no Porto de setecentos (1750-1772)». Porto: CITCEM/Edições Afrontamento, 2012. (Coleção «Teses Universitárias», n.º 4).



RIBEIRO, Jorge Manuel Pinto – «Arquitectura romana em Bracara Augusta. Uma análise das técnicas edilícias». Porto: CITCEM/Edições Afrontamento, 2013. (Coleção «Teses Universitárias», n.º 5).



MARQUES, André Evangelista – «Paisagem e povoamento: da representação documental à materialidade do espaço no território da diocese de Braga (séculos IX-XI)». Porto: CITCEM/Edições Afrontamento, 2014. (Coleção «Teses Universitárias», n.º 6).



PEREIRA, Pedro Abrunhosa — «O Vinho na Lusitânia». Porto: CITCEM/Edições Afrontamento, 2017. (Coleção «Teses Universitárias», n.º 8)



## Coleção TESES UNIVERSITÁRIAS

SEQUEIRA, Carla – «O Alto Douro entre o livre-cambismo e o proteccionismo: a «questão duriense» na economia nacional». Porto: CITCEM/Edições Afrontamento, 2011. (Coleção «Teses Universitárias», n.º 1).



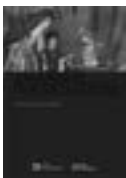
AREZES, Andreia — «O Mundo Funerário na Antiguidade Tardia em Portugal: As Necrópoles dos Séculos V a VIII». Porto: CITCEM, 2017. (Coleção «Teses Universitárias», n.º 9)



COSTA, Rui Manuel Pinto – «Luta contra o cancro e oncologia em Portugal. Estruturação e normalização de uma área científica (1839-1974)». Porto: CITCEM/Edições Afrontamento, 2011. (Coleção «Teses Universitárias», n.º 2).



MARQUES, Ana Maria dos Santos – «O Anacronismo no Romance Histórico Português Oitocentista». Porto: CITCEM/Edições Afrontamento, 2012. (Coleção «Teses Universitárias», n.º 3).



## *CEM/cultura, espaço & memória*

Assinante individual (15€/ano)

Nome:	_____		
Morada:	_____		
Código Postal:	_____	Localidade/País:	_____
Tel:	_____	Email:	_____
Profissão:	_____	Instituição:	_____
N.º de contribuinte:	_____		

Nota: Uma **assinatura** inclui um exemplar da revista e os portes de envio por correio registado.

✂.....

Junto envio o cheque n.º ..... do Banco .....  
no valor de ....., à ordem da Faculdade de Letras da Universidade  
do Porto (CITCEM), para assinatura da revista CEM relativa ao(s) ano(s) .....

Boletim de assinatura a enviar a CITCEM – Faculdade de Letras da Universidade do Porto | Via Panorâmica,  
s/n | 4150-564 PORTO.







2. Na **citação e referenciação documental e bibliográfica**, os artigos deverão respeitar as seguintes normas, adaptadas da NP 405-1:

a) **Citações em texto:**

- i) **citação de documentos:** as citações documentais, em notas de rodapé, deverão integrar, embora de forma abreviada ou com siglas (a desenvolver no final do texto, junto à bibliografia), todos os elementos necessários à identificação da espécie. A identificação de fundo ou colecção documental deve ser feita em itálico (ex: IAN/TT – *Convento de Santa Clara de Vila do Conde*, cx. 37, mç. 7, s.n.).
- ii) **citações bibliográficas:** as referências bibliográficas, em notas de rodapé, deverão indicar, qualquer que seja a natureza da publicação (livro, artigo, etc.), o apelido do(s) autor(es) (em maiúsculas), o ano de publicação da obra e a(s) página(s) a que corresponde a citação (ex: PIRES, 2009: 319). Se se tratar de obras de dois autores, deverão indicar os apelidos de ambos, separados por & (ex: ROSAS & MÁIZ, 2008: 338). Se se tratar de diversos autores, ao apelido do primeiro autor deve seguir-se a expressão «et alii», abreviada, em itálico (ex: RAMOS *et al.*, 2009: 622). Se se tratar de autor com mais do que uma obra referida na bibliografia e publicada no mesmo ano, deve acrescentar-se ao ano de publicação uma letra correspondente à ordenação alfabética da bibliografia (ex: SARAIVA, 2009a: 11).

b) **Citações em bibliografia final** (obrigatória):

i) **Monografias:**

Ex: RAMOS, Rui; SOUSA, Bernardo Vasconcelos e; MONTEIRO, Nuno Gonçalo (2009) – *História de Portugal*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2 vols.

SARAIVA, Arnaldo, *org. e introd.* (2009a) – *O personagem na obra de José Marmelo e Silva*. Porto: Campo das Letras.

SARAIVA, Arnaldo (2009b) – *Guilherme IX de Aquitânia, Poesia*. Campinas: Unicamp.

TORRES, Carlos Manitto (1936) – *Caminhos de ferro*. Lisboa: [s.n.].

ii) **Publicações periódicas:**

Ex: ROSAS, António; MÁIZ, Ramón (2008) – *Democracia e cultura: da cultura política às práticas culturais democráticas*. «Revista da Faculdade de Letras – História», III série, vol. 9. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 337-356.

iii) **Capítulos de obras colectivas:**

Ex: PIRES, Ana Paula (2009) – *A economia de guerra: a frente interna*. In ROSAS, Fernando; ROLLO, Maria Fernanda, *coord.* – *História da Primeira República Portuguesa*. Lisboa: Tinta-da-China, p. 319-347.

iv) **Teses:**

Ex: BARROS, Amândio (2004) – *Porto: A construção de um espaço marítimo nos alvares dos tempos modernos*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Tese de doutoramento.

vi) **Monografias em suporte electrónico:**

Ex: AMARAL, Luís Carlos (2007) – *Formação e desenvolvimento do domínio da diocese de Braga no período da Reconquista (séc. IX-1137)*. Disponível em <<http://www.lettras.up.pt/luisamaral.pdf>>. [Consulta realizada em 12/09/2010].

vii) **Analíticos em suporte electrónico:**

Ex: DIAS, Lino Tavares (2013) – *Contributo para o reconhecimento de «estratigrafia» na paisagem da Bacia do Douro. O caso do território entre Marão, Montenuro, Sousa, Tâmega e Douro*. «Revista CEM», n.º 4, p. 177-190. Disponível em <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/12833.pdf>>. [Consulta realizada em 12/09/2015].

**3. Citação de fontes:**

As citações documentais deverão integrar, como norma, todos os elementos necessários a uma rigorosa identificação da espécie, recorrendo embora a abreviaturas ou siglas. Estas deverão ser desenvolvidas no final do artigo, após a bibliografia. A indicação dos fundos documentais deverá ser feita em itálico.

Ex: IAN/TT – *Chancelaria D. Afonso V*, Iv. 15, fl. 89

**D. Recensões:**

As recensões de livros não devem ultrapassar 7.500 caracteres. De modo geral, devem adoptar a seguinte estrutura: i) descrever, de forma clara e breve, o conteúdo e os objectivos da obra; ii) relacionar a obra com bibliografia de referência sobre o tema e apontar seus os principais contributos nesse domínio; iii) avaliar a adequação das fontes de informação, da metodologia seguida e da estrutura da obra, face aos objectivos do autor; iv) o autor da recensão deve emitir uma crítica imparcial e objectiva sobre a obra, não sendo aceitáveis juízos pessoais demonstrativos de antipatia ou simpatia pelo autor; v) o autor da recensão deve evitar análises de pormenor (listas de erros tipográficos ou de omissões bibliográficas, a menos que comprometam, de forma decisiva, os objectivos da obra), notas de rodapé e referências finais; vi) as referências consideradas necessárias deverão ser incluídas no texto, entre parênteses [ex: «Segundo Hancock (*Oceans of Wine: Madeira and the Emergence of American Taste and Trade*. New Haven/London: Yale University Press, 2009), o comércio interimperial ajudou a configurar um mundo atlântico integrado, ancorado em redes que facilitaram movimentos de pessoas, mercadorias e ideias, quebrando as fronteiras dos impérios e criando uma ‘cultura atlântica transimperial’»]; vii) o cabeçalho da recensão deverá conter os seguintes elementos: título (em negrito); nome do autor (em maiúsculas); local de edição: editor, data; páginas (no formato ‘xxix + 632 p.’), indicação, se for o caso, que o livro contém ilustrações e/ou mapas e ISBN.

Ex. de cabeçalho de recensão:

**Oceans of Wine: Madeira and the Emergence of American Trade and Taste**

DAVID HANCOCK

New Haven/London: Yale University Press, 2009

xxix + 632 p., il., mapas, índices, bib., ISBN 978 0 300 13605 0

# REFEREES 2017

Ana Leal Faria (Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa)  
Angela Garcia Salgueiro (Instituto de História Contemporânea – CEHFCi-UE-FCSH/NOVA)  
António Camões Gouveia (Universidade Nova de Lisboa – FCSH)  
Antonio Castillo Gómez (Universidad de Alcalá)  
António Rebelo (Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra – CECH)  
Armando Malheiro (Faculdade de Letras da Universidade do Porto)  
Armando Rabaça (Universidade de Coimbra – Departamento de Arquitectura)  
Diogo Ramada Curto (Universidade Nova de Lisboa – FCSH)  
Eunice Ribeiro (Universidade do Minho)  
Evergton Sales Sousa (Universidade Federal da Bahia)  
Fátima Outeirinho (Faculdade de Letras da Universidade do Porto)  
Fernanda Maria Guedes de Campos (CHAM- Centro de Humanidades – FCSH-UNL)  
Fernanda Paula (CEPESE)  
Helena Lobo (Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro)  
Henrique Leitão (CIUHCT – Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa)  
Irene Vaquinhas (Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra)  
Isabel Cristina Saraiva de Assunção Rodrigues Salak (Universidade de Aveiro – CLLC)  
José Cândido de Oliveira Martins (Universidade Católica Portuguesa – Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais)  
José Miguel Neto Viana Brás Rodrigues (Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto)  
Laura Auteri (Universidade de Palermo)  
Maria Aparecida Ribeiro (CLP – Universidade de Coimbra)  
Maria de Fátima Nunes (Universidade de Évora – IHC-CEHFCi-EU)  
Maria de Lurdes Rosa (Universidade Nova de Lisboa – FCSH)  
Maria Helena Santana (CLP – Universidade de Coimbra)  
Micaela Ramón (Instituto de Letras e Ciências Humanas – Centro de Estudos Humanísticos – Universidade do Minho)  
Paulo Silva Pereira (Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra)  
Raúl Soutelo Vásquez (Universidade de Santiago de Compostela)  
Rogério Sousa (CECH – Universidade de Coimbra)  
Saúl António Gomes (Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra)  
Tiago C. P. dos Reis Miranda (CIDEHUS – Universidade de Évora)